

CIDADE & SOCIEDADE

as tramas da prática e seus espaços

Vinicius M. Netto



Editora Sulina



&CIDADE SOCIEDADE

As tramas da prática
e seus espaços

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Vinicius M. Netto

Adauto Cardoso – IPPUR-UFRJ

Clara Irazábal – Columbia University

Eduardo Marques – USP

Eugenio Queiroga – USP

Fernanda Furtado – UFF

Frederico de Holanda – UnB

José Pessoa – UFF

Jovanka Scocuglia – UFPB

Luiz Amorim – UFPE

Paola Berenstein Jacques – UFBA

Rodrigo Firmino – Urbe|PUC-PR

Vera Tângari – UFRJ

Wrana Panizzi – UFRGS

&CIDADE SOCIEDADE

As tramas da prática
e seus espaços



Vinicius M. Netto

© Autor, 2014

Capa:

Maíra Pinheiro e Vinicius M. Netto

Pintura de capa: "Lilith" por Anselm Kiefer

© Tate Modern, London

Editoração:

Vânia Möller

Revisão:

Matheus Gazzola Tussi

Revisão gráfica:

Miriam Gress

Editor:

Luis Gomes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP
Bibliotecária Responsável: Denise Mari de Andrade Souza – CRB 10/960

N476c Netto, Vinicius M.
Cidade & sociedade: as tramas da prática e seus espaços / Vinicius M. Netto. --
Porto Alegre: Sulina, 2014.
431p. (Coleção Espaço e Urbanidade)

ISBN: 978-85-205-0677-6

1. Arquitetura. 2. Planejamento Urbano. 3. Política Urbana. I. Título.

CDU: 711.4

72

CDD: 710

720

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Meridional Ltda.

Av. Osvaldo Aranha, 440 cj. 101 – Bom Fim

Cep: 90035-190 Porto Alegre-RS

Tel: (51) 3311-4082

Fax: (51) 3264-4194

www.editorasulina.com.br

e-mail: sulina@editorasulina.com.br

Junho/2014

IMPRESSO NO BRASIL/PRINTED IN BRAZIL

Lembrando Le Goff,

por amor às cidades.

Para Roger, Andrei e Régis.

*O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel.
Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético.*

Michel Foucault, *A Microfísica do Poder*, 1980.

*A maioria dos cientistas sociais trata tempo e espaço como meros ambientes da ação
[...] O espaço não é uma dimensão vazia na qual agrupamentos sociais se estruturam;
ele deve ser considerado na própria constituição dos sistemas de interação.*

Anthony Giddens, *A Constituição da Sociedade*, 1984.

*As imagens do espaço são os sonhos de uma sociedade. Onde quer que o código
do espaço esteja decifrado, lá se encontrarão as fundações da realidade social.¹*

Siegfried Kracauer, *Über Arbeitsnachweise*, 1929.

1 "Most social analysts treat time and space as mere environments of action [...] Space is not an empty dimension along which social groupings become structured, but it has to be considered in terms of its involvement in the constitution of systems of interaction. (Giddens 1984:110; 368); "Die Raumbilder sind die Träume der Gesellschaft. Wo immer die Hieroglyphe irgendeines Raumbildes entziffert ist, dort bietet sich der Grund der sozialen Wirklichkeit dar" (Kracauer, 1990 [1929]). Traduções do autor.

11	Agradecimentos
15	Apresentação – por Wrana Panizzi
19	Introdução: Em busca dos entrelaces do social e do espacial
	SOCIEDADES COMO SISTEMAS DE ENCONTRO: a segregação sobre o corpo
39	A restrição da interação e as tramas do afastamento social
67	Classes sociais, mobilidades e a apropriação do espaço urbano
87	Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência
	SOCIEDADES COMO SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO: espaço, significado e prática social
127	Comunicação e espaço
161	Entre espaços urbanos e digitais
189	Urbanidade e a condição do Outro
227	A (re)conquista da cidade: <i>polis</i> e esfera pública
	SOCIEDADES COMO SISTEMAS DE INTERAÇÃO MATERIAL: forma e dinâmica urbana
265	Os efeitos sociais da arquitetura
317	A forma urbana como problema de desempenho
365	A materialidade da interação econômica
397	Posfácio – por Frederico de Holanda
403	Créditos das publicações originais
405	Créditos das imagens
407	Referências
425	Índice remissivo

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos em um primeiro livro não é tarefa fácil: há um número de pessoas a endereçar – a iniciar pelo editor Luis Gomes, pelo seu interesse neste trabalho e no tema urbano, e por seu acompanhamento ao longo da preparação deste livro. Agradeço também aos editores que gentilmente permitiram a reprodução de textos publicados originalmente em seus periódicos, bem como aos autores de imagens utilizadas nos capítulos a seguir. Agradeço imensamente ao pintor Anselm Kiefer por ter cedido sua brilhante obra *Lilith* para ilustrar a capa deste livro. *Lilith* é a visão de um pintor alemão impactado por São Paulo. Desde que a vi, ela pareceu capturar tanto da complexidade, da fusão e choque de materialidades, das tensões e esforços da vida coletiva e da comunicação que vejo na relação entre cidade e sociedade; agradeço ainda a Eva König, do Atelier de Kiefer, e a Tate Modern pela liberação da reprodução de um trabalho que me acompanha há anos.

Gostaria de retornar no tempo e creditar a Alejandro Jelvez o apoio na definição dos passos que me levaram a dedicar-me a esses temas em uma carreira como pesquisador e professor. Não posso enfatizar o suficiente sua importância como um guia. Quero mencionar também Luciana Fonseca e duas colegas de aspirações em pontos-chave desse caminho, Niara Palma e Joana Barros.

Em meu retorno ao Brasil, passei a trabalhar com colegas estimados como Paulo Reyes e Fernando Duro, entre outros, e a conviver com Carlos Bahima e Ana Carolina Pellegrini, professores que encarnam para mim o que Pérez-Gómez chama *filia*, o envolvimento afetivo com a arquitetura.

Desde que a li, uma frase de Emerson (“mantenha sob os olhos os melhores exemplos”) tem me pautado de algum modo. Romulo Krafta tem sido meu interlocutor mais constante até aqui, e o contraponto mais valioso. Ainda na graduação, recebi dele ideias que me permitiram explorar a elusividade das ligações entre o social e o espacial. Este livro, com peças da produção inicial de um pesquisador, deve muito ao nosso

cientista urbano. Quero mencionar Bill Hillier, pela dedicação incansável a sua teoria e pelo convívio que me colocou em outro patamar de clareza quanto à compreensão do mundo material e do tema urbano. Aqueles anos de diálogo serão sempre lembrados por mim. Tenho tido com Frederico de Holanda muitas interseções ao longo desses anos, e ele tem sido, desde o começo, uma fonte de motivação. Agradeço também pelo Posfácio que oferece a este livro, onde irá discutir criticamente alguns dos conceitos que aqui apresento. Wrana Panizzi foi minha professora ainda na graduação, diplomou-me como arquiteto e urbanista e é um exemplo de atuação. Tenho o privilégio de ter sua Apresentação neste livro. Mais recentemente, tenho tido a alegria de comunicar-me regularmente com Clara Irazábal, querida colega venezuelana atuando hoje em Nova York, que oferece um generoso comentário na contracapa deste livro. Gostaria de agradecer ainda a Eva Samios, por sua presença no início da minha atividade de pesquisa, e a Circe Monteiro, quem conheci pessoalmente há pouco, mas que tem estado próxima desde aqueles primeiros passos.

Por minha recepção na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, cujo Departamento de Urbanismo teve, entre outros, a contribuição do inspirador Carlos Nelson dos Santos, agradeço a meus colegas e, em particular, a Fernanda Furtado, José Pessôa, Cristina Nacif, Thereza Carvalho, Werther Holzer, Maria Lais Pereira, Gerônimo Leitão, Leonardo Mesentier, Sérgio Bahia, Jorge Baptista e Maria de Lourdes Costa; e a Regina Bienenstein, por nosso convívio e experiências em planejamento, que me proporcionaram um aprendizado valioso.

Tenho tido a sorte de ter a companhia de dois amigos no debate e criação de abordagens de pesquisa, Renato Saboya e Julio Vargas. Agradeço ainda a nossos colegas da rede @urbanidade, um grupo de discussão com participantes em todo o Brasil e algumas universidades no exterior – entre eles, Douglas Aguiar, estimado professor em minha formação e criador do grupo, e Paulo Rheingantz e Luciana Andrade, entre tantos. Quero ainda mostrar minha satisfação pelo convívio com Leonardo Name, Adriana Caúla, Chris Gaffney, entre outros novos amigos nesse início de vivência e trabalho no Rio de Janeiro; e a meus jovens colegas de pesquisa Roberto Paschoalino, Maíra Pinheiro, Saulo Macedo, Mirella Furtado, Julia Cantarino e João Meirelles. Nossas trocas têm alimentado meu trabalho em direções distintas.

No Rio, encontrei um apoio bem-vindo em Rejane Godoy e Domício Proença Filho, com quem discuto e aprendo a velha arte do livro – como diz Domício, falando da rotina de quem escreve e pesquisa, “é hora de fazer livro!”.

Tenho sido constantemente estimulado pelo diálogo com meus alunos. Quantas foram as vezes em que saí de aula mais motivado do que quando entrei. Não saberia contar. Estou permanentemente em débito, pelo privilégio de participar de suas redescobertas da cidade, de novo e de novo, a cada semestre.

Em um primeiro livro, também é apropriado lembrar das condições e das pessoas que formaram o contexto para que se chegasse até ele. Em primeiro lugar, havia um apreço pelo livro em meu entorno. Cresci tendo o livro como objeto de atenção, valor, vida (interior, parecia então, mas pulsando). Essa era a visão de minha mãe. Livros importavam. Estavam à volta. Entendo hoje que livros, em qualquer forma, são projeções de anos de vida. Mesmo um pequeno armário cheio de livros é um caleidoscópio de fragmentos de consciências materializadas nas palavras – milhões de palavras. Muita vida junta; como não se sentir mesmerizado pelo livro?

Lembro ainda que passei minha infância em uma cidade pequena do interior do Rio Grande do Sul. Pude explorar aquela cidade livremente. Parecia um universo. Naquela cidade havia essa escola pública onde estudei, o Colégio Rui Barbosa. Nos seus corredores havia essa espécie de fantasma, uma imagem evocada aqui e ali nas palavras de algumas professoras (as mulheres cuidavam de nossa educação) a respeito de uma pessoa tida como exemplar em sua capacidade: o patrono da escola. Mesmo sem conhecer o contexto daquele homem, entendi que o que nossas professoras queriam mesmo dizer era que aquela capacidade estava ao nosso alcance, ela era uma possibilidade, não nos era algo alheio. Ou assim reconstruí na memória, pouco importa. Me sinto em dívida com aquelas professoras. Os livros de minha mãe, aquela cidade a explorar sem receios na infância e aqueles valores de apreciação ao esforço da compreensão e ação foram o meu contexto inicial.

Trinta anos depois, sintetizo aqui peças do meu próprio esforço: descrições, tentativas de entendimento, projeções da minha consciência a partir de tantas outras. Luhmann estava certo: consciências não morrem, elas circulam na forma de significados. Este é meu primeiro

punhado de significados reunidos na forma do livro. “É o momento mais importante!” recebi com exclamação e tudo de um mestre. Espero que esses significados e ideias façam ideias melhores do que essas surgirem. Se for essa sua sorte, este livro terá cumprido seu papel.

Quero endereçar agora a minha família. Os laços que tenho com meus irmãos são, para mim, inquebráveis, e os sabemos mais importantes que as tensões que separam tantos. Minha mãe e avó têm conosco um envolvimento de natureza que escapa a minha compreensão. A vocês quero expressar meu reconhecimento fundo por um amor (constante), por um passado (que me constitui), e por todos os presentes.

Finalmente, Lilian, meu Outro esperado, mas cuja chegada – lembro aqui Derrida – era a mim imprevisível. A ela, o futuro que vislumbro.

Meus coautores Roberto Paschoalino, Maíra Pinheiro e Romulo Krafta aparecem creditados nos devidos capítulos. Por suas contribuições, minha apreciação.

Vinicius M. Netto,
Rio de Janeiro, abril de 2014.

O convite do professor Vinicius Netto para apresentar, nas suas palavras, o seu primeiro livro autoral, mais do que me proporcionar uma grande emoção, me trouxe uma imensa alegria e honra. A “honra pode ser imerecida, a alegria nunca o é”, dizia Roland Barthes. E a alegria aqui é a do reencontro com um aluno, hoje jovem professor universitário, colega de vida acadêmica.

Conheci o professor Vinicius nos anos 1990, como estudante do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Os anos passaram e fui assumindo outras atividades profissionais e acadêmicas já não mais na Faculdade de Arquitetura, mas na Reitoria da UFRGS e, mais tarde, junto à direção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Assim, de certa forma “perdi de vista o Vinicius”. Mais recentemente, tivemos um rápido encontro quando estive na Universidade Federal Fluminense (UFF) para proferir uma palestra – como vice-presidente do CNPq – sobre a Política Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação, seus programas e ações e os desafios do desenvolvimento econômico, social e territorial do país. Diante de mim já estava um jovem professor cuja brevidade do contato não me permitiu bem conhecer suas atividades, interesses e encaminhamento profissional. Agora, entretanto, com o desafio de “apresentar” o seu livro, me deparo com uma agradável surpresa. O jovem estudante de então não se tornou um arquiteto *stricto sensu*, mas enveredou também pelo caminho da docência e da investigação. Hoje, é um conhecido, dedicado e promissor professor universitário da UFF.

E o que chama a atenção é o fato de que Vinicius se tornou um entusiasmado com o seu trabalho de ensinar e pesquisar, comprometido com uma profissão que atualmente enfrenta o grande embate de “retomar” o encantamento e as expectativas que este fazer gera junto aos jovens estudantes e sobretudo junto à sociedade. Expectativas de

uma real e justa inserção nos processos de crescimento econômico, social e cultural.

Os temas de pesquisa do autor são abrangentes, diversificados e de caráter interdisciplinar. Transita pelas questões de análise espacial, geografia urbana, natureza do espaço, relações e práticas sociais, segregação social, vida urbana, instrumental de intervenção territorial. Trata do espaço e da sociedade. E o faz fundamentado na ideia de movimento, bem como no caráter fluido e mutável de que se reveste o espaço. O nosso saudoso Milton Santos, no seu livro *Metaforfoses do Espaço Habitado*, publicado em 1988, já dizia:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portanto, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento.

Nessa perspectiva, o trabalho aqui apresentado tem como tema central de pesquisa “a cidade como *milieu* de nossa realidade social e material, e das relações e tensões internas de um mundo social que se materializa mais e mais na forma de vida urbana”, assim diz seu autor. E, mais ainda, salienta que a diretriz norteadora dos textos encontra apoio na ideia de que “mesmo em meio a imprevisibilidades e contingências nessa trama de materialidades, há implicações mútuas entre atos e seus espaços”.

O livro, em suas diferentes partes e capítulos, trata de forma densa os temas propostos, que são bem fundamentados, escritos de maneira cuidadosa, posicionados e abertos, inquisitivos e reflexivos. Abarca uma consulta bibliográfica diversificada e constituída por reconhecidos autores nacionais e internacionais. Enfim, é um trabalho de fôlego e contribui com uma aprofundada análise para uma melhor explicitação das relações cidade-sociedade.

Destaco, ainda, a observação de que Vinicius leva a sério e pauta o seu trabalho de pesquisa a partir das exigências do modo contemporâneo de produção do conhecimento. Este não só exige um trabalho contínuo, compartilhado e interdisciplinar. E, neste sentido, ele mantém um amplo conjunto de relações profissionais interinstitucionais que agrega professores, pesquisadores e alunos vinculados ao mesmo campo de estudos. Mas, também e sobretudo, tem claro o contrato social que preside a instituição universitária hoje, em que as atividades de formação acadêmica e profissional devem estar enraizadas nas relações Universidade-Estado-Sociedade. Os trabalhos do autor, o livro aqui apresentado, bem como o conjunto grande de artigos e capítulos de livros, revelam as características que são demandadas de um professor: fazer do seu trabalho um ofício de pensar que permita unir reflexão e ação, nascedouro de ideias inovadoras. Talvez valha a pena lembrar o que Saramago escreveu, no seu blog, no dia de sua morte:

“Falta-nos reflexão,
pensar,
precisamos do trabalho de pensar, e
parece-me que, sem
ideias, não vamos a
parte nenhuma!”

Eis aqui uma rica oportunidade para reflexão e construção de novas ideias. Boa leitura!

Porto Alegre, março de 2014.
Wrana Panizzi

Em busca dos entrelaces do social e do espacial

Cidades são formas extraordinárias de vida coletiva – meios para nossas interações em intensidades talvez impossíveis de serem alcançadas sem sua espacialidade particular. Elas expressam nossa natureza profundamente comunicativa, habitam nosso imaginário, amparam e ampliam nossa capacidade de produzir as ideias, artefatos e técnicas que viabilizam nossa continuidade; e o fazem em uma escala sempre crescente – uma escala cujo limite não conhecemos.

As cidades são sistemas de referências para guiar e mediar nossas práticas o tempo todo; são sistemas mnemônicos que articulam atos passados, presentes e futuros. Ricas em suas estruturas e formas, são um modo único de dobrar a extensão rígida do espaço e colocá-la ao lado da fluidez das nossas práticas e interações. Elas representam a possibilidade da associação dos nossos atos em tramas e emaranhados absolutamente complexos, dos quais reconhecemos apenas uma parte – aquela que nos aproxima em nossos afazeres e permite nossa vida em grupos, e que desaparece no tempo e no espaço tão logo atuemos juntos e sigamos adiante. Essas ligações voláteis têm ainda suas próprias materialidades – ligações ora baseadas na proximidade dos espaços que percorremos, ora produzidas mesmo a distância, via redes digitais e telemáticas da comunicação. Tramas e materialidades que parecem envolver nossas vidas pessoais e tecer os fios elusivos que, de algum modo, mantêm uma sociedade integrada, cooperando e se reproduzindo. Se cidades sempre tiveram relações com seu exterior, a teia de relações entre práticas, espaços e redes técnicas que as constituem é hoje complexa ao ponto de, mais que nunca, não reconhecermos onde começam e onde terminam.

Cidades também mediam nossa experiência do mundo e do Outro. Podemos dizer que, para a maioria de nós, as cidades são a

primeira natureza. Nascemos e vivemos imersos em seus canais e lugares, os *topoi* pelos quais percebemos o mundo. Uma moldagem da experiência tão distinta, tão particular e tão presente que mesmo a filosofia, encarregada de explicar a experiência humana, parece ter dificuldades em reconhecê-la.

Ainda, temos entrelaces da cidade e sociedade profundos o bastante para vermos na primeira as contradições e fissuras da segunda. Na cidade, uma sociedade se mostra inteiramente.

Este livro tem como tema a cidade como *milieu* de nossa realidade social e material, e das relações e tensões internas de um mundo social que se materializa mais e mais na forma de vida urbana. Todos os textos aqui apresentados se apoiam em uma única ideia: a de que, mesmo em meio a imprevisibilidades e contingências nessa trama de materialidades, há implicações mútuas entre atos e seus espaços. Em outras palavras, estes textos buscam capturar mais que relações de mera coincidência entre os caminhos que a prática humana toma e a forma e espacialidade da cidade. Buscam relações *não contingenciais*, para além do acaso. Buscam as implicações improváveis entre coisas tão distintas: o que exatamente no espaço – e sua moldagem na forma do espaço arquitetônico e urbano – amarra e responde a nossa prática: a necessidade da informação sobre outras práticas e atores; a necessidade da presença física, da *copresença* dos corpos dos atores em interação; a necessidade da imprevisibilidade e caos necessários para a criação de novas interações e relações sociais; e a necessidade do oposto: a previsibilidade da coordenação de muitos de nossos atos conjuntos na cidade.

Em tempos de pós-modernidade para uma parte da teoria e do paradigma da complexidade para uma outra, essa intenção soa provocadora. A renúncia de muitas abordagens em buscar essas relações lembra no presente o que Oscar Wilde escreveu a respeito do desapeço do século XIX tanto ao realismo quanto ao romantismo: lembra a ira de Caliban, personagem disforme de Shakespeare, ao *ver* sua face refletida e ao *não ver* sua face refletida em um espelho.¹ O recuo quanto à possibilidade de compreender as amarrações entre nossas práticas e suas materialidades parece envolver receio, ora diante da complexidade supostamente impenetrável do mundo social e material, ora diante da possibilidade de *encontrar* relações reconhecíveis onde deveria haver só complexidade irreduzível – um mundo de eventos passíveis apenas de interpretações momentâ-

neas, fragmentadas, eternamente distintas. Parafraseando Lévi-Strauss², um mundo como “uma espécie de lugar onde nunca entraríamos”, onde o entendimento abdicaria da busca de “sentido no não senso”. Ao renunciar à ilusão da universalidade, a teoria abdicou também da possibilidade de encontrar nexos e inteligibilidades, as relações entre as coisas, e tudo o que atravessa contextos diferentes entre si.

Rejeito a posição de recuo em relação às tramas sem fim dos eventos e materialidades que nos cercam, assim como a apologia exclusiva da contingência na qual todos os fatos se tornam acontecimentos dispersos.³ Precisamos tanto reconhecer a centralidade do contingencial, subjugado em séculos de racionalismo, quanto rejeitar a intenção de afirmá-lo como realidade única e última, ou, como coloca Chauí, “nossa única via de acesso ao real e à ação”.⁴ O presente livro busca – abertamente – reconhecer as relações de implicação entre aspectos da nossa realidade social e material tanto quanto as contingências que nela habitam. Traz em si uma reorientação teórica que entendo há muito necessária: a de claro contraponto ao recuo da teoria em relação aos sentidos das relações entre coisas, entre fenômenos, entre nossas práticas e seus contextos materiais. Busca um balanço entre posições teóricas de modo a preservar tanto a possibilidade da inteligibilidade do real quanto a vitalidade do imprevisível e das tramas sempre abertas da prática humana. Mas reconhece que ainda não temos essa medida.

Os textos que compõem este livro fazem um percurso através de uma série de temas ao mesmo tempo presentes para todos nós e tão pouco evidentes em nossos cotidianos: as relações entre sociedade e espaço. Tratam essencialmente do lugar das cidades no fluxo da prática e em processos da reprodução social: nos encontros e comunicações que compõem a vida social, tanto na aleatoriedade e sucessão imprevisível dos eventos quanto na recursividade das atividades e arranjos institucionalizados da prática que caracterizam sociedades. Esses temas foram desenvolvidos ao longo de mais de dez anos – iniciando pelos primeiros problemas teóricos, como a abordagem das redes elusivas da segregação na cidade, sua ampliação no esforço de compreensão das estruturas materiais da comunicação e do mundo social, até chegarmos na esfera imediata da experiência urbana e dos problemas atuais das cidades.

A sequência dos capítulos tem sentido temático e não cronológico. Os textos exploram as relações entre sociedade e espaço a partir de três concepções de sociedade – uma desdobrando-se a partir da outra.



A primeira parte do livro, *Sociedades como sistemas de encontro: a segregação sobre o corpo*, explora a visão do social como profundamente dependente da corporeidade do encontro para sua constituição. E estende o entendimento da importância da copresença e do movimento dos corpos na produção dos complexos da prática social ao problema da segregação. O tema da segregação tem novamente recebido atenção teórica, como se pode observar no número crescente de artigos e edições dedicadas ao tema. Entretanto, mesmo essa nova e bem-vinda onda de trabalhos segue apresentando limitações ligadas a uma visão um tanto estática e bastante territorial da segregação. Nessas visões, o papel do espaço ainda tende a ser restrito à separação física, e a segregação ainda tende a ser vista como efeito social dessas separações espaciais.

Os capítulos dessa seção tratam de desenvolver uma alternativa a essas visões predominantes: a segregação manifesta na forma de restrição à interação – uma “segregação sobre o corpo”. Essa restrição estaria ativa nas nossas mobilidades distintas, nos diferentes modos de nossa apropriação do espaço urbano, nas dinâmicas dos nossos encontros e na formação de nossas redes sociais na cidade. Esses capítulos tentam deslocar o foco da pesquisa em segregação para um problema que atravessa nossa experiência urbana: como atores socialmente diferentes, movendo-se e apropriando-se ativamente da cidade, podem fazê-lo praticamente invisibilizados entre si? Buscam uma explicação para o problema da segregação como “invisibilização das alteridades” no cotidiano das cidades, uma segregação capturada nos próprios trajetos da ação de atores socialmente diferenciados pelos caminhos e lugares da cidade. Conjuntamente, propõem uma explicação da segregação como um fenômeno que se abate, por meio dos espaços, *sobre o próprio ato e o corpo do ator*.

“A restrição da interação e as tramas do afastamento social” prepara os fundamentos da abordagem da segregação em redes. Faz uma crítica da temporalidade e espacialidade quase estáticas das abordagens tradicionais, da replicação quase inconsciente de um conceito contextual de segregação territorial de origem étnico-racial, e da aceitação generalizada da segregação territorial como explicação da segregação social – um fenômeno que se refere, na verdade, à possibilidade da interação. Optando por reiniciar a abordagem da segregação a partir de

um conceito capaz de capturar sua dimensão mais elusiva (a “restrição da interação”, de Freeman), o capítulo explora as condições da interação via corpo, copresença e encontro em Hillier e Hanson, Goffman, Giddens e Bourdieu, chegando finalmente à condição temporal do afastamento social no cotidiano das cidades.

“Classes sociais, mobilidades e a apropriação do espaço urbano” traz a abordagem da segregação sobre o corpo explicitamente ao espaço, investigando as relações entre morfologia e práticas espaciais manifestas na forma do movimento e em padrões de apropriação do espaço urbano associados a grupos e classes sociais. Esses conceitos serão o modo de decompor a trama complexa das ações na cidade, e gerarão um método capaz de objetivar os espaços de potencial movimento, convergência e reconhecimento entre atores socialmente diferentes, e seu contrário: os espaços das ações e apropriações segregadas e ausência do encontro. O método visa capturar o fenômeno no espaço urbano, bem como seu caráter elusivo como restrição da interação, por meio do mapeamento de redes de atores e grupos sociais atuando no espaço urbano. A segregação assim é observada na pouca sobreposição dessas redes. Essa visão da segregação não como áreas segregadas, mas como apropriação segregada, possibilita verificar o quanto há de segregação em uma cidade, em mapas dos trajetos da ação cotidiana de atores de diferentes campos e classes sociais.

“Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência” sintetiza os conceitos anteriores, tanto temporalmente quanto espacialmente, para analisar os modos como diferentes padrões de apropriação geram diferentes padrões de encontro e desencontro ativos na formação das redes sociais dentro e entre campos e classes sociais na cidade. Traz a aplicação da abordagem da segregação sobre o corpo na forma de um estudo empírico dos trajetos de pessoas de diferentes classes para explorar o papel do espaço na convergência ou divergência das experiências urbanas de indivíduos, grupos ou classes. Finalmente, utiliza a análise das redes segregadas para entender como a distância social se instala e reproduz no nosso cotidiano, assim como para identificar os lugares de “reconhecimento do Outro” – os espaços que se constituem como possibilidades de integração entre mundos sociais onde, de outro modo, o Outro poderia permanecer desconhecido – em um processo sutil de distanciamento social que opera, em última análise, sobre o corpo.



Sociedades como sistemas de comunicação: espaço, significado e prática social, a segunda parte do livro, expande o entendimento de sociedades como sistemas de encontros em direção a temas mais amplos da relação sociedade-espaço – temas largamente ignorados na teoria socioespacial: *o lugar da cidade na construção social da prática, via comunicação*. Faz a passagem entre o lugar do espaço como situação e momento da “interação possível” para o lugar do espaço na “interação plena” – na sua constituição, no seu fluxo e em seus conteúdos. Sociedades são, naturalmente, mais que sistemas de encontro, e o papel do espaço para a sociedade é igualmente mais complexo. Sociedades, entre outros meios, constituem-se por meio da linguagem: por significados e pela transmissão de significados articulados na forma de informação. A produção da prática social como fenômeno comunicativo parece ainda mais elusiva que os fenômenos do encontro e da restrição da interação na segregação sobre o corpo. Como enxergar o papel do espaço em algo de aparente imaterialidade como nossas práticas comunicativas?

Essa questão endereça diretamente as ligações invisíveis entre cidade e sociedade, e eleva ao plano da comunicação os significados e conteúdos informacionais produzidos no próprio espaço arquitetônico e urbano. Ao mesmo tempo, busca desvelar o espaço como parte e mediação das tramas linguísticas da prática – um passo em direção às nossas *associações*, a trabalhosa e constante construção das conexões entre nossos atos. São essas conexões mediadas simbolicamente que produzirão os sistemas de atos sociais que manterão uma sociedade em reprodução. Essa proposição *busca mostrar que cidades e seus espaços têm um papel tão importante quanto a linguagem nas conexões entre atos e na reprodução social*. Busca ainda explorar outro aspecto subestimado na teoria: os modos como a linguagem e o espaço se entrelaçam na socialização da própria prática.

“Comunicação e espaço” introduz a ideia de um giro de paradigma em direção à comunicação ou, mais precisamente, ao lugar do espaço nas comunicações que constituem os fios da trama dos nossos atos e a socialização das nossas práticas: o momento no qual práticas se tornam “prática social”. No entanto, para ver uma presença tão ativa do espaço – *o espaço como meio para a conexão semântica dos atos*, um papel usual-

mente reservado à linguagem – precisamos entender *como* ele mediará esses atos. Se tais conexões são semânticas, isto é, produzidas na forma de significados transmissíveis como informação, temos de examinar se o espaço tem um lugar nessas transmissões.

Argumentarei – apoiado, sobretudo, nas sociologias de Jürgen Habermas e Niklas Luhmann – que o processo da associação depende dos significados produzidos em atos e discursos. Estes trarão, entretanto, *referências inerentes* a lugares e espaços urbanos – ou, mais precisamente, ao *significado* desses espaços. Explorarei o espaço urbano como um sistema referencial para nossas práticas, e proporei o significado referencial como a “cola” capaz de ligar inerentemente coisas tão distintas em suas naturezas quanto “atos” e “espaços”. Reconhecidos e atuados em seus significados, espaços passam a ser referências e meios para nossa participação em situações de ação e comunicação, que por sua vez serão desdobradas em novas ações e comunicações em outros lugares e tempos. Espaços passam a mediar ativamente a própria produção das tramas que gerarão os sistemas de ações e as voláteis estruturas da reprodução social.

“Entre espaços urbanos e digitais” faz uso do conceito de *significado referencial como conexão inerente entre prática e espaço* para entender os modos como, em tempos de crescente impacto das tecnologias da comunicação digital e móvel, a prática social emerge e se bifurca entre a experiência concreta dos lugares e a materialidade elusiva das redes digitais e telemáticas. O capítulo examina o lugar do espaço em uma realidade sociotécnica marcada por propriedades como transpacialidade e mobilidade, multiplicidade e simultaneidade. Redes digitais e espaços urbanos têm naturezas bastante distintas: a volatilidade, elusividade, invisibilidade de um lado; a tangibilidade, rigidez, presença constante de outro. Onde estariam as passagens, os pontos de interseção entre o “digital” e o “concreto”? Como essas redes distintas envolvem a prática?

Essas questões se referem à natureza dessas redes e espaços, à possibilidade tão intrigante de sua relação, e ao modo como seu contato envolve a prática humana e afeta nosso viver em sociedade. O capítulo busca uma descrição dos emaranhados da prática bifurcando-se em diferentes materialidades: os lugares concretos e eletrônicos de onde emanam, os pontos de *passagem* e os caminhos que tomam, os lugares onde incidem e para onde retornam na forma de mais interações.

A incursão sugere três pontos de entrelace das redes materiais e de retorno da prática ao concreto: o significado, o corpo e a centralidade do sujeito atuante no lugar. Finalmente, traz a proposição de um papel do espaço urbano não rendido, obsoleto, mas potencialmente renovado por essa crescente complexificação do mundo social. Veremos a possibilidade da *redução da complexidade social por meio da produção e da apropriação do espaço urbano*. No desdobramento atual da prática em redes comunicativas diversas, o espaço urbano se distanciaria cada vez mais do seu papel original como meio material exclusivo da estruturação social para ser um entre outros meios – contudo, *incorporando ao espaço um novo papel ontológico: o de contraponto fundamental à elusividade dos novos meios materiais da comunicação*.

“Urbanidade e a condição do Outro” estende a abordagem referencial em direção ao entendimento da *cidade como estrutura da experiência*. Para tanto, discute um dos conceitos mais ambiciosos sobre a condição urbana – o conceito de urbanidade – a partir da aproximação entre duas áreas ainda estranhas entre si: os estudos urbanos e a filosofia. Afinal, se “urbanidade” é uma forma de experiência, precisamos buscar aqueles que falam de “experiência” como ninguém – na filosofia – de modo a entendermos a especificidade da experiência urbana em relação à experiência como um todo ou às possibilidades da experiência do mundo. Lembrando o conceito de senso comum da urbanidade como “civildade do convívio urbano”, desdobro, uma a partir da outra, uma série de definições de urbanidade.

Reconhecendo a força da diferenciação social, inicio pela ideia da “experiência do mundo e do Outro mediada pela cidade” e espacializo a bela expressão de Chakrabarty, a “copresença dos diferentes modos de ser”. O capítulo propõe um papel integrador da urbe na forma de “três momentos da urbanidade”: o momento *fenomenológico* (nossa experiência em comum a partir da cidade), o *comunicativo* (a cidade como ambiente para nossas interações simbólicas e a produção das tramas de comunicação que transbordarão o lugar e a cidade e a ligarão a outros lugares e cidades, mundo afora) e o *ontológico* (o papel das cidades na ligação tanto cognitiva e referencial quanto corporal e tátil entre humano e material, entre nossas práticas e a moldagem da materialidade do mundo à volta, na forma de cidades).

O papel do espaço na urbanidade é um item controverso – a ponto de se questionar se ele teria qualquer papel de fato. Argumento

que a definição de urbanidade deve manter o espaço como dimensão ativa, sob risco de a desespacializarmos e retirarmos aspectos materiais que possam estar ativos, mesmo que livres de relações causais simples. Tanto a urbanidade não poderia ser induzida pelo espaço apenas como não emergiria em uma condição espacial qualquer. O capítulo argumenta que a investigação da urbanidade deve esclarecer o que ocorre entre esses extremos.

Argumenta ainda que, se a urbanidade é um fenômeno produzido nas relações entre o social e o espacial, diferenças em formas de vida social e espacialidades se colocariam como fontes de diferenças de urbanidade. Entender tais diferenças passa a ser um dos problemas centrais no entendimento das “urbanidades” (decididamente no plural). O reconhecimento das diversas formas de urbanidade envolveria, desse modo, a inclusão de toda e qualquer forma de vida urbana.

Não obstante, essa conclusão, a princípio com sentido, nos levaria a incluir na urbanidade mesmo as formas de vida social hostis, o distanciamento social, a quebra de comunicação, os espaços de violência e repressão. Uma ideia de urbanidade nesses termos entraria em contradição com a riqueza ética da definição original de urbanidade, amparada na civilidade do convívio. Proponho uma saída para essa contradição: a urbanidade, em sua diversidade, está *associada a um ethos* urbano, uma condição política para a vida coletiva. Essa definição tem o potencial de reconhecer na urbanidade aspectos tanto materiais quanto comportamentais: a *orientação ao Outro (Heidegger) baseada em princípios sociais* como a *comunicação livre de coerção e violência* (Habermas) e o “bem-vir às diferenças” mais que o tolerar as diferenças (Derrida). Trata-se de uma conceituação analítica e ampla o bastante para reconhecer a centralidade da coexistência e da comunicação, e sua condição *ética*. Esse conceito colocará tais valores como um horizonte da vida urbana. Ou a urbanidade, convergência das alteridades, como o *dever do urbano*.

“A (re)conquista da cidade: *polis* e esfera pública” investiga as implicações políticas da ideia de urbanidade como convergência de alteridades. Entende a cidade como uma das manifestações da esfera pública e o meio ativo para o exercício de uma “política do cotidiano”, a expressão de diferentes opiniões e das possibilidades de organização política a partir das condições espontâneas do encontro e do que Habermas chama “densidade comunicativa”. Em um momento no qual estudiosos

apontavam um “esquecimento da política” e a diluição da esfera pública, por um lado, e em que temos, no Brasil e no mundo afora, movimentos de reapropriação do espaço público como local para a expressão política e pressão sobre estruturas institucionais, por outro (como as manifestações em diversas cidades brasileiras, as ocupações do Parque Taksim Gezi em Istambul, da Praça Tahrir no Cairo, e os *Occupy* em Nova York e outras capitais globais), o texto traz a tese de que não apenas o espaço público é o ambiente da ação política eventual, mas a relação entre espaços público e privado, aberto e construído é vital para a possibilidade constante da comunicação política. A projeção plena da esfera pública e a ação política, assim como a ação econômica e a comunicação de modo geral, teriam condições materiais e urbanas.

A proposição da constituição plena da esfera pública envolver a cidade e, mais que isso, envolver condições urbanas para sua natureza comunicativa, trará consigo uma pergunta inevitável: nossas cidades oferecem essas condições? Essa pergunta inicial nos levará a uma hipótese: a de que os espaços contemporâneos estariam hoje sujeitos a um estágio de *microrracionalização* potencialmente danoso, para além dos princípios modernistas típicos dos zoneamentos, repercutindo agora ao nível das soluções e implantações arquitetônicas, com implicações severas para seus ambientes urbanos.

Minha intenção é relacionar esse processo de microrracionalização espacial aos desvios de um processo histórico de racionalização e ênfase crescente no controle metódico, instrumental e estratégico das coisas. Pretendo explorar o modo particular de racionalização estratégica que tem nos levado a cenários de autonomia nas decisões sobre o espaço urbano por parte dos atores de produção. Entenderei a crescente autonomia dessa esfera como conquistada na forma de papéis sociais e econômicos de atores especializados, que, entretanto, tenderão a pautar suas decisões em critérios autorreferentes, livres da atenção a implicações urbanas e sociais de seus modelos arquitetônicos e urbanos. Atores assim *aprioristicamente* legitimados e liberados de responsabilidades mais amplas em suas decisões sobre a produção da cidade. Para entender essa condição de autonomia cognitiva e prática, social e política, precisaremos situá-la em um processo de racionalização mais amplo, que atravessou as estruturas da sociedade e impulsionou o próprio processo de modernização ocidental, via Weber e Habermas, até chegarmos à

racionalização do próprio espaço, via Lefebvre e Foucault, e então aos espaços contemporâneos.

Discutirei, por fim, como a racionalização do espaço urbano, das práticas de planejamento e da produção tem tido parte na *diluição da esfera pública* – não mais na forma de zoneamentos cartesianos e uma ideia de ordem, mas de espaços racionalizados em sua microestrutura. Seguindo o questionamento sobre a capacidade de nossas cidades em oferecer a condição material da ação política, a partir do seu papel de gerar encontro e comunicação pública, argumentarei que o resultado dessa racionalidade estratégica é uma divisão cada vez maior entre espaço construído e aberto, entre espaço público e privado. Padrões arquitetônicos recentes estariam implicando uma *diluição da apropriação do espaço público* – um espaço urbano que não mais expressa a diversidade social da esfera pública, sem o sentido do “público” em seu pleno. E essa diluição significaria uma contradição à essência da urbanidade.

Veremos exemplos dessa diluição dupla em um breve exame de espaços em produção na cidade do Rio de Janeiro. Tal análise nos levará finalmente à importância de reconhecermos a necessidade de uma reversão desse processo – uma *reconquista da cidade* e de um espírito urbano. Argumentarei que tal reconquista não depende apenas de manifestações de “retorno ao espaço público”, mas do reconhecimento da responsabilidade e do papel do espaço construído e privado para com as condições da manifestação constante da esfera pública no espaço público.



Essa crítica de processos de racionalização que tomaram direções com resultados potencialmente danosos em nível societal, evidentes já em nível urbano – isto é, tendo a cidade como um de seus meios – não deve, entretanto, ser entendida como uma rejeição da racionalidade em si e de suas propriedades analíticas. Na verdade, teço essa crítica fazendo uso dessas exatas propriedades. Portanto, vindo de uma crítica a um modo particular da racionalização que toma a forma de uma racionalidade estratégica, autorreferente, livre de amarras éticas, farei uso de uma abordagem analítica da realidade social e material de modo a explorar o tema dos efeitos da forma arquitetônica e urbana nos capítulos seguintes – mas com o cuidado com as reduções da “divisão sem fim” típicas do

procedimento analítico, e mantendo o horizonte da reinserção do analisado na riqueza da sua relação ao todo do fenômeno – sua pulsação.

A seção anterior afirma que sociedades são sistemas de comunicação constituídos através da espacialidade, por uma propriedade que podemos entender como uma “referência dos atos ao espaço e do espaço aos atos”. Mas a relação entre ato e espaço, vista até aqui como semântica e mental, é também fundamentalmente corporal – ela é mediada pelos nossos corpos em cada um de nossos gestos no espaço. Na verdade, é por meio do corpo que nos relacionamos à extensão, à forma e às complexidades do espaço. Corpos e artefatos devem atravessar a extensão do espaço para produzir suas trajetórias no tempo. Nossas interações copresenciais e a associação de nossas práticas só podem ocorrer se a extensão do espaço entre nossos corpos for superada. Esse enfrentamento com a extensão do espaço é sentido – assim como sua superação é viabilizada – pelo corpo. Assim, nosso agir no mundo material encontra outra propriedade inescapável: uma “aderência dos atos ao espaço e do espaço aos atos”. Na verdade, a centralidade desse fato inescapável na produção e reprodução de sociedades nos passa usualmente despercebida exatamente em função de sua presença constante.

A terceira parte do livro, *Sociedades como sistemas de interação material: forma e dinâmica urbana*, evoca antes de tudo a corporeidade da prática e a tangibilidade do espaço. Aborda cidades como sistemas de interação em profunda dependência da forma. Relaciona os sistemas de comunicação aos sistemas de trocas constituídos por coisas físicas, táteis – artefatos cuja matéria não pode ser simplesmente transmitida, mas movida. Seus capítulos argumentam algo que soa estranho, até duvidoso: a força da inescapável aderência entre ato e espaço termina por moldar espaços, gerar espacialidades para que ato se associe a ato. Entre as espacialidades possíveis, dá forma a *cidades como modos de dobrar a extensão do espaço em estruturas que ampliam, em seus canais e formas, a fluidez e a intensidade da interação tanto comunicativa quanto material – tanto a transmissão de significados e informação quanto a trajetória dos corpos e artefatos*. Entretanto, como dobras do espaço em espaço urbano, tais estruturas terminam por gerar novas extensões e barreiras que precisam também ser superadas pela prática, ainda que ofereçam fluidez e intensidade naturalmente maiores que outras espacialidades, como as não urbanas.

Os capítulos retornam assim à corporeidade dos atos urbanos explorada na primeira parte do livro, para adicionar a ela os circuitos de troca e movimento sem fim que constituem a vida contemporânea. Buscam reconhecer as repercussões da forma urbana para além da sua visualidade, nas instâncias que viabilizam a prática humana. Buscam reconhecer ainda os impactos da forma arquitetônica e urbana sobre práticas sociais e os descompassos na passagem entre ambos. Consistem também de um esforço de aproximação – difícil e necessária – entre desenvolvimento teórico e sua instrumentalização na forma de métodos que permitam entender problemas urbanos, como modos de trazer a teoria para pautar soluções aos muitos desafios urbanos que se apresentam, e de romper com a dicotomia artificial entre teoria e prática.

“Os efeitos sociais da arquitetura” traz como tema a relação entre corpo e forma urbana como meio para a realização da prática. O capítulo discute uma das ideias mais centrais e talvez menos esclarecidas em arquitetura e estudos urbanos: o papel da forma arquitetônica na vida social local. Afinal, a arquitetura pode realmente afetar seus entornos urbanos? Teriam formas arquitetônicas distintas efeitos também distintos sobre o que ocorre nos espaços públicos?

Perguntando inicialmente sobre quais os tipos de efeitos que a arquitetura poderia ter, o texto critica a fixação da teoria, crítica e prática arquitetônicas nos efeitos estéticos e nas reduções usuais do sujeito humano a um sujeito visual e da riqueza da prática social à ideia de função. Reúne argumentos em torno da necessidade crescente de superação dessas limitações arraigadas na disciplina e a necessidade de uma mudança paradigmática: a passagem da ênfase na “visualidade” para a ênfase no papel central da arquitetura na “vitalidade” do social. Entretanto, essa nova ênfase envolve um entendimento da importância do contexto da vida social e sua manifestação *local*. É no “local” que nossa experiência do mundo social se descerra e onde processos mais amplos são produzidos, incidem e se fazem sentir – ali, na vida coletiva que se desdobra às portas da arquitetura e sua relação ao espaço público.

Enfatizando os “efeitos sociais”, o capítulo explora a relação entre *arquitetura e práticas locais como uma tensão entre formas construídas, manifesta e sentida pelo próprio corpo*, no esforço de atuar e interagir. Trata da grande dificuldade de se objetivar esses efeitos, sobretudo considerando a complexidade do contexto urbano e a multiplicidade de

relações entre a cidade e o “social”, atravessando diferentes escalas. Explorando metodologicamente a possibilidade de diferenças nas formas arquitetônicas terem efeitos reconhecíveis sobre nossa apropriação e interação no espaço aberto público e sua relação com o espaço construído, o texto traz uma abordagem capaz de identificar esses efeitos e distingui-los daqueles de outros vetores urbanos, de modo a verificar sua existência e sua extensão.

Traz também os resultados da aplicação dessa abordagem em um estudo empírico de larga escala, na cidade do Rio de Janeiro. Esse estudo mostra correlações consistentes entre características arquitetônicas e fatores sociais, como entre tipologia arquitetônica e a intensidade do movimento pedestre, a presença de grupos em interação no espaço público e de atividades públicas comerciais nos térreos, e a própria diversidade da atividade urbana. Seus resultados mostram as implicações preocupantes entre o tipo arquitetônico hoje predominante na produção imobiliária em nossas cidades e a *diluição da apropriação do espaço público e da economia local* observada nas áreas onde foi replicado. Por fim, o capítulo discute a possibilidade de encontrarmos relações de causalidade entre fatores arquitetônicos e sociais, e desenvolve os fundamentos de uma *teoria probabilística dos efeitos sociais da arquitetura*. Um esforço de busca de uma resposta mais precisa a uma questão que captura a imaginação espacial: o quanto a arquitetura importa para a vitalidade urbana e social?

A atenção aos impactos da forma sobre processos sociais e econômicos tem continuidade em um segundo texto, agora indo além da relação imediata entre arquitetura e dinâmicas locais para focar nas implicações sistêmicas e cumulativas sobre dinâmicas mais amplas da cidade, e levando em conta a responsabilidade da pesquisa em entender essas implicações e apoiar a dura necessidade de gestão desses processos.

“A forma urbana como problema de desempenho” discute formas de aproximar o conhecimento do urbano ao planejamento urbano, com uma atenção especial aos problemas que atravessam nossa vida na cidade. Para tanto, trata de instrumentos úteis nessa aproximação: os sistemas de indicadores, tidos como capazes de evidenciar o estado de processos urbanos. Discutindo uma série de propriedades socioespaciais, o capítulo faz uma crítica a indicadores usuais baseados no apontamento de taxas simples de presença de componentes ou qualidades urbanas.

Sugere a necessidade de indicadores definidos a partir do conhecimento do impacto de propriedades sobre as outras propriedades e dinâmicas da cidade – indicadores verdadeiramente de *desempenho*, capazes de capturar a cidade como fenômeno no qual eventos têm efeitos uns sobre os outros – por exemplo, os modos como diferentes morfologias podem afetar a vida microeconômica e o ambiente. O capítulo discute como podemos chegar a indicadores sistêmicos de desempenho, como a equidade e a sustentabilidade.

O capítulo seguinte avança na atenção às condições da reprodução material. Independentemente do modo de organização social, esses meios terão de ser constituídos por sociedades nas escalas que atingimos hoje. Se elas o fizerem, incluirão a cidade e suas estruturas; e estas impactarão a trama da interação material que envolve todos os atores em uma cidade, mesmo que esse fato seja subestimado, como é frequentemente o caso na pesquisa e nas práticas institucionais.

“A materialidade da interação econômica” analisa a natureza da ligação entre ação econômica e espaço e os benefícios da aproximação entre duas tradições teóricas que têm trazido contribuições sólidas para o entendimento da cidade, as razões sociais para sua existência e o papel de sua espacialidade: os estudos configuracionais urbanos e a economia espacial. A primeira tradição é apta a capturar analiticamente a estrutura espacial e sua relação às redes de atores urbanos; a segunda oferece ricas descrições de sistemas socioeconômicos e da produção de espacialidades. Reconhecendo que toda sociedade, urbana ou não urbana, produz seus meios e estruturas de reprodução material aos quais chamamos “economia”, o capítulo reúne contribuições a uma abordagem sintética e a ampliação de fatores geralmente considerados separadamente: a adição das ligações entre firmas envolvidas na produção e a adição das relações entre oferta de trabalho, acessibilidade e localização dos trabalhadores às abordagens urbanas, usualmente limitadas às relações entre consumidores e fornecedores finais, e de uma estrutura espacial ativa e detalhada às abordagens econômicas. Ao apontar os ganhos dessa aproximação em termos de potencial explanatório, o capítulo sustenta tais aspectos como chaves para uma compreensão mais ampla da dinâmica material e econômica das cidades.



Essas incursões em diferentes dimensões – do sociológico ao experiencial e ontológico, do ético ao político e econômico, e suas materializações – apontam para uma conclusão possível, e que merecerá mais discussão. Veremos que haverá uma convergência intrigante e vital quando consideramos como são produzidas as formas mais ricas do encontro e da interação, a comunicação e a prospecção de ideias, o reconhecimento de identidades e o conhecimento do mundo social em sua variedade, a troca econômica e a possibilidade da ação política cotidiana.

Também veremos nos textos a seguir que essa intrigante convergência de aspectos vitais da prática social não ocorre em qualquer espaço. Ela precisa de um suporte material que terá infinitas formas – nenhum modelo ou ideal, mas propriedades mínimas. Veremos que *o espaço importa*.



Concluindo esta Introdução, vejo que a abordagem que se desdobra nos três momentos que estruturam este livro poderia ser resumida nos seguintes termos:

- O primeiro momento trata da relação entre prática social e espaço mediada pelo *corpo*, entendendo o espaço urbano como capaz tanto de amparar nossos movimentos recorrentes quanto produzir a aleatoriedade necessária para “sociedades como sistemas de encontro”.
- O segundo momento trata da relação entre prática social e espaço mediada por *significados*, entendendo o espaço urbano como um sistema referencial da prática em “sociedades como sistemas de comunicação”.
- O terceiro momento trata da relação entre prática social e espaço mediada pela extensão do corpo e do próprio espaço, entendendo o espaço urbano como dobras capazes de informar e ampliar a fluidez e a intensidade das trocas em “sociedades como sistemas de interação material”.

Esses são os temas e seus entrelaces. Anterior a eles, no entanto, há outro tema mais fundo e que os amarra. Penso que este livro trata, na verdade, da beleza de *uma relação improvável* – uma relação entre coisas de naturezas inteiramente distintas. Nossos atos e experiências em

sua aparente fragilidade são capazes de moldar a materialidade rígida do espaço, dobrado em formas que chamamos “arquitetura” e “cidade” – formas que passam a tomar parte no acontecimento imprevisível da prática. A ligação improvável entre a elusividade dos atos e encontros que se sucedem vertiginosamente no tempo da cidade e que constituem o que chamamos de “sociedade”, e a tangibilidade perene das suas espacialidades, ou que assim parecem aos nossos sentidos, é o real tema deste livro. Meu objetivo é capturar traços dessa ligação por diferentes caminhos: traços traduzidos, recriados pela palavra e pela teoria.

Aqui esbarramos em uma primeira limitação: a trama de movimentos da impressão, pensamento e palavra que é a teoria, em direção ao que se apresenta misterioso. A parcialidade e linearidade desses movimentos condenam o esforço de conhecer a *reconhecer só traços daquela relação fugidia*. Escrevi cada texto por nunca entender completamente tal relação; por nunca ter capturado sua inefabilidade; afinal, como se pode capturar o improvável? Escrevi movido pela estranheza de uma relação que constitui o tecido da nossa experiência e que nos permite viver juntos. Aceito que esse esforço está destinado a ser incompleto.

Ainda, este é um livro de teoria. Como tal, não se furta a um caráter propositivo: busca reafirmar o papel da teoria em uma realidade que urge práticas mais informadas e atentas, enquanto busca reafirmar a centralidade da cidade na transformação de uma sociedade. Vejo este livro também como uma coleção de *passagens* para caminhos teóricos que, em tempo certo, poderão ser mais explorados. Escolhi seu título por cobrir os temas dos textos e os três aspectos sociais abordados até aqui. Entretanto, esses textos não oferecerão, mesmo em seu conjunto, uma abordagem integrada do papel das cidades para sociedades ou uma teoria das relações sociedade-espço. Comporão antes um leque de ideias a respeito dessas relações. Ao ler os textos que compõem este volume, alguém certamente poderia dizer que a própria relação entre “cidade e sociedade” escapa, em seu cerne, a todos eles, e a eles como um todo. Eu não discordaria de uma afirmação assim. Nenhum destes textos buscará capturar essa relação de modo total, mas trazer relances, dimensões suas que vão de algum modo se complementando.

Estes textos são também parte do meu contato progressivo com temas e teorias do social e do urbano. São *aproximações*. Lembro que, logo no começo do meu caminho como pesquisador, imaginei teorias como espelhos, dada sua parcialidade e o problema da “representação”:

“conhecer” demandaria conjuntos de espelhos para o real. Espero que estes textos ofereçam um pequeno mosaico de espelhos, ainda que inevitavelmente incompleto.

Notas

1 “The nineteenth-century dislike of Realism is the rage of Caliban seeing his own face in a glass. The nineteenth-century dislike of Romanticism is the rage of Caliban not seeing his own face in a glass”, no Prefácio de *O Retrato de Dorian Gray*. Caliban é o personagem disforme da peça *A Tempestade*, de Shakespeare.

2 Lévi-Strauss (2008).

3 Lembro-me das palavras de Chauí sobre “a contingência e a dispersão dos acontecimentos” (Chauí, 2006, p. 21).

4 *Ibidem*.

**SOCIEDADES
COMO SISTEMAS DE
ENCONTRO**

**a segregação
sobre o corpo**

A restrição da interação e as tramas do afastamento social

A segregação é um fenômeno marcante na experiência social e urbana. Ela parece atravessar continuamente nossas possibilidades de convívio, pode ser sentida quando usamos os espaços de uma cidade, parece presente o tempo todo. Ela se manifesta em diferentes culturas e regiões, e se mostra tão antiga quanto a própria cidade. A segregação parece até moldá-la, ou ao menos impregnar muitos dos seus lugares.

Uma das noções mais simples e poderosas de segregação é a de Freeman¹: “restrições sobre alguma forma de contato social entre pessoas que possuem características socialmente relevantes”. Segregação é uma forma de restrição da interação – uma restrição que opera através de diferenças. Um aspecto intrigante e difícil da segregação é que carregamos em nossos próprios corpos os sinais das idiosincrasias que definem nossas identidades – sinais que não podem ser evitados ou abandonados; exatamente os sinais pelos quais somos diferenciados e reconhecidos. Se pensarmos em segregação como uma forma de restrição à interação, perceberemos que ela envolve o corpo e é reconhecida na presença ou ausência do próprio corpo. Se concordarmos com essa definição inicial, poderemos em seguida admitir que o problema da segregação segue vivo aí fora. Elusivo, torna-se visível quando carros são queimados em Paris, nos ônibus distintos dos imigrantes em Foggia e nas diferentes áreas para diferentes classes no Rio de Janeiro.

O espaço da cidade é, assim, tido como parte do problema: é usualmente visto como a *materialização* e o *meio* para a segregação. Por opção ou por não haver opção, grupos compartilhando crenças, comportamentos, raça, classe, níveis de renda ou estilos de vida vivem próximos entre si. Vemos a segregação espacial como uma forma de distância social. O espaço separa.

Entretanto, as pessoas dificilmente ficariam estáticas em áreas segregadas. Elas se movem na cidade e vão a diferentes áreas em di-

ferentes situações – como nos deslocamentos para o trabalho ou para lugares de socialização. Pessoas socialmente diferentes podem passar e compartilhar os mesmos lugares. Elas podem estar lado a lado no metrô ou na rua. Poderíamos até pensar que essa mobilidade tornaria o espaço uma forma obsoleta de segregação. Mas se esse é o caso, por que ainda observamos a segregação como parte ativa da vida social nas nossas cidades? Se somos tão móveis, por que o Outro permanece quase um desconhecido?

Não obstante, sugiro que uma resposta para a pergunta-chave sobre como experienciamos a segregação social em sociedades contemporâneas ainda implica um papel ativo do espaço urbano – um papel que, contudo, não pode ser contido na segregação territorial. O cerne do meu argumento é que, dado que nossas sociedades são, entre outras coisas, *sistemas de encontro* envolvendo alta mobilidade e complexidade, temos de examinar o espaço para além das visões usuais da segregação espacial. Fazendo uma crítica aos modos como assumimos o espaço como explicação da distância social, este capítulo prepara os fundamentos para um estudo renovado do problema – uma abordagem apta a introduzir a relação entre nossos encontros como possibilidades de reconhecimento do Outro. Coloca a ênfase nas rotinas e na copresença como aspectos da integração social; nas diferenças nas formas de vida social e nas capacidades ativas na formação das redes na topologia dos atores. Propõe uma forma de abranger nossas ações e movimentações diárias de modo a considerar os *espaços da copresença e encontro, e da ausência e desencontro como constitutivos da segregação*.

Essa intenção implica adentrar em uma trama sem fim de atos e apropriações da cidade. Para tanto, a abordagem se apoia em um uso eclético de ideias, da visão da segregação de Linton Freeman à ênfase no encontro como elemento da integração social de Anthony Giddens. Espera assim mostrar as ações e mobilidades dos atores urbanos moldando o *potencial integrador ou segregador do encontro* em uma cidade. Essa seria uma mudança de foco para longe da segregação relativamente estável dos lugares – onde a separação é assumida em vez de demonstrada em sua manifestação social – em direção ao papel do espaço e do corpo na mediação dos contatos entre atores diferentes. Defendo a necessidade de entender a segregação social de forma mais dinâmica, ao considerar como ela é reproduzida nas trajetórias da ação das pessoas

no espaço urbano. Essa abordagem é desenvolvida como um meio de entender as formas como o Outro é invisibilizado em nossas rotinas – um modo de verificar como a distância social se instala na vida cotidiana, diferenças sociais se tornam afastamento estrutural e o Outro, uma forma desconhecida de alteridade.

Essa reformulação da espacialidade da segregação colocará o corpo, meio e sinal de identidades e diferenças, e seus atos como as instâncias onde a segregação é socialmente desvelada e vivida. Em outras palavras, em contraste com uma literatura tradicionalmente focada nas dimensões territoriais, pretendo posicionar o *corpo como central na espacialidade da segregação*. O objetivo é mostrar como as circunstâncias urbanas do encontro geram as possibilidades da interação e da *emergência de diferentes redes sociais* em uma mesma cidade, configurando por vezes mundos sociais distintos onde o Outro permanece desconhecido. Ao fazer isso, espero mostrar que o espaço ainda tem um papel chave na segregação, na verdade mais profundo que visões usuais permitem ver – um papel que pode nos ajudar a entender mais completamente nossa experiência contínua da segregação: um processo sutil de afastamento social que opera, em última instância, sobre o corpo e através do corpo.

Breve crítica de um reducionismo: a segregação como divisão social do espaço

...relações sociais são tão frequentemente e inevitavelmente atravessadas por relações espaciais; [...] distâncias físicas são ou parecem ser tão frequentemente aproximações das distâncias sociais.²

Robert Park

Essa frase extraordinária de Park, um dos principais teóricos da Escola de Chicago nas primeiras décadas do século XX, sintetiza uma lógica que até os dias de hoje caracteriza nossa visão do “socioespacial”: o entendimento das relações (e distâncias) sociais e espaciais em uma espécie de fusão, como se o social não apenas fosse diretamente expresso no espacial e vice-versa, mas explicasse suficientemente o modo como o outro domínio é definido. A segregação é um caso exemplar: uma forma de controle social aparentemente definível por sua pura espacialidade. De

fato, essa fusão parece assumida em tal intensidade que a segregação *espacial* passa a abranger qualquer forma de segregação, e a espacialidade das áreas segregadas passa a ser uma condição suficiente para explicar a falta de interação entre os socialmente diferentes. Traços dessa visão da segregação relacionada a lugares mais do que ao comportamento das pessoas em si podem ser reconhecidos já no detalhado trabalho de Charles Booth sobre os padrões de renda, classe e distribuição residencial em Londres, em 1889 (figura 1).



Figura 1 – O trabalho pioneiro de Charles Booth (Londres, 1889) associa padrões de renda e comportamentos à localização das classes sociais. Já aqui há sinais da forma urbana usada para explicar a distância entre classes.

Esse entendimento encontrou suporte teórico nos trabalhos de Park sobre as relações espaciais como um substituto adequado para o

estudo das relações sociais, e no estudo seminal de Burgess sobre segregação residencial em cidades americanas (figura 2).³ O modelo de zonas socialmente distintas na padronização do crescimento urbano de Burgess foi tremendamente influente. A agregação de atores socialmente similares – compartilhando níveis similares de renda e poder – é de fato largamente inerente ao processo de produção espacial e na localização residencial mediada por valores do solo. Sob um processo circular gerado pela dinâmica econômica, grupos sociais diferenciados em função da renda, que cooperam produtivamente, ao mesmo tempo competem pelas melhores posições e vantagens no espaço urbano.⁴ O resultado é um padrão de localizações de áreas específicas de habitação localmente homogêneas enquanto distintas entre si – uma cidade onde atores, em seu conjunto, viveriam dissociadamente. Seria possível gerar “mapas da segregação social” pela observação da morfologia urbana e da localização dessas áreas.



Figura 2 – Burgess e seu modelo de zonas urbanas naturalizam a segregação.

Muitas linhas de trabalho se desenvolveram a partir dessa visão.⁵ Schelling⁶ mostrou como os efeitos das preferências individuais na localização se desdobram em padrões de segregação residencial não intencionados (figura 3), e como uma sociedade integrada quase inevitavelmente terminaria transformada em uma sociedade segregada mesmo que nenhum indivíduo preferisse esse caminho (Schelling ganhou um prêmio Nobel por esse trabalho).

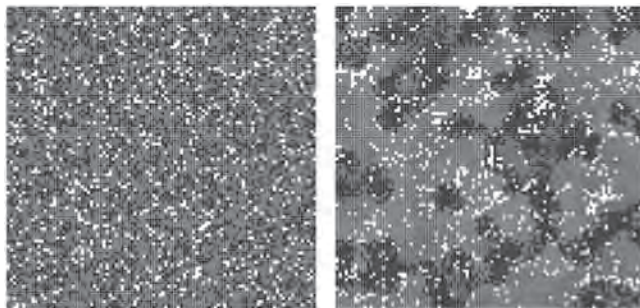


Figura 3 – Aplicação do modelo dinâmico de segregação residencial: Schelling afirma que a segregação é um resultado frequente das interações, mesmo se indesejado pelos atores.

Farley detectou que a segregação residencial por razões etnoraciais era muito maior que a segregação por classes sociais em cidades americanas, um padrão independente de variações na educação, ocupação ou renda.⁷ A ênfase no espaço como uma aproximação suficiente para entender as implicações da segregação social se relaciona de perto com a segregação residencial (figura 4). Certamente as dinâmicas de segregação residencial como produto e meio para a instalação da segregação social são ainda tópicos de interesse de pesquisa.⁸



Figura 4 – Padrões de segregação residencial por etnia e raça em Nova Iorque.

A fixação na dimensão territorial da segregação pode ser claramente relacionada às origens do conceito: a observação de uma persistente segregação etnorracial em cidades americanas e em outros países reconhecida desde Burgess e Park. Mas essas questões também são afetadas pela epistemologia latente nessas abordagens: a visão das relações sociais e espaciais sob o ponto de vista das longas *temporalidades*

da *produção* em vez da *reprodução*. A diferença entre esses processos é enorme: a produção se refere aos processos históricos que constituem o que entendemos como estruturas – tanto sociais quanto espaciais; a reprodução, aos eventos como se apresentam no presente em decorrência dessas estruturas, recursivamente replicando-as e eventualmente marcando possibilidades de mudança e nova direção.

A tendência epistemológica a objetivar processos históricos de longa duração tem implicações. Primeiramente, conceitos são gerados de modo mais afeito a essas condições. Nesse caso, abordagens assumem uma visão estrutural da segregação como a expressão espacial de um processo envolvendo relações e conflito de classes. A segregação, assim, é vista como consequência material de uma diferenciação social profunda, uma divisão do social manifestada na fragmentação do espaço urbano. A distância social seria uma decorrência da ocupação social homogênea de áreas por grupos específicos, e essa forma de ocupação representaria as condições espaço-temporais do contato entre atores socialmente diferenciados. Disciplinas distintas como a geografia e economia, sociologia e estudos urbanos abordam o fenômeno em enfoques análogos, adotando como um dos instrumentos de análise espacial o mapeamento de áreas socialmente distintas.

A segunda implicação se refere exatamente às instâncias da realidade socioespacial deixadas de lado por essa ênfase dominante. Podemos intuitivamente ver que a segregação é um fenômeno dinâmico (isto é, que ocorre na variação do tempo), mas como poderemos descrevê-la com essa característica, ocorrendo na temporalidade dos nossos atos no presente? A abordagem quase estática e espacialmente míope das áreas segregadas não identifica os componentes da dinâmica social, tais como as situações de interação e movimentação dos atores, as quais compõem a vida social e nas quais repercute o problema de fato. Se considerarmos apenas a diferenciação espacial entre classes e não o fenômeno ocorrendo no tempo do agora, corremos o risco de não vermos *como* a segregação molda as relações sociais entre os grupos, impondo a distância social e a invisibilização do diferente.

Assim, a *espacialidade* da segregação é, na maioria das abordagens, aquela das periferias e áreas internas diferenciadas; sua *temporalidade* é aquela da produção de estruturas sociais estratificadas em homologia com um espaço urbano segmentado. A segregação é vista

como uma forma de diferenciação social espacialmente manifestada, tendo a fraca interação de grupos e de classes e a distância social como resultados. O espaço é, assim, tomado como uma aproximação para o afastamento social. O fato de que o conceito de segregação teve como contexto original o problema da segregação etnorracial e sua manifestação na forma territorial é geralmente esquecido, e a ampla definição de segregação como restrição ao contato social é reduzida e assumida como simples decorrência da separação espacial. A instância de *reprodução* da segregação é teoricamente desabilitada: as ações segregadas da população e a instalação da distância social na vida cotidiana permanecem fora dessas abordagens.

Essa crítica nos leva a supor que (i) particularidades contextuais claramente motivaram a redução espacial do conceito de segregação; (ii) essa dependência contextual do conceito foi geralmente esquecida; e (iii) a ideia de controle territorial tem sido aplicada mesmo em contextos onde outras forças segregadoras podem estar em jogo e ser mais relevantes.⁹ Essencialmente, proponho reverter essa visão, e considerar casos em que as relações entre distâncias social e espacial sejam entrelaçadas de modo mais complexo.¹⁰

Essa reavaliação da espacialidade da segregação é ainda mais necessária se tomarmos em consideração os complexos padrões das *apropriações do espaço* e as *mobilidades* de grupos sociais distintos. Desde Park e Burgess, a mobilidade é ou representada por constante migração, tendo a lenta temporalidade da localização residencial como expressão, ou interpretada de modo estrutural como “mobilidade social”.¹¹ Tempo e espaço inerentes à mobilidade como capacidade de participar em situações sociais ou urbanas têm sido subestimados, uma visão encontrada ainda na abordagem recente de Maloutas¹² aos aspectos contextuais da segregação, nos quais a mobilidade ainda é limitada à lenta transformação de padrões residenciais e sociais. Por sua vez, a presente abordagem traz uma visão da mobilidade mais próxima àquela de Simmel – uma propriedade ligada a um “mundo em fluxo, cujos conteúdos substantivos são eles mesmos dissolvidos em movimento”¹³: o movimento em tempo real no espaço da cidade.¹⁴ Gostaria de conectar explicitamente as circunstâncias dos encontros com as diferenças sociais e as capacidades de mobilidade no espaço urbano, as quais podem ou não ser compartilhadas. Sobretudo, gostaria de explorar tal relação de modo a romper com a redução espacial da segregação à divisão social do espaço.¹⁵

Para tanto, gostaria de retomar o conceito de Freeman de segregação como restrições ao contato social: “Toda restrição à interação, envolvendo o espaço físico ou não, é uma forma de segregação – no espaço social”.¹⁶ Essas restrições frequentemente tomam a forma de *homofilia*, a tendência dos atores associarem-se àqueles com características similares, com impactos sobre grupos de solidariedade (Bolt et al.), integração da comunidade (Maly) e mobilidade em redes sociais (Jackson).¹⁷ Freeman, um dos primeiros a estudar sistematicamente a segregação usando análise de redes sociais, observou que “medidas existentes de segregação não se referem a limitações impostas sobre a interação, mas a restrições ao acesso a algum espaço físico”.

A afirmação de Freeman parece fazer sentido. Contudo, podemos abordar o fenômeno como parte do cenário dinâmico da vida social da cidade através de considerações mais precisas dos aspectos temporais e espaciais menos visíveis da segregação como restrição da interação e como mecanismo de distância social, tocados com dificuldade pelas abordagens usuais. Assim, teríamos condições de entender como a segregação é presente nos atos e relações entre atores em um espaço urbano – portanto, mais diretamente relacionado à dinâmica social do que às diferenças geográficas de localização. Tocáramos aqui as condições da interação de atores socialmente diferentes, e o faríamos para além das áreas segregadas. Gostaria de expandir essa ideia desenvolvendo os fundamentos teóricos para uma abordagem alternativa da segregação socioespacial a partir da aproximação de uma “imaginação sociológica” a uma “imaginação espacial”.¹⁸ No entanto, poucos estudos têm sido capazes de dar explicações efetivas e minuciosas das complexidades da relação sociedade-espaço. Vejamos quais ideias podem nos ajudar nessa intenção.

Para além da segregação territorial: copresença, *habitus* e integração social

Desenvolverei uma abordagem para compreender o dia a dia da vida social como a instância da efetivação da segregação como restrição da interação. Iniciemos, por simplicidade, pela dimensão social. Teremos de construir uma abordagem ao social menos estrutural, mais afeita à temporalidade do agora e das espacialidades da ação cotidiana. Para tanto,

utilizarei um conjunto de conceitos, começando pelos de *copresença* e *encontro* (de Goffman) como fatores de integração social (Giddens), passando pelo conceito de disposição à ação – o *habitus* – e em função de nossas posições no espaço social (Bourdieu), e, finalmente, o conceito de rotinização da prática (Giddens). O *habitus* e a rotinização serão fatores ativos na definição das situações sociais nas quais nos envolvemos. Terão um papel na moldagem das sequências dos nossos encontros e interações, e na condução da nossa vida social.

Esses itens comporão um cenário urbano no qual a diferenciação social operará gerando distinções nos fluxos das nossas ações em padrões de encontro e interação que tenderão a envolver certas possibilidades e certos atores, e não outros. Buscarei relacionar essas dinâmicas sociais ao espaço urbano: ver o espaço, internamente diferenciado, como parte das tramas diferenciadas do encontro. Esse passo será apenas introduzido no final deste capítulo, para ser o tema do capítulo seguinte.

Uma definição de segregação como restrição da interação significa trazer ao centro do problema a importância estrutural do encontro na integração de um sistema social. Encontramos aqui a possibilidade de relacionar a definição de Freeman a abordagens ao social de Goffman e Bourdieu, Giddens e Habermas.¹⁹

Erving Goffman trata das condições da copresença física dos atores, o passo elementar para o estabelecimento do encontro e do que chama “interação focada” e “não focada”. Ocupou-se de mapear as situações de interação e destacou a importância das situações e contextos das atividades cotidianas e formas de relação entre atores. Considera a “interação” como séries de encontros a partir da situação de copresença e define “encontro” como uma unidade de interação focada, isto é, quando indivíduos se direcionam um ao outro por meio do olhar, o contato olho no olho, gesto e fala. As relações sociais são construídas a partir da repetição de tais situações.²⁰ A passagem da copresença à interação e ao relacionamento social ocorre a partir de processos de “negociação” da reciprocidade entre atores dentro da série de encontros.

A ênfase nas situações contextuais da copresença e encontro em Goffman traz um potencial interessante para ampliar nosso entendimento das condições da interação, sobretudo sob a influência da segregação urbana. Mas carece de um reconhecimento de vetores sociais operando nessas situações e entre atores envolvidos. Um primeiro vetor inclui as diferenças sociais e as capacidades dos atores para a participa-

ção nessas situações sociais. Um segundo vetor tem a ver com a divisão das atividades sociais em naturezas e papéis distintos, sob o ponto de vista da reprodução social – um fator determinante na configuração do encontro. Vejamos esses vetores como condições da interação.

(1) Pierre Bourdieu oferece um conjunto de conceitos apropriado para capturar a gênese das condições da interação moldadas pela diferença social: a relação entre “espaço social”, “campos sociais” e o *habitus*. Bourdieu trata a questão da diferenciação social adicionando complexidade a leituras a partir das classes. O *espaço social* é a estrutura de posições diferenciadas dos atores em uma topologia que varia de acordo com itens como capital cultural e capital social. *Campos sociais*, por sua vez, consistem em um sistema de diferenciação dos atores em grupos reconhecíveis dentro do espaço social, sobretudo pela definição de *estilos de vida*.²¹ O conceito permite uma abordagem mais rica da composição dos sistemas sociais que o conceito usual de classe, mas esses conceitos não são de modo algum incompatíveis.

Como mostra o próprio Bourdieu, a formação dos gostos e estilos de vida sofre influência das possibilidades de comportamento abertas por diferentes níveis de renda – um aspecto também presente em definições mais recentes de classe social, como a de Giddens, que ampara a presente abordagem: “um agrupamento de pessoas em larga escala que compartilham recursos econômicos semelhantes, os quais influem fortemente sobre o estilo de vida que são capazes de levar”.²² Essa influência está ativa na formação do leque de interesses latentes em determinadas práticas (por exemplo, hábitos de consumo) e no desenvolvimento de características comportamentais relativas a certo contexto social. O sistema de posições prevê a aproximação prática entre atores em função das suas posições nessa topologia social e do *habitus*, noção aristotélica redefinida por Bourdieu como “sistema de disposições generativas”:

[É] preciso afirmar [...] a existência de um espaço objetivo que determina compatibilidades e incompatibilidades, proximidades e distâncias; [...] que as classes que podemos recortar no espaço social (por exemplo, por exigências da análise estatística que é o único meio de revelar a estrutura do espaço social) não existem como grupos reais, embora expliquem a probabilidade de se constituírem em grupos práticos.²³

A aproximação entre atores se dá em função de similaridades de estilos de vida, as quais têm, por sua vez, origem em suas posições no espaço social. Interesses e semelhanças de gostos e estilo de vida influenciados ainda por capacidades econômicas poderão ser ativos na constituição das relações sociais e na formação de grupos. Diferenças nesses aspectos dificultariam a aproximação entre atores diferenciados. Colocando essa visão em uma leitura dinâmica, as características dos atores serão ativas na geração das situações de possível copresença, encontro e sua passagem para interação e relações duráveis. As diferenças dos *habitus* e campos sociais poderiam ser vistas, assim, como elementos para a coesão entre os similares e para a separação entre os diferentes em suas práticas e em suas possibilidades de interação. Entretanto, existem atividades que superam as diferenças engendradas por estilos de vida e campos sociais. Vejamos agora o segundo vetor ou condição da interação.

(2) A diferenciação das situações sociais a partir da compartimentação das atividades em papéis distintos dentro da reprodução material é igualmente determinante na configuração do encontro. A observação da distinção das atividades sociais (e os espaços onde ocorrem) demanda, contudo, conceitos de outra tradição teórica, que tratarei como *interações instrumentais e não instrumentais*. Derivo esses termos de uma leitura que inicia no conceito de ação social de Max Weber e sua clássica taxonomia. “Ação social” em Weber é “confinada aos casos nos quais o comportamento do ator é orientado, mediante significados, à ação de outros”, e toma caminhos como o da ação racional e a ação afetiva.²⁴

Uma expansão desse conceito pode ser encontrada na teoria social de Jürgen Habermas e sua distinção entre “ação instrumental” e “ação comunicativa”, a partir da ancoragem da ação em uma racionalidade estratégica e instrumental ou na busca do entendimento intersubjetivo, respectivamente – ambos com papéis na dualidade dos processos de reprodução social.²⁵

Seria interessante manter essa dualidade proposta por Habermas e enfatizar um modo particular da ação: a “interação” como atividade intersubjetiva. Ao modo de interação mediado pela linguagem, podemos adicionar, lembrando Goffman, o *corpo* e as interações mediadas pelos sentidos como possibilidades de interação. *Interações não instrumentais* ocorrem em situações sociais em que os atores envolvidos encontram-se

em atuações recíprocas, sem fins de reprodução material, mas simbólica, e sob um mesmo papel social. As *interações instrumentais* consistem de contatos em atividades de produção e reprodução material, e constituem-se, sobretudo, nas esferas do trabalho e do consumo, envolvidas em certos níveis de pragmatismo ou pré-configuradas dentro de limites apropriados ao formato de relação meramente funcional.

Fundamentais na integração de sistemas sociais, as interações instrumentais não são pouco importantes para *sentidos subjetivos* de integração social. Contra distinções da atividade intersubjetiva em categorias como as ações de subsistência (as necessidades do viver) e o trabalho (a produção dos artifícios e do ambiente artificial) de Arendt²⁶, situações de interação instrumental envolvem o que vimos Goffman chamar “interação focada”. Envolvem ainda conteúdos significativos carregados de interesses pessoais, ainda que haja limites mais claros no seu escopo e extensão temporal. No entanto, sob a luz do problema da segregação como restrição da interação, as interações sob papéis sociais distintos típicos das atividades instrumentais não podem ser considerados com o mesmo potencial de troca e reconhecimento intersubjetivo que as situações não instrumentais.

Avancemos na leitura do papel das ações e interações dos atores em seus contextos sociais. Ações frequentemente complementam-se e tendem a repetir-se, ao menos quanto a sua natureza ou tipo, resultados de necessidades individuais e coletivas recorrentes. A complementação, continuidade e repetição das ações dos atores consistem no que chamamos de *rotinas sociais*. O desempenho das atividades que viabilizam um sistema social depende da implicação das ações e troca de informações entre atores. Depende fundamentalmente da copresença, encontro e interação, assim como depende do que Giddens define como *rotinização* desses processos. Uma chave para o entendimento da segregação sobre o corpo pode ser encontrada na compreensão da rotinização da vida coletiva, e na conformação das rotinas de atores socialmente distintos principalmente em função da renda e campo ou classe social.

Podemos convergir a leitura das disposições dos atores à ação a partir de sua posição no espaço social e do papel das ações como parte de modos de organização social sob forma de rotinas e ações complementares. As semelhanças e diferenças de *habitus* gerarão *compatibilidades e incompatibilidades entre as ações dos atores* em suas vidas e

rotinas na cidade, e refletirão sobre a possibilidade de contato e o conhecimento dos atores entre si. A noção de rotinização terá ainda a ver com um aspecto temporal explícito: a possibilidade do que Giddens chama “serialidade de encontros”. As rotinas institucionalizadas, definidas e sistematizadas pela sua prática recursiva, materializadas, organizadas e circunscritas nas instituições onde são desempenhadas, determinam o grupo de atores que comporão o leque de relações sociais de cada um. Elas definem as situações de tempo e espaço nas quais nossos relacionamentos se produzem e reproduzem diariamente.

A integração em um sistema social não se refere apenas às compatibilidades de valores ou ideologias como dados de “coesão social”, como a “solidariedade mecânica” de Émile Durkheim, ou às dependências funcionais mútuas entre atores, típicas do que o próprio Durkheim chamava “solidariedade orgânica”.²⁷ Em um sistema integrado, tais características sociológicas não se imporão como limitação às possibilidades de copresença. *A integração social se refere antes de tudo à existência da possibilidade de os diferentes atores de um sistema social compartilharem situações de copresença e interação.* Aqui, minha leitura se aproxima mais de Giddens do que de Durkheim.

Uma noção de integração social nessas linhas ainda permitirá uma aproximação de interesse com a noção de “urbanidade”. A afinidade entre os conceitos de integração social e o de urbanidade tem o potencial de oferecer pontes para a articulação sistemática entre a teoria social e a teoria urbana – ao ponto de eventualmente perdermos a noção de bordas entre ambas, como acredito que deva ser um dos horizontes dessas disciplinas.²⁸

A formação de redes na topologia social

Vimos o conceito de espaço social como uma topologia ou sistema de posições dos atores. Contudo, as condições de realização da “probabilidade de se constituírem grupos práticos” tratadas por Bourdieu não são explicadas pela topologia social. Precisamos entender *como* a probabilidade de constituição de grupos se materializa na realidade através de situações reais de aproximação na vida cotidiana. Se pudéssemos chegar a esse entendimento, avançaríamos também na compreensão da

segregação como restrição da interação. Para tanto, precisamos de uma descrição detalhada da dinâmica interna de um sistema social, explicitando as rotinas e as possibilidades de copresença em uma determinada situação espaço-temporal. A reprodução contínua das aproximações e distâncias entre atores é inerente ao que podemos chamar “dinâmica social” cotidiana, o conjunto das práticas dos atores no tempo e no espaço da cidade – ou, mais precisamente, as sucessões e simultaneidades das ações, movimentos, encontros, interações e atividades urbanas a partir de suas intenções e possibilidades, posições e papéis diferenciados.

Endereçarei analiticamente essas propriedades e dinâmicas por meio de uma versão particular do conceito de *rede social* como padrão de conexões sociais formadas por diferentes tipos de laços entre as pessoas, motivados por diferentes razões e sociabilidades mutáveis no tempo.²⁹ O conceito de rede social que desenvolverei ao longo destes capítulos opera a partir de dois elementos: os *atores* e as *ligações* entre eles, constituídas também por dois elementos, que são os *relacionamentos sociais* em si (interações recursivas) e as *situações espaço-temporais* que possibilitam e estruturam as relações, isto é, as situações nas quais larga parte das relações ocorrem. A ligação entre atores é potencial, como se fossem membros de uma matriz interligável por atividades e movimentações nos espaços urbanos. A matriz de ligações entre atores se efetiva, na vida cotidiana, como *interseções das suas ações* – a partir das quais eles encontram-se e, através da repetição, podem estabelecer relações de curta ou longa duração. Diariamente, infinidades de novas interseções de fluxos pessoais de ação ocorrem. Os atores cujas ações apresentam interseções sob forma de situações sociais compartilhadas tendem, desse modo, a se conhecer gradativamente, e ainda descobrir contatos em comum, como rastros reconhecidos de uma matriz de ligação invisível. Os encontros sucessivos que constituem as ações de um dado ator podem, em certo momento, colocá-lo em contato com outro ator em relação ao qual pode entrelaçar sua linha de ação, desviá-la e provocar, a partir de tal sobreposição de ações, modificações na constituição de séries de novas interseções.

Uma rede social se apresenta, desse modo, como um *emaranhado de ações, encontros e relações entre atores na topologia do espaço social* constituída por situações de copresença no tempo do cotidiano e no espaço urbano. Assim, a sucessão de interseções entre linhas de ação

individuais, sob forma de encontro e de relacionamentos sociais, muda constantemente o panorama de situações que virão a ocorrer para o ator, incluindo chances de produzir novas ações, a participação em atividades e a formação de grupos.

A representação das redes sociais

Os estudos de redes sociais são uma tradição na sociologia. Há uma área conhecida como *Social Network Analysis* (SNA), ativa desde os anos 1950³⁰, que já buscava formalizar o estudo das redes sociais muito antes do termo ganhar popularidade a partir dos anos 1990, com o nascimento das redes eletrônicas de comunicação, como a internet, ou as redes digitais de socialização que se popularizaram nos anos 2000. A tradição da SNA tem foco na análise de fenômenos variando dos microestruturais, como epidemias ou relações de poder ou difusão de informação dentro de grupos (figura 5), aos de grande escala, como as *small-worlds networks* – envolvendo com frequência a teoria dos grafos e um espaço sem dimensões materiais – um espaço abstrato, de pura topologia.

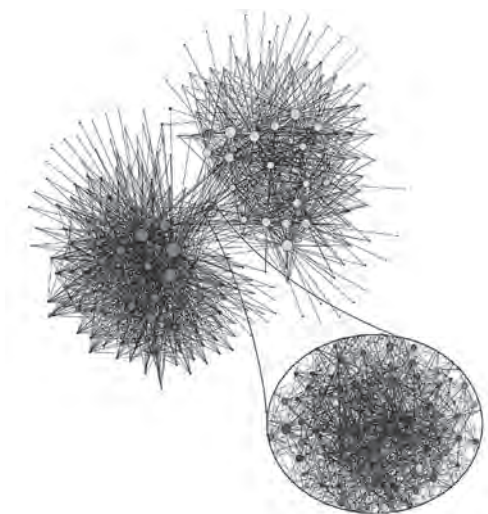


Figura 5 – Redes sociais segregadas e comunicações por telefones móveis registradas entre 2,6 milhões de pessoas de duas comunidades linguísticas na Holanda (pontos no grafo), e a interação delas (linhas).

Minha abordagem, contudo, antes de aspirar à precisão quantitativa na análise de redes sociais, visa construir um modelo conceitual, um

recurso analítico potencialmente útil para entendermos a formação e os princípios de coesão dos grupos relacionados a campos e classes sociais. Essa representação deverá ser, portanto, capaz de considerar os componentes já mencionados: os atores de um dado sistema social urbano, suas atuações ou linhas de ação, e as situações sociais de copresença e interação sucessivas e simultâneas no tempo, as quais efetivarão o entrelaçamento das linhas de ação e o conhecimento entre atores.

Uma abordagem nesses contornos requer uma inversão da visão estrutural usual das redes sociais, desligadas de situações sociais, bem como do problema do tempo e do espaço. Assim, os atores sociais serão aqui representados como *linhas temporais* em um espaço social similar ao de Bourdieu, por ora livre das complexidades da realidade espacial, mas com a importante consideração da passagem do tempo – guardando assim a propriedade da dinâmica de um sistema social. A possibilidade de aproximação dos atores por meio de situações sociais é representada nas interseções das linhas de ação dos atores, como os *pontos* visíveis no figura 6, representando a copresença no momento da situação social específica, envolvendo interação focada ou não focada, instrumental ou não instrumental.

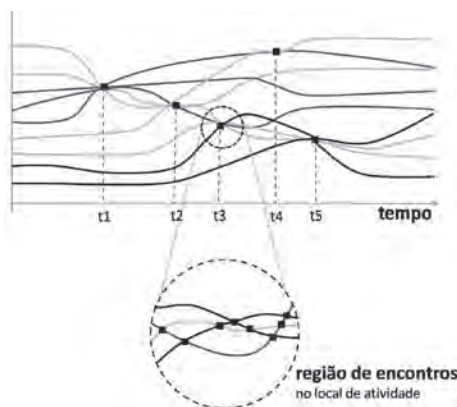


Figura 6 – Representação das redes sociais no tempo.

Essa redução analítica da dinâmica das ações e encontros em sucessão e do entrelace de atores em suas rotinas a dois componentes básicos tem a intenção de preservar e explicitar características do fenômeno real, como as possibilidades de encontro, formação de relações e a sucessão das situações no tempo. Mostra-se, portanto, como um *modelo*

conceitual do fenômeno, no sentido de reconhecê-lo e interpretá-lo, ainda que fazendo uso de reduções. Trata-se de compreender e representar seus constituintes e inter-relações, de modo a capturá-lo em níveis de sua totalidade e propriedades.

O conceito de redes sociais aborda atores em suas dinâmicas relacionais no tempo-espaço da cidade, e visa entender até onde a instância microestrutural influi em composições mais reconhecíveis de um sistema social. A noção de redes sociais parece útil como instrumento capaz de acessar sistemicamente processos complexos envolvendo diferenças aparentes de escala e componentes de materialidade variada, de difícil descrição – como o caso do fluxo de encontros sucessivos e simultâneos, encadeados no tempo.

A abordagem via conceito de rede social levará ainda à produção de mapas da simultaneidade e da sucessão de ações individuais – as linhas de ação de cada ator. Se reuníssemos as biografias (as linhas existenciais) de cada um e as circunstâncias de presença e interação com outros atores, teríamos visualizáveis a história detalhada de um sistema social, sua dinâmica interna, e como relações foram efetuadas no tempo e espaço urbano. Mapas dessa natureza, se completos, mostrariam como situações urbanas vão progressivamente aproximando ou afastando determinados atores e grupos em tempo real – os processos de *agregação* e de *segregação* entre atores.

O estudo das redes, se levado a esse grau de detalhe e precisão, poderia revelar propriedades estruturais e dinâmicas de um sistema social, incluindo fenômenos como o afastamento estrutural entre atores diferenciados, como tratarei a seguir. Naturalmente, essa intenção demandaria formas de observação, registro e controle de dados aparentemente impossíveis de serem alcançadas. Essa foi ao menos a limitação encontrada historicamente nos estudos da Social Network Analysis. Tal aparente impossibilidade, entretanto, vem sendo superada graças às tecnologias da comunicação móvel e da computação. Veremos adiante que diferentes estudos têm conseguido mapear trajetos e a copresença a partir de registros deixados pelo uso de telefones celulares. As possibilidades de entendimento dessas dinâmicas ampliam-se, assim, drasticamente.

Como esses conceitos podem ser úteis em um entendimento renovado do problema da segregação? Podemos relacionar os conceitos de

classe e de rede social na forma de uma terceira noção, híbrida: a ideia de redes sociais que operam a partir das disposições da ação e interação geradas no interior de classes sociais distintas. Essa ideia depende, naturalmente, de explicações detalhadas sobre o processo da formação dessas redes.

As redes que operam no interior das classes

Estruturalmente, não há conflitos entre a noção de redes e os conceitos vistos até aqui: é possível à noção de redes representar simultaneamente categorias de escalas sociológicas distintas, tidas em princípio como pouco compatíveis, como a de campo social ou mesmo a de *classe*. A representação da ação, situações sociais e relações entre atores sob forma das redes sociais permite endereçar com certa clareza a estrutura e a formação de grupos em campos e classes sociais. Não terei condições aqui de demonstrar empiricamente as dinâmicas de formação de redes sociais nessas escalas – mas terei condições de trazer evidências empíricas da existência de diferenças nas condições materiais da formação de redes sociais *pessoais* para atores diferenciados e de redes sociais de *classe* operando no espaço urbano, consistentes com essas descrições.³¹ Tais evidências darão suporte para os fundamentos da abordagem da segregação em redes introduzidos neste capítulo.

Para entendermos a dinâmica das redes, vejamos como ocorrem as agregações entre atores. Vimos que um sistema social é uma matriz de ligações potenciais entre atores, e depende, além das interações instrumentais de produção material e de organização institucional, da sobreposição de redes pessoais motivadas a partir de interações *não instrumentais*, como as afetivas, e *instrumentais*, como as de trabalho. Dentro de um sistema social, as redes de campo ou classe não devem ser entendidas como redes fechadas, nas quais todos os atores conhecem-se entre si. São antes redes de probabilidade de conhecimento e relação. *A probabilidade de encontro* é um *fator generativo* na formação das redes sociais no interior da classe.

Como a probabilidade do encontro teria papel na formação das redes? Haveria diferentes probabilidades de encontro ativas na formação de diferentes redes? Há um *fator qualitativo* nas agregações entre

atores: o que Bourdieu chama *critérios de compatibilidade*.³² Esses critérios tocam aspectos como similaridades de ideologia (digamos, a afinidade a um partido político), religião, gostos por música, literatura ou lazeres específicos, a proximidade de faixas etárias, afinidades de gênero etc. Todas essas possibilidades são elementos de aproximação maior em um dado grupo ou campo social. São ainda fatores que trazem complexidade para a noção de redes, e podem ter como consequência a exclusão de outros atores e grupos – e, em certos casos, ser condição de divisões sociais mais profundas.

Em contextos de integração social, entretanto, a coesão de um dado grupo não representará a ausência de contato entre grupos ou atores, ainda que implique na redução da possibilidade desse contato. Diferenças de renda e posições sociais – e sobretudo sua dispersão em níveis de renda de baixíssima a alta renda frequente em países de grande desigualdade social – terminam por condicionar compatibilidades de *habitus*. Níveis de renda semelhantes permitem que atores se exponham às mesmas situações sociais, como, por exemplo, a possibilidade de consumo em certo shopping center ou o acesso a certo serviço. Essa característica tende a funcionar como um elemento de potencial agregação.

Como essas compatibilidades influenciam a prática da socialização e formação de redes pessoais? Redes são formadas a partir das ações dos atores em seus contextos sociais imediatos.³³ Ações em contextos imediatos terminam por envolver a geração de encontros. Esses encontros, se repetidos, levarão à formação de redes pessoais que, adiante, constituirão progressivamente redes sociais.³⁴ Este é o fator de estruturação das redes sociais no interior de campos e classes sociais: a sobreposição de redes pessoais a partir do conhecimento dos atores entre si e das possibilidades de encontro a partir de situações sociais e das similaridades das disposições entre atores.

*Encontro ⇔ Interação focada ⇔ Relacionamento ⇔ Formação de rede pessoal
⇔ Conexões de redes pessoais por compatibilidades de habitus e situações
de encontro ⇔ Formação de rede social no interior do campo ou classe*

Esses fatores estão ativos simultaneamente nas dinâmicas internas de um sistema social. A similaridade de disposições práticas ou

habitus amplia a probabilidade de encontros e de sobreposição de redes pessoais, dependendo ainda do tamanho do sistema social e sua topologia, e da interatividade dentro e fora de seus campos sociais.

Similaridades sociais ⇔ *Aumento da probabilidade do encontro* ⇔ *Probabilidade da interação* ⇔ *Formação da rede social no interior do campo ou classe*

No interior da rede de campo ou classe, linhas de ação dos atores tendem a entrelaçar-se menos ou mais frequentemente, devido às suas disposições e às situações sociais compartilhadas localmente. Esses entrelaces são, portanto, decorrentes de fatores como a similaridade de estilos de vida, de ações de trabalho ou da proximidade na localização da habitação, e são geradores de encontros entre os similares. A ligação nessa matriz potencial de atores se dará a partir da compatibilidade de práticas e rotinas, responsáveis pelo aumento ou redução da possibilidade de copresença em um mesmo lugar e tempo. A coesão interna nas redes sociais será função tanto do grau de conhecimento *efetivo* quanto do conhecimento *potencial* entre atores. Em função de seus estilos de vida e meios materiais similares, atores tendem a ter ligações maiores dentro de seus campos e classes que fora deles. Por extensão, redes sociais com formação dentro de certo campo ou classe tendem a ser internamente mais coesas.³⁵

A reprodução do afastamento social

Coloquemos esses princípios da formação de redes sociais a serviço do entendimento de como a segregação social é produzida e reproduzida no cotidiano – ainda sem incluirmos o espaço de modo explícito e termos, portanto, uma explicação frágil, sem sua condição material evidenciada. Vimos até aqui que:

- A relação entre a produção da diferença social (por campo, classe, etnia etc.), a geração do *habitus* e as ações dos atores devem ser levadas em conta, se o objetivo é compreender a segregação como restrição da interação e sua extensão da forma de um afastamento social reproduzido diariamente.

- A sucessão das ações no tempo envolve *diferenciação, compatibilidades e rotinização*, aspectos que constituem e viabilizam a vida coletiva e a reprodução social.
- As probabilidades de entrelaçamento de linhas de ação serão maiores entre atores socialmente similares, com a sobreposição das redes pessoais a partir das possibilidades de copresença em situações espaço-temporais engendradas a partir do *habitus* e rotinas daí decorrentes.
- Essas observações trazem a noção do “tempo presente” ou tempo-real, a ênfase no momento em que as ações, interações e relações se constituem no cotidiano.

Porém, essas observações ainda não explicam completamente como segregação adentra o cotidiano e o processo estrutural que chamamos comumente de “distância social”. Ainda que haja diferenças de renda e elas sejam decisivas na determinação do acesso a situações sociais disponíveis, não existem fortes diferenças estruturais entre as rotinas de atores de grupos de renda distintos. Para avançar na compreensão desses problemas, foquemos agora na questão das classes. Devemos considerar as restrições da renda quanto às atividades que compõem as rotinas dos atores. A participação em situações sociais, como o estudo em escola pública ou particular, o comportamento de consumo e o padrão de preço ou status, a natureza e a localização do trabalho, o acesso às situações e lugares de lazer, entre outras tantas, serão moldados pelo nível de renda e pelas possibilidades oferecidas, sobretudo no que se refere ao custo da participação.

Rotinas típicas de classe poderão estruturar-se em torno de situações sociais geradas dentro das possibilidades de acesso abertas por seu nível de renda, associadas à diferenciação nos gostos de classe e *habitus*. Muitas situações são acessíveis a partir de um patamar de renda que permita absorver custos como parte das práticas: certos shopping centers ou restaurantes serão utilizados tanto por grupos de renda média quanto de alta renda. Por outro lado, as situações de copresença de atores de rendas distintas sob os mesmos papéis sociais (os quais aumentam a possibilidade de interação não instrumental) tenderão a ser mais rarefeitas em sistemas sociais desiguais.³⁶

Em função desses atritos ou facilidades de participação distintos para atores socialmente distintos, as redes pessoais de atores de menor

renda tendem a não se sobrepor às redes pessoais de média e alta renda.³⁷ Em outras palavras, há tendência de redução do número de atores comuns a essas redes. A probabilidade do encontro e sua efetivação na interação se mostram como elementos de coesão das classes internamente, assim como da integração maior entre classes de média e alta renda – potencialmente maior que a da média à baixa renda. Esse é, naturalmente, um importante fator de segregação cotidiana das classes de menor renda em relação às demais.

Essas hipóteses devem buscar suporte empírico, como veremos adiante. Até aqui, nossa construção teórica nos diz que as ações dos socialmente similares tendem a se entrelaçar progressivamente no cotidiano através das situações as quais compartilham. Tal entrelaçamento estruturaria redes sociais relativamente coesas internamente. Paralelamente, estruturariam o afastamento entre os diferentes, pela lógica dos encadeamentos das situações sociais. Podemos reconhecer na descrição desse processo os momentos da *instalação do afastamento social no cotidiano*. Estruturação e reprodução são implicadas: o resultado da coesão social é também o meio que reproduz continuamente o afastamento. A distância social invade e conquista o cotidiano através da sucessão de interações restritas no espaço urbano.

A instalação do afastamento social pode impor danos severos. Gostaria de levantar algumas hipóteses complementares sobre os modos como geraria uma *divisão no mundo social* para além das causas macroestruturais socioeconômicas. Situações e contextos que organizam as existências dos socialmente similares – reproduzindo práticas similares, cujo sentido passa a constituir o universo de objetos, valores, necessidades e desejos do ator – o modo como entende e se relaciona ao seu mundo. Rotinas direcionam-se a si mesmas; práticas passam a remeter ao seu próprio universo, não havendo espaços para referências àquelas de outras socialidades.³⁸ Esses fluxos autorreferentes da prática passam a constituir-se como *formas de organização social* – fluxos distintos fluindo sempre para dentro de si.

A movimentação das redes sociais em dinâmicas próprias produziria uma descontinuidade entre diferentes subsistemas sociais, que se apoiam sob o ponto de vista da ação instrumental e da produção econômica, mas se constituem socialidades distintas. A autossuficiência interacional e simbólica de suas próprias práticas permite ignorar outros

campos sociais. Assim, a recursividade das práticas diferenciadas, imersas em sua própria sucessão, torna-se chave na formação de *diferentes mundos sociais* – os mundos que envolvem atores em formas de vida social específicas. A imersão do ator em maior probabilidade de encontros e ações entrelaçadas a de seus similares mostra-se tanto como vetor quanto resultado desses processos.

A invisibilização da alteridade

A análise da reprodução contínua do afastamento social não equivale à análise das diferenças motivadas por renda ou gostos para entender a distância entre classes (como usualmente tratado na teoria social), mas como essas diferenças percebidas estaticamente se transformam em “diferenças dinâmicas”, na sucessão das atividades e práticas; envolvendo assim, necessariamente, o tempo. A partir dessas ideias, será possível desenhar um “sistema de afastamento social” aparentemente apto a apontar limitações em visões usuais da segregação social. O sistema de afastamento social aqui proposto parte de um *sistema de desvios diferenciais* na topologia de Bourdieu, em direção a uma explicação das dinâmicas da distância social, incluindo o tempo como fator ativo e os processos de rotinização nos quais os atores estão imersos. Esses são elementos de uma descrição das instâncias de estruturação do afastamento social como constitutivo da dinâmica de sistemas sociais desiguais.

Gostaria de dar um primeiro fechamento a essa discussão fazendo uso da noção de invisibilização social, ainda que a utilize numa dimensão analiticamente distinta da leitura de David Harvey sobre o poder. Segundo Harvey, a invisibilização consiste na capacidade de uma posição politicamente e economicamente dominante invisibilizar a perspectiva de um outro grupo social, estereotipando-o como “diferente” – uma espécie de “demarcação da alteridade”.³⁹

Podemos adicionar a essa leitura política o fato de que a *ausência do contato e o entrelace das ações dos atores socialmente diferentes também serão condição da invisibilização do Outro*. O estudo da segregação em redes permite levantar questões sobre a uma *desobjetivação da alteridade* no universo do ator. O afastamento e a formação dos diferentes mundos sociais passariam a desmontar a possibilidade da interação

efetiva dos diferentes – uma desobjetivação da própria possibilidade de conhecer e experimentar outras formas de viver. Condicionam a experiência do ator e limitam sua realidade à sua própria prática e a seu leque objetivo de interesses, valores e atenções. A experiência exclusiva do próprio mundo social é a consequência e o fator de fixação de grupos no interior das classes.⁴⁰

Assim, a “invisibilização da alteridade” não remete somente às instâncias da produção da exclusão social motivada pela renda e posição do ator nas relações de produção ou no que Bourdieu chama espaço social, ou às práticas do poder político abordadas por Harvey. Remete à sua efetivação no dia a dia, quando diferenças sociais moldam vidas condicionadas nos processos de rotinização, nas formas de apropriação dos espaços da cidade, na geração de possibilidades de construção de relações sociais, nas formas de convívio. Trata-se da instância de tempo na qual as diferenças sociais operam por meio de práticas e relacionamentos, compondo a vida social. A abordagem da reprodução aqui desenvolvida busca entender *como a segregação impregna nossas atuações urbanas, e como a diferenciação social gera a distância cotidiana entre os diferentes.*



A divisão do mundo social e a invisibilização do Outro no cotidiano da cidade serão graves consequências da dinâmica de sistemas sociais moldados pelas redes segregadas do encontro e pelo lugar dos corpos dos atores nesta insuspeita – e por isso mesmo envolvente – espacialidade da segregação. O espaço terá um papel fundamental na dinâmica de encontro e nas possibilidades de interação dos atores de diferentes classes e na formação desses diferentes mundos sociais ao impactar as *formas de apropriação do espaço urbano* desses atores. Esse será o tema do próximo capítulo.

Notas

1 Veja Freeman (1978, p. 413; 2006).

2 “It is because social relations are so frequently and so inevitably corrupted with spatial relations; because physical distances, so frequently are, or seem to be, the indexes of social distances [...]” (Park, 1967, p. 68).

3 Burgess (1928). Veja ainda Wirth (1938).

4 Esses processos são largamente explicados pela economia espacial. Veja os trabalhos pioneiros de Hansen (1959) e Alonso (1964); na geografia humana, veja Harvey (1973); em contexto brasileiro, veja Villaça (1998).

5 Veja Liberson (1961) sobre assimilação étnica; Tauber e Tauber (1964) sobre imigração étnica; Guest e Weed (1976) sobre relações causais na segregação social e residencial; Massey e Denton (1988) sobre padrões espaciais da segregação racial; e Quillian (2002) sobre segregação racial e imigração; Fagiolo et al. (2007) e Pancs e Vriend (2007), entre outros.

6 Veja Schelling (1969; 1971; 1978).

7 Farley (1977).

8 Portugali et al. (1994); Singh et al. (2009); Maly (2009); Nagle (2009); Koning (2009) e Vaughan e Geddes (2009).

9 Esses argumentos apareceram com mais clareza nas minhas trocas com colegas do *International Journal of Urban and Regional Research* (IJURR). Agradeço aos pareceristas anônimos e ao então coeditor do periódico, Jeremy Seekings, por suas sugestões.

10 Veja Chamboredon e Lemaire (1970).

11 “A ecologia humana [...] assume que a origem da mudança social [...] seria encontrada na luta pela existência e no crescimento, na migração, na mobilidade e na distribuição territorial e ocupacional das pessoas que a própria luta envolve” (Park, 1967, p. 230-1) – tradução do autor. Veja ainda a excelente discussão de Tonkiss (2005) sobre a Escola de Chicago.

12 Maloutas (2004) propõe que a mobilidade social não leva necessariamente à mobilidade residencial; muitos atores socialmente móveis (que ascendem ou descendem no sistema de classes) permanecem em suas localizações, um aspecto importante da segregação que esclarece os achados de Farley (1977) sobre a diversidade de classes dentro de áreas segregadas racialmente. Veja ainda Maloutas (2007).

13 Frisby em Maloutas (2004, p. 195).

14 Nesse sentido, eu discordo com a interpretação equivocada da noção de mobilidade de Simmel, fortemente relacionada à velocidade das dinâmicas da cidade moderna, como ligada a mobilidade social no sentido de Park e Burgess, a qual endereça a temporalidade da migração e do crescimento de áreas urbanas. A diferença temporal entre essas noções é precisamente aquela entre “reprodução” e “produção”.

15 Brun e Rhein (1994).

16 Freeman (1978, p. 413; 2006).

17 Bolt et al. (1998), Maly (2009); Jackson (2007).

18 Expressão de Mills em Giddens (1984); Soja (1992) falava, analogamente, em uma “imaginação geográfica”.

19 Goffman (1967; 1992), Bourdieu (1983; 1989; 1996), Giddens (1984) e Habermas (1984a).

20 Duck (1992).

21 Bourdieu (1996; 1983).

22 Giddens (1991, p. 251).

23 Bourdieu (1989, p. 136-137).

24 “[Social action is] rather confined to cases where the actor’s behavior is meaningfully oriented to that of others” (Weber, 1978, p. 23). Acentuo a ambiguidade do termo “meaningfully oriented”, que em Weber envolve “no nível do significado”, isto é, comportamentos que têm sentido e conteúdos na forma de significados – a associação de Sinn e Bedeutung – ou do que Habermas (1984, p. 96) chama “relevância semântica”. A ação é desdobrada em quatro tipos: a ação instrumental racional (zweckrational), orientada de acordo com seus fins, meios e resultados; a ação racional em função da formulação autoconsciente de valores como causas ou convicções (wertrational); a ação determinada por afetos e sentimentos; e a ação baseada em tradição ou hábito.

25 Veja Weber (1978); Habermas (1984a) e Honneth (1987).

26 Arendt (1987).

27 Durkheim (1999).

28 Explorarei a articulação entre os conceitos de “integração social” e o de “urbanidade” no capítulo “Urbanidade e a condição do Outro”, neste livro.

29 Derivo essa noção de Marques (2010; 2012); cf. Wasserman e Faust (1994).

30 Para revisões dessa literatura, veja Wasserman e Faust (1994) e Marques (2010; 2012).

31 Veja o capítulo “Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência”.

32 Bourdieu (1996).

33 Veremos no capítulo seguinte a dimensão espacial desses contextos, que romperá com a necessidade da proximidade e da contiguidade típicas da segregação territorial.

34 Veja trabalhos sobre a criação e transformação de redes pessoais, como Grosseti (2005); sobre dinâmicas temporais, veja Bidart e Lavenu (2005); para relações entre redes sociais e segregação territorial, veja Marques (2010).

35 O capítulo “Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência” trará evidências empíricas desse princípio de formação social – e de distâncias sociais.

36 As interações instrumentais em que atores têm papéis sociais distintos, como vimos, inibem certas possibilidades de interação e não oferecem as condições para uma experiência mais ampla do indivíduo socialmente diferente, em virtude das marcações de formas de contatos dentro de certos limites.

37 Veremos dados empíricos vinculados a essas observações no capítulo “Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência”.

38 O termo “socialidade” é corrente na teoria social, ainda que de modo polissêmico, e entendido como uma propensão à associação e à formação de grupos, como as práticas da associação e da ação conjunta, como os próprios grupos e a forma de vida social, ou como a natureza, estado e qualidade de “ser social”. Meu uso do termo reconhece esse complexo híbrido, focando sobretudo na disposição e nas práticas da associação como meios de reprodução de grupos e de uma forma de vida social.

39 Young em Harvey (1992b).

40 Compare esta discussão da “invisibilização da alteridade” com a de Bauman (2001) e minha exploração da condição do “reconhecimento do outro em sua alteridade” no capítulo “Urbanidade e a condição do Outro”, neste livro. O impacto desse processo sobre o ator ou sobre os processos de subjetivação social não será tema deste texto – com a ressalva da observação de tratar-se de um aspecto constitutivo do mesmo fenômeno. É necessário estar atento a esse fato para evitar incorrer numa mera descrição analítica sem peso ou descolada da complexidade do fenômeno e de suas repercussões. A análise, assim, deve ser intentada mais como uma biópsia teórica do que uma dissecação analítica de um corpo inerte – isto é, o procedimento analítico desenhado nesta investigação não deve levar à morte do corpo, à desconsideração de aspectos e de amarrações em outros planos que visem tornar presente e vívido o problema, e preservar a importância ontológica do tema.

Classes sociais, mobilidades e a apropriação do espaço urbano

A segregação é uma forma de restrição da interação dos socialmente diferentes. Nessa condição, ela se impõe sobre os nossos atos na cidade, e tem no corpo sua última e decisiva instância de efetivação. Ela opera sob a forma de um controle da presença e ausência, impacta a probabilidade do encontro e traz reduções significativas à possibilidade do contato entre os diferentes. Está ativa no momento de nossa participação em situações urbanas, e na definição das pessoas com as quais estabeleceremos relacionamentos. Ela molda o modo como nossas redes sociais pessoais se formarão. Essas mesmas dinâmicas cotidianas se encarregarão de engendrar e reproduzir configurações no interior líquido do mundo social – um afastamento que moldará ainda socialidades e nossa experiência do Outro. Esse tecido de presenças e ausências entre os similares e diferentes têm, ainda, uma forte dimensão espacial. Elas serão construídas e efetivadas a partir da nossa relação com os espaços da cidade. Em outras palavras, os lugares da ação e movimentação dos atores terão um papel-chave na restrição da interação.

Para entendermos o papel do espaço urbano na condição elusiva da segregação, que instala a distância social em nossos cotidianos, precisaremos capturar a espacialidade dos nossos atos, dos lugares do trabalho e da habitação, lazer e socialização, passando pelos espaços dos trajetos cotidianos e os modos de enfrentar as distâncias entre os lugares do agir conjunto. Teremos de reconhecer os modos de nos relacionarmos ao espaço e, fundamentalmente, verificar se há quaisquer características nesses modos que possam ser consistentemente associadas às diferenças identificadas entre atores, campos ou classes sociais.

Para tanto, precisamos buscar uma forma de entender a materialização das redes da topologia social que vimos moldadas pelo

habitus e a condição das classes sociais em ação no tempo, e descrever como essas ações acontecem no espaço. O objetivo é considerar a ação no tempo como parte de um processo que se dá a partir do espaço. Uma representação apropriada do espaço permitirá reconhecer os lugares das situações sociais e seus conteúdos. A partir dela, será possível reconstruir os encontros e a formação de redes sociais tendo a diferenciação como condicionante. Essa abordagem nos levará a entender a segregação como consequência de uma estrutura de circunstâncias de espaço e tempo envolvendo a presença e a ausência dos atores socialmente diferentes na cidade.

Avançaremos assim na mudança progressiva do foco na explicação da segregação – dos territórios segregados para as formas de atuação urbana. Chegaremos a essa outra descrição a partir de algumas proposições. Observaremos diferentes formas de apropriação do espaço por diferentes classes sociais em função das diferentes capacidades de movimentação e participação em situações sociais. *Padrões de apropriação* serão identificados a partir dos níveis de mobilidade e complexidade nas atividades e percursos urbanos dos atores. Uma ideia de complexidade de apropriação será sugerida de modo a nos ajudar a entender a cidade como *locus* de apropriações diferenciadas para sujeitos diferenciados. O conceito de padrões de apropriação, por sua vez, permitirá decompor a trama complexa de atos individuais que compõem a dinâmica cotidiana de uma cidade em *redes sociais espacializadas* e, como tal, reconhecíveis.

A estrutura espacial da ação

Para entendermos as ações dos atores como parte de redes segregadas, será necessário abordá-las como atreladas e manifestas no espaço. As interações focadas e a produção dos relacionamentos sociais dependem de circunstâncias de recursividade de encontros, mais facilmente desenvolvidas durante atividades ocorridas em certos locais. Os locais de atividade são, nesse sentido, regiões de encontro – um termo que lembra a fenomenologia de Alfred Schütz¹ – e de possibilidade de recursividade. Regiões de encontro, na expressão do geógrafo Edward Soja, são *nodalidades urbanas*.² As nodalidades consistem nos espaços de situação da vida social, importantes na contextualização da ação – lugares com

conteúdo social ou significado para o ator, por expressar e representar atividades que envolvem a presença de outros atores.³ As nodalidades se assemelham a “redemoinhos sociais”, os quais convergirão para determinadas posições no espaço em virtude da natureza das situações ali desenvolvidas e dos critérios de participação envolvidos. A convergência de atores em tais lugares entrelaçará suas ações e os disporá à interação.

As redes sociais serão, assim, constituídas e estruturadas por esses lugares quando estes tomam parte da composição das ações individuais e das situações sociais que vão progressivamente envolvendo indivíduos. Esse é um modo simples o bastante de compreender a amarração das redes sociais aos lugares que constituem o espaço urbano. A sucessão de encontros entre atores – a interseção e entrelace de suas linhas de ação em pontos sucessivos do tempo – ocorrerá frequentemente nos mesmos lugares no espaço.⁴ As redes sociais convergirão, deformando-se e reproduzindo-se constantemente em função de situações sociais em pontos do espaço urbano. Um único lugar ampara diversas situações no tempo e “apreende” constantemente linhas de ação – mesmo que ocorridas em tempos diferentes (figura 1). As linhas de ação poderão se aproximar de forma intermitente, repetitiva e eventualmente simultânea no lugar.

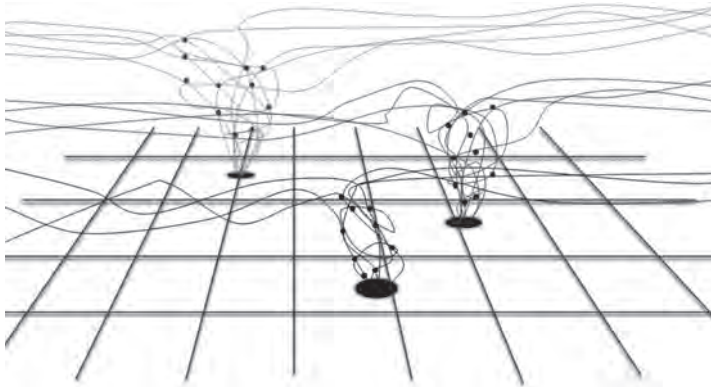


Figura 1 – Lugares de atividade convergem atores e suas linhas de ação.

Agora podemos ver a cidade como um caleidoscópio de lugares articulados que atraem para si uma infinidade de linhas existenciais – uma multiplicidade de nós que convergem e entrelaçam as linhas temporais das nossas atuações. Redemoinhos sociais aproximam uns atores

entre si mais que outros; uns recursivamente, outros por breves instantes; articulam, através de atividades parcialmente e temporariamente conjuntas, a vida coletiva. Situações se darão diretamente ligadas a atividades de reprodução material, como o trabalho; outras, a atividades de reprodução simbólica, como a socialização – todas influenciadas pelo *habitus* e pela disponibilidade de renda, que definirão a composição do leque de situações sociais das quais os atores participarão.

Entretanto, o caleidoscópio urbano das convergências e divergências das trajetórias de vida dos atores não é absolutamente caótico. As interações, entrelaces e amarrações das ações nessa coleção variada de lugares são elementos ativos – eles ocorrem de forma *sistêmica*. Como veremos adiante, trata-se de situações e atividades que se distribuem pelo espaço urbano umas *em relação* às outras. Ao convergirem trajetórias de vida intermitentemente, articulando-as entre si, os lugares urbanos se mostram como os espaços da socialização das práticas, estruturando a vida social – e conseqüentemente estruturando a vida de cada ator. Em resumo, as nodalidades são centros de composição e recomposição constante de rotinas e encontros, e de potenciais de entrelaçamento dos atores em encontros futuros. Nesses locais, redes pessoais se sobrepõem e se reconfiguram, novos contatos e relações surgem, instrumentais e simbólicas, o tempo todo. Assim, as nodalidades urbanas interferem continuamente na formação das redes sociais e na dinâmica de um sistema social, produzindo constantes rearranjos em processos de produção material e de reprodução de valores e *habitus*. São as situações em que a vida social será descerrada.

A homologia entre redes sociais e espaciais

O esforço de espacialização das redes sociais deverá encontrar uma representação compatível com as características das redes vistas até aqui. É importante que estas possam preservar suas características ao envolver o espaço urbano. Sigamos essa intenção. Representamos as redes sociais por “linhas de ação” do ator no tempo, e por pontos, os momentos nos quais as situações sociais e contatos ocorrem. Essa consideração, evidentemente esquemática, deve servir para compreendermos como essas redes constituem-se no tempo e no espaço urbano. Devemos ima-

ginar, em seguida, o caleidoscópio urbano composto por *redes de vias* de acesso e movimentação e por diversos lugares de atividade dispostos em posições definidas, mas variáveis no tempo, dentro da trama.

De forma análoga, se tomarmos a ação dos atores no tempo como as linhas entre os lugares das situações sociais, poderemos reconhecer que esses pontos correspondem aos pontos de atividade localizados na trama de espaços da cidade, onde potencialmente ocorrem os encontros. Cada pessoa desloca-se entre essas situações no espaço-tempo urbano. Portanto, há uma relativa equivalência entre as *linhas de atuação* dos atores no tempo (as redes sociais) e as *linhas de ligação* entre lugares da atuação no espaço (as redes espaciais). Podemos reconhecer que as tramas de ação tendem a amarrar-se às redes espaciais na medida em que os lugares das situações sociais são os espaços onde as práticas sociais emergem na cidade. Podemos, desse modo, reconhecer as redes espaciais de atividades e deslocamentos como a materialização das tramas da ação social (figura 2).

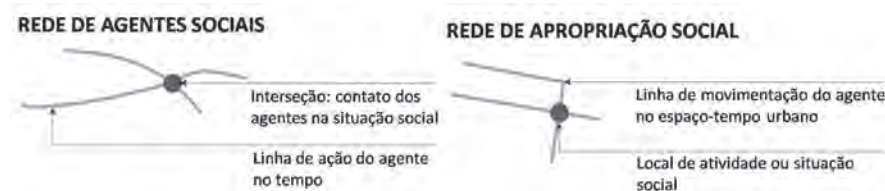


Figura 2 – Princípios de homologia na representação: componentes das redes sociais em ação no tempo apresentam correspondência nas redes de apropriação do espaço urbano.

A linha representa as propriedades materiais do movimento do ator. O movimento se inicia em uma determinada posição do espaço urbano onde o ator encontrava-se em situação de atividade relativamente estática, limitada no espaço interno da edificação – até o local de destino (o lugar de nova atividade). A linha gráfica é um expediente intuitivo de representação sincrônica capaz de registrar a mudança de posição no espaço – um registro que o movimento real do ator, naturalmente, não conserva.

Entretanto, nem todos os contatos e interseções das linhas de ação dos atores ocorrem nos lugares de atividades, construídos ou livres: muitos encontros ocorrem nos espaços públicos da rua. Entretanto, essa observação não invalida a correspondência entre representações, dado

que as situações usualmente mais contundentes na efetivação da interação envolvem encontros arranjados na forma de atividades urbanas, em locais de apropriação corporal relativamente estática – no interior de espaços arquitetônicos ou lugares abertos. As possibilidades de contato no espaço público da rua tendem a ser mais voláteis e, portanto, menos profícuas que aquelas ocorridas em lugares onde encontros convertem-se em interações, situações podem se repetir e relacionamentos, emergirem. Ambas as formas de encontro e interação serão relevantes no reconhecimento mútuo entre os socialmente diferentes – mas dependerão dos modos como elas emergem no espaço urbano.⁵

Classes e padrões de apropriação do espaço

O conceito de *apropriação social* é particularmente útil para o entendimento desses modos de relação corporal com o espaço como estímulos para modos distintos do encontro e possibilidades de interação. Complexo, refere-se tanto ao momento da produção quanto ao momento do uso e experiência dos espaços urbanos. O termo é um dos mais centrais na compreensão da cidade – uma tradição que passa pelo trabalho seminal do filósofo Henri Lefebvre. A teoria urbana e arquitetônica tende, no entanto, a relacioná-lo mais a aspectos da prática espacial do que a produção do espaço também como forma de apropriação. Mesmo dentro desse sentido mais restrito, o termo “apropriação” é mais amplo que a ideia de uso do espaço, que remete a uma relação pragmática ou mesmo funcional.

Minha utilização do termo não envolverá nesse momento seu sentido experiencial ou sua dimensão psicológica. Considerarei o aspecto corporal da apropriação manifestado na ação social sobre os espaços urbanos. Esse aspecto da apropriação social, de traços mais visíveis ou autoevidentes, será essencial para revelar a cidade como não disponível para todos os seus habitantes da mesma maneira e na mesma intensidade. Será essencial ainda para mostrar as diferenças na relação dos atores com o espaço urbano como meio das ações individuais e seus entrelaces na construção de mundos sociais. Pretendo, portanto, ligar a ideia de apropriação social com as possibilidades de interação nos espaços da cidade – de forma a entender *como e onde* o fenômeno da segregação sobre o corpo ocorre.

Mas o espaço faz diferença na capacidade de apropriação das pessoas? Que características espaciais importariam para estimular ou desestimular a apropriação? A acessibilidade, por exemplo, importa. Em uma cidade caracterizada pela segregação social, a configuração das próprias ruas para ampliar ou reduzir a acessibilidade constitui-se em um importante fator – tanto na formação de áreas segregadas quanto na apropriação de áreas em comum. A configuração das ruas se relaciona ainda às nodalidades urbanas. Existem fortes relações entre configuração, localização de atividades e a movimentação – temas frequentes de pesquisas bastante apoiadas em evidência empírica.⁶

O reconhecimento da acessibilidade e dos lugares de atividades será um passo-chave no presente estudo. Primeiramente, vimos que lugares envolvem interação *social*: como nodalidades urbanas, é em seu interior que boa parte da vida social ocorre, como os encontros e a comunicação. Segundo, lugares envolvem interação *espacial*: a atratividade dessas atividades e lugares é geradora de movimentos. Na atração gerada pela atividade, os movimentos na cidade serão realizados em função da posição das atividades na trama urbana. O movimento será “desenhado” conforme a sua configuração. Assim, tecidos urbanos fragmentados tenderão a condicionar percursos menos diretos e mais complexos.

Essas propriedades do que podemos chamar “morfologias da apropriação” se relacionam ainda a outro item muito importante: os *modos de transporte* utilizados para vencer as distâncias intraurbanas. Veremos que veículos privados dependerão das direções do fluxo de trânsito e contarão com flexibilidade de escolha de caminhos. Movimentos realizados por meio de transporte público serão mais restritos e condicionados pelas linhas disponíveis.

Finalmente, os espaços de atividade são passíveis de apropriação segregada de acordo com a predefinição de públicos a utilizá-los. Sociedades fortemente desiguais são especialmente caracterizadas por essas distinções de público – em decorrência de interesses específicos de campo e classe sociais, poder de consumo, mobilidade ou mesmo por meio de dispositivos de controle social e vigilância explícitos.

Esses fatores, entre outros, serão importantes na compreensão da segregação urbana como fenômeno dinâmico. Além disso, esses fatores também se afetam mutuamente. Condições econômicas ou impõem ou ampliam possibilidades de atuação para atores diferenciados. A aces-

sibilidade e localização das atividades, incluindo a habitação, e as formas de movimento são igualmente condicionadas. Finalmente, as pessoas podem não percorrer os mesmos espaços nas mesmas formas. Objetivos, lugares de atividade, formas de movimento e percursos podem apresentar diferenças para atores socialmente diferentes, bem como semelhanças entre atores associados a um certo grupo social. Essas diferenças e semelhanças podem ainda ser suficientemente consistentes para configurarem *padrões de apropriação* reconhecíveis e distintos.

“Padrão” é um termo de aplicação ainda problemática em estudos urbanos, em função de sua conotação pragmática e frequente associação à redução de fenômenos a estruturas reconhecíveis. Quero argumentar que é exatamente nessa limitação que está a relevância do termo. A busca de padrões é um recurso cognitivo intuitivo e útil para compreendermos aspectos e possíveis regularidades nos fenômenos (sejam eles objetos ou processos). Naturalmente, não precisamos nos limitar a um padrão e não devemos nos dar por satisfeitos ao reconhecê-lo. Muito da riqueza dos fenômenos está exatamente no que escapa a padrões reconhecíveis: diferenças às vezes inexplicáveis; idiosincrasias e riquezas que povoam o fenômeno e o diferenciam de todos os demais.

Entretanto, o reconhecimento de um padrão em meio a heterogeneidades pode nos dizer muito. Um padrão pode ser entendido em relação às razões para dado fenômeno ter sua existência ou forma de um modo específico e não de outro – razões as quais podemos explorar para entendê-lo. Esses arranjos estruturais determinam a forma da coexistência e articulação interna dos seus elementos. São seus parâmetros estruturais. No caso da segregação como restrição do encontro, diferentes padrões de apropriação significam a existência de formas de se relacionar com os espaços da cidade reconhecíveis em suas particularidades e diferenças. Características específicas encontradas nos trajetos dos atores permitirão o reconhecimento de modos e estruturas típicas de movimento e apropriação dentre a infinidade de movimentos e apropriações individuais – genéricas, mas capazes de capturar com alguma precisão as práticas espaciais de um dado conjunto de atores, em função das atividades que realizam, como realizam, com que recursos e meios, e onde.

Descreverei as possibilidades típicas de movimento e atividades de atores de diferentes classes sociais a partir de agora, buscando elementos específicos da apropriação do espaço urbano em uma sociedade desigual.

Mobilidades distintas

Examinemos as possibilidades de apropriação a partir dos modos de deslocamento na cidade – pedestre e veicular público e privado.

Movimento pedestre – a geometria dos percursos pedestres é essencialmente fragmentada, um emaranhado formado por uma sucessão de diferentes ruas com frequente mudança na direção do movimento. No caso de atores que dependem fundamentalmente do transporte coletivo em sua movimentação pela cidade, o movimento pedestre cobre a distância entre a habitação e a parada de ônibus, e os percursos tendem a ser compostos de poucos segmentos de rua (faces de quarteirão). O raio de movimento pedestre geralmente inclui um pequeno número de quadras em função da cobertura das linhas de ônibus nos bairros, utilizadas para cobrir distâncias maiores, para além das atividades do entorno, nos tempos exigidos pelas rotinas individuais.

Movimentos por meio do transporte coletivo envolvem trajetos de viagens fixados percorrendo conjuntos determinados de espaços urbanos. Vários trechos de rua compõem os trajetos dentro dos bairros; trajetos tendem a ficar menos intrincados ao chegar à via principal, onde seguirão, sobretudo, em direção ao centro da cidade ou a centralidades locais. A apropriação depende das geometrias dos trajetos do transporte sobre a estrutura urbana. Em certas localizações é possível utilizar linhas transversais, o que minimiza os tempos de viagem e o uso de linhas diferentes. A possibilidade de variação de trajeto é frequentemente limitada, o que pode restringir a possibilidade de apropriação de parte dos espaços públicos. Os movimentos podem constituir polígonos, quando trajetos transversais entre locais de atividade são usados. Naturalmente, o número de linhas disponíveis limita a combinação de percursos.

Uma breve análise do papel do conjunto da rede de transporte coletivo para a apropriação social no nível da escala global da cidade pode nos mostrar um panorama das possibilidades de apropriação. A partir dos pontos e estações são criadas *janelas de apropriação potencial* sobre os espaços da cidade – as quais deveriam abranger os locais de destino – como campos de movimento pedestre. O acesso a espaços intraurbanos é, dessa forma, estruturalmente sequencial, fixado e viabilizado a partir dessas áreas – que constituem para o indivíduo a possibilidade efetiva de alcance a atividades urbanas. Pontos e estações são como lugares de

distribuição que transformam os espaços adjacentes à estrutura linear do trajeto numa espécie de trilha de possibilidades de apropriação. A estrutura da cidade é coberta por essas manchas sucessivas de apropriação potencial. As janelas de apropriação potencial passam a condicionar a própria experiência da acessibilidade e alcançabilidade, sendo, portanto, ativas na formação do conhecimento da estrutura urbana como um todo. A leitura da estrutura urbana será moldada pela geometria dessas linhas de cobertura e das manchas de apropriação pedestre em sua volta – com possibilidade de pouca informação sobre os espaços entre manchas. De modo reverso, a apropriação dos espaços da cidade depende de conhecimentos e inferências sobre a estrutura da cidade.

O caso do metrô subterrâneo – para atores em qualquer condição social – é mais peculiar. As estações são janelas de apropriação sobre os espaços da cidade cuja interligação não se dá a partir dos trajetos na rede urbana. A noção de continuidade do tecido urbano, presente e basicamente linear para o usuário do ônibus, é desfeita para o usuário do metrô. As áreas cobertas pela janela de apropriação não são interligáveis mentalmente; são como espaços soltos e de algum modo acessíveis. Essas características impõem um quadro de fragmentação da apropriação e desconexão entre as diferentes áreas pelo movimento pedestre a partir das estações.

A trilha de apropriação urbana a partir do sistema de transporte público, ainda que alargue as possibilidades de acesso, é reduzida às áreas circunscritas de movimento pedestre ligadas pelas rotas lineares. As rotinas de atividade dos atores sobre a estrutura geral da cidade tendem a ser condicionadas por essa estrutura. Os movimentos amplos sobre a cidade são limitados se comparados à alta flexibilidade de trajetos possíveis para o veículo privado. O conhecimento da estrutura urbana se dará basicamente a partir das vias principais e das janelas de apropriação dos pontos e estações, as quais serão interligadas com limitações de detalhe dos interstícios entre vias principais.

Movimentos em veículo privado tendem a ser mais complexos que o movimento veicular em transporte público. A movimentação pode se relacionar frequentemente ao acesso a atividades distantes entre si na rotina diária. As rotinas reduzem drasticamente a dependência da proximidade. Os percursos típicos são compostos de muitos segmentos de rua, não dependendo necessariamente das principais vias da cidade.

Percursos tendem a cobrir amplas áreas como uma função do número de atividades a desempenhar. Tendem a ter redução de tempo de viagem, permitindo o desempenho de mais atividades. Há possibilidade de escolha na composição dos trajetos, permitindo adotar caminhos mais curtos através das áreas intersticiais à rede de vias principais, de acordo com a rede de ruas da cidade. Percursos entre lugares de habitação e demais atividades são progressivamente superpostos na sucessão das rotinas diárias e nas variações de atividades (como consumo, escola, trabalho, curso etc.). A superposição vai gerar um número elevado de interconexões, resultando em padrões geométricos mais fragmentados, mas ligados, como conjuntos de polígonos sobrepostos. Esse complexo padrão de apropriação permitirá contatos progressivos com novos espaços urbanos, ampliando o conhecimento de áreas intersticiais e de conexões entre espaços públicos. Esse padrão tenderá a gerar um conhecimento mais detalhado da estrutura urbana.

Apropriações distintas

Vejam agora os padrões de apropriação resultantes desses modos de deslocamento e transporte – associados ainda às diferentes *mobilidades* a partir da renda e dos interesses contidos nas similaridades e diferenças do *habitus* no interior das classes sociais. Para que a análise dos padrões de apropriação gerados pelas diferentes possibilidades aquisitivas dos atores seja útil no estudo da segregação como restrição da interação, é necessário sustentá-la em observações empíricas. Os graus de utilização e de posse do veículo privado em função da situação socioeconômica são dados de interesse para avaliar as diferentes formas de apropriação e as mobilidades envolvidas. O grau de uso do veículo privado pode ser encontrado em função das *despesas médias com transporte e combustível* por faixas de rendimentos como *proxy* para as classes sociais.

Devemos reconhecer aqui a ampliação de poder aquisitivo das populações de menor renda no quadro de crescente consumo nesse período recente no Brasil. Há tendência de aumento de posse do automóvel por essas populações. A mudança na distribuição da posse não implica, contudo, em aumento proporcional de mobilidade – função mais direta de despesas com combustível por faixa de renda. Um modo de ilustrar

essa observação é verificando a proporção da média da despesa em itens de transporte por faixa em relação à soma das médias das faixas. Por exemplo, 38,6% da soma das médias de despesas em gasolina ocorrem na faixa mais alta de rendimento, indicando que essas famílias são responsáveis por parte significativa do total de despesas em gasolina. Esses dados ainda evidenciam a mobilidade como altamente dependente da renda (tabela 1).

Despesa média mensal familiar							
Percentual das despesas médias em transporte por faixa de rendimento, em relação à despesa média total							
Tipos de despesa	Faixas de rendimento ⁷						
	Faixa 1 [menor renda]	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6	Faixa 7 [maior renda]
Transporte ⁸	72,07	124,41	247,73	518,84	835,58	1.428,28	2.491,54
	1,3%	2,2%	4,3%	9,1%	14,6%	25%	43,6%
Gasolina – veículo próprio	10,48	18,57	45,26	99,37	152,41	214,59	340,34
	1,2%	2,1%	5,1%	11,3%	17,3%	24,4%	38,6%
Álcool – veículo próprio	1,11	1,70	4,85	16,10	32,98	52,36	68,88
	0,6%	1%	2,7%	9%	18,5%	29,4%	38,7%

Tabela 1 – A primeira linha de cada tipo de despesa mostra a despesa média mensal na faixa de renda (em Reais); a segunda, o percentual que o tipo de despesa representa do total de despesas em cada faixa. As duas faixas de maior renda representam mais da metade do consumo familiar em transporte.

(Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-9 / tab.1.1.1. IBGE).

A análise da proporção das despesas em mobilidade por faixa de rendimento em comparação a outros tipos de despesa também evidencia sua priorização para estratos sociais de mais alta renda. É interessante notar que despesas em alimentação e habitação também não se mantêm proporcionais nas diferentes faixas de renda, e caem enquanto a renda média aumenta. Já as despesas em mobilidade dentro e entre cidades aumentam na medida em que a renda aumenta – levando fatias maiores das rendas. Estratos de mais alta renda investem mais que os estratos de menor renda, indício não só de uma mobilidade maior, mas de uma mobilidade que aumenta mais que proporcionalmente quando a renda aumenta (tabela 2).

Percentual da despesa média mensal familiar por tipo de despesa em faixas de rendimento							
Tipos de despesa	Faixas de rendimento						
	Faixa 1 [menor renda]	Faixa 2	Faixa 3	Faixa 4	Faixa 5	Faixa 6	Faixa 7 [maior renda]
Alimentação	27,8	24,8	20,9	16,7	13,7	11,7	8,5
Habitação	37,2	36,5	33,3	30,2	27,6	25,1	22,8
Aluguel	17,5	17,6	15,6	13,4	11,5	10,0	8,8
Transporte	9,7	11,1	13,7	16,6	17,5	19,8	17,7

Tabela 2 – Os diferentes percentuais da despesa média mensal familiar usada para tipos básicos de despesa nas faixas de rendimento mostram a importância da mobilidade para atores de renda mais alta. (Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-9 / tab.1.1.2. IBGE).

Vejamos agora as implicações desses fatores para o estudo dos diferentes padrões de apropriação para atores de rendas distintas. A proposição de padrões de apropriação depende da possibilidade de encontrar semelhanças na estrutura de movimentação de grupos de atores a qual não será válida para representar a de outros. Tal distinção é definida a partir das diferentes mobilidades abertas por diferentes níveis de renda. No entanto, os padrões de apropriação sensíveis a diferenças de renda e *habitus* não devem ser entendidos como expressão precisa – ou pior, como prescrição – de formas de apropriação de todo e qualquer ator. Refere-se, antes, a uma hipótese de tendências definida a partir de observações empíricas.⁹ Os padrões de apropriação influenciam as áreas que tendem a ser acessadas e como serão acessadas. A hipótese é de que, apesar das diferenças de classe e de renda, existiriam basicamente dois padrões de apropriação social nas grandes cidades brasileiras:

1. *Padrão de apropriação do espaço para atores de menor renda:* grande parte dos atores tem nos pontos de ônibus e estações de metrô elementos-chave de sua mobilidade. Podem depender frequentemente de duas linhas para chegar ao local de trabalho ou lazer (digamos, bairro de origem-centro e centro-bairro de destino), ou para desempenhar mais de duas atividades no dia. Percursos tendem a apresentar elevada fragmentação em trechos de rua no entorno de espaços de atividade e habitação, envolvendo complexidade local, com dependência maior da proximidade e intenso movimento pe-

destre, e grandes deslocamentos limitados aos trajetos fixos do transporte público, ao longo de vias estruturais de uma cidade (linhas escuras, mais retilíneas, na figura 3). Esse padrão de apropriação tende a envolver uma alta densidade de encontros no entorno da residência, da estação de transporte público, dos locais de consumo e trabalho. Possivelmente, há questões de ordem locacional e habitacional, social e cultural relacionadas a esses comportamentos, mas a capacidade de movimentação entre locais distantes parece um fator determinante. Mesmo que atores vivam em áreas próximas ao local de emprego, essa lógica permanece na medida da dependência do transporte coletivo e da renda para desenvolver outras atividades.

2. *Padrões de apropriação do espaço para atores de rendas média e alta*: atores tendem a participar de um número alto de atividades – sobretudo envolvendo consumo – em suas rotinas como consequência da renda e facilidade de movimento. A maior mobilidade reduz substancialmente a dependência da proximidade espacial e do espaço público na produção do encontro, interação e manutenção das relações sociais – características de um comportamento transespacial. Percursos podem facilmente incorporar variações e adição de locais de atividade social. A apropriação efetiva da rede urbana envolverá deslocamentos mais amplos, dispondo ao ator as possibilidades de ação que oferece. A capacidade de despesa em transporte veicular individual será um fator de “ruptura de distância” significativa, o que tende a ampliar o leque de participação em atividades disponíveis na cidade. A apropriação do espaço tende a apresentar, portanto, menor intensidade de movimentação pedestre, incluindo as proximidades do lugar de habitação. Um padrão típico (representado por polígono de linha cinza na figura 3) incluiria alta fragmentação axial e variedade de trajetos, menor dependência de vias estruturais urbanas e número maior de atividades em posições mais distantes entre si, induzindo assim a produção de percursos que vão se sobrepondo ao longo do tempo. A hipótese – que só testaremos empiricamente adiante – é a de que esse padrão seria ativo na ampliação da possibilidade de acesso

a situações sociais e espaços, impactando sua disposição ao encontro a partir desses lugares.

Estudos em cidades brasileiras têm confirmado a existência de diferentes formas de apropriação do espaço. Atores de menor renda tendem a utilizar mais intensamente os espaços mais próximos de suas residências, sobretudo na constituição de suas vidas sociais. Santos, Vogel e Mello identificaram uma relação particularmente intensa entre grupos de menor renda e a apropriação do espaço público junto a suas residências como lugar de sociabilidade em seu clássico estudo etnográfico do Catumbi, bairro no Rio de Janeiro. Douglas Aguiar observou altos níveis de apropriação estática do espaço em um complexo de habitação social em Porto Alegre, um padrão bastante diferente daquele que observou nas ruas de sua vizinhança de classe média, onde a maioria das pessoas usa o espaço para o movimento e não para a socialização. Há outros estudos sistemáticos que apontam diferenças nas formas de apropriação, como o de Holanda e, mais recentemente, de Marques, que confirmam a diferença substancial em alcance geográfico entre classes e a dependência da proximidade na sociabilidade dos grupos de menor renda em Brasília e São Paulo, respectivamente – achados que ainda se alinham a estudos em outros países.¹⁰

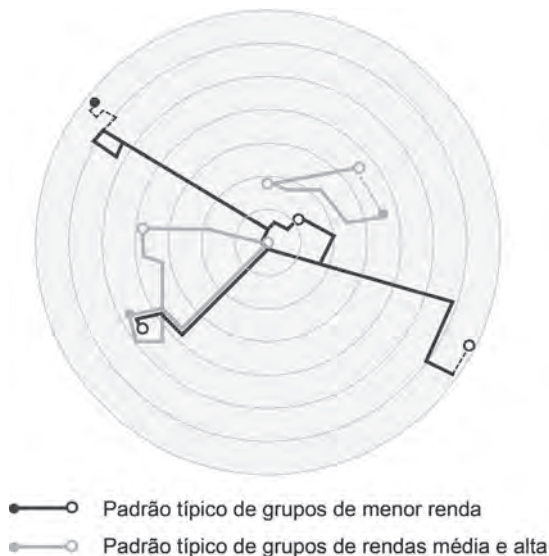


Figura 3 – Os diferentes padrões de apropriação das classes sociais.

Os padrões de apropriação têm níveis de complexidade inerentes e distintos, que servem para diferenciá-los entre si. A descrição desses padrões em termos geométricos sugere uma propriedade capaz de apontar diferenças nas formas de apropriação. A “complexidade de apropriação” é associada ao grau de mobilidade e, portanto, à capacidade de gastos em atividades, transporte e modos de transporte utilizados. Baseia-se em dois elementos:

1. *A fragmentação axial* dos trajetos como agregação de partes de ruas. O nível de fragmentação envolve o número de trechos de rua utilizados pelos atores em suas ações. Um alto nível indica uso de muitos espaços – o que potencializa o conhecimento da estrutura urbana e disponibilidade da cidade, podendo envolver a ampliação do próprio sentimento pessoal de apropriação.
2. *A flexibilidade de composição de trajetos* como propriedade tanto da rede de ruas quanto dos movimentos sobre elas – baseada ainda nos modos de transporte e deslocamento. A flexibilidade e variação do trajeto tende a ampliar a apropriação dos espaços da cidade.

O aumento da complexidade na movimentação intraurbana amplifica as possibilidades de apropriação. Um determinado nível de complexidade revela, portanto, uma maior ou menor tendência para conhecer e interconectar espaços urbanos e conhecer mais percursos entre lugares. A propriedade aponta para *potenciais* de apropriação.

Essas considerações sugerem que a cidade não se dispõe da mesma maneira para todos os cidadãos. Há, a partir das diferenças de renda, padrão e complexidade de apropriação, extensões distintas de apropriação para diferentes grupos. Os padrões mostram características da mobilidade – fatores que influenciarão em *como* e *onde* atores socialmente diferentes se apropriarão da cidade em seus cotidianos. O próprio conhecimento dos espaços da cidade está atrelado às possibilidades de apropriação de seus espaços, e será construído a partir dos percursos e sua interligação na rede urbana: ele dependerá da forma de contato com a cidade a partir das condições de apropriação do ator. Por fim, a apropriação envolve aspectos relacionados tanto a formas de vinculação com

os espaços urbanos que se estendem ao simbólico e ao afetivo quanto ao potencial do ator de dispor efetivamente da cidade. Esse segundo aspecto, foco desta abordagem, leva-nos a considerar a extensão do alcance da apropriação: os lugares e espaços em que o ator atua ou pode vir a atuar – e, assim, estar sujeito às possibilidades de encontro e da interação.

As redes segregadas da apropriação

Essa abordagem pode ser utilizada no sentido de oferecer meios de reconhecer o quanto espaços da cidade serão cenários ativos da presença ou da ausência dos diferentes. Podemos chegar a observações do *quão apropriados* por atores socialmente distintos são seus espaços, assim como a intensidade de copresença desses atores. Uma análise nesses moldes pode mostrar objetivamente os espaços da cidade como lugares menos ou mais disponíveis para a apropriação em comum e a coexistência dos grupos sociais.

Para tanto, precisamos reforçar a importância das nodalidades urbanas e seus conteúdos sociais como atratores do movimento nos espaços públicos. Os lugares de atividades são qualitativamente distintos e materializam práticas e interesses em afinidade com disposições dos atores para ações instrumentais e simbólicas. Essa consideração nos remete a usos socialmente específicos e potencialmente segregados mesmo quando essas atividades estão localizadas próximas a atividades e lugares de habitação de grupos de outra classe ou grupo social. Atividades tendem a se inserir em redes sociais específicas: aquelas dos seus “públicos”. Mesmo em situações de proximidade espacial, redes sociais similares tenderão a articular-se em torno de suas nodalidades específicas. Se a segregação sobre o corpo e seus critérios velados forem eficientes, uma atividade de grupos de renda mais alta não será facilmente compartilhada por outros grupos – sobretudo ao imporem restrições de acesso em função de custos.

Devemos analisar ainda o problema do acesso espacial, incluindo os padrões de localização das diversas atividades no tecido urbano, a configuração das ruas nesse tecido, e a cobertura de redes de transporte público e suas janelas de apropriação. Naturalmente, o acesso físico segue um fator ativo, e a segregação será ampliada em função da localiza-

ção das atividades e habitação em áreas morfológicamente segregadas e pouco atendidas por diferentes modos de transporte. Como veremos adiante, a acessibilidade se manterá como um eficiente componente da dinâmica da segregação, sobretudo ao impactar capacidades distintas de mobilidade. O espaço, ao permear cada ação e o contexto da vida social, disporá ou não os atores ao encontro, pela configuração dos lugares e percursos e pelas relações morfológicas entre estes. Moldará e imporá limitações à livre movimentação; imporá fricção de distância e tempo; demandará o transporte veicular, e a sua disponibilidade em relação à estrutura urbana será fundamental na apropriação. Atuará ativamente na geração das possibilidades de interação dos atores.

O afastamento social terá, assim, outros aspectos espaciais além dos territórios segregados, assim como terá aspectos que só poderão ser reconhecidos se estivermos atentos à *sucessão das ações* na cidade e ao *tempo* do cotidiano urbano. Esses fatores certamente trazem complexidade ao problema, e nos distanciam cada vez mais da abordagem da segregação territorial.

Sabemos que os trajetos e lugares da ação na cidade constituem uma complexa trama de apropriação. Os conceitos de padrão e complexidade permitem analisar essa trama em *redes reconhecíveis*. A distinção entre atividades e seus públicos distintos, seu número e posição e os diferentes modos de deslocamento diferenciam internamente essa trama aparentemente confusa e impenetrável. Uma vez reconhecidas – e esse é o tema do próximo capítulo –, as redes evidenciarão a estrutura material das ações de atores de diferentes grupos sociais, tendo a cidade como meio ativo.

Vimos até aqui que a segregação urbana é tradicionalmente entendida como áreas utilizadas por populações relativamente homogêneas econômica e socialmente. Nessas abordagens, a morfologia dessas áreas de habitação traria limitação ao contato entre grupos ou classes sociais. A interação dos socialmente similares seria uma decorrência natural dessa espacialidade. Entretanto, vimos também que a ausência de interação dos diferentes não é explicável apenas pela separação em áreas socialmente homogêneas. A ação de atores distintos frequentemente exige deslocamentos sobre amplos trechos da cidade. Tampouco áreas urbanas são estruturalmente fechadas: o tecido da cidade apresenta continuidades e os sinais de homogeneização social, aparentes na

própria morfologia, podem ser tão abruptos quanto graduais.¹¹ Ainda, muitos espaços urbanos podem ser utilizados de modo compartilhado por atores socialmente distintos. Portanto, a questão das condições da restrição da interação – ou como os diferentes seguem invisibilizados – permanece.

Ao envolver a apropriação dos espaços urbanos sem um contato extenso e efetivo entre as classes e campos sociais, a segregação tem consequências evidentes, mas insuficientemente examinadas: a limitação nas possibilidades da interação, a invisibilização do Outro, a geração de um sentimento de alteridades como estranhas entre si, a distância social, a instalação do medo do Outro e a necessidade do controle dos espaços. O conceito de redes de apropriação específicas de classe nos permitirá chegar a um entendimento da *segregação como o produto de diferentes redes de apropriação dentro da imensa trama de ações na cidade*. Essa abordagem busca reconhecer a segregação em tempo real, manifesta sobre o corpo e materializada na sua mobilidade, assim presente em diferentes graus nos espaços da cidade, contrabalançada por possibilidades de encontro e integração.



A hipótese dos padrões de apropriação indica que poderemos encontrar itens de incompatibilidade na formação das redes sociais. A atenção aos trajetos da ação relacionados a grupos e classes sociais poderá evidenciar essas incompatibilidades, em *mapas dinâmicos* do encontro. Essa cartografia das apropriações transitórias do urbano oferecerá condições de capturar o caráter elusivo da segregação – a segregação contida na realização das nossas práticas. Mas a cartografia dessa trama de presenças e ausências requer uma explicação mais precisa – uma forma de representar as *dinâmicas da segregação*.

O próximo passo na análise da segregação sobre o corpo deve incluir e sintetizar as condições espacial e temporal, e buscar aplicá-las na forma de estudo empírico.

Notas

1 Schütz e Luckmann (1973). Veja minha exploração filosófica da importância do encontro e sua “regionalização” (termo de Heidegger) via Schütz e outros no capítulo “Urbanidade e a condição do Outro”.

2 Duck (1992); Giddens (1984); Soja (1992).

3 Veja a geografia de Simonsen (1991) e a “contextualidade da vida social”.

4 Estudos da movimentação de atores capturada a partir do uso de celulares em cidades americanas (mapeamentos das posições dos atores em relação a torres de telefonia móvel) mostram que as pessoas são surpreendentemente consistentes, retornando aos mesmos lugares de atividade (veja Gonzales et al., 2008), mesmo em situações fora da rotina do trabalho.

5 Compare estas observações com as discussões de Sennett (1999) e Bauman (2001) sobre o contato no espaço público; compare ainda com a discussão de Giddens (1984) sobre o papel do encontro na integração social e Hillier e Hanson (1984) sobre encontro e a “comunidade virtual”.

6 A importância da acessibilidade intraurbana foi estabelecida em diferentes tradições de pesquisa, da economia de Hansen (1959) e Morrill (1972) a sintaxe espacial de Hillier (1996), entre outros.

7 Rendimentos nas faixas em 2008-2009 – faixa 1: até R\$ 830; faixa 2: de R\$ 830 a R\$ 1.245; faixa 3: de R\$ 1.245 a R\$ 2.490; faixa 3: R\$ 2.490 a R\$ 4.150; faixa 4: R\$ 4.150 a R\$ 6.225; faixa 5: R\$ 6.225 a R\$ 10.375; faixa 6: acima de R\$ 10.375. Essas faixas são definidas na Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE (2008-9).

8 A categoria “Transporte” reúne despesas habituais com transporte urbano, tais como: ônibus, táxi, metrô, integração, trem, barca, transporte alternativo e bonde. Inclui também as aquisições de combustível (gasolina e álcool) para veículo próprio, manutenção e acessórios, aquisição de veículos e despesas com viagens esporádicas (avião, ônibus etc.) (IBGE – POF 2008-9).

9 Veremos traços empíricos desses diferentes padrões de apropriação mapeados a partir das rotinas de certos grupos sociais no capítulo “Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência”.

10 Santos, Vogel e Mello (1985); Aguiar (2003; 2010); Holanda (2000) e Marques (2010; 2012). Discutirei mais em detalhe alguns desses trabalhos na seção empírica do próximo capítulo, “Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência”.

11 Villaça (1998) aponta que cidades brasileiras raramente têm espaços exclusivos para grupos de alta renda, enquanto comumente apresentam espaços exclusivos para os de menor renda.

Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência

Vinicius M. Netto, Roberto Paschoalino e Maíra Pinheiro

Uma das principais preocupações sociais de nossos dias é a de afirmar a cidade contemporânea como o *locus* da pluralidade, da convivência entre atores socialmente diferentes e do reconhecimento do Outro – o espaço da coexistência. Este capítulo investiga as condições em que a pluralidade, a diversidade social e a interação efetiva entre atores sociais podem emergir. Sustentamos que é fundamental entender os aspectos urbanos que podem promover o reconhecimento e a interação de diferentes grupos e classes sociais. Este texto tem por objetivos identificar o lugar do espaço urbano como condição da coexistência ao descrever processos de segregação na cidade, e descerrar o papel do espaço tanto em aproximar quanto afastar mundos sociais, de modo a trazer à tona também as possibilidades de interação entre grupos ou classes sociais distintas. A distância social é geralmente vista como resultado da segregação. Tradicionalmente, a segregação urbana é vista como o processo de formação de áreas social e espacialmente diferenciadas, uma forma de produzir distância social. O ponto central do nosso argumento é que, uma vez que nossas sociedades são sistemas complexos de ação e mobilidade, devemos olhar o espaço para além das abordagens tradicionais. Nos propomos a *analisar os espaços entremeados pelas ações sociais e trajetos cotidianos*.

Essa intenção nos levará a tocar algo fugidio: o emaranhado de atos e movimentos na cidade. Para tornar essa análise possível, adotaremos os seguintes passos:

1. Consolidaremos a mudança de ênfase tradicional na segregação como segregação territorial para a segregação como

restrição das interações dos atores – uma nova ênfase na *centralidade do corpo na segregação*. Essa intenção implica não nos limitarmos a identificar apenas os espaços da habitação como meio de segregação, mas analisar também as ações e apropriações da cidade como características inerentes dos grupos sociais;

2. Identificaremos *os modos como as pessoas formam suas redes sociais presenciais* no espaço urbano: como campo, classe e estilos de vida definem as oportunidades de encontros espaço-temporais que estruturam as redes sociais, de maneira que similaridades e diferenças nas ações cotidianas constituam socialidades internamente coesas e externamente dissociadas – processos que consistirão no próprio mecanismo da segregação como restrição da interação. Se radicalizada a distinção entre as práticas espaciais de sociabilidade de grupos ou classes sociais distintos, a cidade deixará de ser um espaço de geração de encontros potenciais entre eles – encontros que assegurariam a coexistência, especialmente em sociedades fortemente desiguais.
3. Ofereceremos uma forma de identificar a *emergência de diferentes mundos sociais coexistindo em uma mesma cidade*, e suas possibilidades de relação.

Essa abordagem permitirá observar traços da transformação das diferenças sociais em *distâncias estruturais*, e o Outro, em uma forma de *alteridade invisível*. Argumentaremos que, como atores urbanos, não reconhecemos a segregação nessa instância justamente por ela perpassar o tempo toda nossa experiência da cidade: atuamos no espaço, mas o fazemos sem o reconhecimento do Outro. O texto reflete sobre as instâncias nas quais a segregação é de fato mais presente: os atos que realizamos na cidade, coletivamente imersos em atividades de reprodução social – atos que são sutil e insuspeitamente atravessados de distância social, de uma *segregação que impregna nossas atuações* dentro do próprio campo da vida cotidiana.

A condição da coexistência: como vivenciamos o espaço urbano

Vejam como podemos abordar as condições da coexistência social e seu oposto, a segregação, explorando mais a fundo a espacialização das redes sociais – iniciando por uma passagem pelos conceitos desenvolvidos até aqui.¹ Esse conceito é capaz de operar em escalas diferentes de relações sociais baseadas em interações entre grupos, classes ou etnias, e pode ser estendido de forma a tratar das condições espaciais da integração social em diferentes contextos. Essa abordagem é baseada ainda em um segundo conceito, os *padrões de apropriação* do espaço urbano, capaz de identificar formas diferentes e típicas de apropriação e associá-las a grupos distintos. Padrões de apropriação têm relação com as formas de atuar no espaço socialmente. Eles estão intimamente ligados à mobilidade e às capacidades de desempenhar atividades na cidade. Se nos ativermos ao problema das sociedades desiguais, determinados grupos e classes sociais têm recursos limitados para seu transporte. A renda também pode afetar o número de atividades e as possibilidades de consumo na cidade, em áreas e lugares economicamente viáveis de se acessar.

A análise da segregação sobre o corpo se vale do entendimento da cidade como uma rede espacial de ruas e lugares de atividade.² *Encontros* são ora dispersos pelas ruas, ora concentrados em lugares públicos e privados, livres e construídos, como pontos de ônibus, estações de metrô, locais de trabalho, lazer e consumo e edifícios complexos como shopping centers e universidades. Essas atividades são atratoras para atores sociais: é dentro desses lugares que parte substancial da vida urbana se desenrola, tais como a comunicação e a possibilidade de relacionar atos individuais a redes de ações que constituem a vida em sociedade.³ As atividades na cidade possuem papéis bem definidos nessas redes e rotinas (como as ações de trabalho e consumo diário, em termos instrumentais), assim como na vida social das pessoas e grupos. Poderemos participar de determinada atividade se ela nos interessa, se temos algo a fazer nela, se podemos cobrir seus custos e se temos meios de chegar até ela – mas, antes, poderemos participar dela se soubermos que essa atividade existe e onde ela se desenrola. Isso significa que nem todas as atividades que têm lugar na cidade são interessantes ou acessí-

veis a todos; ainda assim, elas são atraentes e podem ser levadas a cabo por alguns grupos. Essas atividades têm impacto sobre nossas ações, sendo fagulhas para uma infinidade de movimentos que formam a espessa trama da vida urbana.

O *movimento*, por sua vez, pode envolver distâncias, percorridas pelo movimento pedestre, transporte coletivo ou por veículos particulares. O meio de transporte utilizado talvez tenha uma influência tão grande sobre as possibilidades de apropriação do espaço quanto a rede de ruas que articula os lugares de atividade. A apropriação do espaço relaciona-se ao número de lugares e atividades que uma pessoa pode utilizar, bem como os espaços públicos pelos quais ela passa.⁴ Se nossos movimentos e ações deixassem traços visíveis no espaço, poderíamos ver como se dá a apropriação das redes espaciais urbanas. Relacionar os caminhos aos atores que os percorreram e reconhecer esses atores em suas afinidades em grupos ou classes pode revelar sua influência na formação das redes sociais. É justamente esse o objetivo e o método que nos dispomos a desenvolver.

Dessa forma, se formos capazes de relacionar diferentes formas de apropriação a diferentes grupos sociais, poderíamos começar a perceber também as redes sociais como específicas e diferenciadoras, tecidas sobre *canais* e *nós* de convergência social. Certos grupos se deslocariam por determinadas ruas e visitariam determinados lugares com mais frequência do que outros grupos, ainda que alguns caminhos e lugares também sejam comuns a outros grupos.⁵ Essas redes espacializadas de apropriação são traços de nossa presença efetiva no espaço. Se pudéssemos cartografar esses caminhos, poderíamos ter uma boa ideia de como grupos sociais diferentes espacializam suas ações. Veríamos se padrões de apropriação do espaço moldam de fato as ações dos atores na cidade e, ao fazer isso, tendem a ter efeito sobre o encontro, sobre a formação de relações entre pessoas e, finalmente, sobre a própria formação de redes sociais. Faríamos, assim, a passagem da espacialidade para a emergência das redes sociais. Esse caminho envolve o seguinte movimento:

Padrões de apropriação ⇔ Padrões de encontro no espaço
⇔ Padrões de formação das redes pessoais operando dentro e entre grupos e classes
⇔ Geração das possibilidades da coexistência,
ou de mundos sociais distintos na cidade

O encontro e a emergência espacial das redes sociais

Qual é a chance de encontrarmos, em nossos cotidianos, pessoas de outros grupos ou classes sociais? Se pudermos compreender como o evento do encontro acontece no tempo e no espaço urbano, e sobretudo de que maneira o espaço é parte da geração da *possibilidade* do encontro, poderemos avançar na compreensão das condições da coexistência urbana e das dinâmicas da segregação. A forma como *atuamos* na cidade é chave. Ela é ativa na formação da principal “substância” a partir da qual as redes sociais são formadas – os encontros. O conceito de Giddens de *serialidade dos encontros* como forma de coordenar as interações no tempo e espaço e produzir integração social pode ser útil aqui. Gostaríamos de acrescentar ainda um segundo conceito, mais amplo e relacional: o de sociedades como *sistemas de encontro*, de Hillier e Hanson. Esses dois conceitos⁶, sintetizados na ideia de padrões de encontro ativos na definição das condições da interação, nos ajudarão a compreender a importância do encontro na produção de sociabilidades e formas de integração em sociedades heterogêneas.

Estar no mesmo lugar que outros sujeitos é, obviamente, a condição para a interação ocorrer de fato (oposto, portanto, a interações via internet, que pertencem a uma natureza completamente diferente e possuem outros fins; encontros exclusivamente virtuais dificilmente seriam capazes de manter uma sociedade coesa).⁷ A formação de redes sociais depende de possibilidades de copresença, ou seja, está diretamente ligada à questão do movimento e acesso às atividades na cidade. Eventos sociais estão dispostos no espaço urbano e, portanto, são sujeitos a condições variadas de acesso social e espacial, podendo não estar localizados dentro dos interesses, recursos financeiros ou possibilidades de acesso de certo ator ou grupo. *Caminhos de ação* cotidiana ainda são condicionados pela estrutura urbana e potenciais de mobilidade, e

séries de encontros em locais específicos dependerão desses fatores. Estruturas e padrões espaciais de localização e acessibilidade na cidade são importantes, porque definem os espaços públicos e lugares com probabilidades distintas de convergência dos atores.

Os lugares que fazem parte desses trajetos habituais⁸ constituem os *nós de convergência de uma série de linhas de vida – vórtices de copresença e contato potencial*. Vimos que a cidade é atuada como uma estrutura de espaços acessados em diferentes momentos. Essas nodalidades aumentam o potencial de convergência de atores que compartilham capacidades semelhantes de deslocamento e atuação na cidade, constituindo-se, portanto, como pontos de formação de determinadas redes sociais. Padrões mais complexos de apropriação do espaço (envolvendo capacidades inerentes de mobilidade espacial e social) resultam em um potencial mais *transespacial* – menos dependente da proximidade espacial – na formação das redes pessoais.

Esse tende a ser o caso dos grupos de maior renda, capazes de ter gastos maiores com transporte e consumo. Os nós de interação produzidos por esses grupos podem ser mais diversificados que os lugares de trabalho ou habitação – e podem ser espacialmente distantes entre si. Nesse caso, *o principal fator de construção de relações sociais e da rede pessoal não é mais a proximidade, mas a mobilidade*. A capacidade de movimento e de acesso social permite que os atores se envolvam em um número maior de atividades, cada um desses locais constituindo pontos de encontro e, potencialmente, de novos vínculos.

Grupos e classes sociais com menor condição de movimentação e atuação na cidade têm padrões de apropriação que demandam maior atenção teórica, dado que existem diferenças na intensidade de desigualdade social em diferentes contextos. Em contextos onde a desigualdade é maior, os grupos sociais de menor renda possuem orçamentos mais limitados para investir em mobilidade e consumo, o que restringe atividades e leva a outras maneiras de apropriação do espaço para estruturar sua vida social. Estudos empíricos (como veremos adiante) mostram que esses grupos estão mais intimamente relacionados às áreas e espaços públicos próximos às suas residências como lugares para interagir e criar laços sociais.

Naturalmente, esses grupos também produzem seus nós de convergência social, que articulam séries de eventos e interações na for-

mação de suas redes sociais. É importante observar ainda que, mesmo para um padrão de apropriação mais dependente da proximidade, há possibilidade de raios de ação que rompam momentaneamente com a fricção da distância. As atividades localizadas próximas ao local de trabalho aumentam esse raio de apropriação, ainda que relacionem essas atividades às rotinas do trabalho. O transporte público e a crescente propriedade de veículos automotores certamente permitem trajetos mais amplos e complexos de deslocamento na estrutura cidadina. Entretanto, como a mobilidade é limitada por capacidade financeira e fricção espacial, parece haver, ainda, uma tendência geral a uma apropriação local, em que o raio de ação do movimento pedestre é determinante.

Baseados nessas observações, propomos dois tipos de *padrões espaciais de formação de redes sociais potencialmente homogêneas*: redes baseadas em padrões complexos de apropriação e maior capacidade de mover-se e atuarem na cidade; e redes localizadas, com padrões de apropriação e sistema de encontros dependentes da proximidade.

Homofilia e localismo

Podemos deduzir dessas observações que redes pessoais espacialmente mais complexas são capazes de se mesclar com maior facilidade em redes mais amplas dentro e entre grupos ou classes. Esse grau de homogeneidade interna em uma rede pessoal é o que se define como “homofilia”: redes formadas por atores socialmente mais similares entre si tem um grau igualmente maior de homofilia. Como deduzimos, *o grau de homofilia varia em função da classe, poder aquisitivo e – assim argumentaremos – em função da mobilidade e da complexidade de apropriação do espaço*. Grupos com rendas mais altas e, portanto, maior mobilidade, tendem a produzir relacionamentos em escalas espaciais mais amplas, sobretudo com atores que compartilham seu grau de mobilidade, aumentando as chances de contato com as redes pessoais desses outros atores. Os encontros podem se realizar mais frequentemente, dado que atores têm acesso a lugares diversos. Nos grupos sociais de menor mobilidade, por sua vez, os encontros tenderão a ocorrer em raios menores, restringindo as oportunidades de mesclar e diversificar redes pessoais, em função da dependência maior da proximidade.

Essas inferências encontram suporte em pesquisas empíricas. Vimos que Santos, Vogel e Mello identificaram, etnograficamente, uma relação intensa entre grupos de menor renda e a apropriação do espaço público junto a suas residências como lugar de sociabilidade no Rio de Janeiro. Frederico de Holanda desenvolveu um amplo estudo⁹ dos lugares apropriados por diferentes classes e examinou sua dependência da proximidade para suas práticas urbanas e sociais em Brasília, mostrando que 79,4% dos trabalhadores manuais até cinco salários mínimos realizam suas atividades de lazer dentro de suas vizinhanças, enquanto 29,2% dos atores de classe média acima de cinco salários mínimos apresentam tal comportamento. Quanto à formação de redes pessoais, os trabalhadores manuais tem 31,4% de sua rede constituída por vizinhos, 5,7% por colegas de trabalho e 2,9% por colegas de estudo; ao passo que a classe média forma suas redes incluindo 10,4% por vizinhos, 24,5% por colegas de trabalho e 8,8% por colegas de estudo. Esses resultados apontam a forte tendência das redes de menor renda a maior homofilia.

O estudo de Eduardo Marques em São Paulo analisa os perfis de sociabilidade dos indivíduos em situação de pobreza¹⁰ e o papel das “esferas de sociabilidade” (tipos de grupos sociais) na formação das redes pessoais: a vizinhança media 34% das relações sociais, família, 31%, trabalho, 14%, amigos, 9%, igreja, 8% e associações, 3%. Dessas esferas, três apresentam maior grau de homofilia (família, vizinhos e amigos) e três apresentam maior diversidade e chance de encontro com indivíduos socialmente diferentes (igreja, trabalho e associações), sendo que estas correspondem a apenas 25% das relações, na média. A análise ainda mostra uma forte diferença entre as estruturas das redes pessoais de atores de classes distintas (figura 1).

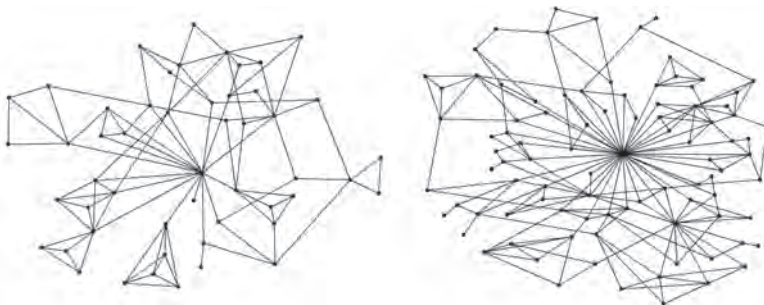


Figura 1 – Redes pessoais: os sociogramas de uma mulher de classe baixa (esquerda) e de uma mulher de classe média (direita) evidenciam diferenças de complexidade.

Os atributos das redes pessoais também são reveladores. Atores em situação de pobreza têm, na média, redes pessoais de 53 nós (indivíduos com quem temos relacionamentos) e 107 ligações entre nós (as ligações indicam as relações *entre* os indivíduos que compõem a rede pessoal). Suas relações se desenvolvem em 3,8 esferas de sociabilidade; 32% das relações de sociabilidade ocorrem na vizinhança, 40% na família; e apresentam 63% de localismo (proporção das relações de sociabilidade com pessoas na mesma área residencial). Já as redes pessoais de atores de classe média têm médias de 94 nós, 183 ligações, 5,5 esferas de sociabilidade, 5% das relações de sociabilidade na vizinhança, 34% na família e 20% de localismo – e graus de coesão, complexidade e amplitude muito maiores que as redes pessoais de atores de menor renda.

O estudo de Marques confirma que redes pessoais de classe média tendem a se expandir por territórios substancialmente mais amplos, praticamente sem conexões com vizinhos, como “comunidades pessoais desterritorializadas”¹¹ – um padrão muito distinto das redes de atores em situação de pobreza. Seus resultados se alinham aos de Holanda, ao apontar alto localismo e homofilia nas redes de menor renda. O localismo evidencia o papel da proximidade espacial.¹² Esse padrão não é encontrado só no contexto fortemente desigual brasileiro. Estudos em outros países mostram uma relação similar entre renda e a formação de redes sociais.¹³ O estudo de Marques mostra ainda que atores com *redes menos locais e mais diversas tendem a ter rendas substancialmente mais altas*. Os mais pobres têm dificuldades em lidar com os custos de criar e manter redes.¹⁴ Para além da obviedade aparente dessa constatação, podemos antever um ponto central em seu argumento: se a renda permite a diversificação da rede pessoal, o contrário também pode ser verdadeiro. *Redes sociais mais amplas e diversificadas podem significar ganhos de renda, e ajudar a superar os impactos negativos causados pelo isolamento e segregação espacial.*

Por fim, e de forma interessante para a presente abordagem, esse estudo do grau de homofilia em redes sociais aponta que *a segregação espacial, como padrão de macrolocalização urbana, não parece impactar diretamente no tamanho, atividade ou estrutura das redes pessoais*. Marques observa que mesmo indivíduos pobres nas áreas mais segregadas em São Paulo tendem a ter redes pessoais menos locais, sobretudo se vivem em áreas residenciais menores – possivelmente uma forma de

compensar pelo grau de segregação espacial. Ainda que a segregação espacial importe, o estudo conclui que outras forças sociais podem ter um papel mais forte em influenciar as trajetórias de vida dos atores urbanos. Essa conclusão contraintuitiva reforça o peso das redes sociais frente ao peso da segregação espacial.

A reprodução da pobreza: segregação espacial, homofilia ou mobilidade?

Conjuntamente, esses trabalhos oferecem suporte empírico à ideia de que renda e classe impactam fortemente o *alcance geográfico* das redes pessoais, contida no conceito de padrões de apropriação de classe, assim como a *complexidade das redes* – a proposição de que redes pessoais espacialmente mais amplas e diversificadas são capazes de se mesclar com maior facilidade em redes ainda mais amplas¹⁵, dentro e entre grupos ou classes. O número de ligações entre membros de redes pessoais tende a ser maior para indivíduos de renda mais alta – um indicador do *grau de conhecimento interno entre atores e do potencial de coesão da rede de classe*. Em outras palavras, atores de classes de mais alta renda, além de serem menos numerosos em termos absolutos, tendem a ter mais ligações entre si, com maior potencial de contato e capacidade de articulação social e política. Essa impressão bem conhecida é confirmada como em um “raio-x” pela abordagem das redes sociais. A capacidade de encontro importa na coesão interna da rede, e aumentará a probabilidade de redes pessoais socialmente homogêneas formarem redes maiores e mais integradas.

Essas pesquisas também sugerem a importância do comportamento dos atores, contribuindo para *superar o determinismo territorial na produção da segregação social*. Fatores como tamanho e diversidade da rede pessoal parecem ter mais peso que a localização. Atores em situação de pobreza, nas localizações mais segregadas espacialmente, apresentam redes sociais mais diversas, portanto menos segregadas socialmente.

Essa leitura evidencia também a diferença – e a necessidade de superar a confusão geral – entre os termos “segregação espacial”, “segregação territorial” e “segregação social”. Sugerimos que a primeira seja entendida como “localização de difícil acesso”; a segunda, “homogenei-

dade social em uma área urbana”; e a terceira, “restrição da interação” entre os diferentes.

A superação do determinismo territorial na segregação social tem interessantes paralelos com a discussão sobre os *fatores causais da reprodução da pobreza urbana*. Conhecidas as condições de desigualdade, temos trabalhos que colocam a segregação espacial com peso causal na persistência do ator na situação de pobreza. Temos trabalhos que afirmam que redes sociais importam na geração de oportunidades de atividade e, portanto, aumentos de renda, sem olhar para as condições espaciais dos atores. Outros trabalhos associam segregação (territorial) e redes, afirmando que segregação tende a induzir à formação de redes com alto grau de homofilia e, no caso dos pobres, a restringir suas oportunidades, levando à permanência em atividades de baixa rentabilidade. E temos a visão de Marques, que questiona a extensão dessa associação, para afirmar que mesmo indivíduos em situação de pobreza e segregação espacial apresentam aumentos de renda com a ampliação de suas redes: a rede seria o vetor capaz de gerar capital social e convertê-lo em capital monetário.

Observamos, contudo, que essas abordagens distintas tendem a tratar a *espacialidade das redes* de modo superficial, limitada à localização das áreas residenciais. Na verdade, essas descrições de redes não apresentam sua estrutura espaço-temporal – apenas os lugares de origem e os raios de alcance geográfico dos atores. A *formação das redes a partir de situações no tempo e no espaço da cidade* segue sem demonstração. Sugerimos que a consideração detalhada da formação das redes poderia ajudar a esclarecer os pesos causais dos fatores de reprodução da pobreza. Um primeiro item é apontar que a ação dos atores em seu contexto espacial é viabilizada de uma maneira: por sua mobilidade. Esse fator é considerado apenas implicitamente na análise dos graus de homofilia induzida por diferentes alcances geográficos dos atores. Assumir essa relação como dada não explica *como a ampliação do alcance geográfico se converte em oportunidades de interação em diferentes atividades urbanas*, nas situações de potencial contato entre grupos ou classes.

Um caso específico pode esclarecer a importância da mobilidade e das trajetórias da ação que a acompanham: o dos mais ricos. Atores de maior renda também se segregam socialmente e territorialmente, e por

vezes espacialmente, em localizações afastadas das centralidades urbanas. Vimos que o alcance geográfico de suas redes é maior. Podemos dizer que atores de classes média e alta rompem com a segregação que se impõem via um único fator: a mobilidade alimentada por sua renda. Sabemos que os mais ricos não só gastam mais em mobilidade: eles o fazem *mais do que proporcionalmente* em comparação aos mais pobres.¹⁶ Sabemos também que a localização (estar próximo ou não de oportunidades urbanas) é um fator de geração de renda e produtividade.¹⁷ Entretanto, a fricção da distância gerada pela localização afastada pode ser rompida via renda, como no caso dos mais ricos, e com esforços para o aumento pessoal de mobilidade, como no caso dos atores pobres e mais segregados no estudo de Marques.

Agora olhemos o problema da formação das redes sob um ponto de vista dinâmico e estrutural – não apenas geográfico. Parece razoável dizer que redes pessoais só podem ser expandidas com o aumento do acesso a situações sociais. Quanto maior o número de atividades em que nos envolvermos, maior tende a ser nossa rede pessoal. Também parece razoável dizer que esse aumento de acesso é função da mobilidade. Quanto mais móveis formos, mais teremos oportunidade de acessos a atividades e a mais encontros e interações.

Chegamos agora ao ponto-chave do argumento. As oportunidades de atividades *rentáveis* – aquelas conversíveis em trabalho e riqueza – oferecida por uma rede pessoal mais ampla e diversa precisam, antes de qualquer coisa, da *formação* da rede, e essa formação é tanto um processo social quanto uma capacidade espacial. Se as redes oferecem oportunidades de atividades e de ampliação de renda¹⁸, é a mobilidade e as trajetórias no espaço-tempo urbano que geram as oportunidades de encontro, formação e ampliação da rede, assim como a possibilidade de manutenção das relações sociais por meio da recursividade do encontro.

Portanto, *a mobilidade é o vetor-chave de ruptura com o localismo e de diversificação da sociabilidade*. Nesse raciocínio, a renda segue central, dado que ela pode aumentar a mobilidade e, assim, ter efeitos sobre a ampliação de redes pessoais. Mas devemos atentar para o caminho inverso: o aumento na mobilidade que pode levar ao aumento da rede que pode levar ao aumento de renda. Atores pobres mais segregados fazem esforços extras para manter e ampliar suas redes pessoais.

Ainda podemos deduzir que a segregação espacial dos mais pobres e sua baixa mobilidade têm causas em comum – a limitação de renda –, mas *é a baixa mobilidade que parece ter influência mais direta sobre a restrição das suas interações com outros atores*. Assim, mobilidade e renda são fatores associados de ampliação de redes e geração de capital social, em uma espécie de círculo virtuoso que leva a mais aumentos de mobilidade e renda, via aumentos no capital social do ator. Essas observações feitas, devemos reconhecer que mais pesquisa é necessária para se esclarecer mais precisamente os pesos e causalidades (potencialmente múltiplas) entre os fatores de reprodução da pobreza. Por ora, vejamos o quanto a mobilidade importa na formação de redes sociais menos ou mais segregadas – a segregação social.

Mobilidade e a disjunção do encontro

Inferimos, a partir dos estudos de rede e segregação territorial discutidos, que a *mobilidade parece ter influência direta sobre a restrição das interações*. Confirmamos também que, mesmo restritos, atores de menor poder aquisitivo não são estáticos. A heterogeneidade presente nos graus de localismo e diversidade de sociabilidade nas suas redes pessoais sugere variações no seu alcance espacial, no seu panorama de apropriação e, por extensão, no problema que nos ocupa aqui: *o contato potencial entre grupos e classes, e as condições da ausência desse contato*. Mas como e onde o potencial de encontro se materializa?

Vejamos mais sobre o papel das diferenças de mobilidade na formação das redes sociais das classes, de modo a entendermos as oportunidades do encontro. Os potenciais de mobilidade e de acesso a diferentes eventos na cidade, arrançados no espaço urbano frequentemente seguindo certos padrões de localização (descritos pela economia urbana), moldam geograficamente o alcance das redes pessoais. A distância entre e o número de lugares de convergência dos atores articulará de maneira distinta os encontros e as possibilidades de formação dessas redes sociais (figura 2).



Figura 2 – Mapear os trajetos de atores na cidade (linhas de diferentes tons) permite reconhecer o movimento e lugares de atuação como parte da segregação. Mesmo redes sociais fortemente segregadas podem se sobrepor em determinadas ruas e lugares (círculos em destaque).

As redes dos grupos e classes são estruturadas por meio das conexões mais prováveis de redes pessoais (os contatos que cada pessoa tem), que são, por sua vez, afetadas pela mobilidade e os padrões de apropriação. Se desdobrarmos essa ideia, veremos que diferenças no padrão de apropriação nos quais as redes sociais se sustentam implicam *incompatibilidades* no acesso a lugares e eventos sociais que de outra maneira poderiam ser sobrepostos.

Essas diferenças podem levar ao que podemos chamar *disjunção do encontro*. Diferenças em estilos de vida, renda, mobilidade e acesso social a eventos implicam desencontros na própria estrutura temporal das ações dos atores socialmente diferentes, um deslocamento e desarticulação das possibilidades de copresença e de novos encontros. Há simplesmente uma chance maior de as redes sociais incorporarem atores que compartilham padrões de apropriação similares. Nossos trajetos cotidianos afetam nossas linhas de vida (atividades, círculo de amigos, tempo disponível, oportunidades de trabalho), compondo assim a estrutura material da nossa vida social, constantemente mudando o cenário futuro das nossas ações e interações sociais na cidade.

Essas descrições evocam a complexidade da vida social e sua condição urbana. Porém, como podemos reconhecer essa geografia volátil do encontro? Como entender a infinidade de trajetórias que se

entrecruzam e divergem no tempo e no espaço urbano? Como delinear uma imagem dessas linhas entrelaçadas ou distantes no emaranhado dos nossos atos cotidianos?

Sincronicidade e a complementaridade das ações

Relacionamos as limitações e possibilidades de participação dos atores em eventos sociais ao papel das atividades e dos padrões de localização e acessibilidade na estruturação de redes sociais. Gostaríamos de aprofundar as descrições desses processos altamente elusivos de agregação/ desagregação social, introduzindo um conjunto de noções.

Em primeiro lugar, propomos a extensão de um conceito originalmente usado na economia espacial, a *complementaridade entre atividades econômicas*, e reparti-lo em três: (a) a complementaridade das atividades localizadas no espaço urbano, mantendo o sentido original do conceito – que, no entanto, se desdobra em (b) a complementaridade das ações entre os atores, e (c) a complementaridade das ações dentro da própria rotina de um ator. Todos esses aspectos são originalmente relacionados à divisão espacial do trabalho e ao lugar do ator nessa trama de dependências mútuas. Articuladas, essas três complementaridades formam o cerne da reprodução material urbana e, por extensão, constituem a estrutura da própria vida social.

Em segundo lugar, também sugerimos partir o conceito de *rotinização social* de Giddens igualmente em três propriedades da ação conjunta: (i) a *sincronicidade*, a condição temporal da ocorrência de ações e eventos sociais simultâneos, sem que haja necessariamente uma perfeita sincronia ou uma causa comum discernível, mas convergências temporais dentro da dinâmica urbana, convergências que vão produzindo ritmos e relações entre atividades; (ii) a *sequenciação* ou a sucessão de ações e eventos ou implicados entre si, ou cujos resultados são implicados em cadeias de dependência, quando um evento leva a outro; e (iii) a *recursividade*, a tendência à repetição das nossas ações, encontros e eventos, por força de necessidades de reprodução simbólica (como os hábitos compartilhados em um grupo social) e material (trabalho ou a troca econômica), um conceito explorado pelo próprio Giddens. Esses conceitos nos permitirão adentrar as relações entre as ações individuais

e o sistema de atividades urbanas que constituem as situações de copresença e interação, e a formação das próprias redes sociais. Nossa intenção é demonstrar que a cidade é um sistema material de possibilidades e restrições da ação e do encontro:

*Espaço urbano ⇔ Sincronia / assincronia das trajetórias da ação
⇔ Convergência / divergência de redes sociais distintas*

As propriedades de sincronicidade, sequenciação, recursividade e complementaridades dos caminhos de ação na cidade englobam (1) a condição temporal das ações, ou as conexões¹⁹ geradas pela repetição. Ações são frequentemente sequenciais, se observadas ao longo do tempo; (2) a condição sociofuncional das ações, ou as conexões geradas pela interdependência: ações são imersas em eventos sociais interrelacionados e complementares; e (3) as ligações sistêmicas entre essas duas condições, as conexões geradas através dos períodos de desenvolvimento de certas atividades. Durante sua realização ou no intervalo entre duas atividades, as ações são parcialmente sincronizadas ou alinhadas no tempo e no espaço.

Com esse viés analítico, estaremos mais aptos a capturar a volatilidade da *cooperação da ação*, a desvelar a fragilidade da condição da interação – e a reconhecer a complexidade de um sistema de ações de grande proporção e recursividade, que se desdobra em teias de relações parciais e momentâneas, em constante reprodução.

O cenário de uma rede intraurbana, com múltiplos nós atraindo e convergindo trajetórias individuais de maneira intermitente e simultânea, aleatória, mas estruturada, expressa a ideia da *cidade como forma complexa de sincronias e assincronias*, composta por cadeias de ações e atividades parcialmente complementares, apresentando tanto relativa coordenação quanto flexibilidade e autonomia entre ações. Exemplos são as rotinas de trabalho e consumo, quando participamos e interagimos com outros atores – momentaneamente ou recursivamente – dentro de atividades cooperadas, e a possibilidade de resultados dos nossos atos serem retomados por outros atores em outros lugares e tempos – ou o oposto, a possibilidade de atos não encontrarem qualquer repercussão.

Ainda, além da dimensão temporal evidenciada nessas descrições, nossas ações estão sempre espacialmente entrelaçadas a partir

das estruturas da cidade (digamos, ao buscarmos ruas onde certas atividades podem ser encontradas) e de lugares que escapam a qualquer estrutura reconhecível (como espaços intersticiais na trama da cidade que podem abrigar práticas culturais ou socialidades particulares).

Para conseguirmos ver como a cidade, enquanto o *locus* possível da coexistência, é apropriada por redes sociais e seus fluxos de interação no tempo e espaço, gostaríamos de desenvolver mais o arcabouço conceitual que apresentamos. Nosso objetivo é descrever as cadeias de ação baseadas na copresença ativas na formação das redes. O espaço tem certamente um papel de difícil objetivação nessa relativa coordenação temporal da ação: temos de imaginar atores imersos em atividades realizadas durante certos períodos de tempo, alguns convergindo simultaneamente em nodalidades no espaço urbano, as quais podem estar vazias no período seguinte.

Se pudéssemos mapear a formação de redes sociais como convergências e divergências espaço-temporais de corpos da cidade, talvez pudéssemos entender as consequências da segregação que acompanha o corpo. Ver a disposição espacial desse emaranhado tremendamente complexo de ações é virtualmente impossível, mas reduções teóricas permitem a compreensão de aspectos dessas dinâmicas da vida urbana, como condições do encontro e integração, coexistência e distância social. Um item fundamental nessa formação é a possibilidade de *convergência de ações em tempos e lugares específicos*. Podemos entender os fluxos diferenciados da ação emergindo da sequência de eventos sociais que se desdobram em diferentes locais (por exemplo: local de trabalho → local de almoço → trabalho → lazer/consumo → residência). Se tais atividades envolverem convergências relativamente simultâneas e recursivas, elas tenderão a ampliar as possibilidades de se encontrar atores de certos grupos sociais. Lugares urbanos são o suporte material da produção de relações entre atores. Linhas dessa trama podem ser cartografadas na forma de um diagrama espaço-temporal (figura 3). As atividades realizadas em T1, T2 e T3 ocorrem em diferentes momentos ou períodos de tempo. Nesses eixos, temos a convergência e divergência dos caminhos de ação de conjuntos de diferentes atores.

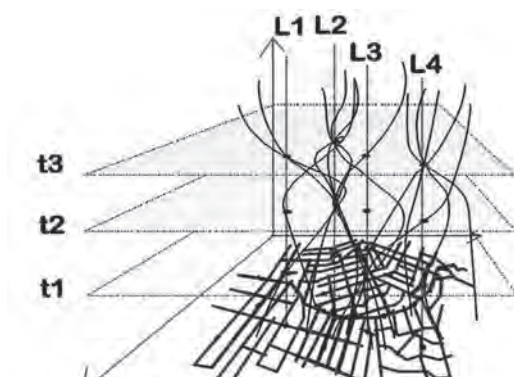


Figura 3 – Redes sociais atuando na cidade: a sincronia e complementaridade das ações no tempo se relacionam a padrões de acessibilidade e complementaridade nas suas localizações no espaço, e amparam tanto a aleatoriedade quanto a recursividade do encontro.

Devido a essa estrutura temporal e à distribuição heterogênea dos locais de atividade²⁰ na estrutura urbana, podemos encontrar distintas *densidades de encontro*, bem como pistas para identificarmos as forças produtoras da segregação.

Um estudo empírico sobre o potencial do encontro e a segregação sobre o corpo

Essa abordagem nos coloca em condição de pesquisarmos empiricamente o cenário da segregação em nossas cidades, em busca de traços reconhecíveis. A segregação sobre o corpo e o modo como ela impacta redes sociais podem ser reconhecidas através de alguns métodos, como o mapeamento dos caminhos de ação individuais, a análise dos padrões de acessibilidade e das redes de transporte urbano, e a simulação dos movimentos de conjuntos de atores e seus lugares de apropriação.

Desenvolvemos um exercício empírico fazendo uso conjunto desses métodos para ilustrar a aplicação desta abordagem e apontar sua utilidade em uma situação real, na cidade de Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.²¹ Tecemos mapas dos caminhos da ação de grupos sociais distintos, como traços espaciais parciais de suas redes mais amplas de classe. Técnicas de superposição desses mapas foram empregadas de maneira a permitir visualizar os potenciais de interação dos diferentes grupos no espaço da cidade.

O estudo inclui um grupo de 50 atores de diferentes classes sociais, que trabalham ou estudam em unidades da Universidade Federal Fluminense, distribuídas em três nodalidades (uma unidade de planejamento participativo, no centro da cidade; o campus Valonguinho, também no centro, e o campus da Praia Vermelha). Estratos sociais foram baseados na renda familiar mensal dos entrevistados, distribuídos em três categorias, com números similares de atores: grupos de renda baixa, renda média-baixa e rendas média e alta.²² Coletamos dados referentes ao comportamento espacial em um único dia da rotina dos entrevistados, desde o momento que eles deixaram suas casas, englobando as atividades realizadas durante o dia anterior ao da entrevista (local de almoço, compras para casa etc.), na forma de mapas de percursos diários. Também mapeamos os percursos entre lugares que os entrevistados costumam utilizar para atendimento médico, educação, lazer e lugares de consumo, e coletamos informações sobre a localização dos atores que compõem suas redes pessoais.

A inclusão dos percursos até os lugares de atividade eventual permite ampliar a representação dos espaços apropriados e chegar a uma consideração mais precisa do potencial de contato entre classes. Nesses casos, fizemos uso complementar do princípio dos menores caminhos entre atratores, estabelecido na literatura sobre padrões de movimento pedestre e veicular, na produção dos mapas dos percursos.²³ Levantamos ainda os modos de transporte (pedestre, veicular privado e transporte público) e a localização de cinco membros das redes pessoais de cada entrevistado, com fins de enriquecer as informações a respeito da sociabilidade dos atores e sua expressão como comportamento urbano. Espacializamos essa informação fazendo uso de ferramentas de geoprocessamento, de modo a identificar os caminhos de ação de atores de classes distintas. Os caminhos são diferenciados por cores branca (percursos do grupo de renda baixa), cinza (renda média-baixa) e preta (rendas média e alta – figuras 4 e 5).

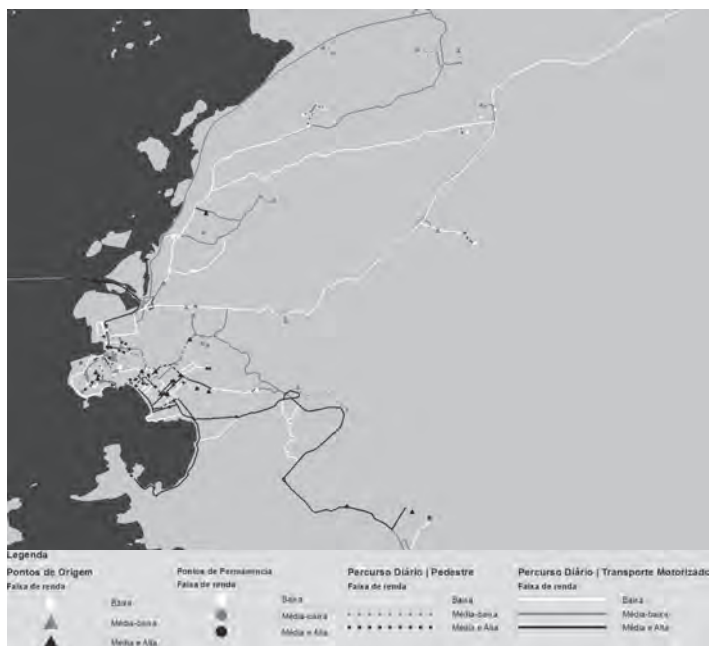


Figura 4 – Percursos urbanos: o mapa traz linhas de cores clara, representando movimentos de atores de baixa renda, cinza para atores de renda média-baixa e escura para atores de rendas média e alta.



Figura 5 – As redes sociais em ação: o movimento pedestre é representado por linhas pontilhadas, enquanto o movimento veicular (público ou particular) é representado por linhas contínuas. Os triângulos representam os domicílios; os pontos, os lugares de atividade.

Primeiramente, notamos a complexidade no padrão de localização residencial: topografia e amenidades paisagísticas se colocam como contradições ao clássico princípio da localização das classes das abordagens da economia espacial. Para atores de maior renda, a atração da proximidade ao mar é um vetor que pode levar a romper com o interesse na proximidade aos locais de trabalho, no centro histórico e na centralidade de Icaraí (áreas ao norte e ao sul da península em destaque na figura 5). Para atores de menor renda, áreas intraurbanas com topografia de risco, que dificulta sua mercantilização, são por vezes atraentes por sua proximidade a esses polos de trabalho. A topografia acidentada e áreas de interesse ambiental compõem um padrão espacial de vazios urbanos e dispersão, possivelmente estimulado pela exploração imobiliária da paisagem litorânea e pelos valores de privacidade e segurança supostamente oferecidos em localizações suburbanas.

Em consonância com essas condições geográficas, nosso mapeamento mostra localizações residenciais substancialmente distintas em termos macrourbanos: atores de renda baixa ocupam mais a região norte da cidade, mas também áreas pontuais em outras regiões; os de maior renda, a região sul, litorânea; os de renda média-baixa tendem a residir tanto próximos aos de renda baixa, ao norte, quanto em localizações na região intermediária, a oeste do centro.

As localizações de todos esses atores podem envolver grandes distâncias ao centro. Entretanto, *a média das distâncias percorridas aponta que atores de renda baixa e média-baixa tendem a percorrer distâncias maiores*, traço da segregação espacial contida na lógica de produção do espaço urbano capturada por teorias da economia espacial (tabela 1). Entre esses atores, as distâncias cobertas por movimento pedestre são similares. As diferenças aparecem na dependência do transporte público, crescente quando diminui a renda, e no uso do veículo privado.²⁴

Faixa de renda	Distância Casa-Centro	Distância Casa-Trabalho	Deslocam pedestre	Deslocam Trans pub	Deslocam Veículo priv
RENDAS MÉDIA E ALTA	2,78 km	5,72 km	0,75 km	3,48 km	2,60 km
RENDA MÉDIA-BAIXA	5,59 km	5,81 km	0,80 km	4,23 km	5,55 km
RENDA BAIXA	8,32 km	8,91 km	0,61 km	4,30 km	0 km

Tabela 1 – Distâncias médias entre lugares e em diferentes modos de deslocamento.

Mas a cartografia das redes de apropriação nos permite ir além das diferenças de localização residencial e segregação espacial. Aspectos de interesse podem vir à tona quando representamos o movimento dos atores e a localização de suas atividades de trabalho, consumo, lazer e serviços eventuais. Notamos sobreposições e entrelaços de percursos de atores de rendas baixa e média-baixa ao norte e próximas ao centro. Temos sobreposições também ao sul, indicando consequências do padrão de localização. Esses entrelaços ficam mais claros ao vermos mais de perto os bairros Centro, Praia Vermelha e Icaraí (figura 6).



Figura 6 – À esquerda, o Centro (ao norte) e Praia Vermelha (península ao sul do centro); à direita, o bairro de Icaraí. A análise das redes nos bairros mostra lugares de atividade por vezes segregados, mas próximos entre si, aumentando o potencial de contato entre classes.

O Centro da cidade oferece a maior convergência de redes de classes distintas via movimento veicular, em linhas mais longas, com sobreposição marcante também no movimento pedestre. Lugares de trabalho são próximos ou sobrepostos. Lugares de comer e beber (em proporção maior para grupos de menor renda), serviços médicos (mesmo que usados exclusivamente por um ou outro grupo) e paradas de ônibus (utilizadas por atores de diferentes estratos de renda) reforçam a sobreposição das redes e o potencial do encontro na rua. Entre os atratores, o terminal rodoviário se destaca, mas converge apenas redes de rendas

baixa e média-baixa. Um shopping center aparece como a nodalidade mais forte, capaz de convergir as três redes de classe, com alto potencial de contato social e reconhecimento mútuo.

O bairro da Praia Vermelha apresenta sobreposição de redes, incluindo extenso compartilhamento pedestre das ruas e leve predominância de atores de renda média-baixa. No bairro de Icaraí, encontramos predominância da apropriação de atores de rendas média e alta, com interessante sobreposição pedestre com atores de renda média-baixa. Serviços de comer e beber usados por diferentes atores terminam bastante próximos ou até sobrepostos. Serviços médicos também apresentam proximidade. Nesta área, detectamos um acesso bastante reduzido, proporcionalmente, do ator de renda baixa.

Em linhas gerais, as redes de classe, mesmo predominantemente segregadas em termos residenciais, têm sobreposição de nodalidades e trajetos – lugares potenciais de encontro. Pontos-chave de cruzamento de movimento das redes terminam reafirmados por atratores localizados próximos entre si, como pontos de ônibus e locais de consumo e serviços junto ao local de trabalho, exclusivos ou não, com potencial de convergência.

Uma proporção significativa das ruas apresenta sobreposição de redes nos modos de transporte veicular privado e público, sobretudo nos canais urbanos principais, mas também dentro das áreas de destino, de apropriação mais intensa (lugares de trabalho e de oferta de comércio e serviços no centro e Icaraí). O transporte público aparece como fator parcialmente integrador, com algumas linhas sobrepostas para atores de classes distintas.

Ainda que a amostra de atores estudada não permita representação estatística, vejamos alguns *indicadores da segregação sobre o corpo* entre os grupos de atores entrevistados em Niterói.²⁵

- *O grau de localismo dos comportamentos e redes pessoais:* a análise da localização dos participantes da rede pessoal (como amigos e familiares) e os lugares de atividade de cada ator considerado no estudo empírico pode revelar seu grau de dependência da proximidade para o estabelecimento de relacionamentos sociais. Observamos no grupo em estudo a

relação de proximidade entre moradia e lugares de atividade, e entre moradia e localização residencial das amizades (figura 7).



Figura 7 – Representação da localização dos atores entrevistados e seus lugares de atividade. À esquerda, o padrão fortemente convergente na relação entre moradias (triângulos) e pontos de trabalho ou estudo. À direita, o padrão difuso das relações entre moradias e localizações dos membros da rede pessoal de cada entrevistado. O gráfico mantém a relação real entre distâncias e posições.

Vemos no gráfico da esquerda a relativa proximidade entre atores de média e alta rendas entre si. Percebemos ainda o quanto a adição da moradia dos atores que compõem a rede pessoal dos entrevistados, no gráfico da direita, adiciona complexidade à trama espacial. As entrevistas também oferecem informações de interesse. Elas evidenciam a importância da *proximidade na formação das redes pessoais* variável conforme diferenças de renda. Em convergência com os resultados de Holanda em Brasília e Marques em São Paulo, a esfera baseada na vizinhança é dominante para pessoas de menor renda²⁶ em Niterói, e cai em importância quando a renda aumenta. A sociabilidade no trabalho e no estudo passa a constituir significativamente as redes pessoais daqueles de maior renda (tabela 2).

Lugar	Grupo de renda Baixa	Grupo de renda Média-baixa	Grupo de rendas Média e Alta
Vizinhança	60%	24%	14%
Trabalho	12%	21%	25%
Estudo	08%	27%	28%
Lazer	0%	16%	7%
Família	4%	0%	7%
Outros	16%	12%	19%

Tabela 2 – Esferas de sociabilidade e o percentual que ocupam das redes pessoais dos entrevistados.

- O grau de proximidade entre residências e lugares de atividades das classes*²⁷: uma das hipóteses a respeito das redes segregadas é a de que a proximidade entre lugares de atividade influenciaria a convergência de classes nas ruas. Buscamos verificar essa influência possível. Analisamos 50 lugares de origem dos trajetos (espaços residenciais) e 525 lugares de destino, dos quais 194 foram pontos de destino diários e 331, esporádicos (lazer, serviços médicos, residências de amigos). Definimos áreas de proximidade utilizando um raio de 460 metros a partir de cada lugar de origem, o equivalente a cinco minutos de caminhada.²⁸ Verificamos que 26% desses lugares apresentam nesse entorno sobreposição de atividades dos três grupos de renda; 22% apresentam proximidade a atratores de atores de rendas média-baixa e atores de rendas média e alta. Entre os entrevistados, não observamos proximidade entre residências e atratores de rendas baixa e atratores de rendas média e alta (figura 8).



Figura 8 – Traços da diversidade (área central, à esquerda) e da homofilia e segregação territorial (bairro de Icarai, à direita) na proximidade entre residência e lugares de atividade.

Entretanto, esses raios mostram-se apenas como um “potencial” de encontro – e interessantes indícios de uma tendência que demanda-

ria uma amostragem maior para confirmar-se. Vejamos como esse potencial – e a hipótese de que a proximidade entre atratores importa para potencializar a convergência das classes – se manifesta enquanto fluxos de apropriação.

- *O grau de sobreposição das redes de classe nas ruas é encontrado pelo exame das linhas de movimento de diferentes atores nos espaços públicos: analisamos a extensão total das ruas percorridas pelos atores para verificar a extensão de copresença das classes (todas, ou duas a duas) e a extensão de trajetos inteiramente segregados. Temos a sobreposição dos trajetos dos atores dos três grupos de renda em apenas 6,14% dos trajetos percorridos. Foram usados de modo comum por atores de dois grupos 51,39% dos trajetos, enquanto o uso de ruas por apenas um grupo atingiu 48,61%. Os trajetos percorridos pelos 50 atores em um único dia mais os caminhos até seus lugares de uso esporádico totalizam 230,03 km (tabela 3).*

Presença dos grupos	Extensão trajetos	Extensão copresença / extensão total ruas
Atores das três faixas	14,11 km	6,14%
Baixa + Média-baixa	43,86 km	19,06%
Baixa + Média e Alta	15,31 km	6,65%
Média-baixa + Média e Alta	44,93 km	19,54%
Apropriação exclusiva	111,81 km	48,61%

Tabela 3 – A extensão e percentual de sobreposição nos trajetos levantados.

A análise evidencia a complexidade da segregação socioespacial, agora na forma de uma “microsegregação” dinâmica, ao nível da rua e dos lugares de atividade. Ainda que o número de questionários não tenha representatividade amostral, tratando-se de uma proxy, um cenário que pode apontar tendências, observamos um potencial de encontro evidente mesmo entre esses grupos delimitados de atores. Essa observação sugere a relevância de reconhecermos a cidade também como lugar de coexistência (figura 9).

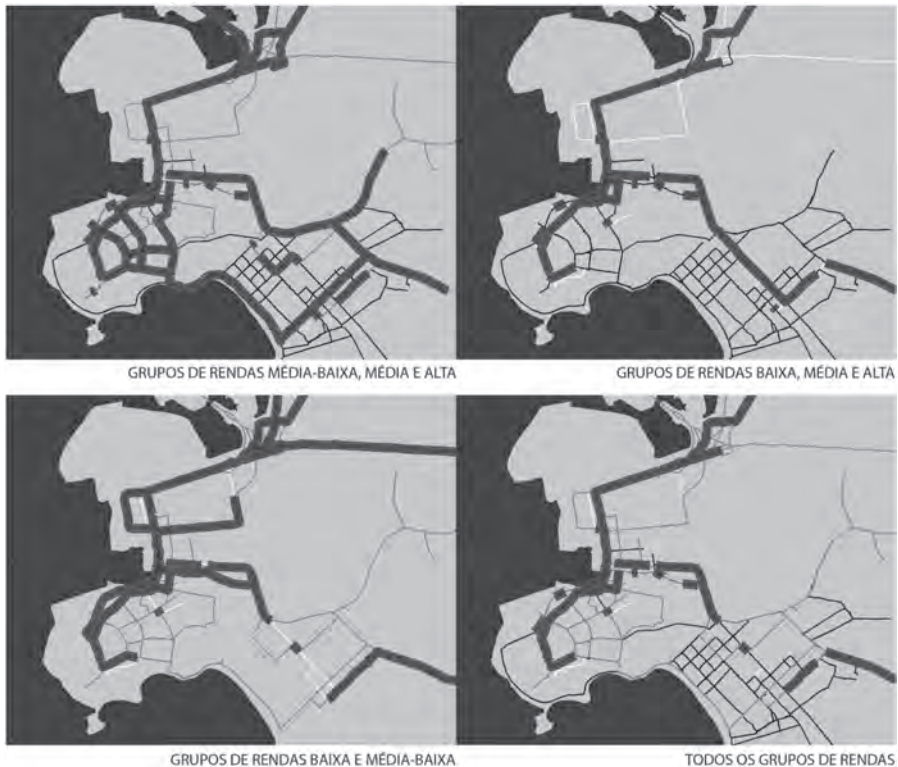


Figura 9 – Os trajetos convergentes (linha espessa) e aqueles de apropriação exclusiva.

A proximidade entre atividades distintas é positiva sob o ponto de vista da convergência social, ao demandar o movimento pedestre, capaz de equalizar classes na sua apropriação do espaço e oferecer chances de reconhecimento mútuo. A *oportunidade do encontro* emerge em intensidades distintas em áreas distintas, ora com predomínio de duas classes (como áreas em Icaraí ou o terminal rodoviário no Centro), ora com sobreposição de percursos de atores das três classes (como em ruas do Centro e junto ao campus na Praia Vermelha). Mesmo nessas áreas de sobreposição, nuances da segregação são perceptíveis, sugerindo a utilidade da abordagem, apta a reconhecer a mobilidade, a apropriação efetiva e os lugares de atividade como aspectos da segregação social.

Um método gráfico adiciona a *dimensão temporal* a nossa análise das trajetórias espaciais da ação, o que permite a visão de como o padrão de apropriação espacial influencia o potencial *dinâmico* de co-presença entre indivíduos de estratos sociais distintos (figuras 10 e 11).

Os diagramas mostram as potenciais *sincronias espaciais*, bem como as *disjunções temporais* nesses trajetos. Por exemplo, no caminho para o trabalho, compatibilidades temporais no padrão de apropriação podem levar atores a utilizar as mesmas ruas e predispor seu encontro; diferenças podem levar a variações na estrutura espaço-temporal das rotinas e à instalação da ausência dos diferentes. A convergência e a divergência das linhas indicam graus de sobreposição potencial de redes sociais – momentos e espaços para o reconhecimento ou a ausência do Outro.

A figura 10 traz apenas três atores, um de média ou alta renda vivendo a cerca de 2 km do ponto do centro considerado como marco espacial, um de renda média-baixa vivendo a 6 km do centro, e um de renda baixa, com residência a cerca de 11 km. Os tempos de início de movimento são similares. Eles convergem no centro, passando boa parte de seu tempo em posições similares no espaço, com potencial de contato.

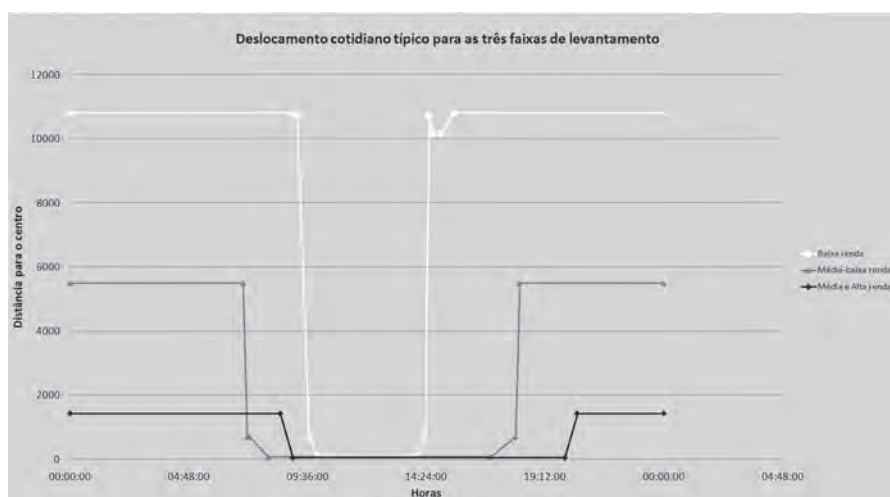


Figura 10 – Coexistência e divergência: as linhas representam a movimentação dos atores no espaço (variação vertical, onde o zero é um ponto no centro histórico da cidade) e no tempo (variação horizontal).

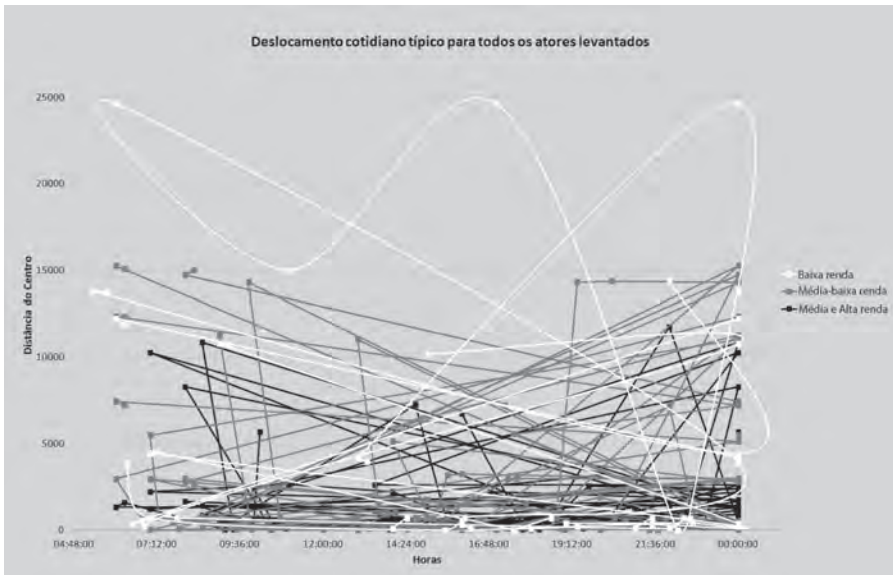


Figura 11 – O diagrama espaço-temporal mostra a complexidade das trajetórias na cidade: concentração dos atores de maior renda, hibridismo na apropriação dos atores de renda média-baixa, dispersão dos mais pobres e sobreposição intensa nas proximidades do centro.

A figura 11 considera os 50 atores entrevistados. Suas habitações têm distâncias variadas em relação ao centro, mas seus lugares de atividade rotineira e eventual tendem a estar concentrados nos espaços até 3 km do marco central (distância que inclui ainda os bairros da Praia Vermelha e Icaraí). Entretanto, o gráfico não mostra padrões temporais claros para as movimentações desse número de entrevistados. Mostra antes graus de aleatoriedade nas trajetórias urbanas, com alguma concentração de horários na área central.

A análise desses diagramas do movimento e permanência na cidade, em busca do grau de copresença e convergência temporal, indica primeiramente o efeito das diferenças de localização residencial como fonte de assincronia nas trajetórias. Algo similar se faz notar nos descompassos nos horários e lugares de retorno do lugar de trabalho. Por fim, mostra o efeito potencializador do encontro gerado por centralidades urbanas.

A cartografia temporal²⁹ das atuações de atores na cidade visa esclarecer as condições de concretização *social* e *material* dos esforços individuais e à própria possibilidade de aproximação e conexão entre

nossas ações. Essas são as instâncias nas quais a reprodução social é viabilizada – através de esforços e desafios individuais e coletivos, que naturalizamos como atividades, rotinas e interações de diversas ordens em nossos cotidianos.

Aleatoriedade, contingência e a probabilidade do encontro

Todas as organizações envolvem a coordenação da interação em fluxos de relações espaço-temporais canalizados por meio de contextos e lugares.³⁰

Anthony Giddens

Vimos traços de uma organização social coletivamente produzida e arranjada através de propriedades como a complementaridade, sincronicidade e sequenciação das ações³¹, e por sua estrutura material por excelência: a própria cidade. No intuito de descrever a possibilidade de sobreposição dos trajetos individuais como parte do problema da segregação, acabamos por chegar a uma descrição da vertiginosa relação entre a formação de laços dentro de um sistema social e sua espacialização sob forma da estrutura urbana – aspectos essenciais da organização material de uma sociedade como sistema de encontro.

A reprodução social é constituída por (e constitui) convergências de linhas de vida em espaços e momentos tanto de maneira contingente quanto não contingente. É difícil apreender teoricamente o que é contingência e como nossos encontros na cidade podem apresentar essa propriedade, mas podemos amenizar essa dificuldade se entendermos que encontros e ações de sociabilidade emergem frequentemente sem qualquer programação ou conexão preestabelecida. Entretanto, mesmo encontros incidentais operam de maneira *relacional*. Suas consequências frequentemente são sentidas por outros atores e demandam novas ações, e eles emergem dentro de *condições espaciais*, como as densidades urbanas. Mesmo a contingência e a aleatoriedade podem ser materialmente distribuídas e concentradas, especialmente por dependerem do espaço como meio. Assim, *heterogeneidades no espaço podem ser responsáveis pela geração de maior ou menor aleatoriedade e contingência*

do encontro. Podem até mesmo concentrar a aleatoriedade e a contingência mais em certas áreas do que em outras.

Cidades são, entre outras coisas, sistemas de excepcional heterogeneidade e diferenciação interna. Sugerimos que, precisamente em função dessas diferenças, *idades são processos de distribuição da aleatoriedade e contingência do encontro e da interação* – ora envolvendo sua compressão, ora sua dispersão, tendendo a covariar com o próprio espaço urbano, em suas densidades e centralidades.³² Sociedades, na verdade, parecem estruturar o espaço na forma de cidades não apenas para possibilitar as trocas socioeconômicas, como enfatizado pela economia espacial, mas como formas de *produzir a vitalidade e a imprevisibilidade dos novos encontros, por um lado, e sua continuidade e previsibilidade, por outro*.³³

Mais sutilmente que isso, *idades são formas extraordinárias de produzir e lidar com a elusividade do encontro*, essa frágil condição da interação, e de minimizar os riscos de um nível de assincronia insustentável entre os cursos das nossas ações. Ao mesmo tempo, a cidade permite que adicionemos a nossos atos o que é necessário para sua sincronia – para que interações possam acontecer. Interações criadas por espaços totalmente desestruturados ou por completa dispersão seriam social e economicamente dispendiosos demais para se tornarem suporte das nossas interações.

Se o espaço urbano é coletiva e historicamente estruturado, então essa estrutura pode ter o efeito de fazer convergir os corpos em mais possibilidades de interação – em mais chances de converter as “possibilidades da interação” em interação de fato. Essa passagem ocorre na forma de fluxos potenciais e reais de interação distribuídos heterogeneamente, em diferentes intensidades, por uma estrutura espacial igualmente heterogênea produzida exatamente para gerar essas diferenças. É essa heterogeneidade de lugares e concentrações espaciais que vai produzindo e articulando tanto a variedade quanto a estrutura do que experienciamos coletivamente como “vida social”.³⁴

Essa análise ainda pode mostrar a relativa sincronia e a assincronia das nossas atuações em função da *complementaridade* entre lugares de atividade distribuídos na forma de padrões de localização e acessibilidade.

Mas essa visão espaço-temporal pode ser útil também para entendermos o problema da segregação como limitação ou controle da sobreposição dos caminhos de ação de diferentes grupos na cidade. A concentração da aleatoriedade do encontro em certos espaços da cidade aumenta as chances da recursividade nos contatos entre grupos sociais distintos – como em ruas de alta acessibilidade ou centralidade, ou em atratores estruturais da movimentação urbana. Mesmo se a frequência dos nossos atos mudar, sua recursividade é capaz de nos levar para os mesmos lugares para realizarmos nossas tarefas diárias. Ainda que haja desencontros no tempo nesses lugares, eles aumentam nossas chances de encontro, mesmo em cidades de diferentes tamanhos e diversidades internas.

Notemos também que a apropriação acontece em sequências: de um lugar para outro, de acordo com a complementaridade das atividades em nossas rotinas, estimuladas ainda pela sua localização urbana. A característica principal dos espaços acessíveis é justamente permitir a complementaridade das atividades conjuntas, baseadas em distâncias curtas, rapidamente percorríveis. Isso, naturalmente, aumenta as chances do encontro ocorrer. Assim, podemos ver que as probabilidades do encontro são distribuídas em entrelace às estruturas espaciais da cidade.³⁵ Esse é, na verdade, um ponto fundamental pouco discutido da relação sociedade-espaço. *As probabilidades do encontro são impregnadas de espacialidade, e diferentes espacialidades estão impregnadas de diferentes potenciais de encontro*, tanto em suas densidades e estruturas visíveis quanto em seus conteúdos sociais.

Juntas, essas propriedades materiais da ação asseguram a passagem da ação individual para a social, e constituem a condição da organização e reprodução social. Mas não de forma mecânica. A organização e a reprodução social envolvem alta flexibilidade e variabilidade na disposição dos caminhos de ação. Vemos que há uma relação inerente entre os padrões de apropriação, os padrões de encontro e as heterogeneidades do espaço urbano. Essa relação inerente é capaz de incluir a diversidade. Ela envolve a intensificação tanto da probabilidade quanto da aleatoriedade – e essa relação não é a de “ou uma coisa ou outra”: probabilidade e aleatoriedade se alimentam quando convergem – e, importante, em intensidades diferentes em espaços diferentes. Essa é uma relação não determinística em que o acaso toma a forma da assincronia

de ações e de escolhas espaciais distintas de trajetos e lugares de atuação. A aleatoriedade nunca se afasta do processo, mas é de alguma maneira distribuída em campos distintos de probabilidades, identificáveis pelos atores, na forma de caminhos que nos convergem ou divergem – e o fazem em função da diferenciação do próprio espaço. O espaço toma assim parte nos elusivos encontros que produzem sociedades – e a possibilidade da coexistência no fenômeno híbrido que chamamos “cidade”.

A possibilidade urbana da coexistência

Os caminhos de ação encontram conexões e desconexões, canalizados através de redes de rua e moldados por padrões de apropriação e de complementaridades da ação. Há, claro, potenciais distintos para a conexão latentes nos próprios padrões de apropriação, bem como na compatibilidade entre padrões. Incompatibilidades tomam a forma de supressões de atividades e lugares como possibilidades da apropriação, de diferenças estruturais entre caminhos urbanos, de diferenças no desenrolar das trajetórias no tempo. Síncopes se materializam nas divergências de escolhas, acessos, posições no espaço e tempo das nossas atuações, e têm como resultado a disjunção do encontro. Gravemente, uma vez estabelecida na forma de diferentes mobilidades e ausências, a disjunção do encontro remete ao que Sartre chamou de “encerramento dos relacionamentos”.³⁶

Probabilidades de encontrar o Outro impregnam nossos caminhos de ação. A interação, que depende da articulação desses caminhos, emerge em espaços públicos ou no interior de espaços arquitetônicos. Por sua vez, a coesão de redes sociais depende da probabilidade de encontros. Concomitantemente, diferenças de probabilidade de encontro separam redes sociais distintas gradualmente, no próprio fluxo da vida cotidiana. O espaço segue, portanto, um fator-chave na reprodução da segregação, mas de uma maneira muito mais complexa e sutil que os efeitos territoriais das áreas segregadas, e com um potencial muito maior de segregar (e integrar) atores.

O presente texto se propôs a trazer uma abordagem alternativa à segregação, visando, para tanto, capturar as trajetórias dos corpos no espaço, e os locais onde os corpos podem ser reconhecidos em seus

sinais de identidade. Considerou a vida cotidiana nas cidades como possibilidades controladas de interação naturalizadas em estilos de vida e padrões de apropriação compartilhados entre aqueles similares.

Gostaríamos de sugerir ainda que o conceito de padrões de encontro concentrados ou dispersos no tempo e no espaço da cidade pode ser utilizado mesmo em sociedades menos desiguais, e focados em grupos de naturezas e escalas distintas. Esse conceito nos permite entender *a distância entre atores como parte da formação de redes sociais*. Configuram-se assim redes sociais espacializadas, altamente dinâmicas e com pouca sobreposição, relacionadas a características de classe ou de campo social, reproduzindo uma distância social que se instala no cotidiano como *estrutural*. Nesse caso, redes sociais diferentes, mesmo que eventualmente sobrepostas, tendem a não produzir convergências suficientes em intensidade, recursividade e forma para o contato efetivo com o Outro.

O conceito espacializado de rede social tem como foco as condições de coexistência como convergência de ações que não deixam traços visíveis: momentos fugidios, encontros e interações que desaparecem de maneira tão súbita quanto surgem; e foca nos corpos e espaços como condições cotidianas para formação e interação de mundos sociais distintos dentro de uma mesma cidade.



Essas são as tramas do encontro na produção das redes sociais no tempo e no espaço urbano. Nessas tramas, diferenças sociais são ativas ao moldar as possibilidades de interação e as relações entre seus membros. Os capítulos seguintes mostrarão que a “substância” dessas relações vai além da copresença e do encontro: ela é a própria comunicação. Introduzirão um giro para a visão de “sociedades como sistemas de comunicação” entrelaçados a seus espaços.

Notas

1 Veja os textos preparatórios para este trabalho, nos capítulos anteriores.

2 Como Krüger (1979), Hillier e Hanson (1984), Krafta (1994) e Holanda (2002), entre outros.

- 3 Derivamos essa observação de Habermas (1984a).
- 4 Esses fatores são descritos em detalhe nos capítulos anteriores.
- 5 Vimos que o trabalho de Gonzales et al. (2008), baseado no mapeamento dos movimentos de um conjunto de atores a partir das informações das torres de telefonia móvel em cidades americanas, aponta uma tendência acentuada de retorno a um conjunto limitado de lugares.
- 6 Veja Giddens (1984) e Hillier e Hanson (1984).
- 7 Veja o capítulo “Entre espaços urbanos e digitais”.
- 8 Compare esse termo aos daily paths da Time-Geography, de Hägerstrand (1970; 1984).
- 9 Holanda (2000) fez 297 entrevistas em cinco áreas residenciais de perfis de renda distintos; Marques (2012) entrevistou 209 famílias de classes baixas em sete áreas, e 30 famílias de média renda utilizadas como base de comparação.
- 10 A renda familiar média per capita para indivíduos em situação de pobreza encontrada por Marques foi de R\$ 271,00; para indivíduos de classe média, R\$ 2.250,00 (Marques, 2010; 2012).
- 11 Termo de Wellman em Marques (2012); cf. Fischer et al. (1981).
- 12 A relação inversa entre dependência da proximidade e renda encontra amparo ainda em Briggs (2003; 2005); veja Marques (2012).
- 13 Análises em casos na Califórnia e Israel (Fischer e Shavit, 1995), França (Grosseti, 2007), Finlândia e Rússia (Lonkila, 2010) e China (Lee et al., 2005), entre outros, sugerem que redes pessoais variam muito mais em função de classe social do que em função de culturas urbanas e contextos regionais distintos. Marques (2012) nos informa que, desde o estudo de Wilson (1987), assume-se que atores segregados tendem a ter menos conexões com outros grupos sociais, assim como a serviços e oportunidades, com consequências socioeconômicas negativas. Marques mostra que essa relação tem limites: a relação parece depender mais da renda que da condição de segregação.
- 14 Essas dificuldades, associadas com a questão da escolaridade (alta correlação entre renda e escolaridade, e entre escolaridade e criação de ligações sociais mais diversas), levariam a perpetuar a situação relacional dos mais pobres, ou o que Tilly (2005) chama “desigualdades duráveis”. Entretanto, mesmo redes pessoais de atores de menor renda também podem apresentar variedade em seus tamanhos – eventualmente tendo estruturas similares àquelas redes pessoais de classe média. Veja ainda Grosseti (2005) e Marques (2012).
- 15 Veja Gravonetter (1973).
- 16 Veja o capítulo “Classes sociais, mobilidades e a apropriação do espaço urbano”, seção “Distintas apropriações”.
- 17 A localização intraurbana é entendida como um fator de produtividade pelo menos desde Hansen (1959); Harvey (1973) associou este fator ao problema da justiça social urbana.
- 18 O estudo de Marques (2012) sugere que mesmo atores em situação de segregação territorial tendem a ampliar suas redes, em correspondência com diferenças positivas na renda. Isso sugere uma relação causal entre tamanho da rede pessoal e a renda do indivíduo – mas o oposto também pode ser igualmente o caso.
- 19 Termo usado pelo sociólogo Niklas Luhmann (1995) para apontar as relações funcionais momentâneas entre ações.
- 20 Em especial, temos os grandes atratores onde atividades variadas têm lugar, tais como universidades, hospitais, estações de metrô e shopping centers, como explora o capítulo anterior, “Dinâmicas da segregação”.
- 21 Outros estudos apontam diferenças nos modos como atores de diferentes classes se apropriam do espaço: veja Santos, Vogel e Mello (1985), Holanda (2000) e Aguiar (2003; 2010).

22 Faixas de rendimento dentro dessa classificação: faixa de renda baixa (até R\$ 1.114 ou US\$ 637), faixa de renda média-baixa (R\$ 1.114 a R\$ 4.806 ou US\$ 2.747) e faixa de rendas média e alta rendas (acima de R\$ 4.806 ou US\$ 2.747). Valores e taxas em 25 de agosto de 2010. Utilizamos as categorias da FGV, baseadas na Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, para definir classe social e consideramos a renda como fator. Ainda que o recorte de renda de R\$ 4.806 não caracterize em si uma renda familiar alta, não podemos ignorar que apenas 15% da população brasileira ultrapassava esse valor em 2010. A faixa de renda média-baixa corresponde a 53%, e as de renda baixa, a 32%. Ainda, esse critério se alinha com o padrão de apropriação urbana identificado para grupos de rendas média e alta, que apresentam condições de alta mobilidade, conforme analisado no capítulo “Classes sociais, mobilidades e a apropriação do espaço urbano”, anterior. Por sua vez, a distinção entre as faixas de renda média-baixa e baixa podem conter diferentes mobilidades, em função das suas condições potencialmente distintas de reservar parte da renda para custos com transporte.

23 Veja Hillier e Hanson (1984); Hillier et al. (1993), Penn et al. (1998), Hillier e Lida (2005).

24 O grupo de renda média-baixa também apresenta forte uso de veículo privado, talvez um indício dos ganhos de renda nessa faixa. O uso menos intenso do veículo privado por parte dos atores de rendas média e alta pode se dar em função da proximidade maior ao lugar de trabalho ou estudo – lembrando que a avaliação captura o comportamento espacial em um único dia da rotina do entrevistado. Os atores de menor renda não informaram uso de veículo individual nesse dia.

25 Esses indicadores foram definidos a partir de Netto e Krafta (1999).

26 Curiosamente, essa informação teve uma dissonância com a medição das distâncias entre entrevistados e a localização residencial atual de suas amizades: a distância média entre entrevistados e seus amigos no grupo de rendas média e alta foi 4,29 km; no grupo de renda média-alta, 4,63 km; no grupo de renda baixa, 5,66 km. As distâncias entre amigos na faixa de menor renda é superior ao das demais rendas. Essa diferença pode indicar alterações na localização residencial, potencialmente maior para grupos de menor renda (veja Abramo, 2009a): a razão de origem da rede pessoal permanece, mas o indivíduo muda sua localização. Pode ainda indicar uma concentração de similaridades dentro de um grupo. Ambas as possibilidades sugerem a necessidade de mais estudos empíricos.

27 Optamos por este indicador e não pelo grau de sobreposição das redes de classe nos lugares de atividade, mais preciso, mas que demanda o levantamento de um grande número de atratores (ou de atores que utilizam os atratores) para oferecer um panorama razoável da segregação em redes no espaço urbano.

28 A distância média percorrida em cinco minutos de caminhada é 460 metros, utilizando-se 92,5 m/min como tempo médio de deslocamento entre origem e destino para um percurso a pé.

29 Ainda que esse termo reconheça propositalmente a geografia temporal de Hägersstrand (1970; 1984; 1985) e seu pioneirismo na descrição das linhas de vida, o presente método não foi originalmente baseado na geografia temporal.

30 Giddens (1984, p. 77).

31 A quarta propriedade, a recursividade, ficaria evidente por meio da análise temporal de vários dias de atividade, como a rotina semanal dos atores.

32 Veja a reinterpretação do que chamamos aqui “compressão da aleatoriedade” como “redução da complexidade social” (a redução das possibilidades de imprevisibilidade das escolhas de interação, de acordo com Niklas Luhmann) no capítulo “Entre espaços urbanos e digitais”.

33 Veja mais sobre a relação entre heterogeneidade e estruturação internas da cidade e a emergência da prática social nos capítulos “Comunicação e espaço” e “Os efeitos sociais da arquitetura”, na segunda e terceira partes deste livro, respectivamente.

34 Os conteúdos sociais das arquiteturas e lugares e distribuídos pelas hierarquias de acessibilidade têm um papel importante na (re)produção das relações sociais e na configuração de redes sociais. Entretanto, a variedade de fluxos de ação na cidade (levando-se em consideração a complexidade da seleção entre as atividades disponíveis) gera um panorama altamente variável de encontros. Vimos que se pode tornar essa complexidade mais palpável se observarmos que um mesmo lugar articula muitos caminhos de ação cotidiana. Os trajetos dos atores convergem de maneira aparentemente aleatória, mas o fazem de acordo com requerimentos práticos da complementaridade, recursividade e sincronicidade da ação conjunta.

35 Compare este argumento com o papel da distância na criação da probabilidade do encontro, e da cidade na criação de “fortes interfaces probabilísticas entre aqueles que se movem localmente e aqueles se movendo no sistema mais amplo”, em Hillier e Netto (2002).

36 Em Giddens (1984).

SOCIEDADES
COMO SISTEMAS DE
COMUNICAÇÃO

**espaço,
significado e
prática social**

*– Observe as pessoas à nossa volta. Ouça por um minuto.
Somos imersos em comunicação.*

Essa frase é de um diálogo imaginário que por vezes tive com um teórico cuja mentalidade teria sido produzida em uma época pós-estruturalista, um período fictício que resultaria dos esforços teóricos de uma geração em superar as limitações de conceitos-chave da metafísica, como o de estrutura e significado, razão e consciência – em direção a outras dimensões da nossa experiência, como a emoção e o desejo. Um teórico cuja epistemologia, mesmo enriquecida, já não lhe permite ver a importância da linguagem e seus contextos, ou de nossas interações intrinsecamente constituídas por significados. Sobretudo quando meu colega imaginado rompeu com a noção de significado em nome da desestabilização de todos os conceitos, perdeu também a conexão teórica com o mundo de comunicações que produzimos. Na verdade, essa desconexão é real o bastante. Ela está viva na teoria: recentes abordagens performativas, por exemplo, têm enfatizado uma visão da prática quase como automática, alimentada mais por impulsos pré-conscientes do que pelo pensamento ou atos discursivos.

Apesar de subestimada em teorias e ontologias recentes, a comunicação é central em nossas vidas cotidianas – um fato certamente reforçado pela quase onipresença dos sistemas e dispositivos de comunicação móvel e digital. Somos mais comunicativos e mergulhados em informação do que nunca. É esse aprofundamento da nossa capacidade de comunicação através da linguagem que gostaria de relacionar ao espaço da arquitetura e da cidade. E desejo fazê-lo de

modo a enfatizar a comunicação como um aspecto central na relação entre sociedade e espaço.

Certamente, diversas abordagens ao longo das últimas décadas têm apontado o espaço como parte ativa em processos sociais. Contudo, gostaria de explorar essa relação de uma forma diferente da maioria dessas abordagens – sobretudo de modo a tornar explícito o lugar do espaço no que podemos chamar de “associação”, a aproximação entre atores e seus atos mediante a comunicação.¹ Gostaria de interpretar o processo da aproximação comunicativa entre atores como constituído por meio do espaço, entre outros meios. Meu objetivo é propor que, se processos de comunicação são realmente centrais para a reprodução de sociedades, como afirmam teóricos como Jürgen Habermas e Niklas Luhmann, e se há de fato uma relação profunda entre processos sociais e formas espaciais, como apontam estudiosos do espaço como David Harvey e Henri Lefebvre, então há *possibilidade de um lugar para o espaço da arquitetura e da cidade nas comunicações que constituem as associações entre nossos atos cotidianos*.

Minha proposição se relaciona à observação de que humanos são imensamente comunicativos. Vivemos imersos na produção de signos que constroem nossas experiências e interações. Espero mostrar que, embora o espaço esteja se tornando um tema central fora das disciplinas a ele voltadas originalmente (a arquitetura, o urbanismo, a geografia), uma teoria sistemática de como nossas práticas se relacionam por meio das tramas da comunicação – oral, escrita e imagética – e seus espaços parece ainda ausente – tanto nessas disciplinas espaciais quanto naquelas voltadas ao social.

Meu objetivo é mostrar o lugar dos espaços arquitetônicos e urbanos na produção do sistema de ações e interações que constitui grupos e sociedades, em dois momentos relacionados, mas com propriedades temporais e espaciais próprias:

- (a) O espaço urbano como informação sobre possibilidades da prática – um sistema de referências para a realização de nossos atos. Relacionamo-nos a lugares e a edificações como contextos para nossa comunicação e para nossa atuação conjunta, dentro das suas bordas.

*Ato individual ⇔ espaço [contexto] ⇔ atos associados via
comunicação no lugar*

(b) Como atores, acessamos e nos apropriamos de espaços urbanos como modo de associar nossos atos a atos atuados também em outros lugares e tempos, e a seus resultados e produtos – na construção progressiva de sistemas de interação ancorados nos espaços da cidade.

*Ato individual ⇔ espaço [lugar de relação] ⇔ ligações a outros
atos e atores, lugares e tempos*

Desejo trazer tal processo à tona de modo que não só seria legítimo estender a perspectiva da prática e da comunicação ao espaço, mas – se desejamos esclarecer o papel do espaço na vida social e nos processos de constituição da sociedade – essa seria também uma necessidade epistemológica.

Abordagens da relação entre sociedade e espaço

As formas de presença do espaço urbanizado em processos sociais vêm sendo identificadas sob forma de conjuntos de relações. Abordagens variam entre explicações de caráter geral e aquelas direcionadas a aspectos específicos da realidade socioespacial. O quadro 1 oferece uma brevíssima síntese das abordagens mais conhecidas, suas raízes disciplinares e alguns de seus principais expoentes.

Áreas	Abordagens às relações sociedade-espço	Autores
Geografia humana	Dialéticas do espaço e sociedade; espaço e relações de produção. Divisão espacial do trabalho. Ação e espaço. Sistemas de ação, objetos e técnicas. Fenomenologia do lugar. Contextualidade da prática etc.	Harvey (1973), Massey (1984), Soja (1992), Thrift (1983), Tuan (1977), Werlen (1993), Gregory (1994), Santos (2002), Ley (1978), Simonsen (1991) etc.
Abordagens performativas e não representacionais	Descrições de atos performativos em percursos cotidianos; contextualidade; redes simétricas de humanos e não humanos.	Schechner (1988), Law (1999), Latour (2004), Thrift (2008) etc.
Teoria arquitetônica	Paradigmas da relação entre forma e função na arquitetura. Arquitetura como “forma social”. Fenomenologia da arquitetura. Espaço arquitetônico, interfaces sociais e movimento do corpo. Conceitos de programa e sua espacialização.	Viollet-le-Duc (1854), Frankl (1914), Sullivan (1924), Behne (1926), Norberg-Schulz (1980), Hillier e Hanson (1984), Tschumi (1996), Forty (2000) etc.
Estudos urbanos	Relações entre forma urbana e vitalidade social e microeconômica. Relação perceptiva indivíduo-forma urbana. Relações históricas entre forma urbana e sociedade. Sistemas de encontro, interfaces sociais e estruturas espaciais. Complexidade e emergência de padrões urbanos a partir das interações dos atores. Desempenho sustentável.	Jacobs (1961), Lynch (1960), Gibson (1979), Rapoport (1982), Rossi (1995), Martin e March (1972), Hillier e Hanson (1984), Holanda (2002), Krafta (1996), Batty (2005), Burton (2002), Chen et al. (2008), Echenique et al. (2012) etc.
Economia espacial	Forças de produção da cidade e padrões de localização como externalidades da ação econômica. Externalidades da produção; mercado, externalidades pecuniárias e efeitos aglomerativos. Transformação da forma urbana. Forma urbana e inovação econômica.	Marshall (1920), Isard (1956), Hansen (1959), Alonso (1964), Wheaton (1982), Henderson (1988), Krugman (1995), Storper e Salais (1997), Abramo (2001), Gordon e Ikeda (2011) etc.
Teoria social	Ecologia urbana e segregação. Fenomenologia e o arranjo espacial do mundo da vida. O espaço na constituição da sociedade: sistemas de interação em situações de copresença e integração social. Cartografias da ação.	Burgess (1928), Park (1936), Wirth (1938), Schütz e Luckmann (1959), Giddens (1984), Ribeiro (2012) etc.
Filosofia	Espaço e experiência. Regionalização do ser. Racionalização, abstração e fetichização do espaço como tática de conformação da vida cotidiana e reprodução de estruturas de poder.	Cassirer (1944), Heidegger (1969), Lefebvre (1973), Foucault (1979) etc.
Antropologia	Projeções simbólicas e físicas no espaço como formas de organização social.	Lévi-Strauss (1958), Durand (1960) etc.

Quadro 1 – Algumas matrizes e abordagens às relações sociedade-espço.

Embora não possa oferecer aqui um relato detalhado dessas teorias, vejamos sucintamente quatro das mais proíficas, oriundas de diferentes campos. A intenção é identificar certos limites seus face a uma dimensão-chave da relação sociedade-espaço, e explorar possibilidades de caminhos capazes de preencher tais ausências substantivas. Esse propósito implica evidenciar as principais proposições, os domínios objetivos e as epistemologias que as pré-disporiam a reconhecer aspectos específicos da relação sociedade-espaço mais do que outros.²

Um dos campos a iluminar a espacialidade do social de modo profundamente ativo emergiu da recepção da teoria marxista na geografia. Abordagens da geografia humana, sobretudo a partir do trabalho seminal de David Harvey, passaram a buscar o papel do espaço na reprodução de relações sociais, refletidas na produção de homologias entre estruturas de classe e espacialidades centro-periferia replicadas em diversas escalas – da cidade às periferias globais analisadas por Mandel e as matrizes espaciais da geopolítica de Poulantzas.³

Em *Social Justice and the City*, Harvey evidencia relações potencialmente causais na localização como fator ativo da produtividade individual e item de justiça social. Adiante, no rigoroso *Limits to Capital*, traz uma teoria inovadora a respeito da produção do espaço urbano como reprodução de processos e contradições sociais, bem como a superação das contradições através do espaço, na sobrevivência do capitalismo.⁴ A filosofia de Lefebvre, por sua vez, reconstrói o materialismo de Marx em histórias da colonização do espaço e vida social urbanizada, denunciando a racionalização do espaço e apontando o primado do corpo e do espaço percebido e vivido como meios para a reintegração ontológica de uma realidade espacialmente fragmentada.

Contudo, nessas abordagens das estruturas da prática humana, trabalho e interação são “jogados juntos sob o rótulo da práxis”. A abordagem da prática reduzida a uma noção geral de “trabalho” ignora a prática da interação como uma dimensão-chave da reprodução material.⁵ Subestima a complexa matriz de práticas como sendo estruturada substancialmente por comunicações – isto é, mediadas por trocas informacionais em interações tanto instrumentais quanto não instrumentais, tanto funcionais quanto simbólicas. Ou seja, ignora que “a prática da interação linguisticamente mediada deve ser vista como uma dimensão igualmente fundamental do desenvolvimento histórico”.⁶ A constituição

do tecido da vida social mediada pela comunicação é tornada opaca quando reduzida à categoria do trabalho e das relações de produção, sendo, portanto, subestimada como processo espacial.

Uma teoria socioespacial inteiramente diferente seria uma abordagem durkheimiana fundada no conceito de “solidariedades”. Hillier e Hanson desenvolveram uma abordagem nessas linhas, na busca de uma “lógica social do espaço”.⁷ Analisando formações espaciais produzidas por diferentes sociedades, encontraram semelhanças e diferenças consistentes em seus espaços. Essa é uma teoria enraizada em três condições: as interfaces entre diferentes grupos sociais, o encontro e a copresença entre pessoas, e a forma concreta do espaço.

O raciocínio é inesperadamente simples, aparentemente possível apenas em uma perspectiva durkheimiana: as formas de interação em nossas sociedades são baseadas em trocas motivadas por diferenças funcionais entre atores (“solidariedade orgânica”) e por semelhanças fundadas nas suas identidades (“solidariedade mecânica”). Essas diferentes solidariedades trariam em si diferentes padrões de interação, que produziriam e seriam reproduzidas por estruturas do espaço também diferenciadas, por meio da influência deste sobre a distribuição dos nossos movimentos e copresença no espaço urbano e arquitetônico.

Essa abordagem trouxe novas chaves para vermos o papel do espaço para uma sociedade: a influência da configuração espacial de assentamentos e da rede de caminhos urbanos sobre nossas apropriações e padrões de encontro. Encontros, moldados por espaços, são como códigos elementares, a matéria-prima para a reprodução social. Entretanto, tal abordagem não é capaz de descrever a passagem do encontro à produção dos complexos da prática social que, embora emergentes através da copresença, envolvem outro tecido como forma de associação. A teoria ignora os conteúdos e fluxos da interação como aquilo que constrói a natureza relacional dos nossos atos. Por extensão, ignora a mediação – material e cognitiva – do próprio espaço da arquitetura e da cidade nesses processos. Tal dimensão não pode ser explicada apenas como sistemas de encontro no espaço, mesmo se considerados como a base de solidariedades sociais complexas. Precisamos olhar para os processos comunicativos que nos aproximam como grupo e viabilizam como sociedade. Essas questões apontam limitações severas da sintaxe espacial, como a teoria veio a ser conhecida, como teoria socioespacial.

Uma abordagem muito distinta envolvendo a copresença é a teoria da estruturação social de Anthony Giddens. Embora Giddens certamente não tenha objetivado produzir uma teoria das relações sociedade-espaço, sua teoria não se abstém de incluir as condições de espaço e tempo no que chama “constituição da sociedade”. A explicação de Giddens para o modo como sociedades se estruturam e reproduzem tem um cerne, na verdade, surpreendentemente espacial: ela mostra que o espaço é simultaneamente parte da constituição dos sistemas de interação cotidiana e da organização de estruturas institucionalizadas, ambas envolvendo convergências de “presença” e “ausência” dos atores no tempo-espaço.

Além de organização da ação sob forma de instituições que garantem integração mesmo “a distância”, em circunstâncias para além da presença e, portanto, independentes do espaço, sociedades precisam de condições de presença de atores no tempo e espaço para emergirem como sistemas de interação. Os contextos (espaciais) das ações são parte da reciprocidade e interseção das ações. Giddens avança ainda para afirmar corretamente que a “comunicação de significados, como outros aspectos da contextualidade da ação, não pode ser vista apenas como mera ‘incidência’ no espaço-tempo. Atores incorporam cotidianamente os aspectos temporais e espaciais de encontros em processos de construção de significados”.⁸ Se a construção de significados é social – isto é, produzida por meio de trocas semânticas, comunicativas –, essa afirmação poderia ser o início de uma teoria apta a capturar os cruzamentos entre significados trocados linguisticamente na interação e o papel do espaço nessas trocas: entre o processo de comunicação que socializa e associa nossos atos e o espaço que ampara nossos atos e trocas.

No entanto, a explicação de *como* a prática social é estruturada na forma de trama de atos mediados por comunicações e por espaços é ausente em Giddens. Na verdade, sua explicação não explora um ponto-chave da produção e reprodução social: a prática da interação, começando pelo seu caráter situacional (corpo, copresença e contexto) e o papel do espaço nessa articulação. Giddens não dispõe de um conceito de espaço empiricamente complexo o bastante, estruturado na forma de espaço arquitetônico e urbano. Essa visão um tanto superficial da espacialidade da prática, bem como das trocas informacionais que produzem os sistemas da interação, termina por limitar sua descrição e obscurecer o papel do espaço na “constituição da sociedade”.

Finalmente, as conexões entre sociedade e espaço foram recentemente tratadas como um campo de “relacionalidade inerente” na forma de efeitos das redes semióticas de atores, objetos e lugares híbridos na Teoria Ator-Rede (*Actor-Network Theory, ANT*), de Bruno Latour e colegas. A teoria segue abordagens pós-estruturalistas anteriores e sua crítica anti-humanista do sujeito racional – a partir de Deleuze, Foucault, Derrida e outros. Tem pontos em comum com *abordagens não representacionais*, como chama Nigel Thrift, e *performativas*, como em Schechner e Butler: a visão do sujeito imerso em um “impulso para a prática” e no “pensamento *na* ação”, enfatizando “os estados situados, pré-linguísticos e corpóreos que dão inteligibilidade (não necessariamente significado) à ação humana”.

Essas teorias enfatizam a ideia de que atores e objetos são forjados em uma multiplicidade de ações e interações. Centram-se no “externo” ao invés do “interno” das representações simbólicas típicas dos modelos representacionais do mundo. Sobretudo na ANT de Latour e Law, as heterogeneidades e bordas materiais entre as coisas são dissolvidas – são “jogadas ao fogo” dos dualismos que marcam o entendimento da realidade.⁹

Certamente podemos concordar em evitar fixar bordas nas relações entre sujeitos e objetos e em afirmar a importância do “entre” no coletivo e de uma relacionalidade inerente entre humanos e não humanos. Uma abordagem da relação entre prática e espaço deve mesmo suspender os dualismos entre atores, artefatos e ambiente construído. Contudo, devemos evitar os excessos de se ignorar as diferenças materiais entre coisas – como entre espaços e atos – por uma razão: tais diferenças podem estar ativas na sua relação. A espacialidade de nossas cidades e, sobretudo, a heterogeneidade da forma urbana (as diferenças entre espaços) têm efeitos possíveis sobre nossas práticas, apropriações e modos de atuar conjuntamente, como apontado pelas teorias anteriores.

Já sob o ponto de vista do ator, devemos ainda evitar reduzi-lo ao mero “efeito de redes”, se nossa intenção é reafirmar o ator como capaz de superar limitações de seu contexto através da sua ação e comunicação. Assim, minha proposição é afirmar a necessidade de uma abordagem capaz de reconhecer tanto a importância da heterogeneidade material quanto a dos sujeitos, de modo a nos tornar aptos a identificar de fato o lugar do espaço na associação dos nossos atos.

Apesar de colocar o problema da prática como central, mesmo em visões bastante distintas, as teorias que visitamos brevemente parecem assumir rapidamente a prática como “prática social”; parecem assumir essa construção como dada – sem esclarecer o papel do espaço na sua construção cotidiana ou o processo de socialização da prática em si. Ausentes estão os processos de interação que começam em nossas interpretações de situações sociais e em nossa intersubjetividade, constituídas tanto através da linguagem quanto, assim sugiro, do espaço das nossas práticas. Entretanto, esse problema demanda uma visão específica do social.

Do ato individual ao ato conjunto: a associação da prática

Vejam os alguns conceitos que podem nos ajudar nessa exploração material dos nossos modos de atuar socialmente. Há alguns termos geralmente usados para se referir ao problema da “prática social”, como “ato” e “ação”, além do próprio termo “prática”. Ainda que derivados de raízes teóricas relativamente distintas, seus significados são ao menos em parte sobrepostos. Podemos iniciar por uma definição de “ato” como uma espécie de unidade do nosso fazer, sem bordas definidas no tempo e no espaço, que pode ter sequência até ser interrompido ou silenciado, como o ato da fala, o ato da cooperação em certa situação ou o ato corporal do gesto.

Essa definição inicial pode ser expandida via conceitos de “ação social”. Vindo de Weber até noções mais contemporâneas, como em Jürgen Habermas e Niklas Luhmann, podemos definir “ação social” como atos que afetam atores em interação, e que o fazem reciprocamente. São atos que produzem efeitos na forma de objetos, signos, textos, hipertextos, e que têm significado: são comunicáveis e, portanto, interpretáveis por outros atores, implicando suas reações, interações corporais e discursivas, sua concordância e discordância, sua omissão ou reflexão. A ação emerge como “social” quando nossos atos e seus efeitos se relacionam aos atos e efeitos de outras pessoas em nosso agir conjunto – atos transcorrendo tanto no contexto espacial do lugar quanto *entre* lugares; tanto ao mesmo tempo quanto em sequências no tempo, repercutindo frequentemente para além da situação espaço-temporal do ator no momento da sua atuação.

A noção de “prática”, por sua vez, atravessa a filosofia e, mais recentemente, a ciência social, abrangendo da ideia de *praxis* como o todo da ação humana à atividade mental e corporal, incluindo estados do nosso entendimento das coisas e de nossas emoções. Envolve itens de rotinização do fazer e conteúdos normativos culturalmente definidos – os “nexos dos fazeres e dizeres”.¹⁰ Minha interpretação weberiana entende a prática social como a prática conjunta, constituída pela interação tanto na presença quanto na ausência dos corpos, e foca em um momento particular e fundamental: o que Habermas chama “sociação do ato”, a conexão dos nossos atos quando atuamos. Essa conexão ocorre no momento da nossa interação, ou quando os resultados do que fazemos passam a fazer parte do que outros atores fazem ou farão. É o momento da “socialização da prática”, a construção da “prática social”. Essa conexão toma a forma de significados que trocamos na interação – significados comunicáveis e interpretáveis por outros – assim como toma a forma das amarrações entre as consequências dos nossos atos, sejam elas simbólicas, práticas ou materiais.

Da sociação do ato como construção da prática social, derivo meu uso do termo “associação”. Essa palavra é geralmente usada para tratar da associação entre *atores*.¹¹ Mas prefiro usar o termo para tratar da associação entre *atos*, a passagem do ato individual ao ato conjunto via comunicação, essa troca mediada por símbolos que permeia mesmo as trocas materiais e econômicas. Daí vem minha ênfase no problema da “associação da prática”. Naturalmente, a prática não pode ser isolada como unidade nem pode ser abstraída do seu caráter social. Andreas Reckwitz, por exemplo, nos lembra que “dizer que práticas são ‘práticas sociais’ é certamente uma tautologia”.¹²

Contudo, essa visão em princípio acertada corre o risco de assumir a condição social da prática como algo dado, não problemático, e de esconder exatamente o que precisa ser esclarecido: *como esse caráter social é construído*. Se imaginarmos o que temos de fazer para tornar nossos atos “sociais” – os esforços constantes de interpretação e compreensão mútuas durante nossas interações e a coordenação das nossas trocas materiais, incluindo aquelas entre lugares diferentes e entre ações passadas e aquelas em andamento no presente – veremos que esse é um processo incrivelmente difícil de se produzir. A ênfase na “associação da prática”

é uma forma de evocar algo que assumimos como natural em nossa experiência social: a construção laboriosa das relações entre atores e das ligações entre seus atos, progressivamente, até chegarmos ao sistema de ações absolutamente complexo que temos hoje – uma construção sujeita à tensão e à divergência a cada momento, em cada interação. Como Luhmann viu¹³, o próprio fato de que tenhamos produzido um sistema de ações de tal ordem de complexidade e extensão no espaço e no tempo é algo que beira o improvável. Talvez só se pensarmos na improbabilidade do sucesso em produzir tal sistema – ao reconhecermos os esforços, os riscos de disjunção, ruptura, quebra de comunicação – poderemos apreciar completamente seu sentido e complexidade.

O que dizer sobre o espaço nessa construção sutil da prática social? Não por acaso, o papel do espaço na associação tem sido subestimado na teoria social tanto quanto a associação tem sido um tema subestimado em abordagens espaciais. As abordagens espaciais mais sofisticadas ao problema da associação tendem a se restringir à troca material na economia. Como vimos, a associação como feito comunicativo escapa mesmo à abordagem sociológica de Giddens. Mesmo as abordagens recentes à “materialidade da comunicação” tendem a focar no caráter tecnológico e infraestrutural, esquecendo-se de, antes de tudo, apontar o quanto nossas comunicações cotidianas dependem da espacialidade que produzimos na forma de cidades. Algo análogo ocorre em nossa experiência. Esse papel do espaço costuma ser sentido apenas quando cidades e suas estruturas impõem dificuldades na nossa interação diária e na fluidez das nossas práticas conjuntas.

Acredito que a carência de atenção às condições da associação tem levado a teoria a falhar no reconhecimento da sua dependência da materialidade do espaço, assim como a carência de atenção ao espaço tem levado a teoria a falhar no rastreamento dos caminhos que a associação entre nossos atos toma e no reconhecimento da sua centralidade como desafio constante na reprodução de uma sociedade. Proponho, assim, um giro de atenção em direção à condição comunicativa das nossas associações no cotidiano e ao lugar do espaço nessas associações. Falo da *possibilidade de o espaço arquitetônico e urbano não ser apenas uma contingência, mas encapsular em si uma condição essencial da associação dos nossos atos e da produção da imensa e elusiva matriz da prática social.*¹⁴

O espaço como meio da associação

Como o espaço pode esclarecer o modo como a prática é produzida e socializada? Como enxergar o papel do espaço em um processo tão evanescente como nossas associações e comunicações? Proporei que as conexões entre atos cotidianos são constituídas por espaços da arquitetura e da cidade, e que a presença ativa do espaço é parte da própria possibilidade da associação: *grande parte das conexões entre nossos atos inicia ou termina por meio dos espaços arquitetônicos; é produzida nesses – e por esses – espaços*. Vejamos como este seria o caso.

A aproximação da associação da prática ao espaço não é um problema trivial. Para identificar sua ligação, é necessário chegarmos ao lugar que o espaço ocupa no processo associativo em si – isto é, examinar tanto a natureza do espaço quanto a do ato social, assim como o momento da associação. Como fazer tal aproximação? Um dos efeitos da comunicação é a relativa coordenação dos nossos atos: atos de mútuo entendimento ligam nossas ações e combinam atos individuais em complexos de interação.¹⁵ O ato social tem uma ambiguidade na sua natureza: (i) ele é parte das intenções e da experiência do ator em seu contexto; e (ii) tem efeitos, resultados ou consequências (intencionais ou não) que se prolongam para além da sua própria duração e se propagam para além do contexto onde foi realizado – possivelmente ligando-se a atos de outros atores em outros lugares. Assim, nossos atos têm efeitos além do seu horizonte de espaço (as bordas do lugar e do espaço arquitetônico) e tempo (a duração do evento social situado no lugar ou arquitetura). Atos ligados sob forma de comunicação tem a possibilidade de continuidade no tempo e no espaço.

Seria possível encontrar uma ambiguidade semelhante no próprio espaço – a de constituir o contexto dos nossos atos, e constituir a ligação entre eles? Se fosse possível encontrar essa ambiguidade, ela poderia ser um ponto de contato na relação profunda entre ato e espaço. Para tanto, teríamos de localizar um *papel do espaço urbano para além da situação ou pano de fundo dos atos, na passagem entre seu contexto, sua ramificação e sua fusão aos atos realizados em outros lugares*, formando conjuntos de associações através da distância e do tempo. Esse seria um lugar ativo do espaço da arquitetura e da cidade na definição do contexto das ações e na conexão desses contextos em paisagens sociais

mais amplas – tanto simultaneamente quanto aquelas futuras e aquelas já ocorridas em outros lugares: o espaço como “contexto” e como “conexão” das práticas.

Iniciemos pelo primeiro papel. Como o espaço que produzimos na forma de arquitetura e cidade seria capaz de definir o contexto das nossas interações cotidianas? Como seria capaz de mediar nossas associações presenciais? Precisamos de um conceito de espaço apto a reconhecê-lo como parte do que Giddens chama “reciprocidade da interação”, a comunicação e as interpretações mútuas entre os participantes de uma situação social.

Já o segundo papel, o de “conexão”, só seria consistente se o espaço constituísse a articulação entre as situações ou as práticas acontecendo em lugares (ou momentos) diferentes, e se constituísse tais articulações sempre, de modo inerente. Como essas articulações são construídas por meio de trocas comunicativas, esse papel só seria viável *se o espaço fosse parte dos conteúdos dessas trocas* – os conteúdos informacionais e interpretativos produzidos pelos nossos atos e trocados durante nossas interações. Se assim fosse, os espaços da arquitetura e da cidade poderiam encontrar lugar nas associações que produzirão as tramas da prática social.

Contudo, o espaço é um fenômeno definido por uma materialidade durável, visível, pouco mutável. Como poderia ser parte dos conteúdos informacionais da interação? Ou, pelo contrário, como conteúdos sociais aparentemente imateriais poderiam estar presentes no espaço?

O espaço como informação social

A presença de conteúdos sociais no espaço, intrigante e improvável como possa parecer, é na verdade uma ideia comum. Mais que isso: talvez seja a única ideia *em comum* entre teorias socioespaciais – talvez quase tudo o que elas compartilham. Mas há confusão e divergência sobre *o que* seriam tais conteúdos e *onde* eles estariam localizados no espaço. Investiguemos então esses itens: o que seria e onde estaria o “social” do espaço. Começemos pela “unidade de produção” de espaço urbano por excelência: o espaço construído da arquitetura. Gostaria de apontar, inicialmente, três instâncias do espaço onde o social pode se

manifestar – todas elas reconhecidas por diferentes tradições teóricas.

(a) O *espaço físico* das estruturas da arquitetura – as compartimentações e sequências de espaços internos no interior do edifício. Se algo do “social” fosse estar presente no espaço físico, deveria incluir a configuração do edifício e dos compartimentos e seus arranjos na própria planta do edifício. Na verdade, esta suposta presença está no cerne da prática arquitetônica, na qual arquitetos organizam estruturas edificadas de modos aparentemente específicos para cada atividade social que aquelas suportarão. Teorias da relação forma-função preconizam tal relação. As sequências e formas dos compartimentos guardariam algum tipo de lógica organizacional, uma projeção específica da organização e da natureza da própria atividade.

Assim, essa estrutura física parece conter traços do social impressos em si. Mas qual seria a extensão dessa projeção? Tal relação não seria uma homologia – uma relação isomórfica entre a estrutura da atividade e a estrutura física do seu espaço arquitetônico. Primeiro, mesmo se pudéssemos achar um “fio” estrutural, teleológico, em uma atividade (isto é, um fluxo e um fim predeterminados, como é frequentemente assumido na redução da atividade humana à ideia de “função”), devemos reconhecer que atividades podem ter ações e interações internas variáveis, que podem ocorrer em direções inteiramente distintas. A disciplina e a prática da arquitetura foram construídas historicamente em torno da possibilidade de achar esse fio funcional das atividades, assumindo uma rigidez no fluxo e na variedade da prática social que simplesmente pode não ser o caso, ou pelo menos não ser o caso o tempo todo. A possibilidade da variação e aleatoriedade pode ser mesmo o coração da vitalidade de uma atividade.¹⁶

Segundo, e esse fato termina por compensar os excessos do pensamento funcionalista, muitos edifícios são convertidos para outros usos sem substanciais mudanças em suas estruturas físicas. A conversão é uma evidência que uma mesma estrutura pode guardar “códigos” de diferentes atividades (as relações entre partes da atividade, ou entre atores nela participantes, incluindo a ordem e lugar dos acessos, encontros e interações no edifício). Se um mesmo edifício pode dar suporte a atividades diferentes, temos de reconhecer que traços do social na espacialidade da arquitetura não são sempre específicos o bastante. A estrutura de compartimentos do edifício nem sempre guarda relações exclusivas

com a estrutura da atividade que nele ocorre. Na verdade, poucos edifícios e suas estruturas internas de compartimentação são inutilizáveis para outros programas.

Há duas razões possíveis para isso. Ou a espacialidade da maioria dos edifícios não é específica o bastante para absorver os “códigos” das práticas de uma certa atividade, ou os requerimentos espaciais dessas práticas não são assim tão específicos (figura 1).

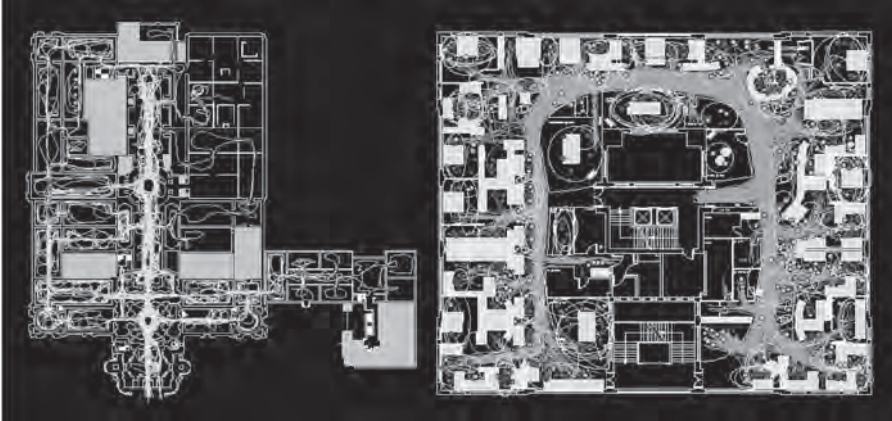


Figura 1 – Espaço profundo em sua topologia (o museu Tate Gallery, na esquerda) e um espaço raso, sem compartimentação (o edifício Ken House, convertido em agência de publicidade, na direita – ambos em Londres): suas estruturas distribuem o movimento dos corpos, mas o primeiro tende a impor mais condições ao movimento em sequências de espaços e situações. Trata-se de um espaço que projeta muito dos códigos e requerimentos da atividade que sedia, sendo provavelmente pouco compatível com outras atividades.

Para todos os efeitos, não só edifícios guardam pouca informação social específica sobre padrões de relação entre as “partes” ou as ações ocorrendo dentro da atividade, ou entre atores que as desempenham: *as atividades em si tendem a deixar traços genéricos demais no espaço para que este seja sua expressão inequívoca*. Os requerimentos de uma atividade sobre a forma ou organização interna do edifício podem ser simplesmente semelhantes àqueles de outras atividades. Certamente muitos espaços internos “sugerem” onde devemos ir ou mesmo com quem falar dentro do edifício (sua estrutura física sequencia acessos, caminhos e o movimento do corpo)¹⁷, mas não informam com precisão o que as pessoas fazem ali. O espaço não evidencia na sua fisicalidade a natureza das trocas informacionais que ocorrem nele. E precisamente aqui chegamos aos limites do espaço físico do edifício como absorção e projeção de informação social.

Assim, se o espaço deve ser capaz de guardar informação social específica, ele precisa ser mais diferenciado. Lembremos que atos e interações são operações mediadas por informação – signos e significados. É nesse sentido que devemos buscar um lugar para o espaço: um espaço apto a guardar traços de significados relacionados àqueles produzidos pela prática e trocados na comunicação. Ou seja, o espaço deve ser heterogêneo, ou *conter diferenças* que possam ser associadas a práticas e a significados específicos – já na escala da arquitetura. Vimos que essa diferenciação não ocorre suficientemente na dimensão física do espaço, genérica demais na maioria dos edifícios.¹⁸ Temos de buscar a natureza social do espaço em outra de suas dimensões. Não precisaremos ir longe.

(b) Passemos da *configuração* para a *visualidade* da arquitetura, ainda na dimensão física do espaço. Temos aqui a possibilidade de significados e informação social impressos nos signos arquitetônicos, lidos na própria forma (externa, sobretudo) do edifício – o que podemos chamar de *espaço semiótico* como uma manifestação de significados sociais. Conteúdos sociais impressos desse modo no espaço são reconhecidos há muito na teoria da arquitetura, de Quatremère de Quincy (a arquitetura como texto simbólico, no século XIX), Goethe (a arquitetura como linguagem) e o conceito de “caráter” do edifício¹⁹ até estudos em semiologia em Robert Venturi e Aldo Rossi, influenciados por Umberto Eco e Roland Barthes.

Notemos que, nessa dimensão, não há requerimentos diretos de conexão entre práticas e espaço, e sim traços simbólicos dessas práticas nos signos da própria edificação (digamos, a monumentalidade ou a transparência das fachadas para atividades mais públicas ou comerciais, ou a opacidade para a privacidade das atividades residenciais). A capacidade dos signos visuais da arquitetura em representar a natureza da atividade nela materializada é, entretanto, limitada. Não podemos diferenciar se uma fachada de vidro pertence a um banco ou edifício de escritórios ou empresa. Mesmo em sua forte presença em nossos cotidianos, informando aspectos das atividades que nos cercam na cidade, signos arquitetônicos não têm um poder conotativo preciso o bastante para representar a natureza específica das práticas e trocas informacionais que suas edificações sediam.

Esses são alguns limites da estrutura e da visualidade da arquitetura em materializar significados e informação social. Portanto, se há

de fato uma relação informacional mais rica entre prática e espaço, ela deve estar presente além da sua fisicalidade – ainda que a ela associada.

(c) Vimos que, para ter um papel rico na construção da prática social, o espaço deve ser capaz de assumir significados mais específicos, mais complexos, mais próximos ao grau de especificidade conotativa que nossos atos e interações são capazes de produzir ou transmitir. Mas como o espaço poderia chegar a tal grau de definição enquanto informação social? A construção informacional teria de incluir a *apropriação do espaço*: o momento da prática emergir e se situar no espaço arquitetônico. Lemos nos espaços arquitetônico e urbano os significados que as práticas ali carregam, no momento da apropriação. Reconhecemos nos traços e artefatos deixados por nossos atos a natureza da atividade. Identificamos nesses traços os sentidos que a prática lhes atribui durante a situação social e os atos performativos em si. Assim como na construção linguística de significados, o espaço “nos fala” das práticas que ampara e expressa.²⁰

Nesse caso, o espaço não apenas representa a atividade: ele é *atuado* e, como tal, carregado de significados durante nossa atuação e interação. Significados passam a ser associados àquele espaço como traços nele deixados por nossos atos e comportamentos (juntamente aqueles a ele associados estruturalmente e visualmente). Assim, os significados lidos por pessoas apropriando-se de espaços arquitetônicos e urbanos podem ter mais especificidade. Associados a espaços, tais significados naturalmente não têm tanta precisão quanto os significados ricamente conotativos construídos através da linguagem. Mas têm tanta especificidade informacional quanto a natureza das práticas ali encenadas. Podemos chamar essa dimensão do espaço arquitetônico de *espaço semântico*: espaços “querem dizer” tanto quanto nossos atos, precisamente por estarem encenados, semantizados por nossos atos.

A proposição desse papel informacional do espaço encontra suporte em uma noção conhecida, ainda que sem muita espacialidade²¹: nossos atos performativos e discursivos precisam de *contextos* para que possam ser entendidos por outros atores em interação. Nossas frases só podem ser plenamente entendidas se as pessoas em comunicação compartilharem o mesmo “pano de fundo” interpretativo. Elas precisam afinar suas interpretações contra um dado em comum, reconhecido pelos participantes da situação. Na comunicação cotidiana, uma frase nunca

se afirma sozinha: conteúdos semânticos trocados entre participantes se alinham a partir do contexto. Como participante na interação, o intérprete deve entrar no contexto de referência.²² Aí estaria o papel do contexto e dos traços de significados nele lidos. As características do contexto são usadas para constituir os conteúdos significativos da interação. O contexto conecta os componentes mais intrínsecos e detalhados da interação a propriedades mais amplas da prática social.²³

Entretanto, para que a relação sociedade-espço tenha o espaço como *ativo* na associação da prática, precisamos relacionar contextos com sua espacialidade: reconhecer que *contextos são definidos espacialmente* a partir das bordas dos lugares dispostos na cidade (arquiteturas, espaços abertos, ruas etc.). A ideia de contexto é hoje usual na geografia, entre outras áreas de estudos espaciais, mas sem relação explícita com a comunicação ou com os processos associativos da prática.²⁴ Construamos essa relação, observando o papel do espaço na definição das situações sociais.

Notemos que nosso esforço de compreensão das intenções e dos comportamentos de outros atores, e nossas expectativas sobre suas atitudes – digamos, em uma agência bancária – são facilitados por reconhecermos aquele lugar e seu espaço como definido para aquele fim. O espaço tem um papel contextual de *estabelecer as condições da comunicação*: ao cruzarmos as bordas de um espaço arquitetônico ou um lugar urbano, um novo contexto se instala imediatamente para nossa cognição, como uma espécie de “fundo interpretativo” em comum para os participantes daquela situação e suas interações. A partir de então, as relações entre o espaço e os atos de entendimento mútuo e comunicação se desdobrariam em momentos da associação, ainda circunscrita ao lugar:

1. O cruzar as bordas do lugar consiste do estímulo para a atenção ao novo contexto e situação social, estabelecendo claramente a necessidade de reconhecimento dos novos códigos de interação e das expectativas mútuas de comportamento.²⁵
2. O contexto *é construído espacialmente* para nossas cognições: passa a ser assumido pelos participantes da situação social como sendo o próprio espaço ou lugar. O espaço passa a ter, assim, efeitos sobre a *fluidez da interação*, reduzindo a necessidade de definir ou redefinir (por observação, rea-

firmações recursivas ou memória) um contexto em comum. Esse papel contextual do espaço implica a *redução dos riscos de ruídos* na comunicação.

3. Assim, ao amparar as interpretações dos significados trocados na comunicação, os significados dos espaços da arquitetura – e, por extensão, dos lugares que amparam a prática – tornam-se recursos semânticos ativos na produção de nossas interações e seus complexos conteúdos conotativos. Atos performativos e comunicativos passam a envolver a dimensão semântica do espaço tanto quanto sua dimensão sensorial.
4. O espaço pode, assim, tornar-se parte ativa dos *desdobramentos dos atos individuais em tramas de associações comunicativas no interior da arquitetura ou no lugar*.

Vimos que o espaço só poderia ser completamente intrínseco ao social se tiver papel ativo na comunicação. A densidade informacional produzida por nossas próprias práticas nos espaços da arquitetura e da cidade seria suficiente para ancorar contextualmente nossas interpretações e interações.

Essa indução nos coloca finalmente em condição de expandir o papel do espaço na associação. Abandonamos aqui a visão kantiana de essências imanentes e conteúdos estáveis contidos no espaço enquanto categoria da experiência para reconhecer uma relação semântica produzida no espaço pela própria prática.²⁶

De modo interessante para essa abordagem, a observação de *traços de significados construídos no espaço pela prática* tem origem na teoria dos significados de Wittgenstein e sua ideia de que significados não podem ser simplesmente atribuídos às coisas, mas atuados em nossas práticas. É essa forma de produzir significados que assegura um papel profundo do espaço na própria construção social da prática: o espaço se torna parte não só do ato de cada ator, mas também da associação dos atos de diferentes atores – e o faz a partir da arquitetura e do lugar. Se as teorias sobre a importância dos contextos para a comunicação estiverem certas, e se contextos podem de fato ser associados a lugares e a bordas arquitetônicas, podemos então reconhecer que, ao amparar nossas interpretações, o espaço contextual pode ter efeitos sobre o curso da nossa comunicação e nossos atos. Ele passa a ser parte ativa da definição

dos caminhos que nossos atos e interações vão tomando dentro da situação social, não apenas como suporte e cenário físico, mas na transmissão de informação na conexão comunicativa entre atos.

Avançamos na consideração dos espaços arquitetônicos e urbanos como suporte informacional dos nossos atos e sua ligação ao nível da situação social. No entanto, o papel do espaço não se encerra nas bordas físicas e temporais da situação: se o espaço é parte contextual da interação, *o espaço pode também ser ativo na associação para além daquelas bordas.*

Para vermos uma presença tão ativa do espaço como mediador, um papel geralmente reservado à linguagem ou a tecnologias de comunicação, precisamos entender como o espaço faz parte das tramas de trocas comunicativas entre atores, ou como o espaço poderia conectar atos realizados em lugares e momentos diferentes. Que propriedade permitiria tornar o espaço parte da conectividade da prática e da produção dos sistemas de interações que constituem o cerne de nossas sociedades?

A ligação entre ato e espaço: o significado como conexão

Precisamos de um conceito capaz de capturar a ponte que liga atos a lugares de modo a podermos chegar à conectividade aparentemente sem fim entre atos – ver por que atos se conectam e o que nessa conexão envolveria o espaço. Mais que isso: se desejamos ver firmemente o papel do espaço na conectividade da prática, precisamos mostrar tal mediação do espaço como *inevitável*, uma necessidade da própria prática. Essa é, naturalmente, uma inferência ao mesmo tempo robusta e arriscada. Portanto, examinemos essa questão com cuidado.

Sabemos que a ligação entre atos é antes de tudo um requerimento social: a reprodução material e informacional de uma sociedade demanda a continuidade e a amarração momentânea dos atos de diferentes atores. A infraestrutura dessas interações, mesmo aquelas de ordem instrumental e econômica, termina tendo vias semânticas: constitui-se como trocas comunicativas. Há sempre a mediação da comunicação – verbal ou imagética – na forma de transmissão de informação e significados.²⁷ A continuidade e ligação dos atos é também uma espécie

de efeito do próprio ato: o agir implica que “algo muda no mundo”²⁸, invocando reações e novos atos.

Sabemos também que o espaço oferece o suporte material, o amparo físico para atuarmos, envolvendo frequentemente nossa interação presencial nos espaços da arquitetura e da cidade. Mas vimos que isso não é tudo o que o espaço faz. O espaço tem papéis cognitivos: ele absorve e projeta traços de informação social a respeito das atividades que dá suporte – da informação visual das fachadas e da informação que a configuração do lugar ou edifício oferece para nossa movimentação à rica informação nele produzida pela própria prática. Esses papéis foram definidos como “dimensões informacionais”, *física, semiótica e semântica*, do espaço arquitetônico e urbano.

Aqui chegamos ao ponto-chave. Esses significados latentes no espaço alimentam a prática – eles serão *a ponte que liga atos ao espaço, e por meio do espaço, atos entre si*. Vejamos como isso seria possível.

Geralmente entendemos o significado de algo como seu “sentido”, sua “identidade”. Entretanto, o sentido ou identidade de algo depende da sua relação a outras coisas e a seus significados. Por exemplo, o objeto “edifício residencial” se define em seu significado em relação ao ato de “morar” ou “habitar”. Essa especificidade o diferencia de outros objetos edificados. O ato de “habitar” também é definido por uma série de outros significados e atos, como o de proteção, amparo, convívio etc., e estes, por novas cadeias de relações.²⁹ Chamemos essas relações, seguindo Edmund Husserl, de “indicações” ou referências.³⁰ O significado de algo é uma construção fortemente referencial: sua identidade e sentido só emergem em relação com outros objetos e significados, numa cadeia sem fim.

O significado tem uma dualidade: ele é um *evento em nossa experiência* e é também uma *experiência da referência*. O significado de algo – objetos, aquilo que fazemos, os lugares em que vivemos – é percebido como uma presença em nosso campo perceptivo, é capturado como uma informação que o define para nós, que define seu sentido em nossa cognição. Contudo, a construção do significado desse algo nunca é contida apenas em sua “essência”, mas em associações em nossa prática e relações com outros objetos em nossa percepção. Podemos chamar essa propriedade dupla, vista separadamente por tradições teóricas também distintas, de “dualidade do significado”.³¹

Esse conceito renovado de significado é proposto como uma forma de reinterpretar as *relações entre as coisas* que produzimos no mundo à nossa volta, enquanto se mantém ativa a experiência das *identidades das coisas*. Essa conceituação permite reconhecer as *diferenças de materialidade* como fatores-chave da relação entre prática e espaço. O significado referencial se constituiria “atravessando” as bordas de coisas diferentes *sem* ignorar suas qualidades materiais inerentes. Opera antes reconhecendo tais qualidades – definindo-se a partir delas, reafirmando em nossa cognição suas especificidades, ao mesmo tempo em que afirma sua identidade, definida referencialmente. Quero propor essa conexão como um aspecto central do que vimos ser chamado, em abordagens recentes como a ANT, de “relacionalidade inerente” na realidade social e material – mas de modo inteiramente distinto do abolir das diferenças materiais e bordas entre coisas, proposto pela ANT.

Terminamos por expandir o conceito wittgensteiniano de significado como uma construção da prática em direção a um conceito de *significado como conexão*: o significado de algo só pode ser definido por suas conexões com outros atos, objetos, palavras – e espaços. Incluamos explicitamente nessa cadeia infinita de referências construídas em nossas práticas e cognições o próprio espaço da arquitetura e da cidade. Podemos, a partir dessa “cola” fundamental que é o significado, ver o espaço mediando e conectando atos em situações em diferentes lugares, na mesma cidade ou fora dela – uma conexão na verdade múltipla, talvez *a única conexão intrínseca entre coisas tão distintas quanto nossos atos e espaços*.

A dualidade do significado aponta para uma reafirmação da materialidade única do espaço como sendo o que define seu lugar igualmente único enquanto meio da associação – um meio diferente do de todos os outros meios, como a linguagem ou as tecnologias da comunicação. Esse lugar ontológico do espaço na associação é distinguível apenas teoricamente – simplesmente porque a prática não ocorre livre do espaço, sua extensão, forma e significado, e porque o espaço demanda nossa apropriação para carregar-se de sentido. Trata-se de *uma fusão entre ato e espaço no significado por eles compartilhado*, fusão que ocorre durante nossa atuação nos espaços à nossa volta. Veremos que ela acontece no momento em que o significado de um lugar ou arquitetura é reconhecido, bem como durante a apropriação e comunicação nesses

espaços. Ela seguirá ativa no momento da conexão entre uma situação social e outras, em outros lugares.

Contudo, ainda não descrevemos tais associações: as tramas de atos de diferentes pessoas se constituindo mesmo a longas distâncias. Como tais tramas de ações, pessoas e lugares se formam?

O lugar do espaço urbano na conectividade sem fim da prática

Estamos agora em condição de examinar o lugar dos espaços arquitetônicos e urbanos nas conexões entre nossos atos e na emergência da prática como prática social. Há dois momentos complementares, mas frequentemente relacionados, implicando sobretudo a ramificação espacial da prática em outras localizações dentro e entre cidades.

1. A apropriação do espaço urbano como um *sistema de referências* para a realização de nossos atos. Como vimos, relacionamo-nos à arquitetura e a lugares como contextos para comunicação e para a conexão de nossos atos dentro de suas bordas.

Ato individual ⇔ *espaço [contexto]* ⇔ *atos associados na comunicação*
Associação dos atos no lugar

2. A construção progressiva de tramas de interação ancoradas nas atividades, arquiteturas e lugares na cidade, como sistemas de referência para sua realização.

Ato individual ⇔ *espaço [lugar de conexão]* ⇔ *ligação a outros atos e atores, lugares e tempos*
Associação dos atos entre lugares e tempos

(a) Em nossa atuação coletiva, colhemos o tempo todo informação do espaço urbano para participar de situações sociais. Ainda nos apropriamos do espaço reconhecendo o papel desses lugares como contextos de ações diferenciadas. Somos guiados por três formas de cog-

nição dessa informação espacial. (a.1) Fazemos o *reconhecimento dos significados* das formas construídas e espaços abertos, e da sua associação a práticas e atividades específicas. (a.2) Temos a possibilidade de acumular esse conhecimento a partir da nossa exposição contínua, enquanto nos movimentamos nos espaços da cidade. Esse conhecimento colhido heurísticamente³² – isto é, a partir da experiência de conhecer aos poucos a cidade – é acumulado na memória como a associação entre práticas, lugares e localizações onde ocorrem. (a.3) Mas o conhecimento espacial não é meramente cumulativo: fazemos *inferências* sobre localizações prováveis de atividades que nos interessam, a partir do *entendimento das relações entre elas e o espaço urbano*. Mesmo na experiência do estrangeiro ou do estranho, quando não conhecemos a cidade onde estamos, podemos antecipar onde seria mais provável encontrar certo tipo de atividade. Uma pessoa que recém se instala em uma nova cidade é capaz de inferir que poderá encontrar mais facilmente certo serviço ou comércio em uma rua que pareça mais estrutural (reconhecida visualmente por suas características de extensão e porte).

Na verdade, trata-se de um conhecimento intuitivo, pré-consciente e pré-discursivo, a respeito da estruturação da cidade sob forma de caminhos e distribuições de localização que produzimos para dar suporte a nossas atividades. Reconhecemos que a cidade tem heterogeneidades, assim como entendemos que tais heterogeneidades se apresentam na forma de uma estrutura parcial – ou de uma estrutura ao menos parcialmente inteligível.

Mais crucialmente, entendemos as razões sociais que animam o próprio processo de produção de estruturas urbanas, as razões para heterogeneidade do espaço da cidade. Entendemos intuitivamente os modos como as escolhas locacionais nossas e de outros atores tomam parte desse processo. Essa forma de conhecimento pré-discursivo anima nossas práticas e conferem-lhes uma espacialidade *a priori*, já no momento de intenção e imaginação do ato a ser realizado no mundo material – *uma espacialidade ativa em nossa imaginação*. É um conhecimento profundo dos requerimentos materiais para que nossas interações aconteçam; um reconhecimento de que a forma urbana possui propriedades-chave para nossa atuação e para a passagem do ato individual ao ato social, como as de oferecer acessibilidade e distribuir atividades de certas naturezas mais em certas vias e áreas que em outras.³³

Lugares e formas construídas, componentes do ambiente urbano, são fisicamente e semanticamente diferenciados. São unidades de informação que carregam propriedades dos eventos aos quais dão suporte. Essa propriedade do espaço é fundamental em nossas práticas: a apropriação do *espaço urbano como informação cognitivamente estruturada* nos ajuda a atuar na urbe (figura 2).³⁴

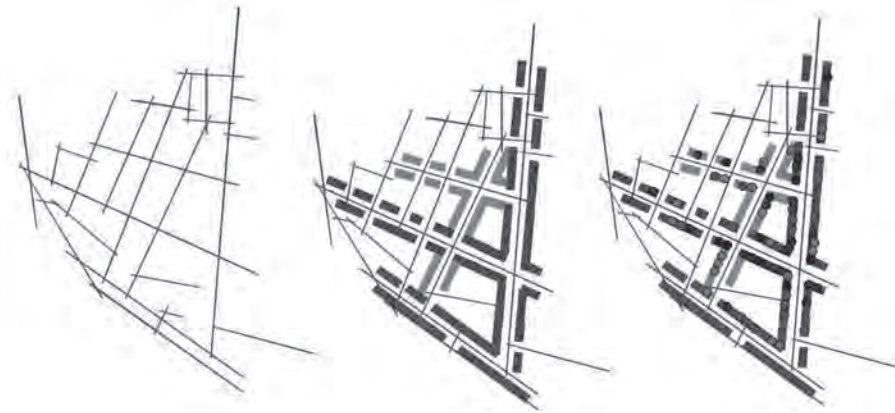


Figura 2 – A informação social colhida no espaço: no espaço meramente físico, a rede de ruas informaria apenas sobre o quão acessíveis seriam as edificações (esquerda e centro do diagrama). O espaço semantizado pela prática (à direita) imprime conteúdos que se tornam vitais para a associação dos nossos atos.

Chegamos assim a um primeiro papel do espaço na emergência da prática social. *O espaço urbano seria produzido e apropriado como um sistema referencial para atos performativos:*

- O espaço urbano é informação sobre práticas e possibilidades de práticas: a cidade é uma rede de unidades de informação social – uma forma da “apresentação do mundo social a si mesmo”.
- Cidades são constelações de significados e projeções de práticas, algo vital tanto para o aspecto *recursivo* dessas práticas (permitindo a continuidade das interações e a *estabilidade* dos relacionamentos entre atores como traços de organização social) quanto para a *aleatoriedade* das interações. Aleatoriedade significa interações que injetam novidade em um sistema social, incluindo novos relacionamentos.³⁵

Assim, sob o ponto de vista do ator, elementos que constituem o mundo social (atividades cotidianas, a existência de atores diferenciados) são conhecidos a partir do espaço urbano – como informação social espacialmente estruturada. O espaço passa a ser um modo de conhecermos progressivamente o mundo social a partir de contatos com os modos distintos da prática e do comportamento em diferentes situações sociais. O conhecimento do atuar conjunto não é construído conscientemente, nem ensinado discursivamente: ele é encenado durante nossas experiências sociais na urbe. O que nos leva ao próximo item:

(b) Vimos um dado fundamental: espaços diferenciados são os *loci* de práticas diferenciadas.³⁶ A heterogeneidade do espaço urbano produz inteligibilidade na distribuição de atividades, sob forma de padrões de acessibilidade, localização e densidade, colocando-nos em condição de relacionar nossas ações de modo mais fluído. Como atores, acessamos e nos apropriamos de espaços urbanos como modo de implicar nossos atos àqueles atuados nesses espaços.

Temporalmente, atos também implicam atos anteriores, os quais nos dispõem seus resultados ou produtos, assim como nossos próprios atos produzem resultados que serão utilizados em outros lugares ou transmitidos a eles. Essas ações implicadas vão formando sequências, linhas de ação, em tramas cujos nós são situações espaço-temporais de encontro e troca entre atores em lugares de uma cidade – e em outras cidades. Os resultados de nossos atos podem assim ser acessados em outros lugares onde atores podem interferir, gerando assim novos atos e resultados que podem ser vez levados a outros lugares – e assim sucessivamente. Edifícios, lugares e localizações assumem o papel de nós da associação dos atos, como buscar um serviço em certa rua da cidade e lá se envolver em trocas, acessar o lugar de trabalho para desempenhar atividades em cooperação, ou socializar com amigos em um bar ou parque.

Os espaços da cidade conectam as ações de diferentes participantes e, assim, assumem um papel fundamental na combinação dos atos individuais em complexos de interação. Vistos pelo prisma da sociedade, as tramas dos atos sociais³⁷ são ancoradas momentaneamente como sucessivos nós espaciais na forma de atividades e suas localizações. Tais tramas são mediadas por fios de significado constituídos por referên-

cias entre atos e espaços. A referencialidade dos significados se torna fundamental para a produção das redes da prática, *estruturadas, acessadas, relacionadas* através do espaço da arquitetura e da cidade. Podemos concluir que, se o significado é referencial, e se o espaço assume significados, então o espaço pode ser parte das teias de referência embutidas nas ações, seus significados e resultados.

Aqui chegamos ao *momento da associação* progressiva dos atos em sistemas de interação. A importância desse nível das relações cotidianas não pode ser minimizado: trata-se da própria instância da reprodução de uma sociedade. Como campo material e semântico, a cidade assume um papel prático e cognitivo central na relação entre atores e na estruturação do mundo social – um papel, assim proponho, tão importante quanto o da linguagem.

Espaço e linguagem comparados

A proposição do espaço como chave na realização e na conectividade da prática evoca a possibilidade de uma comparação com o papel de outro fenômeno ou “sistema ontológico” na formação de nossas socialidades: a linguagem. Na verdade, é razoável dizer que produzimos esses dois sistemas ontológicos para produzir as condições de integração suficientes para vivermos em sociedade.³⁸ A linguagem apresenta propriedades enormemente vantajosas e importantes para a reprodução social: ela encontra construções sintáticas e semânticas de grande poder conotativo. Sem ela, não teríamos sido capazes de produzir as complexas relações e a organização social que temos, ou de produzir objetos e tecnologias. Mas ela tem suas desvantagens: como linguagem oral, ela desaparece no tempo e espaço; como linguagem escrita, é materializada em textos e hipertextos nem sempre acessíveis.

Vejamos, em um quadro comparativo, algumas das características e especificidades dos papéis de ambos na reprodução de sistemas sociais (quadro 2).

Papel ontológico	Linguagem	Espaço
1. <i>Condição</i>	A linguagem oral tem natureza elusiva; escrita, assume fixidez.	O espaço urbanizado é durável e abrangente no suporte à prática.
2. <i>Papel informacional</i>	A linguagem endereça coisas, o Outro e elementos da própria linguagem na nossa relação com o mundo.	Define campos de possibilidade para atos e para discursos a serem realizados.
3. <i>Potencial cognitivo</i>	Recurso informacional para guiar a prática e interação	Sistema <i>referencial</i> – informacional, mnemônico – para guiar a prática e a comunicação.
4. <i>Potencial como suporte ao significado</i>	Tem grande precisão para definir significados específicos, e rico papel conotativo.	Tem pouca precisão para definir significados específicos. Ausência de um papel conotativo.
5. <i>Limitação como recurso cognitivo</i>	Enquanto sistema compartilhado por uma comunidade linguística, nunca é produzida ou completamente conhecida por um único indivíduo.	Enquanto sistema compartilhado (“os espaços ao meu alcance”), nunca é produzido ou completamente conhecido por um único indivíduo.
6. <i>Papel na comunicação</i>	<i>Canal de comunicação efetiva:</i> Meio semiótico para atingir plenamente o processo comunicativo.	<i>Contexto da comunicação:</i> Pano de fundo interpretativo, que ampara as interpretações individuais na compreensão mútua na comunicação.
7. <i>Papel na produção da prática social</i>	Sistema de <i>conexão</i> das práticas. Meio para a conectividade dos atos, que produzirá complexos de ações.	Sistema de <i>conexão</i> das práticas. Meio para a conectividade dos atos, que produzirá complexos de ações.
8. <i>Dimensão da experiência humana</i>	O meio material fluido para endereçar o mundo e o Outro, nos processos de associação das nossas práticas e de reprodução social.	O meio material concreto, contraponto à abstração e efemeridade da linguagem, nos processos de associação das nossas práticas e de reprodução social.

Quadro 2 – Os papéis da linguagem e do espaço.

Certamente não estamos habituados a pensar na comparação entre esses dois fenômenos. A própria teoria tem passado ao largo dessa relação, como se ela envolvesse coisas imensamente estranhas entre si. Essa estranheza inicia na *inabilidade da linguagem em objetivar qualidades e propriedades do espaço*, e se estende na *dificuldade de objetivar linguisticamente a relação entre espaço e prática social* – uma relação

que parece ter assumido, em nosso senso comum e na própria teoria, a forma de uma improbabilidade material. Ou como coloca Adrian Forty:

Em geral, nas tentativas de se descrever os aspectos sociais da arquitetura, a linguagem tem decepcionado. A habilidade particular da linguagem – a criação de diferenças – tem sido de valor limitado nessa questão. Simultaneamente, a tarefa de tornar evidente uma relação entre dois fenômenos tão claramente distintos como prática social de um lado e espaço físico de outro tem provado largamente além da capacidade da linguagem.³⁹

Exatamente por essa limitação, é importante insistirmos na expansão da linguagem, como por meio da teorização e da proposição conceitual e terminológica. A teorização pode iniciar na comparação entre esses tecidos ontológicos, como ponto de partida para o entendimento do amplo papel do espaço como meio de comunicação e elemento de conexão entre práticas – um tema que requer, contudo, estudo sistemático.

Conclusão: a força da associação impressa no próprio espaço urbano

Com um conceito de *espaço referencial*, estamos aptos a considerar o espaço como endógeno à prática, e nossas práticas como constantemente impregnadas de espaço. Tal conceituação coloca o *significado como conexão entre o social e o espacial*, e o espaço como meio material da produção de sistemas de interação. Objetiva localizar papéis previamente pouco conhecidos do espaço para a sociedade. O espaço urbano e sua estrutura são vitais para a passagem dos atos individuais para “atos sociais” mediados por significados. Essa passagem é o primeiro nível de uma relação entre prática e espaço: a proposição de um papel do espaço da cidade na estruturação social.

E o que dizer do contrário? Teria a prática algo a ver com a forma como produzimos espaço – e espaços urbanos em particular? De fato, a proposição de uma *relação inerente entre prática e espaço* através de significados compartilhados só estaria completa se considerarmos *um espaço estruturado de modo a ser parte da prática*. A estruturação se-

mântica e mesmo física das cidades deveria ter uma relação inerente com os requerimentos comunicativos e materiais da associação. Essa ideia traz duas implicações:

- A associação teria de ser uma condição ativa na produção do espaço: uma força geradora de estruturas na forma da cidade.
- A espacialidade urbana teria de ser estruturada como uma constelação de conteúdos sociais e significados acessíveis, interpretáveis e apropriáveis pelos atores em seus atos. A forma do espaço urbano seria gerada e transformada, progressivamente, como uma expressão da conectividade da prática social, *uma expressão das referências semânticas e implicações materiais entre atos*, e uma expressão do *impulso à interação* que faz gerar sociedades. Em outras palavras, a associação intensa e diversa da prática envolve a diferenciação cognitiva e física do espaço na forma de cidades. Mudanças em sistemas de interações tensionariam seus sistemas de espaço, e vice-versa.

Essa dupla proposição é certamente controversa, e deve ser explorada mais apropriadamente. Encontramos interessantes evidências de que existiria, de fato, uma relação (ou conjuntos de relações, parte contingentes, parte causais) entre uma esfera particular da prática – o trabalho e a produção – e estruturas urbanas em estudos de geografia econômica. Ao longo do século XX, de Alfred Weber a Paul Krugman, a cidade foi definida como uma resposta ao problema da interação econômica e a possibilidade de dispersão total das unidades econômicas sobre a paisagem. Se esse é o caso, podemos relacionar tal argumento com as formações internas da cidade, e sugerir uma continuidade entre esses processos: *a extensão da lógica da distância vista na geografia econômica para dentro das cidades*. O problema da distância não é suspenso uma vez no espaço intraurbano: a competição por localização das atividades entre si, incluindo a residencial, buscando proximidade aos complementares, parece moldar a estrutura urbana também por dentro.⁴

A extensão dessa lógica do espaço se repete analogamente na lógica da prática. A produção de estruturas urbanas capazes de minimizar as distâncias entre atores potencialmente interativos não pode ter

efeitos restritos a uma única esfera da prática: *os efeitos relacionais do espaço urbano sobre ações vão necessariamente além da ação econômica* – para possibilitar, mediar e articular todo tipo de ação e interação, mesmo não instrumental.

Podemos ainda considerar que diferentes formações desses espaços carregariam diferentes potenciais de efeitos sobre o caráter inerentemente mútuo e relacional dos atos. Formações diferenciadas encontradas nas cidades – de centralidades a áreas de ruas intrincadas, pouco acessíveis ou distantes – podem intensificar ou limitar possibilidades da passagem dos atos individuais a sociais. Assim, a associação da prática envolve a produção de formações espaciais profundamente impressas na própria materialidade do urbano como condição material para a emergência da comunicação mediada pelo corpo. Espacialidades urbanas têm o efeito histórico de estimular (ou controlar) as possibilidades de comunicação, de forma a incluir tanto níveis de contingência quanto de causalidade necessários na geração de encontros e na reprodução de laços e socialidades.

Essa proposição nos mostra o espaço como uma forma de estruturar as redes informacionais e comunicativas nas quais socialidades estão imersas; um *espaço produzido para mediar e ligar práticas em construções sociais tão extensivamente quanto a linguagem*; um substrato referencial que provê organização e contingência, estrutura e surpresa às comunicações nas quais relações sociais são encenadas. Esse espaço semantizado é a indicação de que o espaço participou na passagem do “ato em si” à “ação social”.

A observação da espacialidade da prática comunicativa sugere que a ausência dessa dimensão levou abordagens existentes a falharem na identificação dos *traços espaciais das relações entre nossos atos*: traços ativos no exato momento da associação da prática; constitutivos da própria possibilidade de qualquer associação; traços produzidos através da relação entre comunicação e espaço. Ao endereçarmos tais traços, os objetivos de uma abordagem das relações entre sociedade e espaço centradas na dimensão da comunicação e em um conceito renovado de significado referencial puderam ser lançados:

1. propor o espaço como fundação material e semântica na comunicabilidade da prática;

2. esclarecer um de seus papéis para a sociedade, ao mostrar o espaço referencial como meio para a *associação* dos atos;
3. ampliar nossa compreensão material da própria sociedade, ao mostrar o quão profundamente ela depende das referências inerentes entre ato e espaço.



Essa foi a breve introdução de uma abordagem que busca desvelar a associação da prática como problema comunicativo, e a comunicação como constituída de espaço.⁴¹ De fato, essa abordagem afirma a relação entre comunicação e espaço como um problema central da relação entre cidade e sociedade, um tema largamente subestimado na teoria socioespacial. A despeito dessa lacuna teórica, os entrelaces da comunicação, linguagem e espaço consistem em grande parte dos fluxos da prática e da reprodução social mediada por signos, significados e informação.

Entretanto, a aparente centralidade do espaço na associação das nossas práticas parece hoje em disputa com a posição das novas tecnologias da informação e da comunicação a distância. Afinal, muitos recentemente temeram que essas tecnologias pudessem levar mesmo ao fim da cidade. Veremos como a prática social se bifurca entre as materialidades do espaço concreto urbano e das redes e tecnologias da informação no próximo capítulo.

Notas

1 Veja Habermas (1984a) e Luhmann (1995).

2 Para uma leitura mais detalhada das abordagens descritas nesta seção, veja Netto (2007).

3 Mandel (1975) e Poulantzas (1978).

4 Harvey (1973; 1982).

5 Habermas (1972, p. 62).

6 Honneth (1987, p. 372).

7 Hillier e Hanson (1984).

8 Giddens (1984, p. 29). Tradução do autor.

9 Schechner (1988); Buttler (1997); Thrift (1996; 2008); Law (1999); Latour (1999).

10 Schatzky (1996).

11 Veja Habermas (1984a); Luhmann (1995); o termo “associação” volta a ter corréncia com a ênfase recente de Bruno Latour (2004); veja ainda Netto (2007).

- 12 Reckwitz (2002, p. 9). Veja ainda as abordagens à prática de Bourdieu (1977) e de Wittgenstein (1953).
- 13 Luhmann (1995; 2002).
- 14 Elabore essa síntese a partir de minhas discussões com Bill Hillier a respeito dessas proposições.
- 15 Habermas (1984a).
- 16 A ideia de aleatoriedade é naturalmente oposta à ideia de teleologia. Essa possibilidade é problematizada nos estudos sobre os espaços da criatividade e inovação, que têm apontado exatamente a necessidade de intensificar a aleatoriedade dos encontros como fator para a diversidade das trocas comunicativas. Para trabalhos sobre espaços da inovação, veja Penn et al. (1999) e Moultrie et al. (2007).
- 17 Veja a breve, mas profícua, descrição da homologia entre estrutura do edifício e da atividade nele sediada (o edifício como “teatros moldados da atividade humana”) de Paul Frankl em *Principle of Architectural History*, de 1914 (p. 157): “I mean that architecture forms the fixed arena for actions of specific duration, that it provides the path for a definite sequence of events. Just as these have their logical development, so the sequence of spaces, and so too the principal and secondary passages existing within each space, have their logic”. Compare com a leitura de Bernard Tschumi (1996) da relação entre arquitetura, evento e movimento do corpo. A melhor explicação para tal relação é encontrada em Hillier (1996), com sua ênfase em edifícios como estruturas obviamente incapazes de atuar diretamente sobre o comportamento do ator: a configuração da planta teria impactos sobre o movimento; arquiteturas seriam em si “comportamento social”.
- 18 Veja Netto (2005).
- 19 O complexo conceito de “caráter” em arquitetura assume variadas versões e nuances ao longo da história das ideias arquitetônicas (veja Forty, 2000), da ênfase visual à ideia de propósito e utilidade da edificação (nesse último caso, aproximando-se do terceiro conceito, “espaço semântico”, ou carregado de significados sociais a partir da prática).
- 20 Compare essa descrição do espaço ativo na prática com os espaços “percebidos” das práticas espaciais e os espaços “vividos” das representações simbólicas de Henri Lefebvre (1991).
- 21 Veja os conceitos não espaciais de “contexto” em etnometodologia (Garfinkel, 1967), nas teorias da linguagem (Searle, 1969), na hermenêutica (Gadamer, 1977) e na teoria da ação comunicativa (Habermas, 1984a).
- 22 Habermas (1987).
- 23 Giddens (1984).
- 24 Conceitos de contexto ganharam corréncia na geografia humana nos anos 1980 e 90 (veja Schechner, 1988).
- 25 O reconhecimento de expectativas mútuas de comportamento entre participantes em uma situação social é um predicado da comunicação, para Habermas (1984a). Argumento que a espacialidade tem parte na definição e no reconhecimento dessas situações.
- 26 Veja ainda Netto (2005; 2007; 2008a), para discussões mais pormenorizadas.
- 27 Luhmann (1995).
- 28 Habermas (1984a).
- 29 Essa ideia lembra a descrição de Giddens (1984) de que uma casa só é entendida como tal se o observador reconhece o objeto como um “lugar de habitação”, com um campo de propriedades especificadas pelos modos de sua utilização na atividade humana. Essa conexão entre significado e implicação na prática certamente nos remete à Wittgenstein. Compare essa definição abertamente referencial de significado no espaço com a definição fenomenológica de Norberg-Schulz (1980); compare ainda com a definição de sentido no espaço arquitetônico em Coelho Netto (1979).

30 Husserl (1976).

31 Derivo o conceito de “dualidade do significado” de (a) conceito de “autorreferencialidade” de Luhmann (1995) e do “significado como indicação” de Husserl (1976); e (b) da visão interpretativa de significado em Cassirer (1965), Weber (1978) e Habermas (1984a). Para detalhes dessa construção teórica, veja Netto (2007; 2008a).

32 Compare esta passagem com Portugali et al. (1994) e Haken e Portugali (2003).

33 Há tradições de estudos que apontam as relações entre localização de atividades e padrões de estruturação urbana, como em economia espacial e estudos configuracionais urbanos – de Hansen (1959) a Goffette-Nagot (2000).

34 A apropriação e uso do espaço urbano envolve ativamente a cognição de estruturas espaciais ainda não inteiramente descrito na literatura (veja Faria e Krafta, 2003; Faria, 2010).

35 Sobre a aleatoriedade do encontro, veja o capítulo “Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência”.

36 Essa observação parece válida para quaisquer culturas cuja divisão do trabalho encontre manifestação espacial – uma divisão espacial do trabalho. Massey (1984) oferece uma descrição do processo de divisão espacial do trabalho na sociedade capitalista; Hillier e Hanson (1984) trazem descrições de teor antropológico, incluindo outras culturas espaciais.

37 Associações construídas através de atos performativos e discursivos e a difusão e as apropriação de seus resultados formam a “trama do social:” as redes de interação e troca que constituem as voláteis e invisíveis estruturas do mundo social. Tal visão de sociedades como efeito da comunicação enfatiza a produção de estruturas como processos comunicativos. Um sistema “que consiste apenas de eventos produzidos em *autopoiese* – duram apenas quando e enquanto eventos conectivos são produzidos” – como “redes recursivas” (Luhmann, 1998, p. 56). Redes de atos e seus efeitos ocorrem dentro de canais institucionalizados de organização da prática, frequentemente sob a forma de organizações e relações entre posições, categorias ou funções. Tais redes são suportadas ainda por sistemas técnicos de comunicação e processamento de informação, e por sistemas materiais como a própria cidade e suas edificações.

38 Veja o capítulo “Urbanidade e a condição do Outro”.

39 “In general, in the attempts to describe the ‘social’ aspects of architecture, language has let architecture down. Language’s particular strength – the creation of differences – has been of limited value in this domain; while the task of making evident a relationship between two such utterly disparate phenomena as social practice on the one hand and physical space on the other has proved to be largely beyond the capacity of language” (Forty, 2000, p. 117). Tradução do autor.

40 Em discussão com Romulo Krafta. A colocação expressa minha própria visão. Veja o capítulo “Os efeitos sociais da arquitetura”, na terceira parte deste livro.

41 Para conhecer essa abordagem de modo mais completo, veja Netto (2007; 2008a).

Entre espaços urbanos e digitais

*A distância é uma forma do alcançável.*¹

J. L. Borges

A ideia de espaços e cidades digitais – a sobreposição de uma rede de interações e informação aparentemente invisível, flutuante com a espacialidade historicamente concreta e durável de nossas cidades, a condição sensorial de nossa experiência até recentemente – capturou a imaginação contemporânea. A própria expressão “cidades digitais” evoca um encontro um tanto inusitado entre fenômenos aparentemente distintos – distintas materialidades. Estudiosos de diversas áreas têm sido atraídos por essa materialidade nova, que traz em si tremendo potencial de conexão a eventos e situações, pessoas e lugares, rompendo com a contiguidade do espaço geográfico. Ela toma a forma de redes de hipertextos e trocas informacionais – e possibilidades de interação em níveis nunca vistos –, uma rede capaz de nos ligar extensivamente, o tempo todo, para além do imperativo da presença.

De fato, esse tecido de materialidade intrigante e aspecto onipresente passa mesmo a significar conectividade sem fim. As redes digitais ainda são tidas como uma nova experiência espaço-temporal, em que as propriedades de *simultaneidade* e *multiplicidade* dos eventos no mundo se tornam cada vez mais nítidas ao sujeito – e alcançáveis como nunca. Se a comunicação a distância não é um fenômeno novo (lembramos que vem desde o final do século XIX), ela certamente assumiu novas formas e enorme extensão, envolvendo nossas ações cotidianas e dando a muitos a impressão de vivermos mesmo em uma espécie de “bravo mundo novo”² – uma “hipermodernidade” criadora de experiências de natureza e velocidade nunca antes sentidas.

Entender o descerramento desse mundo fundado em novas bases materiais e uma cultura em franca aceleração tecnológica significa entender como a coexistência dos espaços urbanos e das redes digitais emerge e impacta nossas vidas – nossos modos de agir, experimentar e socializar em condições materiais também novas. É interessante que a relação entre a concretude dos espaços urbanos e a elusividade do digital em nossas ações parecia até recentemente uma contradição – uma síntese impossível, como se o digital colocasse em xeque o concreto, numa superação eletrônica do velho espaço, tornando-o obsoleto. Estava posto um dualismo destrutivo e, aparentemente, inexorável.³

Em diferentes espaços

Como veremos brevemente adiante, esse dualismo foi superado. Sabemos que não há cisão, como se temia por desconhecimento ou por afã apocalíptico. Mas se não há cisão entre espaços concretos e redes digitais, haveria entrelaces? A constatação de que não há contradição não suspende o problema fundamental das redes digitais e redes urbanas terem naturezas inteiramente distintas: a volatilidade, elusividade, invisibilidade de um; a tangibilidade, rigidez, presença constante de outro. Onde estão as passagens, os pontos de apoio entre o “digital” e o “concreto”? Como esses planos de materialidade distinta envolvem a ação? Essas questões centrais no entendimento do lugar das cidades e das redes digitais na contemporaneidade endereçam o modo como essas duas supostas formas de “espaço” se relacionam; e, ainda, onde seu contato toca a prática humana e como afeta nossa forma de vida, nossa capacidade e possibilidade de associar nossos atos e experimentar suas continuidades e descontinuidades. Tais questões se referem à natureza dessas redes distintas e à própria possibilidade de sua relação, que nos parece tão intrigante.

Certamente, mais que descrições de certos tipos da ação informacional realizada em meios digitais, é necessário termos descrições dos próprios *emaranhados de atos bifurcando-se em diferentes materialidades*, ou como esses atos se formam e desdobram nas redes urbanas e nas redes de interação eletrônica e telemática: os lugares concretos e os lugares eletrônicos onde emergem e de onde emanam; os pontos

de passagem entre eles e os caminhos que neles tomam; onde incidem e – eventualmente – seu retorno aos lugares de origem, na forma de respostas, reações, novas ações, interações continuadas.

Aqui, o desafio é entender como a prática social se desenvolve em espaços aparentemente distintos, com pontos de convergência e divergência entre si. Do ponto de vista da leitura da “cidade digital” como parte de uma realidade sociotécnica de crescente penetração e extensão, um primeiro problema é capturar a complexidade da trama de práticas que se desdobra em dois tipos de redes. Em outras palavras, temos de entender como nossas ações se desenrolam em interações e trocas, efeitos e produtos que se conectam e difundem, parte através do espaço urbano, parte em redes eletrônicas e comunicações móveis.

Um segundo problema é entender quais as bases práticas e cognitivas de tais conexões e os fundamentos materiais e ontológicos que lhes dão possibilidade e substância. Se a descrição das tramas da prática social nessas condições materiais parece a princípio algo ou trivial (em face da sua naturalização na nossa experiência) ou impossível (diante de sua imensa complexidade e elusividade), a descrição do que mantém as tramas integradas como *redes acopladas* é algo que toca o contraintuitivo. Implica entender as condições de possibilidade da produção de redes comunicativas e técnicas que moldam a realidade social e material, talvez assimétricas em suas extensões, presenças e expressões na prática.

Entender esses dois problemas significa chegarmos a novas descrições. A primeira descrição se referiria ao modo como agimos imersos em dinâmicas espaciais e temporais que rompem mais e mais a associação profunda entre distância e tempo inerentes à constituição histórica da prática, e demandam alterações e atualizações constantes em nosso entendimento do mundo que se apresenta. Uma segunda descrição tocaria as condições que garantem a integração dessas tramas e suas ramificações potencialmente infinitas.

O presente texto propõe fazer essa reflexão, iniciando pela incursão nas naturezas dos espaços urbanos e das redes digitais, e seus papéis na produção da prática social – ou a *associação* e a *socIALIZAÇÃO* da prática. Em seguida, veremos como a prática emerge e bifurca entre essas duas redes, urbanas e digitais. O texto explora o convívio dessas

materialidades, aparentemente já resolvido e naturalizado na prática. É a teoria que deve agora empenhar-se no entendimento das condições e modos desse convívio. Para tanto, sugere três pontos de entrelace e de retorno da prática ao concreto: *o significado, o corpo e a centralidade do sujeito atuante no lugar*. Traz a proposição de um papel do espaço urbano potencialmente renovado pelo que veremos como uma crescente complexificação do mundo social. Por fim, o texto propõe que, no desdobramento atual da prática em redes comunicativas diversas, o espaço urbano tem cada vez mais se distanciado do seu papel original como meio material de grande centralidade na reprodução social para o de um entre outros meios – contudo, com a incorporação de um novo papel ontológico: o de *contraponto fundamental à elusividade e parcialidade das redes digitais de comunicação*.

A natureza dos espaços concretos e das redes digitais

Uma infinidade de termos vem tentando capturar a intrigante materialidade dos chamados espaços digitais: o ciberespaço, “uma representação gráfica de dados abstraídos dos bancos de cada computador no sistema humano” (Gibson); “a nova rede informacional ou matriz de computadores [...] uma enorme megalópole sem centro”, a *cibercidade* (Boyer); a *cidade informacional* e o *espaço dos fluxos* (Castells); a *pós-metrópole* (Soja), as *unwired cities* (Townsend) de redes de comunicação pós-massiva geradas pela tecnologia móvel e computação ubíqua e intrusiva (Lemos); a *infobahn*, a *cidade dos bits* ou a *Rede* (Mitchell)⁴:

A Rede nega a geometria. Ao passo que tem uma topologia definida de nós computacionais e radiantes avenidas de bits [...] ela é profundamente *aespacial* [...] A rede é ambiente – nenhum lugar em particular e todos os lugares ao mesmo tempo.

O ciberespaço e seus variantes teóricos levariam mesmo à dissolução da cidade como a conhecemos, um movimento que veio a ser chamado “o fim da geografia” pelo economista Richard O’Brien, e “a morte da distância” pela também economista Frances Cairncross. Bill Mitchell sumariza o processo:

O ator agregador que manteve essa intrincada estrutura coesa [a cidade] é a necessidade do contato face a face [...] proximidade a custosos equipamentos de processamento de informação, e acesso a informação encontrada em localizações centrais e apenas lá. Mas o desenvolvimento de uma capacidade computacional barata e largamente distribuída [...] e sistemas de telecomunicação têm enfraquecido tremendamente esses imperativos anteriores, de modo que pedaços da velha estrutura já começaram a soltar-se e reunir-se em novas formas de agregação.⁵

Naturalmente, afirmações apocalípticas como essas foram duramente contrapostas.

O que é memorável é o quão pouca crítica tais imagens – como a de ciberespaço – têm recebido [...] Mesmo que elas sejam cheias de erros grosseiros: baseadas em um determinismo tecnológico que transfere constantemente características de máquinas para sujeitos [...] indiferentes ao constante trabalho necessário na mediação das telecomunicações instantâneas. [...] Mais seriamente, tais abordagens falham em entender o contínuo processo de ajustamento gradual das práticas, a adição de camadas culturais novas que negam a ideia de uma simples transmissão da tecnologia para o espaço.⁶

Crang e Thrift remetem a questões que ecoam ainda hoje: estaria o espaço mudando sob o impacto de novas tecnologias? Estariam essas tecnologias mudando a relação entre sociedade e espaço? O tempo e teóricos como Saskia Sassen têm mostrado que não precisamos temer por nossas cidades: a tecnologia não será seu aparente fim – ao menos não em um futuro visível.⁷ Esse entendimento levou até mesmo a uma reversão entusiástica em defesa dos espaços concretos, da *city of the coming golden age* de Peter Hall ao recente e abertamente otimista *Triumph of the City* de Edward Glaeser.

Contudo, veremos que, a despeito da superação do dualismo espaço *versus* tecnologias, questões sobre os modos como a prática se desdobra entre as possibilidades abertas por uma nova economia informacional e os meios materiais históricos da própria cidade permanecem abertas. Essas questões ainda são largamente respondidas através de reificações, agora sobre supostos impactos das tecnologias sobre a própria configuração do espaço urbano e sobre nossa experiência. Assim, ainda que não

pretenda conduzir uma genealogia do superado debate sobre a obsolescência dos espaços concretos por novas tecnologias, sugerirei que, na raiz dessas questões, está o modo como as novas redes digitais impactam as possibilidades da prática humana e sua relação com o espaço.

O espaço na prática

O espaço, ao contrário do chamado “ciberespaço” das tecnologias de informação e comunicação, é definido por sua abrangente rigidez, o que dá ao espaço artificial da arquitetura e da cidade sua percepção sensorial particular, e um lugar na linguagem – um nome. De fato, o espaço só pode ser definido como o oposto de um espaço ou éter abstrato. Ou melhor, o espaço só pode ser definido pela coexistência de “rigidez” e “éter”, dado que atuamos nos espaços vazios estruturados pela rigidez dos espaços visíveis; um éter que, mesmo penetrável, é feito resistente à mudança justamente por ser definido por rigidez. Em oposição a uma aparente ubiquidade das redes telemáticas e eletrônicas, em si elusivas, mas que dependem de aparatos de redes e nós físicos para sua geração, o espaço urbano é uma presença constante e crescente na prática humana.⁸

Mas se sua rigidez constitui a extensão física que separa na distância, por outro lado, ela liga e conecta sob forma de *estrutura* – redes de espaço articulados sob forma de canais de movimento e conexão (ruas) ligando nós ativos (edificações) e formando sistemas de acessos e atividades que permitem conectar nossas práticas. Cidades, como redes de espaços e lugares, têm uma topologia que mais do que ecoa aquela das páginas e “lugares eletrônicos”⁹ do tráfego multidirecional de bits.¹⁰ Onde quer que haja vida social, coletiva, há *estruturação* do espaço físico – ações de produção do espaço na forma de estruturas artificiais sobre a geografia natural. A cidade é uma dessas formas, até aqui a forma mais adaptada a sociedades de divisão do trabalho complexa e intensa interatividade, envolvendo espacialidades carregadas de relação com a prática, seus nós ou locais de atividade associados a ela. A estruturação do espaço é expressão de um vetor social: a força da busca da interação na vida em grupo, a força da associação da prática moldando espaços. Essa estrutura ou diferenciação interna¹¹ pode ser vista como traço visível de irrupções sociais em uma forma material rígida, mas ainda assim – e

provavelmente em função disso – capaz de dar suporte tanto a práticas quanto a socialidades particulares.

Uma pergunta talvez estranha pode nos ajudar a ver mais do lugar do espaço na prática. Como poderíamos interagir *presencialmente* sem a forma urbana fazendo o papel da aproximação? Que outras espacialidades poderiam ter esse efeito? Espacialidades dispersas na paisagem; uma espacialidade concentrada, mas sem qualquer diferenciação interna ou estrutura; uma espacialidade labiríntica? Essas espacialidades seriam empecilhos à fluidez da associação. Alguém poderia apontar a possibilidade de interagirmos sem precisarmos estar copresentes – exatamente via tecnologias da comunicação a distância. Mas seria possível chegar a tais tecnologias sem a densidade de copresenças e da comunicação que a densidade espacial e a estrutura urbana historicamente proporcionaram?

A cidade significa a possibilidade de realização de atos não através de um “mundo sem forma” ou de espacialidades fragmentadas ou labirínticas, que tornariam tremendamente problemático o surgimento de práticas da comunicação mediadas pelo corpo e pela copresença¹², mas através de formas materiais que consistem, em si, de meios para nossa interação e a produção de nossas socialidades. A produção de estruturas urbanas potencializa o espaço em sua capacidade de aproximar atores com chance de se engajar em interações. Essas estruturas espaciais têm efeitos que ecoam em todas as esferas da prática mediada pelo corpo. Dito de outro modo, *os efeitos relacionais do espaço urbano* medeiam e articulam todo tipo de ação e interação. Espaços urbanos carregam potenciais de efeitos sobre o caráter mútuo e relacional dos atos, e podem intensificar ou limitar a passagem dos atos individuais a sociais.

Assim, o potencial para a emergência da comunicação mediada pelo corpo é profundamente impresso na própria materialidade do urbano. O espaço tem o papel de estimular (ou controlar, a depender da sociedade, do grupo e da área urbana em questão) as possibilidades de comunicação, de forma a: (a) amparar a aleatoriedade e a contingência das interações e trocas no sistema social, a partir do caleidoscópio de encontros nos espaços públicos e em seus acessos aos lugares de atividade; (b) aumentar o potencial de ações complementares encontrarem continuidade, ou de interações desejadas ocorrerem – digamos, em centralidades urbanas, onde certas atividades naturalmente complementa-

res buscam localizar-se próximas entre si. Esse efeito do espaço urbano permite estabelecer elementos de causalidade bem-vindos nas conexões entre certos tipos de prática, quando o espaço ajuda a aproximar atores potencialmente mais interativos entre si; e (c) garantir as condições da *recursividade* das trocas entre os complementares, assegurando assim a continuidade das interações e sua passagem para relacionamentos de diversas naturezas, que por sua vez terão um papel de estabelecer continuidades na reprodução simbólica e material de um grupo ou sistema social.

Mas como a prática social emerge através do espaço? Como o espaço pode ser parte das trocas comunicativas que constituem a associação? O ato não é um fenômeno isolado, com uma existência independente, sem conexões com os seus arredores. Suas ligações intrínsecas como ato no mundo o conectam imediatamente a seus efeitos e resultados, a seu contexto (atos emergem através de espaços e lugares), e a outros atos, seus resultados e lugares (a associação entre pessoas implica conexões entre seus atos no tempo e no espaço).¹³

O espaço urbano também não pode ser experienciado de forma isolada, nem pode encontrar uma existência independente, ou ter efeitos apenas sobre si mesmo. Enquanto nossas práticas estiverem relacionadas (ou seja, produzidas através de continuidades e *referências* a práticas anteriores, em curso ou futuras, e a seus contextos e seus resultados), seus espaços tomarão parte nessas conexões referenciais. Essas conexões são fundamentalmente significados compartilhados, produzidos em práticas¹⁴ e carregados em espaços urbanos. Em outras palavras, uma parte substancial da chamada “relacionalidade inerente”¹⁵ que constituiria nossa realidade social e material é realizada por meio de *significados* construídos através de referências entre a prática e espaço – como acessar o lugar de trabalho para realizar atividades cooperativamente, buscar um serviço em particular em certa rua e lá se envolver nas ações em andamento, ou encontrar amigos em um bar. A prática da associação requer que atores experimentem relações quando atuam: uma construção que inclui a presença corporal e a troca comunicativa; conexões que incluem uma dimensão tanto informacional quanto material; conexões que tomam a forma dos contextos espaciais onde atuamos.

Entretanto, essa descrição da prática e do espaço como entrelaçados tem um caráter geral. Como tais conexões se materializam na re-

alidade, no nosso cotidiano? Há diferentes presenças do espaço urbano na associação da prática.

(i) Há a apropriação do *espaço como fonte de informação*¹⁶ para a prática. O espaço urbano é uma forma de conhecimento sobre seu tecido social e o modo como este se estrutura e se reproduz. O espaço é um modo do mundo social se apresentar a si mesmo. Participamos de uma situação social se sabemos que ela ocorre, ou possivelmente ocorre em um determinado lugar. Somos guiados àquele lugar pelo seu significado, isto é, pela compreensão do seu conteúdo social como contexto de determinados atos do nosso interesse. Ao conhecer a cidade e suas estruturas materiais e semânticas, podemos antecipar as possibilidades de interação e de encontro. A cidade aqui se dispõe como um imenso sistema referencial para nossas ações.

(ii) Adiante, há a *apropriação do espaço no momento da interação* com aqueles atores copresentes no lugar. A espacialidade do lugar cedia a interação, mas o faz muito além de ser um mero suporte físico e um cenário visual ou semiótico. O espaço pode ser visto como um meio ambíguo – tanto material quanto informacional – que ampara o surgimento da comunicação. Esse espaço carregado de significados caros à prática, esse espaço *semantizado* é resultado da nossa atuação. Mas ele só é semantizado quando *outro* ator o percebe como tal, ao interpretar a prática que nele se desenrola. Mais que isso: o espaço só é plenamente semantizado quando *é atuado conjuntamente, e conjuntamente reconhecido como tal*. Esse espaço de significados socialmente reconhecíveis é resultado da própria associação que sustenta. Antes disso, o espaço (mesmo que destinado para certo fim) não pode ganhar significado suficiente para informar a prática. Um espaço semantizado é sinal de que o espaço foi apropriado e reconhecido como uma referência para atos emergindo conjuntamente, no momento da atuação e da comunicação no lugar.

(iii) Por fim, esse espaço semantizado se torna parte das *conexões práticas e informacionais entre atos ou eventos* em andamento ou a serem produzidos em outros tempos e lugares. Trata-se da formação de redes de comunicação para além das bordas temporal e espacial do evento, quando atores interagem com atores ausentes por meio de comunicação a distância (pela troca de objetos, acessando textos, hipertextos, ou por dispositivos móveis). Esse terceiro momento leva à *formação*

dos complexos da ação social, e inclui o espaço como mediação e articulação na produção de uma forma altamente efêmera de estrutura social – uma forma de estrutura que constitui todas as demais: a emergência de sistemas sociais como fenômenos comunicativos.¹⁷ Relacionamo-nos com contextos espaciais para que os efeitos de nossas práticas possam se relacionar através deles: para que nossa ação se faça sentir e possa tocar outros atores.

Grande parte das conexões entre nossas práticas e entre seus efeitos (e, até recentemente, toda prática) se dá por meio do espaço moldado artificialmente na forma de cidades. Essa relação é essencial para a reprodução social. A urbanização foi o caminho histórico para a intensificação da prática comunicativa, e o espaço urbano contemporâneo segue exercendo exatamente esse papel. Essa é a ideia central da *associação através do “espaço referencial”, a relação indissociável entre prática e espaço* – e o lugar que o espaço ocupa na produção de canais de referências que ligam os nossos atos e seus resultados a seus contextos de realização.

Redes digitais, hipermodernidade e a materialização da prática

As noções de “ciberespaço” e “espaços digitais” têm ganhado considerável popularidade, mas do que consistem exatamente? Entre os principais elementos da mudança que vivemos, temos o crescente uso de computadores na realização das nossas práticas e na sua operacionalização, associado a nosso envolvimento progressivo com signos e conteúdos semânticos na contínua produção de informação (a “informatização” da prática), e a nossa imersão em comunicações permitida por novas tecnologias. Sob um ponto de vista funcional, tais tecnologias têm levado ao aumento da velocidade e da precisão de ações e interações, e do controle de seus resultados.

Práticas antes realizadas no meio físico da interação presencial e projetadas no registro analógico do signo fisicamente impresso passam a ser realizadas na *interface* técnica com meios eletrônicos. Seus produtos perdem tangibilidade, recodificados na aparente imaterialida-

de do elétron e representados, formas e símbolos, como código de máquina. Eles têm sua *rematerialização* no mundo invisível e impalpável do *bit*. O uso de computadores envolve e absorve nossas práticas – torna o “mundo digital do bit” dentro de computadores sua própria projeção, o meio para a materialização de seus resultados. Lança nossas práticas em uma espécie de *terceira natureza* – para *além* daquela original, ecossistêmica, e daquela que produzimos, já artificial, urbana.

O senso de invisibilização parcial das operações e produtos da prática mediada pelas tecnologias digitais é ampliado ainda por outro aspecto peculiar. Textos e imagens ganham a possibilidade de mover-se e replicar-se infinitamente, rematerializando-se instantaneamente em qualquer lugar conectado. Os efeitos de nossas ações passam a poder viajar sem o suporte material do artefato físico, e a atingir pessoas que nunca vimos ou vamos ver.

Esse ambiente é constituído pela aparente onipresença do bit, e assume a forma histórica de uma *inexorabilidade da imersão e conversão da prática ao digital*; parafraseando ironicamente Kundera, uma imersão na “insustentável leveza do bit”, exponenciada pela possibilidade de emitirmos os produtos de nossas ações, já digitalizados, no fluxo imponderável de bits eletrônicos, a qualquer lugar que contenha o aparato capaz de decodificar o fluxo e rematerializá-lo na tela ou na máquina. Tal ambiente encontra uma forma física – e certamente uma *conotação* física em nossa imaginação, já que não podemos imaginar todas suas ramificações, ou onde seus nós realmente se encontram: a *rede eletrônica* que conecta computadores e todos aqueles que têm condições de usá-los. A rede passa a ser “outro lugar” (todo e nenhum lugar, como diria Bill Mitchell), outro ambiente possível. Socialidades alcançáveis ao toque do mouse. Práticas produzidas a distância passam a constituir-se nos caminhos dessa rede virtualmente infinita.

Telas de computadores, *tablets* e telefones móveis são, para seus usuários, entradas a mundos cognitivos. O momento de olhar para a tela significa entrar em um espaço informacional a partir dos signos nela expostos. Isso não seria diferente de ler um livro ou qualquer obra tangível, não fosse o fato de que esses artefatos tecnológicos podem acessar um número praticamente infinito de páginas e podem se relacionar entre si, e não fosse o fato de que olhar para dentro deles significa olhar para coisas feitas em lugares distantes. Significa a possibilidade do mergulho no

fluxo comunicativo entre atores ausentes, em trocas tanto sincrônicas quanto diacrônicas, em mensagens e conteúdos esperando acesso, via tela e espaço cognitivo. Esse espaço informacional é criado na relação entre a presença do corpo e o artefato eletrônico em um lugar físico, mas o sujeito corpóreo não está mais somente ali, no lugar circunscrito fisicamente. Entendo que não há um “espaço digital” pairando na rede feita de cabos que sustentam fluxos eletrônicos em circulação, mas há espaços cognitivos pessoais conectados e estimulados por via digital e alimentados eletronicamente. Há um espaço de ligações topológicas entre máquinas e mentes verdadeiramente integradas em fluxos informacionais, quando em contato – uma topologia sem dimensão relevante no sentido cartesiano: a ligação entre as telas e “passagens digitais” que, sustentadas por processadores, recebem intermitentemente nossa atenção, ação e comunicação.¹⁸ Alternamos nossa atenção entre telas conectadas e nossos entornos.

Esse ambiente ressignifica, por puro contraste, nossa presença no concreto, na segunda e primeira naturezas – *ressignificação* induzida pela possibilidade do mergulho em textos e imagens que estão de fato em nenhum lugar, mas parecem acessíveis em qualquer lugar desse terceiro ambiente onde a prática parece imergir. Essa imersão, sob forma da desmaterialização dos efeitos das nossas ações e sua rematerialização na forma do bit, demanda um *reposicionamento* cognitivo a respeito da parcela concreta da nossa prática espacial, ao alcance do corpo. Demanda um reposicionamento do sujeito face à desmaterialização parcial dos resultados de seus atos e sua ampliada “transespacialidade” – a ruptura com a extensão e contiguidade do espaço como tecido aderente ao movimento do corpo e à interação.

A relação entre espaço e corpo e o status da prática nessa nova condição ontológica ainda são tensionados por uma *aceleração da ruptura histórica com a dependência da tangibilidade e da presença*. Tais rupturas exigem do sujeito, inconscientemente ou não, uma redefinição da sua ação e suas possibilidades em face da novidade da conversão dos seus efeitos e das suas interações em virtual – invisível conectividade.

O encontro entre a prática e as tecnologias e fluxos do bit apresenta-se ao sujeito, em sua extensão e consequências, como uma *virtualização crescente do mundo*. A ação não se torna virtual no sentido de menos real, mas no sentido de tornar-se parcialmente invisível,

imponderável, dado que grande parte do “mundo ao alcance”¹⁹ é substancialmente produzida, associada, vivida em um mundo cujas tramas se tornam crescentemente digitalizadas. Esse novo status da espacialidade e temporalidade da prática e sua nova conectividade aparentemente sem fim é parte da dificuldade em entender as mudanças que nossa cultura experimenta.

Epistemologicamente, essa complexidade foi prenunciada na ideia de *pós-modernidade*: a modernidade em crise e a ruptura, dos anos 1960 em diante, com a visão moderna de mundo – teleológica, evolutiva: tempos de relativização da centralidade da razão, em que um senso de ordem é substituído pela aceitação da instabilidade, pela impressão da ausência de centros, e pelo questionamento da existência de estruturas e dualismos simplificadores.²⁰ Entretanto, muitos também acreditam que a modernidade não foi realmente superada, e, em vez de entrarmos em tempos verdadeiramente pós-modernos, estamos vivendo uma *aceleração* da experiência moderna via tecnologia: uma *hipermodernidade*.²¹ Assim, os valores modernos não se esvaem, mas assumem formas mais aprofundadas em certos aspectos, ainda que levados a absorver o problema da instabilidade e flexibilidade em relações e estruturas sociais, e à posição de reflexividade crescente no plano do sujeito.

A hipermodernidade absorve essa leitura das instabilidades não como necessidade epistemológica, mas como processos e eventos “gritando” no mundo aí fora: na economia globalizada e sincronizada em tempo-real por tecnologias de informatização da produção em redes de geometria (geopolítica) flexível; no regime de acumulação especulativa financeira e no cassino de apostas global, onde eventos em Wall Street repercutem como crise global e demissões em cidades do interior do sul do Brasil; na crescente mobilidade de pessoas e objetos; nas comunicações eletrônicas que complexificam e mudam formas de socialização e formação de redes sociais; e na instabilidade na qual tudo isso parece jogar o sujeito.²²

Quais seriam os espaços da hipermodernidade? Espaços híbridos de fragmentação e conectividade, pontes entre lugares concretos e a “nuvem” fluando eletronicamente – mesmo que em um *hardware* das redes físicas e seus *hubs* e provedores aparentemente cada vez menos localizáveis fisicamente?²³ Tal rede eletrônica, popularizada na introdução da internet, vai sendo progressivamente associada a outra: as *redes telemáticas*²⁴, de comunicação móvel a distância, que se popularizam e

evoluem em novas tecnologias, exponenciando a possibilidade de comunicação com a mobilidade das transmissões. Um novo momento de exponenciação comunicativa ocorre na *convergência* dessas duas redes via tecnologias móveis, com celulares praticamente onipresentes e progressivamente conectados à *World Wide Web*, junto a outros dispositivos portáteis como *palm* e *laptops*, redes de internet sem fio *Wi-Fi* e redes de curto alcance.²⁵

Tais redes e dispositivos consistem de novas mídias de “função pós-massiva” em crescente interseção, permitindo a emissão de *informação bilateral*, ou seja, a *comunicação efetiva e em movimento*: a passagem da interface estática dos computadores ou nós fixos da rede digital às interfaces ou nós móveis dos celulares e outros dispositivos portáteis com acesso à internet. O ciberespaço ganha mais trânsito nas ruas envolvendo usuários em um ambiente generalizado de conexão. A “antropomorfia dos dispositivos móveis” e das redes de comunicação tem penetrado em virtualmente todos os campos da prática, gerando novas condições ontológicas, profundamente associadas à mobilidade do próprio corpo.²⁶

Não apenas a mobilidade, mas sua relação com outros meios de associação transespacial da prática, e a desmaterialização e rematerialização dos efeitos da prática transmissíveis e replicáveis transespacialmente, constroem as impressionantes propriedades ontológicas do acesso à *multiplicidade* e *simultaneidade* dos atos e eventos. Vivemos a materialização da “simultaneidade de eventos” e da “simultaneidade de fluxos” de Henri Bergson, a aparente possibilidade do “abarcamento dos eventos numa única percepção instantânea”²⁷ na conexão quase plena a lugares, socialidades e sujeitos em escala global.

Na compressão do tempo e espaço²⁸ da hipermodernidade, experimentamos ainda a impressão de onipresença de outra propriedade, a *conectividade para além da contiguidade*. O lugar ontológico que a contiguidade ocupava em nossas leituras da realidade social e material é, de certo modo, desestabilizado pela afirmação de uma *topologia para além da concretude*, só possível pela ruptura com a continuidade absoluta do espaço, e capaz de alinhar em nossas cognições, em uma única temporalidade, os eventos distribuídos globalmente.

A canalização da prática nessa topologia de conexões e atalhos da materialidade concreta dos espaços urbano e geográfico leva à ins-

talação definitiva do que podemos chamar *entendimento topológico do mundo*, no qual socialidades, lugares e sujeitos parecem subitamente estar ao alcance. A ontologia de um mundo social e geográfico se torna penetrável e mais inteligível em sua estrutura e aparente totalidade através do conceito de “rede”, popularizado e tornado paradigma, como se o grafo que representa a imensa rede social planetária fosse mais e mais plano. Uma ontologia na qual a historicidade ou cai ou é invisibilizada pela impressão de *eterno presente*, trazida pelo acesso à simultaneidade de agências e situações emergindo globalmente, todo o tempo – visíveis e registráveis como nunca por câmeras e dispositivos de comunicação carregados junto ao corpo.

Ainda assim, e exatamente por isso, somos afetados pela exponenciação de uma quarta propriedade: a *complexidade* – do ponto de vista da informação em volumes impossíveis de serem processados (páginas e hipertextos que nunca serão conhecidos, e os conhecidos, nunca esgotados; atores tornados subitamente mais e mais próximos, por via eletrônica em redes cada vez mais interconectadas, mas que não podem ser conhecidos suficientemente). A complexidade contemporânea ainda se faz sentir no problema da *escolha* nessa infinidade de opções de signos, significados, atos, atores – esse segundo aspecto, visível ao utilizarmos o conceito de complexidade de Niklas Luhmann. Explorarei a seguir um *papel do espaço urbano potencialmente renovado – paradoxalmente – por essa crescente complexificação do mundo social*.

Vimos argumentações a respeito da natureza e papel das redes digitais e móveis de comunicação transespacial, das redes de espaços urbanos como sistemas referenciais para a emergência presencial da prática como prática social, e do “social” como sistema de práticas. Vejamos como a prática humana se desenrola nessas duas redes de materialidades inteiramente distintas.

Desdobramentos: as tramas da prática nas redes urbanas e digitais

Qual a ligação das práticas que realizamos sob forma de processos urbanos com o ciberespaço? Ambas as redes tornam-se parte das conexões

entre atos, e são meios fundamentais de comunicação – meios de tornar socialidades, enquanto tramas de atos, conhecíveis e interativas. Vivemos essas relações como *naturalizadas*. Mas pensemos novamente de modo contrafactual por um momento, de modo a enxergar, como diria Luhmann, “o real como improvável” – as condições dessa naturalização. Dado que a prática humana tem ganhado complexidade ao bifurcar-se nesses dois planos distintos, ainda que interligados, um dos problemas é saber *como essas interligações são produzidas e estruturadas* – o modo como essas diferentes redes se reúnem na prática; uma prática que rapidamente se molda a essas passagens: a possibilidade de desdobramento em conectividades múltiplas.

Uma segunda questão é entender o que impede que tal sistema de práticas ganhe complexidade ao ponto de desconectar-se, em possíveis frestas em suas tramas, por perda ou dificuldade na busca e seleção de informação e de interlocutores em cooperação. Gostaria de propor cinco aspectos-chave do que chamo “passagem” da prática entre redes materiais distintas, possivelmente assimétricas de ação e comunicação, e do complexo “entrelace” dessas redes na prática humana atual.

(1) Em termos *cognitivos*, tais entrelaces envolvem a forma como os significados dos produtos das ações e mensagens materializados digitalmente ou telematicamente e em circulação se conectam ao concreto. Sugiro que a passagem entre atos materializados no espaço urbano e o ciberespaço ocorre a partir de *referências mútuas* entre significados produzidos no ato presencial e em seus contextos urbanos e os significados pulsando em redes eletrônicas, com os quais a conexão ou comunicação se constitui. O signo pode viajar para onde as referências o levarem e o conectarem momentaneamente; onde seus significados fizerem sentido; isto é, onde significados produzidos no lugar urbano complementarem os sentidos dos signos emitidos pelo ciberespaço, e vice-versa. Atuar plugado à rede transespacial significa bifurcar o ato e replicar seus significados (inicialmente ancorados em seu contexto espacial) em direção aos significados que nos chegam de outros lugares, e que nos conectam a atores não presentes. Essa conexão ocorre entre os significados em circulação digital ou telemática e os significados produzidos por práticas no espaço urbano. Como vimos, o espaço urbano vai além de mera estrutura física: ele é um sistema de referências cujos lugares trazem embutidos significados que sugerem conexões latentes a práticas presentes e passadas, e a possibilidades de interações futuras.

As conexões entre significados produzidos pela prática no espaço urbano não se encerram nele. Se a referencialidade faz sentido, esses significados do lugar produzem potenciais de conexão com os significados de práticas produzidas em outros lugares físicos, distantes entre si, mas ligados pela rede digital. Assim, redes urbanas e digitais se amarram de modo caleidoscópico, inconstante, como um emaranhado que muda o tempo todo. E são os *significados produzidos pela nossa atuação em espaços urbanos as pontes referenciais entre as tramas de atos produzidas nesses diferentes planos de materialidade, através da distância*. Significados são a substância da conectividade, são o que dá sentido aos desdobramentos da prática em diferentes espaços. Garantem, assim, a continuidade informacional entre atos atuados no espaço urbano e sua transmissão via ciberespaço e seu tecido quase infinito.

Na nossa cognição, essa ligação ocorre em *flashes*, como quando participamos de uma atividade ou situação social definida nas bordas do lugar ou da arquitetura, e os significados contextuais ali produzidos pela prática e comunicação definem o escopo de atenções aos significados e mensagens e eventos acessados digitalmente ou telematicamente. Mas como tal ligação ocorre na passagem da cognição para a prática?

(2) Em termos *práticos*, o entrelace envolve o modo como convertemos essa continuidade cognitiva, construída por referências compartilhadas entre atores, lugares urbanos e eletrônicos, em sequências de atos realizadas nesses planos distintos. Tais linhas de atos desviam-se como dobras e abrem-se como bifurcações nesses espaços, para em seguida convergirem, retornando à concretude do lugar e do corpo que constituem os nós das tramas dos atos. A prática converte sinais e imagens via *mouse*, teclado ou tela, traduzidos no bit invisível, emitido e replicável infinitamente. Os resultados ou produtos do ato convertido no fluxo do bit (ou da onda eletromagnética), transmitidos via redes digitais ou móveis, são então reconvertidos em palavras e imagens em outro(s) lugar(es) onde, uma vez reconhecidos seus significados, podem interferir e tematizar a ação de outros atores. Uma vez ligados aos significados desse novo lugar ou lugares e a seus atos presenciais, e uma vez transformados por tais atos, podem ser outra vez levados eletronicamente a outros lugares e atores. O potencial de referências contido no significado estrutura e abre essas conexões, e permite à prática desdobrar-se com coerência em múltiplos lugares e agências (Figura 1).

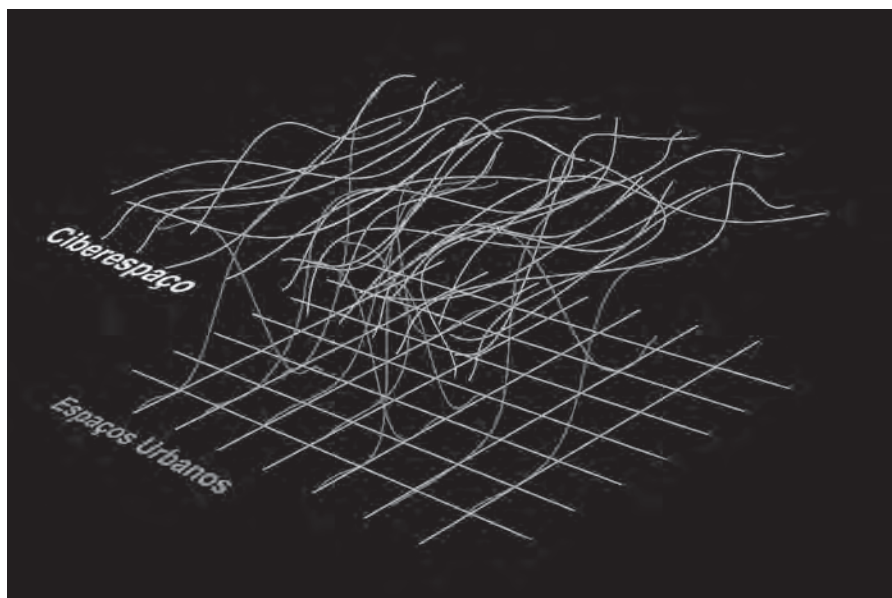


Figura 1 – Passagens e bifurcações da prática entre as redes digitais (parcialmente desmaterializadas, móveis, transespaciais) e o espaço urbano (concreto, extenso, corpóreo) através de ligações referenciais entre ato, contexto, mensagem e fluxo.

(3) As novas tecnologias da informação têm o efeito de gerar uma crescente *complexificação do mundo social*: informação em volumes impossíveis de serem processados (Castells), e o problema da escolha numa infinidade de opções de signos e significados, atos e interlocutores (Luhmann).²⁹ Em outras palavras, *o aumento das possibilidades da ação e interação e a ruptura progressiva com a extensão do espaço físico criaram um problema na reprodução da prática*: como encontrar certa informação ou ator, objeto ou produto em situações de opções aparentemente infinitas? Somos levados a filtrar e discriminar entre uma quantidade enorme de opções.

O caso do comércio é um notável exemplo.³⁰ No tradicional sistema de varejo, em que os clientes compram produtos em lojas físicas, o volume de escolha é limitado pela quantidade de espaço nas prateleiras disponíveis. Sites de comércio eletrônico, entretanto, oferecem seleções que nunca pode ser totalmente conhecidas. Ferramentas e sites de busca são um modo de converter essa “escolha ilimitada” em uma lista gerenciável de recomendações. Nesse contexto, a escolha limitada à escala local torna mais fácil o processo de decisão. Quero sugerir que, talvez

paradoxalmente, o *papel do espaço urbano é potencialmente renovado por essa exponenciação da complexidade.*

Inicialmente, vejamos a cidade como forma de projeção de práticas possíveis ou em andamento, as quais promovem interações e, portanto, a produção de significados (em objetos, fala, textos, hipertextos), assim *umentando a complexidade social.*³¹ Simultaneamente, o espaço urbano é um modo de informação social que potencializa a capacidade dos atores de conhecer e se engajar em atos que constituem o mundo social. A produção do espaço como a localização dos atores e das possibilidades de materialização das suas relações (interligações intraurbanas e urbano-regionais) consiste em um arranjo e uma “pré-seleção” de situações de ação, uma forma de interconexão dos atos produzida para convergir fluxos materiais e imateriais.

Cidades apresentam-se à prática como uma constelação de agências possíveis dispostas espacialmente ao longo de estruturas urbanas. A sua materialização concreta, sob forma da produção e ocupação de espaços, e a acirrada competição por localização e proximidade a potenciais interlocutores, emerge como padrões de distribuição de atividades mais facilmente reconhecíveis e apropriáveis. Sugiro que, nesse momento – no momento da estruturação urbana –, cidades constituem uma poderosa forma cotidiana (cognitiva, prática) de *redução da complexidade social.*

As cidades são parte fundamental do ciclo da continuidade societal: uma forma de *projetar, aumentar e reduzir a complexidade social* – paradoxalmente, ao mesmo tempo. Esse ciclo – que culmina na redução de complexidade social pela produção e apropriação do espaço urbano – assume uma forma autorreferencial que cristaliza a cidade como contrapartida material ativa na reprodução social. O espaço se torna uma forma de tornar o relacionamento entre atos, atores e sua produção suficientemente não problemática.

(4) Imensamente complexos, substancialmente invisíveis, nunca totalmente conhecíveis, os fluxos de conexões referenciais entre atos e seus efeitos – mesmo digitalizados – podem ser adentrados e referenciados por meio do espaço urbano. Espaços urbanos e redes digitais tornam-se sistemas mutuamente referenciados de comunicação e passagem para uma diversidade de socialidades e experiências, capazes de endereçar ora o presente lugar, ora outros, e relacionar os significados, informações e artefatos neles produzidos ou encontrados.

As redes digitais podem ser vistas como um sistema de lugares eletrônicos (seus sites e ferramentas de informação e/ou interação social) análogos a lugares urbanos de *atividade*. Ainda, grande parte do ciberespaço consiste de fluxos – ou *movimento*. Como movimento, ele liga atos e transmite informação produzida localmente; como lugar eletrônico, disponibiliza informação ou torna-se lugar de trocas de mensagens de modo não presencial, incluindo o tempo-real.

(5) Chegamos finalmente ao *papel dos novos espaços eletrônicos – e seu impacto sobre o papel do espaço urbano – na prática da socialização*. William Gibson, o escritor de *Neuromancer*, disse recentemente: “Nunca me interessei no Facebook ou MySpace; o ambiente parece excessivamente mediado verticalmente. Para mim, eles parecem com shoppings centers. Mas o Twitter parece realmente a rua. Você pode esbarrar com qualquer pessoa no Twitter”.³² O paralelo entre espaços urbano e digital na observação de Gibson sobre qual ferramenta ou lugar eletrônico de socialização se aproximaria mais das propriedades da rua ilustra tanto a posição paradigmática do espaço público quanto as diferenças e limitações de diferentes lugares eletrônicos. A rua é o espaço onde os diferentes podem estar copresentes de modo *não programado*. As chances de comunicação efetiva são pequenas, mas é nesse encontro fortuito e volátil que se constrói a possibilidade de reconhecer o Outro em suas idiossincrasias, e o social como tecido complexo de identidades e campos sociais.³³

Sabemos que, estruturalmente, sistemas sociais precisam tanto da *aleatoriedade do contato* na geração de relações sociais quanto da *recursividade do encontro* entre conhecidos e das práticas da conservação de laços sociais como bases para sua própria reprodução. Redes sociais eletrônicas e de comunicação móvel, até aqui, parecem oferecer menos espaços à aleatoriedade da copresença. Ao tenderem a ser usadas na interação e reprodução de laços entre membros de grupos de indivíduos pré-identificados e selecionados, atuam como forças de afirmação de campos sociais mais que de integração transversal dos campos. Esses *riscos de dissociação e tendências de desagregação parcial do social em campos devem ser compensados* – dado que sua eliminação é impossível – através da sua contraposição por outros processos de reconhecimento do Outro e de possível interação. A interação é voltada para o aspecto mais fundamental da proximidade: a comunicação face a face. E a cidade

é um rico caldeirão de interações, informações e trocas imprevisíveis, o qual não pode ser facilmente replicado em espaços eletrônicos ou tecnologias da comunicação a distância. Por outro lado, a convergência de tecnologias da comunicação transespacial tem propiciado uma conexão mais intensa com o espaço urbano.³⁴

Conclusões: as diferentes materialidades da prática e a estrutura ontológica do mundo social

Tentemos agora levar esta reflexão exploratória aos pontos de origem das passagens e entrelaces, das bifurcações da prática e sua rematerialização nas redes eletrônicas ao seu recursivo retorno aos lugares da presença, da corporeidade e da comunicação face a face. Argumentarei que mesmo tramas de ações de materialidade distinta têm suas origens e retornos assegurados pela primazia ontológica de três “nodalidades” onde seus fluxos devem passar – três condições aparentemente incontornáveis, devido à própria condição material e cognitiva humana: o significado como conexão, a corporeidade inescapável do ato e o lugar do sujeito atuante.

i. A referencialidade do significado. Vimos que a construção das mensagens que constituem a interação humana ocorre na forma de significados, em diferentes formas, materiais, meios. O tecido da comunicação é um tecido de significados – transmitidos, interpretados, transformados, em perpétua circulação. O significado tem a propriedade de estabelecer a conectividade sem fim entre as coisas, mesmo de materialidades distintas. Esse conceito de significado referencial permite que encontremos os traços materiais das relações entre nossos atos cotidianos – traços ativos no exato momento da associação da prática, e que constituem a possibilidade de qualquer associação.

ii. O retorno ao corpo e à presença. Longe de reificações de corpos se transformando em ciborgues ou conjuntos de extensões e interconexões de sistemas, a materialidade última do mundo vivido se relaciona ao corpo e à presença. Em uma era em que sistemas de espaços diferenciais se sobrepõem e interpenetram, “é a presença do corpo com seu aparato motor, perceptivo e cognitivo que comanda”.³⁵ Mesmo imersos no movimento em espaços cognitivos, é ao corpo indivisível que retornamos.

iii. *A centralidade inescapável do sujeito e seu lugar.* Vimos que o ciberespaço oferece novas condições para a prática e sua conectividade. Retornemos então a uma das perguntas iniciais: como o ciberespaço afeta o espaço urbano? Novas formas de apropriação do espaço urbano têm sido afirmadas – tais como as “funções locativas” trazendo “novas dimensões do uso e da criação de sentido nos espaços urbanos”.³⁶ Redes digitais e práticas informacionais redefiniriam e reconfigurariam o espaço urbano. Entretanto, temos de evitar reificações. Os significados produzidos no interstício e nos espaços híbridos do “território informacional” pelas emissões de signos circunscritos por espaços concretos não são *inscritos* no espaço; eles não permanecem no lugar. Essas ressignificações são ou *voláteis*, ativas no lugar durante tempo limitado do acesso à informação e enquanto a emissão perdurar, ou *fechadas*, acessíveis apenas para os que detêm as tecnologias ou fazem parte das redes que a compartilham.

Diferentemente dos significados impressos pela prática no espaço urbano, reconhecíveis por aqueles que se apropriam do lugar durante uma situação social, há uma fragilidade inerente em tais produções de sentido. As ações realizadas telematicamente não alteram a configuração dos espaços urbanos – sua estrutura material –, mas podem potencializar o papel social (simbólico e prático) de seus lugares ao conferir significados em experiências mediadas e momentâneas. Definem, contudo, um retorno ao lugar – que segue como nodalidade central para nossas práticas.

De modo análogo, teorias como a *Actor-Network Theory* afirmam corretamente a importância das tecnologias como *atores* sociais, mas ignoram sua condição ontológica como ferramentas não autônomas. Até a invenção da inteligência artificial, o sujeito atuante seguirá com sua primazia na produção da informação e das tecnologias – e do mundo social como se apresenta.

Vimos que redes digitais conectadas a cada computador permitem a transmissão bilateral, verdadeiramente comunicacional, que rompe com a dependência histórica da presença do corpo e da proximidade ou contiguidade espacial na comunicação. Essa dupla ruptura representa a *ampliação exponencial das possibilidades da conexão e interação, bem como da complexidade e alcance das redes de ações*. O tecido do social se estrutura, manifesta, expande e reproduz através dessas redes,

desde a introdução da comunicação a distância até sua digitalização via tecnologias, quando peças complexas de informação passam a ser transmissíveis mantendo sua estrutura intacta e reproduzível.

Vimos ainda o “fim da cidade” como uma discussão superada, ao percebermos a cidade como ancoragem viva tanto da produção tecnológica quanto da centralidade fenomenológica do sujeito e do ato, do corpo e da espacialidade na experiência humana.

Por fim, vimos a centralidade da comunicação na reprodução social e sua condição material. Nossos atos se associam por meio de comunicações. E a comunicação presencial não pode ser plenamente substituída pela interação mediada tecnologicamente: a *aleatoriedade da interação* de atores diferentes e a *diversidade na troca de informações* não são ainda facilmente replicáveis nas redes digitais.³⁷

Essas descrições introdutórias se referem à questão fundamental do que exatamente mantém a realidade material e social minimamente integrada. Sistemas sociais formam um emaranhado virtualmente infinito de conexões práticas mantidas por tramas semânticas, materiais e tecnológicas. Tais tramas incluem a linguagem e a circulação dos discursos, e o que o sociólogo Talcott Parsons chamava *steering media*, os meios estruturadores da reprodução social, como o dinheiro e o poder. Esses subsistemas diferenciados fornecem a infraestrutura ontológica que conecta atos; a infraestrutura através dos quais os produtos e efeitos de atos são trocados, transmitidos, difundidos a outros atores e absorvidos e sintetizados em novos atos. As redes eletrônicas e telemáticas e sua convergência progressiva são adições consideráveis nas possibilidades de integração de sistemas sociais – como atalhos na extensão do espaço concreto. Elas deslocam o espaço urbano de seu papel histórico como único meio físico de integração – um deslocamento cuja importância dificilmente pode ser superestimada.

Quando há uma multiplicação de meios materiais de integração, o papel privilegiado do espaço urbano na prática se reduz. Tais redes são, entretanto, dependentes de subsistemas de energia e de extenso *hardware*. Essa dependência confere a essas redes um status de relativa fragilidade material. A essa dependência, podemos adicionar as condições infraestruturais e comunicativas – tipicamente urbanas – para a produção da informação. Um sistema de pontos e conexões a partir do qual o sistema altamente fluído do ciberespaço com seus *hubs* são

criados. Esses são os locais a partir do qual cada computador pessoal entra na Rede. Assim, a materialidade fugidia desses fluxos segue dependente da presença constante de condições espaciais, inclusive para sua produção.

Considerando a condição ontológica do ciberespaço, faz-se necessário um contraponto a suas extraordinárias propriedades: um contraponto capaz de (1) complementar e compensar a presença pervasiva mas largamente invisível de suas tecnologias dependentes de sistemas de suporte; (2) um recurso material e significativo na gerência da complexidade crescente do social; (3) um meio para trazer tanto a aleatoriedade na geração de relações sociais quanto a possibilidade da recursividade do encontro, que permitirá a estabilidade da interação e do agir. Assim, as espacialidades urbanas mantêm sua centralidade, como *locus* dos sujeitos, da comunicação mediada pelo corpo, da produção presencial de significados e informação, como caldeirão de interações – um modo de dar suporte à prática em tempos de crescente complexidade social.

Em suma, temos um deslocamento do papel do espaço urbanizado como sistema material central em seu papel de integração do sistema social para o de um entre outros meios – contudo, com a incorporação de um novo papel ontológico: o de contraponto fundamental à elusividade e parcialidade das redes de comunicação transespaciais. As redes digitais certamente irão se estender e adentrar mais e mais no concreto, com a multiplicação dos tipos de redes, tecnologias e mídias cada vez mais baseadas na materialidade da onda – mas parece que o farão em constante diálogo com o espaço urbano, em seu lugar único na estrutura ontológica da nossa realidade.³⁸



Essa reflexão procurou explorar formas de experiência social distintas, que são a dos espaços concretos do urbano e das materialidades das redes digitais e telemáticas de informação e comunicação, bem como seus entrelaces. Sua relação não é a de substituição ou perda, como em um jogo com resultado “zero”, mas o de estímulos e efeitos mútuos, multiplicadores. Esses entrelaces na verdade reforçam a importância da própria

experiência urbana e da comunicação generalizada, produzida na cidade, como força motriz da reprodução social.

Exploreemos mais a “experiência urbana” como modo particular da experiência do mundo, e as condições da cidade para a comunicação generalizada, livre e irrestrita entre atores. Veremos no próximo capítulo que esses dois aspectos fazem parte da natureza mais profunda do urbano. Eles serão centrais para a “urbanidade”.

Notas

1 “La lejanía es una forma de lo alcanzable” (Borges, 1956).

2 *Brave New World*, na versão original de Aldous Huxley (1932), ficção sobre um futuro distópico.

3 Virilio (1991); Castells (1996); Cairncross (2001).

4 Gibson (1991, p. 51); Boyer (1996, p. 14); Castells (1996); Soja (2000); Townsend (2003); Lemos (2010); Mitchell (1995, p. 8).

5 Mitchell (1995, p. 94); O’Brien (1992); Cairncross (2001).

6 Crang e Thrift (2000, p. 17). Traduções do autor.

7 Questões como essas motivaram o texto do capítulo “A sociedade sob o prisma do espaço”.

8 Refiro-me ao fato de que a urbanização da população global segue se intensificando. Dados recentes a esse respeito podem ser vistos no *State of the World’s Cities 2010/2011*, UN Habitat (<http://www.unhabitat.org/documents/SOWC10/R7.pdf>).

9 Lembro-me da expressão usada por André Lemos no evento “Lugares da Sociabilidade” (UFBA, em 2010).

10 Retirada a extensão das infraestruturas das redes de informação e comunicação que a suportam, a topologia dos lugares e fluxos do ciberespaço se assemelha tremendamente à da cidade (em discussão com Lilian Laranja).

11 Há dificuldade em imaginar como atos de produção do espaço gerariam espacialidades capazes de evadir qualquer estrutura. Entretanto, devemos distinguir “estrutura” de “ordem” e incorporar “contingência” e “jogo” no conceito de estrutura – veja Derrida, 2001).

12 Esse argumento é facilmente usado por aqueles que reificam o espaço digital das comunicações como razão para a obsolescência dos espaços urbanos – esquecendo que foi exatamente a densidade de processos comunicativos presenciais no urbano o vetor do desenvolvimento tecnológico que nos deu as tecnologias da comunicação a distância.

13 Veja o capítulo anterior, “Comunicação e espaço”.

14 A ideia de significado como efeito da prática é derivada de Wittgenstein (2001).

15 Veja debates recentes na geografia humana, abordagens performativas e teoria ator-rede, como em Thrift (2008).

16 Como exemplos da visão do espaço como informação, veja Haken e Portugali (2003), Portugali e Casakin (2003), Faria e Krafta (2003) e Netto (2005).

17 Derivo a ideia das voláteis estruturas sociais como efeitos comunicativos de Luhmann (1995).

18 Veja a crítica incisiva de Name (2012) ao termo “espaço digital” e suas imprecisões. Veja ainda a noção de topologia em Mitchell (1995).

19 Expressão de Schütz e Luckmann (1973).

20 Derrida (2001); veja Bauman (1992).

21 Lipovetsky (2004); cf. Giddens (1990) e Bauman (2001).

22 Em discussão com Frederico de Holanda. A posição expressada é a do autor. Sobre reflexividade, veja Beck (1992); sobre uma sociologia da mobilidade, veja trabalhos de John Urry e colegas: Urry (2006; 2007); Elliot e Urry (2010).

23 A localização dos centros de *hardware* que suportam os lugares eletrônicos dos sites vem se tornando cada vez menos relevante, quando a informação é progressivamente mantida e armazenada em circulação constante.

24 Veja Lemos (2010); cf. Name (2012).

25 *A presença do ciberespaço*: no final de 2010, 2 bilhões de pessoas tinham acesso à internet, dos quais 1,6 bilhão se conectaram de suas casas – equivalente a 30% dos habitantes do mundo; 71% da população nos países desenvolvidos, 9,6% na África (fonte: União Internacional de Telecomunicações, UIT/ONU, <http://bit.ly/cAqMbS>). Fontes digitais estão tomando o lugar da TV, rádio e jornais como principal fonte de informação para 61% da população *on-line* em países pesquisados (fonte: BBC Brasil, <http://bbc.in/co2hFM>); 350 milhões de pessoas enviam mensagens todos os dias pelo Facebook (fonte: TechCrunch, <http://tcn.ch/c2FHS3>); 82% das crianças em dez países ocidentais pesquisados têm pegada digital antes dos dois anos de idade (fonte: AVG Internet, <http://bit.ly/bihFYw>). *A presença da comunicação móvel*: há 5,3 bilhões de assinaturas de telefones celulares no mundo, estimados no final de 2010. Quase 200 mil mensagens de celular eram enviadas a cada segundo. O acesso às redes de celular está disponível para nove em cada dez habitantes, e para oito em cada dez moradores das zonas rurais (fonte: UIT/ONU, <http://bit.ly/cAqMbS>). No Brasil, em 2009, havia 173,9 milhões de acessos ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) (fonte: Anatel, <http://bit.ly/fOk5fW>). Dados acessados em Novembro/2010.

26 Veja Lemos (2010), Silva (2006) e Santaella (2010), respectivamente. Outro aspecto potencialmente poderoso da convergência de tecnologias e de espaços em uma hibridização efetiva em termos de percepção é a introdução de tecnologias de *realidade aumentada*. Dispositivos adicionam “*layers* virtuais” ao percebido (com o uso de dispositivos como lentes, ainda experimentais). Durante o uso, criam-se camadas com informações distintas, tensionando a realidade percebida em comum.

27 Veja Bergson (2006, p. 65).

28 Expressão de Harvey (1992a).

29 Castells (1996); Luhmann (1995).

30 Pesquisas recentes têm enfatizado o contato e a difusão de informação face a face entre produtores e consumidores. Veja Florida et al. (2010).

31 Nesta seção, exploro a particular relação entre informação, complexidade, seleção e estruturação social de Niklas Luhmann (1995) como forma de explorar o lugar do espaço urbano em processos de reprodução social em face do desafio da *seleção*, entre crescentes possibilidades de ação e comunicação, durante a realização da própria ação, e em face da mobilidade de pessoas, informação e objetos (Urry, 2000; 2007).

32 Veja <http://brooksreview.net/2010/11/gibson-qotd/>

33 O Facebook certamente não é como a rua, dado que as redes sociais se formam ou por contatos recursivos fora do espaço eletrônico ou por afinidades e interesses bastante dirigidos, compartilhados. Já o fascinante Twitter é certamente mais aberto, e tem outro papel que não o da rede social: é uma rede de troca de informação entre pares. Ainda assim, as relações de troca de mensagens se dão por afinidades, possivelmente com menos condição de reconhecer identidades.

34 Tecnologias da comunicação móvel e interfaces com sistemas de posicionamento GPS permitem a marcação de posição geográfica transmitida em tempo real a servidores da

rede, e listagem de participantes próximos potencializam pontos de encontro e socialização. Ações grupais são assim alimentadas pela conexão móvel (Santaella, 2010).

35 Santaella (2010a; 2010b); cf. Haraway (1991). A continuidade entre o digital e o concreto é proposta por Santaella como via percepção e propriocepção; entretanto, essa explicação, como qualquer outra derivada da tradição fenomenológica, evidencia apenas a continuidade do campo de experiência do sujeito. Nosso desafio é entender como as relações entre sujeitos atuantes é construída nas bifurcações dessas redes distintas – entre atuantes, fora de suas mentes.

36 Lemos (2010, p. 160).

37 Cf. Sassen (2001).

38 Este texto foi motivado pelos debates durante minha participação no evento “Lugares da Sociabilidade”, organizado por André Lemos (Grupo de Pesquisa em Cibercidades – GPC) e José Carlos Ribeiro (Grupo de Pesquisa Interações, Tecnologias Digitais e Sociedade – GITS) na Universidade Federal da Bahia (2010). Agradeço a ambos pelo convite e pelas trocas. Agradeço ainda a Frederico de Holanda e Romulo Krafta – argumentos que desenvolvi em nossas discussões terminaram por contribuir com este texto –, a Júlio Vargas, por sua crítica, e a Lilian Laranja, por sugestões sobre sua organização.

Urbanidade e a condição do Outro

Para Alejandro Jelvez

O espaço e o tempo são a estrutura na qual toda a realidade está contida. [...] Descrever e analisar o caráter específico que o espaço e o tempo assumem na experiência humana é uma das tarefas mais atraentes e importantes de uma filosofia antropológica.¹

Ernst Cassirer, *Ensaio sobre o Homem*

Há muitos que resistem a certo tipo de filosofia. Eles a acham difícil de apreciar – abstrata, e aparentemente sem grande valor prático. Ela lhes parece um vago e obscuro nonsense. Sempre houve, nas várias épocas da história humana, pessoas que assim pensassem – assim como sempre houve aqueles que percebessem as revelações do pensamento especulativo como sendo da maior importância.²

John M. Anderson, *Introdução a Discourse on Thinking*,
de Martin Heidegger

Início: *philo* | *polis* | *sophia*



Figura 1 – Em busca de uma definição múltipla de urbanidade.

Poucos conceitos em estudos urbanos aspiram tocar a condição urbana como o de “urbanidade”. Talvez não por acaso, poucos outros encontram definições tão difusas ou pouco sistemáticas. Conceitos conhecidos variam da visão de senso comum da urbanidade como “civilidade do convívio” ao foco nas relações objetivas entre configurações do espaço urbano e o uso do espaço público, e às condições espaciais de uma aparente “vitalidade urbana”. Tal observação sugere uma série de perguntas: seria possível capturar a condição urbana? O que diferencia a experiência urbana da experiência de outras espacialidades ou ambientes não urbanos? Mais amplamente, como as cidades medeiam nossa experiência do mundo ao nosso redor e do outro? O presente texto se afastará de definições usuais de urbanidade para propor um entendimento a partir de uma área capaz de oferecer subsídios para capturar a experiência particular da urbanidade; uma área tradicional que, apesar de considerar o problema do espaço, ainda é distante ao tema urbano: a filosofia.

Na verdade, o evocar do urbano como aspecto da experiência humana – isto é, do que é vivido, da vida com o outro – já inicia essa aproximação. Tanto do ponto de vista da filosofia quanto dos estudos urbanos, esse propósito significa a entrada em territórios potencialmente estranhos, talvez novos, e a possibilidade de tocar aspectos que seriam vistos com grande dificuldade em cada uma dessas áreas separadamente. Este texto é também um convite para caminhar dentro e entre áreas ainda um tanto estranhas entre si. Entretanto, uma incursão assim requer preparação prévia, pelo menos quanto a dois aspectos.

Primeiro, é necessário esclarecer o que o pensamento filosófico pode oferecer à abordagem urbanística e vice-versa. Segundo, é neces-

sário abordarmos essas diferentes áreas com cuidado se pretendemos explorar o tema da urbanidade por meio de uma aproximação teórica entre elas. Essa aproximação não pode ser feita *de fora* de cada uma dessas áreas, como que por um estrangeiro, numa construção em que ideias oriundas de cada território sejam meramente justapostas de modo *ad hoc*. Atentos a essas condições, vejamos o que o pensamento filosófico pode oferecer ao entendimento da urbanidade, e o que a investigação do urbano pode revelar sobre nossa forma de vida e experiência, temas da filosofia.

Considerando a filosofia, notemos que nossa cultura a fixa e a joga em uma espécie de “outro plano”, como se seus temas pouco tivessem de contato com nossas vidas cotidianas. Na verdade, a filosofia lida com coisas tão reais quanto a forma de uma cidade. Ela fala de coisas constantes do modo como vivemos. Usualmente atentamos aos fatos como eles se apresentam. O que a filosofia faz é tocar nas condições dos fatos: o que há por trás deles, a natureza de sua aparição, seus sentidos e efeitos sobre nossa experiência. Ela não é abstrata em seus temas, mas precisa da abstração para alcançar e descrever o cerne dos fatos e da nossa experiência dos fatos.

Considerando a reflexão sobre a cidade, observemos que nossa *experiência do mundo e do Outro é profundamente mediada pela cidade* – como uma estrutura do sensorial, como emaranhados da ação e interação ancorados sob a forma de lugares e espacialidades. Observemos também que a filosofia, ainda que tenha se ocupado imensamente do problema do tempo e das condições temporais da experiência e da ação (como em Henri Bergson ou Martin Heidegger), também dispõe de conceitos de espaço (como o espaço como categoria da experiência em Kant, o mundo humano do espaço e tempo de Cassirer ou o *habitat* do próprio Heidegger, entre outros). Entretanto, o conceito de espaço na filosofia tende a ser visto como um pano de fundo menos ou mais homogêneo, abstraído da forma que o espaço toma nas estruturas que chamamos cidades e do efeito das suas complexidades no experienciar e no agir. Filósofos não parecem dispor de conceitos do meio urbano analíticos o bastante, ricos o bastante para tocar a estruturação espaço-temporal da experiência e da vida coletiva que toma a forma das cidades. Há uma especificidade, um detalhamento no desdobramento do espaço na forma urbana, uma riqueza material que parece canalizar e amparar o tempo

todo o fluxo da prática e do vivido. Em ambiente urbano, somos sempre mediados em nossos atos pela espacialidade particular das cidades.

Essa estruturação da experiência do mundo e do outro que toma a forma de cidade é, na verdade, um primeiro esboço da definição de “urbanidade”. Antecipo que construirei aqui camadas, *conceitos* de urbanidade, perseguindo sua trama fio por fio. A exploração do tema nesses termos vai nos levar a diferentes instâncias da realidade social e material e, por consequência, a diferentes ideias e autores como guias – o que pode resultar em um caminho bastante heterogêneo em termos teóricos. Dada a dificuldade dessa descrição, um texto com esse objetivo só poderia procurar esboços e proceder por aproximações: uma busca por *traços da urbanidade* capturados de modo inevitavelmente parcial pelo discurso; traços construídos como conexões entre conceitos filosóficos e urbanos:

1. Experienciar urbanidade significa experienciar o mundo em condições diferentes de outros arranjos espaciais da vida coletiva – um modo particular entre tantas experiências possíveis, atrelado à estrutura da própria cidade, caleidoscópio de nós e canais da ação. Por extensão, diferenças entre e dentro de cidades, assim como diferenças na condição urbana dos próprios atores também implicam em possibilidades distintas de experienciar o mundo. Essas diferenças terão repercussões sobre o agir e o fazer, e no que podemos chamar “experiência do Outro”: o contato e o reconhecimento entre os diferentes. A primeira seção busca reconhecer *a urbanidade como experiência particular do mundo e do outro, bem como os diferentes modos de experiência urbana* através de Bergson, Ricoeur e Lim.
2. A experiência da urbanidade é, sobretudo, uma experiência do mundo social: representa nossa imersão em suas condições de continuidade e integração, e seu oposto – as tendências de distanciação social. A experiência da urbanidade é dependente dessas condições. A segunda seção argumentará que conhecer o lugar da cidade na experiência do mundo social implica *reconhecer as forças de diferenciação* que iniciam na própria diferenciação das identidades e na formação de grupos e campos sociais. Veremos como essas forças afetam

a própria reprodução do mundo social e põem em risco a urbanidade como experiência da diversidade e da complexidade social. Para tanto, explorarei conceitos de Heidegger e Weigert, Bourdieu e Freeman.

3. A terceira seção explora a urbanidade, experiência das diferentes identidades na cidade, como um modo de compensação das tensões de diferenciação do mundo social. Proporei a *urbanidade como uma experiência de transcendência momentânea das diferenças sociais* no encontro e na participação em uma mesma situação urbana. Argumentarei que a experiência particular da urbanidade envolve três planos de transcendência parcial das diferenças: uma *dimensão fenomenológica* da urbanidade pulsando para o sujeito, no momento do reconhecimento do Outro a partir da sua presença em seu campo de percepção, usando ideias de Schütz e Heidegger; uma *dimensão comunicativa* da urbanidade, ou a cidade e seus espaços como *loci* e meio da comunicação, através de Habermas; e uma *dimensão ontológica* da urbanidade, produzida na relação entre as práticas dos atores socialmente diferentes e a espacialidade da cidade como dado estruturante da realidade.
4. A proposição da urbanidade como forma de compensação das tendências de diferenciação e distanciamento sociais, ainda que momentânea, e a proposição de um papel potencialmente integrador da urbe demanda o esclarecimento dos seus atributos e efeitos sobre o mundo social: demanda saber quais seriam as propriedades da cidade que lhe assegurariam tais papéis. A quarta seção discute *a urbanidade como efeito de espacialidades e da convergência* de atos, atores e lugares no presente da cidade.
5. Contudo, características espaciais não são homogêneas nem se repetem de cidade para cidade, cultura para cultura. Argumentarei que, se há diferentes condições materiais e sociais para a urbanidade, haveria conseqüentemente *diferentes urbanidades*. Entender tais diferenças passa a ser um problema central no entendimento das “urbanidades” (decididamente no plural e decididamente abertas às idiossincrasias do particular, do universo de universos possíveis).

6. O reconhecimento de diferentes urbanidades nos levaria à inclusão de toda e qualquer urbanidade, incluindo socialidades hostis e espaços de repressão, violência e degradação do humano. Entretanto, uma definição nessas linhas se chocaria com a definição comum da urbanidade como “civilidade do convívio”, assim como com o potencial emancipatório do conceito. Esse choque deve ser evitado, se quisermos manter essas qualidades da urbanidade como experiência pública. Fazendo uso de ideias de Derrida e Habermas, Bergson e Deleuze, proporei um modo de evitar a equivalência entre qualquer experiência urbana e “urbanidade” através de um critério, um princípio ético – um ethos da urbanidade como coexistência e bem-vir das alteridades, e como um desejo de futuro: o *dever do urbano numa urbanidade plena e aberta*.

Esse caminho heterogêneo deve introduzir uma interpretação híbrida, entre a puramente urbana e a puramente filosófica: uma *terceira* abordagem. Vejamos essa construção em detalhe.

A urbanidade como experiência do mundo e do Outro



Figura 2 – Cenas da cidade: urbanidade como encontro de condições sociais e materiais.

Busco uma conceituação capaz de mostrar a experiência humana como constituída de um tecido aderente, colado ao ato, impregnando-o; uma visão da vida urbana como atravessada de espaço e tempo. Abordarei as

temporalidades do urbano pelas filosofias de Paul Ricoeur e principalmente de Henri Bergson e sua utilização na abordagem pós-colonial de Bliss Cua Lim. Criticarei a tendência à visão de um espaço homogêneo na filosofia apontando as heterogeneidades e permanências do “espaço da experiência” como presença ativa em nossas atuações. Meu primeiro objetivo é descrever o modo de vida urbano como experiência.

Gostaria de fazer três proposições iniciais: (i) a cidade como um modo de estruturar a experiência de cada um, tanto temporalmente quanto espacialmente – um *framing* compartilhado da nossa experiência do mundo; (ii) uma estrutura que converge práticas de temporalidades distintas; um caleidoscópio que projeta atos passados ao presente: em canais de movimento e lugares de atividade e memórias que conectam atos na atualidade do agora; (iii) a cidade como coexistência de diferentes “modos temporais e espaciais de ser” e como possibilidade de encontro e reconhecimento do outro, um *framing* da experiência da alteridade. Em outras palavras, a vida urbana envolve uma dualidade fundamental: ela ampara diferentes experiências individuais e as relaciona em modos de experiência em comum, sob forma da vida urbana.

A cidade como estrutura espacial e temporal da experiência

Vejam como a cidade poderia ter um papel estruturante em nossa experiência das coisas e do mundo. Primeiramente, atentemos à corporeidade de nossos atos e gestos, e como ela se manifesta. Espacialmente, nossas posições e movimentos não são inteiramente livres, irrestritos, mas modelados por uma estrutura material que nos antecede e nos cerca. Nossa experiência é construída por sentidos que capturam informação sensorial do ambiente³, um ambiente largamente moldado sob forma de cidades. Cidades passam a ser formas de mediação da nossa experiência física, material do mundo. Sua estrutura particular de edificações de suporte à atividade humana, agregadas em quarteirões de formas variadas e definindo os espaços livres das ruas, implica em uma “canalização espaço-temporal” inevitável da nossa experiência. Nossa experiência do mundo se descerra a partir das tramas de canais e os *topoi* da cidade (posições ou lugares no espaço urbano, em relação entre si).

O problema do *tempo* atravessa igualmente o da urbanidade: nossa experiência da cidade é intimamente associada a ritmos das nossas ações, ritmos que impregnam a vida urbana. Uma impressão comum, por exemplo, é a do “*tempo acelerado das grandes cidades*”, a impressão de que, quanto maior a cidade, mais rápido o tempo parece passar, no suceder de ação após ação; nos tempos consumidos em deslocamentos ao lugar de trabalho, na passagem por paradas e estações e lugares; na sequência de tarefas que se apresentam mesmo fora do trabalho. Algumas cidades nos parecem especialmente vorazes nesse engolir dos nossos tempos individuais.

A impressão do acelerar do tempo, contudo, não é nova: ela aparece com força nas descrições da metrópole que emerge no final do Século XIX, na impregnação da modernidade no que o filósofo Edmund Husserl chama *Lebenswelt*, o *mundo da vida*. Descrições da compressão temporal da experiência tornaram conhecidos seus intrigados autores, como o sociólogo Georg Simmel e o jornalista Sigfried Kracauer.⁴ O tempo da experiência urbana parece alterado pela crescente sucessão das trocas, em número e variedade, de modo que não só nossa ação seja acelerada ao dar lugar a outra e outra ação, mas que assistamos ao fluxo aparentemente imparável das ações de nossos contemporâneos atuando nesses espaços. Frequentemente presentes nessas descrições há uma *impressão de vertigem: um vertiginoso tempo urbano*.

Temos uma condição temporal para nossos atos relacionada a uma condição urbana: diferentes *temporalidades* da nossa experiência mediadas pela urbe. Veremos adiante que essa pluralidade de ritmos da ação e temporalidades da experiência será ainda dependente da diversidade social e humana, das diferentes identidades e condições da prática que diferentes grupos e atores dispõem – em suma, dos “diferentes modos de ser”. Nessa pluralidade de experiências e leituras pessoais do tempo, o fato de que conseguimos produzir ações conjuntas parece quase improvável. Essas coordenações parciais, momentâneas, só são possíveis pelo agenciamento dos lugares e arquiteturas como os *topoi* de convergência dos múltiplos ritmos que viabilizam o urbano como “heterotemporalidade”.⁵ O espaço não pode ser visto meramente como extensão, mas heterogeneidade produzida por atos e pelo esforço do atuar coletivo.

Assim, se desejamos usar o conceito de urbanidade para entender o modo de experiência de um mundo que se apresenta imediata-

mente urbano, devemos entender o cruzamento entre a espacialidade particular das cidades – como estruturas e projeções de ações conjuntas, como meio da ação coletiva – e a temporalidade singular da experiência urbana, em encontros e interações de outro modo impossíveis de serem produzidos. A espacialidade urbana tem relação intrínseca aos ritmos variados da prática – uma forma de presença na produção das temporalidades diversas das ações das pessoas e suas experiências do tempo. Conjuntamente, elas constituem a experiência da urbanidade.

O caleidoscópio urbano: canais e *topoi* de atividade e memória, conexão entre passado e presente

O espaço urbano tem uma condição material particular: é durável, mutável apenas lentamente. Seu presente é resultado de ações passadas, frequentemente acumuladas por longo tempo.⁶ Podemos dizer que os traços de práticas anteriores projetam-se em cada presente urbano. De fato, a ideia do tempo impresso na cidade é encontrada na teoria urbana. Aldo Rossi, entre outros, nos fala da “permanência dos fatos urbanos”.⁷

A questão, contudo, é entender a permanência de fatos urbanos como uma projeção de urbanidades passadas – ou, como pergunta o filósofo Paul Ricoeur, “como o agora reproduzido chega a representar um passado?”⁸ Essa representação é um mistério, porque implica a passagem entre atos produzidos na cidade e sua espacialidade. Implica identificar como atos são produzidos coletivamente, quais as condições espaciais para atos sociais virem à tona a cada presente e tornarem-se impressos no espaço da cidade e acumulados através do tempo como condição de convívio e coexistência. Urbanidades – formas de encontro e vida coletiva – parecem guardadas como forma arquitetônica e urbana durável, e assim se projetam no tempo: espacialidades menos ou mais densas, intensas, afeitas ao encontro, aproximando a vida privada e a pública, ou suas diferentes gradações, impressas como códigos informando urbanidades futuras.⁹

A relação entre tempo e espaço como mutuamente determinantes da experiência urbana está longe de mera coincidência: há uma possibilidade da temporalidade complexa da experiência urbana estar latente na própria espacialidade dos lugares, arquiteturas e ruas – da

espacialidade que ampara socialidades no presente (o impulso da ação e a necessidade de ações conjuntas) e as projeta adiante. Analogamente, os ritmos, temporalidades e formas de vida nos quais somos imersos não são invenções de nossas atuações: fomos levados até eles por construções sociais e espaciais passadas. Um passado urbano informa cada experiência e ação no agora.

A memória projetada no espaço urbano temporaliza nossas percepções por completar nossa experiência presente a cada momento, enriquecendo-a com experiências já adquiridas. Percepções são conectadas por memórias impressas no espaço, nas configurações arquitetônico-urbanas nas quais vivemos em nossas cidades, materializadas na narrativa das fachadas e arranjos de edifícios que amparam práticas e formas de vida. Atividades desaparecerão, edificações serão substituídas, mas as estruturações urbanas de que fazem parte tenderão a ficar. A forma lentamente mutável dessas estruturas nos fala de urbanidades anteriores, projetadas na durabilidade do espaço.

A cidade representa o que Bergson chama “a sobrevivência do passado”, a coexistência do passado e presente em um “ser-memória”¹⁰ que impregna mesmo a matéria – mesmo a materialidade da cidade. *O espaço urbano é uma “memória ontológica” de socialidades, temporalidades de ações e visões de mundo passadas.*

Vimos a cidade como estrutura espaço-temporal da experiência humana, um caleidoscópio de movimentos e atos em convergências e sincronias parciais de encontros nos canais e lugares de atividades – lugares de memórias que projetam atos passados ao presente e conectam atos presentes entre si, na atualidade do agora. No entanto, há diferentes estruturas da experiência, relacionadas ao que podemos chamar de “diferentes modos de habitar o mundo”.¹¹

A urbanidade como copresença dos diferentes modos de ser

Gostaria de evocar a bela expressão de Chakrabarty em sua crítica pós-colonial, “a copresença dos diferentes modos de ser”, e trazê-la ao contexto urbano. A despeito da regularidade do tempo homogêneo da modernidade, em Bergson, a filosofia e os estudos culturais têm pro-

gressivamente reconhecido que pessoas têm temporalidades distintas em suas ações e entendimentos do mundo. Uma das forças de diferenciação é evidentemente social. As temporalidades do que Bergson chama “duração” podem ser estendidas aos tempos inerentes às experiências de atores socialmente diferentes, e podem destacar tais diferenças:

- (i) Temos as *temporalidades programadas das ações cotidianas*, sobretudo na esfera do trabalho. Temos, nesse sentido, uma temporalidade em geral mais linear e rígida dos atores envolvidos em certos nichos de atividade, como aquelas de natureza manual.
- (ii) Temos ainda as *temporalidades diferenciadas no enfrentamento das distâncias intraurbanas, como experiência da extensão e estrutura do espaço*. Essa consideração sugere a possibilidade de tempos mais arrastados das ações notadamente para grupos sociais de menor renda, por força de fricção espacial provocada pelas distâncias e configurações da cidade, pela menor mobilidade e pela limitação de recursos para sustentar ações diversas. A mobilidade é um fator fundamental na nossa maneira de lidar com o mundo, de nos situarmos frente a ele, e de realizarmos gestos concretos, urbanos. É uma condição ontológica da atuação e uma expressão fundamental do ser, como enfatiza o geógrafo Torsten Hägerstrand.¹² Uma menor mobilidade pode induzir o sujeito a um habitar a cidade permanentemente em um *tempo anterior*¹³ em relação às possibilidades de ações de outros grupos.

O reconhecimento dessas diferenças abre a possibilidade de desvelar as temporalidades sutis da prática, assim como as temporalidades psíquicas inerentes a diferentes formas de vida. Essas formas de vida são associadas a capacidades de atuação em seus ambientes urbanos, alimentadas por – e alimentando – compreensões do mundo.

Divergências nessas temporalidades podem ainda estar ativas na redução das possibilidades de convívio, e na própria geração da urbanidade. Assim, vejamos essa questão mais de perto. A urbanidade como experiência do Outro depende da temporalidade e espacialidade do encontro. Naturalmente, diferenças nessas dimensões da prática

podem colocar esse Outro distante de nós. Tempos dessincronizados da ação são vetores da *disjunção do encontro*, as síncofes ou descompassos que nos afastam, a dissipação de possibilidades de interações futuras – em ausências, distâncias, estranhamentos.¹⁴ A disjunção do encontro pode induzir a uma desconexão de ações futuras – uma rarefação do encontro com o Outro em “gestos de exclusão temporal”.¹⁵ O “tempo anterior” no qual grupos sociais de menor mobilidade parecem habitar implica um *ruído no potencial de urbanidade como encontro entre diferentes*, como intensidade de contatos entre mundos sociais dentro do caleidoscópio urbano.

Uma noção de urbanidade começou a se desenhar, relacionada a uma estruturação temporal e espacial compartilhada da nossa experiência do mundo e mediada pela cidade, e as especificidades de temporalidade e espacialidade na experiência de atores socialmente diferentes. Como esse afastamento adentra o mundo social? Quais são as origens dessas diferenças, e quais são suas consequências? Teria a cidade qualquer papel nessas diferenças e no modo como elas conquistam o “mundo da vida”?

As tensões no cerne do social: as forças de diferenciação na formação das identidades

Proponho utilizarmos uma noção da filosofia capaz de trazer à tona o papel das diferenças entre atores sociais e localizar a origem dessas diferenças no próprio processo de formação de suas identidades: o conhecido conceito hegeliano de “Outro”, ou de alteridade. O conceito, explorado sobretudo na filosofia pós-moderna, representa um movimento para além do solipsismo da experiência subjetiva, e é um giro extraordinário em direção à atenção à coexistência de múltiplas identidades. Gostaria de relacionar as condições de coexistência contidas na noção de senso comum da urbanidade como “civilidade do convívio” ao problema das *tensões da diferenciação social que emanam do processo de formação das identidades e definem grupos sociais distintos e distantes, ainda que atuando simultaneamente na cidade*.

A primeira dessas tensões de diferenciação tem origem na questão das classes sociais, mas vai além dela. Em um sistema socioeconômi-

co modernizado, classes são relacionadas funcionalmente, na forma de estruturas da prática do trabalho. A estrutura social associada a relações de trabalho não se traduz em comunicação efetiva entre membros de classes distintas, mas tem estabelecido formas eficientes de reprodução material. Dito de outro modo, relações funcionais não se traduzem em interações efetivas – mas são poderosas em sua ramificação no mundo da vida. Exatamente nessa eficiência está o risco para formas mais amplas de reprodução social, em que a cooperação pode envolver mais abertamente o reconhecimento entre sujeitos. Em uma forma de vida coletiva pautada e estruturada por contatos apenas funcionais, formas mais amplas da cooperação não se evidenciam como necessárias. Essas formas passam a requerer esforços de uma “imaginação sociológica” para virem à tona, como o da própria atenção à alteridade.¹⁶

Contudo, ainda que as tensões de diferenciação social sejam certamente intensificadas ao estarem inseridas em contextos de desigualdade socioeconômica, os riscos da desintegração ocorrem sobretudo em outras esferas: aquelas relacionadas às interações de natureza não instrumental, fora da produção e trabalho, as quais consistem em parte substancial da vida coletiva e da reprodução simbólica de identidades e grupos. Fraturas nessas esferas não instrumentais da prática social, provocadas pela segregação espacial e, sobretudo, pela segregação sobre o corpo, na forma de redes sociais em divergência nos espaços da cidade, podem significar a instalação de um distanciamento entre grupos diretamente no centro do tecido do nosso cotidiano: a redução substancial da possibilidade de interação e reconhecimento. Entretanto, tais tensões são produzidas *endogenamente*. Elas parecem iniciar na relação entre ser e mundo social, na formação das identidades e seu duplo: os processos de associação.

A definição de nossas identidades envolve um movimento de reapropriação¹⁷: reconhecer a si através do reconhecimento das características e idiossincrasias que constituem o Outro como Outro, um movimento progressivo na busca de similaridades entre uns simultaneamente à diferenciação em relação a outros. O filósofo Andrew J. Weigert afirma que “[i]dentidades cobrem desde aquelas singularmente ligadas ao ator àquelas compartilhadas com outros nas mesmas categorias sociais [...]. A dinâmica sociocultural resulta em identidades continuamente em transformação, competindo, e entrando em conflitos”.¹⁸ Produzir e

projetar identidades implica em construir avaliações e categorias relativas a identidades atribuídas a outros: identificar a si e ao outro é defini-los como diferentes. Assim, fundamentalmente, *a identificação opera sob a forma da afirmação de diferenças*.

Ainda, há uma dinâmica social objetivamente associada ao processo invisível de formação das identidades – um segundo movimento, externo ao sujeito, ocorrendo nas dinâmicas da agregação social face às demandas internas da identificação. A identificação implica em aproximações e formação de grupos de atores mais similares entre si que diferentes.

O mundo social se forma incluindo tensões endógenas de diferenciação, como se também movido por um *impulso à diferenciação*. Agregações de atores relacionados ao que Bourdieu chama “campo social” terminam por implicar em aumento de interações internas (não entendamos tais campos como fechados, mas abertos e em constante formação) à custa de uma redução de interações externas. Uma dinâmica psicossocial injeta vetores de aproximação interna e distanciação externa sob forma de diferentes graus de interação de grupos (figura 3).

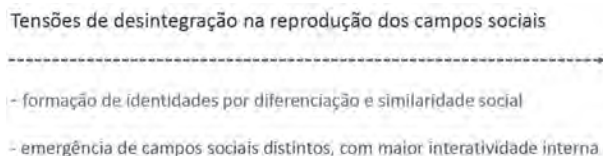


Figura 3 – Tensões de desagregação social: a urbanidade, convívio dos diferentes, como vetor de compensação das tensões da diferenciação.

A redução substancial da interação dos socialmente diferentes – sobretudo se não compensadas por dinâmicas de interação de campos sociais – pode implicar em *restrição de interações*. Ora, sabemos que a restrição de interações é a própria definição – a mais sofisticada e simples – de *segregação*.¹⁹ Sociedades enfrentam constantemente riscos para sua própria integração trazidos por tendências de diferenciação, em parte relacionadas a processos de formação de identidades socialmente reconhecidas e potencialmente exageradas em contextos de maior desigualdade. Sociedades podem “quebrar” em nichos de comunicação só relacionados funcionalmente e, em casos extremos, em lugares desconectados, impermeáveis, segregados.

Na verdade, vivemos em nossas cidades e sociedades essas duas condições. O controle das interações na formação mútua de identidades e grupos sociais termina produzindo suas próprias espacialidades em nossas cidades. Dado que a eliminação das diferenças de identidade tampouco é possível, essas tendências de restrição do encontro devem ser contrabalançadas e compensadas, de modo que sistemas sociais não se fragmentem em grupos e campos completamente desconectados ou conectados apenas funcionalmente.

A urbanidade como transcendência momentânea das diferenças: a cidade na integração do mundo social

Em face de tais tendências de desagregação disparadas no próprio processo de formação de identidades, o que mantém sistemas sociais integrados? A cidade poderia ter qualquer papel na possibilidade de superação dessas tensões da diferenciação e convergência dessas socialidades? No seu cerne, não seria a experiência da urbanidade exatamente o modo de experiência que nos permite superar, ao menos temporariamente, as diferenças entre atores – no momento do encontro entre os diferentes e do *reconhecimento do Outro em sua alteridade* – uma superação na forma da experiência realmente “em comum”, do outro e com o outro? Para tanto, a compensação das tendências de diferenciação da identidade que culminam na restrição do encontro requereria processos de interação capazes de sobrepujar sua aceleração na forma de segregação.

Entendemos que a cidade manifesta com exatidão as dinâmicas e formações do mundo social. A cidade, sozinha, não constituirá um universo à parte, ela não será uma ruptura independente nessas formações, uma solução *per se* para as tensões da diferença social. Mas a integração desse mundo social tensionado requer situações onde a existência das diferenças seja reconhecida e naturalizada, no sentido da redução do senso de estranhamento, rejeição e medo da alteridade. Quero argumentar que a experiência da urbanidade implica algo um tanto contraditório em si: ao mesmo tempo o *reconhecimento da existência das diferenças* entre si e o outro, e a *suspensão momentânea dessas diferenças* no momento da percepção do outro e do entendimento que esses sujeitos distintos coexistem. Entretanto, essa suspensão não ocorre dentro do

movimento da percepção. Ela demanda mais do sujeito: demanda um senso de atenção à diferença, o reconhecimento da alteridade em seu direito de ocupar aquele espaço, o mesmo espaço urbano da copresença. Veremos agora, e adiante, que ela demanda a passagem entre percepção e entendimento, presença e comunicação.

Organizemos então essas possibilidades de superação momentânea das diferenças. O papel integrador da urbe sob forma de “urbanidade” envolve ao menos três instâncias: (a) uma dimensão fenomenológica – a urbe como possibilidade de compartilhar a experiência, uma forma de integração social pulsando na esfera interior do sujeito; (b) uma dimensão comunicativa – a urbe como lugar e meio da interação e da comunicação livre de restrições; e (c) uma dimensão ontológica, envolvendo as relações entre práticas, significados e espaços da cidade como amarras da realidade social e material, como meios para a construção de outras formas de integração social.

***a. A dimensão fenomenológica da urbanidade:
a cidade na experiência em comum***

Meu objetivo neste momento é entender como a impressão da urbanidade como copresença dos diferentes modos do ser e como possibilidade de integração social se manifesta na esfera do sujeito. Fundamentalmente, trata-se da experiência do outro em nosso horizonte de percepções recíprocas. Quero identificar a possibilidade de sobreposição dos campos de percepção dos sujeitos atuando em seus entornos – uma sobreposição gerada pela cidade em sua moldagem dos encontros. A ideia é chegar à descrição da “experiência em comum” na percepção dos sujeitos. De fato, a possibilidade de termos experiências em comum parece um dos aspectos mais importantes da vida urbana. No universo do sujeito, a experiência compartilhada passa a ser um fator de integração social: ela pode levar à importante passagem da percepção da integração social a atos socialmente integradores. A análise fenomenológica, focada na relação imediata entre sujeito e mundo, parece particularmente útil para capturar como a urbanidade é percebida pelo sujeito.

Esse sinal da urbanidade pode ser localizado no papel e presença da urbe na relação entre a experiência *individual* do que os sociólogos Alfred Schütz e Thomas Luckmann chamam “mundo-a-minha-volta”

e o tipo de experiência do mundo que Heidegger vai chamar “relação entre mim e o outro”. Há muito de espacialidade e sociabilidade nessas relações, e o próprio Heidegger se encarregará de trazê-las à tona: “[O] mundo é sempre aquele que compartilho com outros. O mundo do ser-aí (*Dasein*) é um mundo-com. Ser-em é ser-com-outros”. Heidegger fala de uma “regionalização do ser”, um ser atrelado a seus espaços. Seu conhecido texto, “Construir, habitar, pensar”, entre outros, associa poeticamente “ser” e “habitar”, um ser que se determina a partir do lugar, que se descerra ao outro em um campo de compartilhamento, no círculo de sua manifestação no mundo material.²⁰ A experiência imediata do outro equivale, na terminologia heideggeriana, ao “descerramento do outro” em minha experiência, quando compartilhamos os espaços no mundo. O encontro imediato, iniciado com a atenção ao outro, esta presença em meu campo perceptivo, desdobra-se na minha “orientação ao outro”, uma atenção recíproca, uma passagem da percepção do outro para o *agir com o outro*.

As descrições de finalidade sociológica de Schütz e Luckmann oferecem mais detalhes quanto ao espaço do ser-com-o-outro. Elas trazem a ideia da “minha experiência do Outro no mundo que me envolve” relacionada a uma congruência interpessoal: o aprendizado de que o mundo que experienciamos é socializado. Esse aprendizado levaria os sujeitos a uma “reciprocidade das perspectivas”. Ele se relaciona à *descoberta da alteridade*, a existência de outros diversos de mim, vital no senso de pertencimento a um mundo social internamente diferenciado, complexo, em relação ao qual a própria identidade deve ser relativizada. Schütz e Luckmann chamam esse processo de o “espelhamento do eu na experiência do estranho”, fundamental no processo de socialização. Na situação do encontro, a possibilidade de interação de sujeitos e a intersubjetividade são confirmadas: não se trata do meu mundo privado ou do seu, mas o mundo da nossa experiência em comum. No encontro, as experiências não apenas se coordenam entre si, mas são reciprocamente determinadas.

É essa a experiência recíproca que permite a superação ou transcendência momentânea das tensões da diferença social. Vimos que ela demandará, entretanto, outro passo ainda na esfera interior do sujeito, um passo para além da sua percepção: *uma predisposição ancorada em ideias e uma leitura ética capazes de entender as diferenças e reconhecer o direito e a justiça da coexistência*.

Chegar a esse ethos demanda explorar outros aspectos da experiência da urbanidade, como a passagem entre o universo interior do sujeito e sua *ação* em relação ao outro e com o outro no espaço da cidade. Schütz reconhece, como vimos Bergson reconhecer, que a experiência envolve temporalidade e espacialidade. A sobreposição dos campos de percepção dos atores é estruturada na forma de possibilidades de encontro e interação. A análise da “experiência em comum” permite trazer à tona o papel do espaço na determinação de como “eu apreendo o Outro”. Schütz afirma que esse conhecimento definirá até mesmo a estrutura das relações e atos na situação social. Ele aspira descrever²¹ a passagem entre a estrutura da experiência para estruturação de complexos de ações, “as condições da comunicação no espaço e no tempo”.²² Schütz avança sua fenomenologia material em direção a noções como a de “estratificação” e “arranjo espacial do mundo da vida” em “regiões da experiência”. Mas o conceito de espaço de Schütz ainda é difuso. Mais gravemente, a leitura fenomenológica não consegue romper com a fixação no sujeito remanescente da filosofia da consciência – uma fixação que encontra eco na noção solipsista do sujeito que ainda impregna abordagens da percepção urbana

Meu uso de descrições baseadas na fenomenologia tem por fim objetivar *a experiência da urbanidade como aspecto da integração do mundo social – uma integração que inicia e culmina na esfera do sujeito*. Entretanto, se nosso objetivo é entender a urbanidade plenamente como imersão em alteridades, precisamos compreender a passagem da urbanidade como “experiência do Outro em coexistência” para a urbanidade como “experiência do Outro em comunicação”.

***b. A dimensão comunicativa da urbanidade:
a cidade como meio da interação dos diferentes***

Gostaria de explorar agora a ramificação da experiência em comum temporalmente e espacialmente estruturada no descerramento do outro na percepção individual em direção à atuação conjunta na urbe. Isso implica colocar a cidade como parte da interatividade da prática e como condição da sociabilidade. Interação e sociabilidade são processos essencialmente comunicativos.

A condição da intensificação da comunicação é historicamente associada à urbe. Seus espaços permitem nossa imersão em trocas linguísticas, e são suporte para uma densidade variada de comunicações. Essa imersão, fundamental na socialização, é o próprio espírito da urbe. Aqui podemos encontrar algo interessante sob o ponto de vista da aproximação entre cidade e sociedade, e entre os estudos urbanos e a teoria social: a convergência entre uma dimensão da urbanidade como forma de vida afeita à comunicação e a própria produção e reprodução do mundo social. Ambas dependem da passagem da copresença elementar para a prática comunicativa. A passagem entre copresença e interação, por sua vez, inicia pelo espaço.

Mas como o espaço pode fazer parte da passagem entre percepção e interação e sua trama potencialmente infinita? A resposta a essa pergunta demanda que investiguemos um dos modos de ligação mais profundos – talvez um dos poucos modos de ligação de fato – entre nossos atos e espaços: nossa ligação cognitiva, informacional com o espaço a partir de seus significados. Vimos que o espaço só poderia tomar parte na comunicação para além da condição de mero suporte físico se fosse capaz de conter, expressar ou ser associado a significados.²⁴ Vimos também que significados podem ser produzidos e entendidos no espaço, sobretudo porque nossos atos deixam traços evidentes na forma da apropriação e de artefatos posicionados no espaço da arquitetura e do lugar.

Essa semantização do espaço torna-o um “contexto” ativo capaz de amparar situações de comunicação e de ser uma “conexão” mesmo entre eventos distantes.²⁵ Assim, a cidade passa a constituir possibilidades de comunicação, um modo de associação e de compressão espaço-temporal das nossas interações.²⁶ Nessa visão, o espaço urbano é um tecido da conectividade dos nossos atos, um meio da estruturação da prática e, portanto, do próprio mundo social. Se a urbanidade é um fenômeno que envolve a sociabilidade e a interação, temos de reconhecê-la como um entrelace de atores, atos e lugares imersos em trocas semânticas e linguísticas.²⁷

Mas a urbanidade vai além disso: mais do que a copresença e o reconhecimento entre os diferentes, ela deve envolver a possibilidade de *comunicação entre os diferentes*. A cidade pode oferecer os espaços para tanto. Certos lugares tenderão a ser focos mais intensos de referências a práticas sociais – lugares que poderão ser compartilhados ou apro-

priados por diferentes grupos. Sobretudo os espaços públicos, livres ou construídos, oferecem esse potencial. Eles tornam-se referências ao serem facilmente acessíveis, como lugares de passagem e ocupação; ao compor as rotinas de um conjunto expressivo de atores; ou ao simbolizar atividades ou valores capazes de despertar interesses que atravessam campos sociais.

Agora temos condições de entender mais completamente a *urbanidade como imersão em alteridades e na diversidade comunicativa da cidade*. Esse papel ganha mais relevância se observarmos que as tensões de distanciamento entre pessoas e grupos tomam a forma de quebras nas possibilidades da comunicação, que passa assim a ocorrer mais intensamente dentro dos campos sociais. Essas quebras de comunicação demandam processos que os contraponham, sob o risco de cairmos em uma sociedade de “guetos” – o que soa bastante familiar no contexto brasileiro. Se a integração do mundo social é crivada de tensões ao ponto de Niklas Luhmann sugerir o risco de sua improbabilidade, a cidade de lugares capazes de referenciar as práticas e as imaginações de pessoas de diferentes campos sociais consiste em um contraponto para a restrição da interação e a dissociação dos diferentes – processos naturalizados em nossos cotidianos. A urbanidade é tanto um resultado quanto um meio da integração social.

***c. A dimensão ontológica da urbanidade:
a cidade na ligação entre o humano e o mundo***

Hanna Arendt nos diz que “[a] presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”.²⁸ Quando desdobramos nossas experiências na forma de vida com o outro, estamos produzindo um mundo: as relações, as definições e as amarras que criam um senso do próprio real e nosso sentido de lugar nessa realidade assim inteligível. Essas relações com o outro não emergem do nada ou em qualquer condição: elas são profundamente associadas à materialidade do mundo a nossa volta. A cidade corresponde à larga parte dessa materialidade. Examinemos rapidamente o lugar da espacialidade urbana na “trama do real” – um lugar que parece subestimado mesmo nas ontologias produzidas na filosofia e em outros campos.

Antes de tudo, esse lugar do espaço urbano pode ser, surpreendentemente, invisibilizado pela sua própria onipresença e pela atenção a aspectos mais autoevidentes, como aqueles que o sociólogo Talcott Parsons chamou de “meios de integração” de sistemas sociais: os subsistemas econômico, legal e político, e mecanismos como o dinheiro e a comunicação, entre outros.²⁹ Entretanto, há uma fragilidade inerente a alguns desses meios. Subsistemas como a troca linguística e a troca econômica evanescem no tempo e no espaço, e apresentam características de inconstância em sua ramificação no mundo social.

O mesmo não pode ser dito do espaço. A presença do espaço na prática e na associação da prática só pode ser desfeita se o próprio espaço for desfeito, ou se abandonarmos a corporeidade dos nossos atos; e essas são condições às quais nem o espaço urbano, em sua durabilidade, ou o corpo, em sua presença, se rende facilmente. Há, por extensão, uma dependência dos outros subsistemas ao espaço, para sua materialização: da troca econômica, na forma de lugares de produção e circulação e proximidade dos atores econômicos; da efetivação do poder e da lei, na forma do controle de espaços e territórios; da comunicação, na forma de lugares de encontro e interação fluída; e assim por diante. Há uma necessidade de mediação do espaço nesses subsistemas de integração social, e de ancoragem para suas propriedades elusivas; um meio material capaz de amparar as trocas via linguagem, economia, circulação dos artefatos e produção das tecnologias da comunicação a distância. Todos esses subsistemas dependem da referência fundamental entre atos e espaços na geração da ação social e da vida urbana conjunta. Essa relação inerente constitui as tramas da interação produzidas na forma de cidades.

Inteligível, a relação entre atos e os significados e heterogeneidades do espaço urbano produzem um senso de inteligibilidade e uma possibilidade de entendimento e penetração no mundo social e material. Oferece um sentido de estrutura e de possibilidades de ações e associações importantes para nossa atuação e para o senso de que podemos fazer. Ela parece constituir uma espécie de estrutura material do viver conjunto – as “cordas invisíveis” que mantêm a realidade social e material articulada em nossa experiência e convívio urbanos.³⁰

A mesma relação de inerência atravessa campos sociais: ela pode ser encontrada em lugares e espacialidades capazes de convergir os socialmente diferentes. Ela é mais profunda que as diferenças e a restrição

das interações, e é o que garante a possibilidade ontológica de situações de urbanidade e de processo de integração social efetiva.

Essas observações permitem afirmar *a materialidade do espaço e redes urbanas em sua centralidade, ainda não suficientemente reconhecida, como meio de integração da realidade social e material*. Podemos, por fim, afirmar que a própria centralidade do espaço urbano como sistema que relaciona e conecta outros sistemas de integração social pode ser considerada como uma das dimensões e repercussões da urbanidade.

A aproximação entre a urbanidade e o problema da integração social evoca a ideia de *urbanidade como condição, meio e resultado da integração social, simultaneamente; como sua construção, expressão e experiência*. Evoca o papel da urbe em estabelecer as condições de relação entre pessoas e entre campos sociais. Sem essa experiência, mesmo que transitória, o mundo social seguirá mais silencioso em suas fraturas; diferenças e distâncias sociais seguirão ignoradas; o Outro permanecerá um desconhecido. Sem a experiência do Outro na forma de urbanidade, não teremos a consciência das diferenças.

Essa experiência pode ocorrer mesmo nos trabalhos da reprodução material, na microeconomia e nas interações na esfera da produção, por exemplo. Mas terão como principal meio as situações cotidianas não instrumentais, envolvendo práticas de ordem simbólica. Serão sobretudo essas práticas do convívio que romperão com os processos de agregação social exclusiva, ao envolver contatos e reconhecimentos mútuos capazes de produzir permeabilidade entre campos sociais. Tal papel depende de situações sociais e espaços urbanos capazes de superar a restrição da interação, sobretudo considerando as diferenças da temporalidade das práticas espaciais dos diferentes, e a fragilidade ontológica do encontro em sua brevidade em circunstâncias espaço-temporais passageiras, produzidas em canais de movimento e lugares de atividade. A produção dessas situações de contato social tem sido um papel histórico da cidade.³¹

Por meio das três dimensões ou instâncias da urbanidade que vimos brevemente (figura 4), podemos finalmente chegar a uma visão de “urbanidade como efervescência do urbano” – uma experiência das amarras do mundo social, como atuação das ligações entre espaços e atos, como resistência às constantes forças de segregação e desintegração social.

	SOCIAL	ESPACIAL
Dimensão Fenomenológica	Copresença Encontro	A rua, espaços públicos Lugares do reconhecimento dos diferentes
Dimensão Comunicativa	Atores em interação	O lugar As nodalidades A arquitetura
Dimensão Ontológica	Cognição Conexões e referências ato-espaço-ato	A rede de espaços públicos, lugares e edificações

Figura 4 – Dimensões da urbanidade.

A urbanidade é uma experiência de modos de integração impregnada em nossa experiência do mundo e do outro. A atenção a esse papel não ignora a riqueza das diversidades que constituem as formas de vida urbana ou implica na busca de uma engenharia social ou utopias da coesão total, mas afirma o interesse em entender as condições da coexistência, bem como a importância das situações urbanas nas quais essas condições se materializam. Sua ausência levaria a uma “desurbanidade”.

Contudo, se a copresença, o reconhecimento mútuo e a interação dos diferentes são os meios de travessia entre campos sociais, *como o espaço urbano poderia efetivá-los?* E além disso, como esses meios constituem as experiências e as práticas da urbanidade? A materialidade da cidade é um meio inevitavelmente parcial, mas chave na integração do mundo social. Entretanto, tais processos não ocorrem em um espaço indiferenciado. A proposição de um papel integrador da urbe demanda o esclarecimento das características e aspectos que tornariam seus espaços capazes de ter *efeitos sobre o mundo social* e sua integração, e seu oposto: tornar seus espaços expressão de dissociação e distanciamento.

A condição material da urbanidade, ou a urbanidade como efeito do espaço

Um dos aspectos mais debatidos da urbanidade é sua condição espacial, a possibilidade da urbanidade ser um efeito de diferentes espaços e espacialidades.³² Naturalmente, a noção comum de urbanidade como

“civilidade do convívio” é em si desespacializada: ela não evoca uma condição de contexto material, mas um comportamento, um código compartilhado coletivamente. Entretanto, temos implícita nessa noção a ideia de um convívio que requer civilidade, um convívio entre *estranhos*, e de um lugar onde nos encontramos na situação de estranhos, como um espaço civil, público. Essa condição implícita do espaço só expressa a usual dificuldade de nossos discursos em evidenciar a centralidade do espaço em nossa experiência e em nossa prática.³³ Se urbanidade envolve o convívio, temos de imaginar que ela não ocorre em um éter ou em uma situação material qualquer. Se a urbanidade se refere ao encontro, à experiência e reconhecimento do Outro em sua alteridade e à efervescência da comunicação livre de restrição, esses fatores devem incluir espaços que expressem e amparem esses acontecimentos.

Que espaços seriam esses? Que forma teriam? Talvez se invertermos a pergunta, possamos vislumbrar um caminho mais simples de resposta. Haveria espaços que impediriam o contato, o reconhecimento e a possibilidade da comunicação livre de restrição? Certamente. Espaços operam em duas direções. Temos aqueles que restringem o contato deliberadamente, via estruturas espaciais como a segregação espacial, baixa acessibilidade, separações e barreiras, ainda associados a dispositivos de vigilância.³⁴ E temos aqueles espaços que podem tornar rarefeito o contato como efeito de sua própria estrutura – digamos, certas áreas podem ter o efeito de diluir as oportunidades do encontro em geral. O espaço é, em princípio, capaz de ter um papel ativo como meio de geração do contato, reconhecimento e comunicação como situações espaço-temporais da integração social, algo que depende fundamentalmente da copresença, como nos lembra Giddens.³⁵

Em outras palavras, não podemos desespacializar o conceito de urbanidade. Cidades são fenômenos excepcionalmente variados internamente. São sistemas de diferenças morfológicas, práticas, cognitivas e semânticas que naturalmente produzem em si intensidades distintas de contato e comunicação, ou de sua restrição. Mas quais seriam exatamente as características desses espaços?

Por definição, os espaços que permitem a fluidez da prática e do encontro, atravessando diferentes campos sociais, são os espaços da urbanidade. Examinemos mais de perto como esses espaços são apropriados e quais suas características. Primeiramente, o contato e copresença

dependem do acesso e da mobilidade. Sabemos que os espaços de nossa atuação envolvem lugares tanto de ocupação quanto de movimento. Atividades e suas localizações envolvem e atraem participantes. Esse tecido espacial de lugares e canais de acesso tensiona o corpo em movimento.³⁶ Os espaços construídos da arquitetura são atrelados a essa espacialidade aberta dos canais das ruas, que permitirão a conexão dos atos de cada um a complexos da prática social ali atuados, frequentemente vinculados com atos ocorrendo, simultaneamente ou sequencialmente, em outros lugares. A conexão dos atos sociais depende das atividades sediadas nessas edificações, assim como em lugares abertos capazes de sediar a ocupação.

Sobretudo a presença do espaço construído, sob forma de lugares de atividade e edifícios e sua relação com o espaço público, não pode ser rarefeita ao ponto de tornar a cidade um meio limitado de conexões e encontros. Espaços que não propiciam essas ancoragens para a socialização e a associação da prática oferecerão dificuldades à emergência da urbanidade. Tendemos a não encontrar urbanidade em espacialidades rarefeitas, quase urbanas, *antiurbanas* ou em espaços labirínticos – espaços que nos impõem desorientação ou dificuldade de acesso e interatividade. Como aspectos da urbanidade, o reconhecimento do Outro e a comunicação livre de restrição tendem a não emergir com intensidade em espaços dispersos ou intrincados; tendem a se diluir em espaços diluídos, a se quebrar em espaços fragmentados, a evadir espaços vigiados.

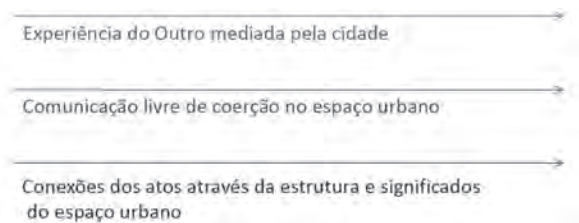


Figura 5 – Elementos da geração da urbanidade.

O cerne de meu argumento é que, assim como a urbanidade não poderia ser induzida pelo espaço apenas, ela não emergiria em qualquer condição espacial. Aqui, a questão é menos de intensidade *per se* (como do número de pessoas nas ruas) que de sobreposição de diferentes so-

cialidades: a intensidade da convergência dos atores socialmente diferentes é o fator de intensidade da urbanidade.

Mas a riqueza da urbanidade não para aí. Há outros fatores além das intensidades. Vejamos brevemente dois casos arquetípicos. Copacabana, bairro icônico no Rio de Janeiro, é um lugar de intensidade de copresença e de convivência entre pessoas de classes, etnias e campos sociais distintos – características que apontam para uma área de alta urbanidade. Mas é sujeita à violência, incluindo a violência por diferenciação social (digamos, a intolerância contra prostitutas e travestis nas suas ruas), o que dilui a intensidade da urbanidade, de outro modo extraordinária, de Copacabana. Assentamentos precários na mesma cidade, por sua vez, possuem os atributos da intensidade da copresença e da sociabilidade, mas com menor copresença dos diferentes e frequentemente sujeitos a coerções cotidianas engendradas por grupos em situação de poder e controle territorial. Esses fatores certamente reduzem sua urbanidade, de outro modo intensa.

Essas observações, entre outras³⁷, sugerem que a urbanidade é uma propriedade que varia não apenas em intensidade, mas também na sua forma ou manifestação. Essas variações parecem se relacionar a diferenças nos espaços urbanos e a diferenças naquilo que Wittgenstein chamou “forma de vida”.³⁸ Somos levados, assim, a identificar uma *condição contextual da urbanidade: diferenças de socialidade e de espacialidade produzem diferenças de urbanidade*. Devemos, portanto, nos perguntar o que as variações e alterações em pelo menos uma dessas tramas constitutivas – a trama das práticas ou a trama de espaços – implicam na urbanidade.

Diferentes urbanidades

Vimos que o espaço parece importar na urbanidade, e que a inclusão explícita do espaço como meio do encontro e da comunicação, formas de integração social, é um modo de evidenciar seu papel. Mas vimos também que espaços não operam independentemente: eles estão associados a formas de vida. Espacialidades, mesmo que apresentem alguma característica semelhante (digamos, a alta densidade encontrada em um assentamento precário, em um bairro como Copacabana ou de Berlim³⁹

ou uma *casbah* árabe), podem amparar formas de vida distintas – e, portanto, urbanidades distintas. Naturalmente, a relação entre forma de vida e espacialidade vai muito além da forma visível: ela inclui o espaço em toda sua complexidade e implicação sobre a vida social: do corpo em movimento aos espaços e lugares da referência e conectividade da prática.

Vimos ainda que as diferenças de urbanidade não se limitam ao aspecto da intensidade ou grau. A urbanidade, como imersão no reconhecimento, na comunicabilidade e em referências urbanas capazes de relacionar atores diferentes, varia conforme as formas de sociabilidade e as espacialidades que amparam e expressam essas formas de coexistência e associação. A urbanidade emerge de diferenças sobretudo nos modos como produzimos as condições da vida coletiva. Mas como chegar às urbanidades *inerentes* a cidades e áreas urbanas? Teria a urbanidade algo a ver com a identidade das cidades e de suas áreas e bairros?

Quando entendemos que a relação entre forma de vida social e espacialidade vai além da copresença e da forma visível do espaço, de modo a incluir a comunicação e uma relação com o espaço mediada por informação social complexa, capaz de ser associada a atividades e referenciar a prática, as diferenças *qualitativas* latentes em diferentes espaços e formas de vida sobressaem como tão ou mais relevantes que as diferenças de intensidade.

Diferenças qualitativas, entretanto, não podem ser conhecidas “por fora”, na mera observação da forma externa dos fenômenos. Como Habermas nos mostra⁴⁰, é preciso reconhecer diferenças adentrando seus conteúdos, significados e sentidos por meio da interpretação hermenêutica. Os diferentes papéis do espaço na geração da urbanidade só podem ser conhecidos se reconhecermos do que consistem as formas do agir e interagir na cidade. Diferenças de urbanidade só podem ser captadas se forem adentrados interpretativamente as formas da prática e os conteúdos comunicados dos gestos e falas na interação, os hábitos e afetos relacionados ao espaço, mediados ainda por tradições e códigos culturais. Só assim reconheceremos a mediação mais profunda dos espaços urbanos, carregados dos conteúdos que constituem os nós das tramas de atos e espaços.

A urbanidade não pode ser conhecida em toda sua riqueza apenas pela sua intensidade; ela não pode ser capturada quantitativamente.

É necessário conhecer as diferentes *semânticas e formas de vida* nela investidas. Mesmo tipificações e tipologias são empobrecedoras.

Assim, cada cidade e cada bairro podem ter sua urbanidade. E sua urbanidade ainda pode mudar no tempo, o tempo todo. Chegamos, finalmente, a uma visão de diferentes urbanidades decorrentes das idiossincrasias que diferenciam e definem a identidade de cada cidade como projeção de formas de vida e sua comunicabilidade.

Esse conceito de urbanidade parece, à primeira vista, satisfatório. Entretanto, ele inclui *qualquer forma de vida urbana*, mesmo aquelas com potencial desintegrador, como as formas de intolerância e rejeição de alteridades sob forma de segregação, sujeição e agressão ao Outro. Tudo o que acontece na urbe seria “urbanidade”. Uma conceituação assim encerrada terminaria por igualar “urbanidade” e “reprodução do urbano”. E uma definição de urbanidade que incluía socialidades hostis e espaços de segregação e violência se chocaria com a definição comum de urbanidade como “civilidade do convívio”, assim como com o potencial emancipatório do conceito. É necessário evitar a perda do senso ético contido na definição original, e descerrar uma última condição para sua emergência.

Final: para além da mera reprodução do urbano:

polis | ethos | devir

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política.⁴¹

Aristóteles

É uma questão do futuro [...] a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade com o amanhã.⁴²

Jacques Derrida

A urbanidade se refere a possibilidades do convívio. Mas o que garante o convívio? Alguns diriam que ele é assegurado por convenções naturais de socialização – instâncias de autorregulação das relações no cotidiano emanando dos códigos de comportamento dos próprios sujeitos em interação. Outros diriam que é assegurado por regras firmadas historicamente e garantidas por aparatos de gerenciamento do social: um sistema jurídico de conduta, tecnologias de vigilância e, no extremo, meios policiais de controle. Quero sugerir agora que sistemas normativos e repressivos não precisam ser acionados quando temos modos de produzir o convívio entre os diferentes – e que cidades são fundamentais nesse sentido.

Ao nos expor constantemente a diversidade social, cidades têm o potencial de *naturalizar as diferenças*. Quando cidades ou áreas na cidade falham nesse papel de exposição mútua, temos a diluição da presença dos socialmente diferentes em nossos campos de percepção, um afastamento que os invisibiliza e que pode constituir um progressivo *alheamento* entre sujeitos – um alheamento que os definem como “outros”, estranhos, distantes, irreconciliáveis. Quando diferenças se acirram em desigualdades⁴³, temos uma coexistência não mais pautada pelo convívio, mas relações restritas entre atores que se parecem estranhos; relações que passam facilmente a ser interpretadas como potencialmente hostis e a demandar mecanismos de atenção e controle: os sistemas e aparatos de vigia em exercícios fortemente assimétricos de poder.

Assim, há necessidade de estabelecermos uma relação entre a diversidade das urbanidades possíveis e o reconhecimento dos modos de civilidade – modos que serão pautados cognitivamente e eticamente por códigos da cultura produzidos unicamente na vida coletiva, como maneira de viabilizar a própria vida coletiva: valores de uma vida social eticamente responsáveis, com a finalidade da viabilidade do convívio.

Essa ideia certamente evoca a cidade, ou um horizonte da cidade, como a expressão e a convergência de diferentes formas de vida: a passagem da visão da urbanidade como mera *reprodução* de formas distintas de vida urbana, latente implicitamente em visões correntes da urbanidade, a um entendimento da urbanidade como forma de vida assentada em um espírito de coletividade – não só idealmente, mas como um requerimento prático: uma urbanidade como *ethos* do convívio. Cidades têm o potencial de aprofundar um senso de ética, *uma ética da coexistência*.

Evidentemente, essa última passagem exige discussão e esclarecimento. Para tanto, proponho o uso de cinco conceitos da filosofia.

(i) Primeiramente, a noção de “ethos” reúne qualidades de comportamentos coletivos que caracterizam um grupo, comunidade ou população. Gostaria de associar esse sistema de disposições coletivas baseadas no senso de *responsabilidade como orientação ao Outro* (que vimos a partir de Heidegger) à ideia de comunicação livre de restrição, assim como a sua projeção política, a *comunicação livre de coerção* (em Habermas).⁴⁴ A comunicação livre de restrição depende de contatos livres do controle e da repressão. Esses contatos e diálogos presenciais dependem de espaços sem regramentos sobre papéis sociais rígidos e sem o controle do corpo e da copresença.⁴⁵ Interações limitadas, coercitivas ou eticamente degradantes comprometem a urbanidade – ofuscam seu real significado. Uma forma de conceituação nesses termos tem um claro objetivo emancipatório: evocar o espaço urbano como meio da comunicação irrestrita.

(ii) Essa visão de urbanidade implica ainda uma ideia de cidades como largamente constituídas de espaços que representam, em princípio, o oposto do controle social: cidades estruturadas em torno do espaço público e da presença coletiva. Essa ideia encontra eco em outro conceito-chave explorado por Habermas – o de “esfera pública” – e na ideia de uma política do espaço urbano como sua materialização.⁴⁶

(iii) Um terceiro conceito torna mais explícita a dimensão de responsabilidade e “orientação ao Outro”, proposta por Heidegger, no espaço coletivo urbano. Encontramos em Jacques Derrida uma expansão dessa ética em direção ao “bem-vir às diferenças” mais que “tolerar as diferenças”. Essa noção sugere a importância da naturalização da coexistência, da orientação mútua e da interação das alteridades.⁴⁷

(iv) A noção de bem-vir das alteridades pode ser relacionada a outro conceito explorado por Derrida, agora de natureza temporal: *l’avenir*, a chegada do Outro cuja vinda e presença não posso prever – esse outro cuja identidade é impossível de ser sabida antecipadamente. Quero argumentar que o encontro na cidade como lugar de alteridades apresenta exatamente essa característica. Em uma cidade que expressa a diversidade de identidades sociais e a complexidade caleidoscópica das trajetórias da ação e da interação, não podemos saber *a priori* como e quais atores tomarão parte de nossos próximos encontros. Sabemos

apenas que uma vida coletiva pautada na urbanidade evoca *a priori* uma civilidade desses encontros; envolve uma postura aberta ou um “ethos do bem-vir” como expressão de uma “orientação ao outro”, um valor encontrado em socialidades altamente atentas ao aspecto coletivo da ação e à cooperação, centrais na vida em sociedade.⁴⁸

A propriedade de abertura temporal total à diferença das identidades tem, portanto, uma condição espacial: ela requer lugares e espaços urbanos abertos à possibilidade do encontro e reconhecimento, convívio e comunicação com esse outro desconhecido. Uma definição de urbanidade nesses termos passa a incluir as qualidades éticas esperadas na vida urbana: o potencial pleno de relação social e sua pulsação como bem-vir e comunicação; como emancipação das realidades da intolerância e da coerção.

Infelizmente, nossas socialidades são fortemente constituídas por diferentes formas de violência – das formas naturalizadas do preconceito, desigualdade e descaso ao outro em sua condição à pura agressão corporal. Essa situação atravessa nossas cidades e sociedades ao ponto de nos perguntarmos se é possível encontrar em algum lugar uma urbanidade plena. Se essa possibilidade inexistente, a impregnância dessa urbanidade plena se apresenta *para além de nosso presente*. Apresenta-se como um futuro desejável, um horizonte às nossas práticas urbanas. Uma vez que, em qualquer presente histórico, os ruídos de comunicação gerados pelas tensões da diferenciação social não podem ser completamente apagados, temos de atentar para sua intensificação na forma dessas violências que diluem a urbanidade. Uma sociedade que busca sua própria emancipação deve envolver projetos – inevitavelmente parciais, por expressar coletividades plurais e distintas: a plena urbanidade entre eles.

(v) Esse é o próprio conceito de “dever” em filosofia – outra noção hegeliana chave para um entendimento mais amplo da urbanidade. Podemos explorar essa noção, sobretudo vendo o modo como ela tem sido usada depois de Hegel. Henri Bergson, filósofo do tempo, nos dirá que *o dever deve ser livre de uma teleologia*: deve ser completamente aberto, impossível de antecipar ou prever.⁴⁹ Do mesmo modo, o dever do urbano em uma urbanidade plena não se apresenta como futuro certo, um futuro determinado, um dever estruturado por um tempo homogêneo, mas como um dever aberto de coexistência, reconhecimento, bem-vir.

Entretanto, mesmo considerando a possibilidade de um futuro de urbanidade para a cidade além do presente, temos de contemplar a possibilidade de o urbano seguir fissurado em alteridades que não se reconhecem, em situações de violência e degradação; do social seguir tensionado por forças de distanciação e segregação.

Uma possibilidade de futuro assim não implica o abandono da noção de urbanidade em seu potencial ético e político. O devir do urbano em uma urbanidade plena segue – iniciando como um desejo, uma intenção ética, uma aspiração por uma cidade aberta, uma forma de vida social onde as *disjunções do encontro por força das diferenças sociais* seriam convertidas, quem sabe, em uma convergência das alteridades na cidade, matriz de interações imprevisíveis. Um tempo urbano eticamente pautado, onde, amalgamada na materialidade concreta do espaço urbano⁵⁰, estará também a possibilidade de encontro com aquele socialmente diferente de mim.

Entretanto, essa expectativa não produz uma utopia. O devir não se limita a um desejo de futuro – mesmo que produzido por um senso ético, uma ética da coexistência como horizonte do social. Porque tampouco é um horizonte que nos é estranho. É antes “um ponto de início para uma imaginação temporal ética” (Lim). Esse devir apresenta-se já no presente da cidade, no agora; ele é uma “virtualidade”, um estado cercado o “atual” (Deleuze) do urbano; ele é um potencial (Luhmann): uma latência em atos na cidade, aguardando realização. Traços dessa urbanidade plena nos cercam, bem como os ruídos das dissociações e das degradações do humano. *Atos de urbanidade* são amalgamados, impressos no espaço. São projeções materiais de urbanidades passadas.⁵¹

Esses traços históricos de urbanidade são materializados tanto na diversidade de espaços urbanos quanto em um *impulso à associação e à comunicação* que nos caracteriza como sociedade e tem garantido historicamente nossa continuidade, a despeito de toda tensão de diferenciação. Tais configurações da cidade seguem “pulsando urbanidade”; espacialidades do passado seguem oferecendo condições materiais para as interações das quais consiste a urbanidade.

Finalmente, a urbanidade, como acúmulo de urbanidades passadas, significa que *o presente da cidade projeta urbanidades ao futuro* – da experiência espacialmente estruturada do Outro à possibilidade da comunicação irrestrita e um senso de integração do mundo social.

Essa observação reforça a necessidade da dimensão ética do conceito de urbanidade. A projeção de socialidades ao futuro, assegurada pela cidade, implica em *responsabilidade pelos atos de urbanização* no presente. Significa que o futuro urbano é um projeto de cada presente (figura 6). O urbano oferece as condições empíricas da realização de processos da vida e da experiência coletiva.



Figura 6 – Urbanidades passadas, presentes, e a responsabilidade com o futuro urbano.

Ao expor uma visão de urbanidade a partir de ideias que em princípio não se referiam à cidade, vindas de um continente ainda estranho ao urbano, que é a filosofia, espero ter evidenciado conexões possíveis entre um entendimento urbano da experiência e um entendimento filosófico da cidade como condição material e humana da experiência. Como sugeri, um efeito dessa aproximação é localizar traços materiais da experiência e da vida social e aspectos da urbanidade não reconhecidos separadamente; uma aproximação sob forma de passagens entre territórios que deveriam estar, há muito, muito mais próximos do que estão. Interpretar o urbano ontologicamente significa descerrar seu papel na condição da própria experiência humana e na produção de mundos sociais. Em direção à filosofia, ficamos mais próximos de uma compreensão ampla da urbanidade.

Tal aproximação sugere ainda *a ontologia como um horizonte da teoria urbana* – e sinaliza a riqueza das materialidades do urbano na estruturação da experiência do mundo e do Outro. Uma ontologia nesses contornos poderia mostrar a cidade como uma forma particular de aces-

sar e produzir o mundo. Nela, materialidades distintas seriam vistas ora encontrando-se, ora colidindo; socialidades sendo criadas, convergindo ou separando-se com ruído e perda; a experiência, desvelada em sua moldagem material. Este texto foi uma breve incursão no mundo da nossa experiência e em nossa experiência do mundo pelo prisma do urbano. Ou uma incursão no urbano como meio da experiência e de seus devires.



O tema da urbanidade envolve as condições do encontro e do reconhecimento do Outro. Mas como a coexistência ou a “convergência de alteridades” se materializa na forma de vivência do espaço público? Quais os efeitos e implicações do encontro urbano enquanto potencial de comunicação, da comunicação enquanto forma de vida coletiva, e da vida coletiva enquanto situação política? O próximo capítulo trará o tema da urbanidade como efervescência das interações na esfera pública e convergência das alteridades a sua dimensão política.

Notas

1 Cassirer (2012, p. 73).

2 “There are many who resist a certain kind of philosophy. They find it hard to enjoy, abstract, and apparently of no great practical value. It seems to them vague and obscure nonsense. There have always been such people in the various epochs of human history, just as there have always been those who find the revelations of speculative thinking to be of utmost importance” (Heidegger, 1966). Tradução do autor.

3 Veja Gibson (1979); cf. Merleau-Ponty (1994).

4 Veja Husserl (1976), Simmel (1950) e Kracauer (1990).

5 Faça uso de termos de Bergson (2006) e Chakrabarty (in Lim, 2009), respectivamente e em outro contexto.

6 Lembro-me de Krafta (2012) e sua ideia de urbanidades passadas amalgamadas no próprio espaço da cidade.

7 Carlos Bahima lembrava esse conceito de Aldo Rossi (1995), em conversa pessoal.

8 Ricoeur (2010, p. 60).

9 Temos aqui ecos do conceito de “apreensão de descrições” e informação social, ou *description retrieval*, de Hillier e Hanson (1984), também explorado em Hillier (1996) e Hillier e Netto (2002). Veja o capítulo “A sociedade sobre o prisma do espaço”.

10 Uso a expressão “ser-memória” de Lim (2009, p. 15) em outro contexto – aqui, em referência à cidade.

11 Essa expressão associa uma inspiração na ideia de “habitar” em Heidegger (1966) a uma sensibilidade já pós-moderna da atenção às diferenças, como em Jacques Derrida.

12 Veja Hägerstrand (1983; 1985).

- 13 Derivo a noção de “tempo anterior” de Chakrabarty em Lim (2009).
- 14 Veja as explorações da temporalidade da ação de atores socialmente diferentes e a teoria da disjunção do encontro nos capítulos da primeira parte deste livro, sobretudo “Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência”.
- 15 Expressão de Chakrabarty em Lim (2009, p. 15).
- 16 Uso o termo de Mills em Giddens (1984), significando, no presente caso, o exercício de elaborar cenários sociais possíveis.
- 17 Faço uso da expressão de Derrida (1995b) em outro contexto.
- 18 Weigert (2010, p. 250); cf. Heidegger em *Identity and Difference* (2002).
- 19 Definição de Freeman (1978) – veja os textos na primeira parte deste livro.
- 20 Veja a noção de *Dasein* em Heidegger (1962, p. 159); a regionalização do ser em Heidegger (1966) e o campo de compartilhamento do ser em Heidegger (2009, p. 142); cf. Schütz e Luckmann (1973, p. 60-67); cf. Norberg-Schulz (1980).
- 21 Para tanto, Schütz parte de uma interpretação fenomenológica da teoria da ação de Max Weber.
- 22 Schütz e Luckmann (1973, p. 307).
- 23 Habermas (1984a).
- 24 Veja o capítulo “Comunicação e espaço”.
- 25 Temos uma série de estudos em áreas distintas que nos dão condição de esclarecer exatamente como esse seria o caso. Abordagens nas teorias social e cognitiva afirmam a comunicação como fenômeno informacional mediado por significados (como em Luhmann), e a importância dos contextos na comunicação: o significado de uma expressão precisa ser completado por um conhecimento implícito de fundo, compartilhado pelos participantes (Searle). O uso da linguagem é dependente do contexto como “amarra interpretativa”: o contexto determina as interpretações dos atores. Hoje entendemos que significados não podem ser pensados de modo independente do contexto (Habermas). Significados tampouco podem ser meramente atribuídos a fenômenos independentes. Eles são uma construção da prática (Wittgenstein). Essas noções podem ser relacionadas de modo bastante interessante ao espaço. Algumas abordagens na teoria social e na geografia humana afirmam o papel do espaço como contexto da prática (como em Giddens e Simonsen), ao passo que abordagens na geografia cognitiva (Haken e Portugali) e nos estudos configuracionais (Hillier e Krafta) afirmam a capacidade do espaço em carregar informação social – uma capacidade grande o bastante para o espaço se tornar até mesmo um “vetor normativo” capaz de prescrever ou proscriver gestos (Lefebvre) e sugerir mudanças de comportamento, imediatamente, ao transpormos a borda reconhecível de lugares e edificações.
- 26 Se as teorias da comunicação como transmissão de significados, da importância do contexto para a definição de significados na comunicação, e do espaço como contexto, capaz ainda de significar e conter informação social, fazem sentido individualmente, a implicação entre seus temas é uma extensão inevitável: espaços tem um lugar potencial na própria comunicação, ao amparar os significados trocados na fala. Sobre a comunicação como fenômeno mediado por significados, veja Habermas (1984a) e Luhmann (1995); o papel do contexto na comunicação, veja Searle (1969) e Habermas (1984a; 1987); sobre significado como construção da prática, veja Wittgenstein (2001); sobre o espaço como contexto da prática, veja Giddens (1984), Simonsen (1991), Thrift (1996) e Netto (2005; 2007); sobre o espaço como força normativa sobre padrões da ação, veja Eyles e Cosgrove (1989) e Lefebvre (1991). Sobre o espaço como informação, veja Haken e Portugali (2003), Portugali e Casakin (2003); veja a teoria da apreensão de restrições ou *description retrieval* em Hillier e Hanson (1984) e Hillier (1996), e o espaço urbano como sistema hierárquico de informação em Faria e Krafta (2003) e Faria (2010).

27 Uma forma capaz de sintetizar essas leituras e de reconhecer o espaço da cidade como meio na trama da comunicação pode ser construída via um conceito renovado de significado, a partir de Husserl e Luhmann: o significado como referência. A construção do significado em práticas, artefatos e espaços só ganha sentido ao evocar tramas de referências a significados em outras práticas, artefatos e espaços. Só entendemos o significado de algo ao relacioná-lo a tantas outras coisas. Essa propriedade do significado como referência garante a conexão entre ato significativo (como nossos gestos e a fala), e a dependência entre ato e seu contexto, entre ato e espaço. Ato de fala ganha sentido ao ter seus significados encontrados nos seus próprios espaços. Essa relação inicia no espaço da arquitetura, e ganha complexidade na cidade. Tal propriedade nos ampara em nossas interações nos lugares; ampara nossa busca de lugares, ao reconhecermos seus papéis em nossas práticas a partir do reconhecimento de seus significados. Nesse momento, o espaço é uma fonte de informação sobre atividades em andamento em uma cidade; uma forma de conhecimento do tecido social e das possibilidades de atuação. Essas referências ainda estabelecem a continuidade – cognitiva, prática, mesmo funcional – entre os atos feitos em um lugar e aqueles feitos ou a serem feitos em outros lugares.

28 Arendt (1987, p. 62).

29 Parsons (1956; 1972); compare com os conceitos de integração social e integração de sistemas de Giddens (1984), abertamente espaciais e bastante inovadores. Sobre a comunicação como meio de integração social, veja Habermas (1984a) e Luhmann (1995; 2002). As redes de artefatos técnicos podem ser vistas como sistemas de integração, nesse ponto de vista; veja as discussões de Santos (1996) e Latour (1999; 2004) sobre tais redes e sua relação com a prática. Latour, a partir de Serret, é autor da ideia de relações inerentes entre “humanos” e “não humanos”, mencionada por Santos (1996, p. 24).

30 Para conhecer em detalhe a proposição desse papel ontológico do espaço, veja Netto (2007; 2008a); para uma introdução a esse tema, veja os capítulos anteriores “Comunicação e espaço” (seção “A ligação entre ato e espaço: o significado como conexão”), e “Entre espaços urbanos e digitais”, neste livro.

31 Essa ideia encontra ecos em Jacobs (2001) e Hillier (“a cidade aproxima aquilo que a sociedade separa” – em comunicação pessoal). Veja ainda as discussões de Bauman (2001) e Scocuglia (2012) sobre a vida pública na urbe.

32 Holanda (2002); veja ainda os trabalhos de Holanda, Aguiar, Krafta e outros autores, incluindo um debate sobre urbanidade, em Aguiar e Netto (2012).

33 Sobre a dificuldade em objetivar o papel do espaço na prática humana, veja Harvey (1973) e Hillier e Hanson (1984).

34 Sobre o uso urbano de dispositivos de vigilância, veja Bruno et al. (2010), Firmino et al. (2010) e Firmino (2011).

35 Veja a reformulação dos conceitos de “integração social” e “integração de sistemas”, originalmente de Talcott Parsons, por Anthony Giddens (1984). O papel ativo do espaço na geração de padrões de encontro foi estabelecido em Hillier e Hanson (1984) e Hillier et al. (1993).

36 Hillier e Hanson (1984); Tschumi (1996); Aguiar (2010); para elementos de uma teoria da tensão entre espaço e corpo, veja o capítulo “Os efeitos sociais da arquitetura”.

37 A intensidade de copresença é um atributo de urbanidade para Holanda (2002; 2012); sobre experiências distintas da urbanidade em áreas e culturas distintas, veja Andrade (2012); veja ainda outros trabalhos em Aguiar e Netto (2012).

38 Wittgenstein (2001).

39 Remeto novamente ao estudo de Luciana Andrade (2012) sobre Berlim e a Rocinha, no Rio de Janeiro; sobre como o tecido da urbanidade de Copacabana se formou historicamente, veja Santos, Vogel e Mello (1985).

40 Weber (1978) estabeleceu a ação social como definida a partir de seus significados e repercussões sobre outros atores. Essa afirmação evidencia o caráter interpretativo inerente à ação social, e sua diferença ao mero comportamento ou ao gesto, como o movimento corporal (Habermas, 1984a). Habermas, entretanto, critica a classificação da ação social em tipos ideais de Weber, nos quais se enquadrariam as ações por semelhança aos tipos sem interpretar seus sentidos, desviando-se da metodologia interpretativa (*Verstehen*) que o próprio Weber introduziu, baseada no descerramento dos conteúdos sociais a partir de seu *Sinn e Bedeutung* (sentido e significado). Habermas identifica uma contradição metodológica extraordinária em Weber – uma lição para a qual devemos atentar. Habermas (1984a) argumenta sobre a necessidade de o cientista social penetrar interpretativamente um universo pré-constituído pelas interpretações dos próprios atores. Giddens (1987) define essa relação como “dupla hermenêutica”: a condição peculiar das ciências sociais quanto a seus achados penetrarem seu universo de estudo.

41 Aristóteles (edição de *Política*, de 1998).

42 Derrida (1995a).

43 Lembro-me da frase de Chauí, em apresentação na Faculdade de Ciências Sociais da USP em 28 de Agosto de 2012; apresentação disponível em www.viomundo.com.br/politica/ | <http://bit.ly/PBoU0u>.

44 Habermas (1984a; 1984b; 1997).

45 Desenvolvo esse ponto particular lembrando as interfaces entre atores (mais especificamente, entre estranhos e habitantes) em Hillier e Hanson (1984), ainda que esses autores ignorem a dimensão da comunicação e do diálogo como constitutivo de sociedades.

46 Habermas (1984b). A noção de cidade como cenário da vida pública é encontrada já na noção de *synoikismos*, em Aristóteles (1998); veja o capítulo seguinte, “A (re)conquista da cidade: polis e esfera pública”, onde exploro implicações da cidade enquanto lugar da manifestação e expressão política.

47 Derrida (2005).

48 Lembro aqui a ênfase de Richard Sennett (2012) em uma sociologia da cooperação, e de Niklas Luhmann (1995) em condições não problemáticas da reprodução social.

49 Essa visão de Bergson (2006) parece ter exercido influência sobre a leitura de Jacques Derrida (1995a).

50 Derivo a noção de urbanidades amalgamadas no espaço histórico urbano de Krafta (2012).

51 Lim (2009); Deleuze (1991); Luhmann (1995); Krafta (2012). Para uma discussão sobre o “virtual”, o “latente” e o “potencial”, veja Netto (2008a).

A (re)conquista da cidade: *polis* e esfera pública

Ainda que se mostre impossível entender a relação entre a fisicalidade do espaço público urbano e a política da esfera pública com precisão, existem, assim creio, alguns fortes pontos de ligação entre eles. [...] Há um conjunto intrigante de percepções e expectativas sociogeográficas e condições materiais em jogo, as quais devem ser descerradas, se a intenção é pensar de modo mais convincente sobre como o desenho urbano em geral, e a moldagem do espaço público urbano em particular, podem influenciar a política na esfera pública.

David Harvey, *The political economy of public space*.¹

Muitos comentadores observavam que parecíamos viver em tempos de um “esquecimento da política”, uma impressão compartilhada por muitos a respeito de uma diluição da esfera pública, o campo onde se exprimem opiniões distintas sobre a vida econômica, social, cultural e política; um esvaziamento do convívio social, dificultando a ação política, que parece culminar em uma banalização da ética e um enfraquecimento do próprio senso de público, manifestos, de algum modo, na forma de uma ausência: a ausência da política na experiência do cotidiano e em sua instância por excelência: a cidade.²

Por outro lado, temos visto no Brasil e no mundo movimentos de reapropriação do espaço urbano como local para a expressão política e pressão sobre estruturas institucionais – notavelmente, as manifestações contra aumentos nas tarifas de transporte e a corrupção, nas principais cidades brasileiras, as ocupações do Parque Taksim Gezi em Istambul, motivada pela privatização de um espaço público tradicional, a ocupação da Praça Tahrir no Cairo, os Indignados da Plaza del Sol em Madrid, o *Occupy Wall Street*, que se alastrou em várias capitais globais – manifestações que

expressam o potencial político do espaço público. David Harvey nos fala oportunamente do “poder coletivo de corpos no espaço público”, convertendo-o “em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate”, uma retomada do espaço público como espaço político. Mike Davis pede aos participantes do *Occupy* que “continuem a democratizar e ocupar produtivamente o espaço público”.³

Mas como seguir esse exercício para além da manifestação eventual? O que dizer de uma “política do cotidiano” no sentido da *polis* – a dimensão política do espaço como lugar de comunicação constante? Nossos espaços urbanos garantem a possibilidade da expressão diária da pluralidade do mundo social? Podemos reconhecer nossas cidades como *locus* da política do cotidiano – a *cidade política*?

O presente texto pretende examinar a condição espacial e urbana da vida pública – ou mais especificamente, as condições da *manifestação da esfera pública no espaço urbano*. O objetivo é entender como a cidade política pode emergir e ser exercida: a experiência urbana enquanto experiência política. Sabemos que a manifestação da esfera pública no cotidiano ocorre historicamente por meio do espaço urbano. O argumento que orienta este texto é que uma expressão política *constante* precisa de espaços que a sustentem *constantemente*.

Minha análise inicia com uma impressão de que nossas cidades estão mais e mais longe desse status de efervescência da vida pública, entre outras razões porque os espaços hoje produzidos parecem impactar negativamente a vida pública urbana, induzindo à diluição de sua expressão no próprio espaço.

Buscarei em seguida as causas dessa diluição através de uma incursão em teorias da racionalização da sociedade e do espaço. Apresentarei uma série de hipóteses sobre a *penetração de formas mais sutis de racionalização na produção e apropriação da cidade* – que expressam e avançam as tendências já reconhecidas no final do século XIX por teóricos como Max Weber. Trarei a ideia da “política do cotidiano” em conexão ao que Durkheim chamava “anomia”, a perda de valores éticos que veremos associada ao esquecimento da política no sentido original da *polis*. Baseado finalmente em Lefebvre, discutirei como a racionalização do espaço urbano, das práticas de planejamento e da produção do espaço em si têm tomado parte na diluição da esfera pública vista por muitos – não mais na forma do ordenamento cartesiano dos zoneamentos vistos por Lefebvre, mas de um espaço mais e mais racionalizado, agora

em sua *microestrutura*. Essa análise nos levará ao questionamento sobre a capacidade de nossas cidades em oferecer as condições materiais da ação política, notavelmente a partir do seu papel em gerar encontro e densidade de comunicações no cotidiano.

Essas hipóteses nos levarão, por fim, à conclusão da necessidade de reversão desse processo – uma *reconquista da cidade* e de um espírito urbano. Contudo, veremos que tal reconquista não depende apenas de manifestações de “retorno ao espaço público”, como aponta Harvey, mas também de *condições espaciais* para um retorno e presença constantes do público no espaço público. Em outras palavras, o problema é mais profundo que o esvaziamento do espaço público: tanto seu esvaziamento quanto sua retomada não ocorrem em um vácuo. Elas dependem de condições materiais – urbanas e arquitetônicas – e, mais enfaticamente, dependem da relação entre espaços abertos e construídos, públicos e privados.

O horizonte é a reversão dos danos trazidos por processos de racionalização do espaço urbano como expressão e meio do que Habermas se refere como “modernidade dilacerada”. Analisaremos este aparente paradoxo: por um lado a impressão atual de esquecimento da política, a diluição da dimensão comunicativa de sociedades e grupos capazes de tematizar sua própria condição, presente ao menos idealmente no sentido original da *polis*; por outro, os sinais atuais do reflorescimento do espaço público das manifestações políticas.

Pretendo explorar o modo particular de *racionalização societal* que tem nos levado a cenários de autonomia nas decisões sobre o espaço urbano por parte dos atores de produção do espaço. Entenderei a crescente autonomia dessa esfera como conquistada na forma de papéis sociais e econômicos para atores especializados, *aprioristicamente* legitimados e liberados das amarras políticas e de responsabilidades sociais e urbanas mais amplas em suas decisões sobre a produção da cidade. Argumentarei que essa autonomia estrutura-se em consonância com um sistema de regras urbanas também resultantes de um processo de racionalização. Objetivo, sobretudo, descrever os modos como as práticas de produção do espaço urbano ganharam essa autonomia frente às práticas cotidianas dos demais atores sociais e frente às responsabilidades na esfera da decisão pública quanto à gerência do Estado sobre o urbano.

Argumentarei que o resultado dessa lógica é uma *divisão cada vez maior entre espaço construído e aberto, entre espaço público e pri-*

vado, em que o espaço privado é definido de acordo com estratégias de produção com focos em campos mercadológicos. Novos padrões arquitetônicos têm trazido uma diluição das relações entre os espaços construído e aberto, a diluição do uso e a apropriação do espaço público, e a dominância do privado sobre o público em novas áreas das cidades brasileiras e na substituição de tecidos existentes.

Explorarei, portanto: (i) o espaço como manifestação da esfera pública; (ii) a diluição dessa esfera na racionalização do espaço; (iii) e suas novas formas, no aprofundamento das dicotomias entre público e espaço público, esfera técnica e poder político, técnica e teoria, produção privada e apropriação pública e novas configurações arquitetônicas e urbanas que se fixam hoje como predominantes e expressam, agora na microestrutura urbana, o lado negativo da racionalização social e material. Para tanto, utilizarei (iv) casos emblemáticos dessa tendência na cidade do Rio de Janeiro, como a nova fronteira urbana a oeste e sua legislação. Por esse caminho de investigação, espero chegar mais próximo do que Harvey definiu como “a relação entre a fisicalidade do espaço público urbano e a política da esfera pública”: os modos como a espacialidade e a apropriação do espaço público e aberto estão atreladas à espacialidade do construído e do privado, como condição material para a manifestação constante da esfera pública.

A política do cotidiano e a diluição da esfera pública

[...] o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que privadamente possuímos dele.

A política é algo que ocorre entre os indivíduos, no espaço comum da vida pública.⁴

Hanna Arendt

Certamente temos diferentes definições de “política” como construção de consensos momentâneos, como conflitos e expressões da divisão constitutiva do social e como criação permanente de direitos. Nossa visão hoje, no entanto, retira a política do cotidiano para defini-la em uma

esfera institucional própria, na qual são deliberadas e decididas as ações concernentes à coletividade: “uma esfera política e de fatos políticos que se distinguem de todas as outras esferas e fatos sociais”. Concebemos “a política a partir do Estado ou das instituições estatais, da forma dos governos, da existência de partidos políticos e da presença ou ausência de eleições”.⁵

Daí nossa dificuldade em retomar a ideia de política como fenômeno cotidiano das relações sociais, espaços de exposição constante das diferenças, conflitos – uma política do cotidiano no sentido da *polis*, do encontro na vida urbana, na aproximação ao senso do público. Há uma dimensão sabidamente urbana no exercício da política – que a aproxima da ideia de urbanidade que propus anteriormente: a comunicação. Augusto Novaes nos lembra a política como exercício da palavra: “trata-se de pensar, na política, o papel unicamente *transitivo* da palavra, situá-la em contextos precisos, retraçar suas sucessivas significações” – uma visão da democracia como o “regime da fala ou dos efeitos da fala”. Dewey definirá o público como um meio discursivo para a solução cooperada dos problemas comuns, sob condições democráticas.⁶

A definição do “público” como comunicativo encontrou sua sistematização em 1962, no trabalho de Habermas sobre a esfera pública como uma instância na qual a autoridade do Estado seria monitorada publicamente através do discurso crítico: “um espaço discursivo no qual indivíduos e grupos se agregam para discutir temas de interesse mútuo”, no qual a opinião pública é formada.⁷

A esfera pública é encarada por Habermas como a terceira instituição da modernidade, que não se confundiria nem com o Estado e nem com o mercado. Habermas analisa o surgimento histórico da esfera pública no burgo incluindo a formação de uma leitura da própria sociedade, uma autodescrição capaz de reconhecer instituições, estruturas institucionais, de poder e autoridade. A emergência da esfera pública somente será possível a partir do desacoplamento entre a capacidade reflexiva dos sujeitos e a esfera dos interesses materiais. Refere-se, dessa forma, ao mundo do debate e da discussão livre sobre questões de interesse comum entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente, e se relaciona ao que Immanuel Kant definiu, em 1784, como “um modo comum de deliberação que indivíduos podem utilizar em temas públicos”.⁸ A esfera pública é uma estrutura mediadora entre o sistema político e os setores privados. Habermas define a esfera pública

como uma instância comunicativa, na qual a autoridade do Estado seria monitorada publicamente: “um espaço discursivo no qual indivíduos e grupos se agregam para discutir temas de interesse mútuo”, um campo da vida social no qual a opinião pública é formada.⁹

Habermas aponta para a possibilidade de qualquer encontro que não se limite a contatos de observação mútua, mas que se alimente da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimentando-se em um espaço público, constituído através da linguagem, poder ser considerado como esfera pública. Ele nos lembra que as possibilidades de vigência da democracia não podem depender exclusivamente da integração sistêmica via mercado e Estados nacionais, devendo haver em contrapartida uma integração social mediante a emergência de um espaço público poroso e a consolidação de meios de comunicação.¹⁰

Uma primeira aproximação na busca da condição urbana da esfera pública pode ser encontrada nas modalidades de esfera pública de Habermas, de acordo com “a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance” – duas delas com forte potencial de ligação ao espaço como condição material:

- (a) *episódica*, constituída pelos encontros espontâneos em lugares como bares e a rua como situações da política do cotidiano. Nem toda comunicação nesses lugares envolve *temas* políticos – mas são *atos* políticos na medida em que envolvem um potencial de comunicação autorreflexivo, isto é, em que atores podem também problematizar a própria sociedade e sua organização, estrutura, instituições, fissuras, contradições etc. Sem a densidade de comunicação espontânea nesses lugares, perde-se um campo-chave de possibilidades de compartilhar opiniões, exercitar visões de mundo e de organização social, colidir opiniões, elaborar sínteses, exercitar consensos momentâneos e organizar grupos e eventos políticos. Lembremos a cultura dos bares e botecos como cenários da vida social: eles materializam a esfera pública, manifesta na própria rua. Entre os comentários sobre o cotidiano de cada um, pode-se chegar a assuntos políticos de quando em quando;
- (b) *presença organizada* em encontros públicos em eventos planejados como festas públicas, reuniões de partidos ou congressos de igrejas, o teatro, concertos de rock etc. A recente e

extraordinária onda global de manifestações é exemplo dessa modalidade, quando o espaço urbano ampara a possibilidade de expressão – formas mais evidentes de cooperação e coordenação da ação no momento do agrupamento público, visível a outros atores e campos sociais;

- (c) *abstrata*, que rompe com a extensão do espaço urbano ao ser produzida pelas redes institucionalizadas da transmissão *top-down* da informação, na forma da mídia e seus receptores, constituindo uma modalidade potencialmente unilateral, menos aberta de esfera pública; e, sobretudo, pelas redes digitais e móveis da comunicação *entre pares* como interlocutores potencialmente simétricos, no papel de transmissores mútuos de informação e entendimentos do mundo. Mesmo a forma de materialidade elusiva dessas comunicações é produzida e ancorada na cidade.¹¹

As modalidades de esfera pública episódica e a presença organizada parecem constituir a própria razão histórica da cidade. Elas seguem presentes – ao menos potencialmente – nos espaços das cidades brasileiras. Minha hipótese é de que a projeção da esfera pública na forma da abertura do encontro, que já teve resistências no filtro das espacialidades e das regulações do urbanismo e planejamento modernos, na forma de tentativas de ordenamentos e zoneamentos urbanos, segue sofrendo efeitos da racionalização do espaço, na sua produção e legislação, e sobre a própria copresença – reduzida em áreas de configuração rarefeita e controlada na cidade atual. A exploração dessa hipótese demandará, contudo, uma breve incursão no impacto da racionalização como vetor da modernidade sobre a esfera pública. Vejamos, no entanto, *como* o potencial da esfera pública começa a ser fraturado por lógicas no cerne dos processos correntes de racionalização urbana.

A modernidade quebrada por uma lógica do próprio processo de modernização

Observadores reconheceram já no século XIX sinais claros de um processo de transformação e modernização societal, a emergência da modernidade como marcada pela “racionalização”.

De acordo com Marx, a racionalização da sociedade acontece diretamente no desenvolvimento das forças produtivas, isto é, na expansão do conhecimento empírico, a melhoria das técnicas de produção, e uma mobilização, qualificação e organização de uma força de trabalho socialmente útil mais e mais efetiva. Por outro lado, as relações de produção, as instituições que expressam a distribuição de poder social e regulam o acesso diferencial aos meios de produção são revolucionados somente sob a pressão da racionalização das forças produtivas. Max Weber vê a estrutura institucional da economia capitalista e o estado moderno de modo diferente – não como relações de produção que travam o potencial para racionalização, mas como subsistemas de ação instrumental (*zweckrational*) nos quais o racionalismo ocidental se desenvolve a um nível societal.¹²

Não pretendo traçar aqui um resumo da história da modernização como racionalização ou do que Habermas chama “transformação da racionalização em evolução social”, mas evocar as principais ideias de um processo descrito de modos diferentes por observadores diferentes.¹³ A menção da conhecida visão marxista situa o problema em chão comum à abordagem weberiana, voltada aos componentes da ação e seu significado. Weber estava interessado na questão “como a emergência e desenvolvimento de sociedades modernas podem ser concebidas como um processo de racionalização”¹⁴, a emergência histórica de estruturas modernas da consciência e a incorporação dessas estruturas da racionalidade em instituições sociais.

Diferentemente de Marx, o diagnóstico de Weber é pessimista. A emergência da modernidade ocorre na forma de processos nos quais as liberdades civis foram institucionalizadas, no crescimento da economia com desenvolvimento de técnicas de produção e administração como um subsistema funcionalmente autônomo, permitindo leituras da sociedade como uma progressiva divisão do trabalho (em Smith) e um sistema análogo a um organismo, numa perspectiva funcionalista (Durkheim) e evolucionista (Spencer); de acumulação e avanço no conhecimento e no desenvolvimento científico, tido pelas teorias de então como ponto de referência da racionalidade enquanto unidade da história, uma racionalidade de cunho universalista tido eventualmente como modelo de evolução social (como em Condorcet, inspirado no modelo biológico).

Weber se opõe a essas visões evolucionista e naturalista, baseadas em leis de desenvolvimento. Concentra-se, em vez disso, no tema da racionalização das visões de mundo, religiões, poder e legitimação, no estabelecimento dos Estados constitucionais, no surgimento das administrações modernas e da burocracia, e na autonomia crescente de sistemas complementares, como os sistemas legal e judicial. Há ainda o desenvolvimento de uma ciência objetiva, uma moralidade e lei universais, uma arte autônoma – de acordo com suas lógicas internas.

O diagnóstico weberiano entende a racionalização como uma crescente diferenciação da ação social, a oposição entre *racionalidades substantivas* tradicionais e uma nova *racionalidade formal* orientada para a organização da ação, dos saberes e das técnicas – e o surgimento de um tipo de ação particular: a ação estratégica, orientada de acordo com seus fins, meios e resultados (*zweckrational*).¹⁵ Descreve um envolvimento metódico crescente, derivado da racionalização na administração burocrática, na contabilidade empresarial, na prática científica e seu domínio de processos empíricos. Viu seus ecos no Estado moderno e na economia como sistemas centrais de ação em termos societais, e no desenvolvimento de uma “condução metodológica da vida” no que se refere à personalidade. Um ganho racional que Weber identifica como transformação cognitiva, um “desencantamento do mundo” – uma diluição do lugar dos significados historicamente amparados no próprio entendimento da realidade.¹⁶

A ampliação da ação estratégica e suas orientações, requerimentos do pensamento formal-operacional, passam a constituir um entendimento moderno do mundo. Schluchter sintetiza com propriedade essa transformação: “[O] racionalismo implica [...] sistematizar complexos de significado trabalhando intelectualmente, conscientemente sublimando os ‘objetivos do significado’” de modo a não apenas capturar o mundo como significado, mas tomar posição nele.¹⁷ Essa transformação reverbera também na literatura. Berman e Lukacs apontam que seu arquétipo literário está no *Fausto* de Goethe, “um herói épico preparado para destruir mitos religiosos, valores tradicionais e os modos habituais da vida de modo a construir um bravo mundo novo das cinzas do anterior”.¹⁸

Temos a progressiva diluição de uma condução da vida amparada por valores e tradições por uma racionalidade livre de contrapontos éticos outrora endógenos ao processo de orientação da ação. Na visão

de Weber, ações tornam-se progressivamente justificáveis por seus próprios critérios, livres do reconhecimento das suas implicações em outros campos da prática. Durkheim chamou esse processo de “anomia”.¹⁹ Segue-se o desacoplamento funcional entre sistema econômico e político, e a isenção progressiva da avaliação de decisões econômicas e produtivas sob o ponto de vista ético.²⁰

Sabemos, entretanto, que o que Habermas chama de “projeto inacabado da modernidade” não tinha esse objetivo: ele partia da razão em direção a sua realização plena nas ideias de igualdade, liberdade e realização do potencial do sujeito. A quebra desse projeto em uma *modernidade dilacerada* significa o caminho da racionalização das práticas e sua quebra em esferas autônomas, movidas por suas próprias lógicas estratégicas, impondo danos a outras esferas. Uma expressão da capacidade de atuar de modo especializado termina fraturando o mundo social e, em última análise, traíndo os princípios originais do próprio projeto da modernidade como imaginado no século XVIII por Kant e outros. Em seu curso, a esfera da política racional, livre da economia e do Estado, teria sido enfraquecida pelas mesmas formas que ela inicialmente despertou. A modernidade sucumbiu a um descarrilhamento (*Entgleisung*), apresentando patologias como anomia, ceticismo, privatismo e narcisismo, em oposição a valores como a responsabilidade.²¹

Como esse processo de racionalização da prática humana envolve o espaço? Veremos agora como o próprio espaço urbano oferece mais do que um exemplo da contradição profunda entre o potencial da racionalidade e as consequências negativas da racionalização: como denunciou Lefebvre, o espaço foi um modo fundamental de expandi-la no mundo social.

Modernização e racionalização no espaço urbano

Os grandes teóricos do final do século XIX envolveram-se profundamente no diagnóstico de um mesmo processo que então emergia claramente: a modernidade. Georg Simmel não foi exceção, mas foi único em um sentido: relacionou explicitamente a modernidade com a vida da metrópole. Para Simmel, a “vida mental na metrópole” envolve o disciplinamento do nosso senso de espaço e tempo, a libertação do sujei-

to ao custo do tratamento mútuo em termos objetivos e instrumentais, sob a influência da racionalidade econômica, do cálculo das trocas e da coordenação na divisão do trabalho e de uma atitude intelectual e *blasé* derivada dos complexos estímulos da vida moderna.²² Entretanto, o entendimento de Simmel ainda não é capaz de expor todo o alcance da modernização na moldagem do espaço, bem como o papel do espaço e da urbanização na construção da modernidade. Henri Lefebvre é o teórico que, meio século mais tarde, fará tal denúncia. Como Weber, Lefebvre faz uso de uma teoria da racionalização societal – mas de modo a incluir o espaço como fundamental na sua instalação na vida cotidiana – uma “tendência dominante em direção à fragmentação, separação e desintegração”. Um espaço *abstrato* que tende à homogeneidade, à eliminação das diferenças existentes, nascido das reduções do modo de racionalização – ainda que a redução seja uma “operação legítima”.²³ Lefebvre dá como exemplo do confinamento em sistemas dentro de sistemas (cada um dos quais “anseia pelo status de força autônoma”) as práticas do urbanismo e da arquitetura, campos de especialistas que operam através de esquemas reducionistas.²⁴

O espaço é tratado como se fosse capaz, de modo mais o menos harmonioso, de ‘organizar’ seus próprios fatores componentes: unidades modulares e planos, a composição e densidade da ocupação, o morfológico (ou o formal) *versus* os elementos funcionais, aspectos urbanísticos e arquitetônicos, e assim por diante. [...] A racionalidade clássica (cartesiana) assim parece dar suporte a várias distinções e divisões espaciais. O zoneamento, por exemplo, o qual é responsável – precisamente – pela fragmentação, quebra e separação sob o arcabouço de uma unidade burocraticamente decretada, é confundido com a capacidade racional para discriminar. A definição de funções e o modo como funções são distribuídas “no solo” se tornam indistinguíveis do tipo de atividade analítica que detecta diferenças. O que está sendo encoberto aqui é uma ordem moral e política: o poder que organiza essas condições, com suas alianças socioeconômicas específicas, *parece* fluir diretamente do Logos – isto é, de uma aceitação ‘consensual’ do racional. A razão clássica aparentemente passou por uma degeneração compulsiva em uma racionalidade tecnológica e tecnocrática; este é o momento de sua transformação em seu oposto – no absurdo de uma realidade pulverizada.²⁵

Certamente seria possível reconstruir a história do planejamento urbano como uma história da racionalização.²⁶ Ainda que não possa nesse espaço oferecer uma história do planejamento e tampouco uma “genealogia do espaço racionalizado”, gostaria de recorrer a um teórico que nos dá elementos para essa genealogia nunca contada. Foucault, em uma passagem extraordinária de seu diálogo com Michelle Perrot, chega à gênese de um arquétipo de espaço arquitetônico da modernidade:

Michelle Perrot: O que pensar [...] da arquitetura como modo de organização política? Afinal de contas, tudo é espacial, não só mentalmente, mas também materialmente neste pensamento do século XVIII.

Michel Foucault: Parece-me que, no final do século XVIII, a arquitetura começa a se especializar, ao se articular com os problemas da população, da saúde, do urbanismo. Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força [...]. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos. Aparece uma arquitetura específica. Philippe Ariés escreveu coisas que me parecem importantes a respeito do fato da casa, até o século XVIII, continuar sendo um espaço indiferenciado. Existem peças: nelas se dorme, se come, se recebe, pouco importa. Depois, pouco a pouco, o espaço se especifica e torna-se funcional. Nós temos um exemplo disto na edificação das cidades operárias dos anos 1830-1870. A família operária será fixada; será prescrito para ela um tipo de moralidade, através da determinação de seu espaço de vida, com uma peça que serve como cozinha e sala de jantar, o quarto dos pais (que é o lugar da procriação) e o quarto das crianças [...] Seria preciso fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’ – que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas. É surpreendente ver como o problema dos espaços levou tanto tempo para aparecer como problema histórico-político.²⁷

Ainda não tive ao alcance outro texto com a crueza com que Foucault aponta, nessa passagem, a racionalização dos espaços e seu atrelamento a itens tidos como imateriais, como os princípios de com-

portamento e moral e as gerências sobre uma forma de vida social. Frequentemente, autores não especialistas nos oferecem descrições de imensa clareza sobre os modos como o espaço é parte da vida social, e do processo de racionalização da vida, em particular. Jacobs, Lefebvre e Foucault são notáveis exemplos. Vemos em suas afirmações uma visão da lógica de especialização de atores na produção e apropriação do espaço, e da *racionalização do próprio espaço*, acompanhada da separação progressiva da esfera do saber técnico das demais esferas, e o domínio do técnico a partir da mentalidade estratégica.

Quais as implicações dessa escala de racionalização do espaço? Veremos a seguir exemplos de transformação da cidade de acordo com um punhado de princípios da lógica instrumental desconectados de outras implicações e consequências sobre as outras esferas da prática.

As consequências urbanas da racionalização na contemporaneidade

Costumamos pensar que a tendência à racionalização por meio do espaço atingiu seu ponto alto na forma do urbanismo mecanicista moderno – como as setorizações e a ideia de ordem aparente na geometrização euclidiana – denunciado por Jacobs e Lefebvre. A forma de ordenação mais aparente foi enfraquecida parcialmente pela crítica urbana dos anos 1960, mas formas mais sutis de racionalização parecem seguir se manifestando fortemente na cidade brasileira, na forma de táticas de gerência e escalas espaciais mais penetrantes e, assim argumentarei, com severas implicações sobre o potencial social e político do espaço público:

- (a) o alheamento em relação à *res publica*;
- (b) a autonomia do privado em relação ao público;
- (c) a cisão entre teoria, técnica e prática de decisão sobre a cidade;
- (d) o alheamento das práticas de produção em relação à apropriação do espaço;
- (e) os danos às cidades provenientes da racionalização de configurações arquitetônicas que terminam por diluir o uso público do espaço.

Certamente cada um desses tópicos mereceria um trabalho específico – mas visitemos rapidamente alguns de seus aspectos e impactos sobre a esfera pública.

(a) O alheamento em relação à res publica

Um sinal da anomia das esferas técnica, legal e econômica e da invisibilização de suas ações de produção no espaço urbano – bem como do afastamento entre público e decisões urbanas – é o enfraquecimento do senso de “público” do espaço urbano como cenário de apropriação. Temos a transformação de valores sobre arquitetura e cidade afetados por uma demonização de um tipo de espaço franco ao público. Em outro aparente paradoxo em sociedades que avançam em seus modelos de democracia, assim como aumentam em escala e complexidade, a definição de campos de decisão em esferas e instituições específicas traz a invisibilização de processos sociais e políticos, e afasta as decisões sobre a cidade da instância do cotidiano. Temos a despolitização desses processos.

Exemplos desse afastamento são frequentes. Observamos em nossas cidades a sujeição das decisões sobre a produção urbana a relações entre a esfera técnica e especializada e a esfera institucional política. As agendas de atores em posição de decisão são não raramente amarradas às dos atores de produção do espaço. Interpretações da cidade e de modos de construir se impõem a partir ora da legitimação legal, ora da centralidade desses atores especializados.

Inevitavelmente, essas interpretações são atravessadas por motivações particulares. Há uma ênfase em modos privados de vida e uma produção arquitetônica focada em nichos específicos de público via táticas da publicidade. Essas táticas incluem, segundo Bauman²⁸, a reprodução do medo como política urbana; alimentam-se de preconceitos contra alteridades estereotipadas como fontes de risco ou violência; e podem intensificar o senso de renúncia ao público. A construção de estilos de vida amparados por esses valores pode assim repercutir na atuação do sujeito, sua forma de sociabilidade e suas visões do social. Uma assimilação impressa no espaço e em formas de vida urbana. A expansão da lógica instrumental transforma a cidade de acordo com um punhado de princípios alheios a suas consequências sobre o social.

Uma segunda dimensão de racionalização, apontada por Lefebvre, entre outros, pode ser localizada na temporalidade das nossas práticas. A rotinização do cotidiano decorre da programação de tempos para ações de distintas naturezas, mesmo fora do trabalho. Essa programação tomaria a forma de uma experiência mais funcional do espaço – a vida social em um espaço público meramente funcionalizado.

Esses fatores coincidem, no contexto brasileiro, com a invisibilização parcial das decisões sobre a produção do espaço urbano, associada a um entendimento do Estado como estrutura organizacional opaca e distante, que estende ao cidadão uma visão vaga da própria *res publica*.

Todos esses processos aparecem conjuntamente no alheamento da esfera pública em relação ao próprio “senso de público”, aparente sobretudo na falta de atenção ao espaço urbano como forma e campo de apropriação, como campo de poderes e interesses e teatro das disputas sociais. Estão aparentes também nas próprias formas de apropriação como expressão de formas de sociabilidade, que parecem se deslocar para fora do espaço público na maior parte das grandes cidades brasileiras. Esse deslocamento, por sua vez, pode minar a dimensão política das interações cotidianas e o potencial de cooperação e auto-organização em torno de causas comuns.

(b) Autonomia do privado em relação ao público

Hannah Arendt define a ausência do interesse próprio como condição para o exercício da política na *polis* – “uma oposição entre a conduta governada pelo interesse e a vida pública”.²⁹ Estamos bem longe dessa condição. “A primeira forma do esquecimento [da política] é a privatização da vida – o esquecimento da coisa pública em proveito do privado”: a desilusão no coletivo e o elogio do individualismo.³⁰

A legitimação moral do interesse privado encontra suporte em Locke: a dimensão pública “se identifica com a regulação e a articulação de interesses individuais, e que contraria esses interesses seria idêntico a negar direitos fundamentais e prerrogativas individuais anteriores à própria formação da sociedade”.³¹ A esfera pública é vista assim como forma associativa; o público, como cenário da acomodação do privado; a vida em comum, como subsídio para a manutenção da vida individual. Temos uma liberalização dos interesses individuais e privados, o livre jogo ou *laissez-faire*: o corpo social é uma agregação de interesses, e a

sociedade perfeita, uma consequência natural de indivíduos moralmente perfeitos.

Essa proposição está longe de reconhecer as contradições de interesse e as diferenças de poder entre atores. O enaltecimento do interesse privado coloca ainda em segundo plano o significado autônomo do interesse público, como resultante da articulação racional dos interesses privados. As restrições da autonomia coletiva provocariam um sentimento de inviabilidade da busca de soluções para os problemas na esfera do social, o que levaria a uma indiferença política ou mesmo uma “hostilidade em relação à política como o lugar das instâncias institucionais que deveriam articular os aspectos individuais e sociais da existência [...] de modo que o recolhimento do indivíduo à esfera do privado apareceria então como a única forma de garantir a sua autonomia”. Teríamos uma rejeição ética da política: “a profunda contradição em que estamos enredados”.³² A separação entre ética e política configuraria um afastamento entre indivíduo e sociedade, uma fragmentação que implicará na impossibilidade de o indivíduo reconhecer-se em sua identidade social e assim atuar como sujeito político.

O espaço será constitutivo desse processo. A interação de caráter político já não encontra, no plano urbano, as possibilidades plenas de realização. O espaço urbano torna-se o lugar de manifestação predominante do interesse privado. Nesse espaço, a interação de caráter político pode não encontrar no plano urbano as possibilidades de realização. Ainda que vivamos em uma sociedade na qual a resolução dos problemas não cabe mais na *polis*³³, a vida política depende do reconhecimento cotidiano das opiniões e da exposição a atores em sua diversidade, fatores que emergirão mais fortemente em condições de densidade do encontro e comunicação proporcionados pela cidade. Uma visão distante do público repassa o papel da intervenção no espaço urbano para a esfera econômica privada e suas decisões autônomas, livres de associações e implicações em outras esferas. A legitimação dos interesses autorreferentes dos atores, tanto na produção quanto no consumo desse espaço, afirma o “privado” como maior atributo, valor e qualidade para o espaço. Nesse cenário, temos como consequência a *naturalização da dominância do privado*.

(c) A cisão entre teoria, técnica e prática nas decisões sobre a cidade

A diluição da esfera pública em sua projeção urbana parece coincidente com a invisibilização da decisão política sobre a produção e apropriação do espaço atrás de uma esfera técnica e sua organização institucional. Mas a distinção dessas esferas também traz possibilidades de conflito entre as decisões de caráter técnico e as agências de produção do próprio espaço. Um Estado fortemente atrelado à esfera pública alimentará a independência da esfera técnica que ampara em sua própria estrutura institucional, em suas decisões sobre a cidade face aos interesses auto-centrados dos atores produtores de espaço. Uma esfera técnica enfraquecida politicamente ou tecnicamente enfrentará redução da sua capacidade de proposição de políticas urbanas.

Esse jogo de tensões entre as diferentes esferas constitui parte significativa do exercício cotidiano do planejamento e dos movimentos de transformação urbana. No contexto brasileiro, parece haver dois tipos de enfraquecimento na posição de atores nesse jogo: um enfraquecimento do *técnico*, decorrente da preponderância de critérios particulares de grupos políticos; e um enfraquecimento do *teórico*, decorrente do entendimento do planejamento como campo prático, livre das abstrações da teoria em relação às dificuldades da gerência da cidade, incorrendo em uma frequente desqualificação do saber científico. Temos assim um afastamento entre prática de planejamento e teoria como conhecimento sistemático e empiricamente consistente; entre instituições de gestão e a academia como subsistema especializado na produção desses conhecimentos – decorrente ora da crítica da pouca aplicabilidade de saberes, ora da crítica da falta de atenção às complexidades do urbano.

O afastamento entre esferas técnica e acadêmica enfraquece a ambas; retira das práticas de pesquisa um senso de utilidade e urgência e o aspecto da demanda por teorias capazes de responder a problemas empíricos urbanos. Reproduz um senso de isolamento da teoria aos problemas da prática, como se a aplicabilidade fosse um esforço menor, sobretudo diante de mudanças estruturais. Por outro lado, uma esfera técnica descolada dos desenvolvimentos em pesquisa tende a se enfraquecer progressivamente diante dos problemas que a cidade em transformação coloca. Quando a esfera técnica despreza a teoria, esvai-se a possibilidade de que evidências empíricas encontradas em

pesquisa possam dar suporte às decisões sobre a produção do espaço. A desqualificação da teoria, assim, induz a uma desqualificação da própria técnica, que perde amparo na definição de agendas urbanas e na disputa com interesses de grupos políticos. No vácuo desse afastamento mútuo, tem se instalado e prevalecido a objetividade da lógica dos produtores privados.

(d) O alheamento das ações de produção em relação à plena apropriação do espaço

Um dos graves problemas decorrentes dessa cisão é a ausência de conhecimentos sistemáticos sobre os padrões de urbanização em produção e suas consequências sobre as dinâmicas cotidianas da cidade. Não temos debate público sobre forma urbana. A ausência de saberes explícitos sobre as implicações entre modo de urbanização e forma de vida coletiva, e o profundo desinteresse nesse conhecimento, instalam uma espécie de “vale-tudo” quanto a modelos arquitetônicos e urbanos, avaliados no melhor dos casos em termos de requerimentos técnicos elementares (como os de habitabilidade ou adensamento) por instrumentos como planos diretores e códigos de obras.³⁴

A ausência de debate tanto público quanto técnico sobre forma urbana e arquitetônica e suas implicações de desempenho para além da questão energética do edifício não fica, entretanto, sem consequências. Nesse vácuo, a forma é decidida quase exclusivamente seguindo as planilhas de maximização dos atores produtores de espaço, com seus critérios específicos. Áreas da cidade se tornam-se a projeção de uma lógica autocentrada, pautada por princípios autorreferentes. Uma das consequências é o afastamento da *produção* privada da preocupação com a *apropriação pública* dos espaços urbanos. Temos a conquista da cidade por uma lógica homogeneizante que se distancia das socialidades diversas que estão sempre em busca de expressão no espaço urbano.

A projeção exclusiva dos códigos da esfera privada sobre o espaço urbano tende assim a diluir a própria urbanidade: a possibilidade de um mundo social projetado em sua complexidade na forma de cidades como expressão da esfera pública.³⁵ Ou, como coloca Bauman, “uma cidade [...] se apresenta a seus residentes como um bem comum que não pode ser reduzido ao agregado de propósitos individuais e como uma

tarefa compartilhada que não pode ser exaurida por um grande número de iniciativas individuais”.³⁶

(e) Os danos provenientes da racionalização das configurações urbanas e arquitetônicas

Chegamos, finalmente, aos componentes materiais que concretizarão essas forças de racionalização. Gostaria de expor, nesse estágio do meu argumento, os meios pelos quais o espaço urbano está participando, silenciosamente, mas intensamente, da diluição da esfera pública. O termo “expor” faz sentido porque esses meios e padrões urbanos não são expressão de uma “sociedade” como entidade total, mas de um nicho social específico, amparado tecnicamente e orientado estrategicamente para a oferta de espaços tipificados, baseado em valores como a segregação e o alheamento ao público – e que não respondem, assim, aos valores da diversidade urbana e social.

Aponto que há claramente um novo modelo de produção arquitetônica e urbana, que tem expressado uma nova forma de racionalização do espaço urbano, muito mais penetrante que os zoneamentos rígidos do urbanismo modernista – um tipo de racionalização que vem moldando a cidade, sobretudo desde os anos 1990, na forma de (1) *interfaces crescentemente controladas* entre espaço construído e aberto, público e privado, na definição de tipos arquitetônicos e estruturas segregadas – de áreas inteiras a formas de segregação atomizadas ao nível do lote urbano; (2) *atividades exclusivas* para certos públicos, permitidas e mesmo fixadas por regramentos urbanos e arquitetônicos. Esses itens se materializam em modelos arquitetônicos caracterizados por barreiras e afastamentos com outras edificações e o espaço público, como modos de controle de acesso. Implicam, assim, na redução da continuidade de fachadas e compacidade de quarteirões. Possuem vantagens de habitabilidade³⁷ fixadas em planos diretores de herança modernista, precarizada e sem infraestruturas, epitomada pela Carta de Atenas e o Plano Voisin (figura 1).



Figura 1 - Ironia, fantasia urbana e a dura realidade da materialização de um ápice da racionalização supersimplificadora: charge de Batellier em “Sans Retour, Ni Consigne”; o “Sonho para Paris” de Le Corbusier, e o conjunto Stuyvesant, Nova York.

O problema não está na divisão entre o público e o privado na forma de demarcações que caracterizam cidades já na *polis* grega³⁸, mas do afastamento entre arquitetura como espaço privado do cenário da vida pública por excelência que é a rua. Tampouco se trata de um retorno à vida pública urbana do passado, mas de cuidar da possibilidade da copresença constante e cotidiana que é a essência da vida na cidade. Richard Sennett nos lembra que o próprio Aristóteles definia a cidade como *synoikismos*, uma convergência de pessoas de diversas origens familiares: “uma cidade é composta de diferentes tipos de homens; pessoas semelhantes não podem dar existência a uma cidade”.³⁹

Quero apresentar a tese, para a qual oferecerei suporte empírico adiante⁴⁰, de que esse *padrão arquitetônico e urbano tem sido responsável pela redução da apropriação do espaço público* em áreas e cidades onde se instalam com presença crescente. Produz o que podemos chamar, fazendo uso do belo termo de Lefebvre, de “*apropriação negativa do espaço*”.⁴¹

Vejam como é o modelo de edificação responsável pela apropriação negativa. O modelo arquitetônico isolado apresenta frequentemente afastamentos laterais de outras edificações, que demandarão áreas maiores de lotes, e imporão distâncias maiores aos pedestres ao nível dos térreos e da rua. Esse modelo ainda vem usualmente acompanhado de muros e da redução da densidade de aberturas (janelas e portas), todos fatores que constroem a interface com a rua. Afastamentos laterais e frontais, muros e grades, redução de aberturas coincidem com a queda da presença de pedestres, comércios e serviços em térreos e com a diversidade funcional urbana, fatores que definem as formas e intensidades da apropriação social do espaço. Esse padrão não se restringe aos condomínios fechados nas cidades: ele se reproduz no pró-

prio lote urbano comum, configurando formas de segregação atomizadas, mas distribuídas e mais e mais presentes – portanto, com impacto potencial considerável. Essas observações empíricas apontarão para a inadequação dos modelos fixados no mercado. Não se tratam de impressões “subjetivas”, termo com o qual frequentemente se tenta desqualificar tais observações.

A manifestação da esfera pública no espaço urbano em uma ‘modernidade dilacerada’

A ausência da diversidade e a busca da transparência são elas mesmas elementos de um sistema de valores. Formam um paradigma da vida urbana que enfatiza o indivíduo, sua privacidade e sua autonomia com relação aos outros. Mas, paradoxalmente, esta última tende a transformar-se numa heteronomia, pois as funções de segurança, mediação e controle são particularizadas institucionalmente. Daí os poucos olhos, a convicção inexistente, a responsabilidade coletiva abdicada, a escassez de personalidades públicas vocacionais e instâncias mediadoras, a falta de vida pública [...] funções que se desenvolvem no rastro da impessoalidade e da segregação. O problema do controle do espaço é crucial nos sistemas redutores da ambiguidade. A recusa da diversidade em favor da pureza funcional exige formas institucionais capazes de exercer profissionalmente as tarefas que antes, ou em outro meio urbano, eram de responsabilidade de todos.⁴²

Carlos Nelson dos Santos, Arno Vogel e Marco Antônio Mello

Quais as implicações funcionais que esse padrão arquitetônico gera? De fato, térreos com comércios e serviços passam a ser lamentavelmente associados à possibilidade de acesso de “qualquer indivíduo”, e os riscos que essa alteridade não programada traz consigo, como evidência de uma diferença indesejável, como risco de violência, sinal de pobreza e dissonância com o status que a edificação e seus públicos específicos buscam afirmar. O que essas visões da arquitetura e da cidade frequentemente carecem é de um entendimento das relações que edifícios e suas atividades guardam entre si, com o espaço urbano e o funcionamento da

cidade – um entendimento *sistêmico*. A eliminação das atividades públicas de térreo, uma vez generalizada, implica um desligamento completo das atividades específicas dessas edificações em relação ao fluxo de apropriação dos públicos diversos na rua.

Uma característica dessa forma de microrracionalização do espaço é a *independência do funcionamento das edificações em relação aos seus entornos*, se seus usuários não utilizarem a rua como espaço de movimentação pedestre, vindos de longas distâncias por veículo privado. Portanto, apesar de não constituírem zonas específicas, essa configuração edilícia pode produzir fluxos retirados – analiticamente, funcionalmente – dos fluxos gerais urbanos. Essa relativa independência do espaço público pode ainda levar a formas sutis de segregação, fixadas na forma de espaços atendidos, sobretudo, por seu público-alvo.

A produção dessas edificações em áreas em renovação ou expansão urbana vai especializando-as não como zonas demarcadas por planos mecanicistas, mas como simples acúmulo de edificações de um certo padrão. Aqui está a tremenda eficácia dessa transformação: ela não depende de prefixações normativas, mas ocorre na forma de similaridades entre decisões individuais, com efeitos sobre a apropriação social de seus espaços e a diversidade de atividades só reconhecíveis quando tais tipos se tornam dominantes em um contexto.

Gostaria de apontar que essa tendência de produção urbana não se trata de um “espaço contra a sociedade”, um espaço produzido pela sociedade que termina sabotando a própria sociedade⁴³, mas dos efeitos – desejados e não desejados – de um tipo de arquitetura e urbanização que expressa as visões de cidade de grupos e seus valores, no caso o dos construtores de espaço e o que eles entendem como seu público-alvo. É a despreocupação sistêmica com esses valores e práticas que critico, assim como critico entendimentos do urbano que não reconhecem a diversidade do mundo social e a existência de agências com visões e níveis distintos de poder. O papel da produção do espaço recai sobre atores especializados para tanto, mas – no nosso contexto – incapazes de conectar o ato de construir a outros aspectos que não a lógica da maximização de interesses individuais e a satisfação de atores e estilos de vida tipificados a partir da avaliação do *marketing*.

A alternativa a essa crítica seria ignorar a redução que é essa lógica como o vetor único de transformação urbana. E ignorar uma cir-

cularidade: uma lógica circunscrita a um grupo ou campo social termina por impactar sistemicamente a possibilidade de apropriação de outros grupos, ao ser projetada sobre o espaço urbano na forma de um modelo de urbanização. Esse modelo é uma supersimplificação e uma deformação típicas dos desvios de uma racionalização desconectada de seus contextos mais amplos. Portanto, há redução e imposição de um modelo de espaço – e mesmo de uma forma de vida – sobre todas as demais formas de vida, sobre a vitalidade de áreas inteiras da cidade, e sobre o próprio desempenho urbano, que afetará a todos. Temos um arquétipo desse modo de produzir o espaço urbano na área de expansão da cidade do Rio de Janeiro.

O caso da “nova fronteira urbana” do Rio de Janeiro

A expansão da Zona Sul a oeste, na Baixada de Jacarepaguá, a partir dos anos 1960, em vastas áreas de poucas propriedades, foi pré-definida em larga parte pelo Plano Piloto de Lucio Costa (1969). O Plano definia, inicialmente, critérios para a urbanização: ordenar o uso do solo e a forma urbana, limitando gabaritos entre oito e dez andares; núcleos autônomos intercalando residências multifamiliares e unifamiliares, com grande afastamento entre si; desenvolver a região para todas as camadas da população; cuidados com o ecossistema da região; e a geração de um novo centro de negócios na área conhecida como Barra da Tijuca, como alternativa ao centro histórico. O Plano teria gerado conflitos entre atores de produção, decisivos para a sua realização apenas parcial; alterações realizadas para promover ajustes aos interesses imobiliários, como em gabaritos e usos previstos, e o parcelamento do solo.⁴⁴ A paisagem da área é modificada com a exploração da verticalização, com edificações multifamiliares de 25 a 30 pavimentos (figura 2), sobretudo em sua primeira área de expansão, na Barra.



Figura 2 – Imagens da Barra da Tijuca, área inicial de expansão na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Desvios à parte, a racionalização espacial da área segue, em linhas gerais, os genótipos funcionais e tipológicos modernistas – com adição de alguma diversidade. A Barra foi, desde o início de sua urbanização, conscientemente associada a um “novo estilo de vida contemporâneo” via *marketing* urbano (figura 3) – e é certamente entendida assim por seu público consumidor. Os núcleos são protegidos pela distância e uma autonomia aparente oferecida por centros fechados de compra. Ao mesmo tempo em que se teriam as funções da cidade distantes e acessadas por vias expressas, o habitante-consumidor estaria atendido dentro dos núcleos. A aceitação do modelo é confirmada pelas taxas de crescimento: 2.580 habitantes (1960), 5.779 (1970), 40.726 (1980), 98.229 (1991), 174.353 (2000), 300.823 habitantes (2010). A taxa de crescimento apenas entre 2000 e 2010 é de impressionantes 72,54%.



Figura 3 – “Esse é o nosso muro da vergonha” – a charge usada em propaganda para demonizar a morfologia de Copacabana na fixação de uma nova tipologia arquitetônica associada a “um novo estilo de vida” urbano. O *marketing* urbano ativo já nos anos 1970 e 1980.

A expansão segue mais a oeste das áreas ambientalmente frágeis da Baixada⁴⁵, formalizadas a partir do “Projeto de Estruturação Urbana – PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte

dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá” (figura 4) – a *Lei Complementar nº 104 de 27/11/2009*.



Figura 4 – A novíssima fronteira: a área do PEU das Vargens, nas linhas demarcadas à esquerda.

A legislação dessas áreas segue correspondendo aos modelos de urbanização do mercado imobiliário ao ponto de prescrever regramentos que hoje impedem configurações tradicionais urbanas como a tipologia contínua.⁴⁶ Todos esses itens fixam o tipo particular das “torres” ou edifícios isolados e, de modo irresponsável, impedem outras tipologias, reproduzindo o modelo Barra e induzindo uma ocupação esparsa.

Áreas urbanas como essa têm sido campos de atuação de atores que mais do que nunca moldam o espaço como reprodução de estilos de vida, via pesquisas de mercado, e de modelos pautados apenas na minimização de custos e maximização de lucros na venda. A reprodução vertical da planta com a multiplicação de andares, reduzindo custos da construção; a replicação de edifícios na forma de modelos; a associação desses edifícios na geração de “pacotes” baseados em ideias de status e proteção; a substituição progressiva das morfologias contínuas da cidade tradicional.⁴⁷

Mais gravemente, novos Planos Diretores, Brasil afora, têm sido moldados de forma a excluir o tipo contínuo, menos vertical e mais contexto-específico – um *ataque à diversidade morfológica e funcional urbana, à apropriação do espaço público, pedestre e aberta, à urbanidade e ao bom desempenho urbano em geral*. A ironia da lógica da racionalização de interesses individuais é que ela não leva necessariamente ao melhor resultado geral. Consequências urbanas não intencionadas, como a queda de desempenho, podem ser produzidas. O resultado pode mostrar-se

como a soma de microrracionalizações que parecem ter sentido individualmente, mas perdem esse sentido no conjunto de seus impactos. Efeitos negativos silenciosos podem permanecer encobertos por longo tempo – mas essa invisibilidade não elimina sua existência.⁴⁸ Tipos de arquitetura fazem sentido a seus produtores e consumidores ao oferecer formas de minimizar custos e aumentar benefícios individuais, mas seu efeito sistêmico acumulado tanto espacialmente quanto temporalmente pode ser desastroso.

Entretanto, não se trata de propor a alternativa de um projeto normativo absoluto, *top-down*, e sim de *reconhecer a possibilidade de efeitos sistêmicos não intencionados*. Efeitos de segregação à parte, é evidente que produtores de espaço urbano não desejariam impactar negativamente o desempenho urbano em geral, se esse problema fosse demonstrado abertamente – salvo contradições com seus próprios interesses, um problema em uma cultura social que não reconhece a importância do caráter sistêmico da ação e não valoriza a cooperação. A possibilidade de efeitos não intencionados de larga-escala é bem-conhecida desde os estudos pioneiros de Schelling sobre motivos individuais e comportamento coletivo.⁴⁹ Outras agências voltadas para a avaliação de resultados coletivos emergentes, especializadas na observação e crítica (como a academia) e gestão (o Estado e suas escalas de governança), devem ser ativas em identificar esses efeitos – evidentemente sujeitas ao erro e com proposições abertas ao debate. De resto, a acumulação de pequenas decisões tenderá de fato a ter melhores resultados que o projeto *top-down* – mas, para tanto, é preciso o exame e confronto público das visões sobre modos de urbanização.

É exatamente esse dilema que enfrentamos em nossas cidades hoje. Sem enfrentar suficiente reação da esfera acadêmica em decorrência da escassez de estudos teóricos e empíricos, morfologias têm sido reproduzidas sem exame rigoroso de seus impactos urbanos. *Os efeitos sociais da arquitetura seguem ignorados no ensino, nas decisões no mercado imobiliário e nas práticas de planejamento*. É como se estivessemos míopes para o evidente esvaziamento das ruas ou baixa apropriação do espaço em áreas onde predomina esse novo padrão. Essa situação terá implicações na esfera pública, como a diluição da densidade do encontro e da comunicação no espaço público.

Cidade, *res publica* – por uma ética social e urbana

Como estimular o exercício da política do cotidiano? Movimentos de retomada do espaço como projeção da diversidade da esfera pública se apresentam como reações a esse processo de anomia.

Espalhando-se de cidade em cidade, as táticas do *Occupy Wall Street* são de tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e, colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de se opor ao seu alcance. Essa tática, mais conspicuamente reanimada nas lutas nobres e em curso da praça Tahrir, no Cairo, alastrou-se por todo o mundo (praça do Sol, em Madrid, praça Syntagma, em Atenas, e agora as escadarias de Saint Paul, em Londres [...]). Ela mostra como o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado.⁵⁰

Tais movimentos parecem significar uma “renovação do espaço público como *locus* de exercício da política, através do encontro e da aglomeração de pequenas ou grandes multidões”.⁵¹

A questão-chave está, contudo, nas situações *para além* dos protestos, na forma de ações cotidianas e de projeções mais constantes da esfera pública no espaço urbano. A ocupação constante do espaço público sugerida por Davis não pode ser atingida em qualquer condição urbana. A constituição espacial da esfera pública como arena de relações discursivas na qual atores se agregam para discutir temas de interesse mútuo, onde a opinião pública e a participação política são atuadas através da fala⁵², estende-se certamente para além do espaço público aberto – e inclui o espaço construído como *locus* do corpo em ação e interação. O uso político do espaço público encontrará viabilidade se houver *constância de apropriação*, e esta depende também do espaço construído e privado como ancoragem das práticas e atuações dos atores, atratores dos fluxos. Os entrelaces do público e do privado no espaço urbano não podem ser subestimados.

Além desses entrelaces, uma política do espaço deve considerar a racionalização do espaço urbano e da prática social. Proponho que as

causas para a diluição das modalidades urbanas da esfera pública (os episódios de encontro espontâneo e a presença organizada) se mostram relacionadas a três vetores de racionalização:

- (a) vetores *cognitivos e éticos*, que operam sob forma de saberes, valores e orientações que liberam atores de vínculos a contextos sociais e urbanos mais amplos para focarem-se em suas lógicas autorreferentes;
- (b) vetores de *ação* resultantes dessas orientações, as quais operam sob forma de associações estratégicas internas em campos de atuação especializados, igualmente autorreferentes – como os campos dos produtores do espaço urbano –, estabelecendo relações de dependência estratégica com outros campos, como o sistema de regramento da urbanização e apropriação da cidade e o sistema de decisões políticas, em severa desconexão com a sociedade civil, reduzida à categoria de consumidores tipificados de espaço;
- (c) vetores da *manifestação material* dessas ações na produção do próprio espaço urbano, notavelmente sob forma de modos de construir e de padrões arquitetônicos e urbanos. Esses vetores reproduzem, instalam, fixam e reforçam as tendências de divisão produzidas nas esferas privada e institucional, os quais parecem convergir entre si e para longe de instâncias substantivas dos valores, práticas e contextos sociais e urbanos da esfera pública.

Como evitar essa queda na “divisão sem fim” e nas lógicas da separação típicas da racionalização estratégica do espaço urbano, a serviço da funcionalidade exclusiva e do ideal da segregação? Não se trata de abandonar os ganhos e o potencial da racionalidade, mas de ressituar formas de racionalidade urbana sob o ponto de vista de valores mais amplos, e de orientá-la em agendas de debate para a formação das opiniões públicas. A reconquista da cidade tem a ver com o resgate em relação a uma “modernidade dilacerada” que não pode ocorrer apenas em uma esfera normativa institucional circunscrita, ou em atos eventuais de atores específicos, mesmo que coletivos. Ela demanda o fortalecimento da opinião pública e seu impacto sobre as deliberações das instituições democráticas de planejamento, incluindo os seguintes itens:

- O debate sobre a responsabilidade urbana – a partir do *ethos* da cidade como meio do convívio de diferentes campos e agências sociais – que se inicia no reconhecimento do papel do espaço privado na afirmação do público;
- O debate de descrições capazes de objetivar, e ações capazes de reverter, o uso estratégico dos sistemas legal e de planejamento na produção de espaços que renunciam a essa responsabilidade urbana. Falo da passagem de uma “ética da urbanidade” à ação política cotidiana informada, em diálogo com as esferas técnica e científica, e o acesso a instâncias de decisão, de outro modo invisibilizadas.
- A influência dos discursos públicos informais em torno de questões urbanas de interesses, formados em campos sociais autônomos, sobre as práticas deliberativas das instituições de planejamento. Sem esse alcance, os discursos públicos não ganham poder político de fato.⁵³

Esses itens são claramente pautados por uma ética de equilíbrio de pesos entre atores que a cidade – juntamente a outros meios de comunicação, como as redes transespaciais – pode oferecer como estrutura de situações comunicativas: a possibilidade de reconhecimento de lógicas espaciais que expressam certos nichos sociais, e a possibilidade de transformação do espaço público e privado. A manifestação mais plena dos atores na esfera pública (o campo da vida social onde as opiniões públicas são formadas) demanda uma noção compatível de espaço público e o debate em torno da produção urbana. A proposição central deste texto se refere à reversão das tendências de anomia e à reafirmação da cidade como campo da política do cotidiano por meio da retomada da ética social do convívio na essência da ideia da *polis*, capaz de colar as fraturas entre práticas alheias entre si e entre pedaços de subsistemas apenas funcionalmente dependentes. Uma ética capaz de pautar, primeiramente, a geração de padrões técnicos em arquitetura, fazendo uso de conhecimentos mais atentos e precisos dos impactos de diferentes padrões urbanos, com comprometimento dos atores envolvidos na produção e planejamento do espaço urbano; e ainda, o papel da esfera normativa, de modo a chegar a regras urbanas e práticas institucionalizadas de planejamento que expressem essa orientação à diversidade de agências e demandas.

Finalmente, um texto com essa natureza – uma análise da racionalização urbana e suas consequências – poderia ser entendido como uma sequência de opiniões não corroboradas por evidências empíricas. Esse entendimento ignoraria as abordagens sistemáticas, de caráter histórico, sociológico ou filosófico – como os diagnósticos realizados por vias teóricas distintas por Weber e Durkheim, Adorno e Habermas, Arendt e Chauí –, focadas, contudo, em deslocar perspectivas que naturalizam processos anômicos e os tratam como dados. Meu objetivo certamente não é demonizar agências econômicas, mas analisar estruturas de ação de modo a identificar condições de autorreferência em esferas e agências especializadas e de desprendimento das implicações de ações sobre outras esferas e processos sociais. Uma análise dessa natureza não se apoia apenas em itens demonstráveis como em um procedimento científico: lembremos que nem todo conhecimento pode atender os requerimentos da demonstração, nem todo tema é passível desse tratamento. Do contrário, o que fazer com problemas éticos e políticos? As análises sociológica e urbana poderão lidar com evidências identificadas de modo interpretativo e, assim, sujeitas a diferentes leituras. Se sistemáticas o bastante, serão colocadas, portanto, como diferentes narrativas – talvez concorrentes. Uma narrativa só será totalitária se propuser uma visão de mundo única, fechada e tida como a resposta para tudo. Temos narrativas assim de diferentes matizes circulando por todos os lados.

O que proponho neste texto é mais fragmentado que isso: é pautar decisões urbanas em um ethos ou procedimento do trazer a público o tema, os modos e os modelos da produção do espaço, aumentar a transparência dos procedimentos institucionais de decisão e as agências envolvidas. O que motiva este texto é exatamente o risco do totalitário que enfrentamos na produção do espaço urbano contemporâneo no Brasil: uma lógica que se impõe sobre a cidade e seus espaços públicos. Desde a *Política* de Aristóteles⁵⁴, entendemos que o espaço urbano fomenta a diversidade social – sobretudo em espaços do comércio e da troca –, algo que a cidade funcionalizada do século XX e os espaços controlados da cidade brasileira do século XXI perdem progressivamente. Minha breve narrativa desse processo se coloca como uma entre outras – mas urge a crítica e a recusa desse modelo generalizado em nome de um debate apto a considerar visões distintas do urbano e da arquitetura. Um debate pautado, entretanto, por um senso de responsabilidade do privado com o público, capaz de alimentar uma política deliberativa institucional.

Tampouco é necessário desenhar um quadro apocalíptico da cidade: há áreas em cada cidade pulsando urbanidade. Centros urbanos seguem constituídos de espaços abertos densos como aqueles historicamente associados com o sentido e origem das cidades como expressão da interação social, da divisão do trabalho, da organização política e da vivência do coletivo em sua forma mais sofisticada e difícil: a democracia. Ao termos pessoas na rua, qualquer tipo de efervescência pode emergir. Poderemos, portanto, nos aproximar da ideia da *polis*, do exercício cotidiano do convívio e da troca com potencial político. Outras esferas, como os condicionantes legais e regras urbanas que orientam a produção do espaço urbano, são meios para essa reconquista.

Os argumentos deste texto giram essencialmente em torno de duas hipóteses sobre a cidade. (1) Há uma racionalização de esferas da prática de produção do espaço, e por extensão do espaço urbano, associando a diluição do social à diluição do espacial e à implosão da relação franca entre público e privado – por meio da distância, das barreiras, da dificuldade de acessibilidade e visibilidade como dispositivos. A arquitetura, produzida dentro dos critérios de um modo nocivo e autorreferente de racionalização, capaz de retirá-la dos laços da vida plural urbana, segue fragmentando a prática social, agora em sua espacialidade mais imediata ao corpo em apropriação e encontro. (2) A ocupação do espaço público não pode ocorrer desvinculada do espaço construído – ela precisa da sua ancoragem, sua proximidade, sua abertura, sua porosidade. A espacialidade e a apropriação do espaço público urbano estão intimamente atreladas à espacialidade do construído e do privado, e esta parece ser a condição material para a manifestação política *constante*, verdadeiramente urbana, da esfera pública.



Essas hipóteses só encontrarão desdobramento *teórico*, na forma de uma abordagem aos “efeitos sociais da arquitetura”, e *empírico*, na forma de um estudo urbano sistemático, no próximo capítulo – o primeiro da seção sobre a centralidade da forma urbana na reprodução material de uma sociedade.⁵⁵

Vimos até aqui o lugar do espaço como meio das produções comunicativas e informacionais, o referencial da vida coletiva e da asso-

ciação das nossas práticas. Vimos as bifurcações e entrelaces da prática entre as diferentes materialidades das redes urbanas e das redes digitais. Examinamos a condição ética e experiencial da nossa vida na cidade via o conceito de urbanidade. Por fim, discutimos a urbanidade da vida coletiva em sua dimensão política, nos exercícios comunicativos da observação e debate sobre a própria vida em sociedade, e o lugar dos espaços construído e aberto, privado e público na produção dessas situações cotidianas.

A terceira parte do livro trará um retorno à dimensão corporal da prática humana, em estudos focados nos nossos esforços em construir nossas ações e interações. Veremos como o espaço arquitetural e urbano fará parte da fluidez e das dificuldades nessas interações. Esse entendimento chegará finalmente a uma instância infraestrutural do social – as condições urbanas da reprodução material via economia.

Notas

1 “While it may well prove impossible to sort out the relationship between the physicality of urban public space and the politics of the public sphere with any exactitude, there are, I think, some potent points of linkage between them. [...] There is therefore, an intriguing mix of socio-geographical perceptions, expectations and material conditions at work which need to be unpacked if we are to think more cogently about how urban design in general and the shaping of urban public space in particular might influence politics in the public sphere” (Harvey, 2006, p. 17-18); tradução do autor.

2 Sobre a esfera pública como o campo onde se exprimem opiniões distintas sobre a vida econômica, social, cultural e política, veja Chauí (2007); sobre a relação entre esvaziamento do convívio social e a ação política, veja Novaes (2007); sobre a banalização da ética, veja Leopoldo e Silva (2007); nesses temas, veja ainda Low e Smith (2006).

3 Harvey (2012a, p. 60; 2012b); Davis (2012, p. 42).

4 Arendt (1987, p. 64); Arendt interpretada em Novaes (2007, p. 17), respectivamente.

5 Novaes (2007, p. 22-33).

6 Novaes (2007, p. 22, 33, 26) e Dewey (1927), respectivamente.

7 Hauser (1998); Asen (1999); Fraser (1990, p. 57). Veja Perlatto (2012).

8 Kant em Habermas (1984b).

9 Habermas (1984b); Hauser (1998) e Asen (1999).

10 Habermas (1997; 2001).

11 “Quanto mais a cidade cresce, mais abstrata se torna a comunicação dentro dela. Esse abstracionismo é próprio da cidade. Poderíamos até supor uma relação entre os estágios de desenvolvimento da cidade, da democracia e da comunicação social, quando então hoje estaríamos (genericamente) na idade da grande cidade, da democracia plena e da comunicação abstrata – que não exclui as concretas, mas não prescinde da abstrata.” Romulo Krafta (em comunicação pessoal). Sobre a superação da aparente dicotomia es-

paço *versus* novas redes transespaciais de comunicação, veja o capítulo “Entre espaços urbanos e digitais”. Veja ainda Perlatto (2012).

12 Habermas (1984b, p. 151).

13 Um processo que incluiu a produção de novas disciplinas, e que levou as ciências sociais a sua quebra em sociologia, economia e ciência política, tornando-se também seu tema original.

14 Habermas (1984b, p. 155); veja Weber (1958).

15 Uma distinção que vai equivaler a ideias de razão e racionalidade instrumental e não instrumental em Adorno, influentes adiante sobre Habermas.

16 “Onde quer que o conhecimento racional, empírico tenha consistentemente trazido o desencantamento do mundo e sua transformação em um mecanismo causal, uma pressão definitiva se ergue contra as afirmações do postulado ético de que o mundo é [...] de algum modo um cosmos *significativo*. Dado que o modo empírico de ver o mundo – e mais amplamente, o modo matematicamente orientado – desenvolve em princípio a rejeição de toda abordagem que investiga de diferentes modos o “significado” do que ocorre no mundo” (Weber, 1958, p. 350). Tradução do autor.

17 Schluchter em Habermas (1984, p. 176).

18 Em Harvey (1992a, p. 16).

19 Veja o uso do conceito de Durkheim aplicado a um problema de política urbana em Trigueiro (2012).

20 A anomia é ainda acompanhada pela mencionada separação das ciências sociais em economia, sociologia e ciência política. Essa separação analítica das ciências da prática humana termina amparando intelectualmente o notável descolamento progressivo da economia das demais esferas da ação. A ação econômica passa a ser pautada por seus próprios critérios baseados em princípios de maximização de benefícios, entre outros – critérios livres de implicações éticas quanto as suas repercussões no mundo social e em seu ambiente.

21 Essa é a tese central de Adorno e Horkheimer em *A Dialética do Esclarecimento* (1985) – uma tese grave, da qual poucos têm buscado reversão desde Nietzsche e Weber. Habermas, expoente da quarta geração de teóricos envolvidos com a temática, finalmente retoma um projeto de emancipação que não víamos desde Marx – um “filho do pensamento do Esclarecimento”, como nos lembra Harvey (1992a, p. 14). Veja o debate entre Jürgen Habermas e Joseph Ratzinger (Papa Benedito XVI) em Habermas e Ratzinger (2007). A autonomia crescente da economia e anomia caminham de mão juntas ao ponto da ideia de “ganância” ter seu significado recentemente transformado por uma outra escala de valores: é naturalizada e vista como algo positivo. Veja a reação do economista Paul Krugman sobre a imoralidade de decisões em Wall Street. Disponível em <http://nyti.ms/MxiYGA>.

22 Veja Simmel (1950) e Harvey (1992a).

23 Veja Lefebvre (1991, p. 9 e 106, respectivamente).

24 Lefebvre (1991, p. 9, 52, 106, 287, 414).

25 Lefebvre (1991, p. 317-8).

26 Outras passagens de Lefebvre que alimentariam uma história da racionalização do espaço: “O espaço é dividido em áreas designadas (com significados, especializações) e em áreas que são proibidas (para um grupo ou outro). É ainda subdividido em espaços para o trabalho e espaços para o lazer, e em espaços para atividades do dia e da noite. O corpo, o sexo e o prazer são frequentemente definidos sem uma existência mental ou social antes do anoitecer, quando as proibições que sofrem durante o dia, durante as atividades ‘normais’, são suspensas” (Lefebvre, 1991, p. 319-20). “É impossível, de fato, evitar a conclusão de que o espaço está assumindo um papel mais e mais importante nas

sociedades supostamente ‘modernas’ e que, se esse papel ainda não é completamente preponderante, ele logo o será. A hegemonia do espaço não opera apenas no nível ‘micro’, afetando o arranjo de superfícies [...] na vizinhança de unidades residenciais, por exemplo; nem ele se aplica somente ao nível ‘macro’, como se fosse responsável apenas pelo ordenamento dos ‘fluxos’ dentro das nações e continentes. Ao contrário, seus efeitos podem ser observados em todos os planos e em todas as interconexões entre eles” (Lefebvre, 1991, p. 412). Traduções do autor.

27 Foucault (1979, p. 211-2). É curioso e coerente reconhecer o oposto dessa lógica: a ideia de um espaço que influencia um modo de atuação coletiva atravessa a teoria e a prática arquitetônica – o fato de que “a forma molda a função” e vice-versa –, “a prescrição de um modo de vida ao qual o espaço está supostamente atrelado; se quisermos olhar ao contrário, e tentar ver um espaço que, prescrito, resulta num modo de vida, vamos voltar ao clássico dilema da forma-função” (Romulo Krafta, em comunicação pessoal).

28 Veja Bauman (2009).

29 Leopoldo e Silva (2007, p. 132); Arendt (1987).

30 Novaes (2007, p. 15).

31 Leopoldo e Silva (2007, p. 133).

32 Leopoldo e Silva (2007, p. 134).

33 Em discussão com Romulo Krafta.

34 Temos nesse ponto um dilema: “Como não há um saber explícito sobre as implicações entre forma e dinâmicas urbanas, não há como reivindicar algum atrelamento das decisões às teorias. Nossas teorias tentam explicar o que vemos acontecer, com *pouquíssima capacidade preditiva*; como querer que sejam consideradas no processo decisório?” (Romulo Krafta, em comunicação pessoal).

35 Esse raciocínio não implica que o “mercado é o vilão que corrompe o Estado”. Aponta antes que a associação entre atores de produção via mercado e aqueles que gerenciam o espaço urbano pode facilmente ser comprometida. O vício é de origem: um modelo de democracia representativa que permite o alinhamento entre interesses privados e a atuação institucional de atores políticos instalado no momento do financiamento de campanhas pode facilmente afastar essa atuação institucional dos interesses públicos dos representados. Temos evidências frequentes disso nos escândalos envolvendo governos em diferentes escalas.

36 Veja Bauman (2001, p. 112).

37 Entretanto, reproduzem preconceitos antiurbanos que associavam as densidades espaciais a epidemias na cidade europeia do século XIX, industrializada e precarizada, sem infraestruturas, e influenciaram as cidades ideais imaginadas no período, como a cidade-jardim, até a cidade modernista. Esses modelos se mostram, contudo, inadequados mesmo quanto a outros itens de habitabilidade: em situação urbana usual, em lotes, vão oferecer a maior parte de suas aberturas para a face lateral, a poucos metros das empenas dos edifícios vizinhos, retirando privacidade, insolação e iluminação.

38 “O que impediu a *polis* de violar as vidas privadas dos seus cidadãos, e a fez ver como sagrados os limites que cercavam cada propriedade, não foi o respeito pela propriedade privada tal como a concebemos, mas o fato de que, sem possuir uma casa, um homem não podia participar dos assuntos do mundo porque não tinha nele lugar algum que fosse propriamente seu.” Veja a discussão sobre a propriedade privada na polis, seu papel na vida social e existencial em Arendt (1987, p.35).

39 Aristóteles em Sennett (2012, p. 14); veja *Política*, de Aristóteles, na edição de 1998.

40 Veja o capítulo “Os efeitos sociais da arquitetura”.

41 Naturalmente, se considerarmos que apropriação significa “deslocamento urbano”, essa redução inexistente: o movimento (sobretudo veicular) tende a intensificar quando

cidades crescem. Se, entretanto, entendemos “apropriação” como presença de públicos em condições de uso e copresença no espaço público e acesso a atividades amparadas no espaço construído, veremos que ela tende a diluir onde quer que esses padrões se tornem presentes.

42 Santos, Vogel e Mello (1985, p.132).

43 Argumento desenvolvido a partir de discussão com Romulo Krafta, Douglas Aguiar e Roberto Paschoalino.

44 Rezende e Leitão (2003).

45 Montezuma e Oliveira (2010).

46 Os regramentos urbanísticos previstos para a nova fronteira de expansão definem como *critérios de parcelamento* área mínima de lotes de 360m² (como no setor F) a 1000m² de grande porte (setor I), com testadas mínimas de 20m. Os *critérios para edificações* são generosos, com número de pavimentos máximo de 6 até 18 pavimentos; os afastamentos frontais são fixos no mínimo em 5m. Mais gravemente, o afastamento das divisas do lote é obrigatório por lei. Nas áreas da PEU, os índices que fragmentaram a forma das cidades brasileiras a partir de uma abstração definida para atender aspectos de habitabilidade, mas sem atenção a outros itens de desempenho – os índices de aproveitamento de terreno (IATs) – são baixos.

47 Veja o capítulo “A urgência do planejamento”, na terceira parte deste livro, onde esses itens de “racionalidade” (sob o ponto de vista apenas de quem constrói, e não do usuário e do desempenho urbano) são detalhados.

48 A decisão em usar o transporte veicular individual leva facilmente a padrões coletivos de congestionamento. A expulsão *in natura* de subprodutos poluentes de uma fábrica em um rio pode representar redução de custos para o produtor, mas seu prejuízo cumulativo afetará o conjunto, incluindo o produtor. O estímulo à produção de veículos impacta positivamente um setor estratégico da economia e pode reverberar em outros, mas adiante poderá afetar negativamente o conjunto da atividade econômica ao colaborar para a queda de mobilidade na cidade.

49 Veja Schelling (1978), Giddens (1984) e Couclelis (1989), entre outros.

50 Harvey (2012a, p. 60-1). Uma tese a respeito do “esquecimento da política” é a de que as novas tecnologias da comunicação a distância estariam “esvaziando o convívio social e dificultando a ação política” (Novaes, 2007, p. 19). Este não pode ser o caso, como evidenciado no papel dessas tecnologias nos recentes movimentos mundo afora.

51 Name (2012, p. 201).

52 Uso noções de interesse mútuo em Hauser (1998) e participação política através da fala em Fraser (1990).

53 Sobre o conceito de política deliberativa, veja Habermas (1997).

54 Veja a edição de *Política* de 1998, de Aristóteles.

55 Agradecimentos a Romulo Krafta, por seu contraponto; Lilian Laranja, pelas ideias sobre política; Roberto Paschoalino, Douglas Aguiar, Chris Gaffney, Adriana Caúla, Leonardo Name e Julio Vargas, por suas críticas a versões anteriores deste texto.

**SOCIEDADES
COMO SISTEMAS DE
INTERAÇÃO
MATERIAL**

**forma
e dinâmica
urbana**

Os efeitos sociais da arquitetura

...este texto, por sua insistência na relacionalidade das coisas, por sua ênfase no efeito da estrutura elementar de uma cidade na futura elaboração e desenvolvimento de seus padrões de vida [...] começa a esboçar um modo de olhar a espacialidade urbana.

Leslie Martin e Lionel March, *Urban Space and Structures*¹

É lugar comum a ideia de que as coisas têm efeitos ou repercussões sobre outras. A possibilidade de relações entre eventos ou objetos é a propriedade central em uma realidade interligada – algo que está por trás da própria possibilidade de conhecer essa realidade. Não fossem essas relações, nosso conhecimento teria de ser meramente cumulativo, uma soma de saberes sobre eventos isolados. Inferências não seriam possíveis. Teríamos de conhecer a realidade parte a parte, em pequenos pedaços – e gerar um conhecimento tão extenso quanto fosse extensa a realidade que nos cerca. Contudo, nem nosso conhecimento opera dessa maneira, nem eventos são acontecimentos isolados. São as formas de relações inerentes entre as coisas que garantem nossa existência e a possibilidade de vivermos em sociedade, de socializarmos nossas ações, de produzirmos história.

Seria diferente com o ambiente construído e com a arquitetura em particular? A ideia de que a arquitetura enquanto objeto construído seja capaz de produzir efeitos é ainda pouco discutida na teoria arquitetônica e em estudos urbanos – muito menos discutida do que deveria, sobretudo em um momento no qual percebemos reduções dramáticas na diversidade das edificações sendo produzidas em nossas cidades e a substituição progressiva de tecidos urbanos por uma tipologia arquitetônica específica, com implicações potencialmente severas, como veremos.

Que “efeitos da arquitetura” seriam esses? Sobre o que ocorreriam? Em geral, os efeitos da arquitetura são reconhecidos primeiramente em relação a nossa percepção visual. O edifício é capaz de alterar nossa percepção: trazer sensações associadas ao “belo”, ao “feio”, ao “estranho” e assim por diante. Estes efeitos têm uma bem conhecida natureza estética. A arquitetura afeta o sujeito, sua leitura do ambiente, gera ambientes com “ruído” menor ou maior. Vários conceitos foram utilizados para entender esses efeitos da arquitetura: harmonia, equilíbrio, ordem, o “sublime”, o “caótico” e assim por diante. Teorias foram produzidas para explicar esses efeitos sensoriais, iniciando pela estética, uma filosofia desenvolvida desde os gregos, passando pela *gestalt* e pela semiologia, já no século XIX – ambas estendidas à arquitetura e sua relação à percepção humana.

Curiosamente, salvo as considerações de “função”, focadas na configuração interna do edifício, nossas noções sobre os efeitos da arquitetura têm se restringido às suas dimensões estética e perceptiva, amarradas à visualidade da arquitetura. Podemos ainda especular sobre um interessante paralelo entre a ênfase estética, uma constante no discurso arquitetônico, e as teorias da percepção bastante conhecidas em estudos urbanos – por sua vez, afins à fenomenologia, centrada na relação imediata entre sujeito e mundo, e à psicologia como recurso teórico.

Veremos em breve que um resultado frequente dessa ênfase histórica tem sido a redução da arquitetura à sua dimensão estética, tanto em discursos eruditos quanto nos de senso comum. Há um grande desconhecimento e mesmo uma espécie de alheamento a respeito das possíveis influências da forma arquitetônica sobre outros aspectos da experiência humana, como sobre as condições da nossa apropriação do espaço, por exemplo. Temos leituras sobre relações entre forma e aspectos como a “vitalidade urbana”, como veremos adiante, mas o fato de que essas leituras não encontram lugar de destaque no debate em arquitetura e urbanismo é uma evidência de seu limitado grau de amadurecimento. O fato de que essas leituras tampouco parecem formular o problema em um enunciado teórico sistemático e demonstrável empiricamente é outra evidência. Ainda, há fortes razões em torno da ênfase visual e estética da disciplina, e aqui só poderei discutir parte delas.

Uma provocação: a redução da arquitetura à visualidade

A tendência a permanecer na dimensão visual como *telos* da arquitetura certamente nos captura. Ela pode levar, no entanto, a nos perdermos na “ilusão da opacidade” das formas, na expressão poética de Henri Lefebvre.² Impõe uma espécie de *eterno retorno* à “visualidade” e ao “compositivo” como composição apenas visual da forma. A fixação na dimensão estética da arquitetura nos remete de volta à superfície da forma. Ela prende o sujeito ao objeto por um único fio: o fio reificado da visão. Olhamos o objeto arquitetônico e retornamos ao nosso lugar como sujeitos visuais e estéticos – e então novamente ao objeto arquitetônico como objeto da visão. Uma circularidade reconstruída na própria teoria e crítica da arquitetura: da forma à estética e da estética à forma, *ad infinitum*.

A fixação na visualidade da arquitetura e no seu impacto estético como seus fins mais nobres ou relevantes nos leva a ignorar seus vínculos *para além dela mesma e da nossa visão*; essa fixação não nos leva para fora do círculo da forma e leitura da forma. A sedução da visão nos faz permanecer na superfície do objeto arquitetônico, já que a visão não o penetra substancialmente; não evoca outras possibilidades da experiência do espaço e dos eventos no espaço da arquitetura. Tende a relegar a um status menor a arquitetura como *locus e meio ativo* do modo como vivemos coletivamente. Chamo essa tendência de *visualismo*, para diferenciar entre esta ênfase na visualidade, exclusiva e reducionista, e a dimensão visual da arquitetura, obviamente viva e importante. A dimensão visual ocupa um lugar significativo em nossas experiências; ela é um problema fundamental para nossas vidas e cidades. Mas a fixação no visualismo nos tem distanciando do entendimento do lugar da arquitetura *além* da experiência da visão, em nossos atos vividos nos seus ambientes e estruturas – os quais estenderão seus efeitos para outros lugares e atores.

A possibilidade de que a arquitetura tenha efeitos para além do visual certamente nos estimula a procurar novas conexões entre ela e nossas vidas e experiências. Algumas dessas conexões têm sido frequentemente ignoradas, subteorizadas ou invisibilizadas nos discursos arquitetônicos. Elas estão, de fato, entre as coisas mais difíceis de se “ver” em arquitetura. Afinal, como entender impactos da espacialidade da arquitetura para além do visual? Sobre o que mais ela impactaria?

Sabemos que seu papel inicia pela proteção e conforto, e que ele vai bem além desses itens basilares. A arquitetura também ampara nossas experiências e nossa vida coletiva – mas veremos que tampouco esse papel se encerra na ideia de “função”. Se esse é o caso, como entender a influência da arquitetura sobre coisas mais amplas, como nossa experiência e ação coletiva? Antes de mais nada, como entender relações entre duas coisas tão distintas – entre a arquitetura e seu espaço e nossas experiências e ações?

Quero sugerir que a intenção de conhecer as conexões entre um fenômeno tangível como os espaços da arquitetura e algo volátil como nossas ações no seu espaço nos levará imediatamente *além* da dimensão estética e do foco na *visualidade* como propriedades e valores superiores da arquitetura e da prática da arquitetura. Alerto que, ao seguirmos esse intento, nos chocaremos mais e mais com a ideia da arquitetura como arte, e da arquitetura-arte como a arquitetura mais elevada, ou mais: como a “verdadeira arquitetura”, o que faz da qualidade de arte o horizonte, o fim mais nobre da arquitetura.

Minha intenção não é meramente contrapor a dimensão visual e estética da arquitetura, que existe e pulsa, mas mostrar que a arquitetura é, ao mesmo tempo, arte e mais que arte. Haveria de se investigar as origens dessa dominância da visualidade; desse visualismo que, ironicamente, nos cega a visão do papel da arquitetura na geração da vitalidade do social e do humano em sentidos mais amplos. Entendo que, por trás da sedução da visualidade, há uma condição epistemológica fixada em objetos isolados, e uma redução da arquitetura a uma ideia de forma essencialmente autocontida em si e em seus efeitos estéticos. A redução da arquitetura a uma dimensão cartesiana da forma do objeto (e não das suas relações) e a uma dimensão kantiana da autossuficiência do espaço enquanto forma estética e categoria da experiência (e não como *locus* da prática e meio da comunicação), bem como a redução do sujeito humano a um sujeito estético que se segue, parecem nos impedir de ver a arquitetura como fenômeno colhido em *tramas de atos e relações* em constante movimento e mudança. Leva-nos a esquecer o sujeito complexo que vive a arquitetura como contexto de seus atos, de suas interações e relações com outros atores, que conjuntamente produzirão o que chamamos de vida social.³

Podemos ver quanta riqueza desses papéis da arquitetura – experienciais, interpretativos, comunicacionais, sistêmicos – fica assim ex-

cluída. Gravemente, essa exclusão segue sendo o caso em grande parte da teoria e da prática, da pesquisa e do ensino, mesmo que novos conhecimentos em torno da importância do espaço na vida social nos permitam apontar que tais reduções são *cada vez mais insuficientes*.

Da visualidade à vitalidade: um outro paradigma para entender a arquitetura

Quero tratar aqui um lugar mais amplo da arquitetura na *vitalidade da nossa experiência e na constituição do mundo social* como horizonte ainda a ser explorado na teoria e prática da arquitetura e do urbanismo – um horizonte também pulsante e urgente. Entretanto, ainda que a tradicional fixação na visualidade da forma não suspenda a existência de suas conexões com nossa experiência e ação, estas certamente demandarão mais de nossa atenção. Tentemos, a partir de agora, evidenciar a possibilidade de formas arquitetônicas, em suas relações com outras formas e o espaço público, terem um lugar em nossa experiência social e a forma de nos apropriarmos do espaço; um lugar aparentemente improvável, mas que, uma vez examinado de perto, revelará a arquitetura como parte essencial da vitalidade de nossas cidades e sociedades. Argumentarei que esses efeitos sociais começam já no edifício implantado no seu quarteirão, em qualquer um de nossos bairros – e que esses efeitos são, com frequência, perigosamente independentes daqueles desejados pelo arquiteto no momento do projeto.

Esclareçamos quais seriam esses efeitos sociais. Considerando que edifícios, mesmo em sua unidade como objetos, são estruturas com uma espacialidade interna e uma espacialidade externa, temos duas possibilidades iniciais de efeitos: aqueles internos, da edificação sobre o que ocorre dentro deles, e os externos, os efeitos da edificação sobre o que há fora dela. *Efeitos internos* se referem aos impactos da configuração sobre o que fazemos dentro da edificação: nossos encontros, movimentos e ações, realizados através da sequenciação de espaços. Aqui começamos a nos aproximar da ideia que apontei há pouco: a possibilidade de *a arquitetura ter efeitos sobre o que fazemos e como interagimos no espaço*.

No interior do edifício, essa possibilidade é abordada pela teoria arquitetônica através do conceito de “função”. Vejamos brevemente do

que ela trata. Alguns poderiam argumentar, com razão, que a arquitetura como objeto produzido para abrigar atividades humanas pode falhar ou ser bem-sucedida: ela pode, termo usual em arquitetura, “funcionar” bem ou mal. Em outras palavras, a estrutura interna do edifício pode ou não contribuir no desenrolar de uma atividade ou sequência de ações.

Nessa leitura, a possibilidade de efeitos internos da arquitetura sobre nosso atuar conjunto é reduzida a algo bastante pragmático. A sequência adequada de espaços internos, dimensionados também adequadamente para dar suporte às respectivas “partes” da atividade, levaria isomorficamente a uma cadeia adequada de relações, temporalmente e funcionalmente, entre ações de atores distintos dentro desses espaços. Essa sequenciação espacial garantiria as conexões certas entre as ações certas, digamos, e evitaria aquelas tidas como contraprodutivas no fluxo daquela atividade. Nessa visão, a atividade humana é reduzida a uma teleologia, a uma sequência de ações cujo fluxo e final são sabidos, antecipados pelo arquiteto, e pré-programados e prescritos pela arquitetura. O espaço arquitetônico é reduzido a uma mera condição infra-estrutural que garanta, e aparentemente imponha, essa visão lógica e teleológica da atividade em questão. Esse primeiro campo de efeitos – os efeitos internos da arquitetura – é tema de teorias normativas, como as da mencionada relação “forma-função”.

A esses efeitos internos de ordem física, corporal, podemos adicionar outros, mais complexos: os *efeitos informacionais* sobre as práticas e interações que transcorrem no espaço da arquitetura. Na verdade, os espaços internos do edifício não necessariamente nos apontam com quem devemos nos comunicar nem determinam rigidamente a forma das interações e das relações sociais ali encenadas. Mas instalam, quase inconscientemente, modos de comportamento, de interpretação mútua e de comunicação, assim como podem sugerir caminhos dentro da edificação, entre suas partes, os quais podem corresponder às complementaridades entre as diferentes ações que compõem a atividade ali desenvolvida. Essa leitura é intencionalmente mais ampla que a ideia usual de “funcionalidade”, ao buscar evitar a redução do papel da arquitetura na nossa interatividade à mera coordenação nas conexões de nossas ações no espaço interno do edifício.⁴ Precisamos ampliar a leitura funcionalista e buscar as implicações do espaço arquitetônico sobre os modos como nos apropriamos e agimos conjuntamente nos espaços da arquitetura.

Temos ainda o segundo campo de efeitos do edifício, aqueles sobre os espaços que lhes são *externos*. O mais conhecido efeito externo é o efeito visual, sobre nossos olhos, como vimos há pouco. Outros tipos de efeitos externos parecem mais improváveis. Quero argumentar, contudo, que exatamente estes efeitos estão entre os mais importantes, porque se referem aos *impactos da edificação sobre o que fazemos fora dela – a ação que ocorre para além do seu perímetro*, mas atrelada a ela.

Como seriam esses impactos sobre ações? Como algo físico e imóvel poderia ter efeitos sobre seres móveis, atuantes e complexos como os humanos?⁵ Para respondermos a essa pergunta, devemos entender do que a ação no espaço externo à arquitetura consiste, e qual é sua relação com o espaço construído da arquitetura. Primeiramente, atuamos na cidade e nos movemos entre seus lugares e atividades buscando interagir. Nosso movimento e busca por atividades e interações não ocorrem de modo livre da relação com o espaço arquitetônico. Eles dependem da arquitetura e do acesso a atividades nela sediadas. São fenômenos materialmente ancorados na interface edifício-espaço público ou na permeabilidade entre edifício e rua. Veremos que, a despeito do imenso número de elementos que compõem o urbano, essa relação é tão forte que a própria *intensidade da apropriação e mesmo a densidade de nossos encontros no âmbito do espaço público da rua são impactados pela arquitetura* – não apenas pela sua densidade, mas por sua forma e implantação. Mas como esse poderia ser o caso?

Temos aqui um ponto absolutamente central na relação entre espaço urbano e vida social, na ideia do espaço como condição para aspectos importantes, basilares da vida coletiva. Ao atrair o movimento e amparar os encontros no espaço público e a possibilidade de acesso ao próprio edifício, a forma arquitetônica envolve também um potencial de trocas sociais e microeconômicas, que se manifesta localmente. As articulações entre o espaço interno da edificação, as atividades que esta abriga e o espaço público e suas dinâmicas próprias, que ainda expressam localmente as dinâmicas mais amplas da cidade, consistem na verdade nas pontas visíveis de uma trama de tremenda complexidade. Essas tramas são as ações e interações de uma infinidade de atores atuando nesses e em outros lugares – uma rede de produção que se completa no momento do encontro e da troca final dentro da arquitetura e na sua permeabilidade com os canais do espaço público.

Dito de outro modo, as trocas que acontecem na interface edifício-espaço público são os momentos nos quais culminam as tramas imensas da vida social e da economia, produzidas dentro e entre cidades – lá, exatamente nos espaços locais do nosso cotidiano. É importante notar que as tramas microeconômicas, na verdade, não são dissociadas da vitalidade das trocas sociais: elas são constituídas por comunicações que também constituem a vida social, elas são parte da vida social, e elas são a “espinha dorsal” que permite sua reprodução.

As trocas no espaço público e sua ramificação no espaço da arquitetura, uma razão social e histórica da cidade, e os efeitos da arquitetura em seu entorno serão os temas que discutirei em detalhe a partir daqui, sintetizando esforços anteriores.⁶ Ainda que igualmente centrais, deixo as considerações sobre o primeiro campo de efeitos sociais da arquitetura – os efeitos interpretativos e comunicativos dos espaços do edifício – para outro momento.⁷

Propriedades da forma arquitetônica e urbana

Como podemos conceituar a possibilidade de efeitos da arquitetura sobre a vida social no espaço público? Podemos nos aproximar fazendo algumas perguntas mais elementares: como a forma arquitetônica ampara nossas ações? Haveria alguma relação visível entre a forma, nossa presença e nosso agir no espaço público? Essas são perguntas difíceis de serem respondidas sem uma preparação teórica prévia. Talvez se víssemos o problema de uma outra maneira, de modo a *avaliarmos a extensão da presença do espaço arquitetônico no nosso fazer*, e nos perguntássemos sobre *o que aconteceria se mudássemos essa presença*, poderíamos reconstruir as condições mais fundamentais da relação entre arquitetura e seus efeitos sociais, ou ao menos vê-las com mais clareza. Esse tipo de questionamento explora o “contrafatual”; é um modo de rompermos com a “realidade como ela se apresenta” para chegarmos às suas condições elementares. Por exemplo, teríamos a mesma densidade de ações e interações em ambientes com diferentes densidades e configurações?

Leslie Martin e Lionel March se fizeram perguntas como essa no início dos anos 1970.⁸ Eles examinaram as propriedades espaciais fundamentais que constituem diferentes formas e seus arranjos, e nos

ofereceram os primeiros indícios sistemáticos de que há realmente diferenças nas condições de como o espaço pode amparar nossas práticas. Eles demonstraram o comportamento superior de certos tipos de formas sobre outros quanto à absorção de área e densidade. Vejamos como eles chegaram a essa conclusão. Na figura 1, à esquerda, a moldura e o quadrado em preto têm a mesma área; ainda, no esquema seguinte, o quadrado e todas as molduras também têm a mesma área, mostrando o melhor desempenho das “bordas” dos polígonos para absorver área, no conhecido diagrama de Fresnel.

Na forma tridimensional, encontramos um comportamento semelhante. As distribuições de borda apresentam menor altura que as isoladas, tendo a mesma densidade. À direita, mapas fundo-figura mostram um trecho de Manhattan, então com média de 21 andares e quarteirões cobertos por forma edilícia fragmentada, em comparação com quarteirões com implantação periférica de edifícios alinhados, lembrando cidades como Barcelona, apresentando a mesma densidade que a volumetria complexa de Manhattan, mas com apenas sete andares e mais área de térreo disponível.⁹ Esses estudos mostram como o desempenho da forma pode ser completamente contraintuitivo. A despeito do que tendemos a pensar, implantações de borda se mostram com grande eficiência para absorver densidade. A forma arquitetônica, ao compor o quarteirão com essas características, vai replicar essa propriedade.

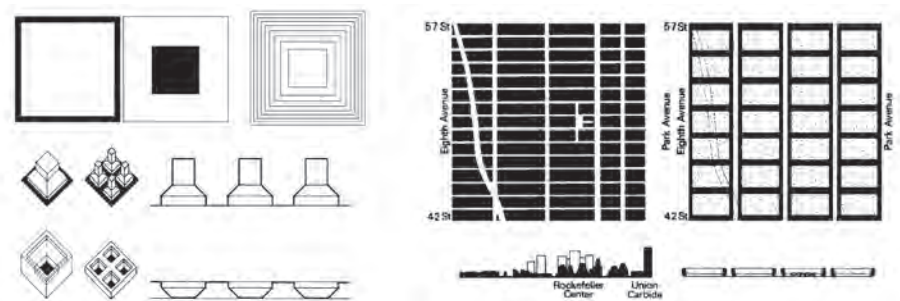


Figura 1 – O logo do Martin Centre em Cambridge, mostrando as duas implantações arquetípicas, aquela de borda e a isolada; o diagrama de molduras quadradas de mesma área do quadrado central, de Fresnel; a exploração tridimensional de Martin e March: propriedades geométricas fundamentais influenciam o desempenho da forma arquitetônica e urbana quanto ao potencial de densidade.

A forma periférica tende a estimular a densidade arquitetônica, com a vantagem de liberar o espaço aberto do interior do quarteirão

para uso, ventilação e iluminação. De modo oposto, quarteirões cujos edifícios apresentam grandes espaçamentos ou recuos entre si, sem continuidade de fachadas, terminam por reduzir o potencial de densidade dos quarteirões. Edifícios isolados precisam então verticalizar-se para ganhar densidade. Para Martin e March, essa diferença espacial não viria sem implicações teóricas e práticas:

Um passo em direção à formulação teórica será tomado quando reconhecermos que a questão de edificações altas ou baixas não é simplesmente uma disputa entre duas formas alternativas de construção. Há, na verdade, aspectos em uma gama mais ampla dentro da qual, quando o volume muda de alto para baixo, e da torre para seu inverso, o edifício de borda gerador do pátio no quarteirão, essa mudança dá origem a uma série de relações internas e a um espaço em torno do edifício em si em constante mudança. Como tal problema complexo pode ser estudado?¹⁰

Martin e March estendem as implicações entre forma edificada à intensidade do uso do solo e sugerem implicações para os padrões de vida na cidade: “Eventualmente, emergiu desses estudos o fato de que a forma do edifício teve um efeito considerável sobre a eficiência do uso do solo. Um edifício com precisamente [...] o mesmo número de andares sobre exatamente a mesma área de solo poderia prover 50% mais área construída que outro.” Seu estudo inovador das relações entre forma e uso social do espaço arquitetônico, contudo, não se estendeu ao uso e nossas interações no espaço urbano.¹¹ Podemos, entretanto, tomar exatamente esse passo para entender as relações entre arquitetura e o tecido da vida social no espaço público. De fato, outras definições pavimentaram o caminho nessa direção. Jane Jacobs foi pioneira ao associar padrões da forma produzidos na urbanização modernista e suas implantações envolvendo grandes afastamentos e controle de atividades à ausência de *vitalidade urbana*, fazendo o elogio da forma urbana tradicional. Mais recentemente, o papel das densidades e da forma urbana ainda tem sido associado à interatividade e inovação, em estudos em economia urbana de Edward Glaeser, Gordon e Ikeda, e Richard Florida.¹²

As observações das implicações exteriores da arquitetura vão além da sua forma. Sua “porosidade” em relação ao espaço público tam-

bém parece importar na geração da apropriação social do espaço público. Jacobs já enfatizava a importância da “constituição” – os componentes da forma arquitetônica diretamente ligados à rua, como aberturas e fachadas. Carlos Nelson dos Santos e colegas fizeram observações etnográficas da relação entre a distância entre a casa e a rua, o uso de grades e as ocasiões de contato face a face entre pessoas nessas interfaces. A noção de urbanidade proposta por Frederico de Holanda também enfatiza a relação entre o número de portas e a relação fachada-rua na animação do espaço público.¹³

Juntas, essas observações sugerem que diferentes morfologias arquitetônicas e urbanas teriam diferentes relações com o espaço livre público e sua apropriação social. Podemos perceber também que *o elemento essencial nesse tecido é o próprio edifício e suas relações imediatas com seu entorno*. Entretanto, como podemos atestar em nossa experiência urbana, há grande diversidade de formas arquitetônicas quanto a seus graus de continuidade, altura, densidade, implantação. Precisamos de um passo mais decisivo em direção à análise da forma arquitetônica em si – um modo simples de identificarmos diferenças formais estruturais. Essa diversidade parece passível de agrupamento em léxicos mais recorrentes, em função das características que aproximam mais certos objetos que outros. Esses léxicos costumam ser tratados de modo taxonômico na teoria da arquitetura, gerando categorizações ou *tipologias*. Essa abordagem usual nos será útil.

O estudo dos tipos em arquitetura, naturalmente, guarda variantes culturais. Tipos podem ser organizados de diversos modos – mas um desses modos é de especial interesse aqui: a relação entre o edifício e seus vizinhos, a partir de sua implantação no lote. Essa inserção do edifício no quarteirão costuma ocorrer de três formas: o *edifício cujos limites coincidem com as divisas do lote urbano* (ou, por simplicidade, “contínuo”); o *edifício livre de ligações a outros edifícios*, explorado sobretudo no século XX e que chamaremos aqui de “isolado”; e por fim um terceiro tipo, *híbrido*, uma justaposição dos dois anteriores, apresentando um volume basal horizontalizado, colado nas divisas do lote, e um volume superior verticalizado e sem contato lateral (figura 2). Essas três configurações arquitetônicas, definidas pelo seu aspecto externo e sobretudo pelo grau de continuidade urbana de suas fachadas, parecem representar a variedade de grande parte das formas produzidas em nos-

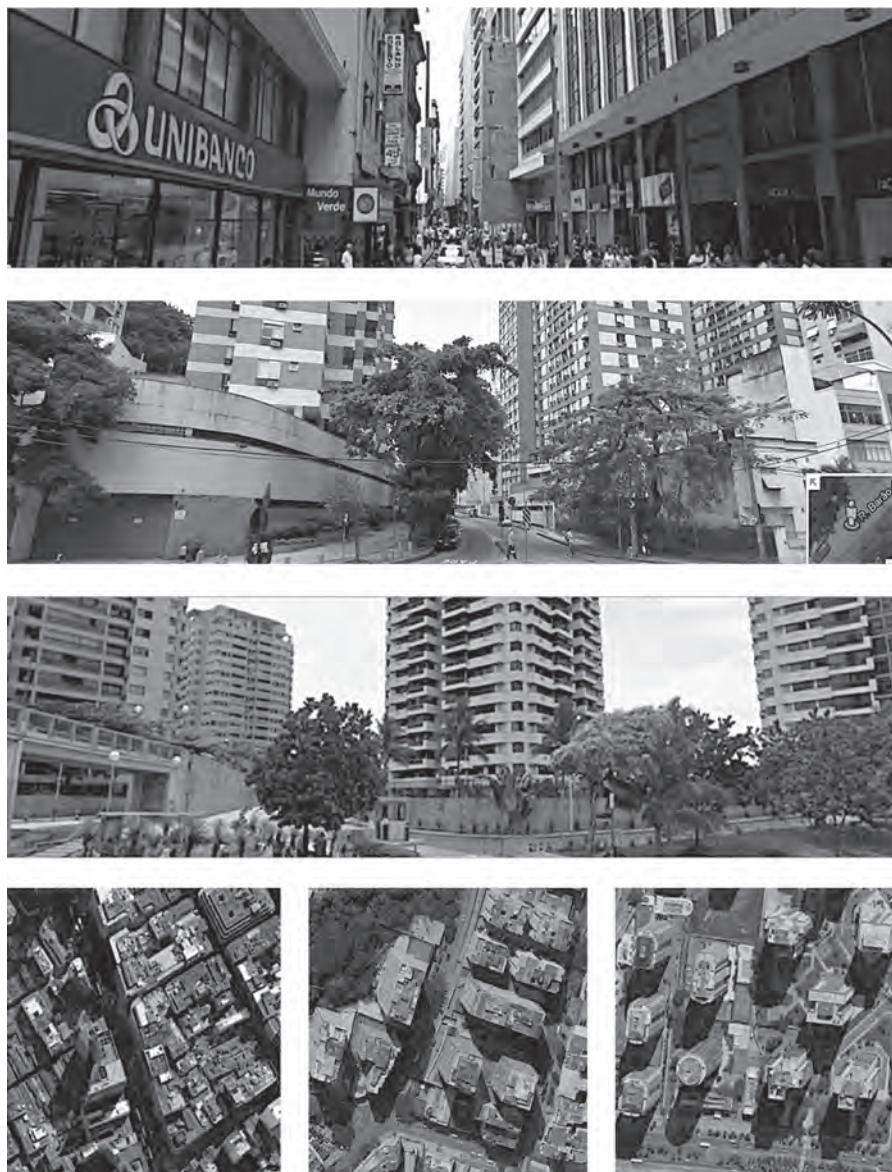


Figura 2 – Tipos arquitetônicos e as severas diferenças morfológicas que engendram: impactos também diferentes sobre a apropriação social do espaço e aspectos de desempenho urbano? Áreas na cidade do Rio de Janeiro: trechos do Centro, Botafogo e Barra da Tijuca.

O próximo passo na busca dos efeitos sociais da arquitetura é relacionar essa classificação de edifícios a fenômenos sociais reconhecíveis no espaço público. As observações que vimos até aqui apontam

a possibilidade de a forma arquitetônica ter alguma influência sobre o que ocorre fora de seus contornos. Fatores como forma e densidade, implantação e afastamentos, fachadas e sua porosidade aparecem como componentes possivelmente ativos nessa influência. Mas o que explica a relação entre essas características espaciais, a presença dos corpos e a intensidade das interações em torno dos espaços da arquitetura? Quais seriam as razões para a arquitetura ter qualquer efeito social, e para distintas arquiteturas terem efeitos também distintos sobre a copresença e a atividade humana no espaço que lhe é externo? E, finalmente, haveria realmente processos sociais locais relacionados mais a certo tipo de arquitetura que a outro?

Estendendo a dialética socioespacial: a tensão entre formas construídas e o corpo

Muito frequentemente subestimada [...] tem sido a dinâmica espacial intrínseca das cidades, as forças criativas e inovadoras que emergem da formação de aglomerações interativas e interdependentes de pessoas, suas atividades e seus ambientes construídos. Este estímulo da aglomeração urbana que chamei “synekismo”, a partir do termo de Aristóteles para a formação dinâmica da polis ou cidade-estado, raramente foi estudado diretamente, e ainda mais raramente concebido como um fator causal ou explicativo [...], embora nós reconheçamos intuitivamente que a mudança e desenvolvimento societal tenham sempre emanado das cidades, e sintamos a importância da proximidade, densidade e da fricção da distância em nosso comportamento cotidiano.¹⁴

Edward Soja

Desejo desenvolver uma explicação para os efeitos sociais da arquitetura baseada no que chamarei *tensões entre formas construídas*. Na verdade, a ideia de “tensões” latentes nas espacialidades que humanos produzem não é original. Elas estão no cerne das proposições da geografia econômica desde Von Thünen, no início do século XIX. Passam pelas tensões ativas já na formação das cidades, como as forças centrípetas regionais e urbanas elegantemente desvendadas pela economia espacial nas últimas

seis décadas. São esses vetores aglomerativos que o geógrafo Edward Soja chama *synekismo*. Soja entende o *synekismo* como um aspecto da chamada “dialética socioespacial” que abordagens na geografia humana identificaram operando em diferentes escalas. A economia urbana ainda reconhecerá essas tensões ativas na moldagem *interna* da cidade – gerando as diferenças de densidade, intensidade de atividades e acessibilidade. Os estudos configuracionais de Hillier e outros reconhecerão essas forças moldando ainda mais profundamente essa espacialidade interna, ao ponto de estruturar, em diferentes graus, padrões complexos da rede de ruas. O componente material que explica essas tensões, compartilhado menos ou mais explicitamente nessas abordagens, é a *distância* – a distância absoluta, no caso da economia espacial, e a topológica, no caso configuracional – e sua imposição inescapável à prática humana, mesmo em tempos de interações mediadas tecnologicamente. Afinal, não podemos ficar imersos apenas em trocas digitais, nem abandonar a corporeidade dos nossos atos e experiências.

Entretanto, nessas teorias, as descrições da relação material profunda entre prática e espaço associada a essas tensões param na ampla escala da cidade como estrutura. Quero argumentar, contudo, que essas tensões não se encerram aí. Tensões socioespaciais se estendem da escala regional que dá origem às cidades, atravessam a geração das heterogeneidades reconhecíveis na forma de estruturas no espaço intraurbano, e chegam até a passagem entre as morfologias urbana e a arquitetônica. *Essas tensões seguem inerentes à espacialidade imediata ao ator e que envolve a corporeidade de seus atos – onde escapariam do alcance dessas teorias para não mais encontrar explicação sistemática.* Argumentarei que essas tensões seguem ativas na escala local de nossas práticas, nas relações entre edificações e entre elas e o espaço público, capturadas na mesma condição material fundamental da distância e da extensão do espaço.

Uma das questões aqui é entender como o corpo é tensionado por diferentes espacialidades. Um conceito com certo potencial nesse sentido é do arquiteto e teórico Bernard Tschumi.¹⁵ Tschumi, provavelmente inspirado no filósofo Jacques Derrida, afirma a arquitetura e o espaço como “violência”. As bordas construídas da arquitetura tornam-se barreiras ao corpo livre em movimento. Contudo, estabelecer barreiras ao corpo não é tudo o que o espaço arquitetônico faz. A relação

entre corpo e arquitetura vai além dos corpos impedidos pelo espaço: ela inclui corpos *impelidos* pelas superfícies edificadas e pelo que elas expressam ou escondem – superfícies que moldam os canais através dos quais corpos se movem. O movimento dentro dos canais da rua pode sofrer diferentes formas de tensão de acordo com a espacialidade das suas superfícies geradoras. Quando as superfícies mudam, a tensão entre fachadas e corpos mudaria. A tensão pode ser constante, quando essas superfícies são contínuas e próximas ao corpo, limitando seu movimento – mas também o impelindo em percursos. O movimento pode ser dispersado por superfícies descontínuas, não mais constantes, como em quarteirões rarefeitos. Espacialidades interrompidas para o corpo em movimento trariam dispersão também às tensões entre a arquitetura e o corpo.¹⁶

Mas essa descrição ainda não evidencia exatamente o tipo de tensão profunda entre corpo e espaço, por incluir apenas a relação com o espaço construído das fachadas e superfícies, e não a espacialidade envolvida no próprio corpo em movimento. Vejamos o modo como o corpo se relaciona com o próprio espaço livre onde atuamos, também possuidor de *extensão*. Essa extensão é sentida pelo corpo como uma *aderência entre a espacialidade do entorno imediato e a espacialidade do próprio corpo em seus gestos*. De modo reverso, a aderência do ato corporal ao espaço é sentida na maneira como a extensão do espaço aberto envolve o corpo, dado que o ato não ocorre em um vácuo livre de fricção ou livre de aderência ao tecido do espaço. Nossos atos e movimentos dependem da superação da extensão da distância entre objetos espaciais, como entre edifícios ou entre lugares.¹⁷

A aderência entre espaço e corpo é atravessada, assim, pelo equivalente a uma “força de atração” entre volumes e fachadas, e entre estas e o corpo – uma tensão que aumenta no inverso da distância, e cai na medida em que nos afastamos do edifício, e na medida em que edifícios se afastam entre si. Por outro lado, distâncias maiores entre edifícios, ou entre eles e nossos corpos, implicam mais fricção com o tecido do espaço livre, e mais esforço no movimento. Implicam, portanto, uma redução da tensão que se manifesta sobre e por meio dos nossos corpos atuando no espaço entre edificações. Assim, a tensão é ancorada em uma espécie de “confronto último”, material, inescapável, entre corpo e espaço, vencido no momento do nosso movimento.

Naturalmente, enfrentamos grande dificuldade para descrever essas relações, parte *visíveis* na forma de espaços (construídos e livres) e na forma de corpos atuando e movendo nesses espaços, parte *invisíveis* na forma de uma aderência impregnando exatamente essa interface corpo-espaço onde se manifesta o atrito da extensão – como a extensão do espaço livre enquanto distância entre espaços construídos, entre edificações. Essas duas classes de relações são particularmente difíceis de representar via o meio discursivo da palavra.

Usemos então um meio com mais afinidade para capturar essas relações: o meio visual e a representação bidimensional da forma urbana. A figura 3 ilustra esquematicamente a relação entre formas construídas e a relação inversa entre “distância” (extensão do espaço entre formas construídas) e “tensão” (manifesta na forma da fricção da distância sobre nossos corpos em movimento, no esforço de atuarmos e interagirmos). Volumes no primeiro diagrama mostram a possibilidade de interação (as linhas): a tensão entre a edificação e o espaço da rua (retângulo horizontal), e a tensão entre edificações (volumes verticais). Os volumes no segundo diagrama representam tipos de arquitetura contínuos, mostrando sua associação direta. Os volumes no terceiro diagrama representam o tipo isolado, cujas relações são mediadas por espaços abertos, que implicariam um aumento das distâncias e a redução da tensão entre esses componentes básicos da forma urbana – e entre eles e o corpo.



Figura 3 – Esquemas de relação entre arquiteturas e espaço aberto. A tensão entre espaço construído e espaço livre ($T1$) e entre espaços construídos ($T2$). Relações não são meramente topológicas, mas expressas na extensão do espaço e na distância. O modo como o corpo se apropria de seu espaço imediato é impregnado por relações de extensão e posição, e seu jogo de tensões.

A tensão 1, entre fachada do edifício e espaço público, é dependente da distância entre eles. A proximidade aumenta a tensão com o espaço aberto, aparente na proximidade ao próprio corpo no espaço

público. A tensão 2, entre edifícios, é produzida pelas distâncias que, em última análise, terão de ser percorridas pelos atores nesse entorno imaginário. Essas tensões envolvem o corpo de maneira mais intensa quando não há distância entre edifícios.

Tais configurações arquitetônicas elementares podem gerar arranjos urbanos distintos e de infinita variedade combinatória, situados entre os dois casos arquetípicos de arranjos (figura 4). As tensões mais fortes entre volumes no diagrama de cima (representando o tipo contínuo) seriam função da sua proximidade. Essa proximidade se manifestaria como menor fricção para o movimento do corpo e uma condição para intensificar a copresença. Os volumes no diagrama de baixo (representando o tipo isolado) apresentariam distâncias que implicariam na redução das tensões entre edifícios e entre estes e o próprio espaço público. Teriam, assim, impactos contrários sobre nosso movimento e nossa copresença.

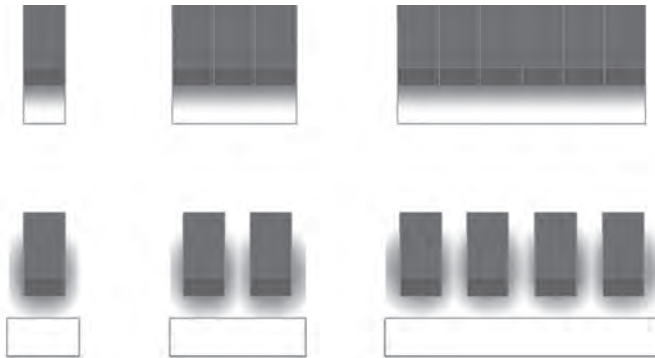


Figura 4 – Arranjos arquetípicos de células arquitetônicas e as tensões entre elas e o espaço aberto. Essas relações e suas tensões internas podem ser replicadas (e intensificadas ou não) na outra face da rua.

Essas tensões entre formas construídas e corpo, reverberadas pela extensão e estrutura do espaço livre, atravessam escalas, para serem reconhecidas operando vivamente na estruturação e desestruturação urbana. Na verdade, essas tensões evidenciam que o próprio conceito de escala é insuficiente para capturar as implicações da espacialidade em sua relação com a prática humana. A trama de relações entre morfologia arquitetônica e dinâmicas socioeconômicas locais é, na verdade, uma parte da trama maior de relações entre espaço e prática.

Há algo bastante intrigante sobre a cidade nesse ponto. Algo que atravessa minha teorização é a ideia de que *a cidade se mostra como uma solução material extraordinária para a relação entre fenômenos que têm naturezas inteiramente distintas*. Alguns deles são constituídos de uma materialidade elusiva (nossas ações, a tensão entre corpo e forma construída); outros, de materialidade tremendamente tangível e rígida (o espaço em si). A tensão entre formas construídas, sentida pelo corpo na materialidade da extensão dos espaços aberto e construído, parece estranhamente análoga a nossa relação informacional, semântica com o espaço arquitetônico e urbano – o que defini como *relação referencial entre a prática e o espaço*.¹⁸ Trata-se também de uma ponte, uma segunda ponte entre prática social e a concretude do espaço, aqui encontrada na corporeidade do ato, o contraponto natural e inevitável a nossa ligação referencial e mental ao espaço.

Mas como ocorre a passagem entre essas coisas tão radicalmente distintas? Uma teoria da tensão entre formas construídas manifestada sobre e por meio de nossos corpos e as possibilidades da copresença e da interação deve descrever as *condições materiais* fundamentais dessa relação aparentemente improvável:

- (1) o espaço tem extensão, assim como nossos corpos;
- (2) a interação dos corpos, necessária para a emergência de sociedades e sua reprodução, demanda superar a extensão entre eles;¹⁹
- (3) o espaço urbano é uma forma de generalizar a proximidade entre corpos;
- (4) o espaço urbano pode, portanto, ser um potencializador do encontro e da interação;
- (5) diferentes configurações do espaço construído teriam potenciais sociais distintos.²⁰

O papel social das densidades e da forma de implantação dos volumes edificados está contido nessas condições ontológicas para que socialidades sejam produzidas. Mas a arquitetura e sua relação aos corpos em interação não se resume a sua densidade ou a forma: ela inclui uma permeabilidade variável em sua interface com o espaço público. Entretanto, qual seria o papel de aspectos arquitetônicos como o grau de porosidade

das fachadas (a densidade de aberturas) e de permeabilidade do lote ao espaço público (a ausência ou presença de barreiras visuais e corporais)? Em princípio, esses aspectos podem *intensificar ou não as tensões entre formas construídas, e entre estas e o corpo*. Seriam, portanto, potencialmente relevantes para a copresença nas ruas e a atividade social e econômica urbana – um item que requer investigação igualmente apropriada.

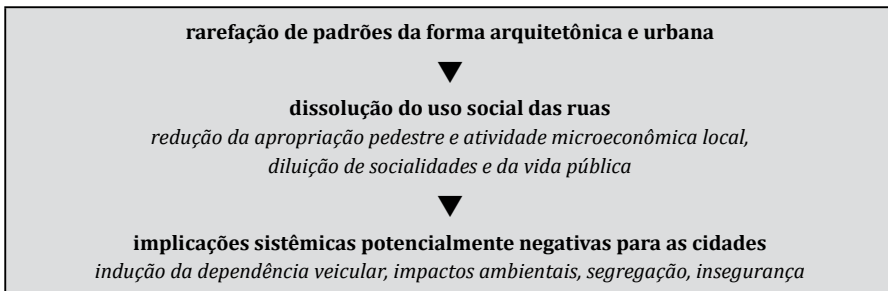
Ainda temos o problema das *atividades* que a arquitetura abriga e sua relação com a própria configuração do edifício. As atividades sociais e microeconômicas são fundamentais no jogo das atrações internas urbanas ao movimento e a nossas interações, potencialmente intensificando o uso do espaço público. Atividades ainda expressam uma economia local. Contudo, como e por que essas atividades são produzidas onde são produzidas? Façamos outra daquelas perguntas contrafatuais: atividades emergiriam dentro de quaisquer condições espaciais – urbanas ou arquitetônicas? Sabemos, por meio de teorias da economia espacial, que elas tenderão a emergir dentro de certas condições de densidade urbana, ou de demanda, por exemplo. Por sua vez, a densidade teria a ver com a interatividade e a diversidade econômica de áreas urbanas. Esses são dois dos achados mais importantes da economia espacial – algo como axiomas da disciplina. Essa relação deve passar, entretanto, pela arquitetura, e essa passagem certamente merece mais atenção.

Sugiro que a existência de térreos que ofereçam condições para a instalação de atividade coletiva é vital na passagem entre o *potencial* para a atividade ocorrer e sua *realização*. E mais: sem a possibilidade de atividades microeconômicas serem implantadas ao menos em alguns térreos ou lugares, nas áreas onde encontram potencial e demanda social, não teremos a chance de ancorar as trocas materiais e produzir a diversidade de atividades que é a própria força motriz das cidades e o elemento basilar das nossas interações no espaço urbano. Esse fator é relevante sobretudo quando pensamos na vitalidade do espaço público. No entanto, térreos com atividades abertas e coletivas não são viáveis em qualquer tipo de edifício. Atividades abertas e de troca pública, como as comerciais, precisam de franco acesso para acontecerem: precisam, essencialmente, de abertura e proximidade ao público e ao espaço público. A economia local também parece apresentar suas condições espaciais *locais* para emergir.

Assim, se os axiomas da economia espacial fazem de fato sentido, uma rarefação *quantitativa* na possibilidade de térreos comerciais

implicaria uma *redução qualitativa*: a própria diversidade das atividades pode ser afetada por um tipo de arquitetura incapaz de dar suporte à troca, o que pode trazer severa dificuldade para a materialização da vida social e microeconômica em áreas da cidade.

Essas observações sugerem uma hipótese de fundo para a relação entre forma arquitetônica e dinâmicas sociais locais, com implicações potenciais de diversas ordens na escala global urbana e sua relação com seu ambiente (esquema 1).



Esquema 1. Hipótese de fundo: a dissolução de tecido urbano como indutora da dissolução do potencial de encontro e interação local, e implicações sistêmicas sobre outros processos urbanos mais amplos.

Vimos que o elemento constitutivo básico desse complexo jogo de tensões urbanas é o edifício. Se esse for o caso, e se a dissolução do uso social do espaço público estiver de fato relacionada à rarefação da forma urbana, a arquitetura deve responder ao menos em parte por isso. Assim, teríamos os fatores da forma, superfície e os conteúdos da arquitetura, todos ativos na sua relação com o espaço público e o que de social nele emerge.

Agora estamos em condição de preparar a hipótese das tensões entre a espacialidade arquitetônica e urbana e a corporeidade inerente a nossos atos com mais precisão. Em contextos urbanos onde propriedades como a acessibilidade e a densidade sejam iguais ou suficientemente similares, o tipo arquitetônico (a) *contínuo* responderia mais adequadamente à vida social e microeconômica na escala local, ao relacionar-se mais diretamente aos espaços públicos e permitir uma relação mais intensa entre atividades e pedestres, por meio de suas fachadas contíguas. Essa hipótese também aponta para a possibilidade de que o tipo (b) *isolado* teria efeitos opostos ao tipo contínuo, variando como função do quão largos são os afastamentos do edifício dos limites do seu lote, e as distâncias entre

ele e seus edifícios vizinhos e à faixa pedestre. Esses fatores afetariam os níveis de movimento pedestre e trariam dificuldades a atividades comerciais, com efeitos potenciais de larga escala quanto ao desempenho urbano, como o aumento da dependência veicular. Quanto mais o tipo isolado for dominante em uma área urbana, menos pedestres e atividades comerciais. Já o tipo (c) *híbrido* teria um desempenho intermediário, em função de sua configuração e fachadas possuírem características mistas, variando conforme a permeabilidade de seu terreno (figura 5).



Figura 5 – A hipótese dos efeitos sociais da arquitetura.

A intenção por trás dessa hipótese é encontrar *se e, se sim, o quanto* a forma arquitetônica influencia o que ocorre em seu entorno: a vida social e microeconômica que emerge e anima bairros, áreas e centros urbanos. Busco sinais dessa última instância da tensão socioespacial nas relações entre edificações e fluxos dos corpos em atuação, um dos “fios” que ligam o espaço ao social. Diferenças espaciais e sociais entre áreas em uma cidade são parte fundamental do problema dos efeitos da arquitetura, dado que o objetivo é identificar efeitos que possam estar presentes mesmo em diferentes contextos. Poderíamos incluir os aspectos simbólicos e interpretativos, os afetos e as preferências, as condições históricas e geográficas que podem influenciar na presença dos atores no espaço público. Entretanto, a abordagem não focará nas formas de sociabilidade em si, mas nos aspectos sociais que a subjazem: a presença dos corpos no espaço urbano como condição para produção das interações sociais e microeconômicas – dinâmicas que só podem

emergir quando há intensidades mínimas de presença humana, e que têm a diversidade como consequência.

Como Jacobs, entendo que a copresença e a interação são fatores que atravessam diferentes campos sociais e emergem em diferentes contextos. São fenômenos que se referem a relações entre espaço, corpo e dinâmicas sociais profundas, subjacentes mesmo a diferenças sociais e seus desdobramentos psicossociais. Contudo, formas de sociabilidade, valores, cultura e classe, dinâmicas e estruturas urbanas e a própria geografia podem afetar hábitos de uso do espaço público, intensificando ou reduzindo a presença das pessoas no espaço público.²¹ Reconhecendo a pertinência de todas essas forças no uso do espaço público como cenário social, vejamos se o efeito da arquitetura sobre a copresença e a interação pode ser reconhecido *mesmo com todas essas diferenças em jogo*. Se esses efeitos puderem ser reconhecidos, mesmo com todas essas riquezas e fatores presentes, esse seria um achado considerável para uma teoria dos efeitos da arquitetura. Mas para tanto, é preciso uma forma de evidenciar a presença ativa da arquitetura na geração da vida urbana.

Uma metodologia para reconhecer os efeitos sociais da arquitetura

Como demonstrar a existência desses efeitos, sobretudo quando a atuação dos atores na cidade não é sujeita apenas à arquitetura, mas a outros fatores, como a distribuição das atividades e centralidades, a acessibilidade, a mobilidade? Dentre os inúmeros fatores ativos em um sistema socioespacial como a cidade, a acessibilidade é geralmente apontada (na economia espacial e em estudos configuracionais urbanos) como o central ou um dos vetores mais importantes, em função de incorporar o aspecto material da extensão e distância. Se desejamos identificar claramente a existência e a extensão dos efeitos sociais da arquitetura exatamente por sua presença pervasiva, essa é a propriedade urbana que deve ser primeiramente “controlada” metodologicamente – seus efeitos, reconhecidos e isolados.

Fazendo uso de abordagens clássicas, desenvolvi com Renato Saboya, Júlio Vargas e colegas uma metodologia para permitir o controle dos níveis de acessibilidade em áreas urbanas sob estudo. A ideia é que, uma

vez que esses níveis estejam conhecidos, podemos examinar com mais precisão as variações na morfologia arquitetônica em ruas teoricamente de mesma acessibilidade. Podemos em seguida *relacionar essas variações (a distribuição de tipos e características na geometria das implantações e fachadas) à distribuição de aspectos sociais e microeconômicas* que compõem o tecido social ativo no espaço público. Fizemos uso da análise da acessibilidade disponível nos estudos configuracionais ou sintáticos, de modo a poder focar no que a própria teoria sintática não trata explicitamente em termos urbanos: a morfologia arquitetônica. O método envolve examinar as características arquitetônicas de um grande número de áreas, e confrontá-las estatisticamente com os componentes sociais presentes nos seus espaços públicos. Depois, envolve verificar se tais coincidências têm sentido material e probabilístico. Aplicamos a metodologia em uma sequência de estudos em três capitais brasileiras. Trarei aqui uma breve síntese dos resultados do estudo conduzido na cidade do Rio de Janeiro, com convergências consistentes com os resultados dos demais estudos.²²

Indícios da relação entre aspectos da arquitetura e de dinâmicas sociais locais

Analizamos 24 áreas, selecionadas aleatoriamente²³, e levantamos 249 segmentos de rua, entre esquinas, e cerca de 3.800 edifícios, dispostos em três conjuntos de amostra, cada um com um nível distinto de acessibilidade, baixa, média e alta.²⁴ Controlamos ainda as densidades populacionais nessas áreas (figura 6). Fizemos observações sistemáticas da movimentação pedestre em cada uma das ruas das 24 áreas durante um dia de semana, das 9h às 19h. Analisamos ainda a distribuições de atividades e elementos da forma arquitetônica, compondo, ao total, cerca de dez fatores sociais e econômicos e quarenta fatores espaciais. Dentro desses 249 segmentos de rua, um número enorme de combinações de tipos arquitetônicos foi encontrada. Essa variedade de combinações espaciais é muito importante neste estudo: é em função dela que diferenças correspondentes na presença pedestre e de atividades poderão ser identificadas. Nossa intenção é comparar a distribuição dos diferentes tipos nessas combinações com a distribuição dos aspectos sociais nesses mesmos espaços, e ver se correspondências consistentes entre forma arquitetônica e práticas no espaço público podem ser encontradas. Áreas inteiramente homogêneas não permitiriam detectar tais correspondências.

Áreas Seleccionadas para Levantamento



Figura 6 – Áreas aleatoriamente seleccionadas no Rio de Janeiro, em três níveis de acessibilidade: alta (cinza escuro), média (cinza) e baixa (cinza claro).

Uma nota sobre o comportamento no espaço urbano. O método que desenvolvemos busca associações ou correlações entre a presença maior ou menor de pessoas e atividades com características espaciais. É correto argumentar que as pessoas têm comportamentos imprevisíveis ou preferências que variam imensamente, e podem portanto se valer de espaços distintos, sem obedecer a qualquer regularidade. Essa variação é certamente parte do problema, e parte da aparente improbabilidade de a arquitetura ter efeitos externos. A correlação estatística aparece quando correspondências marcantes entre as distribuições de comportamentos e a distribuição das heterogeneidades arquitetônicas são detectadas. A variação e a imprevisibilidade são de interesse neste estudo, e elas estão presentes sobretudo na diferença entre uma correlação encontrada empiricamente e a correlação teórica máxima: nessa diferença, temos os possíveis efeitos de outros vetores urbanos, e do que escapa a qualquer expectativa ou regularidade.²⁵ Variações e imprevisibilidades sempre farão parte da relação espaço-sociedade. Não busca-

mos uma fórmula arquitetônica ou de comportamentos, mas ampliar o conhecimento do leque de relações entre forma e a condição de uso do espaço público.

Nossos achados são bastante preocupantes. Considerando a complexidade e número de fatores urbanos que interferem na geração dos fenômenos socioeconômicos locais, as correlações encontradas entre esse conjunto de fatores espaciais com componentes da atividade socioeconômica são bastante expressivas. Trago agora um resumo dos resultados das áreas de baixa acessibilidade no Rio de Janeiro, que apresentam em geral as correlações mais elevadas. As correlações das áreas de média e alta acessibilidade têm variações intrigantes, seguindo, contudo, a mesma tendência geral.²⁶

Lembrando que correlações baseadas no coeficiente de Pearson variam entre zero e -1 ou +1 (correlação perfeita negativa ou positiva), verificamos que características arquitetônicas tendem a ter *correlações consistentes e expressivas* com a presença – ou ausência – de pedestres e atividades microeconômicas. Gravemente, o estudo empírico de larga escala no Rio de Janeiro indica ainda que os tipos arquitetônicos se comportam de modo inverso em relação ao uso social do espaço público: o tipo (a) contínuo correlaciona positivamente, enquanto o tipo (b) isolado correlaciona negativamente com praticamente todos os fatores sociais locais considerados (tabela 1).²⁷

Aspectos espaciais e sociais		Variáveis Pedestres			Atividades socioeconômicas nos Térreos				Tipo Arquitetônico		
		Mov. Ped.	Grupos Estat.	Indiv. Estat.	Resid.	Com.	Com.+ Serv.	Diversid.	Contín.	Isolado	Híbrido
Tipo arq.	Contínuo	0.327	0.447	0.407	-0.413	0.293	0.422	0.428	1	-0.983	-0.054
	Isolado	-0.342	-0.469	-0.415	0.446	-0.318	-0.449	-0.456	-0.983	1	-0.128
	Híbrido	0.094	0.140	0.060	-0.200	0.146	0.163	0.172	-0.054	-0.128	1
	Ind. Cont.	0.418	0.430	0.462	-0.316	0.353	0.380	0.276	0.460	-0.436	0.017
	Afast. Front.	-0.424	-0.393	-0.394	0.2275	-0.386	-0.290	-0.217	-0.317	0.339	-0.129
Lote: Limite Rua	Muro	-0.477	-0.506	-0.460	0.472	-0.454	-0.496	-0.449	-0.428	0.423	0.012
	Grade	-0.196	-0.096	-0.113	0.150	-0.273	-0.199	0.078	0.227	-0.207	-0.099
	Lote aberto	0.627	0.589	0.554	-0.592	0.657	0.650	0.410	0.286	-0.295	0.055
Portas e janelas	Dens. Port.	0.683	0.446	0.499	-0.533	0.610	0.577	0.408	0.551	-0.567	0.111
	Dens. Jan.	0.725	0.512	0.677	-0.466	0.486	0.524	0.338	0.298	-0.301	0.028
Densidade	Dens. Arq.	0.517	0.473	0.508	-0.223	0.326	0.284	0.216	0.428	-0.436	0.060
	Dens. Econ.	0.652	0.369	0.498	-0.360	0.390	0.427	0.256	0.173	-0.172	0.003
Variáveis Pedestres	Mov. Ped.	1	0.553	0.628	-0.682	0.796	0.739	0.336	0.327	-0.342	0.094
	Grupos Est.	0.553	1	0.776	-0.646	0.669	0.658	0.510	0.447	-0.469	0.140
	Indiv. Est.	0.628	0.7763	1	-0.563	0.599	0.616	0.459	0.407	-0.415	0.060

Tabela 1 – Correlações entre aspectos arquitetônicos e sociais na escala local.

Encontramos correlações positivas entre edifícios do tipo (a) contínuo com o *movimento pedestre* e com a presença de térreos com *comércios ou serviços*. Já a correlação entre o edifício tipo (b) isolado e *movimento pedestre* e *comércios ou serviços* em térreos é significativamente negativa²⁸, revertendo quase diametralmente o tipo contínuo. Também dando suporte às hipóteses que apontamos, o tipo (c) híbrido apresenta correlação quase nula ou ligeiramente positiva com movimento pedestre, atividades comerciais e serviços²⁹.

Investigamos ainda a relação entre *diversidade de atividades* (residencial, comércio, serviços e institucional) tanto em térreos quanto em pavimentos superiores, e variáveis pedestres como movimento e presença de grupos estáticos no espaço público da rua. A correlação entre diversidade de atividades em térreos e movimento pedestre é positiva, assim como com grupos estáticos. Fora da tabela-resumo acima, nossos dados mostram que a diversidade de atividades em pavimentos

superiores também é um fator que coincide com movimento pedestre (0,345) e, de modo mais marcante, com a presença de grupos estáticos na rua (0,475)³⁰, dando suporte à hipótese jacobiana da associação urbana entre *diversidade* de atividades e vitalidade social.

E quanto às relações entre diversidade de atividades e tipos arquitetônicos? Encontramos correlações bastante positivas entre *diversidade no térreo* e o tipo contínuo e negativas para o tipo isolado. Temos assim outra reversão de comportamentos entre os tipos, apontando a redução drástica de diversidade para áreas de predominância do tipo isolado. A correlação entre *diversidade de atividades em pavimentos superiores* e tipos intensifica essa tendência.

A *porosidade da fachada* é um dos itens clássicos da ideia jacobiana de vitalidade urbana. Nossos dados confirmam isso. A *densidade de portas* tem fortes correlações com movimento de pedestres, grupos estáticos, comércio, serviços e diversidade de atividades no térreo. A *densidade de janelas* também apresenta altíssimas correlações com movimento de pedestres, altas com grupos estáticos, atividades comerciais e serviços, e em menor grau com diversidade de atividades no térreo. A correlação entre a densidade de janelas dos pavimentos superiores e movimento pedestre é 0,420. As *janelas do térreo*, sozinhas, pouco estimulam o pedestre. Mas em associação, fazem muita diferença: a correlação com movimento pedestre, somando as janelas de todos os andares, é das mais altas encontradas. O pedestre parece preferir caminhar onde há janelas presentes nos dois níveis. Ainda, a densidade de janelas coincide fortemente com *lotes abertos* e com a *continuidade de fachadas*.

Agora vejamos como itens de fachada se relacionam aos tipos arquitetônicos. A correlação da *densidade de portas* com o tipo contínuo é expressivamente positiva, e o inverso para o tipo isolado. Já entre *densidade de janelas* e tipos, temos ligeira queda.

A combinação de correlações entre variáveis socioeconômicas, fatores de fachada e tipos mostra que o tipo contínuo favorece a porosidade entre arquitetura e espaço público, e que essa porosidade é associada positivamente com a presença de pedestres e atividades – em proporção inversa a do tipo isolado.

A tendência é similar para a interface do edifício com o espaço público, sob forma dos afastamentos frontais e das bordas entre lote e passeio. As correlações entre *muros* e *movimento de pedestres* e *muros*

e grupos estáticos na rua são bastante negativas, assim como entre muros e atividades comerciais e serviços de térreo e diversidade. *Grades* apresentam correlações negativas, mas em menor grau com movimento pedestre, grupos estáticos na rua, comércio e serviços de térreo e diversidade. Já as correlações entre *lotes abertos*, movimento de pedestres e grupos estáticos são fortemente positivas, assim como com atividades comerciais e serviços de térreo e diversidade.

Essas observações confirmam a impressão de senso comum de que muros e grades impactam negativamente o uso de pedestres no espaço público e as atividades comerciais ao nível do térreo, sendo mais intensos os impactos do primeiro. As correlações entre *muros* e tipos mostram forte associação entre recuos e muros e o tipo isolado, hoje o preferido pelo mercado imobiliário – fatores de permeabilidade entre arquitetura e rua que terminam por apresentar estatisticamente uma relação problemática com aspectos sociais e econômicos locais. Contrariamente, lotes abertos correlacionam positivamente com tipos contínuos.

Como as características das edificações se relacionam entre si? As correlações entre *tipos* e *densidade arquitetônica* são consideravelmente positivas com o tipo contínuo e negativas com o isolado. Os dados mostraram uma combinação positiva para a presença de atores e atividades entre densidades, lotes abertos e proximidade de fachadas entre si e com a rua.

Esse confronto estatístico entre as distribuições de fatores espaciais e sociais entre si, sumarizados acima, sugere observações de interessante. Considerando a complexidade e número de fatores urbanos e as imprevisibilidades comportamentais que interferem na geração dos fenômenos socioeconômicos locais, as correlações entre fatores espaciais e os aspectos sociais examinados são realmente expressivas. Outras faixas de acessibilidade têm resultados com variações eventualmente intrigantes, seguindo, contudo, a tendência dos sinais positivos e negativos encontrada acima, ainda que geralmente em menor intensidade.

Há, entretanto, formas de investigar a distribuição e comportamentos desses fatores de modo mais “interativo”. Buscamos a seguir identificar os fatores arquitetônicos mais relevantes para a explicação dos efeitos sociais da arquitetura explorando regressões lineares múltiplas, um confronto de todos os fatores entre si³¹. Nesse momento, usamos apenas o movimento pedestre como aspecto

social. Selecionamos em seguida um conjunto de fatores arquitetônicos amplos o bastante para responder pelo movimento pedestre – a densidade de economias, as atividades de comércio e serviços no térreo, o lote aberto e a densidade de portas no térreo, como componentes da forma arquitetônica.

Nas áreas de baixa acessibilidade, encontramos um coeficiente de determinação ajustado (R^2) de 0,703, bastante alto, mostrando que esses fatores espaciais respondem por grande parte da movimentação pedestre. O resultado para a amostra agregada (todas as faixas) traz um coeficiente de determinação ajustado (R^2) de 0,585, alto, com significância estatística atestada, e capacidade preditiva dos fatores arquitetônicos analisados sobre a intensidade do movimento pedestre. Essencialmente, essa análise mostra que um número pequeno de fatores arquitetônicos pode responder por parte substancial das distribuições do movimento pedestre no Rio de Janeiro. Uma das utilidades desse tipo de análise é entender o quanto um fator não apenas *coincide*, mas tem potencial *preditivo* sobre o comportamento do movimento pedestre (sua distribuição e intensidade no espaço urbano), mesmo em outras situações.

Alguns fatores, reunidos, parecem explicar grande parte do movimento pedestre. Como podemos entender o peso de cada um deles, e todos no conjunto, entre si? Há ferramentas interessantes capazes de mostrar exatamente o *grau de contribuição* de arranjos de características arquitetônicas na explicação do movimento pedestre. Utilizamos de forma experimental um tipo de regressão múltipla (PLS) que, à maneira de uma análise de componentes principais, reconhece agrupamentos de variáveis altamente correlacionadas entre si. Essa análise mostra graficamente as intensidades dos fatores em sua relação com o movimento pedestre, a partir da distribuição de linhas que representam cada fator: fatores positivos à direita, negativos à esquerda (figura 7).

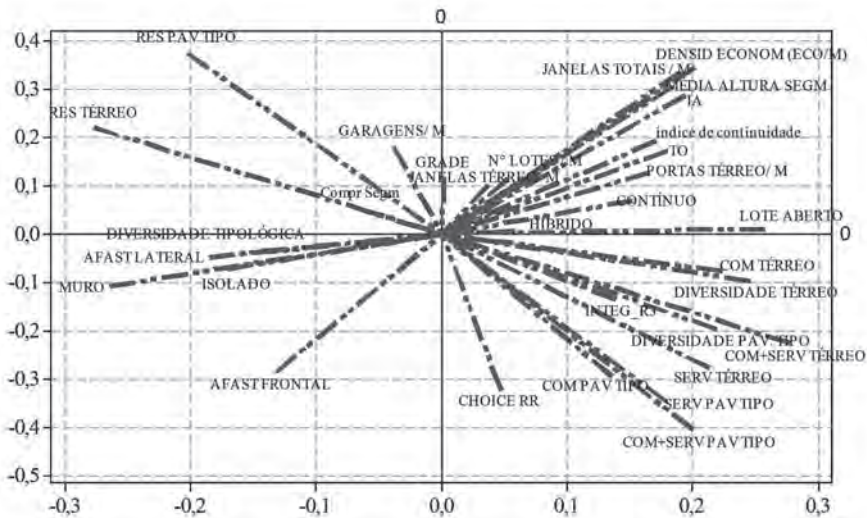


Figura 7 – O gráfico mostra análise de regressão com capacidade preditiva. Os fatores à direita apresentam comportamentos positivos quanto ao movimento pedestre. A extensão das linhas de cada fator mostra seu grau de importância na predição do movimento pedestre.

A análise confronta as distribuições de todos os fatores entre si, em relação ao movimento pedestre. Lotes abertos, comércios e serviços, diversidade, densidade de janelas, a continuidade de fachadas e o tipo contínuo aparecem agrupados com papel claramente positivo. Muros, uso residencial exclusivo, afastamentos lateral e frontal e o tipo isolado aparecem agrupados em seus impactos negativos sobre o movimento pedestre.

Gravemente, o estudo empírico nos mostra que os dois tipos arquitetônicos mais presentes em nossas cidades aparecem associados de modo inverso e significativo com a vitalidade social e econômica de nossas cidades. Os estudos em Florianópolis e Porto Alegre, conduzidos por Saboya e Vargas, respectivamente, alinham-se substancialmente com essas tendências gerais.³²

Fundamentos de uma teoria probabilística dos efeitos sociais da arquitetura

*A única noção de causa e efeito é a de certos objetos que existiram sempre conjuntamente, e que, em todos os casos passados, mostram-se inseparáveis. Não podemos penetrar na razão da conjunção. Apenas observando o próprio fato [...] vemos sempre que, em consequência de sua conjunção constante, os objetos adquirem conjunção na imaginação.*³³

David Hume, *Tratado da Natureza Humana*

O problema fundamental para uma teoria sistemática dos efeitos sociais da arquitetura é o de reconhecer a *existência* e conhecer a *extensão* desses efeitos. Esses dois esforços implicam encontrar regularidades e intensidades consistentes nas conjunções entre causas e efeitos operando mesmo em diferentes contextos urbanos. Como vimos, o reconhecimento dessas conjunções está naturalmente sujeito à diversidade de fatores envolvidos, como a do enorme número de fatores socioespaciais ativos na cidade.

Nossos estudos empíricos apontam para a correspondência viva entre aspectos espaciais e sociais: sugerem a possibilidade de relações causais ativas, as quais estenderiam as relações entre distância e ação encontradas pela economia espacial *até o nível do corpo e dos espaços imediatos da nossa ação*: nossos entornos no espaço urbano.

Mas essa conjunção só faz sentido se linhas de causalidade puderem ser estabelecidas. Esse é na verdade um problema clássico e controverso. Não terei espaço aqui para uma revisão desse debate nas ciências e na filosofia ou para a exaustão da questão em si, mas é preciso problematizar a natureza das coincidências encontradas, dado que mesmo altas correlações não são evidência de relação causal. Não há como afirmar que uma correlação alta entre A e B significa que A causa B ou que há efeitos de A sobre B, mas que A e B são observados conjuntamente em certo contexto.

Esse é o cerne do argumento de David Hume, filósofo e crítico original da causalidade, ainda no século XVIII. Hume questionou a necessidade da relação entre dois eventos apresentar um como consequência inevitável do outro. Sugeriu que causalidades são *impressões*

de sequência que esperamos psicologicamente, dado que mesmo se A estiver sempre sido seguido de B, não podemos induzir que esse será o caso em ocasiões futuras. Para Hume, na causação não haveria relação identificável além da sucessão. Tampouco a indução a partir da enumeração de casos onde uma causa aparente tem um efeito aparente seria uma forma válida de argumento. Outro filósofo, mais recente, Bertrand Russell, resume ironicamente a teoria de Hume: a proposição “A causa B” significa na verdade “a impressão de A causa a ideia de B”.³⁴

A negação da causalidade a partir de Hume significa a rejeição da possibilidade de qualquer vínculo na sucessão ou na coincidência entre dois ou mais eventos. O argumento humeano de que não se pode afirmar que “C causa E” (a suposta causa C leva ao suposto efeito E) é correto em termos lógicos. Mas sugiro que ele demanda considerações quando temos um problema empírico complexo. A agência humana, por exemplo, pode incluir causalidades – quando um fato termina por implicar outro – independentemente da existência de uma “lei causal”, um princípio ativo o tempo todo e regendo cada manifestação.³⁵ O mesmo pode ocorrer com o fenômeno urbano. O problema de buscar relações de causa e efeito em processos urbanos, como a relação entre diferenças na forma da arquitetura e diferenças da intensidade de encontros no espaço livre, ou a relação entre movimento pedestre e a presença de comércios, por exemplo, inicia pela dificuldade de reconhecimento da própria sucessão entre esses fatores. Não sabemos o que veio primeiro, quando há tamanha heterogeneidade de circunstâncias.

Soluções a esse problema podem ser encontradas na teoria da probabilidade. Podemos dizer que a ciência estatística opera o tempo todo – com tremendo sucesso – no espaço das heterogeneidades e na impossibilidade de reconhecimento da sucessão entre supostas causas e efeitos, na impossibilidade da “indução temporal”. Quando observados eventos o suficiente, o acúmulo de coincidências ou conjunções entre fatores entendidos como causas e seus efeitos pode amparar a busca da *probabilidade* de que a conjunção *tenda* a ocorrer em uma próxima situação. Por exemplo, é de fato impossível saber se o sol nascerá amanhã, mas há alta probabilidade de que esse seja o caso.

Métodos têm sido desenvolvidos para representar sistemas de relacionamentos entre os componentes de um fenômeno e inferir relações causais. Esses métodos têm a vantagem de evitar a busca de re-

lações de *determinação* – podem alimentar uma teoria de causalidade que não pressupõe determinismo ou regularidade absoluta na relação causa-efeito, como veremos. A definição atual de relação causal é a de uma relação “que gera diferença” entre variáveis: a intensidade de uma variável faz diferença para a intensidade de outra. *Causas alteram as probabilidades de certos efeitos.*

Vejam como se chegou a essa conclusão. Relações causais são normalmente entendidas como aspectos objetivos da realidade. De acordo, abordagens probabilísticas interpretam probabilidades objetivamente.³⁶ A análise da probabilidade de efeitos é baseada na *frequência* de coincidências e na *propensidade* de que novas coincidências venham a acontecer em novas situações. De um número desconhecido de fatores, um conjunto deles aparece de modo consistente em frequência e intensidade. A análise causal pode mostrar a propensidade do fenômeno se repetir no contexto. Mesmo que a conjunção entre causa e efeito não ocorra em cada caso examinado, ainda é possível haver relação de causalidade, se traços de propensidade forem detectados. Ou como coloca a teoria da probabilidade,

C pode aumentar a probabilidade de E mesmo se as instâncias de C não forem invariavelmente seguidas de E.

Vejam como essas categorias iniciais de estrutura causal se rebatem no estudo dos efeitos sociais da morfologia arquitetônica. Vimos no estudo empírico que tipos arquitetônicos e certas características do edifício coincidem consistentemente com aspectos sociais locais. O tipo arquitetônico traz em si um conjunto de características espaciais que podem ser as responsáveis por certo efeito, como a intensidade da presença pedestre. Uma relação como essa pode ser explicada como “C é uma causa intermediária entre A e E”.



Contudo, nosso tema tem complexidades. Um mesmo efeito pode ter mais de uma causa – digamos, o movimento pedestre pode ser afetado tanto pela presença de janelas quanto pela proximidade das fachadas.

das (as relações do tipo 1, na figura 8). Ainda, uma causa (digamos, um tipo arquitetônico) pode ter efeito sobre um evento E_i (a presença de comércios) e este pode ter efeito sobre outro evento E_{ii} (o movimento pedestre). Um fenômeno tido como efeito pode também ter força causal (as relações tipo 2). Ainda, uma mesma causa pode ter mais de um efeito e um mesmo efeito pode ter mais de uma causa, e eles ainda podem ter efeitos entre si (relações tipo 3). Essas relações ocorrem em sistemas altamente ligados internamente, como é o caso de cidades e sociedades.

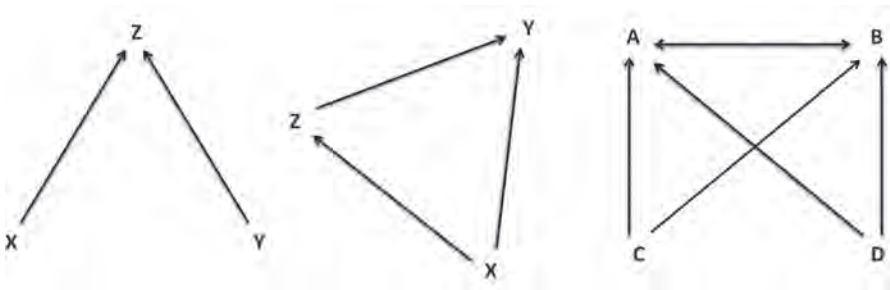
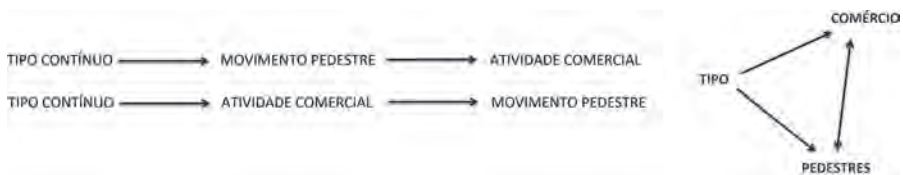
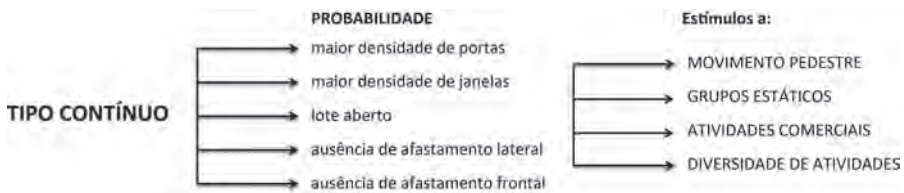


Figura 8 – Exemplos de relações de causalidade: (1) Fatores X (digamos, a morfologia arquitetônica) e Y (acessibilidade) têm efeitos sobre Z (atividade comercial). A correlação de um fator pode esconder a influência de outro. (2) X tem efeitos simultâneos sobre Y e Z; Z também afeta Y, e X afeta Y por dois caminhos. (3) Fatores causais C e D afetam independentemente os mesmos fatores A e B, que também se afetam entre si.

Vejamos um caso dessa causalidade múltipla, quando um efeito pode repercutir sobre sua causa. O tipo contínuo se correlaciona bem tanto com atividades comerciais quanto com movimento pedestre, e estes dois fatores sociais se correlacionam bem entre si. Mas não podemos afirmar qual é o caminho causal entre atividades comerciais e o movimento pedestre em si. É necessário um exame da natureza de cada fator. O mais provável nesse caso é que movimento pedestre e atividades comerciais tenham efeitos multiplicadores entre si, e ambos sejam bem amparados pela presença do tipo contínuo.

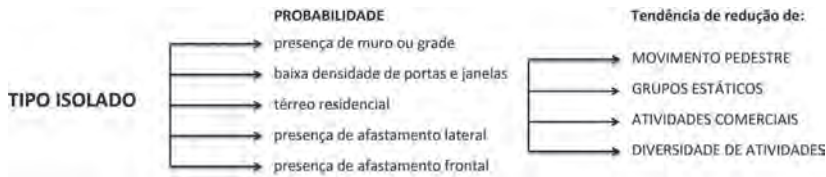


Quando temos muitos fatores em possível conjunção, a causa pode ser composta de diversos componentes. Podemos aumentar a confiabilidade de que o fator (digamos, o tipo) tem influência sobre um efeito se reconhecermos que ele contém consistentemente componentes tidos como influentes sobre o efeito. Podemos identificar estatisticamente o grau de influência que cada componente tem sobre certo efeito, bem como o quanto esses componentes fazem parte das causas. As correlações entre pares de fatores quanto à análise de múltiplos fatores oferecem precisão ao reconhecimento de quais componentes têm relevância nas conjunções observadas. Sabemos que o tipo contínuo, como “pacote de características”³⁷, correlaciona bem com fatores como o movimento pedestre e a presença de comércios e serviços, mas alguns componentes arquitetônicos específicos, como a densidade de portas, têm correlações superiores. Ainda que essa segunda análise permita esclarecer que aspecto espacial teria mais peso, por assim dizer, o componente “portas” não vem isolado. O fato de a densidade de portas ter alta correlação com o tipo contínuo termina por ampliar o conhecimento dos efeitos do tipo.



Assim, o cruzamento das correlações (entre componentes arquitetônicos e fatores sociais, e entre componentes e o tipo) passa a ser de interesse: ele permite esclarecer as relações causais múltiplas que convergem para o sucesso – ou fracasso – social de um tipo arquitetônico particular.

Causas também podem ser negativas: há a possibilidade de uma causa inibir um efeito em dado contexto.³⁸ É o caso das correlações consistentemente negativas entre o tipo isolado e fatores sociais, ou entre estes fatores e componentes arquitetônicos frequentemente associados ao tipo isolado, como muros e afastamentos laterais e frontais. O estudo dos efeitos da arquitetura demanda conhecermos tanto as causas positivas quanto as negativas.



Para tanto, é necessário *examinarmos todos os fatores que podem ser relevantes, e analisar os componentes com potencial causal*. Nosso estudo procurou fazer isso ainda previamente ao exame estatístico, ao analisar a arquitetura e aspectos sociais dentro de um mesmo nível de acessibilidade, ou ao suspender, para efeito deste estudo, a aparência estética como causa para efeitos sociais.³⁹

A teoria da probabilidade nos diz que uma relação causal ocorre quando há um número de componentes suficiente para gerar efeitos.⁴⁰ Essa condição é interessante para o problema urbano, onde não temos total conhecimento do número de fatores potencialmente ativos na geração de efeitos. Levando isso em conta, o modo mais cuidadoso de estabelecer relações causais é afirmar: “C causa E dentro de condições x e y”, incluindo aí a possibilidade de causas e efeitos desconhecidos e encaamentos não lineares, que podem eventualmente reforçar ou aplacar o efeito causal.⁴¹

Entre as variações de condição, temos o problema do *contexto*. Sabemos que o contexto pode influenciar tremendamente o desdobramento de um processo, situação ou evento. Assim, há a necessidade de verificar o comportamento das conjunções observadas em diferentes contextos. Encontramos argumentos na teoria da probabilidade que propõem que *uma causa deve aumentar a probabilidade de seu efeito em qualquer contexto*.⁴² No nosso caso, os efeitos da morfologia arquitetônica devem ser verificados em diferentes condições de acessibilidades e em diferentes cidades, por exemplo. A ampliação do número de estudos empíricos passa a ser um imperativo.

A questão das condições para que relações causais possam existir no ambiente urbano nos levam a um importante ponto. O argumento humeano rejeita a relação causa-efeito, tida como uma sequência apenas aparente entre dois eventos. Aqui encontramos o erro de tentar entender causalidades como conjunções apenas *temporais* e não *materiais*. A cidade ilustra essa condição como nenhum outro fenômeno, e talvez a falta histórica de atenção filosófica à espacialidade possa explicar a au-

sência dessa consideração em Hume. No caso urbano, temos fenômenos implicados *processualmente* na sua manifestação. Nosso próprio tema oferece exemplos marcantes. A presença de pedestres e de atividades é continuamente ligada à forma do espaço livre e aparece associada a certas características do espaço construído. Densidades pedestres tendem a demandar densidades espaciais. A densidade do encontro tende a cair com a distância entre as formas construídas. Esses aspectos materiais distintos aparecem amarrados, mutuamente dependentes, como numa relação intrínseca. Essa relação inerente lembra outro princípio da teoria das probabilidades, de caráter processual e que vai além da imaterialidade humeana⁴³:

A relação causal entre C e E se mantém em função das propriedades intrínsecas de C e E e dos outros eventos envolvidos no seu contexto espaço-temporal.

A questão do que exatamente essa “relação intrínseca” entre a apropriação do espaço livre e a forma do construído consiste deve ser respondida empiricamente. Nas relações entre espaço e prática social em geral, e da morfologia arquitetônica e as dinâmicas socioeconômicas locais em particular, a produção de um fenômeno contém como *condição material* a ocorrência de outros, mesmo que eles sejam de naturezas distintas. Fenômenos urbanos tipicamente envolvem a transposição entre diferentes materialidades para serem produzidos.

Como ocorre a transposição? Como a dialética socioespacial chega ao espaço construído e à manifestação inevitavelmente local da vida social? Vimos que a ação humana, inerentemente corporal, não ocorre em um éter livre de fricção e, portanto, de esforço. Ela depende da superação desse confronto entre corpo e espaço, vencido no movimento e na atuação. Vimos que essa tensão se estende até a relação entre a corporeidade dos nossos atos e a forma arquitetônica. Podemos dizer que as correlações encontradas são *evidências de que a tensão socioespacial – esse potencial de encontro e interação a partir do espaço – enfraquece quando o espaço construído se dilui, e o contrário ocorre quando as unidades do espaço construído se agregam para o fluxo da atuação*. A atuação e a apropriação do espaço se intensificam. Vimos traços empíricos, estatisticamente consistentes, das implicações entre espaço e a ação humana.

Causalidades ocorrem exatamente nessas implicações. Mais radicalmente, *causalidades tomam a forma de implicações materiais entre a prática da apropriação e o espaço*. Nossas ações locais dependem do amparo de um contexto material para emergirem naturalmente.

Mas como a dependência das ações locais ao contexto material acontece? Algo que pode ajudar a esclarecer essa questão é exatamente a relação entre tipologia arquitetônica e os pedestres. Pedestres não aparecem simplesmente em espaços sem edificações como geradores ou atratores de movimento e uso da rua. Vimos que o tipo contínuo tende a oferecer mais suporte e estar presente onde pedestres estão presentes, ao passo que, onde o tipo isolado é presente, o fluxo de pedestres tende a se reduzir.⁴⁴ Há implicações entre configuração espacial, da arquitetura e dos caminhos entre elas, e a intensidade e variedade da ação local.

Essa questão nos leva a um último e fundamental aspecto da causalidade: o que veio primeiro? Os tipos contínuos atraem os pedestres ou os pedestres atraem os tipos contínuos?⁴⁵ Para responder a essa pergunta, temos de pensar nas diferentes materialidades envolvidas na ativação da relação causal. Seria contraintuitivo supor que o fluxo aparentemente frágil de pedestres moldaria “em tempo real” a materialidade durável das edificações. O contrário parece fazer mais sentido.

Para complicar o problema, o princípio de influência mútua está no cerne da ideia de “dialética” ou uma relação intrínseca entre espaço e sociedade. Se há tal relação, tanto os tipos edificados “procurariam” e “moldariam” os fluxos pedestres quanto os pedestres procurariam e moldariam os tipos arquitetônicos. Como resolver essa questão? Um modo simples é entender as diversas temporalidades envolvidas no fenômeno urbano. A temporalidade inerente na produção dessas duas coisas, fluxo pedestre e edificação, evidencia que uma envolve longo tempo, e a outra emerge em minutos, todos os dias, com uma consistência impressionante. Temos uma relação bilateral, mútua entre arquitetura e a apropriação da rua, evidente na produção de edificações mais densas em áreas mais acessíveis e na presença dos próprios pedestres.

Essa relação pode ser rompida se as densidades ou a arquitetura falharem ao atender sua tensão com o espaço público.⁴⁶ Mas suponhamos que esse não seja o caso. Uma vez construída, a relação entre espaço construído e espaço público segue viva na forma de influências constantes sobre o pedestre. A tensão socioespacial segue na temporalidade do

agora como um vetor onde o espaço estimula o uso social. Por sua vez, o uso social confirma aquela espacialidade explorando, por exemplo, as atividades coletivas que as edificações abrigam. No “aqui e agora”, a dialética socioespacial se faz sentir na atração que arquitetura gera sobre o corpo – e o corpo, em sua atuação, em relação à arquitetura e às atividades que ela abriga.

O que dizer então da arquitetura que hoje predomina na produção urbana no Brasil, com sua influência negativa sobre o pedestre? Seria uma “ruptura da dialética”? Na verdade, o tipo arquitetônico hoje predominante não rompe com a relação entre espaço construído e vida social. Ainda que ignore o potencial da acessibilidade de áreas urbanas para trazer pedestres às ruas, um dos vetores socioespaciais mais importantes⁴⁷, o tipo isolado expressa e faz uso dessa relação. Por trás da evidente diluição dos fluxos pedestres em novas áreas residenciais em nossas cidades, há um princípio de sociabilidade baseado na exclusão e no medo da vida pública e suas alteridades.⁴⁸ Assim, a dialética está lá, ativa: as novas edificações isoladas, hoje replicadas *ad infinitum*, são bem-sucedidas ao expressar sua própria versão da dialética entre espaço construído e sociedade: o objetivo é a diluição e o controle. Naturalmente, os efeitos colaterais e sistêmicos dessa lógica passam batidos.

Mas retornemos ao problema da “necessidade material” no cerne da relação entre ação local e espaço, que parece conter um princípio interessante de causalidade. Tipos contínuos não “dependem” dos pedestres, mas foram tradicionalmente produzidos em contextos onde a relação entre o espaço privado e a vida pública é franca. Portanto, ainda que o tipo contínuo ainda hoje expresse a relação entre espaço e ação urbana que o gerou historicamente, ele o faz amparado por modelos arquitetônicos que se replicavam mantendo o princípio de uma relação franca entre espaços construído e livre.

Essa relação franca tem raízes profundas – espaciais, sociais e históricas. Começemos pelas espaciais. Martin e March nos mostraram que o tipo contínuo é eficiente para absorver densidades arquitetônicas e, portanto, densidades de atividades e atores. Essa propriedade espacial é bem-vinda em sociedades onde a interatividade dos atores é um fator importante. No contexto social de uma divisão do trabalho complexa entre atores numerosos, diferentes e complementares, essa *tipologia generaliza a proximidade e reduz a fricção na troca*. Essa relação está na

base do que Durkheim chamava “solidariedade orgânica”. O urbanismo do século XX rompeu parcialmente com essa relação, ao introduzir o automóvel, tecnologias da comunicação a distância e novas morfologias – até o momento da exaustão desse novo modelo. A produção da tipologia contínua na atualidade e de seu impacto social em geral positivo⁴⁹ só se manterá enquanto as forças de reprodução social operarem baseadas na interatividade, na comunicação irrestrita, associadas à franca relação entre o espaço privado das práticas especializadas e simbólicas e a vida coletiva no espaço público.

Assim, há questões de *materialidade* e de *tempo* envolvidas na relação entre arquitetura e processos sociais locais; entre a produção do espaço construído, a implantação de atividades e de uma economia local, e a emergência diária dos fluxos pedestres. A dialética opera em temporalidades de ritmos distintos mas simultâneos, e emerge como necessidade porque as práticas da apropriação e da interação só podem ocorrer onde há condição material para tanto: espacialidades distintas amparam a intensidade e a diversidade de apropriação e de interação local também distintas. Independentemente do modo como olhemos a relação arquitetura-interação local, ela indica uma dependência material da ação do ator em relação ao espaço construído. Indica ainda que certas propriedades espaciais, como a densidade, e certas formas arquitetônicas, como os tipos, estão materialmente implicados com a intensidade da interação no espaço público.

Podemos concluir, se as evidências empíricas obtidas até aqui fazem sentido, que *os dois tipos arquitetônicos que examinamos tendem sistematicamente a aumentar ou a reduzir a probabilidade da interação* em nossas ruas. Assim, se a teoria da probabilidade está correta ao afirmar que:

há relação causal entre C e E quando C aumenta a probabilidade de E,

a forma arquitetônica pode conter fatores causais da interação local, ao aumentar sua probabilidade. Entretanto, todos esses traços da relação arquitetura-interação local devem ser amarrados teoricamente – um trabalho que será facilitado pelo fato de que eles são amarrados na realidade por um princípio material fundamental.

A aderência entre ato e espaço e o desdobramento do espaço em espaço urbano

Nossas ações e modos de pensar moldam os espaços a nossa volta, mas ao mesmo tempo os espaços e lugares, que produzidos coletivamente ou socialmente e dentro dos quais vivemos, também moldam nossas ações e modos de pensar de formas que só estamos começando a entender.

Edward Soja, *Postmetropolis*.⁵⁰

Soja interpreta os achados da economia espacial como *synekismo*, a profunda espacialidade da ação humana e o impulso à aglomeração e à “especificidade espacial” expressa nas estruturas urbanas. Os traços empíricos da relação fundamental entre ações e espaço urbano sugerem que a ideia da formação de cidades como um modo de superar a fricção da distância se estende e está ativa no espaço imediato ao corpo. Sugere ainda que o espaço urbano é uma forma de *moldar a aderência do espaço sobre a ação, para que a interação ocorra com (menos ou mais) fluidez e intensidade*. Distância e proximidade geram condições para a interação, que pode se reduzir ou intensificar em função delas. Essa tensão entre formas construídas, apontada em linhas gerais desde o século XIX nas origens da geografia econômica e latente já na ideia aristotélica da formação da *polis*, manifesta-se de maneira muito sensível, o tempo todo, também na espacialidade imediata à atuação dos atores na cidade.

Essa seria a “linha de causalidade” material mais profunda, basilar para as conjunções que encontramos empiricamente – uma relação ontológica de efeitos mútuos entre espaço e prática.⁵¹ Essa relação na escala local depende de estruturações que vão além dela. São parte de um processo realmente sistêmico, *urbano*. Encontramos aqui uma nova condição material, em adição àquelas encontradas na tensão entre formas construídas, manifestada na aderência entre ato e espaço e na espacialidade do corpo em seus gestos:

- (6) a *rigidez* do espaço não pode ser ignorada, mas moldada para que nossa ação conjunta possa emergir. A extensão e a rigidez podem ser superadas na forma de estruturas espaciais de acesso entre formas construídas moldadas para aproximar e permitir a ação conjunta.

Cidades são meios de dobrar a extensão do espaço em estruturas que ampliam a fluidez e intensidade da interação. A linha de causalidade original que atravessa a ação e a experiência humana é assim expressa na produção de complexos espaciais que assumem a forma de cidades. Entretanto, como “dobras do espaço” em espacialidade urbana, *tais estruturas geram novas extensões que precisam também ser superadas*, ainda que estimulem fluidez e intensidade à apropriação e à associação das práticas mais do que outras espacialidades não urbanas o fariam.

Paralelamente, *o moldar do espaço na forma urbana adiciona novas possibilidades aos atores*, que podem então ampliar suas possibilidades de interação. Outras possibilidades de relação entre espaço e ação se abrem de modo cada vez menos linear, sobretudo quando ambos se tornam mais complexos. Esse ganho em heterogeneidade impedirá relações regulares, simples e deterministas entre causa e efeito. Essas estruturas espaciais permitem alargar as possibilidades da prática e gerar diversidade na relação entre ações – uma relação baseada em efeitos, mas que abraça também o imprevisível. Permitirão o convívio de *causalidade* e *contingência* em ações livres de determinação material, mas nem por isso livres da condição material para ocorrerem em maior ou menor fluidez e intensidade.⁵² Uma teoria probabilística, capaz de identificar a extensão dos efeitos sociais da morfologia arquitetônica mesmo em diferentes contextos, abriria a possibilidade de antecipar parcialmente, mas significativamente, tais efeitos, e considerá-los já nos momentos do planejamento, projeto e produção da forma urbana.

O risco do determinismo arquitetônico

Entretanto, como identificar exatamente a extensão da causalidade entre objeto arquitetônico e o comportamento social no espaço? A pesquisa dos efeitos sociais da arquitetura pode ser vista por alguns como uma queda no determinismo, a busca da existência de relações absolutas de causa-efeito. Quero afirmar, no entanto, que ela faz sentido sobretudo *contra* a ideia de determinismo. Pessoas que argumentam contra o determinismo em arquitetura têm uma posição em princípio cuidadosa. Contudo, esse cuidado não pode implicar na suspensão dos efeitos diferenciados que morfologias diferenciadas têm. Façamos um breve expe-

rimento mental, imaginando um mundo onde coisas diferentes teriam suspensas as relações particulares com seus efeitos e passariam *ou* a ter efeitos iguais *ou* a ter efeitos inteiramente aleatórios.

- (a) *Se coisas diferentes tivessem efeitos iguais*, nossa experiência seria a de um mundo homogêneo, sem diferenciação interna ou fluxos de eventos reconhecíveis. As diferenças não importariam e perderiam seu sentido. Em termos urbanos, ambientes construídos inteiramente diferentes (digamos, uma área de condomínios verticais, um bairro de forma tradicional e um assentamento precário) teriam os mesmos níveis e formas de apropriação de seus espaços, o que é claramente contrário à nossa experiência.
- (b) *Se coisas diferentes tivessem efeitos aleatórios e imprevisíveis*, teríamos um mundo onde eventos não poderiam ser encadeados de modo inteligível, tamanha a multiplicidade de encadeamentos possíveis. Nossas ações teriam qualquer consequência, o que seria impraticável – não poderíamos prever consequências de nossos atos e, portanto, a complementaridade de ações que permite uma vida em sociedade seria inviável. Na cidade, uma relação aleatória entre arquitetura e seus efeitos implicaria em ambientes construídos igualmente ininteligíveis em sua relação entre forma, estrutura e dinâmicas urbanas. Internamente ao edifício, implicaria em suspender a própria possibilidade de uma relação entre forma e atividade – isto é, a possibilidade de uma configuração ser mais apropriada que outra para o desenvolvimento das ações complementares dentro de uma atividade. Se não pudéssemos de algum modo antecipar ao menos alguns dos efeitos do objeto construído, a moldagem do espaço na forma de arquitetura seria desnecessária.⁵³ Essa condição atravessa escalas da espacialidade e da ação.

O fato de que as duas situações anteriores não são o caso, dado que coisas diferentes não têm efeitos iguais nem aleatórios, implica que seria improvável que as conjunções observadas se repetissem como meras coincidências, mesmo que variando intensidades conforme a hete-

rogeidade das situações. Contra o argumento humeano, logicamente cuidadoso mas empiricamente irrealista, a existência de combinações particulares de eventos no tempo não poderia ser atribuída à mera coincidência. Essa condição é forte o bastante para tornar conjunções de eventos observados passíveis de extrapolação: podemos definir, probabilisticamente, as chances de ocorrência da mesma conjunção, mantidas as condições.⁵⁴ Dada a improbabilidade da coincidência, somos forçados a retornar as razões materiais para as conjunções encontradas empiricamente. Assim, olhando sob qualquer desses aspectos, um mundo sem linhas de relações causa-efeito seria impossível. Há um enorme número de fatores ativos, com implicações e interdependências e efeitos mútuos em cidades. Por outro lado, reconhecendo os cuidados do argumento antideterminista, devemos rejeitar a tese de implicações simples de causa e efeito. Processos urbanos têm particularidades e diferenças assentadas em condições contingenciais, em contextos distintos e nas implicações de ações cujas trajetórias são impossíveis de prever, sobretudo a longo prazo.⁵⁵ Existe um nível de causalidade e ao mesmo tempo de indeterminação – a possibilidade de haver sempre outras faces para um mesmo fenômeno. Devemos entender sobretudo o primeiro grupo de efeitos, para que acertemos mais na passagem entre intervenções no espaço urbano e seus impactos.

Em vez de uma conclusão: outras implicações urbanas da arquitetura

A relação entre arquitetura e seus efeitos sociais não consiste de uma longa cadeia causal, mas uma relação imediata – de fato, imediata o bastante para apresentar consistência mesmo no transcórre do tempo e em diferentes contextos. Essa análise sugere que *a arquitetura faz diferença nos fenômenos socioeconômicos locais*: aspectos como a proximidade entre edifício e rua, entre edifícios, sua permeabilidade e atividades da forma parecem adicionar tensão entre espaço construído e livre, entre arquitetura e corpo usando o espaço público – as condições materiais do potencial de interação social e microeconômica. Já aqueles arranjos caracterizados por espaçamentos entre edifícios e entre estes e os canais da rua enfraquecem-se como suporte e atração para a manifestação da interação.

As distribuições empíricas encontradas são, assim, consistentes com uma teoria das tensões entre espaços e corpo. Esses achados permitem que se possa avançar também em uma teoria probabilística dos efeitos sociais da arquitetura. O fato de que, *entre todas essas complexidades, encontramos regularidades e relações consistentes é surpreendente* – fortes indícios do papel da morfologia arquitetônica, e fortes traços da existência de relações não contingenciais entre sociedade e espaço operando já na escala do edifício e seu entorno. Parece haver uma tensão muito sutil e frágil aqui: uma tensão socioespacial manifesta entre corpo e arquitetura.

A abordagem discutida neste texto absorve e mantém ativo o *insight* da teoria configuracional, capaz de evidenciar relações entre elementos urbanos e seus efeitos sobre dinâmicas sociais no espaço público. Mas, de modo inteiramente diverso, afirma a centralidade da arquitetura da cidade. Trata-se de um enfoque sistêmico na morfologia arquitetônica e suas variações tipológicas, uma visão de cada edificação como entidade que pulsa em relação a outras e a seu entorno.⁵⁶ A abordagem faz uma *leitura relacional da forma e dinâmica urbanas* a partir da sua raiz – de onde a vida urbana emerge, é sentida e volta a repercutir depois de compor o todo urbano: a escala local.

No esquema que definiu a hipótese de fundo deste trabalho, vimos a relação entre morfologia arquitetônica e dinâmicas locais em três níveis. Destes, vimos neste capítulo apenas os dois primeiros: a “rarefação de padrões da forma arquitetônica e urbana” e a “dissolução no uso social das ruas”. Mais estudos são necessários para passarmos para o terceiro aspecto, “implicações potencialmente negativas para as cidades”. Aqui, poderei apenas antecipar alguns aspectos dessa passagem. Esses novos passos envolvem o estudo de áreas e cidades onde tipos isolados se tornam predominantes e a tendência de diluição do uso social das ruas, associada a uma série de possíveis implicações sistêmicas, interligadas, como:

- a produção de fluxos de pedestres em intensidades menores que o potencial que áreas urbanas tenderiam a oferecer, incompatíveis com seus níveis de acessibilidade;
- a redução da exposição a atores socialmente diferentes no espaço urbano, como expressão da urbanidade;

- a dificuldade de implantação de atividades comerciais e de uma economia local, já visível em áreas de diversas cidades brasileiras, levando à redução da oferta de serviços disponíveis, reduzindo, por extensão, a diversidade de atividades;
- o aumento das distâncias entre edificações e entre atividades como indutor da busca de serviços em localizações afastadas, impondo assim percursos mais longos e mais adequados ao veículo privado ou coletivo;
- uma crescente motorização de estilos de vida, e o aumento de seus efeitos colaterais, em tempos de deslocamento, congestionamentos e, de modo mais amplo, a gravidade de suas implicações e impactos ambientais, como o consumo de recursos não renováveis e emissões e os efeitos da poluição sobre aspectos de saúde da população e seus custos públicos;
- a relação entre a rarefação de padrões da forma arquitetônica e urbana, a diluição do movimento pedestre e impactos sobre segurança pública e a incidência de crimes.⁵⁷

Esses efeitos têm sido investigados na literatura, ainda que frequentemente sem uma associação explícita com o desempenho do tipo arquitetônico.⁵⁸ O que é alarmante é o fato de que, mesmo com essa cadeia de implicações, a produção arquitetônica e urbana no Brasil esteja francamente desconectada dessas preocupações.

Apresentei neste capítulo uma abordagem a um problema bem conhecido, mas cuja existência tem sido de difícil demonstração. Diferentemente de leituras que assumem suas implicações reais e seus resultados, pré-definidos implicitamente, esta abordagem abre seus pressupostos à possibilidade do erro ao confrontar seu tema de modo empírico e estatístico. Gravemente, as configurações espaciais que vimos associadas com a diluição da vida social e microeconômica local se reproduzem rapidamente nas cidades brasileiras. Essa situação demanda atenção urgente na prática da arquitetura e do planejamento urbano. Os danos estão em progresso – danos para os quais temos *fechado os olhos*. Não estamos mais falando de impressões, opiniões ou meras hipóteses.⁵⁹



Vimos que a dialética socioespacial se estende até a espacialidade imediata ao corpo. Gostaria de estender a centralidade do espaço urbano na interação material ao exame de suas condições operando na cidade como um todo, evocando um conceito potencialmente útil, que se torna corrente nas práticas contemporâneas de planejamento: o de desempenho urbano, em uma discussão de suas dimensões e instrumentos.

Notas

1 “...this paper by its insistence on the relatedness of things; by its emphasis of the effect of the initial framework of a city on the future elaboration and development of this by patterns of living [...] begins to outline, at least, one way of looking at the physical structure of a city” (Martin e March, 1972, p.3). Tradução do autor. Nessa tradução, busquei sinônimos para evitar repetições que, ao leitor do português, soam menos desejáveis.

2 Veja Lefebvre (1991).

3 Veja a discussão crítica de Santos, Vogel e Mello (1985) sobre a funcionalização do espaço urbano.

4 Veja Netto (2005; 2007). Veja ainda a discussão de Guatelli (2012) sobre a “arquitetura dos entrelugares”.

5 Hillier (1996, p. 388) coloca uma questão como essa (“como pode um objeto material como um edifício interferir diretamente no comportamento humano?”), apontando que, não apenas algo físico como o espaço não poderia se impor sobre algo imaterial como o comportamento, mas a própria busca dessa relação seria desnecessária: o espaço não impactaria comportamentos porque ele já traria em sua configuração aspectos materiais do comportamento social. O determinismo ambiental “nos cega para o mais importante fato sobre o ambiente construído: ele não é simplesmente um pano de fundo para o comportamento social – ele é em si um comportamento social. Antes de ser experienciado por sujeitos, ele já é carregado com padrões que refletem sua origem nos comportamentos através dos quais foi criado” [minha tradução]. Meu foco a partir desse momento, entretanto, cai sobre os efeitos externos do edifício. Veremos como esses efeitos são possíveis ao longo deste capítulo.

6 Menciono a proposição conceitual elaborada em Netto (2006; 2008) e a proposta teórica e metodológica, incluindo aplicações empíricas, em Netto et al. (2012), Netto, Vargas e Saboya (2012) e Saboya, Netto e Vargas (2013).

7 Veja o capítulo “Comunicação e espaço” e, mais em detalhe, Netto (2005; 2007).

8 Veja Martin (1967), March e Steadman (1971), Martin e March (1972) e March (1976).

9 Veja um artigo recente sobre o desempenho de configurações do edifício e do quarteirão quanto a habitabilidade, de Ratti et al. (2003). A pesquisa do desempenho energético ganha crescente atenção devido aos desafios de sustentabilidade em arquitetura. As dimensões social e econômica do projeto arquitetônico ainda carecem de atenção.

10 “A step towards theoretical formulation is taken when it is recognised that the question of tall or low buildings is not simply an argument about two alternative building forms. These are in fact points of recognition in a more generalised spectrum in which, as the envelope constantly changes from high to low, and from a tower to its inverse, the hollow square, this in turn gives rise to a series of constantly changing internal re-

relationships and to constantly changing space around the building itself. How can such a complex problem be studied?” (Martin e March, 1972, p.3)

11 “It eventually appeared from these studies that the form of a building had a considerable effect on the efficiency of land use. One form of building with precisely the same light angles, with the same number of floors and on exactly the same area of land, could provide 50% more floor space than another”(Martin e March, 1972, p.1).

12 Glaeser (2010), Gordon e Ikeda (2011) e Florida (2012). Embora esses autores concordem sobre a importância da densidade, Glaeser afirma que a verticalização é o fator-chave de cidades interativas e criativas, o que os estudos empíricos de Gordon e Ikeda apontam como não sendo o caso: apoiados por Florida, insistem no papel da densidade horizontal enfatizada por Martin e March – as “densidades Jacobs”. No Brasil, veja a discussão das centralidades e forma do quarteirão em Vargas (2003).

13 Veja ainda as observações de Jacobs (2001 [1961]), Santos e Vogel (1985), Holanda (2002), Gehl (2011) e Netto, Vargas e Saboya (2012).

14 Soja (2001, p. 16); veja ainda Soja (2000).

15 Tschumi (1996).

16 Veja Aguiar (2010).

17 Essa observação ecoa diretamente na análise do papel do espaço na construção de relações capazes de manter sociedades integradas – o fato de que sociedades devem superar a extensão do espaço para se constituírem, vista em Hillier e Netto (2002). A observação ainda faz uso de ideias clássicas em economia espacial e estudos em interação espacial (em discussão com Júlio Vargas).

18 Veja a proposição da relação referencial entre prática e espaço, construída por meio de significados que amparam nossa atuação, no capítulo “Comunicação e espaço”. Veja ainda Netto (2005; 2007; 2008a).

19 Veja Hillier e Netto (2002).

20 Compare minha definição com os requerimentos da bela “ontologia regional” de Hägerstrand (1970), sobre a importância da materialidade física que caracteriza a existência humana, incluindo suas restrições materiais: o fato de que todos os atores são localizados no tempo-espaço; a impossibilidade de se sobreporem no tempo e espaço; o fato de seus corpos serem indivisíveis; sua atuação envolver “estar juntos” em lugares; o encontro e caminhos espaço-temporais no “tecido da existência”. Veja ainda a discussão de Giddens (1984, p.111).

21 Não é um objetivo do estudo avaliar se habitantes entendem esses efeitos sociais (digamos, mais presença de pedestres ou de atividades coletivas) como desejáveis ou não; o objetivo é identificar se variações da presença de atividade pedestre e interações sociais e econômicas tem alguma relação marcante e recorrente com as variações arquitetônicas. Este argumento é desenvolvido em Netto, Saboya e Vargas (2012).

22 O lançamento da abordagem encontra-se em Netto et al. (2012); o estudo detalhado do caso do Rio de Janeiro é encontrado em Netto, Vargas e Saboya (2012). O estudo inicial da cidade de Florianópolis está disponível em Saboya, Netto e Vargas (2013). A pesquisa teve apoio do CNPq e de um valioso grupo de colaboradores e assistentes de pesquisa.

23 Utilizamos os setores censitários como unidade e um algoritmo de sorteio. Efeitos sociais da arquitetura, como potenciais de interação entre atores e de geração de socialidades, podem se manifestar mesmo em espaços de diferentes formas e tipologias, como os subúrbios e os espaços rurais. Focamos, entretanto, em áreas urbanas com a presença (não exclusiva) de tipologias arquitetônicas multifamiliares, analisadas em diferentes níveis de densidade – de modo a evitar morfologias e tipologias radicalmente diferentes. Pelo mesmo motivo, a análise não pode incluir áreas de exceção, apresentando eventos

que interferiram na dinâmica cotidiana de apropriação, como aquelas sujeitas a grandes problemas de violência, por exemplo. Em função de diferenças marcantes nas formas de socialibilidade e no modo como o espaço público ampara e expressa essas formas como copresença e interação, vistas em Aguiar (2010) e Marques (2012), respectivamente, não incluímos assentamentos precários entre as áreas levantadas.

24 Acessibilidade da rede de ruas, analisada topologicamente via medidas de “integração” (veja Hillier et al., 1993).

25 A análise consegue reconhecer o agrupamento de variações pessoais, e mostrar tanto o que faz sentido quanto o que não faz sentido, sob o ponto de vista do aspecto espacial em questão. A análise não objetiva entender o comportamento isolado de cada ator, e não coloca peso demasiado nos comportamentos excepcionais, mas observa simplesmente a distribuição desses comportamentos. Mesmo a ausência de correlações marcantes é informativa sobre a relação entre arquitetura e apropriação do espaço público. A análise não espera encontrar regularidades ou padronizações. Veremos adiante que, mesmo que encontremos correspondências consistentes, com boa chance de ocorrerem mesmo em contextos diferentes, elas não implicarão determinismo, mas probabilidades.

26 Esses resultados podem ser vistos com mais detalhe em Netto, Vargas e Saboya (2012), fonte para esta seção. Sobre a relevância do uso de métodos estatísticos e quantitativos, veja a discussão no capítulo “A forma urbana como problema de desempenho”, a seguir.

27 Estas correlações têm significância com P valor $<0,001$. O teste de significância estatística (o “p valor” de cada correlação) examina a probabilidade de um resultado observado se repetir ou surgir por mera coincidência. P valores menores que 0.05 atendem o parâmetro convencionalmente adotado de 95% de confiança.

28 Veremos que essa reversão entre os efeitos desses tipos será consistente para todas as variáveis sociais.

29 As correlações de fatores socioeconômicos com o tipo híbrido obtiveram p valores inferiores a 0.05 em função de sua baixa presença nas 24 áreas examinadas.

30 Todas as correlações com $p < 0,05$ exceto onde indicado.

31 A modelagem por regressão visa interpretar e prever uma ou mais variáveis dependentes (resposta) por meio de variáveis independentes (preditoras), e foi desenvolvida por Júlio Vargas.

32 O estudo de Florianópolis também evidencia um aumento da influência da arquitetura sobre o movimento pedestre em áreas de menor acessibilidade. Veja Saboya, Netto e Vargas (2013).

33 Hume (2001, p. 122). Meu desenvolvimento desse tema e esta seção foram usados em Netto, Vargas e Saboya (2012).

34 Hume (2001); Russell (1996).

35 Um exemplo de um princípio de causalidade envolvendo a agência humana operaria na economia, quando uma nova política fiscal tende a ter certos efeitos de estímulo ou desestímulo econômico. Ainda assim, essas relações não são deterministas, e nem sempre surtem os efeitos desejados. Sobre lei causal, veja Davidson (1980).

36 Woodward (2003); Hitchcock (2011).

37 O tipo é um arranjo de características (fachadas de tamanhos e relações de proximidade com outras fachadas, distâncias ao passeio etc.). Como arranjo, tem pouca precisão

porque outro tipo inclui muitos dos mesmos elementos em proporções distintas (por exemplo, variação do número de janelas em função de largura de fachada, por sua vez função do afastamento lateral e de tamanho do lote).

38 Eells (1991) define uma taxonomia com essas três possibilidades.

39 A possibilidade da qualidade estética do edifício ter efeitos de atração para o pedestre ou para a atividade econômica é uma hipótese de interesse – mas demanda outro conjunto de critérios de avaliação, que escapam ao escopo da presente abordagem.

40 Mill (2002). Mackie (1974) propõe a chamada condição INUS: *insufficient but necessary parts of unnecessary but sufficient conditions* ou “partes insuficientes mas necessárias de condições não necessárias mas suficientes”.

41 Observações de causalidade geral devem ser relativizadas para uma população definida. Uma população heterogênea incluirá diferentes condições contextuais: teremos casos em que C é uma causa mista de E relativa a uma população P, podendo ser uma causa negativa, positiva ou neutra para E em subpopulações de P (Hitchcock, 2011).

42 Eells (1991); Cartwright (2007).

43 Menzies (1989).

44 Essa relação, observada nas 24 áreas analisadas no Rio de Janeiro, é consistente com as observações de Saboya em Florianópolis (veja Saboya, Netto e Vargas, 2013).

45 Lembro a discussão de Saboya sobre o sentido da causalidade em questão, se “unidirecional” ou “interativa”. Minha solução aqui explorará outros caminhos e chegará a achados eventualmente distintos (cf. Saboya, Netto e Vargas, 2013).

46 A possibilidade de rupturas na relação entre a produção arquitetônica como expressão de expectativas socioespaciais mais amplas se fez sentir empiricamente em nossos estudos. Áreas de maior acessibilidade não apresentaram, no Rio de Janeiro e em Florianópolis, maior presença dos tipos contínuos. Saboya argumenta que esse fato evidencia que há uma causalidade unidirecional na relação entre tipo arquitetônico e vitalidade urbana: no aqui e agora, a influência da arquitetura é marcante.

47 Como nossos estudos com Saboya e Vargas têm mostrado, os tipos isolados têm sido posicionados nas vias mais acessíveis, ignorando seu potencial pedestre, o que termina por reduzir a atratividade natural dessas vias e impactar seu papel para a cidade como um todo. Essa redução impõe uma “divergência de padrões urbanos”, rompendo com a correspondência mútua entre e o alinhamento progressivo desses fatores – que aproximariam o espaço e a arquitetura das demandas da prática social, quando ela envolve o movimento dos corpos no esforço do fazer e do interagir.

48 Frederico de Holanda lembrava a intencionalidade por trás dessa arquitetura, no Simpósio Temático “Forma e vitalidade urbana: impactos de padrões de urbanização e arquitetura sobre dinâmicas da cidade” no II Enanparq.

49 Nossos resultados se alinham aos de outros estudos sobre impactos sociais da forma urbana, como Gordon e Ikeda (2011), sobre criatividade e inovação, McCahill e Garrick (2012), sobre motorização urbana e atividade econômica, e Campoli (2012), sobre apropriação pedestre, veicular e externalidades ambientais. Entretanto, outros impactos do tipo arquitetônico devem ser levados em conta, como sobre a habitabilidade. Herdamos do século XIX uma ideia equivocada, assumida pelo urbanismo modernista, de um baixo desempenho do tipo contínuo e o desempenho superior do isolado. Entendo que o desempenho do tipo quanto à habitabilidade seja questão de desenho e dimensionamento. Afastamentos laterais frequentemente geram sombreamentos e perda de privacidade entre edifícios, por exemplo. Esse problema merece exame específico, na escala do quarteirão.

50 “[...] our actions and thoughts shape the spaces around us, but at the same time the larger collectively or socially produced spaces and places within which we live also sha-

pe our actions and thoughts in ways that we are only beginning to understand” (Soja, 2000, p. 6). Tradução do autor.

51 Essa foi historicamente uma condição incontornável, até que meios tecnológicos permitiram a adição de formas de comunicação transespacial (por sua vez produzidas historicamente dentro das condições espaciais e com ela entrelaçadas). Veja o capítulo “Entre espaços urbanos e digitais”.

52 Cidades são sistemas de grande número de elementos de materialidades distintas interagindo no tempo e integrados pela difusão de efeitos mútuos ou não entre componentes ou partes. Seus componentes têm atuação tanto autônoma quanto dependente, mas essa atuação tem a propriedade de alterar seu meio, causar mudanças sob forma de efeitos sobre outros componentes no tempo por meio do espaço e formas de transmissão de informação. A difusão de efeitos mútuos por meio do espaço é o que gera e garante as amarras de um sistema, a integração interna de um fenômeno complexo – as tramas de efeitos dos componentes entre si, como entre estruturas espaciais e as voláteis estruturas elusivas da ação conjunta. Quanto mais complexo o sistema em seu número de componentes, interações e diferentes materialidades, mais ele será dependente da difusão interna de efeitos para sua integração.

53 O próprio papel social do arquiteto surge em função da consciência de uma implicação material profunda entre edifício e seus efeitos, passível de ser até certo ponto conhecida (intuitivamente ou teoricamente) pelo arquiteto.

54 Por exemplo, esperar que a maçã vá cair em direção ao solo ao ser solta no ar, ou esperar mais densidades de encontros em áreas marcadamente mais densas que em áreas rarefeitas. Note as diferenças de ênfase entre essas duas observações: no segundo caso, mais fatores intervêm, ao ponto de termos de qualificar o grau de diferença com a palavra “marcadamente”.

55 Influências e efeitos envolvem condicionamentos em processos encadeados mas abertos, que admitem e produzem variação em fatores externos, decorrentes de eventos e processos paralelos e eventualmente incidentes, e internos, como variações estruturais talvez decorrentes da ação ou estímulos externos, talvez envolvendo mudança interna. Novamente, temos o convívio entre implicação e contingência, necessidade material e acaso. A morfologia arquitetônica é produzida em situações sujeitas à mudança, o que traz complexidade às relações socioespaciais que constituem: ela é colhida em emaranhados dos quais reconhecemos apenas parte.

56 A fragilidade na relação entre arquitetura e espaço público produz impactos negativos na apropriação social. Mas qual a combinação e quantidade de tipos para gerar a intensidade de usos e de movimento nas ruas? Nem sempre alinhamentos laterais e junto ao passeio são coisas possíveis ou generalizáveis. Que soluções mistas ofereceriam os efeitos sociais mínimos desejados? Essa ainda é uma questão difícil de responder. Contudo, o que podemos apontar é que os efeitos da arquitetura se fazem sentir em aspectos da vida social e microeconômica urbana – ainda que ignoremos isso. Eles não são percebidos em casos isolados, no edifício individual – apenas quando parte de conjuntos. Encobertos pela nossa falta de atenção ao espaço, e aparentemente sem qualquer repercussão ao olho nu, complexos arquitetônicos produzem silenciosamente efeitos sistêmicos de escala. Coloco esse argumento a partir de diálogo com Romulo Krafta.

57 Há estudos que apontam para uma importante dimensão urbana na oportunidade, incidência e distribuição do crime. A densidade residencial apresenta correlação negativa com incidência de crimes. Diferentemente, crimes sem violência tendem a ocorrer em ruas movimentadas, segundo Hillier e Sahbaz (2005). Vimos nos resultados apresentados que muros cegos e redução de portas e permeabilidades, térreos sem atividades abertas e fachadas distantes do passeio, associados a esses tipos e a condomínios fechados, tendem a contribuir para esvaziar as ruas ao seu redor. A segurança interna é parte

da causa da insegurança externa nos bairros onde esses tipos tornam-se predominantes. O tipo arquitetônico exibido em folders e tornada o objeto da publicidade, que explora exatamente o medo, a necessidade de segurança e de diferenciação e segregação social, pode contribuir para o aumento dos riscos de incidência de crime nos espaços públicos. Presos na irracionalidade do medo, não entendemos que a impressão de segurança dos muros vendida de modo falacioso e equivocado tem grave efeito reverso: a geração de cidades mais inseguras. O tipo mais associado a afastamentos e térreos privados, quando replicado, tende a reduzir as razões para o movimento pedestre nas ruas. O problema está exatamente aí. Pedestres aumentam a vigilância mútua e o grau de controle sobre o espaço, o que beneficia a todos. Esses estudos mostram que crimes violentos tendem a ocorrer longe dos olhos das pessoas. Aqui, o estranho não é o inimigo: ruas movimentadas são a melhor defesa contra o crime. Veja o estudo da correlação entre configurações arquitetônicas e urbanas e a distribuição do crime em Vivan e Saboya (2012).

58 Para uma sumarização da relação entre fatores como compacidade e desempenho urbano, veja Chen et al. (2008); veja ainda o estudo empírico de Christopher McCahill e Norman Garrick sobre a relação entre motorização urbana e atividade econômica (McCahill e Garrick, 2012) e o estudo das relações entre forma urbana, apropriação pedestre, uso veicular e emissões de carbono (Campoli, 2012).

59 Agradecimentos a Frederico de Holanda e Romulo Krafta, pelos comentários em versões anteriores deste texto; a Douglas Aguiar e Rodolfo Sastre, por suas observações críticas ao estudo aqui sumarizado; a Carlos Bahima, pelas incessantes conversas sobre arquitetura; Fernando Duro, por nossa discussão sobre determinismo arquitetônico e morfogênese; e especialmente a Julio Vargas e Renato Saboya, pela colaboração na formulação do problema e do método que levaram a esses resultados nas cidades que estudamos. Imprecisões restantes neste texto são responsabilidade do autor.

A forma urbana como problema de desempenho

Vinicius M. Netto e Romulo Krafta

As ações de produção urbana parecem estar atingindo preocupantes limiares em nosso país – limiares que evidenciam riscos para a própria continuidade das cidades brasileiras. Formas de crescimento espacial, ora por densificação possivelmente excessiva de áreas intraurbanas, ora induzindo padrões de dispersão periférica, vêm esgotando infraestruturas e impactando sua dinâmica, impondo dificuldades severas de mobilidade e, paradoxalmente, aumentos do grau de dependência de transporte. As externalidades de padrões de urbanização potencialmente perdulários parecem repercutir sobre a equidade e eficiência da cidade como suporte à vida social, e sobre suas inserções ecossistêmicas. As relações entre produção econômica e urbanização têm se caracterizado por uma desconexão com seus efeitos internos e externos a nossas cidades. A problemática relação entre crescimento e industrialização tem afirmado a cidade – enquanto principal *locus* da produção expressa no próprio processo de urbanização do país – como tema central na discussão do desenvolvimento, das eficiências e ineficiências econômicas, da limitação de recursos energéticos e dos impactos sobre o ambiente.

No entanto, tanto práticas de pesquisa quanto de planejamento parecem atravessadas pela dificuldade de estimar exatamente os componentes e o tamanho dos problemas de nossa urbanização: identificar quais aspectos do crescimento e da forma das cidades geram impactos negativos sobre quais dinâmicas socioeconômicas e seu ambiente. Mais gravemente, parece haver um distanciamento entre a crescente preocupação com a cidade e com as externalidades de seu funcionamento, e o desenvolvimento de políticas e instrumentos que permitam diagnosticar e tratar de forma sistemática aspectos tidos como problemáticos.

Atentos à importância do conhecimento das características da cidade brasileira, discutiremos neste texto a produção de instrumentos teóricos e técnicos focados no impacto da forma e estrutura sobre as dinâmicas multidimensionais de nossas cidades. Simultaneamente, desenvolveremos uma “arquitetura de indicadores” para tratar os aspectos e propriedades envolvidos ativamente na relação forma-dinâmica urbanas. Para tanto, teceremos uma crítica aos instrumentos usuais baseados em indicadores geralmente limitados à intensidade de cobertura ou presença de elementos ou propriedades – e distantes do problema-chave do entendimento do *desempenho urbano*: as dinâmicas da cidade imersa na produção e reprodução de suas próprias estruturas materiais e práticas.

Desejamos explorar indicadores capazes de operar explicitamente sobre a natureza *sistêmica* das propriedades urbanas – isto é, a partir de uma visão da cidade como complexo de interações e inter-relações ativas entre aspectos morfológicos e implicações socioeconômicas e ambientais. Esses indicadores deverão ser aptos a identificar conjuntamente a influência de propriedades (digamos, a acessibilidade) e características (como a distribuição de atividades) sobre processos urbanos. Pretendemos ainda considerar de forma explícita o problema da *mudança* em tais elementos, características e implicações como fatores ativos nas dinâmicas da cidade como um todo.

Essa arquitetura aberta de indicadores será desenvolvida em dois eixos: *dimensões de desempenho* (equidade, eficiência e sustentabilidade urbanas e qualidade espacial) e *dimensões urbanas* (a morfologia, as dinâmicas socioeconômicas, os limites da estrutura urbana e as relações entre cidade e ambiente). Desejamos, com a proposição desses arranjos, discutir caminhos para a produção de uma nova geração de indicadores urbanos, mais capazes de trazer à tona as relações entre propriedades e suas influências mútuas, seu componente temporal e o reconhecimento de limites estruturais e da mudança em padrões urbanos.

“Precisamos de indicadores?” Abordagens quantitativas e qualitativas no entendimento do urbano

Um trabalho que traz a proposição de famílias de novos indicadores precisa responder, antes de tudo, uma primeira questão. Precisamos mes-

mo de indicadores para entender cidades e para planejá-las? O que indicadores podem contribuir, quando sabemos que o urbano é um tecido complexo de agências, interpretações, relações de poder, manifestações simbólicas e tantas outras coisas? Não seriam os indicadores uma redução grosseira dessa realidade urbana? Estas são questões frequentes e legítimas. Há, sem dúvida, um ceticismo no campo dos estudos urbanos quanto à necessidade e à utilidade dessas ferramentas, sobretudo no Brasil. Gostaríamos de abordar brevemente essas questões para sugerir que, apesar de suas limitações e reduções, indicadores podem nos oferecer conhecimentos sintéticos e precisos sobre certos aspectos urbanos – exatamente por operarem por meio de reduções e além dos limites da nossa linguagem discursiva.

Os problemas notáveis da cidade brasileira tornam explícitas as fissuras entre o ideal das prescrições generalistas dos planos normativos e a complexidade das transformações urbanas. Esses problemas mostram ainda a seriedade dos impactos destas transformações sobre atores sociais, processos econômicos e suas externalidades ambientais. Esses impactos são, no entanto, difíceis de serem reconhecidos em toda sua extensão e implicação. A captura desses impactos demanda o conhecimento do *estado* de propriedades urbanas e, dado o caráter sistêmico dessas propriedades, demanda o conhecimento das relações entre elas. Demanda ainda um conhecimento preciso da *intensidade dos problemas* afetando essas propriedades e a própria dinâmica urbana.

Aqui encontramos uma primeira razão para o uso de indicadores como ferramentas cognitivas orientadas para amparar a prática. As intensidades e relações que atravessam o fenômeno urbano, formado por uma infinidade de atores, subsistemas e materialidades, estão entre as coisas mais difíceis de serem conhecidas em toda sua extensão por meio exclusivo da linguagem discursiva.

A questão dos problemas urbanos nos mostra com clareza o porquê. Um reconhecimento suficiente de problemas requer formas de *dimensionar* sua magnitude, o tamanho de seus impactos, bem como sua rede de implicações sobre outros aspectos urbanos. Problemas podem estar profundamente enraizados em outros componentes e até mesmo em outros problemas. Por exemplo, a mobilidade urbana tem diretamente a ver com o transporte, mas inicia mesmo no estado da própria estrutura urbana, da distribuição das densidades construídas à estrutu-

ra do sistema viário e sua conectividade e resiliência (ou adaptabilidade) às mudanças na cidade e no seu sistema social. Mas problemas de mobilidade não se encerram nas dificuldades e tempos de locomoção: eles se infiltram nas práticas e na produtividade dos trabalhadores e empresas; são um fator de atritos sobretudo para aqueles que não podem pagar por localização, tornando-se assim um item de justiça urbana e social; refletem ainda no tempo de descanso, sociabilidade e lazer; produzem externalidades ambientais e impactam questões energéticas, entre outras implicações que possamos seguir na trama heterogênea mas imensamente interconectada que constitui qualquer cidade.

Chegamos ao cerne do argumento em defesa dos métodos de análise urbana via indicadores. Não parecemos ter, até aqui, meios mais sintéticos para apontar esses estados. Nossa linguagem discursiva simplesmente não consegue precisar os aspectos envolvidos. Apesar de sua enorme capacidade para diferenciar e definir fenômenos em termos conotativos e denotativos, simbólicos e experienciais, a linguagem enfrenta sérias dificuldades para evidenciar as intensidades dos aspectos envolvidos em um problema urbano, assim como para descrever as relações em fenômenos formados por um número grande de elementos altamente interativos, como é o caso das cidades. Nosso vocabulário é surpreendentemente pouco preciso para expressar as intensidades em jogo. Temos palavras como “muito” ou “pouco” – termos bastante vagos, quando a questão é identificar a magnitude de uma propriedade ou de um problema na cidade.

Afinal, como dizer o quanto de poluição é gerada pelo excesso de veículos nas ruas? Ou como dimensionar pela palavra o impacto desse excesso nos nossos tempos e rotinas, ou na renda dos trabalhadores? Antes, como apontar verbalmente diferenças no grau de mobilidade, ou o grau de saturação em uma rede de infraestrutura? Como mostrar discursivamente as diferenças de acessibilidade entre as milhares de ruas de uma cidade? Como mostrar *precisamente* o quanto essas diferenças impactam a possibilidade de interações sociais ou trocas econômicas, ou o potencial de densificação de áreas específicas? Ainda, como avaliar discursivamente se o *limiar* de densificação de uma área foi ou não atingido face a suas estruturas e infraestruturas? Temos de reconhecer que, quando o problema é compreender as intensidades que constituem a cidade, a palavra encontra limites. E temos de reconhecer que essas são

as questões que gestores e planejadores urbanos precisam saber com clareza, se desejam encontrar formas de lidar com elas, e mesmo antecipá-las, de modo a não precisarmos enfrentar as situações extremas que assolam nossas cidades hoje.

A questão das *relações* é igualmente desafiadora. Propriedades urbanas como a centralidade ou a acessibilidade são fortemente relacionais: são resultados das relações entre diversas entidades, em número e em natureza, que compõem a cidade. Como descrever o número quase infinito de relações entre os milhares de elementos que fazem uma cidade? A linguagem tem limitações para representar relações em teias extensas em função da *natureza sequencial da fala e da escrita* em confronto com fenômenos cujas *relações internas são multidirecionais, emaranhadas e sincrônicas* – isto é, ocorrem potencialmente ao mesmo tempo.¹ Nossa linguagem discursiva é um modo de capturar assincronicamente tramas de coisas e eventos que constituem o mundo sincronicamente. Quando nos damos conta do emaranhado de elementos urbanos que se afetam mutuamente, as dificuldades da linguagem ficam mais aparentes.

Mas limitações não são um problema só da linguagem verbal. Linguagens numéricas enfrentam severos limites, se nosso desejo é usá-las para tentar denotar e conotar diferenças de natureza e de significados. Na verdade, inventamos linguagens distintas para tentar entender e lidar com propriedades distintas do mundo. Complementares em suas diferenças, costumamos nos encapsular em nossas opções por uma ou por outra, ou tememos as enormes frestas entre elas. Se elas podem ser estranhas entre si, certamente não são estranhas a nossa capacidade cognitiva. Elas foram criadas por boas razões. Precisamos reconhecê-las como sistemas complementares de entendimento, representação e comunicação que são.

Entretanto, vemos na área de estudos urbanos uma desconfiança e rejeição comuns da abordagem a essas intensidades e aspectos quantitativos do urbano, como se fossem intelectualmente menores ou expressão de um positivismo inato, um impulso para reduzir o mundo simbólico e experiencial ao físico e mensurável, e o descarte de tudo o que não é visível e mensurável como não existente ou irrelevante. Esses receios são por vezes justificados, dadas as limitações desses instrumentos frente ao fenômeno urbano, multidimensional e envolvendo aspectos que certamente escapam ao “quantitativo”, como os mencionados aspectos

simbólicos e comunicativos, a política das relações, o problema do poder e as dificuldades práticas da gestão dessa complexidade.

Queremos argumentar que a utilidade dos indicadores está sobretudo na prática da gestão e no planejamento: indicadores sinalizam *estados de relações e de aspectos do urbano* que – se bem desenhados e bem aplicados empiricamente – podem ser úteis para oferecer conhecimentos dessa complexidade. Esses conhecimentos de aspectos, relações e dinâmicas, mesmo parciais, podem ter grande utilidade no reconhecimento da cidade e no amparo ao difícil trabalho do planejador.

Sugerimos, assim, que a desconfiança e a rejeição do uso de indicadores, bem como de métodos de análise não discursiva (gráfica, numérica, algorítmica), são cada vez mais insuficientes e inapropriadas quando nos deparamos com os evidentes problemas da urbanização. Precisamos do complemento de outras linguagens, mais sincrônicas na sua representação e capazes de incorporar mais completamente o problema das intensidades e das relações – sob pena de não entendermos a riqueza e a extensão das relações entre espaço e nossa vida urbana. É hora de reconhecermos mais humildemente *a necessidade de diferentes linguagens em nosso entendimento do mundo material*. É realmente insuficiente ignorar que grande parte dos fenômenos urbanos são constituídos não apenas por diferenças qualitativas e riquezas interpretativas, mas também por redes de implicações entre as condições físicas e as dinâmicas de nossas cidades, com implicações diretas e bastante evidentes sobre as vidas dos seus habitantes. Assim como é cada vez mais inapropriado ignorar a seriedade da necessidade e da urgência de conhecermos a extensão dos problemas e danos urbanos, que requerem formas de entendimento adicionais à linguagem discursiva.

De indicadores de *propriedades* a indicadores de *desempenho* urbano

Ao discutir a necessidade de linguagens complementares para entender o urbano, sugerimos que indicadores também têm seus limites e podem ser superficiais quanto ao seu papel como representações parciais e momentâneas de estados urbanos. Abordagens mais analíticas e sistêmicas podem oferecer respostas à necessidade de qualificar sua capacidade.

Busquemos uma maneira simples de avançar nessa direção, considerando a multiplicidade e a simultaneidade dos processos urbanos. Como vimos, indicadores podem oferecer parâmetros capazes de pautar esse entendimento e formas de tratar problemas urbanos. Não por acaso, o debate internacional em torno de “formas urbanas sustentáveis” tem envolvido a produção de um grande número de indicadores.² Entretanto, tais abordagens têm mostrado limitações. Vejamos algumas delas.

- (i) Grande parte dos indicadores essencialmente aponta *taxas de presença ou de proporção* de aspectos como a dispersão urbana, a compacidade de áreas ou de uma cidade, os tempos de viagem dos habitantes, o consumo de combustível, a eficiência do transporte coletivo, ou até a promoção de economias de escala e provisão de serviços e facilidades. Todos esses fatores são capturados através de mensurações simples de estado baseadas na *forma urbana visível*. Essa abordagem pode ser relacionada ao espírito dos estudos da relação entre geometria (implantação, volumetria e tipologias resultantes) e a capacidade de densidade ou o potencial construtivo de uma área.³ Tais indicadores tendem, portanto, a ser descrições de desempenho fixadas nas características superficiais da forma urbana.
- (ii) Alguns desses indicadores podem ainda apontar *correlações* simples ou graus de coincidência, positivas ou negativas, entre a presença de certos fatores espaciais, sociais ou técnicos, como a mencionada compacidade ou o uso de veículo na locomoção diária, e certos efeitos urbanos empiricamente verificáveis, como a disponibilidade de facilidades em áreas da cidade ou as externalidades ambientais. Esses graus de coincidência, entretanto, não evidenciam o que exatamente explicaria tais coincidências. Indicadores deveriam ser baseados em explicações capazes de identificar *linhas de causalidade* existentes entre dois processos ou eventos – causalidades ativas mesmo entre todas as contingências e complexidades em jogo na cidade. Indicadores devem apontar a ligação sistêmica entre causa e o suposto efeito urbano.

- (iii) Isso implica entender que os indicadores devem ser parte de explicações sobre *como fatores da morfologia influenciam processos urbanos* – digamos, como formas diferentes oferecem suportes também diferentes a atores, atividades e suas relações.

Temos aqui um ponto central em nosso argumento. Apenas indicadores focados nessas relações seriam verdadeiramente capazes de avaliar o *desempenho* da forma e da dinâmica urbana. Esse ponto se torna mais relevante se considerarmos que atores e espaços estão em constante mudança. Essas três observações também nos mostram os limites das avaliações baseadas em indicadores simples usuais, que expressam entendimentos pouco sistêmicos do urbano.

Contudo, temos condições de superar essa limitação. O ponto de partida para a concepção de uma análise de desempenho realmente *sistêmico, dinâmico e espacial* foi estabelecido por Bertuglia e colegas.⁴ Sua ideia foi a de constituir uma representação da cidade que permitisse descrever seus estados sucessivos e analisar seu comportamento integradamente. Essa ideia requer consistência entre os aspectos a serem considerados e suas relações, assim como suas condições contextuais. O objetivo é gerar um método capaz de representar a dinâmica socioespacial, secundado por um conjunto de indicadores que utilizem as mesmas variáveis, acionadas sistematicamente a cada cenário analisado.

Desde então, a representação do urbano evoluiu da ideia de equilíbrio aos modelos ditos complexos, nos quais as relações causa-efeito são verificáveis *a priori* somente no plano dos componentes elementares do sistema (nível micro), sendo que a forma macro é emergente e sua dinâmica é fora do equilíbrio. A partir desse ganho teórico, uma extensa produção de novos meios analíticos para conhecer a dinâmica urbana tem aparecido, sem que, entretanto, a proposta de Bertuglia e colegas tenha sido revisitada e atualizada. Esses instrumentos, conhecidos como Sistemas de Suporte ao Planejamento (*Planning Support Systems*), trazem indicadores frequentemente baseados na análise de benefícios locais para atores na situação de demanda por serviços e trocas, e a provisão de oportunidades de troca para fornecedores finais.

“Desempenho” é entendido nessas abordagens como a eficiência da localização de serviços, verificada pela sua acessibilidade em relação

a um padrão de localização residencial de atores em situação de demanda, em abordagens baseadas na *compensação (trade off)* entre custos de transporte e localizações que maximizam as vantagens desses atores. Indicadores sociais incluem frequentemente variáveis de “qualidade de vida”. Tais sistemas de indicadores têm importância para servir a uma forma de planejamento urbano mais próxima ao que ocorre na cidade em tempo real – e têm sido apontados como uma tendência na aproximação necessária entre as esferas da pesquisa e da decisão, entre a academia e as instituições públicas de planejamento.⁵

Contudo, processos socioeconômicos geradores de aglomeração urbana, como os aumentos de produtividade dos atores em uma economia local, não são considerados nesses modelos de análise: a cidade é tida como um estado sobre o qual se extraem indicadores de distribuição de benefícios locais.

Observamos nesses estudos, ainda, a ausência de elementos de *avaliação* de desempenho: os *graus de equidade, eficiência e sustentabilidade* das distribuições espaciais sobre as dinâmicas dos atores urbanos – digamos, o impacto de distribuições com diferentes graus de dispersão sobre os habitantes. Medidas de intensidade de presença de certa característica em dado contexto dão ideia da intensidade da característica em si (por exemplo, maior ou menor acessibilidade), mas não da *implicação* dessa característica no desempenho urbano (como os impactos que certo nível de acessibilidade tem sobre as pessoas ou sobre as dinâmicas do sistema urbano). Tais implicações são apenas supostas, e permanecem no campo das suspeitas.

Indicadores e o problema da causalidade

A ideia de “desempenho urbano”, termo que se refere ao comportamento dinâmico de uma cidade ou sistema urbano (ou de partes desse sistema), deveria pressupor o comportamento *relacional* de seus componentes e processos no tempo. Demanda o conhecimento do grau de vínculo entre aspecto e seus efeitos. Em outras palavras, o papel dos indicadores – na verdade, o ponto-chave na definição de parâmetros seguros de avaliação urbana – *é capturar os efeitos da presença e intensidade de certa característica na natureza dos comportamentos urbanos.*

Essa capacidade tornaria os indicadores instrumentos de resposta a perguntas fundamentais sob o ponto de vista das atuais preocupações com a viabilidade urbana, como “qual seria o impacto na variação de certa característica espacial sobre a sustentabilidade social ou econômica de uma cidade? Qual seria o efeito do aumento da compacidade sobre o potencial de interações sociais e trocas materiais? Haveria, entre as tais externalidades da densificação, ganhos de produtividade?”. Os indicadores disponíveis simplesmente não têm feito tais conexões: eles apontam a intensidade de propriedades urbanas, mas não apontam suas implicações sobre outras propriedades urbanas ou processos socioeconômicos. Há, assim, uma necessidade de análises capazes de evidenciar tais implicações.

Epistemologicamente, a pesquisa de desempenho urbano depende da demonstração de relações consistentes entre fatores da forma urbana e fatores da dinâmica urbana, frequentemente complexos, voláteis e imprevisíveis. Em outras palavras, a utilidade da avaliação de desempenho urbano a partir de indicadores depende da identificação de feixes ativos de causalidade entre todas as contingências e não linearidades no entorno dessas relações. No centro da preocupação com o desempenho e do esforço de construção de métodos de análise, há a necessidade de se reconhecer dependências entre propriedades e comportamentos, ao ponto de ser possível isolar um único aspecto problemático nessas relações, visando a ações de planejamento.

Portanto, a construção de métodos de análise de desempenho depende da aferição das implicações entre a presença de fatores e a presença de efeitos possíveis. Tais métodos também podem ser úteis para demonstrar graus dessas implicações, sobretudo no exame comparativo de casos, como entre áreas ou cidades diferentes. Essas implicações precisam ser traduzidas na forma de quantificações das propriedades e relações envolvidas. Relações entre aspectos urbanos, mesmo de naturezas distintas (como entre forma e dinâmica urbanas), são capturadas na forma de operações entre variáveis representando os aspectos envolvidos.

Em outras palavras, as operações internas de um método de análise de desempenho tanto dependem quanto evidenciam feixes de causalidade. Por representarem processos, precisam lidar com as mudanças na dinâmicas de seus componentes, às vezes estáveis, constantes; às vezes cíclicas; às vezes incidentais, aleatórias, imprevisíveis, únicas – como aquelas disparadas quando o limiar da forma ou estrutura urba-

na é atingindo, gerando pontos de *criticalidade*, possibilidades de transformação estrutural local ou mais ampla em uma cidade.⁶

Pensemos, por exemplo, em uma área de alta acessibilidade, portanto atraentes a atores urbanos, cuja presença vai aumentando e explorando a acessibilidade do lugar até ela chegar ao seu limite – a partir do qual essa área, saturada, se torna um problema mesmo para os moradores originais. Mudanças assim podem ocorrer a partir de certo momento, ou podem ocorrer apenas em certos pontos da cidade, ou apenas na presença de um outro evento urbano, outro componente ou propriedade também em vias de transformação.

O confronto com o empírico no esforço para reconhecer causalidades entre aspectos e efeitos urbanos é o ponto central na afirmação da relevância de indicadores verdadeiramente sistêmicos de propriedades e desempenho urbanos. As diferenças na intensidade de uma propriedade (digamos, a compacidade) e seus efeitos (digamos, a intensificação de centralidades, interações e oportunidades de trabalho) podem ser examinadas ainda através de simulações teóricas. As simulações dessas implicações podem então ser confrontadas com observações de casos reais, seguindo um método mais dedutivo. O confronto permitirá o avanço do conhecimento das relações entre propriedades e dinâmicas, e a consolidação das ponderações obtidas pelos indicadores. Há ainda a possibilidade de um caminho mais indutivo na geração de indicadores urbanos, quando as observações de problemas, processos ou transformações em andamento vão sugerir a necessidade de indicadores específicos, focados para aquelas questões. O confronto empírico *a posteriori* é uma necessidade também nesse caso.

Curiosamente, podemos dizer que a *dependência entre a análise de desempenho e a identificação de causalidades parciais*, ligadas a contingências e imersas em complexidade, é simultaneamente a fraqueza metodológica e a *raison d'être* dos métodos de análise de desempenho. Sem apontar a probabilidade de certos efeitos sob certas condições, tais métodos tornam-se inúteis.

Construindo indicadores de desempenho

Metodologicamente, sugerimos uma forma simples para reconstruir as linhas de implicação entre aspectos de forma e de dinâmica urbanas de-

finidas na teoria de base do método ou encontradas empiricamente. Podemos fazer uso de *um indicador específico apto a apontar a intensidade de presença de determinado aspecto*, e adicionar uma segunda operação: *sua ligação a um indicador mais geral, já de comportamento*, mostrando o efeito potencial da propriedade sobre outros aspectos – espaciais, socioeconômicos ou ambientais – do sistema urbano.

Assim, propomos que a análise de desempenho vincule características e dinâmicas urbanas a seus efeitos potenciais diretos, bem como a seus possíveis efeitos sobre o sistema urbano mais amplo. Esse vínculo pode ser feito sob forma de arranjos ou “arquiteturas de indicadores”. Entretanto, a produção de tais arranjos pode incluir um novo problema: as possibilidades quase infinitas de combinação de indicadores. Enfrentamos esse problema hoje: há um número enorme de indicadores na literatura, o que demanda o exame e a seleção exaustiva para se chegar àqueles mais adequados ao problema ou caso urbano.

Gostaríamos de oferecer uma forma de lidar com essa complexidade, e desenvolver uma arquitetura de indicadores focados no desempenho – isto é, associando propriedades e dinâmicas a *outras* propriedades e dinâmicas urbanas. Esses indicadores serão organizados em dois eixos abertos, alternativos e complementares.

- (1) Indicadores gerais ou *metaindicadores de desempenho*, coincidentes com paradigmas de diferentes fases do desenvolvimento das teorias da cidade e do planejamento: *Eficiência* (foco das preocupações urbanas da década de 1960); *Equidade* (paradigma iniciado nos anos 1970); *Qualidade espacial*; e, mais recentemente, *Sustentabilidade*.
- (2) Indicadores de avaliação de *dimensões urbanas* empiricamente reconhecidas, em metaindicadores de *Morfologia urbana*, combinando aspectos da estrutura da cidade; *Dinâmica urbana*, focando nas interações entre atores, mediadas por espaços; *Limitares* da estrutura urbana em sua condição de suporte a dinâmicas; e, por fim, as relações entre o funcionamento de um sistema urbano e seu contexto natural – das infraestruturas e dependência de recursos à geração de externalidades: as relações *Cidade-Ambiente*.

Veremos que essas famílias de “metaindicadores” de dimensões de desempenho e de dimensões urbanas envolverão propriedades reconstruídas teoricamente através de combinações de *indicadores específicos*.⁷ Indicadores específicos de características, aspectos ou estados urbanos (o caso dominante na pesquisa e no planejamento) e seus arranjos em indicadores gerais mostram-se afins metodologicamente: o primeiro tipo utiliza combinações e operações do segundo. Essa forma de análise pode aspirar a uma ampliação das capacidades de representação e de avaliação de processos urbanos, ao aproximar e reconstituir a associação entre propriedades, dinâmicas e seus efeitos. E pode fazê-lo de forma intuitiva para o planejador.

Entretanto, a análise sistêmica de desempenho demanda uma forma apropriada de compreensão da própria cidade, um modelo teórico capaz de evidenciar seus atores e componentes materiais, e permitir a avaliação de seus cenários de interação preferencialmente sob diferentes pontos de vista. Vejamos como seria um modo de entender o urbano capaz de manter as características relacionais que apontamos em nossa crítica aos indicadores usuais.

Dimensões do urbano

O exame do desempenho urbano demanda conhecer relações em um fenômeno cuja materialidade é marcada tanto por *durabilidade, rigidez e opacidade* – a espacialidade física de nossas cidades – quanto por notáveis *volatilidade e elusividade* – nossas práticas e os significados que produzimos no próprio espaço. A forma de análise que propomos considera níveis ontológicos da cidade como independentes entre si, ao reconhecer seus componentes como diferenciados, mas também como dependentes, ao reconhecê-los como interativos e mutuamente influentes:

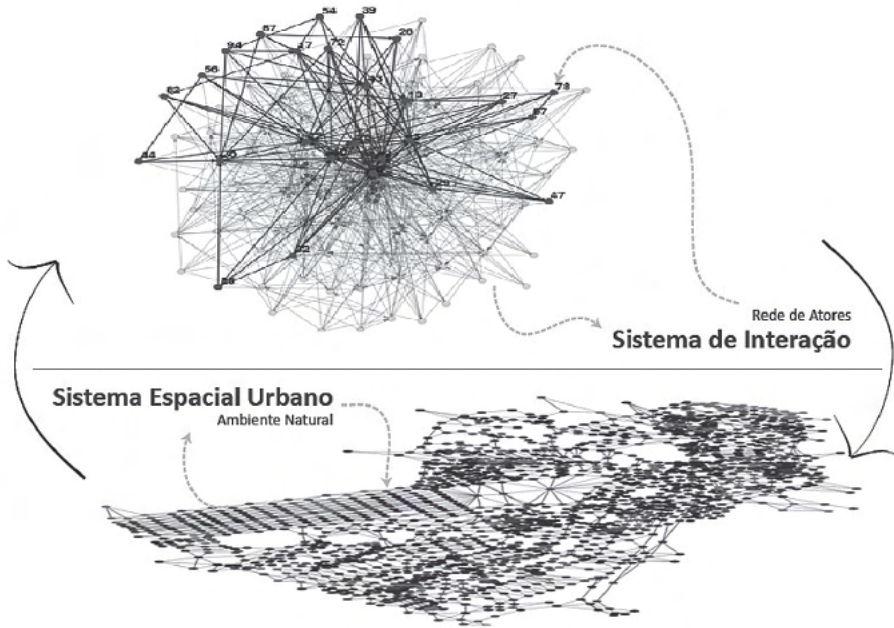


Figura 1 – Os níveis da análise do comportamento de cidades.

Sistema espacial	ambiental urbano
Sistema social	atores pluralizados, individuais atores arranjados em redes
Relações exógenas	estímulos macroeconômicos relações interurbanas e regionais

O *sistema espacial* considerado envolve materialidades não exclusivamente físicas, mas fundadas na rigidez e durabilidade do espaço. É composto pelo próprio sistema urbano e sua relação com um ambiente geográfico, ativo tanto como receptor dos impactos das externalidades dos processos urbanos quanto na dependência do urbano sobre recursos nele disponíveis. O sistema urbano é analisado em atividades atratoras (edificações e seus conteúdos socioeconômicos e cognitivos), a rede de espaços públicos de acesso (ruas) e suas áreas de ocupação (bairros etc.).

O *sistema social* é constituído de atores diversos, incluindo arranjos na forma de instituições e grupos menos ou mais abertos, definidos por semelhança de condição social (no caso de grupos e classes sociais) e

papel econômico (como o de consumidores, fornecedores, produtores de bens finais e bens intermediários). Inclui ainda as atividades produtivas e reprodutivas nas quais atores estão imersos boa parte de seu tempo.

Temos ainda a possibilidade de considerar redes de atores *fora* do sistema urbano em questão – as quais completariam o leque de relações socioeconômicas constituintes do urbano e permitiriam a investigações das relações nas redes, como seu grau de coesão ou conectividade, para fins de análises direcionadas aos atores em si. Trata-se de redes mais amplas em comunicação com as redes de atores localizadas na cidade em si.

Essa abordagem permite levar em conta as conexões entre a cidade sob análise e as dinâmicas econômicas em outras escalas, sob forma de *relações macroeconômicas ou regionais*. Tais conexões podem ser acrescentadas oportunamente na forma do mapeamento de redes e da consideração de índices de crescimento econômico inseridos como fatores exógenos de estímulo, como as taxas de crescimento econômico da região que tendem a se replicar na produtividade interna da cidade em análise.⁸

As redes de atores apropriando-se do espaço para sua atividade e interação – e que podem envolver sobreposição de papéis – podem ser descritas do seguinte modo:

1. Redes de atores individualizados ou parte de grupos
2. Redes Trabalhador – Firma
3. Redes de ligação entre Firms intermediárias
4. Redes de interação Fornecedor final – Consumidor final
5. Redes Produtor de espaço – Demanda por espaço

As interações dentro e entre essas redes são viabilizadas pelo sistema espacial. Entretanto, o sistema espacial não é homogêneo: ele opera – à semelhança da própria linguagem – como um sistema de diferenças, um sistema heterogêneo de espaços abertos e construídos. Essas diferenças espaciais implicam diferenças como no acesso e na centralidade de localizações.⁹

Essas diferenças são também reconhecíveis. Podemos percebê-las visualmente na forma de densidades distintas em ruas ou áreas distintas; na concentração percebida de atividades; na forma de vias menos

ou mais longas e estruturais; ou na simples diferença da intensidade de fluxos pedestres e veiculares nos entornos onde caminhamos. Elas também podem ser capturadas de modo preciso por análises – sobretudo por meios gráficos mais afins a sua materialidade e constituição relacional, como pela análise via mapas, grafos e mensurações.

Essas diferenças ainda podem ser entendidas como estruturas e hierarquias que cidades produzem internamente. Os estudos configuracionais nos dizem que não há, em tese, duas localizações exatamente com as mesmas qualidades de acessibilidade e centralidade. E, exatamente por isso, vantagens de localização serão arduamente disputadas por grande parte dos atores urbanos. Ganhos de acessibilidade na esfera da produção (como nas trocas de ligações entre firmas) são tão importantes quanto na relação entre oportunidades de trabalho e a localização residencial dos trabalhadores ou nas ligações entre fornecedor final e consumidor. Atores de papéis e poderes socioeconômicos e políticos distintos terminam frequentemente por disputar posições no espaço e vantagens a elas associadas.

Essa consideração aponta para a importância das *relações entre as condições de interação dos atores e a estrutura espacial urbana*: o grau de interferência da localização e da configuração de acessos no potencial de interatividade. A correspondência entre essas dimensões da cidade é fundamental para o seu desempenho. O conhecimento do papel da estrutura e suas transformações (como a mudança de padrões urbanos ou a emergência de novas centralidades) é chave no reconhecimento de como estímulos e desestímulos à interação se difundem em um sistema urbano.

Esse conhecimento não é nada trivial. Ele demanda entender os processos que produzem aglomeração, as estruturas que distribuem externalidades sobre a cidade e as atuações dos atores que geram fluxos e dependem da distribuição e acessibilidade das localizações para sua produtividade e capacidade de geração de renda para si e seu grupo ou instituição.

Indicadores de desempenho devem permitir (i) avaliar precisamente as condições materiais das interações de interesse para a análise, e avaliar a capacidade da estrutura urbana em dar suporte a essa trama de interações. A análise focada no comportamento urbano deve ainda permitir (ii) verificar possíveis ganhos e perdas, coletivos ou focados em

grupos ou atores, em decorrência de novas localizações, modificações na acessibilidade e mudanças de atores em cenários futuros ou hipotéticos. Quando esses dois pontos são incluídos, temos *planejamento* de fato, enquanto conhecimento e capacidade de antecipar problemas e preparar estruturas materiais para práticas em constante mudança.

Vimos alguns fundamentos teóricos da abordagem à cidade como profundamente sistêmica em suas dimensões e redes materiais. Uma vez que esses fundamentos estejam estabelecidos, passemos ao reconhecimento de aspectos-chave do desempenho urbano e à busca de indicadores aptos a reconhecer seus estados e relações.

Dimensões de desempenho urbano

Há uma infinidade de indicadores urbanos disponíveis na literatura, e diversos modos de arranjá-los. Naturalmente, nem todo indicador é compatível entre si ou com uma abordagem focada em identificar relações ativas entre aspectos distintos da urbe. Nosso interesse é oposto ao de apontar rigidamente um conjunto de indicadores fixos. Desejamos explorar famílias e tipos de indicadores amarrados em uma arquitetura que contenha, em suas linhas, um desenho capaz de implicá-los entre si, conectando assim seus “objetos” (as propriedades urbanas que endereçam), e chegando desse modo mais perto da finalidade de reconhecer a relação entre propriedades. Só nesse momento teremos um sistema de indicadores ecoando de fato os aspectos sistêmicos das propriedades que buscam desvelar, e da própria cidade. Não podemos ter sistemas de indicadores urbanos representativos quando eles mesmos são incapazes de traduzir as implicações entre diferentes aspectos e processos que fazem a cidade.

Seguindo esse propósito, gostaríamos de montar essa arquitetura a partir do entendimento de que o desempenho urbano tem *dimensões distintas*. Incluiremos entre essas dimensões quatro dos paradigmas mais explorados nas teorias urbana e do planejamento nas últimas décadas. Este modelo conceitual deve, naturalmente, alimentar o desenvolvimento quantitativo de indicadores. Não incluiremos neste texto tal desenvolvimento – antes, apontaremos aspectos desejáveis e sugeriremos caminhos que possam estimular novas proposições.¹⁰

1. *Qualidade espacial*

A análise de qualidade espacial refere-se ao grau de adequação das propriedades inerentes da estrutura física da cidade. Tem sido tratada de modo trivial no universo do planejamento urbano – sobretudo em aspectos como microacessibilidade¹¹, conforto, desenho e habitabilidade, todos atributos puramente locais. Sugerimos a exploração de indicadores de cunho mais amplo para lidar com essas propriedades do modo mais amplo ou estrutural. Ainda, a análise das características espaciais e seu impacto sobre os atores não implica em juízos de valor formal ou estético (um campo de difícil objetivação), mas de constatações sobre características que interferem nas atividades urbanas e na prática dos atores. Esse é um campo aberto, cujas explorações existentes frequentemente se resumem à explicitação de modos de aferição baseados em alguma experimentação empírica, mas sem associação ao caráter dinâmico do desempenho.

Seguindo a tendência existente, o sistema pode incluir indicadores diretos das características locais do espaço urbano em relação às aquelas globais, como a *compacidade* da forma edificada ou a *acessibilidade e continuidade* da rede de ruas.

Novos indicadores devem, entretanto, levar em conta o impacto de características morfológicas sobre a atuação dos habitantes. O impacto pode ser estimado a partir de correlações empíricas conhecidas *a priori* entre propriedades espaciais (digamos, o aumento da compacidade) e efeitos sobre o sistema urbano (como o aumento da centralidade e da interatividade dos atores). *A definição desses indicadores deve, trazer embutidas estimativas* do papel de certa característica espacial para a qualidade de outras características ou para a intensidade da própria atividade urbana. Vemos novamente aqui a importância da teoria e da evidência empírica para a definição de indicadores. A compatibilidade entre fatores espaciais e fatores dinâmicos pode ser construída se o entendimento desses fatores compartilhar itens – ou seja, se forem baseados em uma mesma visão analítica. Veremos adiante exemplos dessa compatibilização.

Possibilidades de arranjo de indicadores de qualidade espacial variam de acordo com a abordagem desejada da forma urbana. Podemos arranjá-los de acordo a características espaciais ou geométricas *absolutas* (como áreas ocupadas, densidades e distâncias métricas) ou de acor-

do com propriedades *relacionais* (como a acessibilidade ou a distância topológica); pela ênfase em aspectos *globais* da forma (propriedades implicadas na estrutura da cidade como um todo), ou *locais* (focadas nas formas de apropriação, ocupação e edificação), e fazê-lo de modo a reconhecer a instância local como manifestação de relações mais amplas, com impactos sobre outras escalas. Podemos ainda buscar indicadores centrados na leitura da morfologia urbana como fonte de informação útil para a navegação e práticas dos atores (o quanto ruas e localizações ajudam na navegação e na atuação do habitante), ou centrá-los em itens ligados à alcançabilidade e ao potencial de interação dos atores.

Vejamos agora o desenho que indicadores com esse perfil podem encontrar. Para fins intuitivos no momento da aplicação, propomos uma seleção de indicadores apta a incluir a forma urbana *edificada*, a morfologia da rede de ruas e o problema da nossa cognição dessas estruturas.

Forma urbana edificada

a. Compacidade. O problema da compacidade – e seus reversos, a *dispersão* e a *fragmentação* – vem recebendo grande atenção em debates sobre sustentabilidade urbana, por seu envolvimento em questões de distâncias internas, dependência veicular e implicações.¹² Seus indicadores são usualmente baseados em medidas métricas que confrontam a área ocupada ou o grau de continuidade da ocupação por certa população em relação a uma figura bidimensional de perfeita continuidade ou ocupação completa.¹³

Contudo, indicadores dessa natureza não capturam com precisão *o que a compacidade implica para o sistema urbano*. A questão não se limita a caracterizar o espaço físico, mas a verificar o que um espaço físico dessas características pode amparar de fato em termos de atividades urbanas. Aqui, sequer podemos ficar presos à aparência da forma compacta. Uma mesma morfologia pode sediar intensidades de ocupação diferentes e atividades com níveis de interatividade diferentes. É essa relação que importa para o desempenho urbano.

Essas possibilidades podem ser incluídas se considerarmos o espaço urbano como um sistema de componentes espaciais irregularmente distribuídos e interativos. O tratamento metodológico mais adequado seria, portanto, não o da compacidade como distribuição da ocupação ou a continuidade da forma construída, em análises centradas na geo-

metria absoluta e nas propriedades locais da forma, mas um *indicador da compressão de unidades de atividade por área ou trecho de rua*. Essa concepção permitiria investigar os efeitos da compacidade sobre dinâmicas urbanas, como o potencial de interação dos atores em uma área.¹⁴ Ela oferece a mencionada compatibilidade metodológica com indicadores de dinâmicas, os quais exploraremos adiante. Pode ainda oferecer mais riqueza descritiva e retirar a imprecisão de considerar-se como equivalentes morfologias arquitetônicas semelhantes mas com intensidades de ocupação diferentes. Por fim, a compacidade pode ser relacionada a indicadores de *habitabilidade*, voltados à forma arquitetônica, como veremos no item c.

b. Continuidade da forma construída: propriedade local das formas dos edifícios entre si, seu indicador foca na identificação do grau de continuidade das superfícies construídas ao longo dos quarteirões, entendendo essas superfícies ou fachadas como estímulo à apropriação pedestre dos espaços públicos e da ocupação dos térreos por comércio e serviços. Estudos empíricos recentes têm mostrado que essa característica se relaciona consistentemente com a *vitalidade urbana* decorrente da relação entre espaços edificados e a rede de espaços abertos como cenários para troca social e econômica e aspectos de segurança pública.¹⁵

c. Habitabilidade urbana: uma preocupação usual na teoria arquitetônica e no planejamento, a habitabilidade costuma ser apontada por indicadores capazes de avaliar fatores como o grau de sombreamento mútuo entre edificações, ventilação, conforto sonoro, etc., sobretudo na escala do quarteirão. Esses fatores devem ainda ser empregados para evidenciar o relevante problema dos *limiares de compactação* em áreas urbanas: os excessos que podem levar à baixa habitabilidade. Esses limiares podem ser introduzidos na análise como parâmetros *ad hoc*, a partir de parâmetros encontrados em situações empíricas ou em estudos de caso.

Rede de ruas

a. Acessibilidade é uma propriedade relacionada à distância entre cada localização e todo o restante do sistema urbano. Para capturar tal propriedade, medidas topológicas vêm sendo utilizadas com mais precisão que medidas puramente métricas, que ignoram a forma da rede de ruas na moldagem da acessibilidade.¹⁶ Como possibilidade de análi-

se, sugerimos que cada unidade espacial tenha uma distância média em relação às demais, a qual expressa a acessibilidade dessa unidade. Se as distâncias médias de todas as unidades espaciais forem comparadas, obtemos uma classificação de acessibilidade, expressando a diferenciação espacial existente na estrutura urbana e sua rede de ruas.

O indicador pode ser útil para entendermos como essas diferenças importam em aspectos do funcionamento das cidades, como a probabilidade da localização de áreas ou eixos comerciais, ou para verificarmos localização de áreas potencialmente segregadoras. Para tanto, os valores de acessibilidade das ruas de dada cidade ou área devem ser correlacionados com essas outras distribuições. O indicador de acessibilidade pode ainda ser associado ao problema da dinâmica urbana a partir do seu papel na geração de centralidades, como veremos em seguida. Ele ainda deve ser vinculado explicitamente à mobilidade e, portanto, a dimensões de equidade, eficiência e sustentabilidade urbanas.

b. Profundidade consiste do grau de distanciamento entre componentes do sistema espacial urbano. Um primeiro modo de aferir profundidade envolve verificar a distância média na rede, obtida pelo somatório de todos os caminhos mínimos ligando todos os pares de unidades espaciais. Um segundo modo, mais simples, seria verificar o caminho mínimo entre as duas unidades espaciais mais distantes, mas ela é sujeita a distorções em função de cidades poderem ter redes de ruas mais fragmentadas em suas bordas. Um terceiro modo pode usar as distâncias a partir de um determinado ponto de referência, analisando as profundidades a partir desse ponto (uma técnica usual em análises que fixam o centro histórico ou o centro de empregos e negócios como referência). Contudo, esse indicador isolado pode ser pouco informativo se não for relativizado em função da relação entre forma e tamanho da cidade: uma cidade grande (isto é, tendendo a ter mais profundidade na sua rede de ruas) pode ter um desempenho mais adequado em aspectos como a interação econômica (a intensidade de trocas) que uma cidade menor (isto é, menos profunda) se tiver, digamos, maior densidade ou compacidade configuracional, como compressão de atividades.

O indicador pode ainda ser associado a avaliações de equidade e eficiência urbanas. A equidade decorre da ideia que redes urbanas profundas tendem a produzir mais segregação espacial. A eficiência pode ser denotada a partir do fato de sistemas mais profundos produzirem

deslocamentos mais longos. Portanto, o indicador pode ser útil para responder questões como “o que o aumento de profundidade – digamos, por expansão urbana – provoca sobre as distâncias percorridas na cidade e sobre itens como consumo de combustível?”. Podemos então chegar a um segundo tipo de questão, ainda mais relevante: “o que esse fato pode nos dizer quanto ao impacto da morfologia sobre a eficiência e a sustentabilidade da cidade?”.

c. Permeabilidade: uma propriedade tanto local quanto global da constituição da rede de ruas sob o ponto de vista da interface de espaços públicos e privados. É profundamente implicada no grau de facilidade de movimento e apropriação do espaço público. Relaciona-se ainda à possibilidade de troca entre público e privado e ao fato de que essa troca, chave para a produção das atividades sociais e do próprio sentido de existência da cidade, é função da linha de contato entre vias públicas e lotes privados. Tramas mais permeáveis tendem a gerar mais intensidade de trocas e, portanto, eficiência urbana.

Um dos modos usuais de análise dessa propriedade espacial é pela proporção entre áreas de quarteirão ocupadas e cobertura de ruas.¹⁷ Mas há imprecisão nesse modo, dado que uma área pode ter distribuições bastante irregulares de ruas. Quando pensamos em permeabilidade como aspecto de desempenho urbano, isto é, tendo impactos sobre a dinâmica da cidade, também podemos ver que há *limiars* de permeabilidade. Um aumento exagerado na área investida nos espaços livres das ruas pode levar à baixa ocupação do espaço para edificação e ocupação e, portanto, a ineficiências urbanas. Um alto número de ruas em uma rede local pode ainda levar a uma dispersão dos fluxos pedestres e veiculares para níveis menores que os necessários para sustentar a economia local (comércios, por exemplo). Por outro lado, redes de ruas de baixa permeabilidade são problemáticas para a dinâmica de trocas urbanas, altamente dependentes da mobilidade dos habitantes. Esses dois limiars não podem ser encontrados apenas pela análise da permeabilidade. Eles só podem ser conhecidos se entendermos *a implicação da permeabilidade na mobilidade e na interatividade social e econômica*. Novamente, precisamos da implicação entre indicadores de forma e indicadores de dinâmica urbana.

O mesmo raciocínio vale para conhecermos o papel exato da permeabilidade (e seus graus distintos) em dimensões de desempe-

inho como a eficiência nas dinâmicas urbanas (e seus graus distintos) em diferentes cidades. Graus distintos de permeabilidade podem ainda expressar formas de sociabilidade distintas: certas atividades altamente públicas se beneficiarão de áreas de alta permeabilidade; por outro lado, certas comunidades podem produzir uma rede de ruas menos acessíveis aos estranhos como forma de intensificar seus laços sociais internos.¹⁸

d. Continuidade da rede de ruas: captura a importância de fatores como a fluidez, visibilidade e conectividade das ruas. Sistemas viários com baixa continuidade em seus caminhos internos, com ruas tortuosas ou interrompidas em quarteirões ou becos, gerando redes fragmentadas, apresentam maiores distâncias internas e geram perdas de acessibilidade, inteligibilidade e mobilidade, com possíveis efeitos sobre a eficiência da localização das atividades, sobre o estímulo à formação de centralidades, e mesmo sobre a equidade urbana – dado que mobilidade é um fator de produtividade e renda.¹⁹ Indicadores mais simples podem apontar o grau de continuidade ou fragmentação ao mostrar a extensão média das vias em certa cidade. Indicadores mais elaborados podem verificar o grau de articulação e conexão nos cruzamento das vias, apontando microrrupturas e descontinuidades.²⁰ A análise da continuidade interna da rede substitui indicadores inadequados, voltados para a relação entre perímetro urbano e sua área interna.

Uma série de outras propriedades da forma urbana pode ser incluída na dimensão puramente espacial do desempenho urbano, como a *distributividade*.²¹ No entanto, para fins de uma proposta de arquitetura de indicadores na qual síntese e simplicidade são qualidades de interesse, as propriedades vistas até aqui serão suficientes. Vejamos agora a implicação entre forma e cognição, e que indicadores podem, sucintamente, ajudar a compreender seu papel em processos urbanos.

Informação espacial

A análise da relação cognitiva entre ator e morfologia pode apontar graus de inteligibilidade do sistema espacial e o impacto dos conteúdos de suas edificações, lugares e ruas para a navegabilidade dos atores e para seu conhecimento das atividades produzidas na cidade (uma forma de conhecimento do próprio sistema social local).

a. Identidade: relaciona-se à extensão do sistema de espaços públicos de uma cidade reconhecido como uma “estrutura primária”

que ancora os processos de cognição espacial e navegação dos atores na cidade.

b. Capacidade informacional: é uma qualidade de diferenciação da informação das atividades contidas na morfologia da cidade, passível de ser assim mais reconhecível aos atores.²²

Indicadores de informação espacial são relevantes na análise da apropriação do espaço e da transformação urbana e, analogamente, na análise da eficiência e sustentabilidade urbanas.

Sumarizando esses indicadores, podemos construir um “metaindicador de qualidade espacial” como uma síntese ou uma combinação desses indicadores específicos. Um indicador geral assim construído deve ficar sensível a diferenças capturadas por estes. Por exemplo, quando certa qualidade específica cair, o indicador combinado deve apontar a queda geral da qualidade espacial. Essa ponderação pode incluir de médias harmônicas a operações mais sofisticadas.

2. Equidade

A análise de equidade busca evidenciar os efeitos da estrutura espacial e da distribuição de atividades na cidade sobre as atuações de atores de grupos e classes sociais distintos. Deve focar, sobretudo, a distribuição de benefícios locacionais e de mobilidade como capacidades de geração de renda e como fatores de aumento ou redução de custos (relacionados a transporte, tempo, eficiência de deslocamentos, número e intensidade de atividades realizadas e, em última instância, produtividade). A teoria socioespacial nos mostra que certas localizações e graus de mobilidade potencializam essas capacidades, o que torna a relação ator-estrutura urbana um item relevante de equidade social²³ – ainda que uma relação direta entre ambas seja, naturalmente, de difícil demonstração, portanto controversa. Entretanto, se considerarmos que um sistema urbano tende a se beneficiar com o aumento de produtividade distribuída entre seus atores²⁴, as condições espaciais para que atores sejam equanimemente produtivos também se mostram como itens relevantes de eficiência urbana. Equidade é um fator potencial de eficiência.

A análise da equidade urbana pode ainda estender a atenção aos impactos da estrutura física à eficiência da *produção e da busca de satisfação de demandas cotidianas* considerando o esforço e os custos envolvidos. Indicadores sociais não são suficientes para entender esse

problema. Quando o objetivo é capturar o quanto o espaço interfere nas condições de acesso a atividades e na atuação e produtividade dos atores em diferentes posições sociais e econômicas, indicadores de diferença de renda ou educação são menos elucidativos. Indicadores de oportunidade espacial, acessibilidade, mobilidade e segregação²⁵ mostram-se como formas de capturar a “dimensão urbana” da equidade. Vejamos esses indicadores mais em detalhe.

a. Oportunidade: propriedade de privilégio locacional da residência em relação à localização do trabalho ou serviços. O indicador pode incluir a análise da população em suas localizações e serviços por porte, atratividade, complexidade e tipo. Pode usar ainda uma análise direcionada (origens e destinos especificados) e incluir as formas de locomoção dos residentes considerados e a atratividade dos serviços. Essa análise relaciona cada localização residencial a todos os serviços localizados no alcance do residente, usando a distância e a atratividade como fatores discriminantes. O indicador tem ainda afinidades à análise da eficiência urbana, ao descrever a disponibilidade de localizações bem atendidas por empregos ou serviços e apontar o potencial para a interatividade de cada localização.

b. Acessibilidade: a análise de equidade pode fazer uso dos mesmos indicadores de acessibilidade apontados para avaliar a qualidade espacial.

c. Mobilidade: intuitivamente, a propriedade significa capacidade de movimentação na cidade. Ela é, portanto, essencialmente híbrida: relaciona-se tanto a qualidades da estrutura urbana (acessibilidade) quanto às condições de deslocamento (modos de transporte). Sua inclusão como item de equidade se deve à ideia de valorizarmos a distribuição homogênea da mobilidade entre diferentes grupos e classes, de modo a reduzir a fricção da distância que se abatem sobre indivíduos socialmente diferentes.²⁶ Deve-se ainda à necessidade de avaliar a disponibilidade das modalidades de transporte usados pelos habitantes para burlar o efeito dessa fricção constante. Além de medidas de acessibilidade topológica e de distância métrica interna, indicadores de mobilidade podem incluir as medidas de “facilidade de alcance” por modo pedestre e ciclista, a ponderação da disponibilidade de transportes coletivo, bem como os tempos de traslado em diferentes modais.

d. Segregação: cidades onde haja concentração dos semelhantes e distância entre os diferentes indica que a inequidade é uma característica que atravessa a produção do seu espaço e seu padrão locacional. O registro histórico sugere que essa definição inclui praticamente todas as cidades produzidas sob qualquer modo de organização social ou produção. Indicadores podem ser derivados da farta literatura focada no problema da concentração de residentes de mesmo grupo ou classe social, e usados como indícios de equidade de oportunidade na localização. Graus de segregação são usualmente verificados na forma de intensidades de concentração de grupos e classes, tendo como limite o cenário de concentração e separação absolutas. Os impactos dessa forma usual de segregação territorial sobre os diferentes habitantes – algo usualmente ausente na literatura – podem ser verificados a partir da diferença entre o grau médio de centralidade e acessibilidade das suas residências.

Uma segunda forma de segregação, mais dinâmica e focada na ideia de restrição da interação) e na mobilidade dos atores, pode ser avaliada através do conceito de *segregação em redes de apropriação*.²⁷ Aqui, o grau de segregação depende da sobreposição das redes sociais de diferentes classes ou grupos atuando no espaço urbano, levando em conta as apropriações mapeadas desses grupos, incluindo seus lugares de atividade, modo de deslocamento e a rede de espaços públicos.

O metaindicador de equidade, analogamente ao de qualidade espacial, consiste em uma ponderação entre indicadores específicos, sendo sensível a diferenças: quando atores ou grupos têm mais privilégios espaciais que outros, o indicador combinado deve apontar a queda da equidade urbana.

3. Eficiência urbana

Em função na natureza material profundamente híbrida da cidade, “eficiência urbana” refere-se tanto à eficiência das dinâmicas socioeconômicas em uma dada condição espacial quanto à eficiência da estrutura urbana em seus impactos sobre tais dinâmicas. Envolve, portanto, a análise das interações dos atores considerando a rede espacial como fator de custos e eficiência nessas trocas. Uma forma de fazer essa análise é confrontar as relações entre atores econômicos complementares e sua proximidade (cenário atual), e entre atores *potencialmente* complementares (cenário potencial).²⁸ E envolve seu reverso: a avaliação do

quanto a estrutura urbana atua para efetivar trocas atuais e potenciais, analisando seu comportamento em confronto com as possibilidades de conexão da rede dos atores.

A análise da eficiência é fundamental para verificarmos o modo como atores e atividades sentem os atritos da espacialidade complexa de nossas cidades. A vida cotidiana é diferente para cada ator porque é montada a partir de sua rede particular de interesses e relações, recursos e dependências, e inclui interações e movimentos ora intermitentes, ora únicos e imprevisíveis. A eficiência desse processo envolve o modo como suas atividades estão distribuídas no espaço urbano, e dependerá, sobretudo, da minimização de distâncias e da mobilidade dos atores. A eficiência dos processos urbanos está, portanto, profundamente atrelada à forma urbana.

Se as idiosincrasias espaciais de cada cidade são certamente ativas na eficiência de suas estruturas e do que os atores fazem, cidades em geral estão sujeitas ao problema da eficiência independentemente de sua cultura ou de estarem atentas ao problema. A universalidade desse problema urbano se deve ao fato de cidades estarem profundamente associadas a processos fundamentais de produção e reprodução material baseados na mobilidade de objetos e atores, e no confronto destes com um dado inescapável: a extensão do espaço, a distância entre as localizações e suas implicações nos tempo de movimento e custos de transporte, assim como a configuração da estrutura espacial produzida coletivamente e historicamente como resposta à necessidade da proximidade generalizada entre atores diversos.

Tal estrutura, contudo, pode apenas minimizar o problema da distância (em graus diferentes para estruturas diferentes), criando inevitavelmente problemas adicionais de alcançabilidade entre atores e, por extensão, *restrições para o conhecimento de atores potencialmente interativos*. Em outras palavras, a estrutura espacial urbana, rígida e opaca, produzida como solução material para o problema extraordinário da distância nas interações, implica em *novas* restrições nas nossas possibilidades de conhecimento dessa estrutura e da existência de outros atores urbanos – possibilidades construídas através da experiência heurística, cotidiana da cidade. Mesmo se as possibilidades de atores para nossas trocas forem já conhecidas, a distância tende a seguir sendo um critério de escolha, criação e continuidade das interações.

O metaindicador de eficiência se refere essencialmente ao exame dos graus de interferência do espaço sobre as possibilidades dos atores e suas condições de efetivar interações.²⁹ Refere-se ainda à intensidade de interações efetivadas. A urgência típica das ações diárias na cidade, a importância de condições espaciais propícias para nossa mobilidade e para a viabilização desse emaranhado de trocas, e o problema dos custos e do tempo de transporte inerentes no cenário da produção evidenciam a necessidade de abordarmos a eficiência urbana, face às fricções impostas fisicamente e cognitivamente pela estrutura espacial. A eficiência urbana é uma forma de concretizar *requerimentos bastante essenciais em um sentido material*: a economia de meios, os ganhos na realização e nos efeitos dos nossos atos e a distribuição dessas propriedades entre os atores engajados no esforço da cooperação e da vida em sociedade.

De acordo com essa leitura, a eficiência pode ser capturada como o *estado* de um sistema urbano. Vemos duas formas de eficiência material das práticas na cidade. Em primeiro lugar, temos a eficiência de um padrão de localização de atividades a partir das distâncias relativas entre atores potencialmente interativos – isto é, o grau de facilidade para novas relações entre atores emergirem e se efetivarem no espaço urbano, com menos esforço material, a partir dos impactos da acessibilidade sobre a movimentação. Em segundo, temos o grau de intensidade com o qual essas trocas emergem, em diferentes instâncias de produção e atuação social, a partir das localizações e da acessibilidade.

Uma forma sintética de verificar essas duas formas de eficiência é através do exame do potencial de conexão entre atores, analisados sob o ponto de vista da teoria de redes sociais³⁰, na *passagem da nuvem de possibilidades de conexões de atores complementares para a rede das conexões efetivadas*, mediadas pelo sistema de localizações espaciais desses atores. Uma cidade eficiente teria uma rede de ligações físicas conectando lugares de atuação de tal modo que facilitaria a passagem entre as ligações *potenciais* para as ligações *efetivas*, na forma de interações realizadas de fato. Esse raciocínio ecoa a visão de Gravonetter sobre “ligações fortes e fracas”, sendo as ligações fracas aquelas entre atores com conhecidos em comum, mas ainda não conectados entre si. A ligação fraca corresponde ao que chamamos de ligação potencial, criada precisamente a partir das ligações espaciais engendradas pela proximidade topológica entre atores no espaço construído e na rede de acessos.³¹ Graus de dispersão entre atores mutuamente dependentes implicarão

maiores distâncias e, portanto, trocas menos eficientes quanto ao uso de recursos e tempo, afetando o comportamento do sistema social e microeconômico, gerando ainda externalidades negativas como impactos sobre a rede urbana (tráfego) e sobre a sincronia na produção.

A análise da eficiência urbana pode incluir, portanto, procedimentos típicos da análise de redes sociais, como a distância topológica encontrada entre atores mapeados empiricamente, e a diferença dessa distância para aquela encontrada em uma rede ideal de posições em que cada ator estaria imediatamente próximo a seus complementares (uma distância de um passo topológico) em um espaço teórico sem extensão. Esse confronto visa mostrar o quanto um sistema espacial está integrado, tendo como parâmetro a distância mínima entre conjuntos de atores potencialmente interativos.

Devemos ainda considerar o *tamanho* do sistema urbano em análise como fator importante, ligado ao problema do aumento de distâncias internas, sobretudo para fins comparativos – um fator que pode ser relativizado se os padrões de localização, acessibilidade e mobilidade na cidade, oferecerem eficiência, independente de seu porte.

O análise da eficiência urbana pode ser feita com uma combinação de indicadores, como:

a. Interatividade: é uma propriedade de intensidade de trocas entre atores potencialmente complementares. Pode ser capturada com a avaliação de redes ativas em um sistema urbano, fazendo uso da teoria dos grafos tanto aplicada a redes de atores quanto a rede de ruas e espaços.³²

b. Centralidade: a propriedade reúne o grau de presença de atividades e qualidades de acessibilidade no espaço urbano, capturando assim o cenário de atratividades e vantagens locais. Pode ser considerado uma aproximação do cenário de trocas potenciais ou interatividade. Seu indicador identifica gradientes de diferenciação espacial no interior das cidades, correspondentes a gradientes de intensidade de atividades diversas como os fluxos pedestres e veiculares, presenças comerciais etc. Atividades distintas possuem atratividades distintas, que podem ser estimadas e ponderadas.³³

c. Oportunidade: como vimos, trata-se do privilégio locacional residencial relativo à localização do trabalho, serviço ou conjunto de ser-

viços. Esse privilégio é central na interatividade e na eficiência das atuações de habitantes, trabalhadores e firmas (assim como na equidade).

d. Convergência: é uma propriedade da distribuição dos atores em suas demandas em relação a lugares de oferta de serviços, baseado no critério de localização espacial. A avaliação do grau de convergência entre demandas e ofertas em um sistema urbano dá evidências do quanto a distribuição dessas atividades e atores pode dar suporte a suas trocas e à eficiência dessas relações. O indicador resulta de uma análise direcionada que considera apenas os pares de unidades espaciais que tenham como origem as localizações de demanda e como destino as localizações que ofertam o serviço de interesse, considerando a atratividade de cada posição para capturar atores complementares distribuídos no espaço urbano. Pode ser focado em grupos de atores específicos, inclusive dentro das relações de troca intermediária, entre empresas.³⁴

e. Compacidade: a propriedade pode ser capturada como uma compressão de unidades de atividade por área ou trecho de rua. A compacidade tem potencial de intensificar trocas ao reduzir distâncias internas, podendo implicar redução de custos de mobilidade e, possivelmente, aumento de produtividade na economia local.

f. Acessibilidade: pode ser analisada como a distância entre uma localização em relação a todas as demais localizações no sistema; outros indicadores de propriedades da morfologia da rede de ruas podem ser consideradas conjuntamente, desde que sua influência sobre a eficiência seja reconhecida e apoiada em evidências empíricas.

g. Mobilidade: trata-se da capacidade de movimentação na cidade, dependente tanto de propriedades de acessibilidade morfológica e compacidade urbana quanto de sistemas de transporte a distância. A influência da mobilidade em aspectos de produtividade e deseconomias urbanas é largamente reconhecida na literatura em estudos urbanos e economia espacial.

h. Informação: ao colaborarem com a difusão de informação sobre atividades disponíveis em um sistema urbano e sobre sua alcançabilidade, propriedades cognitivas da estrutura urbana também são fatores de eficiência. Como vimos, indicadores de informação devem ser capazes de capturar a diferenciação das atividades como sistema a ser lido pelos atores em sua navegação.

Vejamos algumas utilidades do exame da eficiência na análise e avaliação de cenários urbanos, sobretudo para fins de tomada de decisão no planejamento:

- Mostrar ganhos com a qualificação urbana: por exemplo, aumentos de acessibilidade em função de melhorias na rede de acessos ou de modificações no panorama de localizações de atores complementares; ganhos de compacidade e centralidade para uma área ou cidade; ou ganhos de informação espacial a respeito de atores complementares.
- Incluir a análise do grau da conectividade e proximidade espacial entre atores, digamos, envolvidos na produção econômica em dado setor, em suas localizações reais, em comparação com sua rede de ligações potenciais como aspecto de eficiência urbana.
- Apontar espaços mais apropriados para futuras localizações de atores complementares ou de atividades entendidas como estratégicas para a produtividade dos atores e o desenvolvimento urbano.
- O exame pode ainda ser dirigido no sentido contrário: a análise das posições e ligações existentes entre atores e o quanto elas se beneficiam de sua localização no espaço em relação a outras atividades e atores (ou o quanto ignoram vantagens locacionais ou a existência de atores complementares melhor localizados para possíveis interações). A eficiência das interações, obtida pelo confronto das redes de atores complementares *versus* a rede das suas localizações reais depende, contudo, da existência de dados de ligações efetivadas entre eles (dados extensos e de difícil obtenção), ou da montagem de redes de complementaridade, a partir do entendimento do analista.
- Estudos podem, nesse sentido, dirigir-se a *redes específicas* de atores em certos setores ou campos da economia (como certas redes serviço-consumidor ou firma-firma), verificando o grau de eficiência dessas ligações físicas em comparação com a rede de conexão ideal.

- A análise ainda pode considerar a *eficiência geral de subsistemas* reunidos ou considerados na análise. Nesse caso, o metaíndice de eficiência urbana pode ser produzido como uma ponderação entre indicadores específicos de modo a evidenciar suas implicações mútuas.

4. Sustentabilidade urbana

Em função do grande número de fatores envolvidos e da indefinição e uso largamente desinformado do termo, “sustentabilidade” é uma dimensão de desempenho de difícil tratamento. Por exemplo, as noções de sustentabilidade referidas à cidade estão frequentemente associadas a ideias de controle da escassez de recursos e redução de poluição, centrando-se na necessidade de manutenção de recursos e da vida – mecanismos que então se encarregariam de garantir a reprodução da sociedade e do ambiente.³⁵

A avaliação de sustentabilidade demanda antes de tudo reduzir a confusão que cerca o termo, enquanto mantém sua multidimensionalidade e polissemia. Iniciemos por uma definição simples e abrangente: *sustentabilidade significa a continuidade de um sistema que requer a continuidade de outros sistemas com os quais ele estabelece relações.*

Um indicador de sustentabilidade deve ser capaz de reconhecer as conexões entre sistemas urbanos e ambientais e assumir a necessidade da avaliação da condição de sua continuidade frente a perturbações internas e externas, à dependência de recursos e às externalidades geradas em sua produção e reprodução. No entanto, a definição desse indicador é metodologicamente delicada. Ela inicia pela impossibilidade de aferição da “sustentabilidade geral” de uma sociedade ou mesmo de uma região. Como abarcar todas as questões e atores envolvidos? Dada a natureza profundamente sistêmica do problema, seu exame deve se iniciar na reconstrução do funcionamento da própria cidade e seus impactos e interfaces com seu ambiente. É necessária uma visão “por dentro” dos sistemas urbano e ambiental, reconstruindo suas relações em cadeias e escalas progressivamente.

Foquemos na dimensão intraurbana do problema e iniciemos pela *relação entre processos urbanos*. As hipóteses usuais da relação entre forma urbana e sustentabilidade têm apontado para considerações como “cidades mais compactas tenderiam a ser mais sustentáveis do

que as menos compactas; por consequência, cidades mais fragmentadas tenderiam a ser menos sustentáveis do que as menos fragmentadas”. Temos, entretanto, argumentos que vão contra supersimplificações, considerando que a fragmentação e a compacidade são processos que se implicam no crescimento urbano – movimentos necessários na continuidade da cidade. Em outras palavras, observações de sustentabilidade têm se focado em análises de estado e não de processos como soluções menos ou mais sustentáveis no decorrer do tempo.³⁶

Temos, portanto, o problema do *tempo* inerente a processos urbanos e suas externalidades. Essa consideração reconhecer o papel tanto da *estabilidade* quanto da *instabilidade* em sistemas urbanos – e a rejeitar *a priori* a definição desinformada de sustentabilidade urbana como associada à estabilidade absoluta ou à continuidade linear de processos. A questão que se coloca, assim, é *como avaliar a instabilidade*: se como uma ameaça à sustentabilidade ou seu contrário, um sinal de mudança como aspecto da dinâmica urbana e de sua vitalidade.

Essas duas possibilidades ecoam com o debate sobre sustentabilidade hoje existente: a oposição entre uma sustentabilidade buscada mediante a redução do desenvolvimento e outra que aposta na capacidade de resolução de problemas alcançada justamente no desenvolvimento e no ganho cognitivo e técnico. A primeira posição é supersimplificadora, uma vez que não há qualquer evidência de possibilidade de atores renunciarem a seu estágio técnico e cultural ou a suas formas coletivas e históricas de organização social e produção econômica. A segunda pode gerar leituras endogenamente otimistas do problema e estabelecer a solução das atuais contradições como algo inevitável, o que implica em outra ordem de supersimplificações.

Diferenças de visão à parte, a instabilidade é um componente inerente do processo urbano. Mudança e transformação estão na essência da cidade como expressão de sistemas sociais em constante mudança em suas interações e técnicas. Entre os fatores centrais na visão de sustentabilidade como processo e sua relação com o problema da instabilidade estão a *oscilação* das dinâmicas de transformação urbana como manifestação de mudanças em práticas e em dinâmicas socioeconômicas, sujeitas ainda a estímulos exógenos das conexões entre a cidade e outras cidades, regiões e a própria macroeconomia. Um segundo fator é o problema dos *limiares* na constituição de estruturas e infraestrutu-

ras ao longo da transformação urbana, e a intermitente consolidação e mudança de padrões urbanos. Esses processos espaciais atravessam diferentes escalas de modo descontínuo em suas frequências e estruturas. Descontinuidades marcam a transição de uma escala para outra, ou entre fases reconhecíveis.

Vejam os itens mais em detalhe. A questão da transformação e instabilidade urbanas, fundamental para a compreensão das condições reais da sustentabilidade, traz em si o problema dos limiares de transformação em diferentes escalas: *limiares locais* que terminam por implicar mudança de padrões globais da cidade, e vice-versa. Estímulos de mudança e instabilidade e limiares estruturais se relacionam com a capacidade do sistema urbano de absorver essas mudanças e reorganizar-se frente a elas. A capacidade de *auto-organização* torna-se um item-chave na sua continuidade e sustentabilidade. A análise da sustentabilidade deve incluir, portanto:

(4.1) A *capacidade estrutural* do sistema urbano de responder a variações de estímulos geradas internamente ou externamente à cidade quanto à sua morfologia e dinâmicas internas, na geração ou mudança em seus padrões espaciais³⁷, e a possibilidade de mudanças estruturais ou parciais em áreas sob tensão de crescimento. Em outras palavras, trata-se da capacidade de absorção e transformação latente na estrutura urbana, as quais assegurariam formas – sustentáveis ou insustentáveis – de continuidade do urbano.

A análise da capacidade estrutural urbana demanda indicadores capazes de apontar:

- *limiares do estado atual de estruturas urbanas* frente a pressões de transformação emanando do sistema social;
- *limiares de crescimento*, superiores e inferiores, incluindo a expansão e a densificação da cidade e seus impactos sobre a condição de interação dos atores;
- *limiares das infraestruturas*: capacidade e estado das redes de esgotamento, drenagem pluvial, água, energia, comunicação frente a demandas atuais e estimadas em horizontes temporais futuros.

(4.2) Aspectos de *equidade* entre atores no desempenho, item fundamental para a redução de contrastes e contradições socioeconômicas internas e para a própria continuidade e eficiência do sistema urbano.

(4.3) O conhecimento e controle das *externalidades negativas das dinâmicas urbanas* sobre o seu ambiente, as quais potencialmente voltam a comprometer a continuidade do sistema urbano (como *relações cidade-ambiente*). Esse conhecimento implica saber outros limiares:

- *limiares de disponibilidade de recursos e energia* disponíveis para sistemas urbanos;
- *limiares das externalidades ambientais negativas* geradas pelo funcionamento da cidade e seus processos de produção.

(4.4) A análise da *eficiência* da cidade quanto a seus processos, avaliados no *tempo*, incluindo análise da evolução para a continuidade do sistema urbano.

A sustentabilidade apresenta-se, portanto, como uma “categoria maior”, que sumariza e estende as anteriores, reunindo itens dessas categorias, mais aqueles a serem capturados nos indicadores de limiares e relações Cidade-Ambiente (como veremos a seguir). A análise de desempenho sustentável deve fundamentar-se na análise da mudança de estados urbanos, confrontando-os com indicadores ambientais ao longo do tempo. A análise ainda pode traçar projeções de cenários futuros, fundamentados em parâmetros encontrados empiricamente em estados passados e no presente.

Os indicadores de desempenho urbano

A composição da coleção de indicadores de desempenho se dá através de ponderações baseadas em indicadores específicos (quadro 1).

<i>Indicador de Desempenho</i>	Qualidade espacial	Equidade	Eficiência	Sustentabilidade urbana
Indicadores específicos	Compacidade Continuidade forma Habitabilidade Acessibilidade Profundidade Permeabilidade Continuidade rede Identidade Informação	Oportunidade Acessibilidade Mobilidade Segregação	Interatividade Centralidade Oportunidade Convergência Compacidade Acessibilidade Continuidade rede Mobilidade Informação	Equidade Qualidade espacial Limiaries Cidade-Ambiente Eficiência

Quadro 1 – Dimensões de desempenho e seus componentes.

Vimos uma forma de arranjo de indicadores específicos, de caráter sistêmico, em combinações – de acordo com as categorias Sustentabilidade, Eficiência, Equidade e Qualidade Espacial – em princípio capazes de evidenciar as implicações entre propriedades e dinâmicas urbanas. Eles ampliam assim o poder sistêmico e nos permitem chegar mais perto do problema do desempenho, para além das avaliações simples de intensidade de presença de propriedades, usuais na literatura de indicadores. Vejamos agora um segundo arranjo, complementar e talvez mais intuitivo ao planejador.

Dimensões do urbano

A análise de cidades costuma esbarrar no problema da complexidade. Na verdade, a diversidade de componentes ativamente envolvidos no jogo urbano é tal que abre a possibilidade de geração de um número de indicadores quase tão grande quanto o número de componentes identificados. Um passo conveniente – e um problema metodológico – é a seleção de indicadores. Por simplicidade de aplicação, sugerimos indicadores que combinem sua variedade em um elenco diretamente ligado às dimensões mais relevantes do urbano, quanto aos interesses na análise em questão. Leques mínimos de indicadores podem ser mais facilmente entendidos e utilizados.

Vejamos algumas dessas dimensões. Sabemos que seria de interesse termos indicadores que tratassem de aspectos como a forma urba-

na, seu impacto sobre a atuação dos atores, os problemas que a cidade enfrenta em seu funcionamento, estrutural e infraestruturalmente, e sua dependência e impactos sobre seu ambiente.

Propomos a partir daqui indicadores que expressam essas demandas. *Indicadores de morfologia* se referem a características do sistema espacial cuja avaliação pode trazer informações basilares sobre o desempenho urbano. *Indicadores de dinâmicas* capturam relações entre sistema espacial e sistema socioeconômico na cidade. Indicadores de *limiares urbanos* buscam apontar os estados a partir dos quais cidades podem ter severas dificuldades em sua continuidade. *Indicadores cidade-ambiente* focam na relação entre funções urbanas e seu sistema ambiental. Essas dimensões poderão ser reformuladas; indicadores, adicionados. Nesse espírito de concisão e flexibilidade, essa segunda plataforma de indicadores (figura 2) inclui e reorganiza muitos dos indicadores sugeridos até aqui.

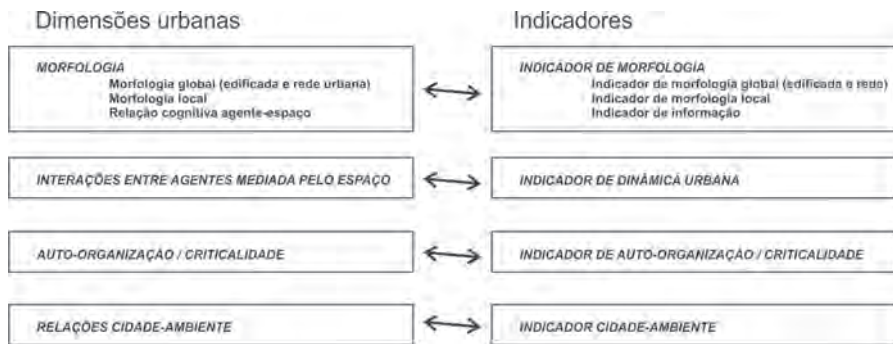


Figura 2 – Dimensões empíricas do urbano e seus metaindicadores.

1. Morfologia urbana

O conhecimento das características da estrutura espacial da cidade e suas possíveis implicações de desempenho são de suma importância para o planejador. Considerando o número de aspectos da morfologia urbana, é relevante aprofundar a análise até chegar às características microestruturais do tecido urbano, a fim de capturar comportamentos locais e relacioná-los ao comportamento urbano global. Modificações na escala local apresentam-se como manifestações de tensões produzidas em processos mais amplos na cidade. Exemplos são as tendências de adensamento de certas áreas em certo momento, vinculadas a processos de crescimento urbano que reconhecem esses potenciais. Mas o local

também tem impactos sobre processos globais: intervenções pontuais no sistema viário podem gerar ganhos gerais de mobilidade; padrões edilícios localmente implantados podem ter impactos de redução da presença pedestre e indução do uso veicular, com potenciais repercussões sobre a cidade e seu ambiente.³⁸

Indicadores devem, assim, reconhecer o *relacionamento entre escalas*. Há um considerável potencial para inovação nesse item: análises urbanas tendem a focar em escalas distintas como independentes, sem retroalimentação.

A análise do desempenho da morfologia em nível local permite estender tendências verificadas na escala global (como a densificação e a expansão urbana) a seus componentes elementares: o edifício, o lote e o quarteirão.³⁹ A abordagem também oferece a possibilidade de avaliação da *capacidade de tecidos locais* prevendo *limites de ocupação e compactação* (ou seu oposto, dispersão) em função tanto da capacidade edilícia dos lotes e quarteirões quanto das condições de habitabilidade. A avaliação da capacidade de tecidos locais pode retroalimentar a análise global da cidade, como a questão da densidade e compacidade, seus limites e efeitos. A análise local, alimentada pela consideração global da cidade, é útil sobretudo na avaliação de cenários possíveis – incluindo o impacto de decisões de planejamento em certas áreas ou sobre a cidade como um todo. A análise da morfologia pode partir de combinações dos mesmos indicadores vistos na categoria “qualidade espacial”.

2. Dinâmica urbana

Uma das mais evidentes dimensões empíricas do urbano envolve os processos e estados da relação entre atores mediados pelo espaço na instância da reprodução material. Algumas formas de reconhecimento do comportamento desses processos e estados são perfeitamente compatíveis com a análise de eficiência que vimos há pouco: propriedades como *centralidade, convergência, oportunidade, mobilidade, segregação* são aspectos da dinâmica urbana. Outros poderão incluir as condições de produção e reprodução da vida social e microeconômica de áreas da cidade ou da cidade como um todo:

a. Socialidade: é um termo bastante polissêmico e corrente da sociologia, entendido ora como uma propensão à formação de grupos e

as práticas da associação, ora como os próprios grupos e a forma de vida social, ora como o estado de “ser social” em si. Esse termo pode ser redefinido (e espacializado) para entendermos e avaliarmos suas condições urbanas, como as práticas da comunicação, as formas de sociabilidade e a formação de grupos sociais tensionadas pelo espaço urbano. Refere-se às diferentes possibilidades de “emergência das interações” a partir da apropriação do espaço, da densidade e das situações do encontro. A socialidade tem, portanto, uma dimensão espacial ativa, que começa na implantação do edifício e nas relações entre espaços públicos e privados, e seu impacto na animação e segurança da rua, e se estende até cobrir as atividades e a vida social em uma cidade.

Apesar de suas condições espaciais também dependerem da espacialidade global urbana, como dos graus de densidade, acessibilidade e centralidade, a socialidade manifesta-se *sempre* localmente: o contexto local é seu cenário. Para tanto depende também da condição espacial local, expressa como apropriação do espaço público em forte relação com a forma arquitetônica. Essa conjunção de dependências torna a socialidade algo frágil e de emergência complexa, envolvendo uma combinação de fatores distintos. Além das condições globais, ela precisa de tipos arquitetônicos que estimulem a copresença e a troca simbólica e material – itens centrais para que a vida social possa emergir no espaço público e elementos da reprodução da própria esfera pública. Indicadores podem acompanhar esse caráter multidimensional do termo e valerem-se de diferentes métodos, dos qualitativos aos quantitativos, incluindo a análise da morfologia edificada e dos espaços públicos quanto a seu potencial para estimular a socialidade.⁴⁰

b. Vida microeconômica: trata-se da relação entre as dinâmicas da microeconomia urbana, a economia local – um dos pilares da dinâmica social e da segurança urbana⁴¹ – e a condição oferecida pela morfologia urbana para sua emergência e continuidade. Como na definição de uma condição espacial da socialidade, a emergência de uma economia local e a pulsação da microeconomia como um todo implica condições espaciais que vão do estrutural à escala local e seu potencial para a demanda e oferta de serviços. Indicadores podem apontar o grau de demanda e oportunidades de serviços e trabalho em diferentes raios de alcance dos habitantes, com possibilidade de valorizar, por exemplo, raios locais para atendimento de demandas cotidianas, e mais amplos para oportu-

nidades de trabalho. O ponto-chave da análise é buscar reconhecer as condições da vitalidade microeconômica de uma área ou cidade.

3. *Limiares urbanos*

O problema dos limiares urbanos se refere à capacidade do sistema urbano para absorver e rearranjar-se frente a mudanças em si mesmo e em outros sistemas, tais como as flutuações nas suas interações com o ambiente, a região ou a própria macroeconomia. Não se trata de indicadores de “ordem” ou “estabilidade”, mas da condição urbana frente a instabilidades sistêmicas e as variações contínuas nas ações dos atores. Em outras palavras, significa conhecer o estado dos padrões urbanos, como a localização das atividades, as densidades ou a acessibilidade, frente a nossas atuações. Indicadores de limiares podem operar a partir de indicadores de dinâmicas urbanas, como centralidade ou interatividade, mas de forma a incluir explicitamente o estado dos padrões como parte do problema. Portanto, incluem aspectos específicos:

a. Limiares: como vimos na discussão sobre sustentabilidade, indicadores podem focar nos limiares do estado de estruturas urbanas, de crescimento, do estado das infraestruturas, da disponibilidade de recursos e das externalidades ambientais. Podem ser empregados para verificar o grau de saturação dos espaços para adensamento, a possibilidade de emergência de novas centralidades urbanas, a capacidade das vias para comportar tráfego em volumes que podem subitamente chegar ao ponto do travamento, ou pontos de saturação de outras infraestruturas.

b. Resiliência: a propriedade ganhou atenção nas teorias urbana e do planejamento como uma alternativa ao desgastado termo “sustentabilidade”, e envolve a capacidade de sistemas absorverem perturbações em suas estruturas sem incidir em pontos de limiar e crises. Uma forma de capturar a resiliência consiste no confronto entre a estimativa da capacidade de estruturas e infraestruturas e as mudanças progressivas na sua demanda, buscando verificar como essas mudanças foram absorvidas e com que esforço e efeito – por exemplo, entre capacidade e demanda crescente sobre as redes de infraestrutura como a rede de ruas. Uma segunda forma, igualmente útil no planejamento, consiste na avaliação do quanto um sistema urbano se altera e se ressentem em função de perturbações – como a capacidade da rede de ruas para absorver alterações

de tráfego decorrentes de um acidente, por exemplo. Outros indicadores podem focar na análise da diversidade microeconômica da cidade como capacidade frente a crises em um setor econômico particular ou crises exógenas, emanando da macroeconomia.

c. Auto-organização: habilidade do sistema urbano em responder a transformações do sistema social ou do seu ambiente, incluindo forças desestruturadoras, e retomar suas dinâmicas equânimes, eficientes e sustentáveis. Trata-se de uma propriedade de difícil mensuração, porque envolve tanto o histórico da cidade quanto a estimativa de resposta frente a transformações sociais, econômicas, ambientais, culturais e tecnológicas. Indicadores podem incluir o item de resiliência (estimativa do excedente da capacidade urbana e capacidade de resposta) e associá-lo com dados históricos sobre o desempenho da cidade frente a vetores endógenos (digamos, a emergência de novas centralidades) e exógenos (digamos, uma crise no sistema financeiro, com impactos na produção interna da cidade e na intensidade de trocas econômicas decorrentes).

d. Criticalidade: cidades têm suas estruturas e padrões frequentemente sujeitos a pontos de mudança, e estes podem ser, eventualmente, bastante radicais: áreas inteiras podem ser sujeitas à transformação, com suas edificações substituídas como em um “efeito dominó”. A análise urbana pode identificar sinais iniciais de transformação, como substituições da forma construída indicando potencial de sequência, ou estados nos quais o potencial de transformação se torna reconhecível, como nas fortes divergências entre padrões urbanos (digamos, entre acessibilidade e densidade, ou entre as variações nas expectativas de valores de lotes urbanos e os valores praticados).⁴²

Novamente, a geração dessa tipo de indicadores demanda conhecer relações entre estímulos e efeitos no urbano, e a maneira como a cidade absorve tais estímulos e se rearranja espacialmente, socioeconomicamente e ambientalmente. Além desse conhecimento teórico, o uso desses indicadores implica um conhecimento sistemático da cidade em questão, obtido via pesquisa e monitoramento.

4. Relações cidade-ambiente

Para efeito de desempenho, as relações cidade-ambiente referem-se sobretudo a fatores como o uso de recursos na reprodução e produção

urbana (tais como o risco de extração indiscriminada de recursos) e as externalidades negativas oriundas das interações entre o sistema social e o sistema espacial (tais como o espaço consumido em urbanização e os impactos negativos da expansão sobre o natural; poluição etc.). Esses temas – e a relação cidade-ambiente em geral – vêm recebendo mais e mais atenção científica e pública, e indicadores desses itens vêm sendo sistematicamente produzidos. Incluem exames dos seguintes aspectos, entre outros:

1. *O grau de cobertura e qualidade de infraestruturas* (redes hidrossanitárias e qualidade de tratamento de resíduos; outras redes infraestruturais como drenagem) frente a demandas atuais e estimativas futuras (em horizontes de tempo realísticos, definidos estatisticamente).
2. *Os recursos e energia* usados pelo sistema urbano considerando sua disponibilidade, custos e limiares, e a relação entre espaço, crescimento e consumo de áreas não urbanas.
3. *As externalidades ambientais* das dinâmicas urbanas, incluindo a análise de efeitos sobre os ecossistemas associados à cidade em questão.

Similarmente aos metaindicadores de desempenho, a composição da coleção de indicadores referentes às dimensões urbanas se dá através da combinação dos seus indicadores específicos (quadro 2).

Dimensão Urbana	Morfologia	Dinâmica	Limiares	Cidade-Ambiente
Indicadores específicos	<i>a. Global</i> Acessibilidade Profundidade Permeabilidade Continuidade rede Mobilidade <i>b. Local</i> Compacidade Continuidade da forma Habitabilidade <i>c. Cognição</i> Informação	Centralidade Convergência Oportunidade Mobilidade Segregação Microeconomia Socialidade	Limiares Resiliência Auto-organização Criticalidade	Infraestruturas Consumo recursos Externalidades

Quadro 2 – Dimensões urbanas e seus componentes.

Conclusão: por uma nova geração de indicadores

Como viabilizar uma arquitetura de indicadores dessa extensão? O problema sempre inicia pela seleção entre a infinidade de indicadores existentes. Um sistema de indicadores nas linhas exploradas aqui tem um primeiro papel: o de reduzir a complexidade dessa oferta e guiar a seleção de modo a focar nos problemas e aspectos urbanos de interesse. Há também uma dimensão metodológica e operacional envolvida no desenvolvimento e uso de indicadores como instrumentos de planejamento. Por exemplo, a necessidade de indicadores capazes de lidar com a complexidade urbana com frequência demanda sua construção e aplicação por via computacional, associados a ferramentas como sistemas de informação geográfica, importantes para a atualização e avanço das práticas do planejamento contemporâneo e para o conhecimento do próprio planejador em relação a sua cidade.

Os indicadores de um sistema de análise urbana desse perfil devem ainda ser usados de forma independente pelo planejador, permitindo examinar aspectos específicos, dimensões amplas do urbano (como o exame do estado de sua morfologia), ou dimensões de desempenho (como o grau de sua sustentabilidade).

Em termos da crítica desses instrumentos, nosso argumento como um todo aponta para a necessidade de novos indicadores dirigidos a aspectos da cidade mais relacionais e processuais, ainda pouco explorados. Estes são itens vitais para a análise da equidade, auto-organização, eficiência e sustentabilidade urbanas, por capturarem as condições para a atuação dos atores e a efetivação das capacidades latentes no sistema urbano quanto a sua reprodução material.

Essa nova geração de indicadores deve permitir um planejamento “relacional”, pautado na possibilidade de verificação da influência de certa propriedade ou processo urbano sobre outros, como quesito de desempenho. Deve, portanto, auxiliar o planejador (e o pesquisador) a obter respostas diretas a questões como “o quanto certo aumento na compacidade aumentaria a qualidade espacial ou a eficiência geral do sistema urbano em questão?” ou “o quanto a acessibilidade importa como fator de sustentabilidade urbana?”. A combinação de análises e indicadores dirigidos a esses aspectos distintos, mas interligados, da cidade pode auxiliar nessas respostas.

O quadro 3 mostra um exemplo dessa implicação entre indicadores, na intenção de capturar a influência sistêmica de fatores urbanos sobre outros fatores. As setas indicam o aumento ou a redução na intensidade da propriedade capturada por um indicador específico (como a compacidade) impactando outros indicadores (centralidade e habitabilidade) e metaindicadores (dinâmica e morfologia, eficiência e sustentabilidade). A última linha mostra uma situação de limiar, a partir do qual a intensificação de uma propriedade pode ter efeitos positivos ou negativos sobre a sustentabilidade urbana.

INDICADOR de PROPRIEDADE	INDICADOR DEPENDENTE	METAINDICADOR de DIMENSÃO URBANA	METAINDICADOR de DESEMPENHO
↑ compacidade	↑ centralidade	↑ dinâmica ↑ morfologia	↑ eficiência ↑ sustentabilidade
↑ compacidade [limiar]	↓ habitabilidade	↑ dinâmica ↓ morfologia	↑ eficiência ↓ sustentabilidade

Quadro 3 – A influência sistêmica de fatores sobre outros fatores e dinâmicas urbanas.

O uso de indicadores combinados no planejamento depende de um diálogo consistente com a atividade de pesquisa, necessária para esclarecer os graus de contingência, de dependência contextual e de causalidades contidas nessas relações urbanas. A pesquisa e os conhecimentos teórico e empírico gerados a respeito das propriedades e estados do urbano enfrentam, entretanto, limitações em função da dificuldade de se lidar com a complexidade material e sistêmica da cidade. Trata-se de um trabalho coletivo em andamento: muitos de seus aspectos ainda são relativa novidade no cenário da teoria, e cercados de elementos parcialmente ou até inteiramente desconhecidos.

Ainda há grande divergência entre aspectos da análise de “desempenho” e da “sustentabilidade” urbanas⁴³ – a começar pelo caráter difuso do segundo termo, a abundância de fatores envolvidos em ambos, e a dificuldade de abordá-los. Por fim, temos o severo problema da carência de dados em condições de alimentar essas análises, incluindo a construção de séries históricas para a montagem de cenários comparativos entre estados urbanos, sobretudo para um monitoramento sistemático, prática fundamental para o planejamento.

Entretanto, sugerimos que será a implicação entre indicadores de propriedades urbanas e sua inserção como aspecto de indicadores mais complexos e sistêmicos o passo que nos trará condições de avaliar os impactos que eventos e processos têm gerado em nossas cidades. Gostaríamos que este texto fosse entendido como um estímulo à busca dessa nova geração de indicadores, verdadeiramente *sistêmicos* e verdadeiramente de *desempenho*, por serem capazes de evidenciar a influência de um evento ou propriedade sobre outros, bem como sobre a continuidade da cidade.



Este capítulo apresentou uma discussão sobre as dimensões e instrumentos de análise do desempenho urbano. Vejamos mais explicitamente as dinâmicas da reprodução material, examinando as contribuições de uma área particular das ciências sociais em sua aproximação à cidade: a economia.

Notas

1 Veja Netto, Vargas e Saboya (2012); cf. Hillier e Hanson (1984).

2 Veja, por exemplo, Williams et al (2000), Burton (2002), Torrens (2008), Chen et al (2008) e Rauber e Krafta (2010).

3 Veja March e Steadman (1971), Martin e March (1972) e March (1976).

4 Bertuglia, Clark e Wilson (1994).

5 Batty (2007).

6 Veja Krafta, Netto e Lima (2011).

7 Veja trabalhos do grupo de pesquisa “Sistemas Configuracionais Urbanos” (Krafta, 1994; 1996; etc.); na literatura de indicadores, veja, entre outros, Bertuglia et al. (1994), Burton et al. (2002) e Chen et al. (2008); em estudos no Brasil, veja Ribeiro e Holanda (2006) e Rauber e Krafta (2010).

8 A inclusão das redes de interação de produtores de espaço e usuários do espaço em um modelo de avaliação desses cenários sob certos pontos de vista é metodologicamente possível na forma de um submodelo de crescimento urbano, assim como a inclusão de outros estímulos econômicos sob forma de demanda e entrada de bens e serviços considerados em quantidades de fluxos trocados. Veja a inclusão desses fluxos em Wilson (2008).

9 Temos uma farta literatura apontando as heterogeneidades do espaço urbano, da geografia econômica e da economia urbana aos estudos configuracionais e de comportamento espacial.

10 A formulação quantitativa de alguns indicadores de desempenho pode ser encontrada em Netto e Krafta (2010) e em outras referências usadas na discussão das propriedades urbanas, a seguir.

11 Usamos o termo “microacessibilidade” para evocar o problema local do acesso pedestre, sobretudo prevendo necessidades especiais. Sugerimos esse termo para diferenciar essa importante questão da propriedade “acessibilidade”, de natureza que transcende o local e se refere às condições estruturais para a mobilidade.

12 Veja, por exemplo, Burton et al. (2001), Chen et al. (2008); sobre dispersão, veja Torrens (2008) e Rauber e Krafta (2010); sobre fragmentação e propriedades fractais da forma urbana, veja Batty e Longley (1994) e Ribeiro (2000).

13 Veja medidas de Bertaud e Malpezzi (2003), e Ribeiro e Holanda (2006). Compacidade não deve ser confundida com densidade, como as relações entre (i) área construída e área urbana, (ii) entre área ocupada e área urbana, e (iii) população e área urbana. É possível ter áreas densas (por exemplo, verticalizadas), mas não compactas.

14 É necessário retirarmos a definição de “compacidade” da mera descrição de continuidade de ocupação e a relacionarmos com a configuração urbana enquanto conjunto de relações entre entidades articuladas (unidades de atividades por unidade espacial – métrica ou topológica). Entretanto, a consideração de unidades não é o suficiente, por não capturar seu grau de interatividade. A compacidade assim entendida evidencia a intensidade de unidades construídas ou atividades em uma área, enquanto os indicadores sistêmicos de centralidade, oportunidade e convergência (Krafta, 1994; 1997) mostram o potencial de interatividade latente numa área ou trecho axial entre si (passo menor) ou quanto a todo o sistema resultante dessas compacidades.

15 Fizemos uso desse indicador, com interessantes resultados para demonstrar o papel da continuidade de fachadas para dinâmicas sociais e econômicas locais, em Netto et al. (2012), Netto, Vargas e Saboya (2012) e Saboya, Netto e Vargas (2013). Alguns desses resultados estão sumarizados no capítulo “Os efeitos sociais da arquitetura”, neste livro. Veja ainda Vivan e Saboya (2012).

16 Medidas de acessibilidade derivadas a partir de Freeman (1978); veja Hillier e Hanson (1984) e Krafta (1994).

17 O aspecto da proporção e tamanho dos quarteirões (como distâncias entre canais de espaços públicos) é chave para esse indicador, dado que a relação simples entre extensão total de vias existentes em uma zona urbana e a área dessa zona (a razão entre comprimento das vias pela área do sistema) não é precisa o bastante: certas áreas podem ter grande número de ruas, ao passo que outras, não. A simples razão ou média distorceria a medida.

18 A verificação empírica dessa possibilidade é virtualmente impossível – o que não implica a sua inexistência. Trata-se da “lógica social do espaço”, teoria de Hillier e Hanson (1984), que nos explica o quanto diferentes espaços podem ser moldados de acordo com padrões de socialidade (expressos em padrões de encontros) em diferentes culturas ou sociedades. Essa rica forma da relação sociedade-espaço, entretanto, não pode a rigor encontrar pleno amparo empírico: não há como isolar fatores sociológicos de outros fatores urbanos, incluindo o mero acaso e replicação, na sua suposta influência sobre a produção de padrões espaciais, mesmo que consistentemente encontrados em uma mesma cultura espacial, ou até em diferentes culturas.

19 Harvey (1973). Sobre mobilidade, veja o capítulo “Classes sociais, mobilidades e a apropriação do espaço”, neste livro.

20 Sobre rupturas na continuidade da rede de ruas e suas consequências, veja Garateguy (2011).

21 Distributividade pode ser capturada via um indicador topológico do grau de conectividade da rede viária urbana associada à quantidade de percursos alternativos existentes entre dois pontos quaisquer de um sistema. Uma rede é não distributiva quando, entre um par qualquer de localizações, há apenas um caminho possível (como nas for-

mações urbanas compostas de apenas uma via principal e várias outras transversais). Pode ser obtido pela quantidade de “ciclos fechados” existente em um sistema, comparada com uma grelha retangular perfeita com o mesmo número de nós (a grelha retangular, por ser a forma mais comum de organização espacial existente, embora não seja a mais distributiva), e varia de acordo com o tamanho do sistema (grau de conectividade e continuidade de caminhos). Um item complementar envolve a eficiência dos caminhos alternativos: caminhos alternativos mais curtos aumentam a fluidez ou distributividade. 22 Veja Faria e Krafta (2003). Entre outros indicadores bem conhecidos, temos inteligibilidade (Hillier, 1996).

23 A consideração desse fator como item de justiça social foi introduzido por Harvey (1973).

24 Veja o estudo dos ganhos de distribuições distintas de eficiências entre atores urbanos em Couclelis (1989).

25 Krafta (1994) e Netto e Krafta (1999; 2001); veja os capítulos da primeira seção deste livro.

26 Uma pessoa de menor renda dependente do transporte coletivo e pedestre localizado, digamos, em favela intersticial central sofre menos o atrito das distâncias do que uma localizada periféricamente, mas tende a sofrer mais fricção para acessar a nuvem de oportunidades espaciais das quais teoricamente dispõe do que a pessoa que tem veículo privado.

27 Introduzida em Netto e Krafta (1999) e em outros trabalhos; veja os capítulos da primeira parte deste livro.

28 Proximidade espacial entre firmas é um fator considerável na eficiência econômica de um sistema urbano; é reconhecidamente um fator gerador de externalidades, não considerados no presente método.

29 “Sustentabilidade”, nesse sentido, incluiria a continuidade na geração de possibilidades de interação.

30 Veja Gravonetter (1973); para um trabalho que sintetiza técnicas de análise, veja Wasserman e Faust (1994); veja Marques (2010; 2012) e sua aplicação da análise de redes sociais para entender o impacto da segregação residencial na formação de redes.

31 Gravonetter (1973).

32 A aplicação da análise de redes a partir da medida de centralidade de Freeman (1978) hoje é comum em estudos sociais (como os mencionados Wasserman e Faust, 1994, e, no Brasil, Marques, 2010) e estudos urbanos (como Krüger, 1979; Hillier e Hanson, 1984; Krafta, 1996). Sobre a inclusão de redes econômicas na modelagem de sistemas urbanos, veja Wilson (2008); sobre a ideia de destacar redes econômicas específicas em seu confronto com as características espaciais de um sistema urbano, veja o conceito de centralidades específicas (Palma e Krafta, 2001; 2007).

33 Krafta (1994).

34 Krafta (1994). Sobre as relações de troca intermediária, na produção, veja o capítulo “A materialidade da interação econômica”.

35 Para visões críticas desse entendimento, veja Acselrad (2004) e Polidori e Krafta (2004).

36 Polidori e Krafta (2004); cf. Burton (2002), Chen et al. (2008) e Ribeiro e Holanda (2006).

37 Exemplos são a capacidade de substituição de morfologia edificada, de substituição de usos e novas interatividades entre usos; a capacidade da rede de acessibilidade absorver demandas de novos atratores ou a intensificação de fluxos; as modificações na rede que possam colocar o sistema urbano em novo patamar de eficiência até novo ponto de criticalidade.

38 Sobre dinâmicas de transformação local a partir de forças urbanas mais amplas, veja Krafta, Netto e Lima (2011); sobre os impactos locais da forma arquitetônica, veja Netto,

Vargas e Saboya (2012) e o capítulo “Os efeitos sociais da arquitetura”, neste livro; para um sumário das implicações entre propriedades locais da forma, como a compacidade, e sustentabilidade, veja Chen et al. (2008).

39 Naturalmente, esse grau de análise não pode ser considerado na escala geral da cidade, por razões de volume de dados e pertinência da informação.

40 A definição espacial de “socialidade” e “vida microeconômica” é encontrada em Netto (2008b), sendo mencionada em Netto, Vargas e Saboya (2012); sobre a definição em sociologia, veja Bauman (1992); sobre a apropriação no espaço público, veja Tângari et al. (2009); sobre segurança urbana, veja Hillier e Sahbaz (2005), Monteiro e Cavalcanti (2012) e Vivan e Saboya (2012).

41 Jacobs (2000).

42 Sobre o exame de pontos de criticalidade e transformação urbana, veja Krafta, Netto e Lima (2011); sobre a divergência e convergência variável entre padrões urbanos, veja Netto et al. (2012).

43 Veja o estudo recente de Echenique et al. (2012) examinando a sustentabilidade de diferentes arquétipos de cidade; compare com os estudos de Burton (2002). Veja ainda as correlações encontradas entre densidades e variáveis de inovação e interação econômica em Gordon e Ikeda (2011), evidenciando as qualidades das “densidades Jacobs” horizontalizadas, e compare com a apologia de Glaeser (2010) às morfologias verticalizadas de cidades como Shanghai. São mostras dos graus de divergência, conhecimento e desconhecimento teórico – e sinais da complexidade dos componentes materiais e sociais envolvidos.

A materialidade da interação econômica

Qualquer que seja o tempo e lugar no qual sociedades tenham florescido e prosperado em vez de estagnar e decair, cidades criativas e funcionais estiveram no cerne desses fenômenos; elas trouxeram à tona seu melhor. O mesmo ocorre hoje. Cidades decadentes, economias em declínio e problemas sociais crescentes caminham juntos. A combinação não é incidental.¹

Jane Jacobs, Prefácio para a edição de 1992 de *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas*

A compreensão da forma da cidade e sua implicação na prática humana tem sido um tema central em mais de uma disciplina. Na verdade, esse é o grande tema comum aos estudos urbanos, geografia humana e economia espacial, tradições teóricas distintas que colocam a cidade como meio ativo para a produção e reprodução de uma sociedade. Essa convergência temática é justificada. A condição material das cidades e dos processos através dos quais elas emergem relaciona-se a questões que atravessam a imaginação espacial², como por que cidades emergiram em diferentes sociedades e regiões, frequentemente sem contato algum entre si, ou por que suas espacialidades podem assumir dinâmicas, formas e evoluções significativamente semelhantes.

Cidades têm certamente muitas coisas em comum entre si. Elas apresentam processos e aspectos estruturais que parecem se repetir mesmo em contextos geográficos e culturais muito distintos – aspectos que permitem que as definamos como complexos materiais distintos de qualquer outro complexo. De fato, elas são reconhecíveis como “cidades” exatamente por tais semelhanças.

Mas cidades também são *sempre* diferentes. Essas diferenças soam ainda mais intrigantes especialmente se considerarmos itens-chave da reprodução social e material, tais como o funcionamento de uma economia local ou a intensidade das interações de atores e agências mediadas por seus espaços. Mesmo áreas de cidades de morfologias arquitetônicas aparentemente similares podem dar suporte a dinâmicas urbanas totalmente distintas, envolvendo, entre outros fatores, diferentes intensidades de interação dos atores nelas sediados.

O propósito deste texto é procurar aproximações entre duas tradições teóricas que buscam entender precisamente as semelhanças e as diferenças entre cidades, e suas razões. Por um lado, temos os estudos configuracionais urbanos, focados fundamentalmente no tratamento relacional do espaço e capazes de reconhecer elementos da complexidade da estrutura da cidade como um sistema de atividades, localizações e acessibilidades, e como dimensão ativa nas interações dos atores urbanos. Por outro, temos as abordagens em economia espacial, capazes de capturar a complexidade da economia relacional dos atores ativos na apropriação da cidade e imersos em dinâmicas de reprodução material. Na verdade, nenhuma disciplina foi tão habilidosa e decidida em afirmar um papel ativo do espaço para a sociedade quanto a economia.

Meu objetivo é buscar complementaridades entre essas áreas que permitam a construção de abordagens mais híbridas e sintéticas. No que segue, sugiro que os estudos urbanos se beneficiariam enormemente da inclusão explícita dos atores socioeconômicos que produzem e se valem do espaço para sua ação, tematizados na economia espacial. De modo análogo, estudos em economia espacial seriam enriquecidos ao incorporar a espacialidade complexa da cidade, mais ricamente reconhecida na teoria urbana. Argumentarei essencialmente que *a relação entre essas abordagens será um fator-chave para a ampliação da compreensão das relações entre as dinâmicas socioeconômicas e a forma urbana*, bem como do papel do espaço nessas relações e do lugar dos atores na geração dos complexos que chamamos cidades.

Seguindo essas intenções, este texto tem finalidades de ordens tanto substantivas quanto epistemológicas, por assim dizer. (a) Busca reconhecer processos socioeconômicos e espaciais mutuamente ativos e dependentes, mas cuja interpenetração tem se provado de difícil objetivação. (b) Observa limitações que as abordagens urbana e econômi-

ca, orientadas por campos disciplinares distintos, têm enfrentado nesse sentido. (c) Explora linhas de aproximação entre essas abordagens, potencialmente úteis no conhecimento das condições materiais da interação econômica.

Uma abordagem híbrida assim se beneficiaria dos focos substantivos dessas diferentes disciplinas. Teria a vantagem de evidenciar propriedades da estrutura urbana como fatores-chave da interatividade econômica e a utilidade de apontar tais fatores como parte do urgente problema do desempenho urbano – sobretudo quanto a questões como a sustentabilidade, equidade, qualidade e eficiência de nossas cidades. Argumentarei que a investigação de tais dinâmicas como vinculadas à estrutura profunda do espaço das cidades pode oferecer respostas mais firmes a esses desafios.

Aproximando conceitos dos estudos urbanos e da economia espacial

Há, naturalmente, uma relação esperada entre a morfologia da cidade e as formas e intensidades das agências humanas que a produzem e nela se reproduzem. Essa é, de fato, uma das noções mais básicas a respeito da própria possibilidade de uma relação inerente e profunda entre sociedade e espaço. Entretanto, tal relação não é autoevidente nem poderia ser simples e linear – e muito menos limitada ao reconhecimento de padrões geométricos na estrutura urbana revelados por abordagens generalistas. Talvez os grandes problemas compartilhados pelas disciplinas voltadas para o problema da materialidade da prática humana sejam o de entender *como morfologias expressam e dão suporte a agências altamente mutáveis e fluidas*; e, em seguida, entender *o que há de contingencial e de causal* na relação entre a forma e a dinâmica dessas agências e interações na cidade.

Pretendo explorar caminhos acerca dessas questões centrando o problema na dimensão material das interações e da reprodução social – dimensão à qual damos o nome de “economia” – e adentrando seus constituintes: os atores em jogo e suas relações com a espacialidade da cidade. Essa exploração tomará a forma de dois princípios de proposição:

(1) *A ampliação dos atores considerados usualmente na análise urbana.* Uma das possibilidades a ser explorada para efeitos da investigação do papel da cidade na vida econômica de uma sociedade é a descrição mais completa de sua economia local. Entretanto, mesmo que uma economia local pudesse ter suas “bordas” identificáveis (digamos, em uma cidade sob análise), ela segue tendo imensa complexidade. Há, portanto, a conhecida necessidade de reduzi-la ao ponto de torná-la simultaneamente passível de estudo e de verificação do lugar do espaço em suas próprias tramas.

Argumentarei que a consideração dos atores econômicos em estudos urbanos deve incluir (1.1) a economia das ligações entre firmas intermediárias e setores da economia, usualmente ignorada, que antecede o contato final entre fornecedores e consumidores, normalmente problematizado. Veremos que as ligações nas redes complementares da produção constituem parte considerável das interações materiais. Tais transações requerem e também *estimulam* aglomerações urbanas, e podem ser menos ou mais eficientes em função da estrutura urbana e seus padrões de localização e acessibilidade. A adição das redes intermediárias (como veremos, “a outra metade da economia urbana”) expandirá o sistema socioeconômico usualmente considerado nos estudos urbanos. Outros tipos de interação a serem explorados envolvem (1.2) a posição dual do trabalhador/consumidor e a relação trabalhador-firma, sob o ponto de vista tanto do trabalhador buscando ofertas de trabalho, serviços e condições de acessibilidade, quanto da firma buscando trabalhadores.

(2) *A ampliação do conceito de espaço usual na economia espacial,* campo de estudo que inclui a geografia econômica e a economia urbana e que trata das tensões regionais que dão origem às cidades e sua forma. Normalmente, estudos em geografia econômica definem aglomerações urbanas como externalidades do processo econômico (como vemos no trabalho de Paul Krugman) com efeitos circulares sobre o próprio sistema (contribuição hoje clássica de Alfred Marshall), sempre referentes ao problema da distância e aos custos de transporte. A contribuição que este texto busca fazer nessa direção é estimular a inclusão de aspectos da morfologia *intraurbana* ausentes no tratamento econômico dessas dinâmicas.

As consequências de um conceito mais complexo de espaço não devem ser minimizadas. Ele tornaria as abordagens mais aptas a (2.1) reconhecer uma primeira explosão combinatória: a imensa interatividade dos atores econômicos. Tornaria as abordagens mais aptas sobretudo a (2.2) reconhecer a mediação dessa interatividade pelo espaço e a *extensão* dessa mediação. Certamente, mediar tal interatividade é um enorme desafio para nossas estruturas urbanas. Mas o espaço não é só mediação: ele próprio é ator ativo. Um conceito relacional de espaço tornaria as abordagens mais aptas para (2.3) reconhecer outra explosão combinatória, agora nas interações possíveis entre conjuntos de atores e conjuntos de espaços urbanos. As posições espaciais dos atores e a estrutura da cidade interferem na interatividade e na própria *seleção* entre atores para suas transações.

A configuração das posições adiciona complexidade às possibilidades de interação: pode servir tanto para aumentar quanto para reduzir a complexidade das interações possíveis e a eficiência e equidade das interações efetivadas. Em outras palavras, a rica espacialidade intraurbana, em seu papel fundamental de mediação, pode impor restrições às possibilidades de interação. Veremos que esse jogo tem efeitos sobre os atores: fricção e mobilidades menores ou maiores, custos e esforços despendidos, todos fortemente ativos como critérios na seleção que atores fazem de outros atores para suas atuações conjuntas e para a efetivação de seus trabalhos.

Por exemplo, a mediação do espaço nas relações entre firmas se mostrará um fator essencial para a eficiência urbana, ao relacionar-se à produtividade, e, em longo prazo, para uma maior ou menor sustentabilidade da economia local. Já a mediação do espaço nas relações trabalhador-firma se refere à equidade social: as condições de uma estrutura urbana em distribuir benefícios locacionais e acessibilidade entre atores socialmente diferenciados de modo a minimizar essas diferenças sociais.

A contribuição a ser derivada dos estudos configuracionais se refere exatamente à captura mais precisa das implicações geradas pela impossibilidade de mobilidade irrestrita dentro das estruturas urbanas, pela distribuição inevitavelmente heterogênea e desigual de acessibilidade nessas estruturas e pelas possibilidades combinatórias de interação abertas pela própria configuração das posições dos atores no espa-

ço urbano e os graus de eficiência a elas associados. Veremos que essas considerações injetarão mais complexidade ao conceito de espaço como distância entre atores econômicos, o que é usual em economia espacial.

Relações entre agências econômicas e o espaço urbano

[...] por sua durabilidade, a configuração urbana determinará amplamente os futuros custos do transporte, os valores do solo, as intensidades do tráfego e, finalmente, a emergência das economias de aglomeração.³

Florence Goffette-Nagot

A organização espacial dos atores tem sido um tema frequente no estudo das condições materiais de sociedades urbanas e não urbanas.⁴ Um dos seus problemas centrais é conhecer precisamente as implicações entre processos socioeconômicos e espacialidade. Sem surpresa alguma, a extensão dessas implicações – por exemplo, o quanto padrões espaciais impactam nossas trocas materiais – também é um problema central na análise urbana. Tal problema traz à tona a cidade como campo de produção e reprodução material, assim como evidencia o espaço como chave na ocorrência das interações dentro desse campo.

Certamente há variações no tratamento dessas questões nas duas áreas. As *abordagens em economia espacial* tenderão a ter representações mais esquemáticas da dimensão espacial, com o espaço frequentemente reduzido a uma propriedade, a “distância”, como variável ativa na formação de cidades, e a um princípio estrutural bastante abstrato, o da “aglomeração” como conceito capaz de capturar padrões espaciais resultantes do processo econômico, como a densificação, com efeitos circulares sobre a própria economia local.

No caso das *abordagens em estudos urbanos*, há representações bastante desagregadas de uma economia local. Modelos teóricos tendem a tratar os atores econômicos ora mais implicitamente, como categorias, ora mais explicitamente, como componentes ativos cujos comportamentos são parte do processo urbano em estudo – digamos, o crescimento urbano. Em alguns casos, temos atores econômicos entendidos como “população consumidora” de bens ou serviços (podendo ser categoriza-

da em classes sociais ou outras categorias) e “serviços” (atividades oferecidas por atores econômicos implícitos) mediados por um sistema de localizações e acessos. O cenário considerado nesses casos é o da relação entre o que é chamado na economia espacial de “fornecedores finais” e “consumidores finais.” Em modelos de crescimento urbano, temos ainda a representação de atores produtores de espaço, que se relacionam tanto com oportunidades espaciais quanto com atores que demandam espaços, também categorizáveis e em busca de vantagens locacionais.⁵

Nesses casos, temos geralmente relações entre pares de categorias de atores econômicos ou suas atividades. Dentro de cada categoria – como “serviços” – temos relações de reconhecimento: por exemplo, diferenciação diante da concorrência ou busca de proximidade ou de distância em função da similaridade com outros serviços concorrentes. Tais relações expressam aspectos sistêmicos da microeconomia urbana real.

O espaço é ativo nessas abordagens. A organização espacial dos atores e fatores de produção – como as plantas e lugares de atividade, as firmas em condição de transação, bem como a localização de áreas residenciais de trabalhadores – é uma dimensão-chave do problema. Certamente haverá arranjos espaciais que aproximarão mais atores, que trarão mais benefícios ao potencial de troca entre atividades. Em um sentido prático, a organização das localizações sob a forma de uma estrutura urbana que venha a estimular o potencial das interações, ao mesmo tempo em que minimiza seus custos e tempos de transporte, é o grande problema sob o ponto de vista dos economistas espaciais, assim como é um fator de diagnóstico e decisão por planejadores urbanos.

Entretanto, tanto a teoria urbana quanto a econômica reconhecem a impossibilidade de encontrar soluções de “equilíbrio”: cidades e sociedades são formadas por muitos atores imersos em interações imprevisíveis, baseadas em muitos tipos de motivação e formas de atuação. Já sabemos que o objetivo-chave para ambas as abordagens não é reduzir a cidade a uma equação de maximização de benefícios, mas entender os impactos de ações cotidianas e de novos eventos urbanos, bem como avaliar cenários e amparar possibilidades de intervenção e decisão entre alternativas.

Há, contudo, um leque mais amplo de atores e relações do que os usualmente considerados nas abordagens urbanas. Uma economia

urbana é composta por atores *consumidores e fornecedores finais* (de espaços, localizações, bens e serviços), por relações entre *atividades e trabalhadores* e por um sistema de atores envolvidos na *produção* de bens e serviços *antes* de estes chegarem ao fornecedor e consumidor finais. Esse é certamente um cenário complexo. Suas interações ganham um potencial de variabilidade exponencial, que, em razão de os atores encontrarem especializações no trabalho e na produção, são organizadas em redes de atores mutáveis, diferenciados mas complementares.

É exatamente essa expansão no cenário dos atores socioeconômicos usualmente considerados em abordagens ao problema urbano que é de interesse, sobretudo em direção aos seguintes aspectos:

1. Uma representação interativa da economia e do espaço urbano, e o completamento do conjunto de relações entre atores encontrados nas cidades, a partir da crítica da representação do sistema econômico em estudos urbanos e da crítica da espacialidade em modelos da economia espacial.
2. A introyecção do impacto das firmas sobre a localização de fornecedores intermediários e finais, e destes sobre os consumidores e sobre o panorama geral de localização. O jogo de localizações nas ligações entre firmas terá efeitos aglomerativos: gerará *crescimento urbano* em modos que precisam ser reconhecidos e modelados também nos estudos urbanos.
3. A adição das relações entre a localização e a mobilidade dos trabalhadores, e da indústria e oportunidades de emprego como fatores de modificação do panorama de localização e como geradores de efeitos aglomerativos.
4. As conexões entre o urbano e o regional ou entre micro e macroeconomias.

Verifiquemos em que esses aspectos consistem e as dificuldades e vantagens do esforço de aproximação entre as abordagens urbana e microeconômica.

As forças aglomerativas como vetores do crescimento urbano

Estudos em economia espacial têm grande poder explicativo sobre a gênese da formação urbana. Eles definem a emergência das cidades e redes urbanas regionais como resultado ou externalidade de processos econômicos, com efeitos circulares sobre o próprio sistema. Aspectos e papéis intrigantes e complementares do espaço na atividade econômica têm certamente sido encontrados por esses estudos – a maior parte deles indicando a produção das aglomerações espaciais que chamamos “cidades” como efeito.

Diferenças espaciais e heterogeneidades são fatores ativos na distribuição da atividade econômica e da formação de aglomeração, especialização regional e desigualdades espaciais. Há dois fatos ontologicamente fundamentais na materialização da ação econômica: o espaço não é uma superfície homogênea e sem fricção; e não há possibilidade de uniformidade e ubiquidade na distribuição das atividades.⁶ Heterogeneidades geram vantagens comparativas, as quais dão origem a concentração, especialização e trocas econômicas.

Entretanto, heterogeneidades espaciais em si não teriam força suficiente para gerar aglomerações na forma de cidades. Outras forças aglomerativas atuam no impulso à urbanização – dois tipos relacionados de processos de produção e espacialização da prática humana de especial interesse para os estudos urbanos: um orientado para as condições diretas e indiretas no campo da produção (forças aglomerativas marshallianas), outro irradiado pelo próprio mercado (as forças aglomerativas geradas por *externalidades pecuniárias*). Vejamos o que eles implicam.

a. Forças aglomerativas marshallianas

Uma tradição de estudos empíricos tem mostrado que externalidades relacionadas à escala ou ao tamanho do ambiente urbano se estendem em três dimensões: *indústria ou setor econômico* (o grau no qual as economias provenientes da aglomeração se propagam nas indústrias ou setores), *espaço* (se atores localizam-se próximos, então há mais potencial para sua interação; há uma queda das economias de aglomeração em

função da distância) e *tempo* (a interação dos atores em um ponto no passado tem efeitos na sua produtividade no presente).

Marshall, em 1920, foi o pioneiro na detecção de três fontes de economias de localização: ligações de entrada e saída entre firmas (*input-output linkages*), o compartilhamento de mercado de trabalho (*labour pooling*) e transmissões de conhecimento (*spillover effects*, a repercussão externa à firma de ganhos de conhecimento e tecnologia e aumentos de produtividade).

O impacto das interações das firmas pode ser entendido como uma cadeia de produção: firmas “acima” ou “para trás” (*upstream*) atraem firmas “abaixo” ou “para frente” (*downstream*) na cadeia, interferindo mutuamente nas suas localizações, assim como na dos *trabalhadores* envolvidos na produção. Vejamos como isso ocorre. Quando firmas envolvidas na produção final (o chamado “setor final”) estão concentradas, a demanda local por produtos intermediários aumenta, tornando a região atraente a firmas de produção intermediária. Ao mesmo tempo, em função de produtos intermediários estarem disponíveis em menores preços na mesma região (resultado da redução de custos de transporte consequente da aglomeração), firmas que produzem produtos finais são atraídas.

Assim, podemos ter um processo cumulativo e circular (do tipo descrito por Myrdal, como veremos) levando à aglomeração. A aglomeração do setor final em uma região ocorre em função da concentração dos setores intermediários e vice-versa. As ligações “para frente” e “para trás” entre firmas levam à concentração de trabalhadores.⁷ No caso de integração na produção ou de setores pesadamente dependentes de proximidade e comunicação face a face⁸, essas firmas atraem ainda *fornecedores finais* – e podem, portanto, impactar a localização do próprio *consumidor*.

Uma questão-chave aqui é o interesse por proximidade e a competição por localizações entre todos esses atores. A aglomeração frequentemente toma a forma de cidades – onde a competição por localização pode ainda atuar como força de *dispersão*.

Temos assim externalidades (efeitos econômicos) na economia local associadas à aglomeração das firmas.⁹ Há dois tipos de *externalidades de escala* que firmas produtoras experienciam nos seus ambientes: externalidades geradas por outras firmas locais na mesma indústria, chamadas de *economias de localização* (ou, em um contexto dinâmico,

economias Marshall-Arrow-Romer)¹⁰; e externalidades oriundas da diversidade da atividade econômica local fora da própria indústria, envolvendo formas de influência cruzada e trocas de conhecimento e tecnologia, chamadas *economias de urbanização* (ou, em um contexto dinâmico, *economias Jacobs*). Essas externalidades incluem aspectos como:

- *Localização relativa e decisão locacional* – introduzida por Alfred Weber (o irmão de um dos pais da sociologia, Max Weber) em 1909, a teoria aponta que firmas tendem a localizar-se próximas entre si por vantagens de custos reduzidos na sua interdependência.
- *Complementaridade na produção de serviços e bens* – compartilhamento de entradas e produtos intermediários (para firmas em uma mesma indústria).
- *Causalidades circulares e cumulativas* – Myrdal, em 1957, sugere que economias de aglomeração são geradas sinergeticamente pelas ligações de entrada e de saída como mutuamente dependentes. Firms “abaixo” proveem firmas “acima” na cadeia de produção, e o crescimento nas saídas nas firmas acima pode prover mais eficientemente a produção das firmas abaixo.
- *O efeito do tamanho da economia na produtividade das firmas* – a escala ou porte importa, e as economias de localização são aparentemente fatores mais fortes do que as “economias Jacobs” de urbanização na produtividade em indústrias de manufatura, com consideráveis variações entre indústrias.¹¹
- Abordagens recentes sobre as *buzz-cities* e as motivações institucionais para a aglomeração enfatizam que, além da força das ligações para frente e para trás, do compartilhamento de mercados de trabalho e das transmissões de conhecimento e tecnologia, a atividade econômica está fortemente impregnada do aspecto fundamental da proximidade: *comunicação face a face*. A cidade é um caldeirão de interações ricas em informação e trocas novas e imprevisíveis que dificilmente podem ser replicadas ou substituídas por trocas em redes eletrônicas e tecnologias da comunicação a distância.

b. Forças aglomerativas geradas através de interações de mercado

Sabemos que mercados são imperfeitamente competitivos. Fujita e Thisse nos ajudam a entender que, sob competição imperfeita, a localização das firmas pode ser explicada em princípio em termos da busca por acesso privilegiado a consumidores e do desejo de reduzir as pressões da competição imposta por outras firmas. A busca de retornos progressivos de capital leva firmas a concentrarem sua produção em poucas plantas, enquanto custos de transporte trazem o problema de onde localizar tais plantas. A competição espacial emerge como parte da estrutura de mercado, determinada tanto pelas preferências dos consumidores por variedade quanto pelas demandas fixas das firmas por recursos de produção limitados. As principais forças de aglomeração que reverberam pelo próprio mercado, as “externalidades pecuniárias”, são bastante diversas em sua natureza. Sugerem a possibilidade de impactos consideráveis sobre tendências de aglomeração e formação de cidades, e sobre seu oposto: as tendências de dispersão espacial.

- *A competição por mercados consumidores* – cenários regionais consumidores dispersos demandam estratégias de aglomeração das firmas em torno de um mercado central (proposição de Harris em 1954), próximo aos consumidores que melhor se relacionam com seus produtos.
- *O impacto do tamanho do mercado consumidor na localização das firmas* – a mobilidade imperfeita de bens e os custos de transporte estimulam firmas atraídas por mercados maiores a se localizarem buscando proximidade, minimizando distâncias e custos de transporte para seus mercados de trabalho e consumo. A força aglomerativa é gerada pela motivação de cada firma em evitar a saturação do mercado (*market crowding*, de modo parecido com a guerra de preços de produtos semelhantes decorrente da competição espacial pelo mesmo mercado). Quando uma região tem uma população ou poder de compra maior, suas vantagens comparativas atraem mais firmas – uma parcela de firmas mais que proporcional, um efeito amplificado pela redução dos custos de transporte decorrentes da concentração.

- *A competição de preços* – firmas tendem a se localizar perto de seus consumidores (proposição de Hotelling)¹², mas firmas similares de fornecimento final próximas entre si se envolveriam em guerra de preços. Firms com produtos homogêneos tentariam evitar a guerra de preços localizando-se distantes umas das outras (*contra* Hotelling). A competição de preços é uma força de dispersão, ou centrífuga.
- *A diferenciação entre firmas e entre produtos* – formas de diferenciação aliviariam a tensão de dispersão das firmas ao diminuir a competição de preços, atuando, portanto, como força centrípeta. É um contraponto à força centrífuga gerada pela competição de preços, visível tanto na escala regional como na concentração da indústria moveleira ou informática em regiões específicas, e mesmo na escala intraurbana, notadamente na emergência de centralidades especializadas: entre outras, a concentração de lojas de autopeças ou de *design*, serviços de lazer noturno.
- *A compensação (trade-off) entre forças de dispersão geradas pela competição de preços e forças de aglomeração motivadas pela competição por mercados* levaria finalmente à aglomeração, dado que firmas similares que competem por consumidores tenderiam a minimizar suas diferenças de localização. Esse é o “princípio da diferenciação mínima” trazido pela teoria da localização de Hotelling em 1929, alinhada com a teoria do potencial de mercado de Harris, de 1954.
- *A competição pelo mercado de trabalhadores e os impactos da mobilidade dos trabalhadores* – Sabemos que trabalhadores buscam diferenças positivas na sua renda. Se tiverem mobilidade para tanto, buscarão, portanto, regiões onde os salários sejam maiores. Essas condições seriam encontradas em regiões onde haja o chamado “efeito de mercado local” (*home market effect*): um aumento no tamanho do mercado de consumidores que levaria a um aumento na demanda por bens, trazendo assim mais firmas à região. De acordo com a teoria do efeito de mercado local, o aumento no número de firmas pode ser mais que proporcional, implicando no aumento da própria demanda e da concorrência por trabalhadores. Essa concorrência empurraria os salários para cima, atraindo tra-

balhadores. Por outro lado, mais firmas implicam em mais variedade de produtos e em um índice de preços locais menor, em função da redução dos custos de transporte com a aglomeração. Assim, a região passaria a atrair ainda mais trabalhadores/consumidores. Isso implica na possibilidade de um “efeito bola de neve” de aglomeração. A combinação desses efeitos acionaria um efeito circular à *la Myrdal* que levaria à aglomeração de firmas em um centro da economia regional. Essa contribuição avançada por Krugman é sintetizada por Fujita e Thisse: A “aglomeração é considerada como o resultado de um processo de causação circular alimentado pela mobilidade dos trabalhadores”.¹³

Este fato sugere que uma integração econômica mais profunda em uma indústria pode levar a um desequilíbrio regional na distribuição espacial daquela indústria – e *desigualdades espaciais* entre regiões. A atração e a integração nas indústrias tenderão a trazer, assim, graus mais altos de *especialização*. As diferenças de porte ainda trarão desigualdades espaciais também entre consumidores: mesmo que todo consumidor se beneficie da integração industrial, aqueles em regiões de maior porte tendem a alcançar benefícios maiores em função de seu acesso direto a um leque maior de produtos. A integração econômica entre regiões de diferentes tamanhos tende a alimentar as desigualdades espaciais entre elas.¹⁴

Há certamente outros conceitos que permitiriam aprofundar nossa compreensão sobre como a ação econômica é profundamente imersa na produção de espacialidades urbanas – tais como o *path development*. O desenvolvimento de uma economia depende dos caminhos e de consolidação material prévia, como continuidade de uma dinâmica anterior. O passado tem força ativa nos caminhos do presente. Contudo, avancemos em direção a uma reversão dessa linha de observação da urbanização como resultado da ação econômica: vejamos como a forma da urbanização – para além da relação entre distância e aglomeração – pode impactar a ação econômica.

É realmente de interesse incluir todos esses processos econômicos, profundamente espaciais e ativos como forças aglomerativas, para conhecermos a materialidade da interação econômica e da análise ur-

banística? Certamente. Entretanto, assumindo a complexidade e a dificuldade em um modelo unificador dessas forças (uma unificação difícil mesmo para o instrumental da geografia econômica), quais seriam as mais relevantes? Sugiro que uma seleção nesse sentido deva buscar:

- (a) os efeitos aglomerativos, empiricamente reconhecidos como mais impactantes;
- (b) a circularidade dos efeitos sobre a eficiência, a sustentabilidade e a equidade urbanas;
- (c) os efeitos mais controláveis, de acordo com o aparato analítico da própria teoria urbana.

A partir desse critério, temos a seguinte leitura. Os *efeitos aglomerativos Marshallianos* têm alta importância na geração da espacialidade. São mais facilmente verificáveis no sentido de envolverem ligações concretas entre atores, com ampla evidenciação na geografia econômica – por exemplo, o papel do espaço na redução de custos com a agregação de firmas complementares.

Já os *efeitos aglomerativos expandidos através de interações de mercado* ou externalidades pecuniárias são evidentemente significativos, mas talvez menos constantes. Esses efeitos dependem de dinâmicas flutuantes de mercado. Alguns efeitos são visíveis (como decorrentes do tamanho do mercado consumidor), mas nem sempre capturáveis enquanto relações entre economia e espaço: aglomerações podem ter razões paralelas (o crescimento de uma cidade pode ser uma consequência tanto da atratividade do tamanho do seu mercado quanto de qualquer outra força centrípeta). A análise dependeria de forte recurso histórico para reduzir incertezas. Outros efeitos aglomerativos, como os provocados pela mobilidade do trabalhador, também parecem mais difíceis de serem isolados e reconhecidos empiricamente. Essas dificuldades são reconhecidas até mesmo pelos proponentes da teoria¹⁵ – que terminam retornando às externalidades espaciais das ligações entre firmas, as quais, mais localizadas, “sublinham a necessidade de estudar aglomeração na escala microespacial”.¹⁶

Portanto, a presente abordagem apresentará os efeitos irradiados como reações de mercado em uma espécie de “suspensão teórica” ao tratar a relação entre forma urbana e dinâmica socioeconômica. O

foco da consideração de elementos da economia espacial recairá sobre as interações da produção e do trabalho. Ou, com uma dose de humor, mais Marshall e Jacobs que Krugman.

Por uma consideração mais completa da economia local e sua espacialidade

A economia em geral, e a organização dos atores de produção em particular, precisam da cidade: a relação entre a espacialidade da cidade e a trama das interações econômicas se apresenta como um problema fundamental no desempenho econômico. Esse é o caso sobretudo quando a organização da produção se descentraliza entre e dentro de setores, envolvendo redes de produção conjunta, incluindo tanto as indústrias de manufatura, de maior impacto regional e metropolitano, quanto as indústrias de serviço e informação, de maior impacto intraurbano – ambas envolvendo crescente aglomeração. É através das estruturas da cidade e suas ligações a outras cidades e regiões que as ações e interações dos atores se materializam: elas são condição para a economia auto-organizar-se com certo grau de eficiência – uma economia produzida, mesmo em suas amarras globais, fundamentalmente na escala das conexões locais e regionais.¹⁷

Os potenciais de interação estão manifestos na própria espacialidade dos padrões urbanos e nos diferentes graus de estruturação de suas redes viárias. *A eficiência econômica da estrutura física da cidade e da região depende da sua capacidade de permitir ligações de produção e interação de firmas e de setores*, como redes de atores complementares de produção posicionados em diferentes localizações.¹⁸

Um dos principais ganhos das teorias da economia espacial tem sido a ênfase no papel das cidades nas *ligações entre firmas complementares*. Nakamura nos lembra que “os produtos de saída das firmas de manufatura não são usados apenas como bens de demanda final, mas também como demandas de entrada para as indústrias seguintes no processo produtivo”. Mais enfaticamente, as trocas na produção de bens e serviços – a chamada “demanda intermediária” – não podem ser desprezadas em seu peso na economia, e conseqüentemente, no cotidiano

e na transformação da cidade: as trocas intermediárias podem ter um volume quase tão grande quanto as trocas no consumo final.¹⁹

Uma abordagem mais completa do sistema econômico urbano incluiria, portanto, as ligações acima e abaixo na cadeia de produção em cada setor de atividade, assim como os efeitos multiplicadores diretos e indiretos associados à expansão da demanda final da economia.²⁰ A concentração de firmas abaixo causará os chamados efeitos de ligação “para trás” ao relacionarem-se com os custos de transporte. Trata-se da etapa anterior do processo de atendimento das demandas populacionais – a “outra parte” das dinâmicas de competição por localizações e da emergência das forças de aglomeração.

Algumas possibilidades de contribuição às abordagens urbanas são claras: associar a detalhada perspectiva econômica das redes de atores urbanos a conceitos mais ricos de espaço, tratado de forma fortemente ativa mas estruturalmente superficial na economia espacial. Por exemplo, modelos de ligações verticais tendem a não incluir a configuração física dos acessos para fins de verificação da eficiência de transporte entre firmas. A presente intenção de aproximação envolve, portanto, uma análise ao menos parcial do sistema de interações econômicas – um sistema material cujas interconexões são *ativas*. Essa tem sido uma carência apontada por Krugman também na geografia econômica.²¹

Avançemos nessa *crítica sobre a espacialidade dos modelos da economia urbana*. Supersimplificações da espacialidade de dinâmicas econômicas podem ser encontradas mesmo nas análises focadas nas externalidades das ligações entre firmas e entre setores (custos ou benefícios gerados por suas conexões) enquanto economias de aglomeração.

(a) Apesar de referirem-se explicitamente a um ambiente físico, tais modelos tendem a reduzir o espaço à distância geométrica absoluta e sua fricção sobre o movimento dos atores e sobre o custo do transporte. Trata-se de um espaço onde não há produção *cumulativa* de uma materialidade rígida em redes de acessos entre blocos de quarteirões sendo progressivamente adicionados e adensados, duráveis ao ponto de interferirem na decisão de localização. O entendimento usual das localizações com diferentes privilégios locais a partir da distância absoluta entre pontos no espaço, e não da distância interna decorrente da estrutura de ruas, assume perfeita alcançabilidade entre duas posições com as mesmas distâncias absolutas.

O espaço teórico usual da economia não tem as complexidades da estrutura urbana, que moldarão fundamentalmente a acessibilidade e o movimento e, portanto, afetarão a possibilidade de conhecimento e de troca entre atores na produção e consumo. O grau de generalidade no tratamento do espaço pode também obscurecer certos aspectos e elementos do espaço urbanizado e *obscurecer, adiante, a completa extensão dos seus efeitos de volta sobre a ação econômica*. De fato, a maior parte das abordagens econômicas tende a ver essa direção reversa na relação economia-espaço – do espaço para a ação – como relativamente não problemática. Desde que tenhamos aglomeração, o ciclo estaria completo: as externalidades certas estariam ativas, alimentando de volta a produção e a interação econômica.

Porém, as heterogeneidades do espaço não estão contidas apenas nas diferenças entre regiões: elas atravessam escalas em direção à própria estrutura do urbano – e voltam às relações entre cidades e regiões. O problema a entender aqui é o papel das estruturas espaciais dentro das aglomerações – um problema, apesar de progressos da economia urbana, ainda subestimado. Discutirei a partir de agora a importância de tais estruturas e a necessidade de aprofundar nosso entendimento do espaço urbanizado como forma de *aprofundar nosso entendimento dos efeitos potenciais do espaço em uma economia*.

Primeiramente, ações econômicas operam através de diferenças no espaço, como corretamente afirmado na economia espacial. Além disso, elas operam através de diferentes escalas, da global às paisagens regionais na forma de regiões e áreas metropolitanas economicamente diferenciadas e às espacialidades internas da cidade – em um *continuum* de estruturação espacial. Como já vimos, abordagens econômicas veem essas diferenças como usualmente relacionadas à distribuição desigual de recursos imóveis e amenidades, nós de transporte e centros de negócio. No entanto, tais abordagens não exploram a extensão completa de tal propriedade: heterogeneidades estão no cerne dos espaços urbanizados em uma paisagem. Proponho que avancemos na investigação das condições estruturas através das quais heterogeneidades emergem, antes de tudo, e impregnam a ação econômica.

Cidades são, entre outras coisas, sistemas de movimento – de pessoas, artefatos, informação –, mas tais fluxos não tomam qualquer direção em seus espaços. Cidades são estruturadas em sistemas espa-

ciais de formas construídas arranjadas em quarteirões e conectadas por canais contínuos das ruas. Dentro de tal estrutura rígida e durável, podemos nos mover apenas nesses canais e nas direções que eles definem. Distâncias são moldadas pela rede de ruas. Ainda, ruas também são heterogêneas: elas não têm os mesmos papéis como suportes de movimento. Algumas são naturalmente providas com mais acessibilidade, que gerarão hierarquias em redes de rua com capacidades distintas para gerar mobilidade – as quais só podem ser alteradas, uma vez consolidadas historicamente, com grande dificuldade. Sua estrutura e forma afetam as distâncias internas a serem cobertas, bem como as direções a serem tomadas quando em movimento; de fato, em *qualquer* movimento. Essas características também apresentam problemas à cognição: ao modo como conhecemos caminhos e lugares dentro de uma cidade. Hierarquias em redes de ruas nas cidades são um meio de gerar menos ou mais informação sobre atores – níveis de informação diretamente relacionados a seus níveis de acessibilidade.

Questões contrafatuais sobre as configurações que pudessem minimizar custos de transação ao mesmo tempo que estimulasse externalidades na economia local parecem restritas à discussão do “tamanho ótimo das cidades” e sua distribuição em dada região. Configurações de posições e localizações dos atores e modificações no panorama e hierarquias de acessibilidade urbana não parecem tematizados o suficiente. Ainda largamente ausente está a caracterização das ligações físicas entre atores, isto é, as articulações do espaço econômico das diferentes atividades e as localizações que tornam possíveis as tramas de interações mutáveis e complexas da economia.²²

(b) Há mais sobre o papel do espaço como informação na associação dos atos econômicos. O espaço resultante dos processos de aglomeração parece tratado como uma espécie de plataforma livre na qual há total visibilidade interna e total conhecimento das oportunidades de localização e troca, incluindo possíveis parceiros ou fornecedores. A estrutura do espaço urbano tampouco é tematizada explicitamente como item de *gradação de informação* – a possibilidade de conhecimento de atores disponíveis ser maior em espaços de maior acessibilidade. Abordagens econômicas parecem supor uma transparência do espaço, ou parecem assumi-lo como cenário de perfeita informação – como se atores fossem dotados de uma visão total das localizações dos atores possíveis para interação.

Essa visão do espaço consolidada na teoria econômica impõe imprecisões, sobretudo no entendimento da morfologia como expressão e suporte das possibilidades de ligação. Por extensão, traz limitações também para entender precisamente as dinâmicas da localização e para antecipar tendências de futuras localizações. A consideração das *redes de ligações produtivas é chave* no conhecimento do papel do espaço na vida econômica de seus atores.

Estudos empíricos das economias de aglomeração ainda precisam esclarecer as relações entre as fontes das economias de localização, urbanização e as externalidades das ligações.²³ O caráter supersimplificado do tratamento do espaço urbano nessas abordagens está evidente na forma de estimar a existência e extensão das economias de urbanização fazendo uso de fatores espaciais analiticamente pouco precisos: o efeito aglomerativo, que evidenciaria causalidades na relação entre espaço e dinâmica econômica, é assumido simplesmente pelo tamanho da população ou pela densidade. Fatores que podem incluir outros estímulos além das economias de urbanização, o que as torna impossíveis de serem estimadas precisamente.²⁴

Finalmente, análises econômicas tendem a focar nas *aglomerações interurbanas* e nos efeitos das ligações verticais na *região* ou *entre cidade e espaço rural*. A microeconomia urbana não parece estar tematizada em relação a ligações verticais dependentes de proximidades internas na cidade, como, por exemplo, no papel crescente do setor de serviços.

Lições de ambos os lados

Vimos que os estudos em economia espacial são bem-sucedidos ao apontar os impactos das redes de atores em interação sobre a geração de espacialidades, como externalidades nas ligações de produção, e os impactos dessas espacialidades sobre a própria atuação dos atores, como efeitos aglomerativos. Essa é uma contribuição extraordinária na consolidação da *hipótese de relações não contingenciais entre sociedade e espaço*, tão cortejada por teóricos. Contudo, tendem a não tornar espacialmente explícitas as interações entre firmas: essas interações são apontadas como matrizes numéricas dos fluxos de valores e volumes de produção entre firmas, frequentemente agregadas em categorias das quantidades produzidas e trocadas entre setores ou indústrias.

A análise configuracional urbana, por sua vez, fundamenta-se exatamente na evidenciação dessas interações. Metodologicamente, esse esforço não requer explicitar as quantidades dos fluxos, como na economia espacial. A análise urbana foca antes na *conectividade entre atores complementares e no papel do espaço para viabilizar tal conectividade em diferentes graus de eficiência*.²⁵ O espaço é visto como uma rede de unidades ora discretas e articuladas (como as atividades e suas localizações em trechos de espaços públicos), ora contínuas (como o espaço dos vazios definidos pelos cheios dos volumes e planos edificadas). É essa visão bastante analítica do espaço que permite o reconhecimento da estrutura urbana como uma rede de espaços de acessos que importa na distância e na alcançabilidade entre atores urbanos e atividades.²⁶

Tais propriedades, baseadas na distância topológica entre os componentes dessas redes de espaços e atividades, capturam implicações da morfologia sobre o campo da ação material dos atores, como sua mobilidade e capacidade de interação. Formas de analisar as características do sistema espacial têm ênfase ora nas propriedades intrínsecas da morfologia (como compacidade ou acessibilidade), ora na relação entre o sistema espacial e o sistema de atores, analisando os estados da cidade como *interplay* de dinâmicas socioeconômicas e o próprio espaço.²⁷

Entretanto, também sabemos que os modelos urbanos, espacialmente ricos, são limitados na consideração do sistema econômico local e têm focado no comportamento urbano quanto à oferta e consumo de serviços ou de espaço.²⁸ A inclusão das relações entre firmas e redes de produção e seus impactos na geração de espacialidades implica em manter abertas as relações envolvendo atores intermediários, fornecedores ou consumidores engajados em operações e interações variáveis, em redes cada vez mais complexas. Na realidade urbana, tais atores não têm suas ações coordenadas em seu conjunto, mas apresentam-se abertos a estabelecer *coordenações parciais* (interações estáveis) baseadas em relações de complementaridade; e *sempre* atuam (intencionalmente ou não) de forma que os efeitos de suas ações sejam sentidos por outros atores (de cidadãos a firmas), em cadeias de efeitos circulares. Nessa direção, há itens importantes a serem explorados:

- *Interações entre decisões temporais e fatores espaciais nas trocas entre firmas*: este fator fundamental de sustentabilidade

e eficiência econômica pode ser explorado, uma vez que atores de produção sejam incluídos nos modelos urbanos.

- *Atores têm mobilidade residencial*: as rotinas de oferta e demanda alteram-se totalmente em função da relocação.²⁹
- *Alterações em posições no espaço dos atores e atividades*: têm efeitos profundos e não triviais nas propriedades do sistema urbano, como a crescente organização da produção em redes que encorajam a interação.³⁰
- *Interdependências espaciais*: a posição relativa na rede espacial faz diferença na produtividade dos atores e do sistema econômico urbano como um todo.

Pautados por esses princípios, temos a possibilidade de reconhecer economias de localização e de urbanização geradas pela interação dentro e entre redes de setores econômicos em uma cidade ou região, considerando a estrutura intraurbana um elemento locacional e de acessibilidade ativo nas interações, geração de informação e custos de transporte.³¹

Em suma, diferenças no grau de acessibilidade inerente às hierarquias em redes de ruas, juntamente com *as diferenças em densidades de formas arquitetônicas, trazem em si o potencial de amplificar ou restringir as possibilidades da interação econômica*. Podemos ver a urbanização do espaço como uma forma de compressão de interações e relações socioeconômicas – um meio histórico de reprodução de sociedades. Potenciais de interação são latentes na própria espacialidade de padrões urbanos.

O papel econômico dessas estruturas materiais depende da sua capacidade de permitir trocas presentes e futuras entre atores. A relação entre a estrutura espacial e a coleção de redes de produção e troca está no cerne do problema da eficiência da cidade como suporte para a economia localizada e da sua sustentabilidade a longo prazo. A mediação das estruturas urbanas na reprodução das relações econômicas não pode ser enfatizada o bastante: *tais estruturas são os canais e lugares nos quais as ligações econômicas ocorrem*. Tramas de transações se materializam através das estruturas da cidade e suas conexões com outras cidades e regiões. Estas são condição para que uma economia se auto-organize com diferentes graus de eficiência – uma economia produzida,

mesmo em suas amarras globais, essencialmente na escala das conexões urbanas e regionais.

A estrutura espacial que permite a ligação entre atores pode facilmente levar a “deseconomias” nas suas relações. Deseconomias urbanas são, naturalmente, o oposto das vantagens econômicas da aglomeração de atividades de produção e consumo no espaço. Isso pode ocorrer por competição, por dificuldades de compartilhar mercados de trabalhadores ou consumidores e, sobretudo pelas dificuldades impostas pelos volumes de ações econômicas fragilmente suportadas por estruturas espaciais. É o caso das redes viárias de baixa distributividade das cidades brasileiras e nas regiões metropolitanas.

Uma das razões para a inserção do sistema de ligações entre atores evidenciadas por estudos de economia espacial é saber mais sobre a possibilidade de as ligações causarem impactos significativos sobre a urbanização. Esses impactos urbanos precisam de mais esclarecimentos quanto a duas questões, especialmente: sob o prisma das relações firma-firma, e sob o prisma das relações trabalhador-firma.

1. O espaço urbano sob o prisma das ligações entre firmas

As economias de localização e urbanização importam para o desempenho e a sustentabilidade material das cidades? Vimos que a microeconomia em geral, e a organização dos atores de produção especificamente, precisam da cidade para suas trocas internas e intermediárias: a relação entre a forma da cidade e a eficiência dessas interações constitui um problema fundamental de desempenho. Esse é o caso sobretudo quando a organização da produção se descentraliza entre e dentro de setores, envolvendo redes de produção conjunta (incluindo tanto as indústrias de manufatura, de maior impacto regional e metropolitano, quanto as novas indústrias de serviço e informação, de maior impacto intraurbano) e crescente aglomeração urbana resultante.³²

O processo de organização da produção envolve um número e uma diversidade dos atores em relações de geometria e duração variáveis e complexas. A espacialização desse processo inclui decisões locacionais e decisões sobre novos parceiros de produção, e estas dependem das leituras do cenário espacial e econômico. Esse é um processo auto-organizado moldado por condições culturais e técnicas da própria urbanização.³³

Interferências da esfera pública por órgãos de planejamento adicionam mais uma camada de complexidade (e ruído e possibilidades de erro) a esse cenário. E é através da espacialização dessas ações, interações e tensões que se materializam as condições para uma economia local se auto-organizar com certo grau de eficiência, com impactos sobre futuras interações, decisões etc. Interações intensificadas envolvem efeitos conhecidos – como a competição por posições no espaço e a modificação de padrões de localização decorrente – e efeitos colaterais imprevisíveis e às vezes desconhecidos ou indesejáveis, incluindo as desconomias provocadas pelo aumento de volume de tráfego das trocas envolvendo produtos intermediários e finais. Esse é o cenário urbano atual: crescente complexidade, interatividade, fluxo, informação.

As redes de produção em uma cidade (conectada regionalmente ou macroeconomicamente) apresentam-se como um problema importante na avaliação do desempenho urbano³⁴: um dos quesitos essenciais da sustentabilidade é o grau de vitalidade microeconômica. Em outras palavras, a eficiência das interações entre firmas e entre setores é central para o desempenho. Alguns aspectos da relação entre sistema espacial e economia urbana parecem afirmar a relevância dessas agências:

- *Custos de congestionamento* gerados pela emergência de aglomeração e pelas diferenças internas nos graus de acessibilidade da rede espacial na cidade e região.
- *A geografia do território* é reconhecida como ligada à forma como firmas organizam suas atividades de produção, seu gerenciamento e o acesso a recursos, dentro e entre firmas.³⁵
- Tanto Marshall quanto Jacobs se referem ao valor da *diversidade urbana*, na qual as complementaridades na oferta de trabalho podem reduzir o risco gerado por flutuações na economia.³⁶
- *A localização e a concentração de fornecedores e consumidores intermediários* são fortemente correlacionadas.³⁷

Essas observações apontam para a coordenação espacial entre firmas como um aspecto de eficiência e sustentabilidade econômica de seus setores – e, por extensão, da cidade ou região. O espaço importa para a realização das transações na produção de bens e serviços. Locali-

zações com sinais de presença das economias Marshall e Jacobs podem ser estimuladas através de aumento de acessibilidade, facilitando mobilidade e troca, possivelmente repercutindo em aumentos de eficiência e produtividade na economia urbana. Nesse aspecto em particular, a análise urbana pode indicar não só localizações e ações para aumentar benefícios locacionais nas ligações firma-firma ou entre setores complementares, mas também áreas para estímulo de novas localizações.

Tudo isso sugere possibilidades de aplicação de uma abordagem híbrida: (a) a verificação do grau de eficiência/ineficiência de atuais localizações relativas de firmas/setores; (b) a verificação de espaços de centralidades específicas³⁸ potenciais para novas localizações, visando à definição de áreas de estímulo para fins de planejamento e sustentabilidade econômica da cidade ou região. Tais elementos oferecem condições para uma avaliação mais completa da estrutura e economia urbanas, possível através de sua aplicação na forma de instrumento de análise de desempenho, útil tanto para o desenho de estratégias de planejamento e estímulos à localização de certos setores da economia quanto para o suporte à decisão dos atores buscando potencializar a mobilidade em um sistema urbano.

2. O espaço urbano sob o prisma das relações trabalhador-firma

As relações entre a mobilidade dos trabalhadores e a localização da indústria têm um forte componente espacial, em razão de sua atração mútua, podendo mesmo amplificar as tendências de aglomeração das atividades socioeconômicas.³⁹ Entretanto, a forma dessa aglomeração pode trazer problemas de localização aos próprios trabalhadores, por força da competição por localização e acessibilidade. Há uma tradição de estudos da relação entre trabalhadores e localização industrial em geografia econômica enfatizada recentemente pela *New Economic Geography* de Krugman e outros, sobretudo quanto ao impacto da mobilidade do trabalhador sobre a localização e a aglomeração de firmas e mercados finais. Vimos que a localização dos trabalhadores em busca de maiores salários amplificaria efeitos circulares de aglomeração, alimentando a demanda por bens de consumo e a instalação de mais indústrias.

Entretanto, mesmo que não consideremos os efeitos da mobilidade do trabalhador como externalidades pecuniárias na análise urba-

na, há condições de incluirmos a relação de atração entre trabalhador e firmas intermediárias e de fornecimento final. Temos a possibilidade de analisar a eficiência dessa relação, como a alcançabilidade das localizações de emprego em dados setores por grupos ou categoria de trabalhadores, com interessantes implicações quanto aos aspectos de equidade e eficiência urbanas. As localizações da residência e a do trabalho são itens-chave na mobilidade do trabalhador. Torna-se também aspecto de produtividade ao afetar o número de atividades que ele é capaz de realizar por dia e seus custos de transporte.⁴⁰ O privilégio locacional é um dos principais aspectos espaciais da equidade.

Entretanto, essa relação tem suas complexidades: o trabalhador disputa localização com outros atores: firmas envolvidas na produção (sobretudo de serviços e informação), fornecedoras finais (oferta de bens e serviços) e outros trabalhadores. O papel dual dos trabalhadores como consumidores tanto de serviços e bens quanto de localizações mostra-se um fator de complexidade no entendimento do impacto da relação firma-trabalhador sobre padrões urbanos. Demandas do habitante nos papéis de trabalhador e consumidor costumam ser sintetizadas por sua aparente similaridade. Mas as decisões locacionais do trabalhador estão sujeitas a sua posição na competição. O trabalhador depende de sua renda para obter vantagens locacionais e tem posição fragilizada na competição com atores que usam vantagens locacionais para gerar renda: trabalhadores nos segmentos finais (de oferta ao consumidor) ou de indústrias altamente dependentes de proximidade, como os setores de informação e serviços financeiros.

O poder de escolha de trabalho em função de localização também depende da quantidade de oferta de trabalho e mobilidade cotidiana, em uma conjunção que frequentemente sujeita o trabalhador a localizações residenciais disponíveis conforme sua capacidade de renda. Menor poder econômico dos trabalhadores diante de firmas com interesses locacionais similares e as desigualdades entre trabalhadores serão fatores de diferenças de poder competitivo por espaço; diferenças que, por sua vez, operarão sobre diferenças de localização, gerando estratificações nos padrões urbanos.⁴¹

As localizações dos lugares de consumo e de trabalho também podem ser diferentes, de modo a aliviar essa competição desvantajosa para o trabalhador – especialmente no caso de certas indústrias. Na ver-

dade, a sobreposição das localizações de consumo e trabalho tende a não ocorrer no caso dos trabalhadores dos setores de manufatura, por exemplo, em função das demandas específicas de localização e acessibilidade desses setores, frequentemente menos interessados em lugares intraurbanos de alta centralidade e em economias de urbanização (provenientes da diversidade) – ainda que capazes de se beneficiar dos efeitos aglomerativos das economias de localização (internas ao mesmo setor). Isso explica a tendência locacional dessas firmas em bordas urbanas e junto a canais regionais de acessibilidade. Trabalhadores desses setores estão interessados em acessibilidades diferentes daquelas dos trabalhadores em segmentos finais ou dos setores de serviço e informação. Capturados pelo problema da proximidade ao trabalho, tenderão a enfrentar a redução da oferta e a diversidade de serviços nas suas localizações residenciais – ou o contrário.

Análises sobre o estado das vantagens, desvantagens e repercussões de padrões de localização (residencial e trabalho) sobre a produtividade do trabalhador são de forte interesse para orientar ações de planejamento. Esses elementos evidenciam a escala microscópica dos padrões locacionais na qual atores estão submersos e revelam a dificuldade para um planejamento urbano com fins de equidade, como na gestão das vantagens locacionais. Exemplos são a decisão sobre lugares de implantação de novas áreas habitacionais ou o estudo de áreas e padrões de localização residencial de maior eficiência em relação às localizações do trabalho. A inclusão da relação trabalhador-firma na análise urbana é, assim, um passo para a verificação da equidade em cidades, ao incluir localização, acessibilidade e mobilidade como aspectos da produtividade e renda.

Conclusões: o papel do espaço na economia da cidade

A discussão sobre espaço urbano e economia abre, naturalmente, questões sobre o problema da escala: as conexões entre o urbano e o regional. As relações que constituem a economia intraurbana não estão livres de vetores exógenos da própria economia. São na verdade profundamente amarradas a eles. Dinâmicas da macroeconomia certamente impactam indústrias espacialmente concentradas. Efeitos pouco sentidos em uma economia nacional podem representar enormes impactos locais.

Por outro lado, esses impactos dependem dos graus, diversidade e escopo de concentrações locais de atividades econômicas. É relevante, portanto, incluir as ligações exteriores. Essa tem sido outra limitação tradicional dos estudos urbanos. Novos estudos podem efetuar a inserção de fatores de relação regional, por exemplo, por meio de índices de produção e crescimento da economia regional (geral ou setorial) exógenos ao sistema urbano, mas ativos como estímulos/desestímulos no seu comportamento. Outro fator a considerar nesse sentido é o grau de dependência da economia de uma cidade sobre setores particulares em oposição a seu grau de diversidade econômica, quanto à sustentabilidade de sua economia.

Precisamos, em face dessas amarrações, tornar explícito um recorte que tenha sentido substantivo. Definições negativas podem ser úteis para esclarecer esse escopo. Primeiramente, a presente abordagem prefere não se fixar nas interações no mercado que apresentem possibilidades de efeitos aglomerativos, mas nas condições materiais da produção, troca e mobilidade. Estudos configuracionais têm condições para oferecer tal foco, por usarem um conceito de espaço relacional. Em segundo lugar, a forma de abordar a economia da cidade aqui explorada não inclui a escolha locacional da firma ou o acesso a mercados em escala regional. Não se trata, portanto, de uma teoria de crescimento regional como os modelos da geografia econômica, mas da discussão de um tratamento teórico das dinâmicas da microeconomia e suas condições espaciais, manifestadas sob forma de cidades.

Finalmente, é importante destacar o objetivo de aproximação metodológica entre as abordagens econômica e configuracional urbana. A primeira família de abordagens é largamente baseada em entidades representando volumes contínuos (de produtos e de valores), enquanto a segunda é largamente baseada em conexões entre atores e entre espaços, analisada em elementos discretos. A presente abordagem sugere a passagem desses componentes considerando as ligações entre atores como conexões, desconsiderando as intensidades trocadas. Tal operação simples pode compatibilizar essas duas famílias de abordagens e servir à análise do papel da cidade para a vida microeconômica.⁴²

Este texto procurou apresentar conceitos e itens de análise encontrados na economia espacial, no intuito de trazer mais complexidade na consideração dos atores econômicos ativos na apropriação da cida-

de e na geração de suas dinâmicas para a abordagem do desempenho urbano. Objetivou aproximar os estudos configuracionais urbanos das abordagens da economia espacial, através de uma concepção de espaço relacional, mais aguda substantivamente que as concepções usuais na área da economia espacial. Procurou avançar, desse modo, nas seguintes proposições:

- (1) a consideração de duas camadas ontológicas (as relações entre atores mediadas pelas relações entre espaços), de modo a reconstruir teoricamente seus entrelaces e a defini-las como mutuamente ativas e influentes, a despeito das suas diferenças de materialidades, que tendem a dificultar a teorização; tal reconstrução introduz as propriedades morfológicas da rede espacial como fatores da interatividade econômica;
- (2) a consideração das linhas gerais de uma aproximação entre as abordagens econômica e urbana a partir da análise das condições para a interação, na busca do lugar da cidade nas relações entre atores e na reprodução material de uma população ou sociedade.

Notas

1 “Whenever and wherever societies have flourished and prospered rather than stagnated and decayed, creative and workable cities have been at the core of the phenomenon; they have pulled their weight and more. It is the same still. Decaying cities, declining economies, and mounting social troubles travel together. The combination is not incidental.” Tradução do autor.

2 Giddens (1984) define a imaginação material (“geographical imagination”) em contraponto à “imaginação sociológica” proposta por Mills, essencialmente temporal, o que marcaria a ciência social sobretudo até os anos 1980 e 1990.

3 “[...] because of its durability, the urban configuration will largely determine future transport costs, land rents, congestion, and finally the rise of agglomeration economies” (Goffette-Nagot, 2000, p. 319). Tradução do autor.

4 Veja a longa tradição de estudos em geografia econômica desde Alfred Weber (1909), e que culmina nos estudos de Krugman (1991a; 1991b; 1995), Storper e Salais (1997) e Scott (1993; 1995) entre outros.

5 Veja Echenique et al. (2012); Krafta (1996); Wilson (2008).

6 Rodríguez-Pose e Crescenzi (2009).

7 Myrdal (1957); veja Rigby e Essletzbichler (2002); Fujita e Thisse (2009, p. 114); Fujita e Krugman (1995).

8 Jacobs (1969) afirma que a diversidade urbana em áreas densamente populosas facilita a comunicação face a face, que estimula as transmissões de conhecimento e tecnologia entre atores, uma força poderosa de crescimento urbano (Nakamura, 2008). O argumento da importância da comunicação face a face é retomado em Sassen (2001) e Gordon e Ikeda (2011).

9 Henderson (1974; 1988).

10 Veja Glaeser et al. (1992).

11 Glaeser et al. (1992), Henderson et al. (2001) e Rosenthal e Strange (2004) encontram sinais das externalidades Jacobs. Henderson (2003) não encontra evidências da existência desses efeitos da diversidade fora da própria indústria e evidências limitadas da diversidade geral da atividade econômica. Nakamura (2008), diferentemente, sustenta evidências da existência das economias Jacobs em estudos empíricos no Japão. Algumas indústrias se beneficiam mais de efeitos de localização (dentro do setor) do que economias de urbanização (entre firmas de setores distintos). Nakamura (2008), analisando a economia de cidades japonesas, aponta que, quanto a economias de localização, a indústria moveleira tem a dependência mais alta em ligações para trás (fornecedores de madeira) e para frente (fornecedores finais ao consumidor urbano). A indústria de produtos alimentares é a que mais se beneficia de efeitos de urbanização. Firmas compradoras tendem mais a buscar proximidade a seus fornecedores intermediários mais do que estes buscam seus compradores. Veja ainda Rosenthal e Strange (2004).

12 Hotelling (1929).

13 Fujita e Thisse (2009, p. 114), resumindo as contribuições de Krugman para a geografia econômica. Adiante, o aumento de trabalhadores empurraria salários para baixo; mas como novos trabalhadores também são novos consumidores, o aumento na demanda de produtos significa aumento na demanda por produção e por trabalho. Como mais firmas entram no mercado, aumenta a competição por trabalhadores; assim, efeitos sobre salários são difíceis de prever. Ainda, o market crowding effect implica em mais competição de preços e no “derretimento da bola de neve”. A abordagem de Krugman explora os increasing returns, em que o efeito home market é amplificado pela mobilidade dos trabalhadores-consumidores. Veja ainda Fujita e Thisse (2002).

14 Fujita e Thisse (2009).

15 Em contraste com grande parte da literatura econômica e seu foco nas externalidades espaciais ou interações marshallianas, a abordagem da New Economic Geography (NEG) de Krugman, Fujita e outros se baseia sobretudo nas interações de mercado, apropriada às escalas maiores (regionais, nacionais e mesmo internacionais) da trade theory. Mas mesmo Krugman e Venables (1995) e Fujita e Thisse (2009) entendem que a mobilidade dos trabalhadores nem sempre ocorre – e citam como exemplos os trabalhadores na maioria dos países europeus, economicamente integrados, mas aparentemente sem expressiva mobilidade.

16 Fujita e Thisse (2009, p. 113).

17 Sassen (2001).

18 Um segundo item, que atua como condição para o primeiro, é a verificação de quanto o sistema espacial atua no sentido de informar sobre as possibilidades de interações e permitir tais interações com menos ou mais eficiência em um sistema de agências e atividades ativo e interconectado.

19 Nakamura encontra a demanda intermediária com 70% do tamanho da demanda doméstica nas indústrias de manufatura, de acordo com a matriz nacional de entrada e saída do Japão em 2000 (Nakamura, 2008).

20 Lorange (2007).

21 Krugman (1998).

22 Netto (2007).

23 Há relativa falta de trabalhos empíricos sobre a natureza das externalidades das ligações entre firmas, como aponta Krugman (1998). Nesse ponto, podemos fazer uso das estimativas de Rigby e Essletzbichler (2002) a respeito dos efeitos positivos das externalidades de ligação sobre a produtividade, através da análise de matrizes de entrada-saída entre firmas. De acordo com Nakamura (2008), tais ligações teriam como efeitos positivos as mencionadas externalidades pecuniárias: os custos ou benefícios de ações cujos efeitos se fazem sentir através do próprio mercado, como os impactos de uma nova indústria sobre os custos enfrentados em outra (Black, 1997) – digamos, firmas de desenvolvimento de ferramentas computacionais sobre o setor bancário. Finalmente, os trabalhos de Henderson et al. (2001) e de Nakamura (2008) divergem quanto à existência das economias de urbanização – as conhecidas “economias Jacobs”.

24 Esse método é usado por Rigby e Essletzbichler (2002).

25 Estudos configuracionais têm se valido da teoria dos grafos, apta a identificar relações em redes de elementos discretos, em vez do ferramental matemático da geografia econômica (exemplos podem ser vistos em Hillier et al., 1993; Krafta, 1994). Entretanto, o problema em si permanece essencialmente o mesmo em ambas as abordagens, o que garante a possibilidade de comunicação entre as duas metodologias: a conversão de intensidades dos graus de conectividade entre atores e as quantidades envolvidas nos fluxos das trocas baseadas em variáveis contínuas.

26 Veja Hillier e Hanson (1984); Hillier et al. (1993); Krafta (1994).

27 Como o conceito de centralidade configuracional, evidenciando concentrações de serviços e atividades e padrões de localização, e o potencial comportamento de atores autônomos dispostos em categorias. Veja Krafta (1994).

28 Uma exceção nesse cenário é Wilson (2008).

29 Veja Fujita e Thisse (2009).

30 Rigby e Essletzbichler (2002).

31 Compare essa afirmação da importância do intraurbano com a abordagem regional de Storper e Salais (1997).

32 Sassen (2001).

33 Veja Storper e Salais (1997) e Krugman (1996).

34 A análise de padrões urbanos sugere o sistema de atores e o sistema espacial como dimensões ao mesmo tempo dependentes e independentes: com materialidades e aspectos intrínsecos de desempenho, bem como com aspectos correspondentes de desempenho na sua interação. Em função de o problema da sustentabilidade (i) envolver a eficiência na continuidade das funções urbanas e na relação entre os sistemas socioeconômico, espacial e suas externalidades sobre o ambiente natural (como fonte de energia e receptor de externalidades dos dois primeiros), e (ii) envolver o comportamento do sistema espacial em relação ao sistema de atores socioeconômicos, o problema do desempenho urbano parece incluir não apenas a preocupação com a busca e satisfação de necessidades de serviços e consumo para os atores em interações “finais” no processo produtivo, mas também – e fundamentalmente – a dimensão das interações entre diversas agências durante a produção, como as ligações intermediárias de produção (e, como veremos adiante, as interações entre trabalhadores e suas firmas) e o problema da mobilidade desses fluxos.

35 Primeiros dois itens derivados de Fujita e Thisse (2009).

36 Rosenthal e Strange (2004).

37 Rigby e Essletzbicher (2002) analisam a presença desse fator aglomerativo em uma região e assinalam a relação positiva entre a concentração de firmas em ligação vertical e a produtividade e eficiência organizacional dessas firmas.

38 Veja Palma e Krafta (2007).

39 Veja Krugman (1991a; 1995); Fujita e Thisse (2009).

40 Veja Harvey (1973); veja os capítulos da primeira seção deste livro, “A segregação sobre o corpo”.

41 Sobre o caso brasileiro, veja Abramo (2001; 2009b).

42 Os elementos para um modelo de síntese de integração pode ser encontrado em www.urbanismo.arq.br/metropolis.

Por Frederico de Holanda

Conheço Vinicius de Moraes Netto desde o exame de sua dissertação de mestrado – *Dinâmica das Classes e o Espaço* – em 1999. Já naquele momento chamava a atenção sua opção por uma reflexão mais abstrata da arquitetura. Não há teoria da arquitetura que prescindia de conhecimento histórico, nem história séria que possa ser feita sem uma teoria que a subjaza. Quanto mais explícitos o embasamento histórico das teorias, e as teorias que subjazem à elaboração das histórias da arquitetura, melhor (o que é feito menos do que desejável). Entretanto, escritos sobre arquitetura variam, e podemos falar em ênfases – na teoria ou na história. Eis a primeira opção do autor: a ênfase de Vinicius é teórica (como ele próprio o explicita).

Em segundo lugar, a arquitetura é pensada e comentada (mesmo que implicitamente) em função de vários *aspectos de desempenho* – as diversas maneiras como ela impacta nossa vida: bioclimaticamente, economicamente, simbolicamente, esteticamente... *socialmente*. Sua segunda opção: Vinicius está preocupado com as relações entre arquitetura e sociedade, mais especificamente em como a essência da arquitetura na escala da cidade – a organização dos seus espaços – relaciona-se com as práticas dos sujeitos sociais. (Prefiro falar na relação *arquitetura x sociedade* que na relação *espaço x sociedade*: a primeira expressão é a um tempo mais abrangente e mais precisa, pois inclui as duas *dimensões* da arquitetura, no que sigo Evaldo Coutinho – a *espacial*, como sua *essência*, tratando de seus elementos-fim, e a *volumétrica*, como sua dimensão *escultórica*, tratando de seus elementos-meio. Mesmo que assim não o diga, Vinicius incorpora crescentemente, no tempo, a reflexão sobre os volumes edificados – como é de desejar). O foco dá unidade a seu trabalho, desde a dissertação de mestrado, passando pela tese de doutorado

(*Communicative Practice and Space: A Reflection on the Materiality of Social Structures*), até os artigos reunidos neste livro, elaborados ao longo de mais de dez anos, desde a conclusão de sua dissertação, em 1999.

O livro está organizado em três blocos – temáticos mais que cronológicos, embora reflitam o percurso intelectual do autor: nos primeiros capítulos predominam assuntos tratados há mais tempo. Os blocos variam em foco mas a mesma vertente teórica perpassa todo o livro. Imediatamente, vemos a filiação a Bill Hillier (seu orientador de tese) e à *Teoria da Lógica Social do Espaço* (ou *Teoria da Sintaxe Espacial*, como prefiro denominá-la); mediamente, aos autores que tratam as relações entre espaço e sociedade como dimensões de um todo estruturado, embora analiticamente distinguíveis: Michel Foucault, Anthony Giddens, Ervin Goffman, William Mitchell e tantos outros. Os blocos são: (1) Sociedades como sistemas de encontro: a segregação sobre o corpo; (2) Sociedades como sistemas de comunicação: espaço, significado e prática social; (3) Sociedades como sistemas de interação material: forma e dinâmica urbana.

Entre o primeiro e o terceiro a distinção é mais clara: no primeiro a ênfase é na sociedade como sistemas de encontros interpessoais (ou sociedade como *artefato*, como prefiro chamar, ela própria um fenômeno espacial); no terceiro, a ênfase é na arquitetura da cidade, primordialmente nos seus espaços, mas ensaiando uma aproximação aos atributos dos *cheios* (os *volumes* construídos – os edifícios), enquanto definem a interface entre os espaços internos dos prédios e os espaços externos urbanos. O segundo bloco está numa zona de transição – e talvez não por acaso se situe aqui: ainda há uma ênfase na sociedade como artefato, mas a referência ao espaço físico como elemento mediador das comunicações intersubjetivas ganha mais atenção. O que se segue abaixo não é um resumo, que não caberia, mas um breve diálogo que (re)estabeleço com Vinicius sobre algumas das ideias centrais do livro – naturalmente as que me parecem mais importantes (ou controversas...).

O título da primeira parte comunica bem seu conteúdo: questões de igualdade ou, mais especificamente, no livro, desigualdade social e como isso não ocorre apenas por mecanismos econômicos, políticos ou ideológicos, de natureza mais abstrata, mas *concretamente* sobre os corpos e a materialidade de sua distribuição no espaço e no tempo – concentrações, dispersões, dispersões concentradas, e de sujeitos seme-

lhantes ou diversos. As sociedades e as sociabilidades – que serão melhor estudadas na segunda parte – reproduzem-se de inúmeras formas, e também pelas maneiras de quem está copresente com quem, onde, quando, fazendo o quê. Ressalto a discussão sobre a segregação social não apenas como fixa no território mas reproduzida pela temporalidade do deslocamento dos sujeitos na cidade, pela qual pessoas diversas (melhor) ou semelhantes (pior) partilham o âmbito público. A análise é disciplinadamente incompleta, e isso é bom: foca os sujeitos e deixa o marco espacial onde a presença ocorre para posterior reflexão. É importante dar-mos conta de que o marco espacial *adicionar*á (como se verá) dimensões de segregação, mas que ela ocorre já na pura e simples configuração da sociedade como artefato – como sistema de encontros.

Na segunda parte estão talvez as contribuições mais originais – e mais controversas... Como a discussão do conceito de “urbanidade”. O texto que assina com Bill Hillier (“Society seen through the prism of space”, cuja tradução pretendeu incluir no livro como “A sociedade sob o prisma do espaço” mas que será publicada depois) desmonta mitos e faz uma ponte interessante com a discussão que se segue, sobre as redes sociais “desmaterializadas”. Desde o Manuel Castells de *A sociedade em rede* virou moda o desprezo pelo espaço concreto da arquitetura das cidades em tempos de TICs (“tecnologias de informação e comunicação”). Em “Society seen through the prism of space” desconstrói-se a ideia ao mostrar-se que as sociedades – todas as sociedades que a história registra – sempre foram *transespaciais*. Aliás, tão mais fortes o foram quanto mais transespacialmente se estruturaram, isto é, mediante redes de relações que ultrapassaram a continuidade física do espaço da vida cotidiana. A discussão coloca espacialidade e transespacialidade nos devidos termos: reafirma a importância da primeira e reconhece o papel estrutural da última. Mais: mostra que a variedade das relações entre as duas dimensões são cruciais na definição de uma tipologia social. (O parentesco com os estudos de William Mitchell, embora não citados no capítulo mas referidos em outros, é evidente, porém com sinal contrário: Mitchell mostra a importância da espacialidade concreta na vida contemporânea, como no belíssimo trabalho *The revenge of place* [A vingança do lugar]).

Em “Society seen through the prism of space” Vinicius me oferece as armas para contestar seu conceito de *urbanidade* (ou melhor, de

urbanidades, como prefere) apresentado em “Urbanidade e a condição do Outro”. Talvez seja um problema das palavras, esses entes imprecisos e traiçoeiros detestados por Bill Hillier (que aliás os utiliza à maravilha...). Talvez não. Diria que o conceito de urbanidade(s), em “Urbanidade...”, é menos um conceito analítico que uma ideia normativa: algo eticamente desejável, do qual ninguém imbuído dos melhores valores democráticos discordará. Contudo, em “Society seen through the prism of space” Hillier e Netto reconhecem a existência histórica de sociedades *urbanas e não urbanas*. Mesmo que não tenha sido o sentido dos autores, podemos fazer uma analogia com o conceito de urbanidade. Nem todas as sociedades exibem *urbanidade*; portanto não se trata apenas de “graus” de urbanidade, ou de urbanidades distintas, mas de ausência de urbanidade, em sociedades altamente assimétricas, desiguais ou mesmo perversas (sim, as há! – se descartarmos o *relativismo* infelizmente em voga, na epistemologia ou nas ciências sociais). Mesmo hoje, em tempos de uniformização crescente nas formações sociais, há marcadas diferenças: não carece explicitar exemplos ao redor do globo de “socialidades hostis, distanciamento social, quebra de comunicação, espaços de violência e repressão” (palavras de Vinicius). Elas são tudo menos sociedades que primam pela urbanidade, em qualquer nível. São algo diverso. E para fenômeno distinto, palavra distinta – mas isso são outros quinhentos... Há que diferenciar um “ethos” almejado de um conceito analítico.

Em meus diálogos com Vinicius, há tempos me queixava da ausência de mais referências empíricas em seus estudos; a ausência fragilizava os argumentos. Com alegria, vejo na terceira parte do livro, particularmente no capítulo “Os efeitos sociais da arquitetura”, não um redirecionamento em seu trabalho, mas um enriquecimento mediante análise das realidades complexas de espaços urbanos brasileiros. A terceira parte pode também ser vista como focando os “padrões espaciais” e seus efeitos nos “sistemas de encontros”, estes últimos objetos da primeira parte e, até certo ponto, da segunda parte do livro. Pode ser vista também como conjunto de estudos exemplares das leis de “tipo três” hillierianas (em “The architecture of the urban object”¹): leis “do espaço para a sociedade”, isto é, aquelas que regem o impacto da configuração arquitetônica (aqui, da cidade) nas socialidades (termo talvez melhor, mais abrangente e mais rigoroso que “comportamentos sociais”); ou, dito de outra forma, estudos de arquitetura (da cidade, de novo) como *vari-*

ável independente; ou, ainda de outra forma, estudos de *desempenho* da configuração urbana (aliás, tema explicitado no título de um dos capítulos, “A forma urbana como problema de desempenho”, que assinou com Romulo KRAFT na publicação original).

Aqui tem, leitor, um livro que discute uma ampla gama de problemas teóricos da arquitetura – e aponta para o seu rebatimento na prática. Contribuindo para o pensamento da *arquitetura como área disciplinar*, também é estimulante nas relações que estabelece, discute e fomenta com as demais humanidades.

Brasília, 6 de abril de 2014.

Frederico de Holanda

Professor Titular

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade de Brasília

Notas

1 Hillier (1989).

Créditos das publicações originais

Gostaria de agradecer aos editores das publicações listadas abaixo, pela permissão para utilização de textos e materiais publicados anteriormente.

“Classes sociais, mobilidades e a apropriação do espaço urbano” é baseado em trabalho originalmente publicado nos *Anais do VIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional* – ENANPUR, 1999 com o título “Retrato Dinâmico da Segregação: Lógicas de Apropriação Social”, 1999.

“Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência” é uma versão revisada do artigo publicado originalmente em *V!rus* vol. 4, 2010, em coautoria com Roberto Paschoalino e Maíra Pinheiro.

“Comunicação e espaço” é uma versão revisada do artigo originalmente publicado como “Comunicação e espaço: o papel da arquitetura e da cidade na associação dos atos” em *Cadernos ProArq* vol. 17, 2011.

“Entre espaços urbanos e digitais” foi publicado originalmente em *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, vol. 3, n.1, 2011.

“Urbanidade e a condição do Outro” foi publicado como “A urbanidade como dever do urbano” em *EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales* e versão anterior publicada no livro *Urbanidades*, organizado por D. Aguiar e V.M. Netto pela Editora Letra e Imagem (2012).

“A (re)conquista da cidade: *polis* e esfera pública” teve versão anterior originalmente publicada em *Cadernos ProArq*, vol. 19, 2012.

“Os efeitos sociais da arquitetura” é uma versão bastante estendida e atualizada de trabalho publicado como “O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão” em *Arquitextos* 079.07, 2006. Tem trechos usados posteriormente em “(Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica”, publicado com Renato Saboya e Julio Vargas em *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, vol. 4, n. 2, 2012. Os títulos desses artigos evidenciam sua relação. O primeiro definiu para mim o problema; o segundo, o método e sua demonstração. Contém ainda uma seção revisada do ensaio “O arquiteto que pensa”, publicado no livro *Bloco(4)* (organizado por A.C. Pellegrini e J. Vasconcellos, 2008).

“A forma urbana como problema de desempenho” é uma versão revisada do artigo publicado em coautoria com Romulo Krafta na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 11, serie 2, 2009.”

“A materialidade da interação econômica” tem publicação aceita em *Cadernos IPPUR* vol. 2, 2009. Esta versão contém pequenos trechos de “A urbanização no coração da economia”, artigo publicado originalmente em *Arquitextos* 126.02, 2010.

PARTE 1 - SOCIEDADES COMO SISTEMAS DE ENCONTRO: a segregação sobre o corpo

Capítulo 1 - A restrição da interação e as tramas do afastamento social

Figura 1 – Fonte: Vaughan et al., 2005; © Sabiha Ahmad, Julho, 1999.

Figura 2 – Fonte: Burgess (1967).

Figura 3 – Fonte: <http://www.r-bloggers.com/schellings-neighborhood-model/>.

Figura 4 – Fonte: Bloch, Carter and McLean, usando dados do American Community Survey, para o New York Times: veja <http://projects.nytimes.com/census/2010/explorer>

Figura 5 – Fonte: Blondel et al. (2008).

Capítulo 3 - Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência

Figura 1 - Fonte: Marques (2012)

PARTE 2 - SOCIEDADES COMO SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO: espaço, significado e prática social

Capítulo 1 - Comunicação e espaço

Figura 1 - Fonte: UCL Space Syntax Limited.

Capítulo 3 - Urbanidade e a condição do Outro

Figura 1 - Imagem por victoriapeckham, sob licença Creative Commons: <http://www.flickr.com/photos/victoriapeckham/164175205/sizes/z/in/photostream/>

Figura 2

Figura 2a: Fonte: Selinger front, 820 F, N.W., Washington, D.C., cerca 1920 – Library of Congress Prints and Photographs Division Washington, D.C. 20540 USA, <http://www.loc.gov/pictures/item/npc2008009720/>; figura

2b: Fonte: por GafoTokyoBlues, <http://www.flickr.com/people/gafo/>; sob licença Creative Commons.

Capítulo 4 – A (re)conquista da cidade: polis e esfera pública

Figura 1 - Fonte: Jean-François Batellier; Le Corbusier, Paris: Plan Voisin, 1925 © FLC/AUTVIS, 2013; Metropolitan Life Insurance Company – em Harvey (1992a).

Figura 2 - Fonte: Osmar Carioca, disponível em <http://k43.pbase.com/o6/79/532679/1/70750075.cvjOBvqX.BarradaTijuca.jpg>.

Figura 3 - Fonte: Jornal do Brasil

Figura 4 - Fonte: Montezuma e Oliveira (2010)/NIMA-PUC

Parte 3 - SOCIEDADES COMO SISTEMAS DE INTERAÇÃO MATERIAL forma e dinâmica urbana

Capítulo 1 – Os efeitos sociais da arquitetura

Figura 2 - Imagens: googlemaps e googlestreetview. Fonte: Netto, Saboya e Vargas (2012).

Figura 3 - Diagramas derivados de Krafta.

Figura 4 - Diagramas derivados de Krafta.

Figura 5 - Imagens: Júlio Vargas. Fonte: Netto, Saboya e Vargas (2012).

Figura 6 - Fonte: Netto et al. (2012).

- Abramo, P. (2001) *Mercado e Ordem Urbana: do Caos à Teoria da Localização Residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Abramo, P. (Org.) (2009a) *Favela e Mercado Informal: A Nova Porta de Entrada dos Pobres nas Cidades Brasileiras*. Porto Alegre: Habitare.
- Abramo, P. (2009b) "A cidade com-fusa: mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino-americanas." In: *Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Florianópolis, 2009.
- Achselrad (2004) "Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.107, p. 25-38.
- Adorno, T.; Horkheimer, M. (1985). *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Aguiar, D. (2003) "Colisões urbanas: continuidades e discontinuidades" *Arquitextos – Vitruvius*, v.032.
- Aguiar, D. (2010) *Alma Espacial – Corpo e o Movimento na Arquitetura*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.
- Aguiar, D.; Netto, V.M. (2012) (Org.) *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Allen, T. (1977) *Managing the Flow of Technology*. Cambridge MA: MIT Press
- Anas, A. (1992) "On the Birth and Growth of Cities: Laissez-Faire and Planning Compared". *Regional Science and Urban Economics* 22(2), p. 243-58.
- Andrade, L. (2012) "Onde está a urbanidade: em um bairro central de Berlim ou em uma favela carioca?" In: Aguiar, D.; Netto, V.M. (Org.) *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Arendt, H. (1987) *A Condição Humana*. Rio de Janeiro. Forense Universitária [1958].
- Aristóteles (1998) *Política*. Tradução do grego por António Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega.
- Asen, R. (1999), "Toward a Normative Conception of Difference in Public Deliberation", *Argumentation and Advocacy* 25 (Winter). p. 115-129.
- Batty, M. (2005) *Cities and Complexity: Understanding Cities with Cellular Automata, Agent-Based Models, and Fractals*. Cambridge: The MIT Press.

- Batty, M. (2007) "Planning Support Systems: Progress, Predictions, and Speculations on the Shape of Things to Come". CASA Working paper 122.
- Batty, M.; Longley, P. (1994) *Fractal Cities: A Geometry of Form and Function*. London: Academic Press.
- Bauman, Z. (1992) *Intimations of Postmodernity*. London: Routledge.
- Bauman, Z. (2001) *Modernidade Líquida*. Zahar: São Paulo.
- Bauman, Z. (2009) *Confiança e Medo na Cidade*. Zahar: São Paulo.
- Beck, U. (1992) *Risk society*. London: Sage.
- Behne, A. (1996) *The Modern Functional Building*. Santa Monica, CA: Getty Research Institute for the History of Art and the Humanities [1926].
- Bertaud, A.; Malpezzi, S. (2003) *The Spatial Distribution of Population in 48 World Cities: Implications for Economies in Transition*, University of Wisconsin, Madison.
- Bergson, H. (2006) *Duração e Simultaneidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bertuglia, C.; Clarke G.; Wilson, A. (Org.) (1994) *Modelling the City: Performance, Policy and Planning*. Routledge, London.
- Black, J. (1997) *The Oxford Dictionary of Economics*. Oxford: University Press.
- Blondel, V.D.; Guillaume, J-L.; Lambiotte, R.; Lefebvre, E. (2008) "Fast unfolding of communities in large networks", *Journal of Statistical Mechanics: Theory and Experiment*, 1742.
- Bolt, G.; Burgers, J.; van Kempen, R. (1998) "On the social significance of spatial location; spatial segregation and social inclusion." *Journal of Housing and the Built Environment*, v. 13, n. 1.
- Bourdieu, P. (1977) *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (1983) "Gosto de classe e estilos de vida". In: *Sociologia*. São Paulo, Ed. Ática, p. 82-121.
- Bourdieu, P. (1989) "Espaço social e gênese das 'classes'". In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.133-161.
- Bourdieu, P. (1996) "Espaço social e espaço simbólico". In: *Razões Práticas, Sobre a Teoria da Ação*. Campinas, SP: Papyrus, p. 13-33.
- Borges, J. L. (1956) "El advenimiento de Buenos Aires" En diario *Crítica, Suplemento Literario Letras Hispano-Americanas*, a cargo de Héctor A. Murena, Buenos Aires, Año XLIV, No 15.121, 30 de noviembre de 1956. Extraído de *Textos recobrados* (1956-1986), Emecé Editores S. A.; 1a edición, Buenos Aires, pp. 29-31.
- Boyer, M. C. (1996) *Cybercities: visual perception in the age of electronic communication*. New York: Princeton Architectural Press.
- Briggs, X. (2003) "Bridging networks, social capital and racial segregation in America". Faculty Research Working Paper Series, John F. Kennedy School of Government, Cambridge, MA.

- Briggs, X. (2005) "Social capital and segregation in the United States" In L.Varady (ed.), *Desegregating the city*, Suny Press, Albany, NY.
- Brun, J.; Rhein, C. (Org.) (1994) *La ségrégation dans la ville*. Paris: L'Harmattan.
- Bruno, F. G.; Kanashiro, M. M.; Firmino, R. J. (Org.) (2010) *Vigilância e Visibilidade: Espaço, Tecnologia e Identificação*. Porto Alegre: Sulina.
- Burgess, E.W. (1928) "Residential Segregation in American Cities." *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 140, The American Negro (Nov.; 1928), p. 105-115.
- Burgess, E.W. (1967) "The growth of the city: an introduction to a research project". In: Park, R.E. et al. (Org.) *The City*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 47-62.
- Burton, E. (2002) "Measuring urban compactness in UK towns and cities." *Environment and Planning B: Planning and Design* 29(2) p. 219-250.
- Buttler, J. (1997) *Excitable Speech*. London: Routledge.
- Cairncross, F. (2001) *The Death of Distance: How the Communications Revolution Will Change Our Lives*. London: Texere.
- Campoli, J. (2012) *Made for Walking: Density and Neighborhood Form*. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Planning.
- Cassirer, E. (1965) *The Philosophy of Symbolic Forms, v.1: Language*. Yale: University Press [1923].
- Cassirer, E. (2012) *Ensaio sobre o Homem*. São Paulo: Martins Fontes [1944].
- Castells, M. (1996) *The Information Age: Economy, Society and Culture*. v.1. The Rise of the Network Society. London: Blackwell.
- Cartwright, N. (2007) *Hunting Causes and Using Them*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chamboredon, J-C.; Lemaire, M. (1970) "Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement." *Revue française de sociologie* vol. 11, 1 (Jan. Mar.; 1970), p. 3-33.
- Chauí, M. (2007) "Contingência e necessidade". In: Novaes, D. (Org.) *A Crise da Razão*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Chen, H.; Jia, B. e Lau, S. (2008) "Sustainable urban form for Chinese compact cities: challenges of a rapid urbanized economy." *Habitat International*, 32, p. 28-40.
- Cintra, M. (2008) "O custo dos congestionamentos em São Paulo." [Estudo da Fundação Getúlio Vargas]. São Paulo: FGV.
- Coelho Netto, J. T. (1979) *A Construção de Sentido na Arquitetura*. São Paulo: Perspectiva.
- Couclelis, H. (1989) "Macrostructure and microbehaviour in a metropolitan area." *Environment and Planning B*. vol. 16.
- Crang, M.; Thrift N. (2000) "Introduction." In: Crang M, Thrift N (Org.) *Thinking Space*. London: Routledge.

- Davidson, D. (1980) *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press.
- Davis, M. (2012) "Chega de chiclete." In: Harvey et al. *Occupy: Movimentos de Protesto que Tomaram as Ruas*. São Paulo: Boitempo.
- Derrida, J. (1995a) *Archive Fever: a Freudian Impression*. Chicago: The John Hopkins University Press.
- Derrida, J. (1995b) *Points: Interviews 1974-1994*. Stanford: University Press.
- Derrida, J. (2001) *Writing and Difference*. London: Routledge [1967].
- Derrida, J. (2005) Entrevista. In: Dick, K.; Kofman, A. *Screenplay and essays on the film Derrida*. New York: Routledge.
- Dewey, J. (1927) *The Public and its Problems*. Oxford: Holt.
- Duck, S. (1992) "What are we trying to develop when we develop a relationship?" In: *Human Societies: a Reader*. Giddens, A. Blackwell Publishers Inc.; Oxford, UK, p. 23-25.
- Durand, G. (1960) *Les Structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Dunod.
- Durkheim, É. (1999) *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes [1893].
- Echenique, M.; Hargreaves, A.; Mitchell, G.; Namdeo, A. (2012) "Growing Cities Sustainably, Does Urban Form Really Matter?" *Journal of the American Planning Association*, 78:2, p. 121-137.
- Eells, E. (1991) *Probabilistic Causality*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press.
- Elliot, A.; Urry, J. (2010) *Mobile Lives*. London: Routledge.
- Fagiolo, G.; Valente, M.; Vriend, N.J. (2007) "Segregation in networks." *Journal of Economic Behavior & Organization*. v. 64, p. 316-336.
- Faria, A. (2010) *Análise Configuracional da Forma Urbana e sua Estrutura Cognitiva*. Tese de Doutorado, PROPUR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Faria, A.; Krafta, R. (2003) "Representing urban cognitive structure through spatial differentiation" In: *Proceedings of 4th Space Syntax International Symposium* (Org.) J. Hanson. London: UCL Press, p. 531-518.
- Farley, R. (1977) "Residential Segregation in Urbanized Areas of the United States in 1970: An Analysis of Social Class and Racial Differences." Source: *Demography*, v. 14, N. 4 (Nov.; 1977), p. 497-518
- Firmino, R.J. (2011) *Cidade Ampliada: desenvolvimento urbano e as tecnologias da informação e comunicação*. São Paulo: ECidade.
- Firmino, R.J.; Duarte, F.; Ultramari, C. (Org.) (2010) *ICTs for Mobile and Ubiquitous Urban Infrastructures: Surveillance, Locative Media and Global Networks*. Hershey: IGI Global.
- Fischer, C.; Y. Shavit (1995) "National differences in network density: Israel and the United States". *Social Networks* 17.2, 129-45.

- Florida, R. (2012) "For Creative Cities, the Sky Has Its Limit." *Wall Street Journal*, 27 jul.
- Florida et al (2010) "The paradox of unlimited choice: place matters more than you think in e-commerce." *Insights*. University of Toronto.
- Fontes, B.; K. Eichner (2004) "A formação de capital social em uma comunidade de baixa renda" [The formation of social capital in a low-income community]. *REDES – Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales* 7.2.
- Forty, A. (2000) *Words and Buildings: A Vocabulary of Modern Architecture*. New York: Thames & Hudson.
- Foucault, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frankl, P. (1968) *Principles of Architectural History: The Four Phases of Architectural Style, 1420-1900*. Cambridge, MA: MIT Press [1914].
- Fraser, N. (1990) "Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy" *Social Text* 25 (26), p. 56-80.
- Freeman, L. (1978) "Segregation in social networks." *Sociological Methods & Research*, v. 6, n. 4, p. 411-429.
- Freeman, L. (2006) *The Development of Social Network Analysis*. Vancouver: Empirical Pres.
- Fujita, M.; Krugman, P. (1995) "When is the economy monocentric? Von Thünen and Chamberlin unified." *Regional Science and Urban Economics*, n. 25, p. 505-528.
- Fujita, M.; Thisse, J-F. (2009) "New Economic Geography: An appraisal on the occasion of Paul Krugman's 2008 Nobel Prize." *Regional Science and Urban Economics*, n. 39, p.109-119.
- Fujita, M.; Thisse, J-F. (2002) *Economics of Agglomeration*. Cambridge: University Press.
- Garateguy, L. (2011) *Rupturas morfológicas em tecidos urbanos: alterações nos padrões relacionais em redes de ruas*. Dissertação de mestrado, PROPUR/UFRGS.
- Gadamer, H-G (1977) *Philosophical Hermeneutics*. Berkeley, USA: University of California Press.
- Garfinkel, H. (1967) *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Gehl, J. (2011) *Life between buildings: using public space*. Washington, DC: Island Press.
- Gibson, J. (1979) *The Ecological Approach to Visual Perception*. Boston: Houghton-Mifflin.
- Gibson, W. (1991) *Neuromancer*. São Paulo: Aleph [1984].
- Giddens, A. (1984) *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1987) *Social Theory and Modern Sociology*. Cambridge: Polity Press.
- Giddens, A. (1990) *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press.

- Giddens, A. (1991) *Sociología*. Madrid: Alianza Editorial.
- Glaeser, E. (2010) *The triumph of the city: how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier and happier*. New York: Penguin.
- Glaeser, E.; Kallal, H.; Scheinkman; Shleifer, A. (1992) "Growth in cities". *Journal of Political Economy*, 100, p. 1126-1152.
- Goffette-Nagot, F. (2000) "Urban spread beyond the city edge" In: J-M Huriot and J-F Thisse (Org.) *Economics of Cities: Theoretical Perspectives*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Goffman, E. (1967) *Ritual de la Interacción*. ETC, Buenos Aires.
- Goffman, E. (1992) "Focused interaction and unfocused interaction". In: *Human Societies: a Reader*. Giddens, A. Blackwell Publishers Inc; Oxford, UK, p. 14-17.
- Gonzales, M.; Hidalgo, C.; Barabási, A-L. (2008) "Understanding individual human mobility patterns". *Nature* 453, p. 479-482.
- Gordon, P.; Ikeda, S. (2011) "Does density matter?" In: Andersson, D.; Andersson, A.; Mellander, C. (Org.) *Handbook of Creative Cities*. [S.l.] Edward Elgar Pub.
- Gravonetter, M. (1973) "The strength of weak ties" *American Journal of Sociology*, n. 81, p.1.287-1.303.
- Gregory, D. (1994) *Geographical Imaginations*. Oxford: Blackwell.
- Grosseti, M. (2005) "Where do social relations come from? A study of personal networks in the Toulouse area of France." *Social Networks* 27.4, 289-300.
- Grosseti, M. (2007) "Are French networks different?" *Social Networks* 29.3, 391-404.
- Guatelli, I. (2012) *Arquitetura dos Entre-lugares: Sobre a Importância do Trabalho Conceitual*. São Paulo: Senac.
- Guest, M.; Weed, J.A. (1976) "Ethnic Residential Segregation: Patterns of Change." *American Journal of Sociology*, v. 81, n. 5 (Mar.; 1976), p. 1.088-1.111
- Habermas, J. (1972) *Knowledge and Human Interest*. Toronto: Beacon Press [1968].
- Habermas, J. (1984a) *The Theory of Communicative Action*. v. 1. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1984b) *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1987) *The Philosophical Discourse of Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1997) *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas (2001) *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Litera Mundi.
- Habermas, J. e Ratzinger, J. (2007) *Dialética da secularização*. São Paulo: Ideias & Letras.

- Hägerstrand, T. (1970) "What about People in Regional Science?" *Regional Science Association Papers*, v. XXIV, p. 7-21.
- Hägerstrand, T. (1983) "In search for the sources of concepts." In: Buttimer, A.; (Org.) *The Practice of Geography*. London: Longman, pp. 238-256.
- Hägerstrand, T. (1984) "Escapes from the Cage of Routines. Observations of Human Paths, Projects and Personal Scripts." In: Long, J.; Hecock, R.; (Org.) *Leisure, Tourism and Social Change*. Dunfermline College of Physical Education, pp. 7-19.
- Hägerstrand, T. (1985) "Time-geography: Focus on the Corporeality of Man, Society, and Environment." In: *The Science and Praxis of Complexity*. Tokyo: The United Nations University. pp. 193-216.
- Haken, H.; Portugali, J. (2003) "The face of the city is its information." *Journal of Environmental Psychology*, v.23, Issue 4, p. 385-408.
- Hall, P. (1998) *Cities and Civilization: Culture, Innovation, and Urban Order*. London: Phoenix Giant.
- Hansen, W.G. (1959) "How accessibility shapes land use." *Journal of the American Institute of Planners*. v. 25, Issue 2.
- Harris, C. (1954) "The market as a factor on the localization of industry in the United States." *Annals of the Association of American Geographers*, n. 64, p. 315-348.
- Harvey, D. (1973) *Social Justice and the City*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Harvey, D. (1982) *The Limits to Capital*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Harvey, D. (1992a) *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, D. (1992b) "Social justice, postmodernism and the city." *International Journal of Urban and Regional Research* 16.
- Harvey, D. (2006) "The Political Economy of Public Space". In Low, S. and Smith, N. (Org.) *The Politics of Public Space*. New York: Routledge.
- Harvey, D. (2012a) "Os rebeldes na rua: o partido de Wall Street encontra sua nêmis." In: Harvey et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, D. (2012b) *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London: Verso.
- Hathaway (1991) Haraway, D. (1991) "A cyborg manifesto: sciente, technology and socialist feminism in the late twentieth century." In: Haraway, D. *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. London: Free Association Books, p.149-181.
- Hauser, G. (1998) "Vernacular Dialogue and the Rhetoricity of Public Opinion", *Communication Monographs* 65 (2), p. 83-107.
- Heidegger, M. (1962) *Being and Time*. New York: Harper & Row.

- Heidegger, M. (1966) *Discourse on Thinking*. New York: Harper & Row
- Heidegger, M. (2002) *Identity and Difference*. New York: Harper & Row [1969].
- Heidegger, M. (2009) *Introdução à Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Henderson, J. V. (1974) "The sizes and types of cities." *American Economic Review*, n. 64, p. 640-656.
- Henderson, J. V. (1988) *Urban Development. Theory, Fact and Illusion*. Oxford: University Press.
- Henderson, J. V. (2003) "Marshall's scale economies." *Journal of Urban Economics*, n. 53, p. 1-28.
- Henderson, J. V.; Shalizi, Z.; Venables, A.J. (2001) "Geography and development." *Journal of Economic Geography*, n. 1, p. 81-105.
- Hillier, B. (1989) "The Architecture of the Urban Object." *Ekistics*, v. 56, n. 334/335, p. 5-21.
- Hillier, B. (1996) *Space is the Machine*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hillier, B. (2001) "A theory of the city as object; or, how the social construction of space is mediated by spatial laws." In: *Proceedings of the Third Space Syntax Symposium*, Atlanta: GeorgiaTech.
- Hillier, B.; Hanson, J. (1984) *The Social Logic of Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hillier, B.; Penn, A.; Hanson, J.; Grajewski, T.; Xu, J. (1993) "Natural movement: or configuration and attraction in urban pedestrian movement." *Environment and Planning B*, v. 19, p. 38-54.
- Hillier, B.; Iida, S. (2005) "Network and psychological effects in urban movement". In: Cohn, A.G.; Mark, D.M. (Org.) *Spatial Information Theory: COSIT 2005, Lecture Notes in Computer Science*. Berlin: Springer-Verlag, number 3693, p. 475-490.
- Hillier, B.; Sahbaz, O. (2005) "High resolution analysis of crime patterns in urban street networks: an initial statistical sketch from an ongoing study of a London borough" – disponível como Hillier (2007) "Beyond the Hot spot" <http://www.ipam.ucla.edu/programs/chs2007/>
- Hitchcock, C. (2011) "Probabilistic Causation." *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2011 Edition)*, Edward N. Zalta (ed.); :
- Holanda, F. (2000) "Class footprints in the landscape." *Urban Design International*, n. 5, p.189-198.
- Holanda, F. (2002) *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Holanda, F. (2003) *Arquitetura & Urbanidade* (org.). São Paulo: ProEditores Associados Ltda.
- Holanda, F. (2012) "Urbanidade: arquitetônica e social." In: Aguiar, D.; Netto, V.M. (Org.) *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.

- Honneth, A (1987) "Work and Instrumental Action." *New German Critique*, n. 26, Critical Theory and Modernity, p. 31-54.
- Hotelling, H. (1929) "Stability in competition." *Economic Journal*, n. 39, p. 41-57.
- Hume, D. (2001) *Tratado da Natureza Humana: Uma Tentativa de Introduzir o Método Experimental de Raciocínio nos Assuntos Morais*. São Paulo: Editora UNESP [1739].
- Husserl, E. (1976) *Logical Investigations*. London: Routledge.
- Isard, W. (1956) *Location and Space-economy: A General Theory Relating to Industrial Location, Market Areas, Land Use, Trade, and Urban Structure*. London: Chapman & Hall.
- Jacobs, J. (1969) *The Economy of Cities*. New York: Random House.
- Jacobs, J. (2000) *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes [1961].
- Jackson, M. O. (2007) "Social Structure, Segregation, and Economic Behavior." Nancy Schwartz Memorial Lecture.
- Kern, A.P, et al. (2007) "Relação entre área e custo de empreendimentos de habitação de interesse social." In: *Anais do V Sibrapec - Simpósio Brasileiro de Gestão e Economia da Construção*. Campinas.
- Koning, A. (2009) "Gender, Public Space and Social Segregation in Cairo: Of Taxi Drivers, Prostitutes and Professional Women." *Antipode*, v. 41 n. 3, p. 533-556.
- Kracauer, S. (1990) "Über Arbeitsnachweise: Konstruktionen eines Raumes" In: *Schriften*, Bd.5
- Krafta, R. (1991) *A Study of Intraurban Configurational Development*. Cambridge University, PhD Thesis.
- Krafta, R. (1994) "Urban convergence: morphology and attraction." *Environment and Planning: Planning and Design B*, v. 23.
- Krafta, R. (1996) "Modelling Intraurban configurational development." *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 21, p. 67-82.
- Krafta, R. (2012) "Impressões digitais de urbanidade". In: Aguiar, D.; Netto, V.M. (Org.) *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Krafta, R.; Netto, V.M.; Lima, L.(2011) "Urban built form grows critical." *Cybergeo: European Journal of Geography*, 565.
- Krüger, M. (1979) "An approach to built-form connectivity at an urban scale: variations of connectivity and adjacency measures amongst zones and other related topics." *Environment and Planning B*, 6 (3), p. 305-320.
- Krugman, P. (1991a) "Increasing returns and economic geography" *Journal of Political Economy*, n. 99, p. 483-499.
- Krugman, P. (1991b) *Geography and Trade*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Krugman, P. (1995) *Development, Geography, and Economic Theory*. Cambridge, MA: The MIT Press.

- Krugman, P. (1996) *The Self-organizing Economy*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Krugman, P. (1998) "What's new about the New Economic Geography?" *Oxford Review of Economic Policy*, n. 14, p. 7-16.
- Latour, B. (1999) "On recalling ANT". In: Law, J.; Hassard, J. (Org.) *Actor-Network Theory and After*. Oxford: Blackwell, p. 15-25.
- Latour, B. (2004) *Reassembling the social: an introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: University Press.
- Law, J. (1999) "After ANT: complexity, naming and topology." In: Law, J.; Hassard, J. (Org.) *Actor-Network Theory and After*. Oxford: Blackwell, p. 1-14.
- Lee, R., D.; Ruan, G. (2005) "Social structure and support networks in Beijing and Hong Kong". *Social Networks* 27.3, 249-74.
- Lee C-M.; Culhane, D. P. (1998) "A perimeter-based clustering index for measuring spatial segregation: a cognitive GIS approach." *Environment and Planning B: Planning and Design*, v. 25, p. 327-343.
- Lefebvre, H. (1991) *The Production of Space*. Oxford: Blackwell [1974].
- Lemos, A. (2010) "Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade." *Urbe*. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.2, n.2, p.155-166.
- Leopoldo e Silva, F. (2007) "Política como moralidade: a banalização da ética." In: Novaes, A. (Org.) *O Esquecimento da Política*, Rio de Janeiro: Agir.
- Lévi-Strauss, C. (2008) *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac-Naify [1958].
- Lévi-Strauss, C. (2012) *A Antropologia Diante dos Problemas do Mundo Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras [2011].
- Ley, D. (1978) "Social geography and social action." In: D Ley, M Samuels (Org.) *Humanistic Geography: Prospects and Problems*. Chicago: Maaroufa Press.
- Liberson, S. (1961) "The Impact of Residential Segregation on Ethnic Assimilation", *Social Forces*, v. 40, n. 1 (Out.; 1961), p. 52-57.
- Lim, B. C. (2009) *Translating Time: Cinema, the Fantastic, and Temporal Critique*. Durham: Duke University Press.
- Lipovetsky, G. (2004) *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla.
- Lonkila, M. (2010) "The importance of work-related social ties in post-soviet Russia: the role of co-workers in the personal networks in St. Petersburg and Helsinki." *Connections* 30.1, 46-56.
- Lorsse, A. (2007) *Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul - 2003*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Low, S.; Smith, N. (2006) (Org.) *The Politics of Public Space*. New York: Routledge.
- Luhmann, N. (1995) *Social Systems*. Stanford: Stanford University Press [1984].
- Luhmann, N. (2002) *Theories of Distinction: Redescribing the Descriptions of Modernity*. Stanford: University Press.

- Lynch, K. (1960) *The image of the city*. Cambridge: The M.I.T. Press.
- Mackie, J. L. (1974) "Causes and conditions." In: *The Cement of the Universe: A Study of Causation*. Oxford: University Press.
- Maloutas, T. (2004) "Segregation and residential mobility spatially entrapped social mobility and its impact on segregation in athens." *European Urban and Regional Studies* 11(3), p. 195-211.
- Maloutas, T. (2007) "Segregation, Social Polarization and Immigration in Athens during the 1990s: Theoretical Expectations and Contextual Difference." *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 31, n. 4, p. 733-758.
- Maly, M. (2009) *Beyond Segregation: Multiethnic and Multiracial Neighborhoods in the United States*. Temple University Press, Philadelphia.
- Mandel, E. (1975) *Late Capitalism*. London: Verso.
- March, L. (Org.) (1976) *The Architecture of Form*. Cambridge: University Press.
- March, L.; Steadman, P. (1971) *The Geometry of Environment*. Cambridge: MIT Press.
- Marques, E. (2010) *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*. São Paulo: Unesp.
- Marques, E. (2012) "Social segregation, networks and poverty in São Paulo." *International Journal of Urban and Regional Research* v.36, n.5, p. 958-979.
- Marshall, A. (1920) *Principles of Economics*. London: MacMillan.
- Martin, L. (1967) "Architects' approach to architecture". *RIBA Journal*.
- Martin, L. e March, L. (Org.) (1972) *Urban Space and Structures*. Cambridge: University Press.
- Massey, D. (1984) *Spatial Divisions of Labour*. London: Macmillan.
- Massey, D.S.; Denton, N.A. (1988) "The Dimensions of Residential Segregation." *Social Forces*, v. 67, n. 2 (Dec.; 1988), p. 281-315.
- McCahill, C.; Garrick, N. (2012) "Automobile use and land consumption: empirical evidence from 12 cities". *Urban Design International* 17, p.221-227.
- Medeiros, V.; Holanda, F. (2008) "A configuração espacial como estratégia para o planejamento urbano". 5º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia. *Anais eletrônicos*.
- Menzies, P. (1989) "Probabilistic Causation and Causal Processes: A Critique of Lewis," *Philosophy of Science*, 56, p. 642-63.
- Merleau-Ponty, M. (1994) *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes Editora [1953].
- Mill, J. S. (2002) *A System of Logic*. Honolulu: University Press of the Pacific [1843].
- Mitchell, W. (1995) *City of Bits: Space, Place, and the Infobahn*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Monteiro, C.; Cavalcanti, R. (2012) "A face noturna da cidade: dinâmica socio-espacial, morfologia e segurança das atividades noturnas no bairro de Boa

- Viagem, Recife". In: *Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Natal: UFRN.
- Montezuma, R.; Oliveira, R. (2010) "Os ecossistemas da Baixada de Jacarepaguá e o PEU das Vargens". *Arquitextos* 116.
- Morrill, R. (1972) *The Spatial Organization of Society*. Belmont: Duxbury Press.
- Moultrie, J.; Nilsson, M.; Dissel, M.; Haner, U.; Janssen, S.; Lugt, R. (2007) "Innovation Spaces: Towards a Framework for Understanding the Role of the Physical Environment in Innovation". *Creativity and Innovation Management*, Vol. 16, 1, p. 53-65.
- Myrdal, G. (1957) *Economic Theory and Underdeveloped Regions*. London: Duckworth.
- Nagle, J. (2009) "Sites of Social Centrality and Segregation: Lefebvre in Belfast, a 'Divided City.'" *Antipode* 41 Issue 2, p. 326-347.
- Nakamura, R. (2008) "Changes in Agglomeration Economies and Linkage Externalities for Japanese Urban Manufacturing Industries: 1990 and 2000." RIETI Discussion paper.
- Name, L. (2012) "Da rede à rua: notas sobre novas tecnologias de informação e comunicação, mobilização social e manifestações políticas no espaço público." In: Pedro, R.; Rheingantz, A. (Org.) *Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro: ProArq.
- Netto, V.M. (2005) "Is architecture an active part of life? From the form-function paradigm to space as context to practice." *Arquiteturarevista*, v.1.
- Netto, V.M. (2007) *Communication and Space: A Reflection on the Materiality of Social Structures*. PhD Thesis, University College London.
- Netto, V.M. (2008a) "Practice, space, and the duality of meaning" *Society and Space – Environment and Planning D*, v. 26, p. 359-379.
- Netto, V.M. (2008b) "Morfologias para uma sustentabilidade arquitetônico-urbana". In: *NUTAU 7o Seminário Internacional: O Espaço Sustentável*. São Paulo, Universidade de São Paulo
- Netto, V.M.; Krafta, R. (1999) "Segregação dinâmica urbana: modelagem e mensuração." *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.1, p.133-152.
- Netto, V.M.; Krafta, R. (2001) "Socio-spatial networks: social segregation as a real-time phenomenon". In: *Proceedings of the 3rd International Space Syntax Symposium*. Atlanta, GeorgiaTech.
- Netto, V.M.; Krafta, R. (2010) "Urban form as a problem of performance: from indicators of urban features to systemic indicators of actual performance." In: *Proceedings of the 4th URBENVIRON International Seminar on Environmental Planning and Management*.
- Netto, V.M.; Saboya, R.T.; Vargas, J.C.; Figueiredo, L.; Freitas, C.; Pinheiro, M. (2012) "The convergence of patterns in the city: (isolating) the effects of architectural morphology on movement and activity". In: *Proceedings of the 8th International Space Syntax Symposium*. Santiago, Universidad Católica de Chile.

- Netto, V.M.; Vargas, J.C.; Saboya, R.T. (2012) "(Buscando) Os efeitos sociais da morfologia arquitetônica" *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 4, n. 2.
- Newman, O. (1996) *Creating Defensible Space*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development [1972].
- Newman, P.; Kenworthy, J. (1989) *Cities and automobile dependence: An international sourcebook*. Aldershot: Gower.
- Norberg-Schulz, C. (1980) *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli.
- Novaes, A. (2007) (Org.) *O Esquecimento da Política*, Rio de Janeiro: Agir.
- O'Brien, R. (1992) *Global Financial Integration: The End of Geography*. London: Clapham House.
- Palma, N.; Krafta, R. (2001) "Specific Centralities Spatial configuration linked to socioeconomic complementarity between urban spaces." In: *Proceedings of the 3rd International Space Syntax Symposium*.
- Palma, N.; Krafta, R. (2007) "Potential model: transformation and socioeconomic relationship under a complexity science approach." In: *Proceedings of the 10th International Conference on Computers in Urban Planning and Urban Management*.
- Pancs, R.; Vriend, N. (2007) "Schelling's spatial proximity model of segregation revisited." *Journal of Public Economics*, v. 91, p. 1-24.
- Park, R. E. (1936) "Succession, an Ecological Concept." *American Sociological Review*, v. 1, n. 2 (Abr.; 1936), p. 171-179.
- Park, R. E. (1967) *On Social Control and Collective Behavior*. Chicago: University of Chicago Press.
- Parsons, T. (1956) *Economy and Society: A Study in the Integration of Economic and Social Theory*. London: Routledge.
- Parsons, T. (1972) *The System of Modern Societies*. New Jersey, USA: Englewood Cliffs.
- Penn, A.; Hillier, B.; Banister, D.; Xu, J. (1998) "Configurational modelling of urban movement networks." *Environment and Planning B*, v. 25, n. 1, p. 59-84.
- Penn, A.; Desyllas, J.; Vaughan, L. (1999) "The space of innovation: interaction and communication in the work environment" *Environment and Planning B*: 26(2), p. 193-218.
- Perlatto, F. (2012) "Habermas, a esfera pública e o Brasil." *Revista Estudos Políticos* 4.
- Polidori, M.; Krafta, R. (2004) "Environment – urban interface within urban growth" In: *Proceedings DDSS*.
- Portugali, J.; Bensenon, I.; Omer I. (1994) "Socio-Spatial Residential Dynamics, Stability and Instability in a Self-Organizing City." *Geographical Analysis* 26, 4, p. 321-340.
- Portugali, J.; Casakin, H. (2003) "Information communication and the design of cities" In: *Proceedings of the Conference on Creating Communicational Spaces*. Ed J Frescara (Edmonton, Canadá).

- Poulantzas, N. (1978) *State, Power, Socialism*. London: Verso.
- Quillian, L. (2002) "Why Is Black-White Residential Segregation So Persistent? Evidence on Three Theories from Migration Data." *Social Science Research* 31, p. 197-229.
- Rapoport, A. (1982) *The Meaning of the Built Environment*. London: Sage.
- Ratti, C.; Raydan, D.; Steemers, K. (2003) "Building Form and Environmental Performance: Archetypes, Analysis and an Arid Climate." *Energy and Buildings*, 35:1, p. 49-59.
- Rauber, A.; Krafta, R. (2010) "Measuring urban sprawl and environmental sustainability". In: *Proceedings of the 4th URBENVIRON International Seminar on Environmental Planning and Management*.
- Reckwitz, A. (2002) "Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing". *European Journal of Social Theory*, 5 (2) p. 243-263.
- Rezende, V.; Leitão, G. (2003) "Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, a Avaliação dos Ideais Modernistas Após Três Décadas." In: *Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil*. São Carlos, USP.
- Ribeiro, L.C.Q. (2000) "Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro." In: Ribeiro, L.C.Q. (Org.) *O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan/Observatório.
- Ribeiro, R.; Holanda, F. (2006) "Proposta para análise do índice de dispersão urbana." *Cadernos Metrôpole* 15, p. 49-70 1.
- Ricoeur, P. (2010) *Tempo e Narrativa, Vol. 3: O Tempo Narrado*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Rigby, D.; Essletzbichler, J. (2002) "Agglomeration economies and productivity difference in U.S. cities" *Journal of Economic Geography*, n. 2, p. 407-432.
- Rodríguez-Pose, A.; Crescenzi, R. (2009) "Montanhas em um mundo plano – porque a proximidade ainda importa para a localização da atividade econômica." *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v. 1, n. 2.
- Rosenthal, S.; Strange, W. (2004) "Evidence on the nature and sources of agglomeration economies." In: Henderson, J.V.; Thisse J.-F. (Org). *Handbook of Urban and Regional Economics*. New York: North Holland, n. 4, p. 2.119-2.171.
- Rossi, A. (1995) *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Russell, B. (1996) *History of Western Philosophy*. Oxon: Routledge [1946].
- Saboya, R. T.; Netto, V.M.; Vargas, J. C. (2013) "Tipologias edilícias e vitalidade urbana: um estudo de caso em florianópolis." In: *Anais do XV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional*. Recife: UFPE.
- Santaella, L. (2010a) *A ecologia pluralista da comunicação*. São Paulo: Ed. Paulus.
- Santaella, L. (2010b) "Revisitando o corpo na era da mobilidade." In: Lemos, A. e Josgrilberg, F. (Org.) *Comunicação e mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil*. Salvador: Editora da UFBA.

- Santos, C.N.; Vogel, A.; Mello, M.A. (1985) *Quando a rua vira casa*. São Paulo: Projeto.
- Santos, M. (1996) *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp.
- Sassen, S. (2001) *The Global City*. 2 ed. Princeton: University Press [1991].
- Schatzki, T. (1996) *Social Practices. A Wittgensteinian Approach to Human Activity and the Social*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schelling, T.C. (1969) "Models of segregation". *American Economic Review, Papers and Proceedings* 59, p. 488-493.
- Schelling, T.C. (1971) "Dynamic models of segregation". *Journal of Mathematical Sociology* 1 (2), p. 143-186.
- Schelling, T.C. (1978) *Micromotives and Macrobehavior*. Norton: New York.
- Schechner, R. (1988) *Performance Theory*. London: Routledge.
- Schneck, E. R. et al. (2012) "Volumetria em empreendimentos habitacionais de interesse social: impactos no custo e em aspectos de habitabilidade." In: *Anais do 2º Congresso Internacional de Sustentabilidade e habitação de interesse social*. Porto Alegre: PUC.
- Schütz, A.; Luckmann, T. (1973) *The Structures of the Life-World*. v.1. Evanston: Northwestern University Press [1959].
- Scocuglia, J.B. (2012) (Org.) *Cidade, Cultura e Urbanidade*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- Scott, A. J. (1993) *Technopolis*. Berkeley: University of California Press.
- Scott, A. J. (1995) "The geographical foundation of industrial performance." *Competition and Change*, n. 1, p. 51-66.
- Searle, J.R. (1969) *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: University Press.
- Sennett, R. (1999) *O Declínio do Homem Público: As Tiránias da Intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras [1977].
- Sennett, R. (2012) *Juntos: os Rituais, os Prazeres, e a Política da Cooperação*. São Paulo: Record [2012].
- Silva, A. S. (2006) "Do ciber ao híbrido: tecnologias móveis como interfaces de espaços híbridos." In: Araújo, D.C. (Org.) *Imagem (ir) realidade: comunicação e cibernética*. Porto Alegre: Sulina.
- Simmel, G. (1950) "The metropolis and mental life". In: *The Sociology of Georg Simmel*, New York: Free Press [1911].
- Simonsen, K. (1991) "Towards an understanding of the contextuality of social life." *Environment and Planning D: Society and Space*, 9, p. 417-32.
- Singh, A.; Vainchtein, D.; Weiss, H. (2009) "Schelling's Segregation Model: Parameters, scaling, and aggregation." *Demographic Research*, v. 21, p. 341-366.
- Soja, E. (1992) *Geografias Pós-Modernas: a Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

- Soja, E. (2000) *Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions*. Oxford: Blackwell.
- Soja, E. (2001) "In different spaces." In: *Proceedings of III International Space Syntax Symposium*. Atlanta: GeorgiaTech Press.
- Souza, F. (2009) *Métodos de planejamento urbano: projetos de land readjustment e redensolvimento urbano*. São Paulo: Paulo's Comunicação.
- Storper, M.; Salais, R. (1997) *Worlds of Production: Action Frameworks of the Economy*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Sullivan, L. (1956) *The Autobiography of an Idea*. New York: Dover Publications [1924].
- Tângari, V.; Andrade, R.; Schlee, M. (2009) *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro, Proarq/UFRJ.
- Tauber, K.T.; Tauber, A.F. (1964) "The Negro as an Immigrant Group: Recent Trends in Racial and Ethnic Segregation in Chicago." *American Journal of Sociology*, v. 69, n. 4 (Jan.; 1964), p. 374-382.
- Thrift, N. (1983) "On the determination of social action in space and time." *Environment and Planning D: Society and Space* 1, p. 23-57
- Thrift, N. (1996) *Spatial Formations*. London: Sage.
- Thrift, N. (2008) *Non-representational Theory: Space, Politics, Affect*. New York: Routledge.
- Tonkiss, F. (2005) *Space, the City and Social Theory: Social Relations and Urban Forms*. Cambridge: Polity Press.
- Torrens, P. (2008) "A toolkit for measuring sprawl", *Applied Spatial Analysis and Policy*, v. 1, p. 5-36.
- Townsend, A. (2003) *Wired / Unwired: The Urban Geography of Digital Networks*. PhD Dissertation.
- Trigueiro, M. (2012) "Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada." In: Aguiar, D.; Netto, V.M. (Org.) *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Tschumi, B. (1996) *Architecture and Disjunction*. Cambridge MA: The MIT Press.
- Tuan, Y. (1977) *Space and Place: The Perspective of Experience*. London: Edward Arnold.
- Urry, J. (2000) *Sociology Beyond Societies: Mobilities for the Twenty-First Century*. London: Routledge.
- Urry, J. (2007) *Mobilities*. London: Polity.
- Vargas, J. C. (2003) "Densidade, paisagem urbana e vida da cidade: jogando um pouco de luz sobre o debate porto-alegrense." *Arquitextos*, v. 39.
- Vaughan, L.; Geddes, I. (2009) "Urban form and deprivation: A contemporary proxy for Charles Booth's analysis of poverty." *Radical Statistics*, 98.
- Villaça, F. (1998) *Espaço Intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute.
- Viollet-le-Duc, E. (1973) *Discourses on Architecture*. Boston: Milford House.

- Virilio, P. (1991) *Lost Dimension*. New York: Semiotext(e).
- Vivan, M.; Saboya, R. T. (2012). "Arquitetura, espaço urbano e criminalidade: relações entre espaço construído e segurança com foco na visibilidade". In: *Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Natal: UFRN, 2012
- Wasserman, S.; Faust, K. (1994) *Social Network Analysis: Methods and Applications*. New York: Cambridge University Press.
- Weber, A. (1909) *Theory of the Location of Industries*. Chigago: University of Chicago Press.
- Weber, M. (1958) "Religious rejections of the world and their directions." In: H.H. Gerth and C.W. Mills (Org.) *From Max Weber*. New York.
- Weber, M. (1978) *Economy and Society Vol.1*. Berkeley: University of California Press [1920].
- Weber, M. (1985) *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira Editora.
- Weigert, A. (2010) "Metatheoretical theses on identity, inequality, time, and hope: toward a pragmatic cosmopolitanism." *Journal for the Theory of Social Behaviour*.
- Werlen, B. (1992) *Society, Action, and Space: An Alternative Human Geography*. London: Routledge.
- Wheaton, W. C. (1982) "Urban Spatial Development with Durable but Replaceable Capital." *Journal of Urban Economics* 12, p. 53-67.
- Williams, K.; Burton, E.; Jenks, M. (Org.) (2000) *Achieving sustainable urban form*. E & F N Spon.
- Wilson, W. (1987) *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass and public policy*. University of Chicago Press, Chicago.
- Wilson, A. (2008) "Urban and regional dynamics - 1: a core model." *CASA Working Paper Series*. London, n.128.
- Wirth, L. (1938) "Urbanism as a way of life." *The American Journal of Sociology* XLIV: 1.
- Wittgenstein, L. (2001) *Philosophical Investigations*. London, Blackwell [1953].
- Woodward, J. (2003) *Making Things Happen: A Theory of Causal Explanation*. Oxford: Oxford University Press.

Índice remissivo

- afastamento social 22, 23, 39, 41, 46, 59, 61, 62, 84
- ação
- caminhos de, 91, 102, 103, 104, 105, 118, 119, 123
 - complementaridade da, 101, 102, 104, 116, 119, 123, 270, 307
 - comunicativa, 50, 159; *veja* Habermas
 - instrumental (*zweckrational*), 61, 65, 234; *veja* Weber
 - contextualidade da, 130, 133
 - definição de, 50, 135
 - estrutura espacial da, 68
 - social, 50, 71, 72, 135, 157, 170, 209, 225, 235; *veja* Weber
- Actor-Network Theory*, 134, 182
- aderência entre ato e espaço, *veja* espaço
- aleatoriedade do encontro ou interação, 21, 34, 102, 104, 115-119, 122, 123, 140, 151, 157, 159, 160, 167, 180, 183, 184, 307
- alteridade
- coexistência e bem-*vir* da, 194, 218
 - convergência da, 27, 220, 222
 - descoberta da, 205
 - desobjetivação da, 62, 85
 - estranhamento e rejeição da, 203, 216, 220, 240, 247, 303
 - experiência da, 195
 - identidade e, 200
 - invisibilização da, 22, 41, 62, 63, 65, 88
 - reconhecimento do outro em sua, 201, 203, 204, 212; *veja* Outro
 - urbanidade e, 206, 208, 218
- ambiente construído, 134, 265, 311
- anomia, 228, 236, 240, 253, 255, 259; *veja* Durkheim
- apropriação social do espaço, 22, 23, 26, 32, 63, 72-85
- apropriação corporal, 72
- apropriação negativa do espaço, 246
- classes sociais e, 23, 67, 68, 72
- complexidade da, 26, 68, 82
- diluição da, 29, 32
- dissolução do uso social das ruas, 284
- expressão política e, 28
- mobilidade e, 75-77, 82
- morfologias da, 73, 75-77, 82
- padrões de, 23, 68, 72, 74-85
- potenciais de, 82
- redes segregadas da, 71, 83-85
- segregação e, 23, 73
- Arendt, Hannah, 51, 208, 230, 241, 256
- Aristóteles, 216, 225, 246, 256, 277
- associação
- comunicativa da prática, 24, 127, 128, 131-137, 153, 158
 - da prática ou dos atos, 19, 24, 25, 30, 65, 128, 132, 134-139, 145-158, 181, 209
 - dissociação, 180, 208, 211
 - força da associação impressa no espaço urbano, 155-157, 166
 - impulso à associação, 220
 - momento da, 153, 181
- ato
- discursivo, 127, 143, 160
 - performativo, 143, 160
- traços espaciais das relações entre atos, 35, 90, 104, 116, 120, 138, 144, 157, 181, 207
- Bauman, Zygmunt, 65, 86, 224, 240, 244
- Bedeutung*, 24, 225; *veja* Sinn; significado
- Bergson, Henri, 124, 191, 192, 194, 195, 198, 199, 206, 219, 225
- Bourdieu, Pierre, 23, 48, 49, 52, 55, 58, 62, 63, 193, 202
- Brasília, segregação em, 81, 94, 110
- Burgess, Ernest, 43, 44, 46, 64, 130
- caleidoscópio urbano, 13, 69-71, 167, 192, 195, 197, 198, 200
- caminhos de ação, 91, 102-105, 118, 119, 123; *veja* ação
- campo de percepção, 193, 204, 206, 217
- campo social, 23, 49, 50, 51, 55, 57, 58, 59, 62, 67, 73, 85, 88, 120, 180, 192, 202, 208-214, 233, 249, 255, 286
- cartografia
- da ação, 130
 - das apropriações, 85, 108
 - da trama de presenças, 85
 - das redes de segregação, 108
 - temporal, 115
- causalidade, 32, 99, 157, 168, 295-308, 313, 314, 323, 325-327, 360, 384
- circular e cumulativa, 375
 - relação causal, 121, 295-304
- Chakrabarty, Dipesh, 26, 198, 222
- Ciberespaço, 164-166, 170, 174-177, 180, 182-186; *veja* redes digitais
- condição ontológica do, 184
- cidade
- a reconquista da, 29, 227, 229, 254, 257
 - como articulação entre tempos passado, presente e futuro, 19, 195, 197, 198, 374, 378
 - como forma de complexidade social, 26, 122, 179, 184, 193
 - como estrutura espacial e temporal da experiência, 19, 191, 195, 196, 198
 - como meio de interação dos diferentes, 19, 84, 104, 206, 211
 - como *milieu* da realidade social e material, 16, 20
 - como sistema mnemônico, 19, 154
 - como sistema referencial, 19, 25, 34, 151, 154, 169, 175
 - digital, 163
 - fim da, 158, 183
 - na integração do mundo social, 20, 203, 206, 208, 211, 220
 - na ligação entre o humano e o mundo, 20, 208
- classes sociais, 23, 39, 42, 44, 51, 55, 57, 60, 63, 67, 72, 96, 200
- apropriação e; *veja* apropriação social do espaço urbano
 - conflitos, distância e convergências entre, 45, 61, 62, 64, 85, 87-89, 93, 108, 111-113, 120, 214; *veja* rede social
 - definição de, 49, 122
 - equidade e, 340-342

- estilo de vida e, 49, 73, 77, 286; *veja habitus*
 mobilidade e; *veja* mobilidade
 redes operando no interior de, 57-59, 63, 95, 96,
 100; *veja* rede social
 segregação e, *veja* segregação
- coexistência
 condição urbana da, 83, 87-89, 91, 103, 112, 114,
 119, 120
 direito, justiça e ética da, 205, 217-220
 urbanidade e, 194, 197, 200, 206, 211, 215, 217,
 222
- complexidade, redução da, 26, 122, 179
 complexificação do mundo social, 26, 164, 175, 178
 complementaridade, 101, 102, 104, 116-119, 123,
 270, 307, 347, 375, 385, 388
- comportamento espacial, 105, 122, 361
- comunicação
 como meio da associação; *veja* associação
 contexto e, 127-129, 133-135, 138, 138, 143-145,
 149, 154, 159, 176, 223
 espaço e, 24, 127
 livre de coerção, 27, 218, 219; *veja* Habermas
 livre de restrição, 212, 213, 218
 riscos de ruídos na, 145
- condução metodológica da vida, 235
- conectividade como propriedade ontológica, 161,
 172, 174, 176, 181
- conectividade da rede de ruas, 166, 320, 339, 362,
 363
- conexão
 da prática ou entre atos, 115, 116, 136, 138, 146,
 149, 153, 154, 156, 173, 182, 213, 215, 331, 347,
 385, 395
 entre prática e espaço, 142, 155, 224
 entre passado e presente, 197, 200
 espaço como; *veja* espaço
 significado como, 24, 25, 136, 146-149, 155, 176,
 177, 181
- conhecimento
 pré-discursivo ou intuitivo, 150, 152, 223
 discursivo ou teórico, 243, 244, 255, 256, 259, 265,
 269, 289, 299, 319, 322, 325, 327, 332, 333, 350
 transmissão de, 374, 375, 382, 394
 do mundo social, 52, 55, 57, 59, 96, 152, 169, 206,
 224, 339, 343
 urbano, 32, 33, 76, 77, 82, 150, 318, 339, 343, 351-
 354, 357, 359, 360, 364, 383, 384
- contexto
 da comunicação, 143-145, 149, 154, 223, 224, 302
 social ou da vida social, 31, 49, 51, 58, 61, 84, 300,
 303
 contextualidade, 116, 130, 133
 espaço como, 21, 128, 129, 133, 135, 138, 139, 144,
 149, 154, 168-170, 176, 178, 207, 223, 268, 301
 contingência, 16, 20, 21, 116, 117, 137, 157, 167, 185,
 306, 308, 309, 315, 323, 326, 327, 360, 367, 384
 cooperação, 102, 135, 152, 176, 201, 219, 225, 233,
 241, 252, 344
- copresença, 20, 22, 23, 26, 40, 47-60, 83, 91, 92, 100-
 103, 112, 113, 115, 120, 130-133, 167, 180, 198,
 204, 207, 211-215, 218, 224, 233, 246, 261, 277,
 281-283, 286, 313, 355
- corpo
 a centralidade do corpo e o espaço digital, 26, 172,
 181-184
 apropriação e; *veja* apropriação corporal
 copresença e, 20
 considerações ontológicas do, 26, 30, 131, 134,
 172, 174, 177, 181-184
- espaço e, 172, 178; *veja* considerações ontológicas
 identidade e, 39, 40, 119
 indivisibilidade do, 181
 mediação do, 30, 34, 40, 157, 167, 184
 movimento do, 22, 119, 130, 141, 159, 172, 174
 o retorno ao, 181-183
 segregação e; *veja* segregação sobre o corpo
 tensão entre formas construídas manifestada sobre
 o, 31
- corporeidade
 do ato ou da prática, 30, 31, 135, 136, 181
 do encontro, 22
 da comunicação e da interação, 23, 117, 120, 133,
 135, 157, 167, 168, 181, 182
- crescimento urbano, 349, 353, 361, 370-373, 394
- Davis, Mike, 228, 253
- Derrida, Jacques, 27, 134, 194, 216, 218, 222, 278
- deseconomia, 346, 387
- desempenho urbano, 249, 251, 252, 276, 285, 318,
 322, 325-327, 329, 333, 335, 338, 339, 351, 353,
 367, 388, 393, 395
- desencantamento do mundo, 235, 259
- desigualdade
 social, 58, 92, 97, 121, 201, 202, 217, 219, 390
 espacial entre regiões, 373, 378
- determinismo
 arquitetônico, 306, 311
 na relação causa-efeito, 297, 313
 tecnológico, 165
 territorial, 96, 97
- devir do urbano, 26, 27, 189, 194, 216, 219, 220, 222
- dialética socioespacial, 130, 277, 278, 301-304, 311
- diferenciação entre atividades econômicas, 371, 377
- diferenciação espacial, 117, 118, 142, 156, 166, 167,
 307, 337, 340, 345, 346; *veja* heterogeneidade
- diferenciação social
 classes e campos sociais, 49, 60, 192; *veja* classes
 sociais
 distância e, 63, 193; *veja* distância social
 formação das identidades e, 26, 192, 200, 201-203,
 205; *veja* identidade
 formação de redes sociais e, 68, 200
 impulso à, 202
 forças de, 199, 200, 235
 rotinização e, 60
 segregação e, 45, 46, 48, 316
 tensões da, 201-203, 219, 220
 transcendência momentânea das diferenças, 203
- dinâmica social, 45, 47, 53, 202, 355
- dinâmica urbana, 30, 101, 309, 318, 319, 324, 326-
 328, 337, 338, 349, 354, 398
- disjunção do encontro, 99, 100, 119, 200
- dispersão urbana, 323
- distância social, 23, 39-41, 45-47, 60-62, 67, 85, 87,
 88, 103, 120
- diversidade
 de atividades econômicas, 32, 248, 283, 284, 286,
 290-292, 294, 295, 304, 310, 357, 375, 391, 392,
 394
 na troca comunicativa, 159, 183, 208, 242, 304, 306
 social, 29, 64, 87, 94, 96, 99, 111, 179, 193, 196,
 211, 217, 218, 242, 245-247, 248, 253, 256, 387
 urbana, 118, 211, 220, 245, 250, 251, 255, 265,
 275, 283, 286, 352, 388, 394
 urbanidade e, 27, 217
- divisão espacial do trabalho, 101, 130, 160
- dualidade do significado, 147, 148, 160
veja significado referencial, referencialidade

- Durkheim, Émile, 52, 132, 228, 234, 236, 256, 259, 304
- economia espacial, 33, 101, 107, 117, 130, 277, 278, 283, 286, 295, 305, 312, 365-387, 392
crítica da espacialidade dos modelos da, 372, 380-384
economias de localização ou economias Marshall-Arrow-Romer, 374, 375, 384, 386, 387, 389, 391, 394
economias de aglomeração, 370, 373, 375, 381, 384; *veja* efeitos aglomerativos
economias de urbanização ou economias Jacobs, 374, 375, 384, 386, 387, 389, 391, 394, 395
- economia local, 32, 283, 304, 310, 325, 338, 346, 355, 366-370, 374, 380, 383, 386, 388
- economia urbana, 99, 274, 278, 355, 361, 368, 371, 381-384, 388-389
- efeito de mercado local (*home market effect*), 377, 394
efeitos aglomerativos, 130, 372, 379, 384, 391, 392
marshallianos, 373-375, 379, 387-389; *veja* economias de localização ou economias Marshall-Arrow-Romer
expandidos pelo mercado, 375-379, 389-391
efeitos sociais da arquitetura, 31, 32, 252, 265, 269, 272, 276, 277, 285, 286, 292, 295, 297, 300, 306, 308, 309, 312, 315
efeitos externos, 271, 288, 311
efeitos informacionais, 270
efeitos internos, 269, 270, 317
- encontro
aleatoriedade do, 21, 34, 104, 115-119, 122, 140, 159, 167, 180, 183, 184
disjunção do; *veja* disjunção do encontro
imprevisibilidade do, 117
probabilidade do, 57, 59, 61, 67, 116-119, 123
serialidade do, 52, 91
- equidade, 33, 317, 318, 325, 328, 337-342, 346, 351, 352, 359, 367, 369, 390, 391
- Escola de Chicago, 41, 64
- esfera pública, 218, 227
condição urbana da, 232
constituição comunicativa da, 231, 232, 255; *veja* Habermas
dicotomias entre público e privado, 230, 240, 256, 257
definição de, 230-233
diluição da, 28, 29, 227, 228, 230, 252
ética e, 253-255
manifestação da esfera pública no espaço urbano, 28, 29, 218, 228, 230, 247
modalidades de, 232-233
política do cotidiano e, 230, 253, 254
política deliberativa e, 256
polis e, 27, 255
racionalização do espaço e, 230, 233-239, 241, 242, 245, 254, 256, 257
- espacialidade, 19, 20, 30, 33, 35, 131, 134, 140, 156, 157, 161, 167, 184, 185,
como dado estruturante da experiência, 183, 192, 193, 197, 200, 205, 208
da ação ou da comunicação, 47, 67, 90, 133, 137, 144, 150, 156, 157, 159, 166, 173, 197, 213
do encontro, 118, 199
das redes sociais, 90, 97
da segregação, 41, 42, 45, 46, 63, 84, 209
efetiva; *veja* mundo ao meu alcance
labiríntica, 167
na imaginação, 150
transespacialidade, 172
- urbanidade e; *veja* urbanidade
- espaço
aderência entre ato e, 30, 279, 280, 305
como contexto; *veja* contexto
como conexão, 24, 138, 139, 146, 169, 173, 179, 207
como meio da associação, 138-139, 145-152, 154, 169, 179, 181, 209, 213, 306, 383
como meio de comunicação; *veja* comunicação
como informação social, 139-145, 147, 151, 152, 169, 215, 222, 223, 383
como meio de integração da realidade social, 26, 131, 148, 164, 184, 210
como manifestação da esfera pública; *veja* esfera pública
como memória ontológica, 198
como lugar, sistema, condição, estrutura ou tecido ontológico, 148, 153, 155, 172, 174, 181, 183, 184
como sistema referencial, 25, 34, 151, 154, 169
como tecido da conectividade dos atos, 207
corpo e; *veja* corpo; corporeidade
desdobramento do espaço em espaço urbano, 191, 305
digital, 164, 170, 172, 185; *veja* redes digitais
discursivo, 231, 232; *veja* linguagem
fusão entre ato e espaço no significado compartilhado, 148
público, 28, 31, 32, 78, 80, 81, 86, 94, 180, 190, 213, 218, 227-230, 232, 239, 241, 245, 246, 248, 251-253, 255, 257, 261, 269, 271, 272, 274-276, 278, 280-287, 289-292, 302, 304, 308, 309, 313, 315, 338, 355; *veja* apropriação; esfera pública
linguagem e, 153, 154
público e privado, 29, 229, 230, 239, 241, 255, 257
referencial, 155, 158, 170; *veja* espaço como sistema referencial
relação referencial entre prática e, 282
semântico, 143, 159; semantizado, 143, 151, 157, 169, 207
semiótico, 142, 154, 169
sintático, 287
traços de significados construídos no espaço pela prática, 142, 144, 145
estética, 266-268, 300, 319
ética, 227, 258, 259
banalização da, 227
da coexistência, 205, 217, 220
da política, 242
da urbanidade, 255; *veja* urbanidade social e urbana, 218-221, 253, 255, 258
- ethos, 27, 194, 216-219, 255, 256; *veja* urbanidade
- externalidades; *veja* efeitos aglomerativos
ambientais, 314, 319, 320, 323, 328, 351, 356, 358, 395
da ação econômica, 130, 368, 373
da urbanização, 317, 326, 330, 332, 345, 348, 349, 363
de escala, 323
Jacobs, 394
marshallianas, 373, 374, 394; externalidades da aglomeração na produção, 373; das ligações entre firmas, 379, 395
pecuniárias, 130, 373, 379, 395; *veja* economia espacial
- fenomenologia, 68, 130, 206, 266
forças aglomerativas, 373, 376, 378; *veja* economia espacial
forças de dispersão ou centrífugas, 377; *veja* economia espacial

forma construída, 282, 335, 336, 357
 forma urbana, 31, 32, 42, 130, 134, 150, 167, 191, 244, 249, 257, 274, 280, 284, 306, 314, 316, 317, 323, 326, 334, 335, 339, 343, 348, 366, 379
 Forty, Adrian, 130, 155
 Foucault, Michel, 7, 29, 130, 134, 238, 239
 Freeman, Linton, 23, 39, 40, 47, 48, 193, 363
 função, 31, 130, 140, 174, 260, 266, 268-270
 futuro urbano, 221

geografia humana, 130, 131, 159, 223, 278, 365
gestalt, 266
 gesto, 30, 48, 135, 195, 199, 200, 215, 223-225, 279, 305
 Gibson, William, 164, 180
 Giddens, Anthony, 7, 23, 40, 48, 59, 51, 52, 91, 101, 116, 130, 133, 137, 139, 212, 224, 225, 393, 398
 Goffman, Erving, 23, 48, 50, 51, 398
 Gravonetter, Mark, 344

habitus, 47-51, 58-60, 68, 70, 77, 79
 Habermas, Jürgen, 25, 27, 28, 48, 50, 65, 128, 135, 136, 159, 193, 194, 215, 218, 225, 229, 231, 232, 234, 236, 256, 259
 Hägerstrand, Torsten, 199, 312
 Hall, Peter, 165
 Harvey, David, 62, 63, 121, 128, 130, 131, 228-230, 259, 363
 Heidegger, Martin, 27, 86, 130, 189, 191, 193, 205, 218, 222
 heterogeneidade, 74, 99, 116-118, 123, 134, 150, 152, 195, 196, 209, 278, 288, 296, 306, 361, 373, 382
 Hillier, Bill, 23, 91, 130, 132, 158-160, 223, 278, 311, 315
 hipermodernidade, 161, 170, 173, 174
 Holanda, Frederico de, 81, 94, 95, 110, 130, 224, 275
 homofilia
 definição de, 47
 esferas de sociabilidade e, 94
 grau de, 94, 95, 97
 localismo e, 93-95
 mobilidade e, 96-99
 pobreza e, 94, 96-99
 segregação e, 95-99, 111
 homologia
 entre estrutura de classes sociais e a relação centro-periferia, 45, 131
 entre estrutura da atividade e estrutura física do espaço, 140, 159
 entre redes sociais e redes espaciais, 70, 71
 Hume, David, 295, 296, 300, 301, 308
 Husserl, Edmund, 147, 160, 196, 224

Kant, Immanuel, 145, 191, 231, 236, 268
 Kracauer, Siegfried, 7, 196
 Krugman, Paul, 130, 156, 259, 368, 378, 380, 381, 389, 393-395

identidade
 experiência da, 193, 196, 218
 diferença das identidades, 218, 219; *veja* alteridade
 formação da, 39, 192, 200, 201-203, 205
 identificação, 132, 202; *veja* diferenciação social
 reconhecimento da, 34, 41, 120, 180, 186, 218, 242; *veja* alteridade
 identidade da cidade
 como qualidade espacial, 339, 352
 e urbanidade, 215, 216
 identidade das coisas, 147, 148

imaginação espacial, 32, 47, 365
 imaginação sociológica, 47, 201, 393
 indicadores, 32, 33, 318-320
 de desempenho, 322-361; *veja* desempenho urbano
 de propriedades, 322-325, 334, 335
 de segregação, 96, 102
 causalidade e probabilidade, 325-327
 informação social; *veja* espaço
 integração social, 40, 47, 48, 51, 52, 58, 86, 91, 204, 224, 232
 a cidade na integração social, 52, 204, 208, 210; *veja* urbanidade
 desintegração social, 210
 espaço e, 89, 130, 204, 209, 210, 212, 214
 interação social
 aleatoriedade da, 21, 34, 117-119, 122, 140, 151, 159, 167, 180, 183, 184; *veja* encontro
 ciberespaço e, 180, 183, 184,
 interação focada, 48, 51, 55, 58; *veja* Goffman
 interação instrumental, 51
 interação não instrumental, 60
 na reprodução e integração social, 21, 34, 116, 119, 140, 151, 159, 180
 restrição da interação, 22-24, 39, 41, 46-48, 51, 53, 59, 67, 74, 77, 85, 88, 97, 99, 202, 203, 208-213, 218, 342; *veja* segregação sobre o corpo
 intersubjetividade, 50, 51, 135, 205, 398
 invizibilização da alteridade; *veja* alteridade

Jacobs, Jane, 130, 239, 274, 275, 286, 312, 364, 365, 375, 380, 388, 389, 394, 395; *veja* economia espacial

l'avenir, 218
 Latour, Bruno, 130, 134, 158, 224,
Lebenswelt, 196
 Lefebvre, Henri, 29, 72, 128, 130, 131, 159, 223, 228, 236, 237, 239, 241, 246, 259, 260, 267
 Lévi-strauss, Claude, 21, 130
 Lim, Bliss Cua, 192, 195, 220
 linguagem, 50, 127, 135
 espaço e, 24, 25, 143, 146, 148, 153-155, 157, 158, 209, 331
 comunicação e, 127
 contexto e, 159, 223
 corpo e, 50
 esfera pública e, 232
 limites da, 319-322
 sociedade e, 24, 183, 209
 localismo, 93, 95, 98, 99, 109; *veja* homofilia
 Luhmann, Niklas, 25, 121, 122, 128, 135, 137, 160, 175, 176, 178, 185, 208, 220, 223-225

lugar
 apropriação, segregação e, 39, 40, 42, 74, 75, 77, 81, 83, 84, 89, 94, 100, 104, 112, 113, 119
 como conexão, 129, 138, 139, 146, 148, 149, 168, 177
 como contexto da ação, 25, 67-73, 84, 109, 116, 130, 135, 138, 139, 144, 145, 149, 168
 como espaço referencial e significativo, 25, 147, 148, 151, 169, 176, 179, 182
 como *topoi* ou convergência em redes, 20, 68-73, 91, 92, 97, 99, 100, 103, 175, 177, 182
 comunicação, associação e, 128, 129, 134, 136, 139, 144, 145, 148, 149, 169, 179, 181
 de reconhecimento do Outro, 23
 concreto, 25, 26, 63, 72, 103, 162, 164, 172, 173, 177
 de encontro ou socialização, 40, 60, 83, 89, 91, 92, 94, 109, 117

- do sujeito, 181, 182
 eletrônico, 25, 162, 164, 166, 173, 177, 180, 186;
veja ciberespaço
 híbrido, 134, 171
 memória e, 145, 150, 193, 195, 197, 198
- March, Lionel, 130, 265, 272-274, 303, 312
 Marshall, Alfred, 130, 368, 373-375, 379, 380, 388, 389, 394
 Martin, Leslie, 130, 265, 272-274, 303, 312
 Marx, Karl, 131, 234, 259
 materialidade, 20, 21, 24-26, 33, 35, 56, 137, 139, 148, 149, 164, 167, 198, 208, 210, 211, 220, 221, 222, 312, 329, 330, 332, 365, 367, 378, 381, 395
 diferenças de materialidade como fator da relação prática-espaço, 148, 161, 162, 164, 174, 175, 177, 181, 184, 258, 282, 301, 302, 304, 315, 393
 da comunicação, 233
 trama de, 19, 20, 175, 181, 319
- Marques, Eduardo, 65, 81, 94, 95, 97, 98, 110, 121, 313, 363
 Mitchell, Bill, 164, 171, 185, 398, 399
 microeconomia, 210, 355, 358, 371, 384, 387, 392
 vida e trocas microeconômicas, 33, 130, 271, 272, 283-285, 287, 289, 308, 310, 315, 345, 354-357, 364, 372, 388, 392
- mobilidade, 22, 23, 25, 99
 mobilidade social, 46, 64
 modelo de zonas urbanas, 43; *veja* Escola de Chicago
 modernidade, 173, 196, 198, 229, 231, 233, 234, 236-238, 247, 254;
 modernização, 28, 233, 234, 236, 237
 movimento pedestre, 32, 75, 76, 90, 93, 105-108, 113, 285, 290-299, 310, 313, 316
 multiplicidade como propriedade ontológica, 25, 161, 174, 307, 323
- mundo
 desencantamento do; *veja* desencantamento do mundo
 estrutura ontológica do, 181, 183, 184
 virtualização crescente do, 172
 ao alcance, 154, 173, 175
 entendimento topológico, 175
- mundo da vida, 130, 196, 200, 201, 206; *veja* *Lebenswelt*
 mundo social,
 complexificação do, 175, 178
 divisão do, 45, 61, 63, 230
- New Economic Geography*, 389, 394; *veja* Krugman
- nodalidade
 urbana, 68-70, 73, 83, 92, 103, 105, 109
 em tramas da prática, 181, 182
- Occupy Wall Street*, 28, 227, 228, 253
- ontologia
 como um horizonte da teoria urbana, 221
 estrutura ontológica do mundo social, 175; *veja* mundo
 eterno presente e, 175
 urbanidade e, 208
- opacidade, 142, 329
 ilusão da, 267
- Outro
 conceito hegeliano de, 200
 descerramento do, 205, 206
 orientação ao, 27, 205, 218, 219; *veja* Heidegger
 reconhecimento do Outro em sua alteridade; *veja* alteridade
- padrão
 de apropriação, 23, 68, 72, 74, 77, 79, 80-82, 85, 86, 89-93, 96, 100, 113, 114, 118, 119, 120, 122 – *veja* apropriação social do espaço
 de encontro 23, 48, 91, 118, 120, 132, 224, 362
 de formação das redes pessoais, 91; *veja* rede social
 de localização, 83, 99, 101, 117, 130, 345, 368, 388, 391, 395
- Park, Robert, 41, 42, 44, 46, 64, 130
 Parsons, Talcott, 183, 209, 224
path development, 378
 percepção; *veja* campo de percepção
 planejamento urbano, 32, 238, 310, 325, 334, 391
 pobreza, 94-97, 121, 247
 segregação, homofilia e mobilidade, 96-99
 reprodução da, 96, 97, 99
- política
 deliberativa, 256, 261; *veja* esfera pública
 do cotidiano, 27, 228, 230-232, 253, 255; *veja* esfera pública
 esquecimento da, 28, 227-229, 261; *veja* esfera pública
- pós-modernidade, 20, 173
- prática
 associação da; *veja* associação
 conectividade sem fim da, 149; *veja* conexão;
 referencialidade
 desdobramento entre espaços urbanos e digitais, 25, 161
 efeitos relacionais do espaço sobre a, 157, 167
 passagem da prática à prática social, 48, 50, 118, 132, 136, 150, 155, 157, 167, 206, 207, 283, 344
 relação referencial entre prática e espaço; *veja* referencialidade
 privilégio locacional, 341, 345, 381, 390; *veja* vantagens locacionais
- probabilidade
 de constituição de grupos e redes, 49, 52, 57, 59-62, 92, 96, 119, 123
 do encontro; *veja* encontro
 uso de indicadores e; *veja* indicadores
 teoria da probabilidade, 296, 297, 300, 301, 304, 308
 teoria probabilística dos efeitos da arquitetura, 32, 287, 288, 295, 306, 308, 309, 313
- produção do espaço, 72, 107, 131, 156, 166, 179, 185, 228, 229, 240, 241, 244, 248, 256, 257, 304
- racionalidade, 29, 234-237, 254
 econômica, 237
 estratégica, 28, 29, 50
 instrumental e não instrumental, 50, 259
 substantiva e formal, 235
 tecnológica, 237
 urbana, 254
- racionalização
 do espaço, 28, 130, 131, 228-230, 233, 236-241, 245, 249, 250, 254, 257, 259
 microrracionalização do espaço, 28, 248, 252
 societal, 28, 29, 228-230, 233-238, 241, 249, 251, 257
 vetores da, 254; *veja* esfera pública
- recursividade
 da prática, 21, 62, 101, 102, 118, 122, 123, 168
 do encontro, 68, 98, 104, 118, 120, 180, 184
- redes digitais, 161-164, 166, 170, 174-184, 233, 258
 redes eletrônicas, 54, 163, 171, 173, 176, 181, 183, 375

- redes telemáticas, 19, 25, 162, 166, 173, 176, 177, 182-184
- rede social
 como padrão de conexões sociais, definição, 53
 como emaranhado de ações, encontros e relações entre atores, 183, 191
 espacialização de, 70, 89, 116
 formação, 57, 59, 68, 90, 91, 93, 95, 99, 103, 120, 173
 grau de sobreposição de, 23, 53, 57-60, 108, 109, 111-116, 118, 120, 122, 161, 342
 homologia entre redes sociais e espaciais; *veja* homologia
 mapas dinâmicos, 56, 85, 104-106
 operando no interior de classes sociais, 57, 63, 77
Social Network Analysis, 47, 54, 56, 345; *veja* topologia
- referencialidade, 31, 153, 177, 181
 relação referencial entre prática e espaço, 282, 312
 sistema referencial, 25, 34, 151, 154, 169; *veja* espaço
veja significado referencial
- relação sociedade-espaço, 24, 47, 118, 131, 144, 362
 abordagens da, 129-135
- relacionalidade inerente, 134, 148, 168
 relação inerente entre prática e espaço, 118, 155, 156, 209, 301, 367
- relações espaciais, 41, 42
- relações sociais
 materializadas no espaço-tempo, 41, 44, 89
 estabilidade das, 52, 80, 98, 123, 131
 geração das, 20, 48, 50, 63, 92, 180, 184
 relações trabalhador-firma, 369, 387, 389
- reprodução social, 21, 24, 25, 49, 50, 60, 88, 116, 118, 132, 133, 153, 154, 158, 164, 170, 179, 183, 185, 186, 201, 225, 304, 366, 367
- res publica*, 253
- alheamento em relação a, 239-241
- Ricoeur, Paul, 192, 195, 197, 222
- Rio de Janeiro, 29, 32, 39, 81, 94, 104, 214, 225, 230, 249, 250, 312, 314
 efeitos da arquitetura, 276, 287, 314
 níveis de acessibilidade, 288, 289, 293, 314
- Rossi, Aldo, 130, 142, 197
- Rotinização, 48, 51, 52, 60, 62, 63, 101, 136, 241
- São Paulo
 segregação territorial em, 81, 95
 redes sociais em, 81, 94, 110
- Santos, Carlos Nelson dos, 225, 247, 275, 311
- Santos, Milton, 130, 224
- segregação
 cartografias da; *veja* cartografia
 como restrição da interação; *veja* interação
 dinâmicas de, 44, 85, 91
 e distância social; *veja* distância social
 segregação etnorracial, 44, 46
 segregação espacial, 39, 40, 42, 95-97, 99, 107, 108, 201, 212, 337,
 segregação residencial, 43, 44, 363
 segregação sobre o corpo, 39-41, 50, 51, 63, 67, 72, 83, 85, 88, 89, 103, 104, 109,
 segregação social, 16, 22, 40, 43, 44, 59, 62, 64, 73, 96, 97, 99, 113, 316
 segregação territorial, 22, 40, 47, 65, 84, 87, 96, 99, 111, 121, 342
 mapa dinâmico da, 56, 85, 104-106
- Sennett, Richard, 86, 225, 246
- serialidade; *veja* encontro
 significado
 ação e, 50, 65, 225, 234, 235, 259; *veja* Weber
 como conexão entre ato e espaço, 25, 34, 146, 147, 155, 176, 177, 181, 204, 207, 209, 223
 como conteúdo social, 69, 127, 142, 151, 155, 169, 176
 como identidade, 147
 como informação ou unidade semântica, 24, 25, 30, 127, 133-136, 142-146, 158, 169, 176, 184, 223
 conotativo e denotativo, 142, 143, 145, 154, 320, 321
 contextuais, 177, 223
 complexidade e, 178, 179, 184
 no sentido kantiano de imanência, 127
 no sentido wittgensteiniano, como produzido pela prática, 142-145, 148, 150, 151, 159, 168, 169, 176, 177, 182, 223, 329
 no sentido husserliano de indicação, 147, 159, 224
 significado referencial, 25, 147, 148, 152, 153, 157, 168, 169, 177, 179, 181, 182, 223; *veja* referencialidade
 traços de significados construídos no espaço, 142-145, 148, 150, 153, 154, 176, 177, 182, 207, 209, 329
veja dualidade do significado
- Simmel, Georg, 46, 64, 196, 236, 237
Sinn, 65, 225; *veja* *Bedeutung*; significado; *ação*
 sistemas de comunicação, 24, 30, 34, 120, 125
 sistemas de encontro, 22, 24, 34, 37, 40, 91, 130, 132
 sistemas de interação material, 30, 34, 263
 sistema referencial; *veja* espaço como sistema referencial
- sistema social, 48, 51-58, 70, 116, 151, 167, 168, 184, 320, 330, 339, 345, 350, 357, 358
- sistema urbano, 325, 328, 330-336, 340, 344-346, 350, 351, 356-358
- simultaneidade
 de eventos e de fluxos, 25, 53, 56, 161, 174, 175, 323; *veja* Bergson
- sincronicidade
 e complementaridade das ações, 101, 102, 116, 123
 sincronia e assincronia, 101, 102, 104, 114-118, 198, 345
 síncope, 119, 200
- sociabilidade
 esferas de, 94, 95, 110; *veja* homofilia
- socialidade, 61, 65, 67, 88, 103, 153, 157, 167, 171, 174-176, 179, 194, 203, 214, 216, 219, 221, 222, 244, 282, 284, 312, 354, 355, 358, 362, 364
- socialização, 24, 40, 54, 58, 67, 70, 81, 135, 136, 163, 173, 180, 187, 205, 207, 213, 217
- sociedade e espaço; *veja* relação sociedade-espaço
- Soja, Edward, 64, 68, 130, 164, 277, 278, 305
- solidariedade mecânica e orgânica, 52, 132, 304; *veja* Durkheim
- sujeito, 31, 68, 134, 161, 165, 172, 173, 175, 187, 193, 199, 201-206, 217, 231, 236, 240, 242, 266-268
 centralidade do sujeito atuante no lugar, 26, 164, 172, 181-184
- teleologia, 16, 219, 270
- temporalidade
 das ações cotidianas, 45, 173, 174, 195-199, 210, 223, 241
 da experiência urbana, 195-197, 199, 200, 206, 302
 heterotemporalidade, 196
 nas abordagens à segregação, 22, 44-47, 64
 no enfrentamento da distância, 199
 urbana, 195, 198, 302, 304

- Thrift, Nigel, 130, 134, 165, 185
- tipologia
- arquitetônica, 32, 250, 251, 265, 275, 302, 303, 312, 323
 - tipos de ação em Weber, 50, 65; *veja* Weber, Max
 - tipo arquitetônico, 32, 284, 290, 297-299, 303, 310, 314, 316
- topoi*, 20, 195-197
- topologia
- da rede de ruas; *veja* conectividade
 - da rede digital, 164, 166, 172, 174, 185
 - do espaço arquitetônico, 141
 - do espaço social, 40, 49, 52-54, 59, 62, 67
 - entendimento topológico do mundo, 175
 - trajetos da ação, 22, 23, 85; *veja* caminhos da ação
 - transespacial, 80, 92, 172, 174-176, 181, 315, 399
 - Tschumi, Bernard, 130, 159, 278
- Urbanidade
- atos de urbanidade amalgamados no espaço, 220
 - como civilidade do convívio, 190, 194, 200, 217
 - como coexistência e bem-*vir* das alteridades, 194, 203, 217, 219
 - como copresença dos diferentes modos de ser, 198, 204, 207
 - como convergência das alteridades, 27, 200, 202, 206
 - como devir do urbano, 26, 27, 189, 216, 219, 220, 22
 - como efeito do espaço, 193, 211
 - como entrelace de atos, atores e lugares
 - como experiência do mundo e do outro, 192-194, 196, 199, 200
 - como imersão na diversidade comunicativa, 206, 208, 218, 220
 - como resultado e meio da integração social, 52, 206, 208, 210, 211
 - como transcendência momentânea de diferenças, 193, 203
 - conceito de, 26, 190, 192
 - condição material da, 194, 211-213
 - diferentes urbanidades, 27, 193, 194, 214-216
 - dimensões fenomenológica, comunicativa e ontológica da, 26, 193, 204, 206-08
 - esfera pública e, 218
 - espacialidade e espaços da, 26, 193, 211-213
 - ethos da, 194, 217-221
 - reconhecimento do outro em sua alteridade e, 206, 208, 218
 - reprodução do urbano e,
 - temporalidade e, 197, 198, 206, 220; *veja* temporalidade
 - traços de, 192
 - urbanidades passadas, presentes e futuras, 197, 198, 219, 220
 - urbanização, 237, 244-252, 254, 274, 314, 317, 322, 358, 373, 378, 386, 387
 - vantagens locacionais, 345, 347, 371, 390, 391
 - vida social, 21, 27, 31, 40, 45, 47, 48, 62, 63, 65, 68, 70, 73, 84, 89, 92, 100, 101, 117, 129, 131, 132, 166, 215, 217, 220, 221, 232, 239, 241, 255, 260, 268-272, 274, 284, 285, 301, 303, 310, 315, 317, 354, 355
 - visualidade, 31, 142, 266-269
 - vitalidade
 - social, 130, 291, 294
 - urbana, 32, 190, 266, 274, 291, 314, 336
 - Weber, Alfred, 156, 375, 393
 - Weber, Max, 28, 50, 65, 135, 136, 223, 225, 228, 234-237, 256, 259, 375
 - Weigert, Andrew J., 193, 201
 - Wirth, Louis, 130
 - Wittgenstein, Ludwig, 145, 148, 159, 185, 214, 223

Vânia Möller
edição eletrônica
51 3209.5044 - 9705.7605
vaniamoller@terra.com.br

Composto especialmente para a Editora Meridional em
Constantia e impresso na Gráfica Pallotti.

as tramas da prática e seus espaços

Em nosso universo de pesquisa acelerado e empiricamente orientado, é raro termos em mãos um livro teórico que mereça nossa pausa e reflexão, especialmente se escrito por um jovem acadêmico (e autores colaboradores) que teve o cuidado de amadurecê-lo por uma década antes de nos oferecê-lo. O aparato conceitual de Vinicius M. Netto, meticulosamente preparado, nos dá ferramentas para repensar elementos fundamentais da pesquisa e prática de ensino cotidianas: as relações interescolares e cada vez mais complexas entre nossos corpos individuais e coletivos e os espaços dos lugares e fluxos que moldam e são moldados por nossas interações. Valendo-se da sociologia, antropologia, economia, ética, política, teoria da comunicação e planejamento, Netto nos oferece razões práticas e munição filosófica para a batalha pela reconquista da cidade. Este livro é um feito admirável.

Clara Irazábal
Columbia University



www.editorasulina.com.br



Editora Sulina